



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

“Virar Travesti”:
Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social

Nélson Alves Ramalho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Coorientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Janeiro, 2019

“Virar Travesti”:
Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social

Nélson Alves Ramalho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Serviço Social

Júri:

Doutor Luís Capucha, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL (Presidente)

Doutora Sofia Isabel da Costa D’Aboim Inglez, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Vogal)

Doutora Sara Cristina Dias de Melo, Professora Auxiliar, Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Vogal)

Doutor Miguel Oliveira Rodrigues, Investigador Pós-doutorando, Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Vogal)

Doutora Alexandra Sofia Pedro Ramos Cortês, Assistente Social na Saúde, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (Vogal)

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL (Vogal)

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL (Orientador)

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL (Coorientador)

Janeiro, 2019

The logo for the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) consists of the letters 'FCT' in a bold, dark green, sans-serif font.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Esta tese foi realizada com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela atribuição de uma Bolsa de Investigação (referência SFRH/BD/85042/2012), cujo financiamento foi compartilhado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência. O autor agradece este contributo sem o qual a realização da investigação não teria sido possível.

*Dedico esta tese
à Lola, à Fininha, à Bionda e à Natacha,
outras “Gisbertas” – não noticiadas – que vi morrer.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese doutoral não é um produto individual. Por ter sido fruto de várias relações e circunstâncias que possibilitaram a sua concretização, ela é indiscutivelmente um produto coletivo. Importa, por isso, expressar um sincero e profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que, ao longo deste exigente e moroso processo, colaboraram favoravelmente comigo.

As primeiras palavras de agradecimento vão para as travestis que me permitiram aceder às suas narrativas e, com toda a sua coragem, não hesitaram confiar-me a sua intimidade, recebendo-me generosamente nas suas casas e locais de trabalho e convidando-me para fazer parte das suas rotinas, relações e sociabilidades diárias. Sem o seu contributo, este trabalho não teria sido possível. Com elas aprendi a ver os muitos tons que vida tem e a reconhecer que a determinação é a melhor ferramenta para se superar as inúmeras dificuldades que ela nos impõe.

Agradeço à Rede Sobre Trabalho Sexual por me ter facilitado o contacto com projetos de intervenção social com travestis profissionais do sexo e, muito especialmente, à Delegação de Lisboa, Tejo e Sado da Associação para o Planeamento da Família por ter consentido a minha integração no “Trans-Porta”. À Laetitia, coordenadora do projeto, sou imensamente grato pela ajuda na aproximação ao território prostitucional e se ter mostrado solícita para responder, sempre com muito humor e compreensão, às minhas inúmeras indagações. À Catarina Barroso e à Isabel Viçoso, com quem tive a oportunidade de partilhar boas conversas durante as longas caminhadas noturnas pelo *Conde*, assim como deliciosas “bolas de Berlim” no final delas, agradeço o seu apoio, carinho e afeto. Será difícil esquecer a intensidade daquilo que, em equipa, vimos, ouvimos e sentimos, razão pela qual acabámos por cimentar uma grande e bonita amizade.

Agradeço à Professora Maria do Rosário Serafim – que, infelizmente, já não está entre nós – e ao Professor Jorge Ferreira, meu coorientador, pelo acolhimento que me proporcionaram aquando da minha transferência para o ISCTE-IUL e a total aceitação, sem medos, do meu tema de investigação. A conclusão deste trabalho é reflexo da confiança que, desde o início, depositaram nas minhas capacidades e das recorrentes manifestações de apoio que me foram dirigindo. Não esqueço o apoio incansável do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) na criação de condições de trabalho que me possibilitaram executar, com maior tranquilidade, o doloroso processo de escrita.

Agradeço, também, à Câmara Municipal da Amadora, na pessoa da Dr.^a Telma Correia, Diretora do Departamento de Habitação e Requalificação Urbana, por me ter concedido o estatuto de equiparação a bolseiro sem remuneração e permitido uma dedicação, em exclusivo, a esta tese, o que demonstra enorme sensibilidade para compreender a importância da formação avançada dos quadros técnicos e o impacto dela na prestação de um melhor serviço à população. Dentro desta instituição quero, ainda, agradecer o empenho e colaboração da Dr.^a Fernanda Ramalhoto

no tratamento do pedido inicial, e renovações posteriores, do referido estatuto de equiparação, bem como as palavras de estímulo que as colegas da Divisão de Gestão Social do Parque Habitacional Municipal me foram endereçando durante todo o percurso doutoral.

Sou grato à Magda Nascimento, à Joana Melo e ao Alexandre Gonçalves por me terem ajudado a transcrever algumas entrevistas, sobretudo as mais extensas; à Ana Alfredo, à Andreia Carvalho, à Catarina Barroso, à Cláudia Marques e ao Nuno Santos pela leitura atenta dos capítulos e as contribuições valiosas que deram para os aperfeiçoar; à Vanda Ramalho e ao André Filipe Barreira pela disponibilidade de me acompanharem nas incursões noturnas ao *Finalmente Club*.

Quero agradecer ao meu orientador, o Professor Pedro Vasconcelos, que amavelmente aceitou o desafio de partilhar comigo a difícil tarefa de produzir esta tese. Sem o seu saber, inteligência, rigor, discernimento e palavras de incentivo e conforto nos momentos de maior dúvida e incerteza, ela não teria tido, seguramente, o rumo que tomou. Um muito obrigado pelas conversas, sempre estimulantes; pela análise crítica e sugestões de melhoria ao texto, e muito particularmente pela paciência para o ler. A admiração que acabei por nutrir pelo professor Pedro Vasconcelos deveu-se, naturalmente, às suas inegáveis qualidades profissionais, mas também humanas, de compreensão, suporte, prontidão e grande sensibilidade social. Na minha memória ficará, para sempre, os momentos que, em conjunto, percorremos as ruas do *Conde* e me ensinou a olhar para além do que é a realidade aparente. Agradeço, com profunda amizade, o papel insubstituível que teve neste meu percurso doutoral e, com efeito, na minha vida, como assistente social e como pessoa.

Por mais trivial que possa parecer, não posso deixar de agradecer à minha família. À Vanda, prima-irmã, agradeço por me ter encorajado a iniciar o doutoramento e incentivado a concluí-lo sempre que o cansaço e a insegurança bateram à porta. À minha mãe agradeço o amor incondicional e os enormes sacrifícios que fez durante toda a vida para priorizar a minha formação. Mesmo que, todos os fins de semana, me tenha interrogado se “isto não teria um fim?”, mostrou ser bastante paciente e compreensiva diante das minhas “ausências”. Por fim, ao Nuno, o meu companheiro, agradeço por ter sido o meu porto-seguro, por ter estado sempre a meu lado nos piores e melhores momentos e nunca ter duvidado de mim.

RESUMO

Em Portugal, a população travesti trabalhadora do sexo não tem sido alvo de interesse científico, razão pela qual se mantém praticamente desconhecida. Ao não haver um real entendimento sobre ela, os discursos produzidos, na sua maioria a partir de um contacto superficial, têm favorecido a construção de imagens estigmatizantes, com consequências ao nível da sua exclusão. Por forma a contrariar esta tendência, procurou-se, ao longo de cinco anos, imergir no “mundo” das travestis para se compreender: (i) as “forças sociais” que, nas suas trajetórias de vida, ajudaram a compor e definir a experiência identitária na travestilidade, (ii) o modo como o trabalho sexual se constituiu (ou não) um elemento facilitador dessa experiência, e (iii) as situações de vulnerabilidade social a que estavam expostas decorrente da sua atividade laboral e da expressão de género e sexual manifestada. Atendendo a que os sujeitos se constroem de acordo com as interações sociais e as possibilidades (ou impossibilidades) que delas vão surgindo dentro dos contextos em que se encontram inseridos, a presente etnografia constatou que a identidade travesti estava intimamente ligada à classe social, tendo sido forjada no seio de contextos sociofamiliares precários, onde reinou a privação económica e afetiva. Porém, foram os contextos de trabalho sexual que viabilizaram e consolidaram essa possibilidade identitária, dado que eles se estruturavam como importantes agentes de socialização onde se aprendia a “ser travesti”. Nesse meio, foram encontradas diferentes formas de viver a experiência travesti, ligadas à construção da feminilidade e à «*montagem*» corporal, pelo que a expressão “travestilidades” permite evidenciar essa heterogeneidade, contestando as visões reducionistas que procuram fixar e essencializar as identidades. A vivência das “travestilidades” era, no entanto, produtora de situações de risco e vulnerabilidade. Diante delas, as frágeis redes sociais que as travestis possuíam, tinham dificuldade em assegurar-lhes o suporte e proteção que necessitavam, favorecendo a sua segregação, invisibilidade e exclusão social. Deste modo, os resultados da pesquisa constituem-se um caminho fértil para desafiar o Serviço Social na adoção de práticas afirmativas que permitam eliminar a opressão de género e sexual.

PALAVRAS-CHAVE

Género, Travestis, Trajetórias de Vida, Trabalho Sexual, Vulnerabilidade Social, Serviço Social.

ABSTRACT

In Portugal, the travesti sex worker population hasn't been approached by scientific research, which is why they remain virtually unknown. Without this knowledge the discourses produced are based on a superficial contact and favor the construction of stigmatized images, impacting on the exclusion of this population. In order to counter this tendency, we sought to immerse ourselves in the transvestite world, during a period of five years, aiming at understanding: (i) the social forces present in their life-course that helped setting and defining their identity experiences in travestility (travestilidade), (ii) how sex work contributed (or not) as a facilitating element in this experience, and, (iii) which social vulnerabilities emerged from their work activity and their gender and sexual expression. Since subjects are constructed according to their social interactions and the correspondent possibilities (or impossibilities) that emerge from the social context in which they are inserted, in this ethnography we found that the travesti identity was intimately linked to social class, having been grown in the midst of precarious socio-familiar contexts, where economic and affective deprivation was the norm. This work brings to light the importance of sexual work contexts to the feasibility and consolidation of this identity. These contexts acted as socialization agents where they would learn to "be a travesti". In them we found multiple ways of living the travesti experience, that are connected to femininity and body "assembly" construction. Hence, the expression "travestilities" (travestilidades) allows to highlight the heterogeneity, challenging the essentialist visions that seek to pin and reduce identities. Nonetheless, the experience of "travestilities" was producing risk and vulnerability situations. The fragile social networks they had before them had difficulty in assuring them the support and protection needed, favoring their segregation, invisibility and social exclusion. Thus, the results of the research constitute a fertile path to challenge the Social Work in adopting affirmative practices that allow the elimination of gender and sexual oppression.

KEY-WORDS

Gender, Travestis, Life-Course, Sex Work, Social Vulnerability, Social Work

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	IX
RESUMO	XI
ABSTRACT	XIII
ÍNDICE	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XIXI
ÍNDICE DE TABELAS	XIXI
LISTA DE ABREVIATURAS	XXI

INTRODUÇÃO

UMA ETNOGRAFIA SOBRE O “ <i>VIRAR TRAVESTI</i> ”	1
--	---

CAPÍTULO 1

TRAVESTIS: DISCUSSÕES, NOÇÕES E (IN)DEFINIÇÕES.....	17
---	----

1.1. ABORDAGEM ESSENCIALISTA DO GÉNERO	17
1.1.1. “Sexo”, “Género” e “Sexualidade”: Elementos da Ordem Binária	17
1.1.2. O “Modelo Médico” e a Invenção “Travesti” e “Transexual”	20
1.1.3. A Patologização dos “Desvios” de Género	31
1.2. ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA DO GÉNERO	35
1.2.1. Estudos Antropológicos: A Diversidade de Expressões de Género	36
1.2.2. Estudos Etnometodológicos: “Fazer Género” na Vida Diária	37
1.2.3. Estudos Feministas e a Rigidificação das Categorias de Género	38
1.2.4. Estudos <i>Queer</i> e o Género como “Performance”	42
1.2.5. Estudos Transgénero	48
1.2.5.1. <i>A Pluralidade de Experiências “Trans”</i>	53
1.3. (IN)DEFINIÇÕES E LIMITAÇÕES DO SIGNIFICADO “TRAVESTI”	55
1.3.1. No Contexto Brasileiro	55
1.3.2. No Contexto Português	59

CAPÍTULO 2

APROXIMAÇÃO E IMERSÃO DE UM ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO TRAVESTI.....	71
--	----

2.1. A INVISIBILIDADE TRAVESTI E AS DIFICULDADES NO SEU ACESSO	71
2.2. ENTRAR NO TERRENO: IMPACTOS INICIAIS E ALIANÇAS DESENVOLVIDAS	77
2.3. O DIÁRIO DE CAMPO: UM INSTRUMENTO DE REGISTO DAS OBSERVAÇÕES	80
2.4. DESENVOLVER RELAÇÕES E GANHAR A CONFIANÇA	85
2.5. ENTREVISTAS: UM MEIO PARA DAR VOZ À EXPERIÊNCIA TRAVESTI	90
2.5.1. Diva e Marlene: As Primeiras Entrevistadas	92
2.5.2. A Etnografia Para Além do « <i>Conde</i> »	95
2.5.3. Pretensões Reveladas e o Convite à Participação	97
2.5.4. Amostragem e Critérios de Seleção	98
2.5.5. Procedimentos Envolvidos na Realização das Entrevistas	101
2.6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ETNOGRÁFICOS	110

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DE REJEIÇÃO: A HISTÓRIA DE UMA EXPULSÃO	113
--	-----

3.1. OS CONTEXTOS SOCIAIS DE ORIGEM DAS TRAVESTIS	113
3.2. AS DINÂMICAS E RELAÇÕES FAMILIARES	115
3.2.1. As Figuras Paternas: Entre a Indiferença e o Medo	117
3.2.2. As Figuras Maternas: Entre a Proteção e a Rejeição	118
3.2.3. Amizades: Figuras Confidentes	119

3.3. O RECONHECIMENTO DA “DIFERENÇA”: REAÇÕES À “TRANSGRESSÃO” DE GÊNERO	120
3.3.1. «Faz-te Homem!»: Uma Masculinidade Indesejada na Família	121
3.3.2. «Tu Não Pertences Aqui!»: Aspetos Sobre a Rejeição Comunitária	123
3.3.3. A Escola Como Um Espaço Inseguro.....	124
3.3.4. A Luta Pessoal pela Conformação Social e as Suas Implicações	128
3.4. DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS SEXUAIS AO “COMING OUT”.....	130
3.4.1. Descobrir-se “Homossexual”	130
3.4.2. As Primeiras Experiências Sexuais.....	132
3.4.3. “Coming Out”: O Processo de Revelação Identitária	136
3.5. A AUTONOMIA FAMILIAR.....	141
3.5.1. De Casa para as Ruas: Percursos de Indigência.....	141
3.5.2. A Descoberta e o Encantamento Pelo “Mundo Travesti”	144

CAPÍTULO 4

O “CONDE”: UM TERRITÓRIO ABERTO AO MERCADO DO SEXO.....147

4.1. A ENTRADA NO TRABALHO SEXUAL: MOTIVAÇÕES INICIAIS.....	147
4.2. «DESCER NA RUA» E INGRESSAR NO TERRITÓRIO PROSTITUCIONAL.....	150
4.3. O «CONDE»: ASPETOS CARACTERIZADORES DO TERRITÓRIO PROSTITUCIONAL.....	155
4.3.1. A Presença de Múltiplos Estabelecimentos Comerciais Ligados à Indústria do Sexo	155
4.3.2. O Quotidiano Prostitucional: Hábitos, Práticas e Rotinas	158
4.3.3. A Precariedade das “Pensões” e Locais de Prática da Prostituição	1646
4.4. OS «PONTOS»: LOCAIS DE PODER, COMPETIÇÃO E DISPUTA	167
4.5. MIGRAR PARA INTEGRAR O MERCADO INTERNACIONAL DO SEXO	173
4.5.1. Perseguir o Sonho de “Ser Europeia”	173
4.5.2. Ser «Cafetinada»: Práticas Migratórias Assistidas.....	177
4.5.3. Práticas Migratórias Independentes	180

CAPÍTULO 5

O CORPO NA CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES TRAVESTIS.....185

5.1. AS PRÁTICAS DE TRANSFORMAÇÃO CORPORAL E FABRICAÇÃO DO FEMININO	186
5.1.1. O Início da «Montagem» do Feminino	187
5.1.2. As Substâncias Hormonais e o Crescimento de «Peitinhos».....	189
5.1.3. O Silicóne Industrial: Uma Técnica Para «Fazer o Corpo»	194
5.1.4. Alcançar a “Perfeição”: A Importância das Cirurgias Estéticas	202
5.1.5. Aprendizagem e Incorporação da Feminilidade	204
5.2. O UNIVERSO TRAVESTI: IDENTIDADES, CLASSIFICAÇÕES E HIERARQUIAS	206
5.2.1. Ser «Gay Montada»	208
5.2.2. Ser «Verdadeira Travesti».....	217
5.2.2.1. O Desejo de Preservar a Genitália Masculina	221
5.2.2.2. Quando o Feminino Também Convive Com o Masculino	226
5.2.2.3. «Não Sou ‘Hetero’ Porque Não Sou Mulher»: Percepções da Identidade Sexual.....	229
5.2.2.4. Ambiguidade Corporal.....	230
5.2.3. Um “Continuum” de Identidades Travestis	238

CAPÍTULO 6

VIDAS PRECÁRIAS: VULNERABILIDADES, VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES241

6.1. VITIMAÇÃO E TRANSFOBIA.....	241
6.1.1. A Violência Indireta.....	243
6.1.2. A Violência Direta	244
6.1.2.1. O Caso “Gisberta”	251
6.1.2.2. O Caso “Luna”	252
6.2. (IN)SEGURANÇA E (DES)PROTEÇÃO POLICIAL	254
6.2.1. Estratégias de Proteção Pessoal	260
6.2.1.1. A Agressividade.....	261
6.2.1.2. A Passividade	262

6.2.1.3. <i>O Evitamento</i>	263
6.2.1.4. <i>O Desenvolvimento de Alianças</i>	264
6.2.1.5. <i>O Aprimoramento da Intuição</i>	264
6.3. TRAUMA(S): OS EFEITOS DA VITIMIZAÇÃO	265
6.3.1. Consumos e Adições.....	265
6.3.2. Saúde Mental	271

CAPÍTULO 7

REDES DE SUPORTE SOCIAL E SOLIDARIEDADE.....275

7.1. VULNERABILIDADE(S) E SUPORTE SOCIAL	275
7.2. REDES DE SUPORTE INFORMAL.....	277
7.2.1. Os Familiares	277
7.2.1.1. <i>Rutura Relacional</i>	277
7.2.1.2. <i>Distanciamento Relacional</i>	278
7.2.1.3. <i>Dependência Relacional</i>	279
7.2.1.4. <i>Proximidade Relacional</i>	281
7.2.2. As Amizades: As “Famílias de Escolha”.....	283
7.2.3. Os «Maridos».....	287
7.2.4. Os Clientes-Amigos	295
7.3. REDES DE SUPORTE FORMAL.....	296
7.3.1. Os Serviços Sociais.....	297
7.3.1.1. <i>A (Des)adequação dos Serviços</i>	297
7.3.1.2. <i>A Interação, Linguagem e Tratamento</i>	298
7.3.1.3. <i>O Desajustamento da Intervenção Social</i>	299
7.3.1.4. <i>Obstáculos na Aquisição de Apoios Sociais</i>	301
7.3.2. As Associações LGBT.....	304
7.3.2.1. <i>Da Ausência de Ligações à Vida Associativa à Presença na Vida Noturna LGBT</i>	307
7.3.3. O Projeto “Trans-Porta”	309

CONCLUSÃO.....313

Do OBSCURANTISMO AO CONHECIMENTO	313
Do CONHECIMENTO À INTERVENÇÃO: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL	317
Reconfiguração do Sistema de Género	318
Reivindicação de Políticas Públicas.....	320
Promoção de Práticas e Serviços Profissionais Afirmativos	325

BIBLIOGRAFIA331

ANEXOS I

ANEXO A. PUBLICAÇÕES SOBRE TRAVESTIS TRABALHADORAS DO SEXO	III
ANEXO B. ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS.....	IV
ANEXO C. GRELHA DE OBSERVAÇÃO.....	VIII
ANEXO D. GLOSSÁRIO TRAVESTI.....	IX
ANEXO E. LISTA DE ENTIDADES CONTACTADAS PARA DIVULGAÇÃO DO ESTUDO.....	XIII
ANEXO F. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	XV
ANEXO G. GUIÃO DE ENTREVISTA	XVII
ANEXO H. SINOPSES DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	XXV
ANEXO I. CASAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LIGADOS À INDÚSTRIA DO SEXO.....	XLVII
ANEXO J. FOTOGRAFIAS DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DE SILICONE.....	XLIX
ANEXO K. FOTOGRAFIAS DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DAS PRÓTESES MAMÁRIAS	LI

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1

Ordenamento do Sistema de Género	17
--	----

Figura 2

Mapa do Bairro Camões (“O Conde”)	148
---	-----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1

Escala de Indefinição de Género de Benjamin (1966)	25
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	American Psychiatric Association
APDES	Agência Piaget para o Desenvolvimento
APF	Associação para o Planeamento da Família
BDSM	Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais
GAT	Grupo Português de Ativistas Sobre o Tratamento do VIH/Sida
HBIGDA	Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association
IST	Infeções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbica, <i>Gay</i> , Bissexual e Transgénero
NASW	National Association of Social Workers
NSWP	Global Network of Sex Work Projects
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTS	Rede sobre Trabalho Sexual
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SOC	Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People
TAMPEP	European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers
TGEU	TransGender Europe
TSH	Tráfico de Seres Humanos
WPATH	World Professional Association for Transgender Health

INTRODUÇÃO

UMA ETNOGRAFIA SOBRE O “*VIRAR TRAVESTI*”

Esta tese centra-se sobre um dos grupos mais incompreendidos da sociedade portuguesa: as travestis trabalhadoras do sexo.¹ O meu interesse em investigá-las partiu de um conjunto de razões de ordem profissional, social e científica. No que respeita às *razões profissionais*, entre 2003 e 2005 integrei, como assistente social, diferentes projetos de intervenção com trabalhadoras e ex-trabalhadoras do sexo pertencentes às Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Numa estratégia de aproximação ao fenómeno da prostituição de rua, efetuei trabalho de campo, em Lisboa, junto dos locais de maior intensidade prostitucional para distribuir materiais profiláticos e estabelecer relações de confiança com os seus atores. As conversas e observações estabelecidas *in loco*, assim como os atendimentos sociais posteriores, em gabinete, permitiram-me adquirir um conhecimento particular sobre as trajetórias de vida, as dinâmicas familiares, laborais, afetivas, desejos e perspetivas futuras desta população. Esse conhecimento foi, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, sistematizado no livro *Quem Levou o Meu Ser? As Mulheres de Rua*, tendo tido a oportunidade de participar na elaboração de alguns capítulos (Ramalho, 2006a,b; Ramalho & Santos 2006).

Previamente a esta experiência profissional estive envolvido, em 2002, num projeto internacional que me permitiu pôr em contacto com a realidade brasileira da prostituição de rua. O Projeto Ecuménico de Prevenção à AIDS e Promoção da Vida Humana – DIGNIVIDA, sediado no município de Barreiras (Baía) tinha como objetivo a prevenção de riscos associados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), atuando preventivamente junto de mulheres e travestis que se prostituíam nos postos de gasolina, local de pernoita dos clientes camionistas. Através dele pude acompanhar a equipa técnica nas suas saídas noturnas, de dialogar diretamente com prostitutas e clientes e de me aproximar, pela primeira vez, à realidade travesti com a qual, até então, não estava familiarizado. Conviver de perto com sujeitos “incomuns”, de corpos “excêntricos” e “indecifráveis”, despertou em mim certa curiosidade para entender sujeitos que eram tidos como ininteligíveis.

A partir de 2010, no desempenho da minha atividade como assistente social na Divisão de Gestão Social do parque Habitacional da Câmara Municipal da Amadora, fui conhecendo de perto as dificuldades de algumas pessoas em serem aceites pela comunidade local devido à sua expressão e/ou identidade de género. O medo e a marginalização ditavam as regras de convivência entre elas. Além do

¹ “Travesti” é uma categoria identitária que abarca uma diversidade de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, mas que exprimem, em diferentes graus, o género feminino (cf. será apresentado mais aprofundadamente nos capítulos 1 e 5). Embora, gramaticalmente, esta categoria seja um substantivo masculino (*o travesti*), observei que, nas práticas linguísticas dos sujeitos investigados havia uma manifesta subversão a esta e outras normas gramaticais, fazendo uso frequente da palavra “travesti”, assim como de pronomes, adjetivos e substantivos no feminino para se auto identificarem e referirem a si mesmos. Isto ocorria não só porque dentro dos contextos prostitucionais era exigido que se apresentassem com uma estética feminina, como também porque, alguns sujeitos, se construíam corporalmente “como mulheres” e assim desejavam ser tratados. Por esta razão, neste trabalho, designarei *as travestis* (e não *os travestis*) a fim de respeitar a sua identidade e o modo de se auto representarem.

mais, alguns colegas que partilhavam o gabinete comigo pareciam relacionar-se de maneira inapropriada com estas pessoas, tratando-as desrespeitosamente no masculino e sem capacidade para gerar empatia. Atraídos pelo “exotismo” delas, manifestavam maior interesse em compilar, no processo social, as várias reportagens sensacionalistas que saíam sobre elas, do que escutá-las ou compreendê-las na sua “diferença”. Este conjunto de acontecimentos marcaram não só profundamente a minha história profissional e a maneira de olhar para as questões da identidade de género e do trabalho sexual,² como me fizeram questionar o modo como o Serviço Social se posicionavam face a elas.

Quanto às razões de *ordem social* que me levaram a estudar as travestis trabalhadoras do sexo, ligaram-se ao facto destas serem negativamente percecionadas pela sociedade. No imaginário social, as travestis eram representadas como “aberrações da natureza”, “doentes”, “sexualmente desviantes”, “promíscuas”, “delinquentes” ou “perigosas”. Num simples exercício de consulta aos jornais diários, disponibilizados na internet, observei que, grande parte das notícias sobre travestis tendia a apresentá-las como violentas, ladras, criminosas, assassinas ou com uma personalidade instável. Títulos como que se seguem eram exemplos disso:

«*Sexo com travesti acaba com agressões e roubo*» (Correio da Manhã, 13 de maio de 2018)
«*Travesti leva 16 anos por mutilar companheiro até à morte*» (Correio da Manhã, 25 de maio de 2011)
«*Travesti assalta homem com quem queria ter relações*» (Diário de Notícias, 8 de maio de 2010)
«*Travesti mata chinês com fogo*» (Correio da Manhã, 25 de abril de 2009)³

Na generalidade das reportagens, o seu conteúdo invocava ao crime, promovendo a ideia de que as travestis eram pessoas mentalmente transtornadas, envolvidas em roubos, drogas, que atraíam homens inocentes e os colocavam em situações de perigo. Considerando que a comunicação social é um importante veículo de construção de representações sociais, a difusão destes discursos, produzidos na sua maioria a partir de um contacto superficial, eram geradores de imagens estereotipadas baseadas na “desordem”, no “caos” e na “perturbação da ordem pública”. Não é, pois, de estranhar que, durante o meu processo de investigação tenha sido advertido, várias vezes, por amigos, familiares, colegas assistentes sociais e, inclusive, professores a “ter cuidado” e a me “precarer” na aproximação às travestis por forma a não “colocar em risco” a minha integridade física. Embora bem-intencionadas, estas advertências sugeriam que as travestis e o trabalho sexual eram realidades “ameaçadoras”, o que, de certo modo, espelhava o sentimento de “medo” e “repulsa” que elas despertavam na maioria da população. As imagens estereotipadas sobre elas, alimentadas reiteradamente por discursos sociais, religiosos, políticos ou de outros formadores de opinião, tinham um efeito profundamente estigmatizador, com consequências na promoção de comportamentos transfóbicos, na incitação ao ódio e na constituição de um clima de violência socialmente aceite (Trans Media Watch, 2010),

² O “Trabalho Sexual” não se refere, exclusivamente, à prática da prostituição. É um conceito abrangente que engloba o conjunto de serviços, performances ou produtos sexuais comerciais oferecidos em troca de compensação material, o que inclui as mensagens eróticas, a pornografia, o *striptease*, as linhas telefónicas eróticas, entre outros (Delacoste & Alexander, 1987; Oliveira, 2004; Weitzer, 2009). Importa referir que é considerado trabalho sexual apenas aquele que ocorre entre pessoas adultas que consentam a transação de serviços. Não existindo consentimento, ou sendo exercido por menores, não é considerado trabalho sexual.

³ Reportagens semelhantes poderão ser encontradas no Diário de Notícias (12 de Junho de 2010; 25 de Abril de 2009) e no Correio da Manhã (23 de março de 2011; 23 de Fevereiro de 2011; 16 de Janeiro de 2011; 27 de Outubro de 2010; 8 de maio de 2010; 24 de Abril de 2009; 26 de junho de 2008; 15 de Março de 2008; 9 de Outubro de 2006 e 22 de Maio de 2004).

impulsionando a sua vivência para territórios periféricos, marginais e ligados ao submundo. A exclusão das travestis não era unicamente resultado da sua expressão e/ou identidade de gênero ser dissidente da norma binária, mas sobretudo da percepção negativa que a sociedade tinha delas, favorecendo com que toda a sua experiência fosse profundamente desvalorizada e desacreditada. Tal como expressou Guilherme Ferreira (2014), assistente social especialista nesta matéria,

[...] se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciações que podem ser explicativas das experiências das travestis com o social [...] [Ferreira, 2014, p. 110]

A maior parte dos discursos produzidos sobre as travestis não tinham em consideração as suas vozes e, como tal, não detendo um real entendimento sobre as suas experiências de vida, os motivos que as levavam a estar ligadas aos contextos de prostituição e as dificuldades com que se confrontavam no seu quotidiano acabavam por, facilmente, cair em julgamentos morais. Tentando contrariar esta tendência, a presente investigação tencionou, pois, captar as percepções destes indivíduos por forma a compreender o seu *modus vivendi*, as suas trajetórias de vida, a sua identidade e os processos de exclusão social que estavam sujeitos.

Quanto às razões de *ordem científica* que me levaram a dar corpo ao presente estudo prenderam-se, sobretudo, com a constatação de um limitado conhecimento sobre a população travesti trabalhadora do sexo. Na generalidade, o tema da prostituição tem permitido o surgimento de um complexo debate sobre a sexualidade, o corpo, o gênero e a violência, primordialmente dentro do pensamento feminista (Ramalho, 2012; Sanders, O’Neil & Pitcher, 2009; Sloan & Wahab, 2000; Sutherland, 2004). Porém, este debate não só tem sido dominado por um paradigma moral, cujas vozes dos trabalhadores do sexo estão sub-representadas (Weitzer, 2009), como as travestis não têm sido problematizadas da mesma forma, e com a mesma intensidade, que as relações de poder e gênero na análise das mulheres – o centro das teorias feministas e, conseqüentemente, das próprias políticas públicas. Em resultado, o conhecimento científico nacional e internacional sobre trabalho sexual tem vindo a incidir, maioritariamente, sobre os atores do sexo feminino (sobretudo dos contextos de rua), prestando menor atenção aos restantes sujeitos da indústria do sexo, nomeadamente homens e travestis (Oliveira, 2018), resultando numa distorção do conhecimento sobre a indústria mundial do sexo (Weitzer, 2009).

Em Portugal, as identidades transgênero (ou, na sua versão abreviada “trans”)⁴ assumem uma condição de invisibilidade não apenas dentro do próprio movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transgênero (LGBT) (Nogueira & Oliveira, 2010a) como também dentro da academia, em especial, nas ciências sociais, cuja produção científica é marcadamente incipiente (Saleiro, 2009, 2013). Embora, na

⁴ Conceito aglutinador de várias experiências de gênero não normativas, como a de transexuais, travestis, *cross-dressers*, *drag-queens*, *drag-kings*, transformistas, andróginos, entre outras. Este conceito será alvo de maior análise no ponto 1.2.5.

atualidade, se observe o desenvolvimento de alguns estudos e reflexões teóricas sobre o fenómeno transgénero e transexual,⁵ o fenómeno travesti continua a ser alvo de pouco interesse científico.

Em 2011, quando se deu início a esta pesquisa, poucas eram as investigações que, até então, se tinham debruçado sobre as travestis trabalhadoras do sexo (cf. tabela 1 do anexo A). Embora esta população marcasse presença nas ruas da cidade, nas páginas de internet e nos classificados dos jornais diários, ela não era abordada, comentada e analisada, razão pela qual se mantinha praticamente desconhecida. António Duarte e Hermínio Clemente foram, talvez, os primeiros a estudá-la. Na obra *Prostituição Masculina em Lisboa* (1982), os jornalistas deram a conhecer, em imagens e textos – redigidos numa linguagem, hoje vista como profundamente moralista – quem eram estas personagens que povoavam o imaginário social, apresentando, em formato de reportagem, as suas histórias de vida, as ligações ao mundo do crime, os seus processos migratórios e o tipo de relações que estabeleciam com os clientes, os polícias, as colegas, os familiares e os namorados. Abordaram, também, as questões da identidade de género e os processos de transformação corporal levados a cabo por algumas travestis por via das hormonas e do silicone.

Dezasseis anos depois, aquando da primeira tentativa de se analisar a prevalência epidemiológica de VIH entre a população transgénero, o estudo de Jo Bernardo e colegas (1997) veio dar a conhecer que, numa pequena amostra de 50 pessoas trans, 56% trabalhavam na indústria do sexo: 92,9% na prostituição de rua e as restantes em bares, discotecas, apartamentos e casas de massagens. Da totalidade das trabalhadoras do sexo, 46,4% eram seropositivas.

Em 2001, a antropóloga brasileira Juliana Jayme veio abraçar a discussão teórica sobre a fluidez de género a partir de uma pesquisa etnográfica entre travestis, transformistas, *drag-queens* e transexuais. Na sua tese de doutoramento, que tomou Lisboa como campo empírico de comparação ao de Belo Horizonte, mostrou que estes sujeitos, ao se reconstruírem em termos performativos, ajudavam a repensar o género como não possuindo uma estrutura binária, mas uma multiplicidade de formas. Jayme partilhava da ideia que as identidades de género eram socialmente construídas, ligadas a contextos e relações sociais específicas, tendo como base a partilha de significados.

O relatório sobre a situação da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género em Portugal elaborado, em 2009, por Teresa Líbano Monteiro, Verónica Policarpo e Francisco Vieira da Silva⁶ identificava que os crimes contra pessoas de género não normativo tendiam a ocorrer, sobretudo, em sujeitos do sexo masculino que expressavam a feminilidade, oriundos de países estrangeiros, e que realizavam trabalho sexual em contexto de rua. Sugeriram que a combinação da dificuldade de acesso ao mercado formal de emprego (devido à discriminação existente em relação à sua aparência de género) e a condição de imigrante (que lhes dificultava a integração num emprego legal

⁵ Veja-se, por exemplo, os trabalhos de Ana Ferreira (2015), Moleiro e Pinto (2012, 2015), Moleiro, Pinto, Ratinho, Dinis e Ramos (2016), Oliveira e Amâncio (2017), Pinto (2014), Pinto e Moleiro (2015), Rodrigues (2016), Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2013) ou Saleiro (2009, 2012, 2013, 2016, 2017).

⁶ Os dados nele contido foram, posteriormente, integrados no relatório da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais intitulado *Homophobia and Discrimination on Grounds of Sexual Orientation and Gender Identity in the EU Member States: Part II – The Social Situation* (EUAFR, 2009).

e estável, e a constituição de redes sociais significativas que podiam conceder algum apoio) eram as razões para ser tornarem vítimas preferenciais de crimes.

Em 2010, os dados do relatório final do projeto *Indoors*⁷ levado a cabo pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) mostrou que, da totalidade dos profissionais do sexo contactados (n=279), 10 eram travestis.⁸ A “consulta médica”, os “problemas de saúde” e o “teste VIH/IST” foram as principais necessidades expressas pelo conjunto dos profissionais do sexo. Porém, além destas, as travestis expressaram também a necessidade de lidar com “pressões e abusos” por apresentarem uma maior percentagem de experiências de violências no trabalho sexual em comparação às mulheres e homens trabalhadores do sexo. No que respeita aos “problemas de saúde”, as travestis reportaram necessidades relacionadas com a “adequação do género”, “problemas psicológicos”, “problemas de peso”, “hepatite C” e o “VIH”. Embora, na generalidade, os profissionais do sexo de contextos *indoor* trabalhassem em pares ou em pequenos grupos, todos eles, incluindo as travestis, experimentavam forte isolamento social. Como a maioria passava a maior parte do dia nos locais de prostituição, trabalhando, acabavam por ter pouco contacto com o exterior, pelo que o desconhecimento dos serviços locais e das políticas nacionais era, em parte, decorrente do *deficit* de interação que mantinham com a comunidade.

Com a implementação do Projeto PREVIH,⁹ em 2010, elaborou-se o primeiro grande estudo que permitiu caracterizar os comportamentos de risco e avaliar a prevalência de VIH junto da população trabalhadora do sexo. Da amostra fizeram parte 1040 profissionais do sexo: 853 mulheres, 106 homens e 81 travestis, sendo que, destas últimas, 30 realizavam trabalho sexual em contexto de rua, 38 em contextos de interior e 12 em ambos os contextos. Verificou-se que 17,6% da população travesti tinha o seu estatuto serológico reportado como positivo. Este valor contrastava com os valores mais baixos da população masculina (5,0%) e feminina (7,4%) (Dias et al., 2010, 2011, 2014). Ainda que os dados pudessem estar sub-representados (Dias et al., 2014), eles eram tidos como muito graves, comparativamente aos dados dos países da Europa Ocidental, por revelarem uma “epidemia concentrada”¹⁰ na população trabalhadora do sexo.

Como vimos, até 2011, o “estado da arte” sobre travestis era bastante empobrecido, constituído apenas por uma investigação jornalística dos anos 80, um pequeno estudo exploratório dos anos 90, uma tese doutoral brasileira e três relatórios científicos nacionais. Os dados disponíveis, embora dispersos e distantes de uma compreensão mais alargada sobre esta população, foram importantes para o início do

⁷ Projeto desenvolvido na cidade do Porto que visava apoiar profissionais do sexo que exerciam a atividade em contextos de interior como hotéis, apartamentos, bordéis, clubes, bares, casas de massagem, saunas, *sex shops* e outros locais fechados por forma a protegê-los de qualquer tipo de violência (incluindo violência física, psicológica e social) e dar-lhes os meios necessários para se fortalecerem e responderem à violência.

⁸ Embora este relatório (assim como outros que, de seguida, serão mencionados) designasse a população de “transgénero” ou “trans”, optei por fazer uso do termo “travesti” por ser a expressão *emic* utilizada pelos sujeitos para se identificarem, tal como será evidenciado ao longo desta tese. A maior parte dos estudos tendem a não espelhar a diversidade de experiências identitárias existentes dentro da população transgénero, o que, de certo modo, pode favorecer o “apagamento” das suas diferenças. Esta homogeneização identitária tem, a meu ver, impactos na invisibilidade de determinados sujeitos (em especial os mais vulneráveis), na formação da sua identidade pessoal e, muito particularmente, no desenvolvimento de políticas públicas e eles dirigidos.

⁹ Projeto da responsabilidade do Grupo Português de Ativistas para os Tratamentos VIH/Sida (GAT), em parceria com diversas organizações, que visou desenvolver o estudo “Infeção VIH/Sida nos grupos de homens que têm sexo com homens e trabalhadores sexuais: prevalência, determinantes, intervenções de prevenção e acesso aos serviços de saúde”.

¹⁰ Termo utilizado quando há mais de 5% de pessoas a viverem com VIH dentro de uma população.

processo de transformação das percepções sociais. As travestis, que outrora eram vistas como “perigosas”, começaram paulatinamente a ser olhadas de uma outra perspectiva: a de sujeitos “vulneráveis”, que possuíam uma saúde precária, sobretudo por razões do VIH/Sida, e alvo de crimes e experiências de vitimação, que, combinados, resultavam no seu isolamento e exclusão social.

A carência de estudos e a necessidade urgente de colocar na agenda política das ciências sociais (e especialmente na do Serviço Social) a produção de conhecimento sobre um grupo de pessoas marcadamente invisível por forma a possibilitar a tomada de medidas que lhes garantisse a proteção de alguns direitos, foram razões para dar início a esta pesquisa. Porém, até à finalização desta tese, registou-se um crescente interesse por parte de outros investigadores sobre esta população e os estudos que, entretanto, foram sendo produzidos – fundamentalmente ligados à temática do trabalho sexual, do Tráfico de Seres Humanos (TSH) e das identidades transgénero (cf. tabela 2 do anexo A) – permitiram, de certo modo, colmatar a escassez de informação e a invisibilidade do fenómeno travesti.

Alexandra Oliveira, por exemplo, após se dedicar à compreensão do fenómeno da prostituição de rua (Manita & Oliveira, 2002) e da prostituição de interior (Oliveira, 2004), regressou, anos depois, ao estudo da prostituição de rua, por constatar que esta realidade se havia alterado em decorrência do aumento e diversificação da oferta. Não só mulheres, mas também homens e travestis, de diferentes idades e nacionalidades, se prostituíam em diferentes locais do território nacional. Ao pretender compreender estas transformações, dispôs-se a conhecer a multiplicidade de sujeitos, práticas, motivações, experiências de vida, contextos e condições laborais presentes na prostituição de rua. Estabelecendo, na cidade do Porto, o seu terreno empírico, conseguiu concretizar 32 entrevistas a trabalhadores do sexo: 28 a mulheres e quatro a travestis, deixando de lado os atores masculinos. A obra *Andar na Vida* (2011a) é, hoje, no panorama nacional, um dos grandes contributos para a compreensão do fenómeno da prostituição e que tem ajudado a “contrariar as aceções mais redutoras” (p. 7). Todavia, a diminuta aproximação à população travesti acabou por limitar um conhecimento aprofundado sobre ela. No seu livro dedicou-lhes apenas um pequeno subtópico (p. 193-196), caracterizando-a como portadora de comportamentos e vestuários “exuberantes”, aliada a gestos e posturas “identificados com os das mulheres” (p. 193). Relatou que algumas travestis se automedicavam com hormonas e sujeitavam-se a injeções de silicone sem supervisão médica no sentido de procederem a alterações físicas e abraçarem a feminilidade. Eram, segundo a autora, um grupo socialmente marginalizado, inclusive pela própria família, do qual se afastavam como forma de “fuga à discriminação”, tendo o trabalho sexual surgido como “a única saída” (p. 195). Em 2013, no estudo sobre sexo comercial em apartamentos, Oliveira acaba por incluir na sua amostra um maior número de “homens que têm sexo com homens”¹¹ e travestis trabalhadoras do sexo. Dos 121 participantes que responderam ao questionário, 44,6% eram mulheres, 35,5% homens e 19,8% travestis; e dos 10 sujeitos entrevistados, oito eram homens e duas eram travestis. Porém, o facto das diferentes variáveis em estudo¹² terem sido

¹¹ Expressão habitualmente utilizada para designar o conjunto de pessoas do sexo masculino que mantêm relações sexuais com outros homens mas que não se consideram homossexuais ou bissexuais.

¹² Como, por exemplo, a “nacionalidade”, a “escolaridade”, a “situação familiar”, os “motivos de início da prostituição”, os “serviços sexuais prestados”, os “clientes”, o “acesso a serviços de saúde” entre outras.

analisadas de forma agrupada, sem diferenciações de género, impossibilitou a compreensão das especificidades de cada grupo. Em 2018, aquando da publicação do artigo *Same work, Different Oppression: Stigma and its Consequences for Male and Transgender Sex Workers in Portugal*, Oliveira dirige uma atenção especial ao grupo de homens e travestis trabalhadoras do sexo. Mas atendendo a que os dados nele apresentados foram baseados nos estudos anteriores, de 2011a e 2013, não permitiram adicionar um maior conhecimento ao existente. No entanto, é importante destacar que, a experiência etnográfica da autora sobre o fenómeno do trabalho sexual, lhe permite afirmar que a discriminação e a violência sobre a população travesti tende a ser mais frequente, e de maior gravidade, do que a sofrida pela população feminina dada a acumulação de estigmas relacionados com a venda de sexo, a orientação sexual e a expressão/identidade de género. Se a estes estigmas se juntar o facto de serem migrantes ou de comunidades étnicas e raciais minoritárias essa opressão pode tornar-se ainda mais severa. Em Portugal, a existência de projetos sociais de base comunitária voltados para o apoio desta população continua a ser francamente diminuta, o que lhe pode trazer, segundo a autora, “graves consequências físicas, psicológicas e emocionais” (p. 18).

A antropóloga Filipa Alvim (2013), que procurou, na sua tese de doutoramento, ir ao encontro de vítimas de TSH junto de profissionais do sexo que atuavam em espaços *outdoor* e *indoor*, etnografou diferentes projetos de intervenção na área do trabalho sexual, nomeadamente dois que acompanhavam travestis na cidade de Lisboa. Observou, curiosamente, que o único caso *dito* e confirmado de TSH se encontrava ligado à prostituição travesti. Diz ela que, não sendo esta uma realidade mediatizada pelos meios de comunicação social, pelas agências do Estado ou Órgãos de Polícia Criminal, pelas Organizações Não Governamentais (ONG), ou pela academia, o tráfico de travestis para exploração sexual constitui-se, hoje, um fenómeno marcadamente “invisível” (p. 168) para o qual não são dirigidos apoios específicos ao seu combate.

Partindo dos dados do projeto PREVIH, que evidenciavam uma enorme vulnerabilidade à infeção por VIH por parte da população trabalhadora do sexo, a enfermeira especialista em saúde pública, Catarina Barroso (2013), procurou analisar 272 questionários aplicados a trabalhadores do sexo em contexto de interior na área da Grande Lisboa por forma a compreender e identificar os fatores associada à utilização e acesso a serviços de saúde e determinar estratégias orientadas para a informação, prevenção, rastreio e tratamento do VIH/Sida junto dela. A população travesti, que compunha 16% da sua amostra, era caracterizada por ter maioritariamente (86%) idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, ser de nacionalidade estrangeira (93%), sobretudo do Brasil (97,5%), estando em Portugal em situação irregular (73%). Em termos de habilitações literárias, 53,5% era detentora do ensino secundário, encontrando-se, porém, em situação de desemprego (97,7%). Barroso constatou que 76,7% desta população nunca tinha recorrido a um serviço para obter informações sobre o VIH/Sida. A “internet”, os “meios de comunicação social”, os “amigos e os familiares” eram as principais fontes de informação. Observou, também, que 18,6% das travestis disseram não ter recebido preservativos gratuitamente nos últimos 12 meses e 46,3% não ter efetuado o teste para o VIH nesse período. A autora veio assinalar que esta população tende a manter-se afastada dos serviços de saúde sobretudo por razões de

discriminação, seja por questões burocráticas, por desconhecimento sobre como lhes podem aceder, pela falta de preparação dos profissionais de saúde para lidar com as suas especificidades ou ainda pelas dificuldades económicas com que vivem, tal como já havia sublinhado outros autores (Ramalho, Barroso & Santos, 20013). Atendendo à elevada prevalência reportada para a infeção por VIH e à dificuldade do seu acesso à saúde, Barroso (2013) afirmou a necessidade de serem desenhadas intervenções adaptadas a esta população que, recorrentemente, tende a ser desconsiderada nas políticas de saúde pública, sugerindo, assim, a inclusão, nas variáveis dos estudos epidemiológicos, de uma terceira opção de género para além do binário homem/mulher; um investimento “na sensibilização dos profissionais de saúde para a especificidade desta população” (p. 76); bem como uma aposta no desenvolvimento de intervenção que possam chegar aos “locais mais remotos” (p. 77) onde estas profissionais do sexo exercem a sua atividade de forma a minimizar as suas vulnerabilidades.

Sandra Saleiro (2013), pioneira no estudo da temática transgénero em Portugal no domínio das ciências sociais, ao desejar compreender e interpretar o sentimento de descoincidência entre “sexo” e “género” apresentado por alguns indivíduos, procurou, na sua tese de doutoramento, mapear a diversidade de identidades e expressões de género fora do tradicional sistema dicotómico homem/mulher dentro do contexto nacional. Do conjunto das autoidentificações que emergiram dos discursos dos sujeitos contactados, o termo “travesti”, comparativamente ao de “transexual”, “*cross-dresser*”, “*drag*” ou “andrógino”, foi o que, com maior frequência, era utilizado, encontrando-se praticamente omnipresente em todos os espaços sociais e linguísticos das pessoas transgénero. No entanto, era a população trabalhadora do sexo que tendia a reivindicar essa identidade para si. No processo de exploração desta categoria de género, Saleiro salientou algumas características que a diferenciavam de outras, como as “mulheres transexuais”. Uma delas relacionava-se com o facto da expressão da feminilidade das travestis não ser permanente e não existir uma rejeição da identidade masculina (p. 208-209). Outra estava relacionada com a mistura entre identidades de género e sexual. Segundo a autora, parecia “coexistir pacificamente a reivindicação de uma autoidentidade de género feminina, com a classificação da sua orientação sexual como *gay*” (p. 210), porém, não descarta a possibilidade destes sujeitos – jovens, pouco escolarizados e provenientes de famílias com poucos recursos qualificacionais (p. 289) – manifestarem atração sexual por outras travestis ou mulheres biológicas, dado não ter conseguido analisar casos suficientes para poder contemplar estas situações menos comuns. Outras características (p. 288-302) focavam-se na relação com o corpo, a transformação física acionada por algumas delas (que, geralmente, não contemplava os genitais) e nos tipos de feminilidade construídos, cuja referência estética não era a das “mulheres comuns”, mas um outro tipo de feminino que também contemplava o masculino. As formas “híbridas de género” (p. 289) construídas pelas travestis e o “desalinhamento identitário” (p. 301) que manifestavam não só com normas de género dominantes, como também com as formas de transgénero mais convencionais, era produtora de exclusão social e institucional (p. 301). No artigo *Travesti: Insulto ou Identidade* (2016), Saleiro refere a existência de discursos com conotação marcadamente negativa, perpetrados por mulheres transexuais, sobre as travestis. Explica que as mulheres transexuais – detentoras de maior reconhecimento social pela

sua identidade ter sido construída através de referenciais médicos – manifestavam algum receio de serem associadas a uma identidade de género mais híbrida e desenquadrada dos normativos de género, que as tornassem ininteligíveis, pelo que a identificação como “travesti” era sentida como ofensiva e insultuosa. Os seus discursos tentavam, pois, demarcar-se daquilo que consideraram não ser ou daquilo que não deviam ser. E à medida que, no contexto nacional, a identidade “transexual”/“transgénero” se foi tornando mais politizada, a identidade “travesti” foi “ficando mais esvaziada” (p. 10) ao ponto de, na atualidade, as “histórias travesti” se tornarem histórias indesejáveis, que não devem ser contadas, razão pela qual são frequentemente “silenciadas” e “denegridas”.

Em 2014, um grupo de profissionais da Delegação Norte da Associação para o Planeamento da Família (APF) também elaborou um artigo científico (Ramos, Teixeira, Cruz, & Fernandes, 2014) baseado no conhecimento adquirido a partir da intervenção realizada com trabalhadores do sexo masculinos e travestis no âmbito do projeto Educação, Conhecimento, Orientação e Saúde – ECOS. Nesse artigo, abordaram aspetos sobre a identidade travesti, referindo que, alguns sujeitos revelavam “incoerência e instabilidade temporal na forma como se classificavam, dotando esse sentido subjetivo dum carácter dinâmico” (p. 50), dependendo da altura do dia e da forma como se encontravam vestidos. Outros sujeitos, porém, pareciam deter uma identidade mais estável, referindo-se a si, apenas no feminino. Abordou-se também, à semelhança do que outras investigações já haviam assinalado, a existência de sujeitos que iniciam “processos invasivos e potencialmente perigosos” (p. 50) ligados à construção corporal, realizados sem a supervisão médica. Os autores declaram que “a violência dos processos de transformação a que se submetem, o perigo de vida em que muitas vezes incorrem, a quase total falta de suporte social e de saúde que sentem, demonstra bem a incontornável imprescindibilidade de adequação de políticas de saúde comunitária, mas também de cariz social” (p. 53).

Em 2017, a antropóloga Fernanda Belizário, investigadora da Universidade de Coimbra, produziu um pequeno capítulo no livro *Decolonizando Identidades: Pertenencia y Rechazo de/desde el Sur Global* sobre as experiências de travestis brasileiras trabalhadoras do sexo em contextos *indoor* na cidade de Barcelona, decorrente da sua tese doutoral (em curso) em Pós-Colonialismos e Cidadania Global centrada na caracterização dos processos migratórias das travestis brasileiras para o sul da Europa, mais propriamente para Portugal e Espanha. Nesse trabalho dá a conhecer que a migração para a Europeu “é uma etapa importante para a transformação do corpo e da identidade” (p. 111) das travestis, bem como para superar os “códigos de marginalidade” presentes nos seus contextos de origem. Porém, como crítica, Belizário aponta que a atual agenda do movimento “transgénero” tende a não tornar visíveis estes sujeitos (que não se reconhecem como “transexuais”, mas como “travestis”) dada a sua condição identitária, migrante e laboral.

Mais recentemente, em 2018, o antropólogo Francisco Luís publicou o livro *Travestis Brasileiras em Portugal* resultante da sua tese de doutoramento apresentada em 2015. Partindo do interesse em descortinar as trajetórias transnacionais das travestis brasileiras, produziu uma etnografia em apartamentos, onde aí observou não só a vida quotidiana destas profissionais do sexo; como as relações estabelecidas com os clientes, os namorados e outros atores não diretamente ligados à prostituição; os

processos de construção corporal; os tipos de mobilidades; as redes operadas nos processos migratórios e a produção de estratégias de *marketing* para obterem sucesso no mercado internacional do sexo. Ainda que o autor se tenha focado exclusivamente nas travestis brasileiras, algumas dimensões conceptuais utilizadas apresentam afinidades com as que foram sendo desenvolvidas na presente pesquisa.

Apesar deste recente interesse acadêmico pelas travestis trabalhadoras do sexo, espelhado no aumento do número de investigações nacionais que têm vindo a contemplá-las, o investimento científico sobre elas continua a ser francamente diminuto quando comparado, por exemplo, com a realidade brasileira, onde, somente entre 2001 e 2010, foram produzidos 92 trabalhos (Amaral, Silva, Cruz, & Toneli, 2014). Dos vários fatores explicativos desta situação destaco um, por não ser abertamente assumido, mas tê-lo vivido no decurso deste trabalho, relacionado com as resistências levadas a cabo por algumas instituições científicas em acolher projetos de investigação ligados a géneros e sexualidades dissidentes, situação identificada por Joseli Silva, Marcio Ornat e Alides Junior (2013, p. 11-23). Na sequência da discussão e aprovação pública do meu projeto de tese, em 2012, o mesmo foi vetado negativamente pelo conselho científico da universidade onde me encontrava, embora tenha rececionado a formalização da sua aprovação. A razão desta decisão prendeu-se não só com a apreensão face à reputação da universidade ao vincular-se a uma investigação cujas identidades, comportamentos e estilos de vida dos sujeitos pesquisados entrariam em conflito com a “normatividade” professada pelos administradores dessa universidade, como também a atenção a um fenómeno considerado “interdito” poderia, de alguma forma, possibilitar a produção de discursos “não autorizados”. Esta situação conduziu a que, durante vários meses, viesse a sofrer pressões para reconfigurar o meu objeto de estudo, intimidações de não poder ver discutido o trabalho se não o alterasse, assim como proibições de me apresentar em eventos científicos como pertencente a essa instituição. Porém, quanto mais observava o desprezo, a aversão e a repulsa em torno das travestis, mais a minha curiosidade sobre elas crescia porque percebia o quanto perturbavam a ordem societária. Além disso, entendia que a tentativa de controlo do conhecimento científico e de silenciamento de determinados sujeitos, já por si estigmatizados, teria o potencial de perpetuar a homogeneidade discursiva sobre eles, situação que o campo de estudos do Serviço Social não poderia consentir. Todos estes condicionantes aguçaram, pois, a minha determinação em não me subjuar a imposições institucionais e em levar adiante o presente estudo (ainda que, nem sempre, tivesse total consciência dos enormes custos emocionais que esta minha decisão viria a ter) através da transferência do meu projeto de investigação para outra universidade onde a “censura” a “temas sensíveis” é inexistente. Esta experiência possibilitou-me reconhecer que toda a produção de conhecimento implica poder na hierarquização das relações entre investigador e academia. Se, inicialmente, supus que os preconceitos não teriam lugar nas instituições científicas por serem locais onde a racionalidade e a objetividade dos factos é fortemente cultivada, acabei por compreender que elas são, à semelhança dos demais contextos, constituídas por pessoas que carregam consigo os seus valores e crenças. Como tal, os cientistas, ao serem permeados por códigos morais, podem facilmente validar, rejeitar ou condicionar o rumo de investigações quando confrontados com determinados temas

ou objetos de pesquisa que entram em conflito com as suas convicções sociais, culturais, filosóficas ou religiosas (Silva, Ornat & Junior, 2013, p. 16-17).

Todos os indivíduos se constroem de acordo com as interações sociais estabelecidas e as possibilidades (ou impossibilidades) que delas vão surgindo dentro dos contextos específicos em que se encontram inseridos (Amâncio, 2000; Castells, 1999; Dubar, 1997). Quer isto dizer que a identidade não é uma condição estática, mas uma prática que se constitui nas relações sociais através da aquisição de significados atribuídos pelos outros, que ao longo do tempo vão sendo organizados na estrutura, formando um sentido do *eu*. A identidade é, por isso, uma realidade fundada na experiência social, na qual os indivíduos se tornam possíveis e, como tal, os recursos que dispõem são fundamentais para se construírem. Como afirma Saleiro (2013, p. 293), as identidades “não existem em abstrato”, nem são “resultado de um desejo” individual. Elas são, antes, resultado das condições que os indivíduos detêm em dado momento. No que respeita às identidades e expressões de género, Saleiro (2013, p. 293) declara que “a avaliação que se faz sobre o lugar de género e modo de o expressar não é destituído de avaliações objetivas das condições sociais e materiais de partida e de chegada”.

Partindo deste entendimento, as minhas interrogações iniciais levaram-me a crer que as experiências sociais que as travestis trabalhadoras do sexo haviam tido, no passado, bem como as condições materiais, emocionais, familiares e culturais que lhes estavam acessíveis, teriam contribuído, de alguma forma, para determinar a sua identidade. O «*virar travesti*» – expressão frequentemente utilizada por elas para designarem o seu processo de “oscilação” e/ou “migração” de género (Ekins & King, 2006) – teria sido a materialização da possibilidade de existência dentro dos sistemas sociais que partilhavam, ou seja, teria sido o “lugar” no qual se puderam ontologicamente constituir e afirmar como pessoas. Neste sentido, pretendi, num *primeiro objetivo*, compreender não só em que consistia a identidade travesti, como também a partir de quê e como ela teria sido produzida. Que mecanismos sociais teriam sido acionados para que determinados sujeitos iniciassem e desenvolvessem processos de travestilidade, em detrimento de outros (p. ex. ser *gay* efeminado, *drag*, transformista, transexual)? Como se teria elaborado o processo de construção identitária até se reconhecerem como travestis? Ressalvo que evitei determinantemente responder aos questionamentos sobre os motivos por que determinados sujeitos se tornam travestis numa vertente de patologização, pois como refere o sociólogo Tiago Duque (2009, p. 143) “sobre os ‘não normais’, sempre recaem indagações a respeito da sua origem e as possíveis justificativas para a sua existência. O mesmo não ocorre com os ‘normais’, tidos como existindo ‘naturalmente’, o que legitima o seu status de ‘humanidade’”. O que pretendi foi, antes, problematizar as diferentes experiências vividas pelas travestis por forma a compreender as suas subjetividades. Para tal, necessitei, obviamente, de desvendar o modo como as suas trajetórias de vida (*life-course*) (Elder, 1994) tinham contribuído para essa construção pessoal e identificar os *turning points* (Baxter, Braithwaite & Nicholson, 1999), isto é, as “forças sociais” que, em certo momento, transformaram positiva ou negativamente o curso da sua vida e as opções futuras (Elder, 1994).

Porém, um estudo sobre o «*virar travesti*» conduzia-me, inevitavelmente, à necessidade de compreender e interpretar as relações entre as trajetórias de vida, o género e o trabalho sexual. Em que

medida estariam interligadas? Como se cruzavam? Desejava saber de que forma o trabalho sexual poderia constituir-se um elemento facilitador para a construção e consolidação do “ser travesti”. Todos estes questionamentos levaram-me, pois, a formular um *segundo objetivo* centrado na necessidade de conhecer intimamente os espaços de trabalho sexual nos quais as travestis se encontravam integradas. Para tal, precisaria de dominar as suas linguagens, entender as características, práticas, dinâmicas e particularidades que organizam a ação profissional das travestis para compreender, na realidade, como se revestia a sua identidade. Com base no conhecimento das histórias de vida e do trabalho sexual, pretendi, num *terceiro objetivo*, identificar as experiências de vulnerabilidade social que as travestis se encontravam sujeitas e que, em certa medida, as mantinham segregadas, em condições de invisibilidade e exclusão social, bem como as estratégias que usavam para adquirir suporte, o que implicou identificar as suas relações e as formas de sociabilidade (Simmel, 1949) estabelecidas no seu quotidiano.

De uma maneira geral, pretendi olhar de perto a experiência travesti e o seu *modus vivendi* para captar, a partir do seu ponto de vista, as suas trajetórias de vida e os *turning points* sentidos como relevantes na construção da sua identidade; os significados atribuídos às suas ações, práticas, atividades, costumes e crenças; os vínculos e laços interpessoais significativos, assim como outros aspetos que me permitissem dar sentido à forma como estruturavam o seu mundo social e cultural. Dos contactos pontuais que havia estabelecido com esta população, primeiro no Brasil e depois em Portugal, percebi que a sua perspetiva não se encontrava perceptível para quem se mantinha *do lado de fora* a observá-las, situação que era geradora de discursos que, pelas suas visões distorcidas sobre a realidade, tendiam a produzir classificações, rótulos e ideias pré-concebidas a seu respeito e à natureza das suas relações com a realidade que as rodeava. Por isso, chegar até elas, tentar compreender as suas histórias a partir de “dentro” e “dar-lhes voz” para falarem sobre si mesmas era o meu desejo. Ken Plummer (1995) observa que muitas histórias, especialmente as de grupos marginalizados, mantêm-se silenciadas, esquecidas, ignoradas. Entende que a conquista de visibilidade pode ocorrer aquando da difusão das suas narrativas, processo a que designa por “*story telling*”. O “contar histórias” é, para o autor, uma ferramenta extremamente útil para promover a mudança social e política e a aquisição de direitos. Desse modo, acreditei que o ato de narrar as histórias das travestis teria o potencial de ajudar a revelar a sua vida, de estabelecer uma rutura com os diferentes discursos estigmatizadores sobre elas, e de trazer para o centro da discussão um grupo de pessoas que, até então, se mantinha na margem das margens. Trazer à luz fragmentos do seu quotidiano exigia, porém, uma perspetiva que fosse além da mera curiosidade que as suas vidas poderiam despertar, pelo que esta investigação tentou, *sempre*, fugir à *exotização* travesti e centrar-se, sobretudo, na sua humanização, dignificação e reconhecimento social.

Para materializar estes objetivos e aceder a importantes dimensões da vida travesti, percebi, desde logo, que teria de proceder a uma profunda imersão na sua “cultura”,¹³ só possíveis pelo contacto direto e o desenvolvimento de relações de confiança, resultantes de uma presença prolongada junto dos

¹³ O conceito de “cultura” é frequentemente alvo de discórdia entre os cientistas sociais (Bogdan, & Biklen, 1994, p. 57). Nesta pesquisa, privilegiei a definição atribuída pela *National Association of Social Workers* (NASW) como um “modelo integrado de comportamento humano que inclui pensamentos, comunicações, ações, costumes, crenças, valores e instituições de um grupo racial, étnico, religioso ou social” (NASW, 2001, p. 9).

diferentes contextos sociais “naturais” (Bogdan, & Biklen, 1994) em que se moviam. Tinha a noção que, para ser aceite junto delas, era necessário “viver dentro” (Caria, 2002) dos seus ambientes, misturar-me com elas, tentar-me pôr “na sua pele”, “no seu lugar” (Velho, 1987) e tornar-me *nativo*.¹⁴ Para tal, privilegiei uma abordagem teórica *interpretativista* (Schwandt, 2000) aliada a uma metodologia de natureza *qualitativa* (Bogdan, & Biklen, 1994; Guerra, 2010; Strauss & Corbin, 2008; Flick, 2005; Maxwell, 2005; Padgett, 1998a, b) por serem aquelas que melhor se adequavam aos objetivos traçados. A *etnografia* ou *pesquisa de terreno*¹⁵ mostrou-se, desde logo, o método a que deveria recorrer pela grande relevância no estudo de fenómenos sociais ocultos, clandestinos, secretos, desviantes ou incompreendidos. A etnografia é, na realidade, uma forma de investigação que pretende “compreender o outro” (Caria, 2002, p. 12). Através das suas lógicas de ação consegue não só descrever situações, ambientes, pessoas, discursos e vulnerabilidades, como analisar e interpretar a “cultura” e o sentido da vivência dos indivíduos em determinados contextos. Por isso, diz-se que a etnografia se encontra “particularmente sintonizada com a experiência social” (Neves, 2004, p. 97). Ao captar essa experiência por via da perspetiva interna (*inside knowledge*) consegue, obviamente, compreendê-la muito melhor do que qualquer outro método (Burgess, 2001 [1984], p. 86).

O uso da etnografia tem uma longa tradição na investigação em Serviço Social (veja-se Jane Addams, 1910), pelo que os próprios assistentes sociais se encontram familiarizados com as diferentes ferramentas etnográficas. Na sua prática profissional é habitual fazerem uso da observação e participação nos contextos sociais onde os indivíduos (enquanto sujeitos de intervenção) se encontram inseridos; a realização de entrevistas formais e informais; a recolha de histórias individuais e familiares; a utilização de genogramas e eco-mapas das redes pessoais e sociais; a constituição de registos; a análise de documentos ou o desenvolvimento de relações com informantes privilegiados (Floersch, Longhofer, & Suskewicz, 2014; Padgett, 1998a). Tal significa que “estas não são simples tarefas dos cientistas sociais; elas são o coração da prática do Serviço Social” (Cheetham, 2002). Através destas técnicas os assistentes sociais apreendem os valores e os modos de vida dos indivíduos e, dessa forma, conseguem elaborar mais facilmente “diagnósticos sociais” e planos de intervenção congruentes com os sistemas culturais destes. Do mesmo modo, acontece na investigação qualitativa em Serviço Social baseada em abordagens etnográficas. Embora se reconheçam diferenças entre a prática profissional dos assistentes sociais e a pesquisa qualitativa (Padgett, 1998a, p. 112-116; 1998b), a produção de conhecimento em Serviço Social é uma “atividade instrumental” (Ruckdeschel & Chambon, 2010, p. 197) por estar subordinada à necessidade de descrever e interpretar a “cultura” para melhor saber atuar nela. E, por

¹⁴ A expressão *tornar-se nativo* refere-se, segundo Uwe Flick (2005, p. 144), à atitude de “abandonar a perspetiva crítica externa e adotar sem questionar os pontos de vista partilhados no terreno”. E, no fundo, o processo de socialização do investigador na “cultura” da população em estudo. Este processo tende a contribuir para eliminar, em parte, a distinção entre observador e observado, uma vez que o investigador é obrigado a relativizar as suas origens culturais. Interessa, no entanto, salientar a importância de não se realizar uma fusão completa na experiência da população em estudo. Pois como refere Telmo Caria (2002, p. 12), o investigador “está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objeto científico legítimo”. É necessário, por isso, ser realizado um esforço de flexibilização para se encontrarem presentes na pesquisa as dimensões de “familiarização” (visão interior, *emic*) e de “distanciamento” (visão exterior, *etic*) que António Firmino da Costa (2014, p. 146-148) e Gilberto Velho (1987) abordam.

¹⁵ Para uma maior compreensão sobre este método poderão ser consultados os trabalhos de Atkinson et al. (2001), Beaud e Weber (2007 [1997]), Burgess (2001 [1984]), Cabral (1983), Caria (2002), Cefai (2013), Davis (2008), Firmino da Costa (2014), Flick (2005), Neves (2004) e Peretz (2000 [1998]).

isso, as relações existentes entre investigação e prática tendem a produzir um modelo de “transferência de conhecimento” (Gredig & Marsh, 2010) que visa a transformação social. Quer isto dizer que os resultados da pesquisa etnográfica constituem-se como um caminho fértil para serem aplicados no âmbito da intervenção social: a um nível *micro* poderá traduzir-se na maior reflexividade sobre os problemas sociais e consequente adequação das práticas profissionais à realidade social e cultural estudada; e a um nível *macro*, na construção de ações e políticas públicas desafiadoras das desigualdades, opressões e injustiças sociais (Cancian, 1993; Cheetham, 2002; Duchamp, 1989; Orme & Briar-Lawson, 2010; Ribeiro, 2011; Silva, Sacramento & Portela, 2011). A ação “crítica” e “consciencializadora” do método etnográfico faz com que Isabel Guerra (2011, p. 10) o veja como uma “via de emancipação pessoal, institucional e sociopolítica”.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa etnográfica usei proceder a uma “operação metodológica combinada”, definida por Robert Burgess (2001 [1984], p. 157-180) como uma *estratégia múltipla de pesquisa de terreno*, que envolveu a articulação de diferentes técnicas e instrumentos, nomeadamente, a recolha de informação documental; a realização de entrevistas exploratórias a especialistas e a interlocutores privilegiados; a observação participante e não participante em diferentes atividades (comunitárias e científicas) e espaços – alguns “virtuais” (páginas de internet e redes sociais) e outros “físicos” (como a rua, os cafés, bares e discotecas, as pensões, os «*puteiros*», as saunas e os espaços domésticos das travestis) – a aplicação de grelhas de observação; a constituição de registos de notas de campo; o estabelecimento de conversas informais com vários atores do território prostitucional; bem como a realização de entrevistas informais e semiestruturadas a travestis e outros intervenientes-chave, nomeadamente clientes, namorados e assistentes sociais. A combinação destes procedimentos metodológicos requereu, obviamente, um esforço acrescido de flexibilidade e criatividade na sua implementação. Todavia, os seus diferentes contributos revelaram-se bastante positivos devido a uma maior adequação ao objeto de estudo, possibilitando maximizar a validade e a fiabilidade das informações obtidas pela triangulação metodológica realizada (Maxwell, 2005, p. 93).

Em termos de estrutura, o presente trabalho está constituído por sete capítulos, distribuídos em quatro partes: o “enquadramento teórico”, a “abordagem metodológica”, a “apresentação de resultados” e as “conclusões”. Ao nível do enquadramento teórico, o capítulo 1 tenta aproximar-se da discussão sobre “o que é ser travesti?” e perceber quais os significados atribuídos a este conceito, assim como aos de “transexual” e “transgénero”, através da apresentação das várias abordagens ao fenómeno da descoincidência entre “sexo” e “género”, iniciando com as teorias psico-médicas (abordagens essencialistas), passando pelos estudos antropológicos, entnometodológicos, feministas, *queer* e transgénero (abordagens construtivistas) e terminando com as conceções nos contextos brasileiro e português. Sabendo que o processo de *saber-fazer* etnografia é tão importante quanto os próprios resultados, o capítulo 2 aprofunda as estratégias metodológicas utilizadas para conseguir aceder às vozes e contextos de vida das travestis trabalhadoras do sexo e as dificuldades, os momentos de dúvida e incerteza com que me defrontei durante o trabalho de campo. No que respeita à apresentação dos resultados, os mesmos são expostos nos capítulos 3 a 7. O capítulo 3 é dedicado à análise do período da

infância e juventude das travestis, onde se aborda os contextos familiares, escolares e comunitários, as reações destes à observação de comportamentos de género e sexuais não normativos, bem como os impactos dessas reações nos percursos de indigência e sem-abrigo das travestis. No capítulo 4 são explicitados os motivos que as levaram ao exercício do trabalho sexual, caracterizado o território e as condições laborais onde habitualmente desenvolviam a sua atividade e descritas as suas práticas quotidianas. É também dado a conhecer as motivações das travestis sul-americanas para ingressarem no mercado do sexo europeu e explanado o modo de concretização dos seus projetos migratórios. No capítulo 5, que se centra sobre a importância do corpo na construção e afirmação da identidade travesti, são identificadas as práticas utilizadas para a fabricação do feminino e apresentados os diversos “lugares de género” que compunham o complexo universo travesti. O Capítulo 6 mostra que a inexistência de direitos laborais e/ou segurança profissional expunha as travestis a um sem número de violências. Ainda que elas acabassem por desenvolver estratégias de proteção pessoal, a exposição prolongada a diferentes formas de agressão tinha implicações no seu bem-estar físico e emocional no desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos ligados ao consumo de álcool e drogas. O capítulo 7 tenta explorar as relações que lhes garantiam suporte social e as ajudavam a lidar com os problemas do dia-a-dia. Por fim, nas conclusões, a sumarização dos resultados principais constitui um caminho fértil para desafiar o Serviço Social português a adotar práticas que ajudem a reconfigurar os sistemas estruturais geradores de desigualdade e discriminação; a reclamar políticas públicas que salvaguardem os direitos das populações com diversidade de género e sexual; e a promover serviços sociais qualificados e culturalmente competentes para as atender.

Dou conta do esforço realizado para que a produção deste trabalho obedecesse às regras de sensibilidade enunciadas por Jacob Hale (2009) a ter em conta por pessoas não-trans, como eu, que se dedicam a estudar as identidades trans e não binárias. Ressalvo, ainda, que as citações de obras estrangeiras apresentadas neste trabalho foram traduzidas livremente por mim, incluindo as citações de trabalhos escritos em português do Brasil, cuja adaptação ao português de Portugal se considerou conveniente. Por fim, resta-me desejar que a leitura desta investigação possa ser tão cativante quanto foi para mim concretizá-la.

CAPÍTULO 1

TRAVESTIS: DISCUSSÕES, NOÇÕES E (IN)DEFINIÇÕES

A palavra “travesti” é definida pelo Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa (1992) como “pessoa vestida com roupas do sexo oposto”. De um modo geral, a palavra é utilizada para designar a prática de adotar o vestuário, ornamentos, hábitos e comportamentos usuais do sexo oposto, geralmente associado a uma tentativa de ocultação da identidade; daí que também seja sinónimo de “disfarce” ou “máscara”, carregando uma forte associação com o engano, o fingimento, a ambiguidade e a incerteza identitária. Os sujeitos travesti tendem a ser compreendidos como “não-normativos”, gerando fortes reações emocionais. Isto ocorre porque o seu comportamento desafia as categorias do masculino e do feminino instituídas para homens e mulheres. Para se compreender as resistências societárias sobre eles torna-se, pois, necessário conhecer algumas teorias fundamentadas em *abordagens essencialistas* e *construtivistas* que têm sido utilizadas no estudo e compreensão do género: umas focadas predominantemente em explicações biológicas e outras em explicações socioculturais, originando distintas maneiras de pensar sobre o fenómeno travesti.

1.1. ABORDAGEM ESSENCIALISTA DO GÉNERO

1.1.1. “Sexo”, “Género” e “Sexualidade”: Elementos da Ordem Binária

Para o Essencialismo, enquanto doutrina que acredita na existência de propriedades identificáveis que definem os sujeitos, as diferenças físicas, biológicas ou genéticas dos corpos, em especial as relacionadas com as características sexuais, são o fundamento da diferenciação entre homens e mulheres (Connell, 1987). Esta diferenciação é, hoje, tomada como “natural”, evidente, não problemática e até incontestável. Todavia, durante um longo período, desde a Antiguidade até meados do século XVIII, a sociedade ocidental não reconhecia o modelo dicotómico de corpos masculinos e femininos como opostos naturais. Prevalencia, antes, o *isomorfismo*, um modelo de “sexo único” em que homens e mulheres eram percebidos como duas variações do mesmo sexo. De acordo com o historiador Thomas Laqueur (1990), havia uma escala hierárquica corporal na qual os homens se encontravam no grau máximo da perfeição, enquanto as mulheres eram consideradas homens inferiores e imperfeitos dado que os seus genitais, ainda que vistos como iguais aos dos homens, eram invertidos. O facto de a mulher não dispor de “calor vital” era a razão para que os seus órgãos não se tivessem desenvolvido para fora do corpo, o que refletia a sua incompletude comparativamente ao homem. Deste modo, por ser mais “imperfeita” e “incompleta” deveria ficar numa posição subordinada na hierarquia social.

Ao se acreditar que a diferença entre ambos estava inscrita no corpo, o acionamento da biologia foi o caminho encontrado para justificar a continuidade de certas hierarquias. A partir do século XVIII

apareceram “especialistas” determinados a produzir conhecimentos sobre o corpo feminino. Com a “vontade de saber”, as ciências biomédicas passaram a produzir “verdades” e a instaurar um campo do “saber-poder” (Foucault, 1994 [1976]). A proliferação de linguagens e discursos dimórficos, bem como a cristalização dos seus significados, ajudaram a promover a ideia de que os corpos masculinos e femininos eram biologicamente diferenciados e incomensuráveis e, por isso, não pertencentes a um mesmo *continuum*. “De homem invertido, a mulher passou a ser o inverso do homem” (Bento, 2006a, p. 116), o que conduziu à construção do *dimorfismo*, transformando o modelo de “sexo único” no modelo de “dois sexos”. Esta visão binária do mundo provocou uma mudança radical na concepção da diferença sexual, tendo ganho o estatuto de facto originário. Através da sua obra, Laqueur (1990), mostra que o sexo não pode ser tomado como um dado “natural”. Ele é uma categoria situacional “explicável apenas dentro do contexto da luta sobre género e poder” (p. 11) uma vez que a forma de interpretar o corpo teve por base interesses e motivações inerentemente sociopolíticas. O dimorfismo sexual transformou-se num importante instrumento delimitador das diferenças entre homens e mulheres, passando a compreensão dos seus comportamentos a estar radicada numa determinada “essência” ou “natureza” biológica.

A partir do século XIX a sexualidade tornou-se alvo de curiosidade por parte de diferentes disciplinas (Foucault, 1994 [1976]; Weeks, 1977), pelo que as diferenças biológicas entre homens e mulheres deram origem a diferentes representações sobre o comportamento sexual.¹⁶ Na procura por um aparelho de produção economicamente útil, a sociedade capitalista e industrial veio a constituir, como norma, no seio da família burguesa, a sexualidade monogâmica heterossexual (Foucault, 1994 [1976]; Katz, 2007), diferenciando o “bom” do “mau” sexo, isto é, o sexo heterossexual, monogâmico, conjugal, reprodutivo, privado e/ou não comercial, do sexo não heterossexual, promíscuo, grupal, não reprodutivo, público e/ou comercial (Rubin, 1989), passando a heterossexualidade a ser vista como uma inclinação “natural” do ser humano e um modelo regulador de todo o comportamento sexual. Segundo Michel Foucault (1994 [1976]), a institucionalização da “heteronormatividade” (Warner, 1991) veio a ser conseguida através de “dispositivos de poder”, levados a cabo por diferentes instituições sociais, que incidiram sobre os corpos e a sexualidade de forma interligada e complementar. O ponto de interseção desta “anatomia política” (Foucault, 1999 [1975-1976]) encontrava-se na produção de normas que funcionavam como uma forma de coerção fluida e não violenta que estabelecia a prática da exclusão de todos aqueles que se centravam e mantinham na “anormalidade” (Foucault, 2007 [1974-1975]).

A partir da construção do dimorfismo, a bipolarização de homens e mulheres *cisgénero*¹⁷ veio a ser reforçada com a institucionalização da “matriz heterossexual” (Butler, 2015 [1990]) que, ao impor

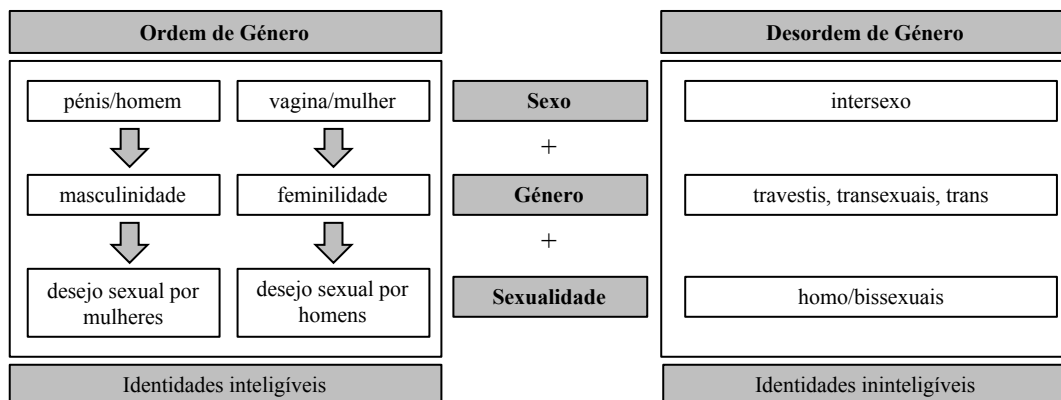
¹⁶ Os homens eram, por exemplo, vistos como possuindo uma sexualidade “naturalmente” mais ativa (e por isso como maiores necessidades sexuais) e as mulheres como tendo uma sexualidade mais contida e passiva, cuja eventual impulsão sexual era “resposta instintiva” à maternidade e reprodução. Consequentemente, a verificação de uma “excessiva” necessidade sexual por parte das mulheres era avaliada como patológica.

¹⁷ *Cis* é o prefixo latino para designar “do mesmo lado”. Por isso, a palavra *cisgénero* (ou *cissexual*) é usada, em oposição a *transgénero*, para designar sujeitos cuja identidade ou expressão de género corresponde ao sexo atribuído no nascimento.

como modelo a atração por pessoas do sexo oposto, determinou que os “machos” (designados como tal com base na inspeção da genitália à nascença) desenvolveriam uma identidade consistente com o sexo anatómico, facilmente decifrável como masculina, e sentir-se-iam sexualmente atraídos por mulheres e, e, inversamente, as “fêmeas” desenvolveriam uma identidade feminina e sentir-se-iam sexualmente atraídas por homens.

A relação de coerência que foi sendo engendrada entre “sexo”, “gênero” e “sexualidade” definiu, nas sociedades ocidentais, um *ordenamento do sistema de gênero* que veio a reconhecer unicamente como “inteligíveis”, válidas e aceitáveis as identidades que se organizavam em torno da lógica “*pénis > masculinidade > desejo sexual por mulheres*” e “*vagina > feminilidade > desejo sexual por homens*” (Figura 1). Para o pensamento científico da altura, a conformidade apresentada por estas identidades ao nível do “sexo”, “gênero” e “sexualidade” era visto como parte de um processo que respondia ao imperativo biológico, inscrito na “natureza humana”, pelo que lhes era atribuído um estatuto de “normalidade”. A heteronormatividade, enquanto conjunto de práticas culturais, religiosas, legais e institucionais fortemente apoiadas na ideia de “complementaridade” e de finalidade reprodutiva, auxiliou a manter os pressupostos normativos que definiam a existência de dois (e únicos dois) sexos (complementares, dicotômicos e hierarquizados), de que o comportamento de gênero era uma derivação imutável do sexo biológico, e que apenas a atração sexual entre esses sexos/gêneros "opostos" era “natural” ou “aceitável”.

Figura 1
Ordenamento do Sistema de Gênero



Fonte: elaboração própria baseada no pensamento de Judith Butler (2015 [1990]).

A heteronormatividade instituiu um sistema hierárquico de gênero que, além de conceder maior poder aos homens do que às mulheres, promoveu a criação e a exclusão de um número considerável de identidades que não se “encaixavam” nas rígidas categorias binárias por apresentarem ambiguidades ao nível da genitália (p. ex. pessoas intersexo), da aparência de gênero (p. ex. travestis, transexuais, transgênero) ou do desejo sexual (p. ex. homossexuais ou bissexuais). Este conjunto de identidades, ao se distanciarem do padrão normativo e provocarem “descontinuidades”, “incoerências” e “desordens” na relação tripartida “sexo”, “gênero” e “sexualidade” passaram a ser lidas como “meras falhas do

desenvolvimento ou impossibilidades lógicas” (Butler, 2015 [1990], p. 44). Os deslocamentos às “normas de inteligibilidade cultural” existem e sempre existiram nos diferentes contextos históricos e culturais. Eles são reais. No entanto, os vários dispositivos de normalização, policiamento e vigilância da heteronormatividade que foram sendo acionados¹⁸ ajudaram a controlar os comportamentos “transgressores”, “desordeiros”, “problemáticos” e “contranatura” que atentavam contra o “normal” funcionamento do sistema de gênero, adequando-os à ordem binária por forma a produzirem conformidade social. Neste processo, as “ciências sexuais” – influenciadas pelos fundamentos biológicos do modelo essencialista – foram determinantes para naturalizar comportamentos, fixar identidades e ordenar as “anormalidades” em função da sua patologia, legitimando não só a inscrição de uma “inumerável família dos perversos” (Foucault, 1994 [1976], p. 44) nos compêndios médicos, bem como a prescrição de intervenções corretivas e/ou punitivas para todas elas, com consequências expressivas na sua estigmatização e exclusão social.

1.1.2. O “Modelo Médico” e a Invenção “Travesti” e “Transexual”

As primeiras teorizações sobre travestis resultaram no que Thomas Kando (1973, p. 139-140) qualificou como o “modelo médico”. Este modelo procurava explicar as causas dessa conduta “patológica” com base em perspectivas biológicas, psicanalíticas, de aprendizagem social ou de desenvolvimento cognitivo. Não cabendo descrever aqui, em detalhe, toda a história da conceptualização do fenómeno travesti pela medicina,¹⁹ importa destacar que foi na figura do *hermafrodita*²⁰ que ela começou a focar primeiramente a sua atenção (Dreger, 1998), procurando interpretar corpos que não podiam ser classificados inteiramente como machos ou fêmeas por se encontrarem em posição indefinida. Crendo que todas as pessoas deveriam possuir apenas um sexo e que ninguém poderia ser, em simultâneo, macho e fêmea,²¹ as ciências médicas empreenderam esforços para tentar descobrir, na fisiologia humana, o “verdadeiro sexo” (Foucault, 1983 [1978]) dos hermafroditas. No final do século XIX, com o desenvolvimento da cirurgia e da microscopia, acreditou-se ter encontrado o elemento que eliminaria qualquer forma de ambiguidade entre homens e mulheres: a presença de testículos e ovários (Hausman, 1992; Leite Júnior, 2008, p. 62). A partir deles, começou-se a atribuir um único sexo a cada *pseudo-hermafrodita*, permitindo que passassem a ser definidos por ele.

No seguimento da conceptualização sobre os hermafroditas começou a nascer, no final do século XIX, a ideia de “inversão sexual”, a partir da qual se originou a identidade homossexual, travesti, transexual, entre outras. Para as ciências sexuais, o que definia aquilo a que hoje designamos por

¹⁸ O “sexismo” e a “homo/transfobia”, enquanto instrumentos de defesa das fronteiras de gênero (masculino/feminino) e sexuais (hétero/homo) foram, obviamente, necessários para a manutenção e reprodução deste sistema binário e heteronormativo.

¹⁹ Para um aprofundamento desta matéria poderão ser consultados os trabalhos de Billings e Urban (1982), Bullough e Bullough (1993, especialmente p. 203-225) ou King (1996).

²⁰ Entendida, na altura, como pessoa nascida com características anatómicas ambíguas, incorporando, em graus variáveis, aspetos da fisiologia masculina e feminina (nomeadamente órgãos genitais externos e/ou sistema reprodutivo interno atípicos, não considerado “padrão”).

²¹ Pensamento que nem sempre existiu nalgumas sociedades onde, por exemplo, se admitia que hermafroditas tivessem dois sexos até determinada idade (Fausto-Sterling, 1993, p. 23; Garaizabal, 1998, p. 40).

“género” e “sexualidade” dos sujeitos era o seu sexo biológico. Deste modo, as pessoas que apresentavam uma atração afetivo-sexual por alguém do mesmo sexo passaram a ser entendidas como *hermafroditas psíquicos* – ou como descreveu Foucault (1994 [1976], p. 47) uma espécie de “andróginos interiores”, “hermafroditas da alma” – uma vez que a sua “anomalia” não residia no “corpo”, mas sim na “mente” (Leite Júnior, 2008). A figura do homossexual²² representava o grau máximo de hermafroditismo psíquico dado que o comportamento sexual manifesto era “inverso” à normatividade instituída. Como esse comportamento não correspondia às suas características sexuais físicas primárias e secundárias, apesar destas apresentarem uma atividade e desenvolvimento “normais”, entendia-se haver uma “anomalia psíquica”. A obra influente *Psychopathia Sexualis* (1933 [1886]) do psiquiatra Richard von Krafft-Ebing é um exemplo brilhante de como, na altura, a medicina narrava os indivíduos homossexuais como portadores de um instinto sexual contrário ou invertido uma vez que as suas práticas não tinham o propósito da reprodução.

Esta relação entre hermafroditismo e homossexualidade era tão estreita que o advogado e teólogo alemão Karl Heinrich Ulrichs – considerado o primeiro autoproclamado homossexual do mundo moderno e um pioneiro do movimento dos direitos homossexuais – chegou a se autodescrever num dos seus ensaios sobre *uranianos* (nome usado por ele para designar homens homossexuais, também entendidos como “terceiro sexo”) como sendo alguém com uma “alma feminina confinada num corpo masculino” (Kennedy, 2005, p. 124). Tal não significava que Ulrichs se considerasse uma mulher ou um hermafrodita, mas a sua atração por homens iguais a si, inseria-o na lógica societária de que as mulheres desejariam o “oposto” e vice-versa. Ora, indivíduos como Ulrichs, que possuíam um “instinto sexual feminino” (e, por isso, invertido) acabavam por não ser detentores de todas as características masculinas que poderiam fazer deles “verdadeiros homens” e, com efeito, eram observados como uma espécie híbrida: metade homem, metade mulher; hermafroditas mentais; sujeitos que não pertenciam totalmente a um dos sexos.

Um dos pioneiros no estudo do “travestismo” foi o psiquiatra Carl von Westphal, tendo relatado, em 1869, num artigo científico, o caso de um homem e uma mulher que se vestiam com roupas do sexo oposto desde a infância (Bullough & Bullough, 1993, p. 204). No entanto, foi o médico e sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, autodeclarado homossexual, que utilizou, pela primeira vez, na sua extensa obra *Die Transvestiten* (1910), o termo *transvestiten* (traduzido posteriormente, em inglês, para *transvestite*,²³ e, em português, para *transvestido*²⁴), na qual apresentou 16 casos clínicos de homens e

²² Termo cunhado, em 1869, por Karl Maria Kertbeny num panfleto contra as leis que proibiam a “pederastia” e a “fornicação antinatural”. Curiosamente, só mais tarde, em 1892, é que se utilizou pela primeira vez o termo *heterossexual*, introduzido pelo médico James Kiernan não para determinar a normalidade sexual, mas para descrever o comportamento “perverso” de se praticar sexo sem ser por fins de procriação. O desejo pelo sexo oposto com vista à gratificação sexual foi, até à década de 1920, considerado “anormal” (Mottier, 2010). O facto de este termo ter surgido posteriormente ao de homossexual ajuda a esclarecer que a heterossexualidade só veio a ser definida em função do comportamento que, então, passou a ser visto como “desviante” (Vasconcelos, 2004). Foi neste processo de criação de desejos opostos, que se constituiu a “norma” sexual e a sua “inversão”.

²³ Veja-se, por exemplo, que o título da obra de Hirschfeld foi traduzido, nesse mesmo ano, por *The Transvestites* (1991 [1910]).

²⁴ O médico forense Asdrúbal António d’Aguiar (1926) classificou os sujeitos homossexuais que se vestiam de mulheres como *transvestidos* (p. 14) ou *transvéstidos* (p. 17). Este comportamento, visto como uma “perversão”, foi qualificado, por ele, como

um de uma mulher (a maior parte deles pacientes seus) que, de forma temporária ou permanente, faziam uso de roupas associadas ao outro sexo/gênero, para diferenciar o fenômeno de outros comportamentos sexuais. O significado *transvestiten* atribuído por Hirschfeld resultou da junção do termo latim *trans* (“cruzar”, “transpor”, “sobrepôr”) e *vestis* (“vestes”, “roupas”) com o sentido de expressar o ato de “cruzar o vestuário”, “trocar a vestimenta”.²⁵

Reconhecendo a existência de *intermediários sexuais* (Hirschfeld, 1966 [1935]), ou seja, pessoas que não eram inteiramente homens/masculinos ou mulheres/femininas, Hirschfeld (1991 [1910]) fez uso do termo *transvestiten* para abarcar diferentes identidades que, de acordo com os 10 perfis elaborados, iam desde o “*transvestiten* automonossexual” (indivíduos que se masturbavam diante a sua imagem travestida) até ao “*transvestiten* completo” (indivíduos que apresentavam o desejo de proceder a cirurgia de mudança de sexo). Em termos de comportamento sexual, Hirschfeld observou que a maioria dos homens travestidos manifestava um evidente interesse sexual por pessoas do sexo oposto. Essa descoberta foi, talvez, um dos aspetos mais importantes da sua obra por dissociar a homossexualidade do “travestismo”, defendendo que a atração por pessoas do mesmo sexo não estava necessariamente associada ao uso de roupas femininas, sendo uma condição que ocorria independente desta e que devia ser entendida de forma separada (Hirschfeld, 1966 [1935]) o que provocou um forte abalo no pensamento científico da altura que acreditava que, se um homem sentia certa compulsão para usar roupas de mulher era porque, provavelmente, possuía um “instinto sexual feminino” e, como tal, deveria sentir atração sexual por outros homens, como esperado por uma mulher.

Em 1913, o sexólogo inglês Havelock Ellis (1859-1939), ao também se ter debruçado sobre o fenômeno, criticou a designação *transvestiten* concebida por Hirschfeld por considerá-la limitadora, na medida em que a sobrevalorização do ato de vestir reduzia um fenômeno carregado de nuances a esse único aspeto.²⁶ Entendendo que ele era apenas uma das suas dimensões propôs, então, na publicação *Studies in the Psychology of Sex* (1936 [1928]), o termo *inversão sexo-estética*, alterando-o posteriormente para *eonismo*,²⁷ a fim de também abarcar certos sujeitos que, embora “menos comuns”, eram “mais completos” por se identificarem com os traços físicos, psíquicos e comportamentais do sexo oposto ao qual sentiam realmente pertencer. Por forma a classificar de modo distinto este subgrupo de

transvestitismo (p. 240). O termo “travesti” utilizado nesta tese distancia-se amplamente do significado atribuído pelas classificações médicas portuguesas por se considerar, entre outros aspetos, que esta categoria identitária não é patológica, não está circunscrita ao ato de vestir roupas e não serve para designar, de forma indistinta, homens e mulheres. É, como evidenciado no final deste capítulo, e em especial no capítulo 5, uma categoria para definir sujeitos masculinos que se constroem no feminino a partir de contextos sociais específicos, particularmente, prostitucionais.

²⁵ Em inglês, a junção *across + dress* originou a palavra *cross-dresser*, razão pela qual se tornou sinónimo de *transvestiten*. Julga-se ter sido o sexólogo inglês Edward Carpenter o primeiro autor a empregar esta palavra, como tradução do termo de Hirschfeld, na sua publicação *Intermediate Types Among Primitive Folk* (2016 [1914]).

²⁶ É dentro deste entendimento que alguns autores e ativistas contemporâneos, como a americana Miqqi Gilbert (2014, p. 66), exortam à utilização do termo *cross-gender* em vez de *cross-dresser* para dar ênfase à “identidade” de género e não somente à sua “manifestação” (as roupas).

²⁷ Termo inspirado na figura histórica do Cavaleiro d’Eon de Beaumont (1728-1810), espião e diplomata de Luís XV que durante 49 anos viveu como homem e desenvolveu ocupações masculinas, mas atendendo às suas características físicas andróginas foi recrutado pela corte francesa para prosseguir missões secretas, infiltrado de mulher. Após a morte de Luís XV, e durante 33 anos, continuou a viver em permanência no feminino (Green, 1999 [1966]).

sujeitos, empregou, em 1923, num estudo sobre *intersexuais*,²⁸ a expressão *transexualismo psíquico* (do alemão *seelischer transexualismus*) para dar conta de um conjunto de pessoas cujo “sexo da alma” (sexo que cada indivíduo acreditava possuir) não apresentava conformidade com o sexo biológico.

Apesar das disputas e divergências semânticas quanto à nomeação da categoria identitária concebida por Hirschfeld e Ellis, refletindo o seu estado embrionário de formação, as teorizações que ambos levaram a cabo contribuíram para produzir duas distinções vanguardistas: a primeira foi a separação do “travestismo” da homossexualidade, refutando a associação, inicialmente efetuada por Krafft-Ebing (1933 [1886]), como fenómenos dependentes um do outro, instaurando a distinção entre desejo sexual e “sexo psicológico” (aquilo que hoje designaríamos por *orientação sexual* e *identidade de género*); e a segunda foi a identificação do “transexualismo” (assim designado na altura) como um subgrupo dentro do “travestismo”.

Embora Hirschfeld (1923) tenha utilizado o termo *transexualismo psíquico*, é ao sexólogo americano David O. Cauldwell (1987-1959) que se atribui o estatuto de pioneiro na utilização dos termos *transexual* e *transexualismo* com a publicação do artigo *Psychopathia Transexualis* (1949) (título alusivo à obra clássica *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing) onde abordou o caso de uma rapariga que se desejava masculinizar (Ekins & King, 2001). Claudwell fez uso desses termos para se referir a indivíduos que ambicionavam assemelhar-se a membros do sexo oposto, desejando inclusive proceder a alterações das suas características físicas e anatómicas, reflexo de uma condição psicológica “doente” e “desfavoravelmente afetada”. Esses termos parecem não ter causado muito impacto na comunidade médica e social da sociedade ocidental até meados da década de 1950, altura em que começaram a ser divulgados casos de indivíduos que se tinham submetido a cirurgias de “mudanças de sexo”²⁹ por sentirem, de alguma forma, que a natureza tinha cometido “um erro” ao lhes conceder um “corpo errado”. O mais famoso foi o de George William que, em 1952, ao se transformar em Christine Jorgensen, e ser notícia no *New York Daily News* com o título “*Ex-militar transforma-se em beleza loira*”, ficou mundialmente conhecida.³⁰ Aproveitando a oportunidade mediática, Jorgensen vendeu a sua história à imprensa sensacionalista, tornando-se numa celebridade internacional. Mais tarde, escreveu a sua autobiografia (Jorgensen, 1967). Devido à notoriedade do caso, o endocrinologista dinamarquês Christian Hamburger e colegas (médicos responsáveis pela cirurgia) receberam grande número de cartas de pessoas desesperadas que se identificaram com a história de Jorgensen (Hamburger,

²⁸ Termo cunhado pelo médico inglês Richard Goldschmidt, em 1917, para substituir a expressão “hermafrodita”, cuja designação era um pouco confusa (Dreger, 1998).

²⁹ Também designadas contemporaneamente por “cirurgias de reatribuição sexual”, “cirurgias de reconstrução sexual”, “cirurgias de reconstrução genital”, “cirurgias de confirmação de género” ou “cirurgias de afirmação de género”.

³⁰ As cirurgias de “mudança de sexo” já eram praticadas antes desta data. Mas por não receberem a mediatização que a de Jorgensen teve, passaram despercebidas. Segundo Bullough e Bullough (1993, p. 255), a primeira intervenção cirúrgica foi a Sophia Hedwing, em 1882, que, no âmbito do tratamento de pseudo-hermafroditas, se tentou que os seus genitais externos se assemelhassem ao de um pénis. De acordo com Susan Stryker (2008, p. 39), a primeira transformação completa (de homem para mulher) foi realizada a Dora Richter, entre 1922 e 1931, na cidade de Berlim. O cirurgião que efetuou a operação, Felix Abraham, documentou o caso, em 1931, num artigo científico em língua alemã, traduzido para inglês, em 1997, pelo *International Journal of Transgenderism*. Em 1933 foi também publicado o livro *Man Into Woman* de Niels Hoyer, que narra a história de Einar Wegener, um pintor dinamarquês que, no final dos anos 20, sofreu várias operações de “mudança de sexo”, tendo-se transformado em Lili Elbe.

1953) e que, ao reconhecerem, pela primeira vez, não estarem sozinhas, solicitavam ajuda para conseguirem, como diríamos hoje, “adequar o corpo à identidade de gênero”. Considerando que o propósito da medicina era o de propiciar as condições necessárias para que os pacientes encontrassem um equilíbrio mental, Hamburger e colegas entendiam que deveria ser realizado um esforço terapêutico para reduzir o seu desânimo e infelicidade e tornar a suas vidas o mais toleráveis possível. É neste entendimento que, em 1953, publicam o artigo *Transvestism: Hormonal, Psychiatric and Surgical Treatment* (1953) no qual recomendam a realização de alterações cirúrgicas e endócrinas aos “verdadeiros travestidos” (*genuine transvestism*)³¹ dado terem à sua disposição uma oferta de tecnologias e práticas médicas em fase experimental, particularmente no domínio da endocrinologia e da cirurgia plástica, em resultado da Segunda Guerra Mundial (Hausman, 1992, 1995), que faziam do desejo de alguns pacientes uma possibilidade concreta de adequarem o corpo. Ao considerarem que o “sexo cromossômico” seria inalterado e, conseqüentemente, não ser possível mudar o sexo destas pessoas, Hamburger e colegas acreditavam que o único procedimento terapêutico capaz de aliviar o sofrimento seria através da criação de uma aparência externa semelhante ao de alguém do sexo oposto.

É a partir das obras do médico norte-americano de origem alemã Harry Benjamin (1885-1986) publicadas em 1953 e 1954, que a diferenciação e independência conceitual entre “travestismo” e “transexualismo” começa a ser esboçada. Benjamin, que desde os anos 20 tinha vindo a observar inúmeros casos de pessoas que se vestiam com roupas do sexo oposto, reconheceu uma distinção entre travestis e transexuais focada fundamentalmente na relação que cada qual mantinha com os órgãos sexuais. Enquanto no “travestismo” havia uma representação do papel sexual contrário, não existindo um desejo de alteração dos genitais por serem fontes de prazer, no “transexualismo” existia um intento de *ser e funcionar* como alguém do sexo oposto, conduzindo os sujeitos a ambicionarem a aquisição de características físicas, emocionais e/ou sexuais associadas ao sexo/gênero a que sentiam pertencer, e se predisporem à realização de cirurgias “corretivas” a fim de corrigirem o “erro anatómico” da natureza. O sentimento de grande infelicidade que alguns transexuais apresentavam, podia ser explicado pelo forte desconforto sentido em relação à genitália, que se encontrava em total desacordo com a sua “mente”. Como tal, designava de “transexuais” aqueles que exprimiam um “desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente o estado sexual, inclusive a estrutura orgânica”.

Benjamin acreditava que o sistema glandular apresentava enorme relevância no campo da sexologia e, como tal, o “sexo psicológico” de travestis e transexuais poderia ser explicado como uma condição genética e/ou endocrinológica (relacionada com a existência de determinadas hormonas,

³¹ Esta designação servia para diferenciar de outros tipos de travestismo: o *fetichista* (pessoa que, em consequência de uma obsessão neurótica, tendia a concentrar-se num ou mais artigos de roupa, desenvolvendo um interesse erótico em se travestir) ou o *homossexual masculino* (referente ao homossexual do tipo passivo que manifestava desejo em vestir roupas femininas). King (1998) dá conta que, embora alguns autores deste período reconhecessem a designação “transexual” na literatura sexológica, a maioria continuava a descrever os sujeitos que desejavam uma “mudança de sexo” como travestis, de tal maneira que o travestismo chegou a ser definido exclusivamente por esse desejo (veja-se, por exemplo, o trabalho de Hertz, Tillinger e Westman, 1961). Até então, parecia não haver uma clara distinção entre *travestismo* e *transexualismo*. A tipologia de pessoas que existia eram os “travestis”, alguns dos quais solicitavam operações de “mudança de sexo”.

gónadas, cromossomas ou outras variáveis físicas). Já o psicólogo John Money (1921-2006) – que se encontrava envolvido no estudo e compreensão do hermafroditismo³² juntamente com os psiquiatras John e Joan Hampson da *John Hopkins University* em Nova Iorque, onde trabalhavam, e com os quais iniciou a produção de teoria sobre a temática (Money, 1955; Money, Hampson, & Hampson, 1955a,b; 1956 e 1957) em decorrência do acompanhamento realizado a 105 pacientes hermafroditas – preconizava que o “sexo psicológico” ou *género* – conceito cunhado por ele para designar o conjunto de características psicológicas e comportamentais que os indivíduos demonstravam para revelar a representação e o sentimento de si como homens ou mulheres – não era inato à biologia, mas produto de um processo de aprendizagem e condicionamento, similar à aquisição da linguagem ou o *imprinting* dos modelos de conduta, assegurado por diferentes instituições através de mecanismos que instituíam a polarização dos sujeitos em masculinos e femininos. Crente que a experiência pessoal e subjetiva do género podia ser aprendida (e, por isso, modificável) até aos dois anos de idade (altura em que ela estaria totalmente definida), recomendava a realização de intervenções cirúrgicas em crianças e recém-nascidos com aparatos genitais ambíguos³³ desde que acompanhadas de uma persistente educação centrada na aprendizagem dos *papéis de género* (*gender role*) – conceito paralelo ao de “papéis sexuais” de Talcott Parsons (1956) – isto é, dos comportamentos associados à masculinidade e à feminilidade, por forma a ser edificada uma conduta de género coerente com o novo sexo entretanto atribuído.

Ao afirmar que, durante o processo de socialização, a educação tinha um papel fundamental na formação do género, Money preconizou uma ideia revolucionária: a de que o “género” não era uma derivação absoluta do “sexo”, nem estaria necessariamente relacionado com ele, como até então se pensava. O “género” seria uma categoria cultural determinada por aspetos psicológicos e sociais, enquanto o “sexo” uma categoria de ordem biológica, o que significaria que o desenvolvimento de uma identidade masculina ou feminina podia ser desenvolvida independentemente do corpo fisiológico, existindo relativa independência entre “sexo” e “género”. O seu pensamento, ainda que construtivista, apresentava, no entanto, noções essencialistas ao situar a “masculinidade” e a “feminidade” dentro de papéis normativos rígidos (como brincar à bola ou gostar de bonecas), e o “género” e a “sexualidade” dentro da matriz heterossexual, uma vez que, no seu entendimento, a correção dos genitais das crianças hermafroditas (intersexo) tinha como objetivo assegurar a diferença dos sexos e manter a heterossexualidade entre os sujeitos.³⁴ Esta teoria teve grande reconhecimento na comunidade científica,

³² Tema sobre a qual recaiu a sua tese doutoral *Hermaphroditism: An Inquiry Into The Nature of Human Paradox* (1952).

³³ Até aos dois anos de idade, o critério determinante para a realização de intervenções cirúrgicas estava centrado no tamanho dos genitais externos, pelo que as crianças que apresentassem micropénis ou macroclitórís estavam sujeitas à sua ablação com o objetivo de se promover um “correto” ajustamento da sua fisiologia e reconduzi-las à normalização do sistema sexual binário.

³⁴ Às crianças sujeitas a intervenção cirúrgica, Money utilizava diferentes recursos terapêuticos por forma a que elas desenvolvessem comportamentos socialmente adequados ao sexo entretanto atribuído. John Colapinto (2006) apresenta um dos muitos casos acompanhados por Money: o dos gémeos canadianos Brenda e Brian Reimer. Estes gémeos não eram crianças hermafroditas, com as quais Money tinha colocado em prática a sua controversa teoria. Em 1966, Brenda, com apenas sete meses de idade, viu o seu pénis queimado durante os procedimentos para a circuncisão devido a problemas nos equipamentos cirúrgicos, e sujeita a uma cirurgia para reconstrução vaginal. Durante vários anos, Money realizou várias técnicas psicoterapêuticas para produzir o “género adequado” para uma menina e uma sexualidade normativa, fazendo-a acreditar que, de facto, era uma menina. De entre essas técnicas incluía conversas sobre as diferenças comportamentais entre homens e mulheres, mostra de fotografias dos genitais entre irmãos, bem como técnicas radicais de simulações de cópula entre Brenda e

pelo que acabou por ser “adaptada” às pessoas transexuais que, atendendo à manifesta incongruência entre o “sexo” e o “papel de género” que se esperava delas, passaram a serem caracterizadas como portadoras de uma “inversão” de género causado por um processo socializador “disfuncional”.

Baseado nos conceitos de Money, o psiquiatra e psicanalista Robert Stoller (1924-1991) formulou, em 1964, o conceito de *identidade de género* para designar a percepção interna de se ser homem ou mulher, masculino ou feminino. Na sua obra *Sex and Gender* (1968), defende que a *identidade nuclear de género* é construída, desde o nascimento, através de influências biológicas e hormonais presentes desde a vida fetal. Sobre elas, a conduta parental teria a capacidade de atuar e influenciar a identidade de género das crianças que, por volta dos três anos de idade, já seria imutável. A justificação para os problemas de género, como o “travestismo” ou o “transexualismo”, estariam, assim, intimamente relacionados com conflitos intrapsíquicos surgidos dentro da dinâmica familiar. Para Stoller (1974), o “travestismo” teria a sua origem num trauma de infância relacionado com um ataque à masculinidade por parte de uma mulher (geralmente a mãe) que teria obrigado a criança a vestir roupas femininas. Em adulto, vingar-se-ia da humilhação a que tinha sido sujeito, vestindo-se de mulher para sublinhar a sua virilidade inabalável e apaziguar o seu “medo de castração”. No que respeita ao “transexualismo” masculino, Stoller entendia que a mãe do transexual, detentora de uma feminilidade desvalorizada, revelava um desejo inconsciente em ser homem, fundamentado na “inveja do pénis” (conceito freudiano), pelo que escolheria um parceiro submisso e distante que não serviria de referência masculina para o filho. Com o nascimento deste, iniciava-se um processo de transferência desse seu desejo por via do estabelecimento de uma ligação extremada e excessiva com ele. Com efeito, o filho, não conseguindo superar esta “simbiose” emocional, acabava por não executar o “complexo de Édipo” (outro conceito freudiano central). Já a explicação para o “transexualismo” feminino se encontraria numa interrupção prematura da simbiose mãe-bebé e estimulação precoce pelos pais-homens, que serviram de modelo de identificação, não possibilitando a cumprimento do “complexo de Electra” (conceito neo-freudiano proposto por Carl Jung como análogo feminino do “complexo de Édipo”). Esta tese conduziu à conceptualização das pessoas transexuais como portadoras de um “distúrbio”, na medida em que teriam desenvolvido uma identidade de género “anormal”.

É a partir do surgimento destas duas correntes teóricas explicativas dos problemas de género – *as biológicas*, relacionadas com o funcionamento endocrinológico do corpo; e *as psicanalíticas*, relacionadas com o papel da educação na formação da identidade de género – que emergiram propostas

Brian, nas quais Brenda assumia o papel de recetora do pénis do irmão. O caso Brenda era, para Money, a prova que o movimento feminista ansiava: alegar a inexistência de razões biológicas para determinar comportamentos gendificados e, conseqüentemente, a desigualdade de género. Em 1972, Money declara a transição de género como um sucesso no seu livro *Man & Woman, Boy & Girl*. No entanto, Brenda continuava a apresentar comportamentos masculinos e nunca se tinha identificado como mulher. Quando aos 13 anos descobre a verdade sentiu-se aliviada e, opta, de imediato, por se transformar num rapaz. Em consequência deste processo, acaba por, mais tarde, desenvolver problemas do foro mental e, tragicamente, se suicidar aos 38 anos de idade. Esta história originou o documentário histórico *Dr. Money and The Boy With No Penis* produzido por Sanjida O’Connell (2004). É importante salientar que este caso continua a ser objeto de enorme controvérsia, tendo Judith Butler discutido-o na sua obra *Undoing Gender* (2004) não para reduzir o género à biologia, mas para dar conta dos violentos processos de normalização médica.

distintas para “tratar” o “transexualismo”. Alguns psicanalistas acreditavam na necessidade de submeter os/as transexuais a terapia intensa para induzirem o conflito de Édipo/Electra e fazer com que a masculinidade/feminilidade “roubada” pela mãe pudesse surgir. Benjamin (1953), por sua vez, ao acreditar que a identidade de género seria inalterável, considerava as psicoterapias (em especial a psicanálise e as suas explicações relacionadas com a “socialização disfuncional” ou o “complexo de castração”) uma “perda de tempo” para “tratar” transexuais. Para ele, e à semelhança de Hamburger, a única terapêutica possível seria a modificação do corpo, através de uma cirurgia de reatribuição sexual, com o intuito de adequar a forma como a pessoa se via e conseguir a desejada coerência entre “sexo” e “género”. A psicoterapia, quanto muito, ajudaria a adaptar os/as transexuais à sua nova condição. Ressalta-se que, embora fosse apologista do tratamento cirúrgico, considerava que o “sexo genético” não podia ser alterado; o que seria modificado seriam as “características sexuais secundárias” por forma a alinhá-las com as definições normativas de género. A defesa acérrima pela legitimidade do “tratamento” cirúrgico levou-o a estabelecer critérios de diagnóstico – estabelecidos com base em características inferidas como sendo partilhadas por todos/as os/as transexuais – para identificar e reconhecer, com precisão, os “verdadeiros transexuais”, ou seja, os sujeitos elegíveis que se poderiam submeter a ele. Em substituição da anterior busca pelo “verdadeiro sexo”, iniciou-se, assim, uma busca por encontrar o “verdadeiro género”.

Na famosa obra *The Transsexual Phenomenon* (1966), uma das mais importantes sobre o tema, Benjamin forneceu as bases para a constituição desse diagnóstico, ajudando profissionais a diferenciar os “fenómenos” a partir de uma escala (inspirada na Escala de Kinsey)³⁵ na qual classifica seis diferentes tipos de pessoas em função do seu nível de indefinição de género, ordenadas numa espécie de “*continuum* comportamental”, cujos extremos eram dados pelo “pseudo-travestismo” e pelo “transexualismo”, ocupando o “travestismo” um lugar intermédio (e indefinido) entre eles (Tabela 1).

Ainda que o “travestismo” e o “transexualismo” fossem observados como fenómenos distintos, eram percebidos como graduações de um “distúrbio da normal orientação do sexo e do género”, em que o primeiro era a manifestação de um sintoma mais “ligeiro”, porém recorrente, e o segundo mais “agudo”, mas menos frequente em termos de prevalência. Como tal, para os “travestis” (tipo II e III), Benjamin recomendava um tratamento baseado na psicoterapia; para quem oscilasse entre o “travestismo” e o “transexualismo” (tipo IV) sugeria o tratamento hormonal; e para quem revelasse um forte desejo interno de pertencer ao sexo oposto (tipo V e VI) indicava, além da ajuda psicológica e hormonal, a cirurgia de “mudança de sexo”. Todavia, a atribuição de um diagnóstico não tinha necessariamente um carácter estático porque, ainda que alguns sujeitos se situassem num determinado

³⁵ A Escala de Kinsey descreve o comportamento sexual de um indivíduo num determinado momento. Ela é constituída por sete níveis, representando 0 o comportamento “exclusivamente heterossexual” e 6 o comportamento “exclusivamente homossexual”. Os dados do estudo *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) preconizado pelo biólogo norte-americano Alfred Kinsey e colegas vieram mostrar que o espectro da sexualidade é amplo, não se limitando a duas orientações sexuais.

tipo, havia quem oscilasse de um tipo para outro em diferentes momentos da sua vida ou exibisse uma trajetória evolutiva ao longo dos diferentes grupos.

Tabela 1
Escala de Indefinição de Gênero de Benjamin (1966)

Grupo	Tipo	Classificação	Definição
1	I	Pseudo travesti	Pessoa que se veste esporadicamente com roupas do sexo oposto.
	II	Travesti fetichista	Pessoa que se veste periodicamente com roupas do sexo para obter gratificação sexual por via da masturbação.
	III	Travesti verdadeiro	Pessoa que se veste constantemente com roupas do sexo oposto, mas que rejeita, no momento, proceder a alterações corporais. No futuro, a ideia pode ser atrativa. O transexualismo poderá estar latente.
2	IV	Transexual não cirúrgico	Pessoa que, sempre que possível, se veste como alguém do sexo oposto. Pode viver como homem ou mulher, ou flutuar entre a identidade masculina e feminina. É representada como “indecisa”.
3	V	Transexual (intensidade moderada)	Pessoa que se encontra “presa num corpo errado”. Se possível, vive e trabalha como alguém do sexo oposto. Mas essa prática concede um alívio insuficiente no seu desconforto de gênero. Apresenta desejo de se submeter a intervenções cirúrgicas e algumas são alcançadas.
	VI	Transexual (intensidade alta)	Pessoa que apresenta uma total inversão psicosssexual. Pode viver e trabalhar como alguém do sexo oposto. Mas essa prática concede um alívio insuficiente no seu intenso desconforto de gênero. Há uma manifesta orientação heterossexual. ³⁶ A genitália é fonte de angústia e rejeição. Existe risco de suicídio ou automutilação se o sofrimento for duradouro.

Nesta escala, as pessoas travestis eram analisadas em torno da díade “verdadeira” / “falsa” (pseudo), enquanto que as transexuais eram analisadas em torno da dimensão “intensidade” porque, na visão de Benjamin, “não existia a priori uma ‘pseudo’ transexual, pois se assim fosse, ela não seria classificada como tal, e sim, provavelmente, como travesti” (Leite Júnior, 2008, p. 148). Por isso, todos os sujeitos que, de alguma forma, não reunissem as características definidoras da identidade “transexual” eram percebidos como travestis ou “falsos transexuais”. Uma dessas características era, como vimos, a relação de abjeção com a sua genitália, expressa na dificuldade em tocar e/ou obter prazer sexual com ela. Em situações extremas, a sensação de “injustiça genética” podia conduzir ao desejo recorrente de automutilação para se “livrar” definitivamente dessa genitália e sanar a divergência entre o corpo físico e o “sexo psíquico”. Outra característica era a manifestação de uma orientação heterossexual. Alguém que nascesse do sexo masculino e revelasse uma “total inversão psicosssexual” deveria, pois, sentir-se atraída por homens e demonstrar interesse pela passividade. De acordo com o ordenamento do sistema binário, se a “mulher verdadeira” era necessariamente heterossexual/passiva, então, alguém que afirmasse e/ou tivesse a profunda convicção de “ser mulher num corpo de homem” também deveria sê-lo. No relacionamento com homens jamais se sentiria homossexual porque a sedução não seria executada com base no “disfarce de mulher”, mas no “sentimento” de ser efetivamente uma delas (Oliveira, 1994, p. 40). Caso contrário, a proximidade com a homossexualidade que o seu comportamento evidenciaria (e que devia se demarcar), seria razão para ser identificado como “falso

³⁶ A orientação sexual era definida por relação à identidade de gênero e não ao sexo anatómico. Desse modo, uma mulher transexual, ainda que não tivesse efetuado qualquer intervenção corporal (nem mesmo na expressão de gênero), ou seja, mesma parecendo um homem estereotípico, ao se sentir atraída sexualmente por homens, seria considerada uma “mulher heterossexual” e não um “homem homossexual”.

transexual” e, conseqüentemente, excluído como candidato às cirurgias. Na verdade, a ideia de que os indivíduos “mais indicados” para as cirurgias seriam aqueles que manteriam a heterossexualidade (em parte, já partilhada por Money e os Hampson no que respeita ao “tratamento” dos hermafroditas) servia justamente para, na visão da socióloga Berenice Bento (2006a, p. 25), possibilitar o exercício de uma sexualidade “normal”, com o órgão “apropriado”.

A obra *The Transsexual Phenomenon* tornou-se numa das primeiras ferramentas conceituais não só para a padronização do diagnóstico, da etiologia e do tratamento do “transexualismo” como também para o desenvolvimento das teorias da identidade de género dos anos seguintes. Após a sua publicação, o termo “transexual” passou a ser popularizado no contexto psico-médico e amplamente utilizado nos estudos científicos subsequentes.³⁷ Por sua vez, o termo “travesti” foi sendo relegado para segundo plano, ao ponto de chegar a desaparecer praticamente da literatura profissional (King, 1998, p. 147). Os discursos sobre o “travestismo” passaram a estar cada vez mais associados às perversões sexuais e às parafilias, em especial ao *fetichismo* e ao *masoquismo* (Leite Júnior, 2008, p. 142; King, 1998, p. 147) e, por isso, percebido como uma categoria de género “menos importante” (Saleiro, 2013, p. 26), o que permitiu ao “transexualismo” constituir-se como a “desordem de género” de eleição das ciências psico-médicas a partir do qual se podia garantir o restabelecimento da coerência entre “sexo”, “género” e “sexualidade” e, conseqüentemente, a conformidade de alguns sujeitos ao sistema binário. As restantes identidades e expressões de género que, de alguma maneira, se afastavam desse binarismo (como os sujeitos travesti) foram sendo depreciados, marginalizados e/ou esquecidos, em boa parte, pela sua dificuldade de serem “explicados” e/ou “curados” pela medicina.

É a partir do conjunto de características inicialmente propostas por Benjamin para diferenciar pessoas em função do seu nível de indefinição de género, que a noção de “verdadeiro transexual” começa a ser arquitetada. Durante as décadas de 1960 e 1970, essa noção foi sendo consolidada à medida que a tendência cirúrgica se intensificou – em resultado da abertura de clínicas de “reorientação de género”, grande parte delas ligadas a universidades – e que foram surgindo associações internacionais (como a *Harry Benjamin Association*, por exemplo) que se organizaram para produzir conhecimentos sobre o assunto, passando os profissionais a utilizar (e, com efeito, a universalizar) a categoria “verdadeiro transexual” para se referirem a pessoas que: (i) apresentavam, desde a infância, uma consistente identificação com o género oposto; (ii) revelavam uma mínima ou nenhuma excitação sexual associada à prática do travestismo; e (iii) detinham uma repulsa pelo comportamento homossexual (HBIGDA, 2001, p. 3-4).

Os profissionais expectavam que a administração de “tratamentos” a estas pessoas lhes possibilitaria reduzir o sofrimento resultante da sua identidade de género “atípica”. Mas a fim de garantirem que os “tratamentos” eram dirigidos unicamente a pacientes mentalmente sãos, e não “psicóticos”, estes deviam ser submetidos a sessões exaustivas e prolongadas de avaliação para se

³⁷ Razão pela qual Benjamin tende a ser referenciado como o “fundador do transexualismo euro-americano contemporâneo”, ainda que o termo tenha sido cunhado por Cauldwell.

escrutinar a convicção de pertencerem ao gênero oposto e o desejo de serem submetidos a uma operação genital. A persistência e a coerência da narrativa dos pacientes eram indicadores de diagnóstico extremamente importantes que permitiam, por um lado, distinguir o “homem transexual” (MtF)³⁸ do “homossexual efeminado” ou do “travesti” (que embora exibissem comportamentos similares, repudiavam a ideia da perda do pênis) e, por outro, assegurar, com algum grau de fiabilidade, que reiterariam as normas de gênero do sistema binário e que não haveria arrependimentos depois da cirurgia. Com o desenvolvimento de uma série de ferramentas e instrumentos adicionais de avaliação diagnóstica, como a *Escala de Imagem Corporal* (1975) de Thomas Lindgren e Ira Pauly que media o nível de insatisfação com várias partes do corpo incluindo os órgãos genitais, as mamas, a barba, etc., a administração de “tratamentos” foi sendo cada vez mais restritiva, direcionada a pacientes, rigorosamente selecionados, que mostrassem cumprir com todos critérios para poder ser classificado como “verdadeiro transexual” e, conseqüentemente, estar apto para as cirurgias de “mudança de sexo”. Além dos já acima explicitados, a idade da manifestação do desejo de “mudar de sexo” e o grau de masculinidade/feminilidade apresentado também começaram a ser fatores influenciadores da atribuição desse diagnóstico. Os indivíduos que experienciassem, desde criança, um forte sentimento de pertença ao outro gênero, procurando vestir-se e comportar-se como tal; que eram *assexuais* ou sentiam atração sexual por pessoas do sexo oposto ao que se identificavam; que detestassem os seus genitais, especialmente a partir da puberdade com o aparecimento dos caracteres sexuais secundários (descritos por Person e Ovesey, 1974a, como *transexuais primários*) eram vistos como estando “mais aptos” para cirurgia que os indivíduos que apresentavam esse sentimento num período mais tardio da sua vida, decorrente de um quadro evolutivo de “homossexualidade” ou “travestismo ativo” (descritos por Person e Ovesey, 1974b, como *transexuais secundários*). O mesmo ocorria com os indivíduos que apresentassem diferenciados graus de masculinidade/feminilidade. Os que se afastassem das representações de gênero estabelecidas como “apropriadas” para um homem e uma mulher – designadas por Erving Goffman (1977, p. 319) como “estereótipos de gênero” – e não atuassem satisfatoriamente como membros do sexo oposto na “estilística corporal” (Butler, 2015 [1990]) poderiam ver recusado o acesso à cirurgia.³⁹ Uma aparência física discrepante com o estereótipo de gênero a que se reclamava

³⁸ Atendendo à confusão terminológica que os termos “homem transexual” e “mulher transexual” causavam, em 1987, durante o X Congresso da *Harry Benjamin Association*, decidiu-se passar a usar as abreviaturas “MtF” e “FtM” para designar “*Male to Female*” (macho para fêmea) e “*Female to Male*” (fêmea para macho). A primeira letra destas abreviaturas era relativa ao “sexo biológico” e a última à “reconstrução sexual” realizada, reforçando a ideia essencialista de que, o “ponto de partida” era concedido pela biologia, a partir dos genitais com os quais a pessoa teria nascido, pelo que ela nunca chegaria a ser um homem/mulher de “verdade”. Estas designações foram contestadas por grande parte das organizações de transexuais na medida em que, para elas, o ser homem ou mulher estava baseado no “gênero” com o qual a pessoa se identificava. Deste modo, alguém MTF deveria ser visto como uma “mulher transexual” (ou “transexual feminina”) por se definir e sentir como mulher, e alguém FTM como um “homem transexual” (ou “transexual masculino”) por se definir e sentir como homem, situação que veio contribuir, ainda mais, para aumentar os conflitos terminológicos e disputas conceptuais.

³⁹ Relativamente a este aspeto, Stoller (1973, 1984 [1968], p. 251) declarou que as cirurgias deviam ser restritas unicamente a “homens mais femininos”, que “expressassem essa feminilidade desde a infância” e que “não tivessem vivido períodos de vida como homens masculinos”. Saleiro (2013, p. 33) também faz referência a autores que davam conta de relatórios de reuniões entre clínicos, da altura, onde se evidenciava que homens “com muita barba” estariam menos qualificados para a cirurgia do que outros “de estatura mais pequena” e “com distribuição de pilosidade mais tipicamente feminina”.

pertencer era um “sinal de alarme” (Billings & Urban, 1982, p. 110). E uma vez que a coerência de gênero estaria “na ausência de ambiguidades”, como afirmou Bento (2006a), “o olhar dos especialistas” estaria ali para “limpar, cortar, apontar, assinalar os excessos, fazer o trabalho de assepsia” (p. 61), retirando tudo o que pudesse “pôr em xeque um dos pilares fundantes das normas de gênero: o dimorfismo natural dos gêneros” (p. 68).

1.1.3. A Patologização dos “Desvios” de Gênero

Na tentativa de se construir um diagnóstico que permitisse diferenciar o “verdadeiro transexual” de outros “desviantes” de gênero, as clínicas de “reorientação de gênero” que, entretanto, foram emergindo, começaram a excluir pessoas que se encontravam fora de determinados critérios. Mas os pacientes não demoraram muito tempo a reconhecer, a assimilar e a se apropriar do discurso “oficial” que lhes daria acesso às terapias hormonais e procedimentos cirúrgicos. Dado que o diagnóstico não era determinado por indicadores orgânicos, mas pelas afirmações que concediam, e tendo em conta que a sinceridade na descrição das suas narrativas pessoais podia ser “castigada” com uma avaliação desfavorável, estabeleciam um jogo de “convencimento pessoal” no qual reproduziam respostas conformistas com o que a equipa de sexologia – detentora do controlo ao acesso às tecnologias médicas – esperava ouvir para os satisfazer, na esperança de obterem autorização para realizarem a “mudança de sexo”.

À semelhança do que Stoller (1973, p. 536) já havia reparado, de que a maioria dos pacientes “conheciam as respostas antes de serem realizadas as perguntas” (em grande medida, porque estavam bastante familiarizados com a literatura médica), Norman Fisk (1974) reconheceu que, de forma repetida e sistemática, muitos pacientes mentiam e distorciam as suas histórias pessoais, ocultando informações e/ou performances que sabiam ser “problemáticas” para as equipas médicas, fornecendo uma narrativa biográfica “bem ensaiada e preparada” (p. 388) – centrada no discurso do “corpo errado” (Hines, 2007a), do “sempre me senti assim” e do desejo de expressar o “verdadeiro eu” para “viver como um homem/mulher normal” – e adotando “todos os sintomas do transexualismo clássico” (Fisk, 1974, p. 389) para conseguirem obter a transformação corporal desejada e alcançarem, por fim, a inteligibilidade social pela pertença a um determinado gênero – fenómeno que Bento (2006a, p. 40) descreveu como “dispositivo da transexualidade” e Saleiro (2013, p. 29) como “narrativa clássica da transexualidade”. Com efeito, Fisk adotou, em 1973, em oposição ao termo *euforia de gênero* (referente ao sentimento de bem-estar com o próprio gênero), a designação *síndrome de disforia de gênero* para definir o profundo desconforto que alguns sujeitos apresentavam, causado pela incongruência entre a sua identidade de gênero e o corpo sexuado, com o intuito de ampliar o número de indivíduos com indicação para tratamento atendendo a que, até então, se estaria mais preocupado no estabelecimento de um rigoroso diagnóstico diferencial do que na avaliação do mal-estar psíquico dos pacientes.

No seguimento desta observação, a *Harry Benjamin Association* decide alterar, em 1979, a sua nomenclatura para *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HBIGDA)⁴⁰ para abarcar, num conceito mais vasto que o de “transexualismo”, o conjunto de indivíduos que experimentavam disforia de género. A adoção deste termo “guarda-chuva”, no qual se podia incluir não só transexuais, mas também travestis e homossexuais efeminados, trouxe profundas implicações para a prática médica uma vez que, grande parte dos sujeitos que anteriormente eram rejeitados para “tratamento”, segundo os critérios de Benjamin, se converteram a aspirantes legítimos. A intensidade da disforia, que indicava a gravidade da “perturbação” (posicionando transexuais em situação de maior “gravidade” que os/as travestis) passou a corresponder ao critério principal de acesso aos procedimentos cirúrgicos. Em consequência, nesse mesmo ano, a HBIGDA iniciou a publicação dos *Standards of Care* (SOC) *for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People*, tido como um instrumento clínico que pretendia articular o consenso internacional acerca das “perturbações” de género, para orientar os profissionais de saúde de todo o mundo na formulação de diagnósticos e “tratamentos” a fim de ajudar os pacientes a adquirirem maior conforto psíquico. Até então, hormonas e cirurgias estavam disponíveis apenas no “mercado negro” ou em clínicas de “reorientação de género” extremamente seletivas (Martin & Yonkin, 2006, p. 112), não havendo diretrizes éticas na prestação desses serviços. Com os SOC passou a haver uma uniformização de procedimentos.

O “transexualismo” foi introduzido oficialmente, como categoria psiquiátrica, no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM III) da *American Psychiatric Association* (APA), em 1980,⁴¹ cujas características principais eram “o sentimento persistente de desconforto e inadequação sobre o sexo anatómico e o desejo persistente de se livrar dos órgãos genitais e viver como membro do sexo oposto”. Em 1994, com a publicação do DSM IV, passou a ser constituído como uma *perturbação de identidade de género* (o que implicou a ampliação dos sujeitos incluídos na categoria) e, em 2013, instituiu-se, no DSM V, como *disforia de género*, cujos critérios de diagnósticos (em adolescentes e adultos - F64.1) deixam de estar focados exclusivamente no desconforto dos genitais, para serem integrados num conjunto mais vasto de características, sendo elas:

A. Incongruência acentuada entre o género experienciado/expresso e o género designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes: (1) Incongruência acentuada entre o género experienciado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em jovens adolescentes, as características sexuais secundárias previstas); (2) Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o género experienciado/expresso (ou, em jovens adolescentes, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas); (3) Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro género; (4) Forte desejo de pertencer ao outro género (ou a algum género alternativo diferente do designado); (5) Forte desejo de ser tratado como o outro género (ou como algum género

⁴⁰ Desde 2007 é designada por *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH). Esta é, hoje, a maior organização de profissionais multidisciplinares que trabalham com a população transgénero, cuja missão “é promover a assistência baseada em evidências, a educação, a pesquisa, a promoção e defesa (*advocacy*), as políticas públicas e o respeito à saúde trans” (WPATH, 2012, p. 1).

⁴¹ Neste mesmo ano foi retirado o *homossexualismo* como diagnóstico de doença mental, permanecendo unicamente no DSM III o termo *homossexualidade egodistónica* na categoria das “Perturbações Psicosexuais”.

alternativo diferente do designado); (6) Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro género (ou de algum género alternativo diferente do designado).

B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Ainda que a APA tenha tentado agrupar, numa única categoria diagnóstica, diferentes graus de inconformidade de género, deixando de fazer uso da expressão “transexualismo”, os seus critérios de diagnóstico parecem assemelhar-se aos atributos, até então, associados às pessoas transexuais, nomeadamente, o desejo de viver no outro género, de se submeter a intervenções hormonais e cirúrgicas e a relação de abjeção com a genitália. Veja-se que a disforia de género resultante do “travestismo” não foi incluída nessa categoria. Pelo contrário, o *transtorno transvético* (F65.1) é apresentado como uma categoria autónoma, referindo-se a indivíduos, maioritariamente do sexo masculino, cujo ato de se vestir com roupas do sexo oposto ou cujos pensamentos sobre o uso de roupas do outro sexo estão sempre ou frequentemente acompanhados de excitação sexual (critério A) e que estão emocionalmente perturbados por esse padrão ou sentem que ele prejudica o funcionamento social ou interpessoal (critério B). O travestismo foi diferenciado da disforia de género, e considerado oficialmente como uma parafilia.

Em oposição ao DSM-V, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) mantém a designação de *Transexualismo* (F64.0), incluída no CID, pela primeira vez, em 1980. Ela é classificada como “um desejo de viver e ser aceite como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade do seu próprio sexo anatómico, e um desejo de se submeter ao tratamento hormonal e cirúrgico para tornar o seu corpo tão congruente quanto possível com o sexo com que se identifica”. Dentro da categoria das “Perturbações de Identidade de Género” encontra-se, também, *Travestismo Bivalente* (F64.1), um termo que serve para designar o “uso de vestimentas do sexo oposto durante uma parte da sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de roupa não se acompanha de excitação sexual”. Nas “Perturbação da Preferência Sexual” encontra-se o *Travestismo Fetichista* (F65.1), caracterizado como o “uso de roupas do sexo oposto principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista distingue-se do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo” (OMS, 2016).

Da leitura das classificações do DSM-V e CID-10 poderão ser salientados alguns aspetos. O primeiro é de que a presença dos fenómenos do “travestismo” e do “transexualismo” nos manuais de diagnóstico configura-os como “doenças”, cujo principal “sintoma” é a sua não conformidade de género.⁴² O segundo aspeto é a de que as pessoas transexuais (entendidas como disfóricas) parecem

⁴² Apenas, muito recentemente, OMS deixou de considerar, na nova edição do CID-11, lançada em junho de 2018, o “transexualismo” como um distúrbio mental.

distinguir-se das travestis por não estarem associadas às “parafilias” e às “perversões sexuais” mas, sim, a uma condição de sofrimento decorrente da incongruência de género. Como consequência, as transexuais surgem ligadas a uma noção de “identidade” por se sentirem e reconhecerem permanentemente como alguém do sexo oposto, enquanto as travestis surgem ligadas a uma noção de “aparência” por se assemelharem ocasionalmente com o sexo oposto, pelo que os binómios “genuíno”/“artificial”, “permanente”/“ocasional” tendem a construir a perceção de serem “perturbações” distintas. Uma outra importante diferença é o presumido desejo das pessoas transexuais se submeterem a uma intervenção cirúrgica, que difere das pessoas travestis que, supostamente, não aspiram a uma modificação corporal. Estes manuais de diagnóstico ajudaram a formalizar a patologização dos “desviantes” de género, providenciando, sobre eles, uma “legitimação da intervenção médica” (Saleiro, 2013, p. 28) para se produzirem corpos “normalizados” que reproduzissem, dentro do ordenamento binário, a linearidade entre “sexo”, “género” e “sexualidade”. Deste modo, passaram a ser recomendadas diferentes opções de “tratamento” de acordo com a especificidade de cada doença. Para o “travestismo” indicava-se um tratamento assente no apoio psicológico e educacional, assim como terapias de grupo; e para o “transexualismo” sugeria-se tratamentos endocrinológicos e cirúrgicos, acompanhados de psicoterapia.⁴³

Em Portugal, quando a Lei n.º 7/2011 de 15 de Março entrou em vigor, regulando o procedimento de mudança de nome e sexo no registo civil, encontrava-se em vigência o DSM-IV, cuja designação diagnóstica era a “perturbação de identidade de género”. Consequentemente, o acesso a cuidados de saúde por parte de sujeitos com inconformidades de género estava dependente de um relatório clínico, subscrito pelo menos por um médico e um psicólogo (que atuavam como *gatekeepers*), que comprovasse “o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade” (*cf.* alínea b) do artigo 3º da lei suprarreferida). Diante deste requisito, alguns sujeitos, ainda que se considerassem transexuais, ao não se encaixarem na “narrativa clássica da transexualidade” (por não pretenderem a cirurgia de “mudança de sexo”, desejando alterar apenas partes específicas do corpo, e/ou gostarem de fazer uso da sua genitália) podiam ver negada o acompanhamento médico no Sistema Nacional de Saúde (SNS) e a possibilidade de aceder a serviços de hormonoterapia e cirurgias mamárias. Ainda que, em 2012, a 7ª versão dos SOC (até então em vigor) afirmasse a necessidade de se administrar um tratamento mais adaptado e “individualizado” aos sujeitos, dado reconhecer que “o que ajuda uma pessoa a aliviar a disforia de género pode ser muito diferente de uma pessoa para outra”⁴⁴ e, como tal, o

⁴³ A 5ª versão dos SOC da WPATH, publicada em 1998, determinava cinco fases no tratamento de transexuais, sendo elas: (1) o estabelecimento do *diagnóstico* psicológico e psiquiátrico de transexualidade; (2) a *psicoterapia* para se averiguar o desejo de mudança de sexo/género e as expectativas pós-cirúrgicas relativamente à vida social, efetiva e ocupacional; (3) a *prova real de vida*, ou seja, obrigatoriedade em assumir e viver como “homem”/“mulher” durante um período de tempo (no mínimo dois anos); (4) a *terapia hormonal*, que consistia na administração de hormonas “femininas” (estrogénios e progesterona) ou “masculinas” (androgénio) para se obter, respetivamente, a feminização ou masculinização desejada, e, por fim, (5) as *cirurgias* mamárias (mastectomias ou mamoplastias), genitais (faloplastias ou vaginoplastias) e complementares (como rinoplastias, mentoplastias, remodelação óssea facial, redução da maçã de Adão, transplantes capilares) caso fossem necessárias.

⁴⁴ Isto é, “com a ajuda da psicoterapia, alguns indivíduos conseguem integrar seus sentimentos [...] no papel de género que lhes foi atribuído ao nascer e não sentem a necessidade de feminizar ou masculinizar seu corpo”; outros “podem precisar de

“processo pode ou não envolver uma alteração da expressão de género ou modificações corporais” (WPATH, 2012, p. 5), os tratamentos em Portugal parecem não se manter totalmente alinhados com estas orientações por, na prática, continuarem a ser aplicados com base em categorias diagnósticas (cf. analisado no cap. 5) e não na disponibilidade “para ajudar as pessoas a se sentirem confortáveis consigo mesmas e com a sua identidade” (p. 5), situação que poderá colocar em risco a sua saúde física e mental.

As variações de género são comportamentos presentes em diferentes contextos históricos e culturais da humanidade. Todavia, os fenómenos do “travestismo” e do “transexualismo”, como os conhecemos hoje, com as suas classificações e atribuições de sentidos universais, foram sendo produzidos na articulação de redes de saber-poder, nas quais o “modelo médico”, e a sua visão essencialista sobre as diferenças físicas, biológicas e genéticas dos corpos, tiveram um peso notável. Este modelo, que ainda hoje desempenha um papel central na organização do género das sociedades ocidentais contemporâneas, criou não só as categorias médicas “travesti” e “transexual” (cujos termos, apropriados pelos sujeitos para se definirem e explicarem as suas realidades, tiveram profundos efeitos sobre as identidades individuais, as perceções e as reações públicas), como contribuiu indubitavelmente para a reafirmação do binarismo de género. Não considerar o conteúdo histórico que deu origem a estas identidades é, de alguma forma, secundarizar ou silenciar as estratégias sociopolíticas que suportam as normas de género.

1.2. ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA DO GÉNERO

A abordagem Construtivista defende que o género não é resultado das diferenças sexuais biológicas, mas sim de uma construção sócio-histórica elaborada a partir delas. A dicotomização entre homens e mulheres é decorrente de um processo de categorização social inerente à própria organização e sistematização da realidade. Essa categorização, enquanto agrupamento de características percebidas como idênticas, é, segundo o sociólogo Pedro Vasconcelos (2004), uma condição para a construção das regras que permitem as sociedades funcionarem, mas reconhece que o processo prático de classificação e ordenação, cujo propósito é o de tornar compreensível a realidade, implica necessariamente uma simplificação. Por isso, a transformação das categorias cognitivas de “homem” e “mulher” em categorias absolutas e universais conduz a uma falsa perceção do real.

A “naturalização” do género, baseada na diferenciação anatómica dos sexos – ou como designa a antropóloga Françoise Héritier (1998, p. 15-28), a “valência diferencial dos sexos” – foi produzida ao longo da história através da conjugação de diferentes estratégias, ações e práticas sociais. Com efeito, o género tornou-se o princípio central e organizador das sociedades, estando presente, em todos os domínios da vida social, na linguagem, nos relacionamentos, nas instituições sociais e, desde logo, na divisão sexual do trabalho. Porém, as categorias de género, tais como as conhecemos nas sociedades

hormonas, de uma possível mudança no papel de género, mas não de cirurgias”; e outros, ainda, “podem exigir uma mudança no papel de género junto com as cirurgias, mas não de hormonas” (WPATH, 2012, p. 8-9).

ocidentais, “não são fenômenos com valor universal”. São antes “construções culturais”, como afirma Héri-tier (1998, p. 21).

Se por um lado, o processo de dicotomização que dividiu homens e mulheres em duas categorias opostas, orienta os indivíduos a definirem o seu lugar na sociedade e a construírem-se como sujeitos, por outro limita-os, ao privarem-nos da totalidade das suas potencialidades e diminuir-lhes as capacidades presentes na complexidade do ser humano (Vasconcelos, 2004). Por essa razão, os atos que reforçam a dicotomização de género poderão ser lidos como uma “violência simbólica”, como lhe chamou Pierre Bourdieu (1999), dado imporem aos sujeitos uma “condição de finitude” mais estreita do que aquela que ontologicamente são ou poderiam ser (Vasconcelos, 2004, p. 55).

As perspetivas médicas e psicológicas estabeleceram-se como as principais lentes através das quais o género começou a ser analisado e interpretado, influenciando os entendimentos culturais e até legais das experiências de não conformidade de género. Todavia, outras perspetivas teóricas vieram alargar o debate, opondo-se ao discurso psico-médico, por compreenderem o género não como uma categoria “fixa” e “intrínseca” à pessoa humana, mas como uma construção social. Nesta visão, todos os sujeitos, sendo fruto de processos sociais, não são detentores de uma “essência” determinada. No que respeito ao género, a masculinidade e a feminilidade é variável e mutável de acordo com os contextos sociais e culturais, estabelecendo limitações e potencialidades aos sujeitos. Algumas dessas perspetivas serão apresentadas de seguida.

1.2.1. Estudos Antropológicos: A Diversidade de Expressões de Género

A literatura antropológica tem revelado a existência de culturas, em diferentes partes do mundo, e em distintas épocas, onde a expressão de género não é dicotómica, nem dependente de critérios biológicos.⁴⁵ Margaret Mead (1935) observou, no seu estudo sobre as conceções da masculinidade e da feminilidade em três sociedades da Nova Guiné, que os comportamentos de género destas tribos não apresentavam correspondência aos modelos hegemónicos das sociedades ocidentais. Essa descoberta possibilitou compreender que as características masculinas e femininas dos sujeitos não possuíam relação intrínseca com o sexo biológico, nem refletiam as suas diferenças, estando fundamentalmente ligadas às influências socioculturais em que eles se inseriam. Walter Williams (1992 [1986]) também revelou que os *berdaches*, indivíduos pertencentes a tribos nativas norte-americanas (recentemente denominados por *two-spirit people*), apresentavam uma expressão de género não exclusiva de um dos polos gendrificadas, mas uma natural combinação dos dois, o que remeteria a uma condição de “homem-mulher”. Em várias sociedades humanas, a indefinição, a ambiguidade, a fluidez e a inversão dos papéis de género e sexuais é um traço cultural aceite e visto como não patológico. Dentro delas, os sujeitos não são representados

⁴⁵ D’Anglure (2005), por exemplo, analisou os *inuits*; Nanda (1999), as *hijras*; Boellstorff (2004), as *waria*; Prieur (1998), os *jotas*; Wikan (1977), as *xanith*; Coleman, Colgan e Gooren (1992), os *acault*; Garcia (2009), os *bakla*; Brummelhuis (1999), os *kathoev*; Borruso (2002), os *muxe*; Poasa (1992), os *fa’afafine*; Matzner (2001), os *mahu*; e James (1994), os *fakaleiti*. Além destas, as obras editadas por Ramet (1996) e Herdt (2003 [1993]) bem como as publicações de Nanda (2000) e Bullough e Bullough (1993, p. 3-22) evidenciam a diversidade de variações de género em muitas outras culturas.

como homens ou como mulheres. Constituem-se, antes, como categorias de género e sexuais alternativas e independentes, baseadas não exclusivamente em critérios anatómicos.⁴⁶ Estes sujeitos, ao exporem a incoerência das relações entre “sexo”, “género” e “sexualidade”, desestabilizam a ilusão etnocêntrica enraizada de que homens e mulheres são categorias estáveis e universais, e rompem com os pressupostos do paradigma binário, dimórfico, heteronormativo, falocêntrico e patriarcal. Por essa razão, Herdt (2003 [1993]) discute a viabilidade destes indivíduos serem agrupados e reconhecidos numa nova categoria ontológica de “terceiro sexo” ou “terceiro género”, como expressão agregadora de múltiplos géneros que transcendem as categorias de homem/mulher, masculino/feminino.⁴⁷

1.2.2. Estudos Etnometodológicos: “Fazer Género” na Vida Diária

Na obra clássica *Studies in Ethnomethodology* (1967), o sociólogo americano Harold Garfinkel providenciou uma importante crítica aos discursos essencialistas ao apresentar o caso de “Agnes”. Agnes era uma pessoa de aparência feminina, correspondendo ao estereótipo de uma mulher. Contudo, era detentora de um pénis, razão pela qual se dirigiu a uma “clínica de reorientação de género” para solicitar uma “mudança de sexo”. Embora os exames clínicos determinassem que Agnes possuía cromossomas XY (ou seja, era geneticamente homem) e que não era detentora de útero e ovários (apresentando, contudo, altos níveis de estrogénio), a equipa médica apreciou que Agnes sofreria de uma rara condição “intersexual”. O facto de também apresentar uma beleza totalmente distinta daquela que estavam habituados observar em travestis e transexuais, a equipa médica concretizou a cirurgia genital. Sete anos depois da intervenção médica, Agnes veio admitir que ela era, de facto, um homem biológico e que tinha desenvolvido um corpo feminino porque, desde os 12 anos, ingeria hormonas. Com este caso, Garfinkel (2006 [1967]) revelou não só que pacientes transexuais manipulavam os seus médicos para obter deles o que pretendiam (situação que, mais tarde, também veio a ser reconhecida por Fisk), como também que pacientes e médicos participavam conjuntamente na definição de características que deveriam ser constitutivas do “ser mulher” (reforçando as noções dominantes sobre género), pelo que o género era um processo social interativo, gerido e negociado na relação com os outros, e que envolvia uma leitura e interpretação dos comportamentos associados aos corpos. Agnes “passou” (*passing*) pelo crivo médico como uma “mulher natural, normal” porque, através de processos de aprendizagem, repetição contínua e implementação de dispositivos de vigilância e controlo dos atos

⁴⁶ Josefina Fernández (2004, p. 44) dá conta que “nem todas as culturas reconhecem os mesmos marcadores anatómicos e nem todas percebem as marcas anatómicas como naturais e opostas a um domínio diferente do cultural”. Em muitos casos, diz ela, saber que tipo de genitália possuem os indivíduos é menos importante que conhecer como são construídos culturalmente os seus corpos.

⁴⁷ Em termos mundiais, alguns países já têm vindo a reconhecer uma terceira opção de género. O Nepal (desde 2007), o Paquistão (desde 2009), a Austrália (desde 2011), a Nova Zelândia (desde 2012), a Índia (desde 2013), a Dinamarca (desde 2014) e o Canadá (desde 2017) asseguram, legalmente, a possibilidade de a quem não se reconhecer como pertencente às categorias binárias vigentes, se identificar com outros géneros ou expressões de género. A Alemanha assegura, desde 2013, essa possibilidade somente para crianças intersexo certificadas medicamente, permitindo aos pais a opção de registar ou não os filhos numa terceira opção (o que não significa que a Alemanha reconheça a diversidade de género para além dos binários, na medida em que esta é uma solução temporária até à decisão definitiva de escolha das categorias homem ou mulher que, obrigatoriamente, terá de se identificar).

gendrificados, agiu convincentemente como alguém do género desejado. Ao “fazer o género” (*doing gender*) (West & Zimmermann, 1987) “normal”, e agir dentro das regras do “jogo” das conceções sociais da feminilidade, conseguiu passar totalmente despercebida, alcançando o reconhecimento de ser uma “verdadeira” mulher. Garfinkel (2006 [1967]) expôs, assim, que “ser homem” ou “ser mulher” não é um aspeto pré-determinado da existência humana. É, antes, uma construção ativa que se elabora ao longo do tempo. Tal como Agnes, todos nos encontramos recorrentemente empenhados na gestão do género, empregando, nas interações quotidianas, um esforço pessoal para nos apresentarmos como masculinos ou femininos, construindo demarcações para não sermos identificados pelos outros como pertencentes ao género oposto.

1.2.3. Estudos Feministas e a Rigidificação das Categorias de Género

Antes do conceito de género ser introduzido nos discursos da teoria social na década de 70, as correntes estrutural-funcionalistas, que largamente dominaram as décadas de 1950 e 1960 (pelo menos em contexto norte-americano), tiveram um especial contributo na análise das diferenças comportamentais entre homens e mulheres como não naturais (não biológicas) através do desenvolvimento do conceito de *papel sexual*. Talcott Parsons, o teórico mais influente desta corrente, acreditava que homens e mulheres possuíam “papéis complementares” (Parsons & Bales, 2007 [1956]), cabendo aos primeiros papéis “instrumentais” (associados à racionalidade e à objetividade) e às segundas papéis “expressivos” (associados à emocionalidade e à afetividade). Para Parsons os “agentes socializadores”, como a família, a escola, os pares ou os meios de comunicação social, eram facilitadores do processo de aprendizagem e internalização destes papéis, pelo que um diferenciado tratamento entre rapazes e raparigas conduziria, necessariamente, à elaboração da distinta expressão da masculinidade e da feminilidade.

A redução de todas as masculinidades e feminilidades a um dualismo levou Anne Edwards (1983) a criticar a teoria dos papéis sexuais por acreditar que ela simplificava a complexidade do género, conduzindo todas as mulheres e homens a desempenharem comportamentos pré-determinados. Parsons parece ter negligenciado, propositadamente, as evidências apresentadas pelos estudos antropológicos que expunham a grande variabilidade dos papéis e relações de género presente em diferentes culturas justamente porque a sua teoria pretendia, segundo Raewyn Connell (1987), construir um “padrão normativo”: o modelo da família nuclear americana centrado na divisão sexual do trabalho, onde os homens eram “o ganha-pão” e as mulheres “donas-de-casa”. Como o seu foco residia na construção de uma sociedade estável e funcional, acreditava que a “apropriada” diferenciação de género permitiria a construção dessa mesma normatividade.

A necessidade das sociedades ocidentais modernas serem “estáveis” e “funcionais” tem sido a justificação para a continuidade da distribuição dos papéis sexuais. Contudo, como declara Sofia Aboim (2009), a teoria dos papéis e a atribuição da função social da diferença não foi mais do que uma “falácia” que apenas reproduziu e validou o domínio do homem (heterossexual) e a sua ordenação hierárquica, simbólica e prática, face às mulheres, ajudando a definir a natureza das relações sociais bem como a

ocupação das (distintas) posições e territórios sociais de cada um. A normatização da feminilidade e da masculinidade, e definição dos comportamentos “apropriados” para os gêneros, permitiu instituir padrões de relações de poder.

A feminista Simone de Beauvoir, ao recusar a polaridade de papéis e as desigualdades que advinham das diferenças “naturais” entre homens e mulheres,⁴⁸ escreveu na sua importantíssima obra de 1949 *Le Deuxième Sexe* (O Segundo Sexo, cuja edição consultada foi na língua inglesa *The Second Sex*, 1989) a revolucionária afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher” para evidenciar que a subordinação das mulheres estaria fundamentalmente radicada em mecanismos normativos que ditavam quais os comportamentos, atitudes, gostos e desejos a ser adotados pelos sujeitos do sexo feminino, promovendo que “se tornassem” mulheres. Esta noção do “devir mulher”, como caracterizou o psicólogo João Manuel de Oliveira (2017, p. 129), que concretiza a ideia da construção permanente do gênero não por uma vontade pessoal, mas por uma coerção social que cria a ilusão da existência de uma identidade feminina, tentou “desnaturalizar” essa mesma ilusão e oferecer elementos necessários para explicar a opressão social. Beauvoir, ao explorar a forma como o “destino social” (Oliveira, 2017, p. 128) das mulheres foi sendo construído com base em argumentos essencialistas e biologizantes, centrados na ideia da “diferença” sexual, realizou uma crítica política à “dominação masculina” (Bourdieu, 1999), incluindo a dimensão do “poder” e do interesse social na produção e organização das relações (desiguais) de gênero. Para ela, o “sucesso” da aprendizagem dos papéis no processo de socialização, aliado à ideia dos “desvios de gênero” – produto de um inapropriado e imperfeito processo socializador, suscetível de “tratamento” para permitir a reintegração à norma⁴⁹ – eliminou do discurso a questão do “poder” e, conseqüentemente, a possibilidade de resistência e luta contra a dominação (Connell, 1987, p. 52). A contestação dos pressupostos que sustentavam a diferenciação entre homens e mulheres com base numa suposta “natureza” foi o mote que permitiu dar início à segunda vaga do movimento feminista e, com ele, a discussão epistemológica acerca do determinismo biológico (o “gênero” como elemento determinado pelo “sexo”) *versus* construção social (o “gênero” como uma construção social não determinada pelo “sexo”) que concebeu a distinção “natureza”/“cultura” e a reivindicação de uma mudança social e política que revertesse o conjunto de “assimetrias simbólicas” (Amâncio, 2017) presentes nas relações sociais de gênero.

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 surgiram nos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha os movimentos sociais e teóricos da *Libertação da Mulher*, pela sua tomada de

⁴⁸ Embora a teoria de Parsons não procurasse interpretações biológicas, mas a identificação dos processos de socialização que explicassem as diferentes posições sociais entre homens e mulheres, outros autores que se basearam no seu trabalho para compreender os papéis sexuais ignoraram esta sua proposta e assumiram que a dicotomia observada entre papéis “expressivos” e “instrumentais” era, de alguma forma, a expressão “natural” da diferença (Connell, 2009, p. 37).

⁴⁹ A formulação desta teoria promoveu a sua introdução no contexto do Serviço Social, da Psicologia e da Educação, numa tentativa de ajudar a “corrigir” pessoas consideradas “desviantes” de forma a manter a família nuclear protegida e em “bom estado”, resultando, das disciplinas, intervenções conservadoras. Note-se que, após a emergência da teoria dos papéis sexuais, surgiram outros estudos que se debruçaram sobre este mesmo paradigma, tendo alguns deles tido grande influência no Serviço Social, nomeadamente as investigações da socióloga norte-americana Mirra Komarovsky (1967 [1964]), colaboradora de Parsons, e dos sociólogos britânicos Michael Young e Peter Willmott (2007 [1957]).

consciência enquanto grupo socialmente oprimido. Ao desejarem uma libertação desse mesmo sistema opressivo e desigual, as mulheres mantiveram-se fortemente empenhadas em saber como, e até onde, as relações sociais de género poderiam ser transformadas. O impulso do movimento foi tão grande que se repercutiu no desenvolvimento de um grande número de teorias de género, promotoras do surgimento de diferentes tipos de feminismos (Beasley, 2005; Connell, 2009; Monro, 2005), nomeadamente, *feminismos* de tradição *marxista e socialista*, *feminismos liberais*, *feminismos radicais*, *feminismos lésbicos*, entre outros. Todos estes feminismos revelaram e analisaram múltiplas conexões entre a desigualdade e a domesticidade das mulheres, a segregação a que estavam submetidas e a sua socialização com base em rígidos papéis gendrificadas. É neste contexto que a afirmação "o pessoal é político", empregue por Carol Hanisch em 1969, se tornou uma das mais importantes de todo o pensamento feminista por criticar a convencional dicotomia público *versus* privado (Holmes, 2007; Okin, 2008). A afirmação originou reivindicações que contribuíram para a ocupação das mulheres do espaço público e, conseqüentemente, a rutura com as considerações que observavam como “natural”, e apenas possível, o domínio das mulheres no contexto doméstico.

A profundidade com que os movimentos feministas analisaram a dominação masculina teve efeitos consideráveis na dinâmica social, manifestados nos contextos organizacionais⁵⁰ e universitários, em especial dentro das ciências sociais e humanas, onde o número de investigações ligadas ao género aumentou consideravelmente (Connell, 1987; 2009). Foi através da intensidade e impacto deste debate que, na década de 1970, se desenvolveu a ideia do *género* como um conceito sociológico fundamental.⁵¹ Ann Oakley introduziu-o inicialmente na sua obra *Sex, Gender and Society* (1985 [1972]), tendo apresentado a distinção entre “sexo” – relativo às diferenças biológica com base em características anatómicas – e “género” – relativo às representações sociais do “ser homem” e “ser mulher”. afirmou:

“Sexo” é palavra que se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres: a diferença visível traduz-se na genitália, a diferença relativa reflete-se na função de procriação. “Género”, no entanto, é uma questão de cultura: refere-se às classificações sociais em “masculino” e “feminino” (p. 16).

Para Oakley, o género era um processo de construção das diferenças entre os sexos e, por tal, deveria ser compreendido em termos sociais e culturais e não biológicos, ou seja, para ela, o ser homem ou ser mulher, rapaz ou rapariga dependia mais das atitudes e comportamentos socialmente atribuídos do que da posse de um determinado conjunto de órgãos genitais. Contudo, reconhecia que o senso comum tendia a olhar para o “género” como um produto do “sexo”. Tal ideia instituiu estereótipos sobre a feminilidade e a masculinidade, que em nada correspondiam à realidade social, mas que ajudavam a manter as crenças sobre as “diferenças” e os modos de se ser homem e mulher.

⁵⁰ Com a introdução de políticas de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, de leis anti discriminatórias, de mudanças nos currículos escolares, de formação para raparigas, o surgimento de casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, entre outras iniciativas.

⁵¹ Para se aprofundar a introdução (tardia) do conceito de género nas ciências sociais portuguesas poderá ser consultado o trabalho de Diana Maciel (2010).

Gayle Rubin também contribuiu para o reforço e estabilização do conceito de género com a escrita do ensaio *Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex* (1975). Nele desconstruiu a forma como a organização social do casamento, do parentesco e da procriação deu origem a um “sistema de sexo/género” definido como “um conjunto de dispositivos através dos quais, a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p. 159). Rubin ao entender o sexo (mulher) como uma matéria-prima teorizou sobre a forma como determinados dispositivos sociais transformaram essa matéria num produto (uma mulher domesticada), elaborando, também ela, a distinção entre “sexo” e “género”: “género” não era um produto direto do “sexo”, mas antes uma construção social e histórica que produziu a masculinidade e a feminilidade.

Pese embora todo o esforço empregue pelo movimento feminista no sentido de alterar a condição de insubordinação das mulheres em diferentes esferas da vida social, a crítica recaí no facto deste movimento ter contribuído para reforçar as distinções existentes entre as categorias de homem e mulher (Connell, 1987; Monro, 2005). De acordo com Joan Scott (1988), as feministas tiveram de, paradoxalmente, invocar a “diferença sexual” que procuravam negar (centrada sobretudo no corpo feminino e na maternidade enquanto fontes fundamentais e simbólicas da diferença que supostamente as distinguiu no modo de ser e de comportar) para adquirirem uma identidade coletiva, como forma de se mobilizarem no campo político e social e reclamarem a igualdade. Isto porque, como Scott (1988, p. 44) afirma “a noção de política de igualdade inclui, e de facto depende de um reconhecimento da existência da diferença. As reivindicações pela igualdade foram suportadas por argumentos implícitos ou geralmente não reconhecidos da diferença; se os grupos ou os indivíduos forem autênticos ou iguais não haveria necessidade de solicitar a igualdade”. A categoria “mulher” foi discursivamente problematizada pelas próprias feministas como uma categoria universal (fortemente questionada na terceira vaga feminista, especialmente por Donna Haraway, em 1991) por se supor serem detentoras de determinados atributos biológicos compartilhados por todas, o que resultou na construção de uma “identidade feminina baseada numa comunidade de semelhantes, individualmente indiferenciadas numa categoria de sexo” (Amâncio, 2017, p. 22). Com efeito, assumir que *todas* as mulheres eram igualmente oprimidas pelo conjunto dos homens, sem o estabelecimento de diferenciações em termos de educação, raça, classe social, religião ou orientação sexual, transformou a heterogeneidade dos indivíduos como pertencentes a dois grupos fixos e homogêneos, reproduzindo a essencialização das identidades já inscritas no pensamento do senso comum.

À exceção do *feminismo liberal*, cujas ideias tentaram explorar políticas de diversidade de género, as restantes perspetivas feministas (e, em especial, as *feministas radicais*) não só não desconstruíram as categorias de homem e mulher, como as rigidificaram, colocando-as em oposição. E ao sublinharem e intensificarem o discurso das diferenças, tornaram o género ainda mais problemático, limitando a compreensão das subjetividades para além das conceções binárias do tipo homem-masculino e mulher-feminina, como travestis ou transexuais. Atendendo a que estas subjetividades questionavam o quadro

conceptual das feministas assente na desigualdade entre os (dois) géneros, abrindo espaço para a existência de possibilidades identitárias para além a abordagem binária, as primeiras abordagens sobre elas revestiram-se de um cariz bastante hostil. Na obra *The Transsexual Empire* (1994 [1979]), Janice Raymond caracterizou a transexualidade feminina como um dispositivo patriarcal inventado por um “império” de homens médicos para invadir o território feminino e fabricar “mulheres” de acordo com o que consideravam que deveriam ser, de modo a que estes, posteriormente, pudessem “apoderar-se” dos seus corpos. Raymond considerava que a transexualidade era uma “obscenidade da supremacia masculina” que apenas reforçava a dominação dos homens sobre as mulheres. Por isso, as “verdadeiras mulheres”, como ela, deveriam opor-se a esta nova forma de dominação. À semelhança de Raymond, Mary Daly (1978), Germanine Greer (1999), Sheila Jeffrey (1997a), entre outras *feministas radicais*, sustentadas por abordagens essencialistas que argumentavam que o sexo cromossomático (impossível de mudar) era a base fundamental para o desenvolvimento da feminilidade/masculinidade, acreditavam que as mulheres transexuais, ainda que “parecessem” mulheres, não passavam de homens, pelo que jamais poderiam aceder à condição de mulheres “autênticas” por não disporem, na sua anatomia, determinadas propriedades. Para elas, as transexuais “violavam” o corpo das mulheres ao reduzir a “verdadeira” essência feminina a um artefacto e ao se apropriarem desse corpo para si. Além disso, a sua existência impulsionava a uma “falsa” e “incorreta” noção da feminilidade e da masculinidade (Jeffrey, 1997a, p. 57), o que poderia colocar as “verdadeiras mulheres” numa situação de perigo.

Deste modo, as teorias feministas acabaram por essencializar não só as categorias binárias, como contribuir para reforçar o posicionamento médico de que as identidades não cisgénero eram “desvios” à norma; e apresentar uma “postura de exclusão” (Saleiro, 2013, p. 47) ao não deixarem margem alguma para as acolher dentro do seu discurso político-ideológico da desigualdade de género por considerarem o fenómeno transexual antifeminista.

1.2.4. Estudos *Queer* e o Género como “Performance”

A terceira vaga feminista, nomeadamente na sua versão de “teoria *queer*”⁵² (Green, 2007; Seidman, 1996), veio a desenvolver-se em finais da década de 80 e inícios da de 90 do séc. XX, apresentando fortes críticas ao pensamento binário e baseado na diferença sexual do feminismo da segunda vaga. A premissa central do pós-estruturalismo feminista é a de que o discurso constrói significados (Hines, 2007b, p. 22) e, por isso, a sua abordagem tende a se basear na análise da linguagem e dos significados discursivos socialmente elaborados. Foucault, uma das principais influências desta corrente feminista, acreditava que a heterossexualização do mundo, e a conseqüente binarização do género, seria resultado

⁵² A expressão *queer* não apresenta uma tradução exata na língua portuguesa. Originalmente, *queer* era uma gíria utilizada nos Estados Unidos para denominar depreciativamente as pessoas que transgrediam os padrões dominantes de género e sexualidade, apresentando um significado próximo ao de “esquisito”, “anormal” ou “excêntrico”. A adoção do termo pelos movimentos LGBT e a sua incorporação na academia (iniciada por Teresa de Lauretis, em 1991) fez com que ele ganhasse um novo significado, revertendo o sentido insultuoso original. Hoje em dia, é utilizado positivamente como conceito “guarda-chuva” para abranger socio-politicamente a totalidade dos sujeitos que apresentam expressões de género e sexuais não-normativas, como lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais ou outros.

de práticas discursivas produzidas por diferentes dispositivos de poder que as instituiu como *a verdade*. Deste modo, veio declarar não existirem identidades sexuais e de gênero definidas, mas formas socialmente visíveis de as representar, pelo que essas identidades estariam abertas a questionamentos, a subversões e autoconstruções. É por influência do seu pensamento, bem como das “teorias feministas” e dos “estudos *gays* e lésbicos” que, no final da década de 1980, se desenvolveu a denominada “teoria *queer*”, uma área e perspectiva temática dos estudos culturais norte americanos, que se debruçou sobre a natureza discursiva sobre o sexo, o gênero e a sexualidade.

Um dos marcos essenciais para a constituição da “genealogia *queer*” (Spargo, 1999) centrou-se, precisamente, na abordagem de desnaturalização das identidades sociais tidas como fixas, mostrando as suas incoerências e contradições, para ajudar a pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez. Se, de início, o movimento feminista tentou desnaturalizar as identidades para compreender os processos que legitimavam a subordinação das mulheres, a teoria *queer* veio “radicalizar” esse projeto (Bento, 2006a, p. 70), desnaturalizando não só o gênero, como também o corpo e a sexualidade, e propondo uma independência entre estas categorias. Para os teóricos *queer*⁵³ estas categorias são fluidas, instáveis e múltiplas, o que significa que tendem a ultrapassar as normas dimórficas e binárias, contemplando uma diversidade de sujeitos que não atendem às convenções sociais da masculinidade e feminilidade.

Esta proposta teórica afirma-se por ser crítica ao modelo de classificação binária (Sedgwick, 1990; Seidman, 1996), prometendo a “libertação” dos preceitos essencialistas, justamente por reconhecer e valorizar a heterogeneidade de experiências em torno do sexo, dos papéis de gênero e do comportamento sexual (Lorber, 1996). Ao compreender que a existência de diferentes formas de viver e expressar a masculinidade ou feminilidade conduz a que muitos sujeitos não sejam olhados como “verdadeiros homens” e “verdadeiras mulheres” e, com efeito, impulsionados para a exclusão e vivência em lugares abjetos e marginais, a sua ação foca-se na desconstrução dos processos sociais e das relações de poder que naturalizam e produzem as categorias binárias inteligíveis, desafiando a visão patologizadora das identidades minoritárias.

A afirmação dos sujeitos *queer*, que a literatura psico-médica tem vindo a retratar como “doentes”, “desviantes” e “perversos”, expõe que as categorias sociais, mais do que homogêneas, são restritas e excludentes, não conseguindo captar a diversidade de sujeitos presentes na sociedade. Ao visibilizar essas identidades, a teoria *queer* vem (i) romper com as ideias essencialistas de existência de categorias unitárias, (ii) denunciar a não-naturalidade da ordem heteronormativa e (iii) enfatizar a presença de uma multiplicidade de expressões e/ou identidades de gênero e sexuais fora do referente binário, que Beatriz Preciado (agora Paul B. Preciado) (2011) denomina por “multidões *queer*”.

Eve Kosofsky Sedgwick (1990) é considerada, dentro da teoria *queer*, uma das precursoras a defender a diferenciação entre “sexo”, “gênero” e “sexualidade”. Mas é com Judith Butler que essa diferenciação começa a se consolidar, especialmente com a publicação do livro *Gender Trouble* (1990),

⁵³ Por exemplo, Green (2007), Halberstam (1998, 2005), Jagose (1997), Katz (2007), Lauretis (1987), Preciado (2008, 2011, 2011 [2000]), Rubin (1975), Sedgwick (1990), Seidman (1996, 1997), entre outros.

traduzido para português, em 2015, como *Problemas de Género*. Butler (2015 [1990], 2002 [1993]) recusa a existência de uma “essência” ou identidade imutável, pelo que a categoria de “mulheres”, como sendo um grupo coerente e estável, é fortemente contestada por ela. Butler refuta a conceção desenvolvida pelo pensamento feminista que pressupõe que o “sexo” é determinado pela natureza e o “género” pela cultura, por considerar que esta dicotomia não tem sentido ao não existir um corpo-sexuado anterior à cultura. Embora estejamos habituados a pensar o “sexo” como “natural” e “imutável”, para Butler, ele é um atributo tão social e culturalmente construído quanto o “género”, como também demonstrado por Kate Bornstein (1994), Suzanne Kessler e Wendy MacKenna (1978), Kessler (1990), Laqueur (1990) ou Anne Fausto-Sterling (1993, 1994, 2000).⁵⁴ Atendendo a que o conceito de “sexo” é resultado da construção das categorias de “homem” e “mulher”, constituídas nas relações sócio-históricas de poder, ele não poderá ser pensado como anterior ao género. O “género”, enquanto elemento que dá significado às diferenças físicas entre machos e fêmeas, é o elemento central para a constituição do “sexo” e da organização binária, pelo que se considera que o “sexo” tem sido desde sempre “género”. Ora, se o “sexo” é, ele próprio, uma categoria dotada de “género”, que só existe a partir do momento em que recebe essa marca, então, como refere Butler (2015 [1990], p. 27), “não faz sentido definir o género como uma interpretação cultural do sexo”. Deste modo, afirma que “o género não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura”. O “sexo” é apresentado como um dado “natural” e pré-social, levando a crer que as diferenças entre homens e mulheres estão diretamente relacionadas com ele. Porém, essa perceção tem sido formada ao longo do tempo por uma rede complexa de tecnologias de poder, cuja produção discursiva sobre as noções de “género”, torna essa perceção “naturalizada”, garantindo as estruturas binárias sob a forma de caracteres masculinos/femininos.

Da mesma forma, Butler (2015 [1990]) desnaturaliza o “género”, afirmando que ele não é uma construção cultural formulada a partir de uma matéria corpórea pré-social (o “sexo”), mas sim um efeito performativo que possibilita estabelecer uma sexualidade normativa e reguladora, a qual adquire estabilidade em função da repetição e reiteração de práticas sociais. A autora coloca a ênfase na heteronormatividade referindo que é a partir da expectativa assumida de que dois corpos definidos como opostos se atraem naturalmente, que o género é imposto e aprendido através de um conjunto de práticas que, aliadas a um aparato de controlo que regula a sexualidade, moldam os sujeitos em masculinos e femininos. Tal significa que, ao invés de ser um “destino” dos corpos, o género vai lentamente se inscrevendo neles, produzindo subjetividades heterossexuais. Deste modo, a heterossexualidade –

⁵⁴ Fausto-Sterling, por exemplo, refuta a naturalidade do dimorfismo sexual com base em evidências empíricas apreendidas nos seus estudos sobre *intersexualidade*. Ao constatar diferentes tipos de indivíduos com uma condição de não conformidade física com os critérios definidos de “normalidade corporal”, tem defendido que a sociedade, ao determinar o que é suposto ser um “macho” e uma “fêmea”, e rejeitar a possibilidade de existência de outras variações sexuais, impõe padrões sobre os corpos sexuados, tentando enquadrá-los nessas duas únicas modalidades. Para Fausto-Sterling, a intersexualidade faz parte do espectro da sexualidade humana e, como tal, os corpos deveriam ser considerados como um *continuum* vasto e infinitamente maleável.

dispositivo que sustenta e reforça o binarismo – não só pressupõe uma relação causal entre o “gênero” e o “sexo”, como também entre o “gênero” e a “sexualidade”, pois o desejo sexual reflete ou exprime o gênero e o gênero reflete ou exprime o desejo sexual (Butler, 2015 [1990], p. 52).

A aprendizagem desse conjunto de práticas performativas (como a maneira de vestir, de comportar, de mover, de falar, de tocar, de olhar, entre outros) é favorecida por discursos e atuações dominantes contextuais. A repetição e reiteração sucessiva dessas práticas na vida diária acaba por regular a coerência do sistema de gênero, reforçando o seu aspeto “natural”. Este efeito produz uma ilusão de que o gênero é uma entidade estável, permanente e constituído por uma “essência”. Mas não é. É entendido por Butler como “performativo” dado que, para a autora, “não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2015 [1990], p. 56, itálico no original).

As pessoas tornam-se inteligíveis ao se tornarem sexualmente normativas. Por isso, o gênero é uma estratégia de funcionamento fabricada dentro de uma rede de relações de poder e que, ao reproduzir as morfologias ideais de uma sexualidade, impõe sobre as identidades uma forma invisível de violência normativa. Contudo, a repetição estilizada de práticas normativas reguladoras de gênero não garante a sua total estabilidade. O facto de o gênero ser performativo significa, justamente, que ele não é fixo: é frágil, instável e mutável, o que institui “problemas de gênero” (Butler, 2015 [1990]) ao “desfazer” (Butler, 2004) os pressupostos das categorias binárias. Butler apresenta as práticas *drag* (*queen* ou *king*)⁵⁵ para clarificar a noção de performatividade, uma vez que a transitoriedade e inconstância entre o masculino e o feminino que *drags* experienciam, materializada em feminilidades em corpos masculinos e vice-versa, expõe “a ilusão da imutabilidade e constância do gênero” (Oliveira, 2017, p. 132). A paródia ou imitação do gênero nos processos de fabricação *drag* revela implicitamente que o próprio gênero é um mero artifício, produto de uma construção social. Porém, Butler enfatiza que:

[...] drag não é uma imitação ou uma cópia de um gênero pré-existente e verdadeiro [...] drag constitui uma forma mundana na qual os gêneros são apropriados, teatralizados, usados e concretizados; o que implica que toda a genderificação é um tipo de imitação e aproximação. Se tal é verdade, significa que não existe gênero original ou primário que é imitado pelo drag, mas o gênero é um tipo de imitação para o qual não existe um original [...]. [Butler, 1993, p. 312-313, itálico no original]

A inexistência de um gênero “original” sugere, pois, que todos nós, de certa forma, somos atores a tentar desenvolver uma representação parodística da masculinidade e da feminilidade, pelo que os sujeitos *drag* tendem a produzir uma cópia da cópia, cuja performatização de gênero é, segundo West e Zimmerman (1987), semelhante à praticada pelas pessoas cisgênero no seu no dia-a-dia.

⁵⁵ *Drag Queen's* é um termo inglês para identificar sujeitos do sexo masculino que, intencionalmente, e num intuito profissional de entretenimento artístico, se apresentam no feminino, acentuando marcas corporais, comportamentos, atitudes e vestuário associado a esse gênero, por forma a encenarem uma personagem com características propositadamente exageradas e/ou cómicas, sem esconder totalmente as características masculinas, permitindo parodiar os gêneros. No inverso, *Drag King's* refere-se a sujeitos do sexo feminino que se apresentam com roupas masculinas por forma a construir uma representação do homem “macho” e “viril”. Dá-se conta que as performances *drag* não estão necessariamente relacionadas com uma orientação sexual ou identidade de gênero específica.

Os processos de naturalização do gênero ocorrem mesmo antes de uma criança nascer. Assim que é anunciado “é um/a menino/a!” inicia-se um longo caminho de construção de gênero cimentado por diferentes instituições sociais, cujos “regimes de gênero” (Connell, 1987, p. 119-141) reforçam o efeito “natural” da diferenciação entre machos e fêmeas. Desde muito cedo, a família, a escola, a igreja e os meios de comunicação social demarcam e enfatizam, de forma contínua e reiterada, as diferenças de gênero (nas roupas, cores, cortes de cabelo, brinquedos, sociabilidades, atividades lúdicas e desportivas), muitas vezes através de reforços e sanções, para evidenciar o que é lícito e ilícito para cada gênero⁵⁶ e assegurar estabilidade da relação “sexo”, “gênero” e “sexualidade”, construída a partir da noção da “complementaridade dos sexos”. As crianças, ao interiorizarem a existência de dois universos distintos e impenetráveis um no outro, constituído por regras próprias, vão se tornando conscientes do que é, ou não, socialmente aceitável. E tendo compreendido o tipo de pessoas que é suposto virem a ser, acabam por ter de negociar a própria identidade segundo as lentes do gênero polarizado e desenvolver comportamentos para se apresentarem como homens ou mulheres (Connell, 2009; Holmes, 2007) no modo de falar, mover e comportar, inaugurando assim processos de feminização/masculinização ajustados aos esquemas culturais do meio social. A “diferença de gênero não é algo que simplesmente existe”, diz-nos Connell (2009, p. 15). “É algo que acontece, e tem de ser feita para acontecer”. A autora reconhece, porém, que as crianças não são socializadas de forma passiva, pelo contrário, elas estão ativamente implicadas nessa aprendizagem porque encontram na experimentação de gênero uma fonte de prazer, interesse e excitação. É ao “fazerem gênero” (West & Zimmerman, 1987) que elas aprendem a construir a feminilidade e a masculinidade.

Os sujeitos tentam reproduzir comportamentos normativos que se supõem ser “apropriados” a homens e a mulheres por via de condutas ritualizadas, podendo algumas ser exageradas (Holmes, 2007, p. 52), a fim de se declararem publicamente como membros de um determinado gênero (West & Zimmerman, 1987) e serem reconhecidos legitimamente como tal. No entanto, como o gênero é fruto de um regime que regula as diferenças entre homens e mulheres com consequências punitivas, a não apresentação de uma masculinidade/feminilidade “adequada” às expectativas sociais (entendida, por isso, como “estranha” ou “anormal”) pode resultar em discriminação, violência e, inclusive, morte.⁵⁷

⁵⁶ A permanente necessidade de a sociedade reafirmar as diferenças entre rapazes e raparigas é contestada por alguns autores. Connell (1987, p. 80), por exemplo, questiona “se a diferença é natural porque precisa de ser fortemente marcada?”. O que a autora pretende assinalar é que, talvez, o “sucesso” da diferenciação, que se presume “natural”, não ocorra como o esperado, razão pela qual a sociedade vê-se obrigada a reforçar essas diferenças a fim de evidenciar a “essencialidade” do gênero.

⁵⁷ Para Connell (2005 [1995]) a *masculinidade hegemónica* (associada à heterossexualidade e às características de autoridade, virilidade, força e resistência física, e que se apresenta como modelo com o qual todos os homens são comparados) é construída dentro de um modelo de negação das feminilidades, mas também de negação das demais masculinidades, em especial, a *masculinidade homossexual*, por ser considerada antagónica ao que é ser “verdadeiro” homem. Por essa razão, homens e rapazes receiam ser-lhes atribuídas características femininas, serem rotulados como homossexuais ou “efeminados”. Com vista a escaparem a estas possibilidades tendem aceder às definições dominantes da masculinidade, asseguradas por um permanente policiamento de gênero (Butler, 2015 [1990]) e práticas que reforçam a coragem, a ousadia e a tenacidade, numa “luta” constante para conseguirem “ser (mais) homens”, demarcando-se das práticas tidas como femininas ou não masculinas. A relação de gênero entre masculinidades “hegemónicas” e “subordinadas” são sustentadas pela dominação e violência. Veja-se que, ao longo da história, a subjugação dos homossexuais foi conseguida através do uso da violência legal (medidas jurídicas de repressão), social (que variam desde a intimidação ao assassinato) e da discriminação em quase todos os sistemas sociais.

Defendendo não existir uma “essência interna” de gênero, Butler (2015 [1990]) rompe com a ideia de que ele é reflexo do sexo. Na sua perspectiva, a masculinidade/feminilidade dos sujeitos é algo que se faz na interação social com os outros, como Goffman (1956), Garfinkel (1999 [1967]) e toda a tradição sociológica do interacionismo e etnometodologia já haviam salientado. Ninguém nasce com um gênero pronto. Pelo contrário, o gênero é marcadamente social, produzido relacionalmente através de atos performativos repetidos no cotidiano. A sua reiteração compulsiva é responsável pela materialização do sexo no corpo, dando-se uma corporificação do gênero por via do *habitus*.⁵⁸ As práticas *drag* e de travestismo vêm, precisamente, tornar visível o mimetismo do gênero feito na interação social (processo que Richard Ekins e Dave King, 2006, designaram por “*gendering*”), ajudando a compreender que o gênero não passa de uma invenção onde se cria a ilusão de ser “natural”. A instabilidade do gênero denuncia que ele é artificial, pelo que a concepção binária do mundo se apresenta como problemática.

O facto de não haver um gênero *a priori* – porque todas as expressões de gênero são uma imitação – faz com que Butler considere não fazer sentido a existência de categorias binárias, assim como quaisquer outras categorias identitárias (como a de “travesti” ou “transexual”, por exemplo) porque as classificações apenas geraram a ilusão dos sujeitos possuírem identidades fixas, coerentes e estáveis quando, na verdade, as identidades são fluidas, instáveis e múltiplas porque todas são performativas. Com efeito, toda a diversidade de masculinidades e feminilidades é válida, não existindo umas mais viáveis do que outras. A abordagem *queer* vem, por isso, argumentar que os sentimentos de angústia e desconforto emocional decorrentes das experiências de não conformidade de gênero são causados, fundamentalmente, pela imposição de rígidas normas de gênero, pelo que acreditam que, ao invés do “tratamento” individual dos sujeitos “transgressores” (que apenas reificaria o binarismo), a “cura” poderá ser assegurada através do desmantelamento das categorias de identidade essencializadas pela biologia. Para que esses sujeitos consigam adquirir legitimidade e reconhecimento social, Butler (2015 [1990]) apela à subversão do sistema binário pela mobilização, a contestação e a visibilidade dos diferentes estilos, expressões e performances de gênero, pois crê que a mudança social e a transformação política ocorre por uma mudança de inteligibilidade social.

Embora o pensamento *queer* se revele útil para a compreensão das identidades e da opressão de gênero e sexual, ele tem sido alvo de questionamentos. Surya Monro (2005), por exemplo, evidencia que as pessoas transexuais tendem a ser excluídas do ativismo *queer* por se acreditar que as suas identidades reforçam o binarismo de gênero, especialmente as que realizam alterações cirúrgicas, se identificam como heterossexuais e/ou assumem os papéis tradicionais de gênero. Sally Hines (2007b, p. 26-27), por sua vez, dá conta de vários autores que contestam as teorias *queer* por estas olharem para travestis e *drags* somente em termos performativos e/ou subversivos, retirando-lhes a possibilidade de

⁵⁸ Entendido por Bourdieu (1980, p. 88) como um sistema de “disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações”.

agência de se constituírem em termos identitários. Isto ocorre porque a maior parte da sua análise sobre o gênero e a sexualidade centra-se sobretudo num nível teórico-ideológico, apresentando um conhecimento limitado sobre a experiência real dos sujeitos que abordam (Ekins, 1997, p. 26), de como é que essa experiência é materialmente vivida, e qual a importância que os corpos apresentam na formação da identidade pessoal. É neste contexto que Hines afirma que “as teorias *queer* apresentam o dilema de como desconstruir categorias de identidade e considerar de forma positiva a diferença, sem perder de vista as experiências subjetivas que constituem a diferença” (2007b, p. 25). Ainda que o *queer* se oriente para a desconstrução das categorias com vista a destruí-las, estas são importantes para determinadas identidades acederem a um reconhecimento. Por isso, a crítica recai sobre a necessidade da teoria *queer* se orientar para uma luta política que possa conferir, de facto, “habitabilidade” a *todos* os sujeitos, mesmo sabendo que esse poderá ser um enorme desafio dado que, politicamente, a categorização identitária é necessária para conferir inteligibilidade e, conseqüentemente, direitos aos sujeitos. No contexto do Serviço Social, essa luta política tem sido levado a cabo através de *práticas anti-discriminatórias e anti-opressivas*⁵⁹ uma vez que elas permitem questionar os sistemas estruturais geradores de desigualdades que alimentam o heterossexismo, a homo/transfobia ou o sexismo; alterar as relações sociais de poder existentes, desde o nível macro ao nível micro; incentivar o respeito pelas diferenças individuais e/ou grupais; e celebrar a pluralidade identitária.

1.2.5. Estudos Transgênero

As abordagens essencialistas tomam, por um lado, as identidades como fixas; por outro lado, as abordagens construtivistas, nomeadamente as teorias feministas e *queer*, localizam as identidades como constructos sociais. Ambas as abordagens são, para Julie Nagoshi e Stephan/ie Brzuzu (2010, p. 432), problemáticas porque se a identidade for entendida como fixa, ela pode validar e justificar diferenças sexuais, raciais, de classe e outras como sendo “naturais”, reificando sistemas de opressão. Ao mesmo tempo, questionar e desestabilizar todas as categorias identitárias tem o potencial de desintegrar a identidade de sujeitos socialmente oprimidos, mesmo que essa identidade seja a base do seu empoderamento e/ou resistência à opressão. O reconhecimento das limitações destas abordagens, a par do desenvolvimento da politização das identidades não binárias iniciada a partir da década de 1960,⁶⁰ ajudou a que emergissem, na década de 1990, os *Estudos Transgênero*, uma área de conhecimento que reúne influências epistemológicas da teoria feminista e *queer* (incorporando ideias sobre a fluidez dos corpos e os aspetos da identidade socialmente construída e autoconstruída) e interseta trabalhos produzidos pelos próprios indivíduos de gênero não normativo – alguns dos quais relatando, em primeira voz, as suas experiências pessoais (por exemplo, Bornstein, 1994). Este campo de estudos, inaugurados

⁵⁹ Para um aprofundamento sobre estas práticas, poderão ser consultadas as obras de Baines (2007), Brown e Cocker (2011), Dominelli (1998, 2002), Howe (2009), Okitikpi e Aymer (2010), Payne (2002), Powell (2001) ou Thompson (2002, 2016).

⁶⁰ Virgínia Prince (1912-2009), ativista americana, é considerada “pioneira” e figura central do início do “movimento transgênero” (Ekins & King, 2005). Para maior aprofundamento sobre a sua biografia poderão ser consultadas as obras de Bullough e Bullough (1993) e Ekins e King (2005).

com os textos de Holly Bosweel (1991), Sandy Stone (1991) e Leslie Feinberg (1992), registaram um “crescimento exponencial” (Ekins & King, 2006, p. 39), tornando-se visíveis em todas as áreas da academia (Hines, 2007b; Ekins & Kings, 2006; Valentine, 2007), em boa parte porque os seus teóricos se alimentaram da relação que mantinham com a comunidade e associativismo transgênero para produzirem pesquisas empíricas.⁶¹ Hoje em dia, contam com uma diversidade de autores⁶² que tentam produzir teoria sobre as experiências de gênero, fornecendo críticas aos discursos e práticas do modelo médico, do feminismo (sobretudo o *radical*) e da teoria *queer*, expondo resistências à patologização das identidades e à cis/heteronormatividade, reivindicando a possibilidade de ocuparem “lugares de gênero” fora do binarismo e de celebrarem a diversidade de gênero/corporal. Embora apresentem diferentes agendas e posições teóricas, têm preocupações comuns: tentar ser ouvidos e ter uma palavra a dizer no domínio teórico e político (Saleiro, 2013, p. 69). Durante muito tempo as suas narrativas foram subjugadas (veja-se que, até meados da década de 1970, a maior parte da literatura provinha exclusivamente da medicina) pelo que apresentam o propósito de produzirem discursos alternativos e contracorrente aos discursos hegemônicos que, ao longo do tempo, foram anulando as suas experiências pessoais. Os Estudos Transgênero têm trazido contributos vitais para a compreensão dos fenómenos travesti, transexual ou outros por se basearem, justamente, na “experiência vivida” e tomarem em consideração aquilo que os próprios sujeitos, sobre os quais se produz conhecimento, têm a dizer sobre a sua condição (Saleiro, 2013, p. 68), evitando abordagens homogeneizantes.

Uma forma, entre outras, de produção desse discurso alternativo foi conseguida através da construção de terminologias que evitassem a associação com os termos médicos e permitissem despatologizar⁶³ e desestigmatizar as identidades. A palavra “travesti” foi, por isso, substituída pela de “*cross-dressing*”, a “hermafrodita” pela de “intersexo” (Agius & Tobler, 2012, p. 12; Ekins & King, 2006, p. 30; Johnson, 2010, p. 671-672) e o sufixo “ismo” das categorias psiquiátricas (“travestismo”, “transexualismo”, “homossexualismo”) substituído pelo sufixo “dade” (“travestilidade”, “transexualidade”, “homossexualidade”). Nesta batalha conceptual e discursiva, a palavra *transgênero*

⁶¹ A criação do *International Journal of Transgenderism*, em 1997, e a publicação da obra *The Transgender Studies Reader* (2006), editada por Susan Stryker e Stephan Whittle, vieram marcar oficialmente a constituição deste campo de estudos que, em 2014, foi fortalecido com a constituição dos *Transgender Studies Quarterly*, uma revista científica que publica pesquisas inovadoras que exploram a diversidade de gênero, sexual, identitária.

⁶² Em exemplo, Bosweel (1991), Bornstein (1994), Ekins (1997), Ekins e King (1996, 1997, 1999, 2001, 2005, 2006), Feinberg (1992, 1996), Halberstam (1998, 2005), Hines (2007a,b, 2010), Hines e Sanger (2007), King (1996, 1998), Lim e Browne (2009), Monro (2005, 2007), Namaste (2000, 2006), Nataf (1996), Prosser (1998), Saleiro (2013), Seidman (1996, 1997), Stone (1991), Stryker (2004, 2008), Stryker e Whittle (2006), Valentine (2007), Wilchins (1997), Whittle (2000), Whittle, Turner e Al-alami (2007), entre outros.

⁶³ A discussão centra-se na despatologização, mas não na desmedicalização, ou seja, olhar para as pessoas transgênero não como “doentes” (passíveis de “cura” e de “normalização”), mas como expressão da diversidade humana, o que implica reconhecer-lhes o direito à saúde, fornecendo o acesso a tratamentos hormonais e/ou cirúrgicos (caso necessitem de adequar, total ou parcialmente, o corpo) ou concedendo a possibilidade de alterar o nome e o sexo no registo civil sem dependerem de um diagnóstico psiquiátrico obrigatório. Os movimentos de despatologização (como é, por exemplo, movimento internacional *Stop Trans Pathologization*) acreditam que a classificação dos processos de transição de gênero nos manuais de diagnóstico reforça o estigma sobre os sujeitos que, diante do preconceito e da discriminação, ficam mais vulneráveis à marginalização, à violência e à exclusão social, aumentando os riscos sobre o seu bem-estar físico e mental e os direitos de cidadania. Como tal, propõem que a assistência médica no processo de transição de gênero não seja baseado na noção de “doença”, mas no direito à saúde como direito humano fundamental de qualquer pessoa.

(ou na sua forma simplificada *trans*) começou a ser difundida (primeiramente nos EUA e depois para o resto do mundo), como um termo amplo para abranger a diversidade de indivíduos cuja autoidentificação e/ou forma de se apresentar socialmente difere das expectativas convencionadas sobre o sexo atribuído no nascimento.⁶⁴ A Transgender Europe – TGEU (2018) – a maior rede internacional de organizações de pessoas transgênero, composta por 105 entidades provenientes de 42 países diferentes – designa atualmente por “transgênero” todas as pessoas que sentem que têm, preferem ou escolhem se apresentar, em termos de linguagem, vestuário, acessórios, cosméticos ou modificação corporal, de uma forma que conflita com as expectativas sociais para o sexo atribuído. O termo não implica nenhuma forma específica de orientação sexual, pelo que as pessoas trans poderão identificar-se como sendo heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou pansexuais. O conceito é, assim, usado como um “chapéu-de-chuva” no qual se inscrevem todas as possibilidades de variações de gênero (Ekins & King, 2006; Martin & Yonkin, 2006; Valentine, 2007), englobando (mas não se limita a) transexuais, travestis, *cross-dressers*, *drag-queens*, *drag-kings*, transformistas, andróginos, sem gênero, *bigenders*, *poly genders*, *gender benders*, assim como pessoas com variações intersexo que se relacionam ou identificam com qualquer uma das opções acima. A categoria “transgênero” é, por isso, bastante flexível, capaz de suportar uma extensa lista “quase infinitamente elástica” (Valentine, 2007, p. 39) de pessoas que cruzam as fronteiras de gênero.

O termo “transgênero” tem apresentado, desde a década de 1970 (período em que emergiu),⁶⁵ uma variedade de significados (Ekins & King, 2006; Valentine, 2007). O seu sentido continua, na atualidade, a não ser consensual (Lim & Browne, 2009; Kessler & McKenna, 2000; Monro, 2005; Stryker, 2008; Valentine, 2007), podendo significar coisas diferentes para diversas pessoas. Para algumas, por exemplo, é uma identidade central que dá sentido a quem elas reconhecem ser, identificando-se política, pessoal e emocionalmente com um determinado coletivo. Para outras, é uma categoria demasiado vaga que não lhes diz absolutamente nada (Lim & Browne, 2009; Ekins & King, 2006). E ainda que sejam identificadas pelos outros como pessoas trans, não usam essa expressão para se descrever a si mesmas por não se sentirem representadas por ela (Lim & Browne, 2009, item 3.3). Em vez disso, usam categorias específicas ou designações locais, regionais, indígenas ou características da sua subcultura. Há quem sinta, também, que na tentativa de agrupar um conjunto de sujeitos em torno de um nome comum, as suas experiências identitárias correm o risco de serem silenciadas ou, em última análise, “apagadas”. É, precisamente, as múltiplas e complexas singularidades de cada uma delas, que as faz questionar o significado homogeneizador (e, por isso, limitador e restritivo) do conceito “transgênero” dado este “representar um grupo não especificado de pessoas” (Valentine, 2007, p. 39).

⁶⁴ Ekins e King (2006), Hines (2007a,b), Stryker (2008), Valentine (2007), Whittle (2000), Whittle, Turner e Al-almi (2007).

⁶⁵ Virgínia Prince foi quem, primeiramente, utilizou o termo *transgenderal*, em 1969, e posteriormente, em 1978, o redesignado por *transgenderist*. Porém, David Valentine (2007) e Cristan Williams (2014) dão conta que a origem do termo não é totalmente clara, apresentando evidência de autores que, anteriormente a Prince, já haviam feito uso de designações iguais ou semelhantes.

A falta de unanimidade face ao significado “transgénero” está também presente no ativismo e na academia. Nalguns círculos o termo é frequentemente utilizado para representar apenas as noções binárias de “transgénero”, ou seja, homens e mulheres transexuais (e não aqueles que contestam o binarismo). Em resistência a este movimento que tenta fazer uso de um termo “mais moderno” para substituir a palavra “transexual”, alguns autores passaram a introduzir, sobretudo a partir de 2010, um asterisco na palavra “trans*” para sinalizar que, para eles, o termo “transgénero” abrange uma vasta multiplicidade de identidades e/ou expressões de género (Tompkins, 2014) e que não se cinge somente às pessoas transexuais. Noutros contextos académicos, o termo é utilizado para agregar unicamente as pessoas que assumem papéis de género associados ao sexo oposto, mas que não tencionam proceder a alterações corporais ou submeter-se a intervenções cirúrgicas (Lim & Browne, 2009; Ekins & King, 2006; Kessler & McKenna, 2000; Stryker, 2004). Este sentido é decorrente do facto de muito transexuais autoidentificados manterem, desde sempre, uma distância cautelosa à classificação de transgénero por não apresentarem intenção de romper com os papéis tradicionais de género, como proposto inicialmente por Feinberg (1992) na sua designação mais politizada. Pelo contrário, procuram habitar uma das opções de género disponíveis (masculino/feminino) por via de uma adequação física – situação que, na leitura de Johnson (2010, p. 666), reifica o binarismo – por não se reverem na categoria que foram classificados à nascença. Embora alguns transexuais tenham adotado o termo transgénero para se autoidentificar, muitos rejeitam esse rótulo, chegando a considerar ofensivo o facto de a sua identidade ser classificada como um subgrupo, e em posição subordinada, dentro da categoria “chapéu-de-chuva”, exigindo uma distinção entre os fenómenos “transexual” e “transgénero” (Ekins & King, 2006, p. 28-29)⁶⁶ até porque as suas reivindicações políticas podem não ser totalmente compartilhadas (como é exemplo a demarcação ao movimento que tenta promover a retirada das classificações do DSM-V e do CID-10 por temer que essa ação venha a ter consequências na disponibilização de cuidados de saúde). Outros, ainda, ao terem adotado uma identidade definitiva dentro do binário masculino/feminino e desejado que a relação dos seus corpos com o género seja lida pelos outros como coerente (ficando próximos da cisgeneridade), declinam a designação “transexual”, intitulando-se simplesmente como “homens” ou “mulheres” (Lim & Browne, 2009, item 3.5). De facto, a tentativa de alguns sujeitos se demarcarem e diferenciarem de outros é compreensível dado o receio de verem a sua identidade diluída noutras categorias contíguas (Garcia, 2007, p. 30).

O termo transgénero apresenta-se, assim, como controverso por ser polivalente e complexo. A dificuldade de “padronização da linguagem” (Martin & Yonkin, 2006, p. 106) à volta do seu significado – que reflete um importante debate, ainda em curso, dentro deste campo de estudos – faz com que ele continue em permanente construção e negociação (situação que traz implicações nas várias agendas

⁶⁶ Esta distinção tende a reproduzir a divisão conceitual entre “sexo” (fenómeno biológico) e “género” (fenómeno de construção social dos corpos). Neste entendimento, o “*transexual*” referir-se-ia à transformação do corpo sexual entendido como biológico e o “*transgénero*” ao desempenho de papéis e relações de género divergentes daqueles que foram atribuídos à nascença. Porém, esta distinção pode ser vista como “problemática” (Lim & Browne, 2009, item 3.8) dado não ter em conta que o “sexo” também é, à semelhança do “género”, produzido pelos regimes sociodiscursivos, tal como têm vindo a defender alguns autores *queer*.

identitárias, sociais, políticas ou académicas). Por essa razão, alguns teóricos (como Ekins & King, 2006; Hines, 2007b ou Namaste, 2000, 2005) acreditam que o termo não é o mais adequado para definir os sujeitos com diferentes “sentidos de género” (Lim & Browne, 2009). Viviane Namaste (2005) lança ainda críticas à exportação e ao imperialismo linguístico desta e outras nomenclaturas anglófonas norte-americanas (como o “*queer*”) que não tem tradução conceptual e cultural em muitas realidades sociais. Da mesma forma, Katrina Roen (2001) questiona o facto de, nas sociedades globalizadas, as expressões “transgénero” e “transexual” serem valorizadas como “modernas” e “cosmopolitas” em oposição às narrativas usadas por sujeitos não-ocidentais e indígenas, o que tem contribuído para obscurecer as especificidades de algumas subjetividades construídas em contextos geográficas, culturais, políticos, raciais e/ou geracionais próprios. Outros autores têm, também, vindo a chamar a atenção para a tentativa prática e discursiva de consolidar a noção das pessoas trans como constituintes de grupo homogéneo, universal, sem diferenças e discordâncias internas, dando a impressão de existir apenas uma única forma de vivenciar a transgeneridade, poder vir a ser particularmente problemática. Por esta razão, Martin Mitchel e Charlie Howarth (2009, p. 15) reconhecem a importância de se determinar, com clareza, quais os grupos de pessoas a incluir na definição de transgénero adotada aquando da realização de estudos ou políticas públicas, dado que a definição pode trazer implicações na aplicabilidade dos resultados. A construção de modelos explicativos gerais e aplicação dos resultados a todas as pessoas trans, pode trazer problemas na compreensão real dos fenómenos e na delineação/aplicação de políticas públicas, uma vez que distintos grupos de pessoas trans “podem sofrer desigualdade, discriminação e exclusão social de maneira muito diferente” (p. 18). Muitos investigadores parecem não mostrar evidências de considerar esta questão por não especificarem qual a população trans estudada. Por este motivo, e a fim de se evitar tomar a parte pelo todo, a presente pesquisa incidiu sobre uma população particular: as travestis. Embora ciente da origem médica do termo, a posição de não fazer uso da expressão “trans trabalhadoras do sexo” deriva também do facto de, no acesso empírico às narrativas de vida desta população, se ter constatado que ela raramente se identificava com “trans”. “Travesti” era uma expressão *emic* utilizada com frequência no seu quotidiano para se auto identificar.

Reconhece-se que as classificações, em si, não são particularmente importantes, porque diferentes termos podem descrever a “mesma coisa”. Porém, ainda que o sentido agregador, no qual se centra a proposta intelectual dos estudos transgénero (Williams, 2014), seja útil, permitindo que diferentes tipos de pessoas discriminadas e marginalizadas, e com pouco contacto social entre si, se unam e mobilizem em termos teóricos, políticos, investigativos para conseguirem acumular poder social e conquistar direitos e serviços (Lim & Browne, 2009, item 3.11), favorece o “apagamento” das diferenças entre elas. Como tal, acredita-se na necessidade de se prestar atenção a esta classificação dado que as disputas geradas dentro e entre as várias subjetividades trans contemporâneas impacta na formação da identidade pessoal e política e no crescimento do próprio movimento social transgénero.

1.2.5.1. A Pluralidade de Experiências “Trans”

Os sociólogos Ekins e King (1996, 1997, 1999, 2001, 2005, 2006) são, talvez, dos teóricos que, ao longo das últimas quatro décadas, mais têm vindo a desenvolver teoria sobre as práticas trans. Por forma a evitarem a categorização de comportamentos e identidades, preferem dar conta das “fases” do processo evolutivo de “*male-femaling*”.⁶⁷ Ekins (1993, 1997) refuta, no entanto, a ideia de existir um único modo de feminização corporal, pelo que apresenta várias dimensões que, de maneira combinada com as “fases”, permitem que as feminilidades sejam constituídas de formas distintas e diferenciadas.⁶⁸

Na publicação *The Transgender Phenomenon* (2006), Ekins e King descrevem quatro modos de “*transgendering*”, isto é, práticas através das quais os sujeitos se movem de um género para outro, evidenciando existir uma diversidade e interconexão de trajetórias no processo de “*male-femaling*”.

O primeiro é relativo à “migração” (transição permanente de género). Os autores reconhecem a existência de histórias migratórias “alternativas” (p. 34) que se distanciam das narrativas produzidas pelas ciências médicas, pela constatação de que nem todas as pessoas transexuais desejam passar por uma transição física completa (podendo algumas, por exemplo, apresentar o desejo de se submeter a tratamentos hormonais, mas não a tratamentos cirúrgicos),⁶⁹ manifestam uma orientação heterossexual (mostrando uma grande diversidade em relação à sua sexualidade, tanto no papel que ocupam como nas vivências e práticas que possuem) ou se relacionam negativamente com os seus corpos. Estas diferentes

⁶⁷ Segundo Ekins (1993, 1997), o processo de “*male-femaling*” tende a ocorrer em cinco fases. A *fase 1*, correspondente ao “começo da feminização”, é iniciada com um episódio em que o indivíduo se veste de mulher. A consciência sobre esse ato pode ter vários significados, podendo ser recordado, reexperimentado ou reconstruído como algo erótico/sexual, misterioso ou ameaçador. Mas, por regra, esse ato tende a ser visto com indiferença, não tomado como sério. A *fase 2* – “fantasiar com a feminização” – é relativa a um período no qual surgem fantasias (corporais, genéricas ou eróticas/sexuais), mais ou menos elaboradas, sobre ser e/ou atuar como mulher. A *fase 3*, intitulada por “concretizar a feminização”, diz respeito ao ato de se vestir de mulher de maneira mais concertada e materializar alguns aspetos das fantasias sobre a feminização corporal (como depilar-se periodicamente ou esconder os genitais masculinos para imitar uma vulva), motivo pelo qual o sujeito tende a formar coleções de roupas, acessórios e maquilhagem. Esta fase é marcada por uma confusão pessoal (dado a vivência “entre dois mundos”), havendo uma tendência para procurar explicações junto de outras pessoas, literatura científica ou comunicação social para compreender o seu comportamento. A *fase 4*, denominada “constituir a feminização”, é a fase na qual os significados começam a cristalizar-se em nomenclaturas (médico-psiquiátricas, como “travesti” ou “transexual”, ao terem sido absorvidas pela cultura) que ajudam a compreender o que se é e a interpretar os seus comportamentos. Por fim, a *fase 5* – “consolidar a feminização” – é a etapa onde se estabelece um fortalecimento da identidade e da feminização, reconhecendo que, para tal, a pertença a determinados círculos sociais pode ajudar nesse processo.

⁶⁸ O “grau de permanência” é uma delas. Num extremo pode situar-se a “nova mulher”, produzida por via de tratamentos e operações cirúrgicas, e no outro, uma feminização menos permanente, elaborada a partir de esponjas e enchimentos que simulam as formas corporais. Outra dimensão é o “grau de visibilidade”. No que respeita à depilação, por exemplo, há sujeitos que depilam o corpo todo e outros que depilam apenas partes que não podem ser vistas por aqueles que os observam. Uma terceira dimensão é o “grau de progressão”. Existem sujeitos que seguem uma rota continuada ascendente até à feminização completa, e outros que vivenciam uma inconstância devido a circunstâncias particulares. Uma quarta dimensão é o “grau de premeditação”, dada a existência de sujeitos que executam a feminização de forma cuidadosamente planeada e outros de forma mais impulsiva. Ekins considera, ainda, que a feminização também pode ser analisada em termos de “tempo” por haver sujeitos que a abandonam, por vezes durante anos até voltar novamente a ela, como sujeitos que a abraçam num curto espaço de tempo.

⁶⁹ Muitas pessoas definem-se como transexuais, mas não manifestam intenção de se submeter a intervenções cirúrgicas de “mudança do sexo” por não acreditarem “que a cirurgia lhes possibilitará ascender à masculinidade ou à feminilidade, pois defendem que as suas identidades não são garantidas pela existência de um pénis ou de uma vagina” (Bento, 2006a, p. 152) e/ou porque não vivem descontentes com a sua genitália, pelo contrário, desfrutam delas. São pessoas equilibradas que reivindicam a sua “diferença” com orgulho. É importante também lembrar que as alterações corporais não decorrem apenas do desejo individual. Saleiro (2003, p. 12) dá conta que as alterações estão dependentes das condições para a sua realização, pelo que entram em jogo fatores como “o estado de saúde dos indivíduos”, “as possibilidades técnicas e tecnológicas oferecidas pela medicina”, “a sua disponibilização num dado contexto sociotemporal” ou ainda “a capacidade de cada indivíduo a elas aceder (onde entram em ação os vários capitais, desde os culturais aos económicos)”.

experiências de “migração” (observadas não só por Ekins e King, como por outros autores),⁷⁰ contribuíram para a contestação dos critérios de diagnóstico definidores da transexualidade (baseados na noção de “trajetória única” e de que todas as pessoas desejam proceder a uma modificação corporal o mais completa possível) por não corresponderem à realidade, assim como para a contestação do discurso do “corpo errado” dada a observação deste ser ensaiado e conscientemente repetido por muitos transexuais para obterem a reconstrução cirúrgica. Esta situação veio trazer implicações: (i) na denúncia sobre a negação do acesso à assistência médica de determinados sujeitos por estes não se encaixarem na definição de “verdadeiro transexual”⁷¹; (ii) no alargamento e reformulação do conceito de transexual pela integração de sujeitos que, por julgarem não ser os genitais que definem a sua pertença a um outro género, não têm intenção de avançar para determinados níveis de modificação corporal.

O segundo modo – a “oscilação” (transição temporária de género) – é relativo a histórias que envolvem movimentos “para lá” e “para cá” dos limites de género, descansando apenas temporariamente num ou noutro lado do binarismo. Tanto nas histórias de “migração” quanto nas histórias de “oscilação”, Ekins e King identificaram elementos de sofrimento (geralmente vivido em silêncio e sigilo), de descoberta e de aceitação de “ser diferente”. Porém, nas histórias de “oscilação” apuraram haver menos “detalhes” sobre *ser* (relacionados com a identidade) e mais “detalhes” sobre *fazer* (relacionados as incursões pelas fronteiras de género), bem como uma diminuta ajuda médica na facilitação dessas incursões, existindo outras pessoas a desempenhar esse papel.

Os modos de “migração” e de “oscilação” são, até, facilmente compreendidos por, na atualidade, se reconhecer uma variabilidade de histórias de transexuais e travestis. Porém, o mesmo já não acontece com o modo de “negação”, no qual os sujeitos procuram anular a masculinidade e a feminilidade com o objetivo de eliminarem a divisão binária. Aqui, Ekins e King identificam histórias “negligenciadas, mal compreendidas e, em grande parte, não contadas. São histórias que, na maioria das vezes, não constam dos discursos médicos” (p. 36), porque dizem respeito a sujeitos que buscam um espaço, dentro do sistema de género, para viverem “sem género”.

Por último, o modo de “transcendência” refere-se a histórias completamente diferenciadas das, até então, contadas, sendo relativas a experiências em que se vai “para além” do género. São experiências nas quais a diversidade é celebrada e as categorias de “sexo” e “género” são desconstruídas.

Ekins e King dão conta que os subprocessos pelos quais as transições entre o masculino e o feminino ocorrem envolvem, em qualquer um dos modos acima descritos, situações de (i) “apagamento”, ou seja, a eliminação dos aspetos da masculinidade e da feminilidade; (ii) “substituição”, ou seja, a mudança de partes do corpo, roupas, comportamentos, modos de falar e gesticular⁷²; (iii)

⁷⁰ Como Bento (2006a,b, 2008), Halberstam (1998, 2005), Hines (2007a,b), Prosser (1998), Saleiro (2013), Stone (1991).

⁷¹ Situação que é entendida por Hines (2007a) e Monro (2005) como contrária ao conceito de “cidadania”, na medida em que determina a constituição de cidadãos merecedores de direitos (os que não rejeitam a via cirúrgica) de cidadão não merecedores de direitos (os que rejeitam a via cirúrgica), reforçando as desigualdades e a exclusão social dentro de uma população, já por si, marginalizada.

⁷² O grau de “substituição” dependerá de vários fatores, como o projeto particular dos sujeitos, as circunstâncias pessoais, o desenvolvimento de tecnologia que possam ser usadas e os recursos financeiros para as pagar.

“ocultação” de aspetos que estão em conflito com a expressão de género pretendida (como por exemplo, envolver lenço ao pescoço para esconder a maçã de Adão, prender o pénis, amarrar os seios com ligaduras)⁷³; (iv) “acentuação” de certas partes do corpo ou atributos de género (fazendo uso de meias dentro do sutiã ou de almofadas nos quadris, por exemplo); e de (v) “redefinição” da natureza do corpo, na qual, por exemplo, um pénis de pequenas dimensões poderá ser designado de “clitóris que cresceu em demasia”. Os autores acrescentam que dentro das histórias de “migração” o subprocesso dominante é o de “substituição”; nas de “oscilação” é o de “acentuação”; na de “negação” é o “apagamento” e no de “transcendência” é o de “redefinição” (p. 38-39). Dentro de cada modo de *transgendering*, as relações estabelecidas entre os vários subprocessos são o que determina a singularidade das experiências trans, fornecendo os componentes a partir dos quais comportamentos, significados e identidades são construídas.

1.3. (IN)DEFINIÇÕES E LIMITAÇÕES DO SIGNIFICADO “TRAVESTI”

1.3.1. No Contexto Brasileiro

As travestis, que até então permaneciam “obscurecidas” pelos estudos trans, começaram a ser objeto de estudo, sobretudo na América Central e do Sul. Os primeiros trabalhos, surgidos na década de 1990 (Kulick, 1997, 2008 [1998]; Oliveira, 1994; Oliveira, 1997; Silva, 1993), tentaram tornar inteligíveis as experiências de género e sexuais, os processos de fabricação corporal, a marginalidade, a prostituição e as sociabilidades formadas por estes sujeitos. Porém, foi a partir da década de 2000 que os estudos sobre travestis começam a ser alvo de grande produção de saberes um pouco por toda a América Central e do Sul, nomeadamente, na Argentina (Fernández, 2004; Loehr, 2007), na Colômbia (Becerra, 2009), na Venezuela (Vogel, 2009), na Bolívia (Zambrano, 2006), no México (Howe, Zaraysky, & Lorentzen, 2008; Prieur, 1998) e sobretudo no Brasil.⁷⁴ A maior parte destas pesquisas, sustentadas empiricamente através de abordagens etnográficas, analisaram a visão que as travestis tinham de si mesmas e como elas se construíam como indivíduos gendrificadas. A visibilidade teórica e social que, de alguma forma, lhes concederam, afastando o entendimento patológico que as ciências médicas forneciam sobre elas, ajudou a que se afirmassem como uma categoria identitária própria, diferenciada de outras categorias.

O antropólogo Hélio Silva (1993), tendo mergulhado no quotidiano das travestis prostitutas da Lapa, no Rio de Janeiro, descreveu-as como sujeitos detentores de características de ambos os sexos,

⁷³ O sucesso da “ocultação” dependerá das características corporais dos sujeitos, o que significa, que homens com mãos e pés grandes, com uma proeminente maçã de Adão, uma farta barba e pilosidade corporal, terão mais dificuldade em “passar” por mulheres. Contudo, homens com características corporais ideais para os seus projetos de feminização, e que já tenham sofrido uma grande quantidade de “substituição”, também se servirão de estratégias de “ocultamento”, nomeadamente, para encobrir detalhes da sua vida privada (casamentos, certidão de nascimento, etc.).

⁷⁴ Benedetti (2000, 2005), Cabral, Silva e Ornat (2013), Cardozo (2007), Carrara e Vianna (2006), Carrijo (2011, 2012), Cassemiro (2010), Diehl (2009), Duque (2009), Fagner (2012), Ferreira (2009), G. Ferreira (2014, 2015), Figueiredo (2011), Garcia (2007, 2008), Jayme (2001), Jimenez e Adorno (2009), Leite Júnior (2008), Kulick e Klein (2010), Lomando e Nardi (2013), Nogueira (2013), Nogueira e León (2012), Ornat (2008), Patrício (2008), Pelúcio (2004, 2005a,b, 2006, 2007a,b, 2009, 2011a,b,c), Peres (2005), Rocha, Pereira e Dias (2013), Santos (2012), Seffner e Müller (2012), Silva e Cerqueira-Santos (2014), Siqueira (2009), Teixeira (2008, 2011), Vale (2005), Vartabedian (2012, 2013, 2014, 2018).

“corpos fêmeo-masculinos, falo e seios em corpos arredondados e depilados” (p. 17). Referiu que, sendo biologicamente homens, apresentam uma “consciência” de mulher, o que as leva à procura de uma estética feminina. Mas, segundo o autor, a identidade é dissociada do desejo de “ser mulher”, requerendo, justamente, a ambiguidade.

A pesquisa antropológica de Neuza de Oliveira (1994) veio apresentar outras contribuições para a compreensão da identidade travesti. Analisando os processos de transformação corporal “realizados por homens que se travestem de mulheres” (p. 15), mostrou como progressivamente estes sujeitos se vão afastando da imagem masculina e se aproximando de uma imagem de mulher ao assumirem posturas e comportamentos femininos e recorrerem a hormonas e silicone, sem nunca abandonarem as suas características anatómicas de homem. Como propõe Oliveira, estes sujeitos “querem ser mulheres com algo a mais, com algo que falta às mulheres reais. Querem ser mulheres fálicas” (p. 46). Justifica este facto argumentando que a referência que dispõem não são as mulheres, mas sim outras travestis que se encontram inseridas no contexto prostitucional e com quem, por via da socialização, realizam uma aprendizagem de género.

O antropólogo sueco Don Kulick (2008 [1998]), que realizou uma profunda análise de campo sobre as travestis de Salvador (Baía), avança nesta discussão afirmando que as travestis são “homossexuais radicais” (p. 231) que adotam nomes, roupas, penteados, maquilhagem, pronomes de tratamento femininos, que consomem hormonas e aplicam silicone no corpo “com o objetivo de adquirirem aparência feminina” (p. 21) mas que “não desejam extrair o pénis” (p. 22). Apesar de viverem permanentemente como mulheres, não se definem como tal, mas também não se consideram homens. Ou seja, elas não procuram *ser* mulheres, mas *sentem-se* como uma delas. Kulick acredita que as “travestis parecem ser um dos poucos casos em que se altera o corpo irrevogavelmente para que se assemelhe ao sexo oposto, sem contudo reivindicar a subjetividade própria ao sexo oposto” (p. 22). Diferentemente das transexuais, que lutam para conquistar a condição de mulher, as travestis não rejeitam essa condição, mas também não desejam a “ambiguidade”. Kulick declara que:

Sua luta [...] é pela homossexualidade. Elas almejam incorporar a homossexualidade. E desejam fazer isso da maneira mais completa, mais perfeita e mais bela possível. Ao passo que outros indivíduos do sexo masculino denegam e disfarçam o desejo pelo mesmo sexo, as travestis abraçam esse desejo e se deliciam com ele. A vida delas é ancorada nesse desejo. O corpo delas é fabricado em função desse desejo. [p. 233]

Kulick (2008 [1998]) considera que as práticas trans não ocorrem “naturalmente ou arbitrariamente, mas emergem “em contextos sociais específicos, tomando formas sociais específicas – formas que refletem as estruturas que as estruturam” (p. 27). Por isso alega que o género “travesti” tende a condensar o conjunto de ideias que a sociedade brasileira pressupõe sobre o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. Kulick refere que, na lógica euroamericana, o sistema de género está fundado sobre as diferenças anatómicas dos sexos (e, com efeito, uma pessoa é considerada “homem” ou “mulher” em função do tipo de órgão sexual que possui), porém, no Brasil, o sistema de género parece não estar centrado tanto na genitália em si (embora as diferenças anatómicas sejam levadas em conta) mas no

papel que ela desempenha no ato sexual. O “ato da penetração”, diz o autor, instituiu o sistema binário de “homens” e “não-homens”, no qual a pessoa que só penetra (e nunca é penetrada) é “homem”, e a pessoa que é penetrada (ainda que, por vezes, possa penetrar) é classificada como algo diferente de “homem”, podendo ser um “viado” ou uma “mulher” (p. 236). Este sistema implica que “mulheres” e “viados” pertençam à mesma categoria classificatória de género. É neste quadro interpretativo que as travestis, enquanto sujeitos “homossexuais” que “gostam de ser penetrados”, se valem para estar e agir na sociedade, o que, na opinião de Kulick, explica porque a maioria se sente feminina e modifica a sua aparência, aproximando-se do que é socialmente entendido como “mulher”, ainda que não se reconheçam como tal e não tenham intenções de concretizar uma operação de “mudança de sexo, até porque, como Kulick (1997, p. 581) refere a “operação de mudança de sexo não daria nada que as travestis já não tivessem” uma vez que “elas já partilham o género com as mulheres”. Apesar disto, Kulick não nega, também, a existência de fatores socioeconómicos por detrás da produção de corpos e subjetividades travesti. O facto da grande maioria das travestis ser proveniente de classes sociais populares, impossibilita que elas – homens homossexuais pobres, manifestamente efeminados – encontrem emprego no mercado formal, pelo que a indústria do sexo se constitui uma oportunidade não só de sobrevivência como de construção identitária.

De forma distinta de Kulick, Marcos Benedetti (2005) manifesta dificuldade em elaborar uma definição clara sobre travestis porque a própria realidade também não o é. Na sua etnografia com travestis prostitutas de Porto Alegre, identificou várias expressões para descrever os sujeitos que se constroem corporal, subjetiva e culturalmente no feminino. Termos como “transformista”, “travesti”, “transexual”, “bicha”, “bicha-boy”, “traveca” e “viado” eram bastante usados pelo grupo estudado, e os seus significados próximos uns dos outros. Ainda que admita que as travestis mantêm (porém não exclusivamente) práticas sexuais homoeróticas (isto a partir de uma definição estrita em termos de genitália) e, contextualmente, se identifiquem também como “homossexuais”, Benedetti crê, ao contrário de Kulick (2008 [1998]), que a identidade travesti não pode ser pensada como sinónimo de homossexual. Para o autor, dizer tal coisa seria uma “operação típica do olhar institucional e do senso comum sobre esse grupo” (2005, p. 16). Benedetti afirma que a identidade travesti está mais associada à fabricação corporal do que às práticas e orientações sexuais. Reconhecendo as várias possibilidades de género (o que o leva a usar o conceito “universo trans”) e a dificuldade em responder, com precisão, à questão “quem são as travestis?”, afirma, segundo a “lógica do grupo estudado”, que a identidade social destas personagens se encontra inscrita no corpo, ou seja, reconhece-se alguém como travesti em função dos investimentos que realizam para obter um corpo que é valorizado no seu contexto social. Através das narrativas recolhidas, Benedetti dá conta que o consumo de hormonas é visto como a substância que instaura “uma nova condição no corpo: a condição travesti” (p. 78). Como tal, avança com uma definição, mencionando que “travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem

quotidianamente como pessoas pertencentes ao género feminino sem, no entanto desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pénis e construir uma vagina” (p. 18).

Todos estes autores partilham da opinião que travestis são indivíduos biologicamente masculinos que, através de um conjunto de técnicas diversas, moldam os seus corpos com características associadas ao género feminino (sem nunca concretizarem a cirurgia genital), vivendo nessa condição 24 horas por dia. A antropóloga Larissa Pelúcio (2007a) é, talvez, das poucas investigadoras que refere que a busca pelo feminino pode não passar necessariamente por transformações profundas no corpo. Ao ter desenvolvido uma pesquisa com travestis do estado de São Paulo, entende que estes sujeitos – “homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino” (p. 37) – podem ser considerados “travestis” mesmo executando intervenções epidérmicas e esporádicas.

Pelas definições acima apresentadas observa-se que, na América Central e do Sul, o termo “travesti” não se refere exclusivamente ao ato de trajar roupas de mulher, como os dicionários tendem a apresentar (cf. evidenciado logo no início deste capítulo). A maioria dos autores entendem que as modificações corporais são o traço principal da identidade “travesti”. O que significa que estas pessoas não são caracterizadas apenas por vestirem roupas e adereços do sexo/género oposto, mas por adotarem nomes, comportamentos, linguagem e voz feminina, usarem maquilhagem, se depilarem, fazerem uso de intervenções hormonais e cirúrgicas com o objetivo de alterarem o corpo e aproximá-lo do feminino. Uma outra sua característica prende-se com o facto de, supostamente, não desejarem extirpar a genitália masculina – “com a qual, geralmente convivem sem grandes conflitos” (Pelúcio, 2007a, p. 37) – o que as faz remeter para uma posição intermédia entre o masculino e o feminino. Deste modo, o que tende a ser reconhecido na América Central e do Sul como “travesti”, é entendido, noutras realidades geográficas, como “transexual” (no sentido mais lato). Observe-se que, em termos comparativos com as classificações médicas, o seu significado é bastante próximo ao das categorias de “transexual não cirúrgico” e “transexual de intensidade moderada” propostas por Benjamin (1966).

Também é interessante analisar que, grande parte dos investigadores que se aventuraram a compreender o fenómeno travesti fizeram-no, sobretudo, junto dos contextos sociais de prostituição. Com efeito, as experiências travestis acabaram por ficar interligadas com esses mesmos contextos, ao ponto da palavra “travesti” se transformar num sinónimo de “profissional do sexo”.⁷⁵ Embora se reconheçam esforços para tentar desagregar estas duas realidades, o facto é que, várias pesquisas⁷⁶ confirmam (à semelhança do que, também, foi identificado na presente investigação) que os territórios prostitucionais se constituem locais importantes de sociabilidade, aprendizagem e construção da identidade travesti. Os discursos que, entretanto, problematizaram a relação entre a prostituição e o

⁷⁵ Veja-se que “travesti” aparece como sinónimo de “profissional do sexo”, a par de “garota/o de programa”, “meretriz”, “mulher da vida”, “prostituta”, “puta” e “quenga”, quando, em 2002, esta categoria profissional foi indexada na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Presentemente, a situação já não se verifica.

⁷⁶ Como, por exemplo, as desenvolvidas por Benedetti (2000, 2005); Diehl (2009), Ferreira (2009), Garcia (2008), Oliveira (1997), Ornat (2008), Pelúcio (2005b, 2007a), Santos (2012) ou Silva (1993).

VIH/Sida, o consumo de drogas e a criminalidade (como os de Casseiro, 2010; Pelúcio, 2007a ou Rocha, Pereira, & Dias, 2013) ajudaram a conceder alguma visibilidade às travestis no domínio das políticas públicas. Porém, a associação – real ou fictícia – desta população com as noções de “doença”, “crime” e “marginalidade” incentivaram ações governamentais focadas maioritariamente na promoção da saúde e prevenção de riscos, que, seguindo uma lógica “higienista”, tiveram efeitos estigmatizantes.

1.3.2. No Contexto Português

Contrariamente ao contexto brasileiro, onde “travesti” apresenta um significado próximo ao que, na generalidade, os estudos trans designam por “transsexual”, em Portugal o termo apresenta um sentido impreciso e confuso. Esta falta de consenso parece decorrer da mutabilidade que o termo foi sofrendo ao longo do tempo, pelo que, aqui, será apresentada uma pequena cronologia, distribuída em quatro períodos – (i) até 1974: o “travesti-homossexual”; (ii) de 1974 a 1984: o “travesti-ator”; (iii) de 1984 a 2006: o “travesti-prostituto” e; (iv) de 2006 à atualidade: o “travesti-insulto” – que poderá ajudar a compreender o motivo porque o significado nem sempre se mostrou estável, contribuindo para que, hoje, persistam dificuldades em identificar e circunscrever claramente o sujeito travesti.

Relativamente ao primeiro período, na Primeira República e no Estado Novo a prática de travestismo estava fortemente associada à homossexualidade. No pensamento de Asdrúbal António de Aguiar (1926, 1929, 1928) – um dos médicos pioneiros da sexologia em Portugal – os homossexuais (que se distinguem entre *invertidos* e *perversos*)⁷⁷ eram sujeitos que assumiam comportamentos do sexo oposto, não só nas relações íntimas, como também na forma de se apresentar. Alguns deles, sobretudo os *transvestidos* (1926, p. 14) – também designados de *transvéstidos* (p. 17) – usavam “vestuário justo ao corpo para fazer sobressair” as “suas naturais características femininas” (1928, p. 32). Para se assemelharem às mulheres, muitos, diz o autor, utilizavam “perfumes da moda”, “pintavam as sobrancelhas e pálpebras”, adornavam “as orelhas de brincos”, “os braços e os antebraços de braceletes e pulseiras”, “os dedos de anéis de mulher”, a barba era “cuidadosamente rapada”, “usavam “pó de arroz”, vestiam “espartilhos e meias altas”, utilizavam “chumaços e almofadas” para “arredondarem certas partes do corpo” como as “saliências glúteas”, bamboleavam “as ancas, movendo e salientando as nadegas”, andavam “com o pescoço a descoberto, os cabellos compridos e frisados e cabeleiras e postiços ruivos, louros ou negros”. A voz era “afinada a propósito” e os órgãos sexuais eram dissimulados “por cintas especiais” (1926, p. 14; 1928, p. 32-34; 1929, p. 121). Enfim, faziam “tudo quanto fosse “materialmente possível para se identificarem com a mulher e para darem a seus amantes a ilusão perfeita de” serem “pessoas do sexo feminino” (1928, p. 33). A feminilidade expressa por alguns homossexuais podia ser tão manifesta que, Aguiar (1928, p. 33), chega a referir que, muitos indivíduos,

⁷⁷ Os primeiros – entendidos como *verdadeiros homossexuais* ou *invertidos puros* – eram indivíduos que possuíam “uma força estranha, um impulso da natureza, um pendor independente da sua vontade, dominando-os totalmente” que lhes anulava “tôda a resistência que seria natural revelarem” (1928, p. 13), enquanto que os segundos – entendidos como *pseudo-homossexuais* – eram sujeitos que tinham relações com pessoas do mesmo sexo “por imitação, por vício, por curiosidade, por divertimento” (1928, p. 14).

ao se cruzarem com os *transvestidos*, ficavam “perplexos” e sem poder garantir que eles não seriam mulheres. Na sua obra sobre a *inversão sexual*, Aguiar (1926) dá a conhecer a existência, já no final do século XIX, por volta do ano de 1895, muitos homens se reuniam numa casa situada na Rua Poço dos Negros, em Lisboa, envergando

[...] trajes femininos garridíssimos, espartilhados a primor, decotados, de mangas curtas, de luvas com canhão comprido até aos cotovelos [...] calçados com meias de mulher e sapatos de entrada larga e de salto bem alto, penteados em bandós ou em caracóis, conservando os cabelos presos por ganchos [...]; de braços, pulsos, dedos e colo adornados com braceletes, pulseiras, anéis e colares refulgentes [...], de faces pintalgadas de alvaiade e rosa, de lábios purpurinos à fôrça de carmim [...]. Todos êsses indivíduos [...] tinham alcunhas femininas [...] «A Gata» [...] «A Flor de Jasmim» [...] «A Maria dos Tamancos» [...]. [Aguiar, 1926, p. 235-236]

No *Guia de Clínica Médico-Legal*, Aguiar (1929) elenca uma extensa lista de perguntas às quais os médicos responsáveis pelas perícias médico-legais deveriam realizar em casos de aparente *perversão sexual* por forma a determinar, com precisão, o tipo de patologia que o indivíduo sofreria. Previamente à apresentação do “questionário especial para exames em casos de homossexualidade” (que contempla 20 perguntas, sete das quais relacionas com a ideia de “inversão” de género), o médico declara que “entre os homossexuaes é frequente o *transvestitismo*” (p. 121, *itálico meu*), podendo este ser *completo* ou *incompleto*. O segundo, relativo à utilização isolada de elementos femininos, como meias, ligas, sapatos ou jóias, seria, segundo ele, mais comum do que o primeiro, observado apenas no Carnaval ou em “alguns bailes particulares” (1926, p. 240). Contudo, acreditava que os homossexuais não se *transvestiam*, com maior frequência, de modo “completo”, não por “falta de vontade”, mas porque apresentavam receio “de ser objecto de montaria da parte do vulgo e de caírem sob a alçada da lei” (1926, p. 240). A Lei de 20 de Julho de 1912 enquadrava a homossexualidade na mesma categoria que os “delinquentes” e os “vadios”, pelo que os sujeitos homossexuais e/ou que exibissem publicamente roupas do sexo oposto eram perseguidos pela polícia e submetidos a diferentes “tratamentos”, nos quais se incluíam os choques elétricos (Almeida, 2010). Por isso, a transgressão de género tendia a ser concretizada, maioritariamente, em espaços privados e clandestinos por forma a se fugir às penalidades da lei. Os espaços à porta fechada serviam, como aponta Rui Oliveira Marques no livro *Histórias da Noite Gay de Lisboa* (2017), para materializar “algumas manifestações de liberdade que na rua eram impensáveis” (p. 5). Deste modo, até à revolução de 1974, a expressão *transvestido* (que posteriormente derivou para *travesti/travestido*) foi sendo utilizado para designar indivíduos homossexuais que se vestiam clandestinamente em “casas especializadas”, com roupas do sexo oposto com o intuito de promoverem “passagens de modelos”, “alegres folias de carnaval feminalizado” ou ainda “um ou outro espetáculo sério de pequenas representações”, como declarou o jornalista Carlos Arinto (1977, p. 34) na reportagem *Os Travestis de Lisboa*.

O segundo período de mutação inicia-se com o 25 de Abril. Este trouxe consigo novas mentalidades em relação aos costumes e às liberdades individuais e coletivas, permitindo a abertura da primeira *sexshop* em Alfama, a venda e divulgação da primeira revista pornográfica portuguesa (a *Gina*),

a exibição dos primeiros filmes eróticos e pornográficos nas salas de cinema, a primeira manifestação feminista, assim como o surgimento dos primeiros espaços noturnos dedicados exclusivamente à prática do travestismo (Marques, 2017). A primeira casa a abrir portas em Lisboa foi o *Scarllatty Club*, em 1975. A esta sucedeu-se o *Memorial*, o *Travelou* (posteriormente designado por *Rocambole*, *Alcazar* e *Drop's*) e o *Finalmente Club*, em 1976, juntando-se, no início dos anos 80, o *Trumps*, o *Bric-a-Brac* entre outras. Todos estes estabelecimentos, situados próximos uns dos outros, na “zona gay” de Lisboa (Bairro Alto e Príncipe Real), serviam de “refúgio” tanto para homens que pretendiam estabelecer contactos sexuais com outros homens como para os que pretendiam proceder a performances femininas. Algumas destas performances foram-se tornando cada vez mais profissionalizadas, contribuindo para transformar o travestismo – que, até então, estava confinado a casas particulares e clandestinas – num espetáculo público (Freitas, 2015, p. 275-276). Dadas as suas características festivas, que se encontravam em harmonia com o ambiente sociopolítico vivido, o “espetáculo travesti” – também designado de “transformismo” – caracterizado por imitações e *play backs* de cantoras reconhecidas internacionalmente, começou a prosperar um pouco por toda a cidade, marcando presença em muitas casas noturnas (Marques, 2017). Ainda que estas casas fossem alvos frequentes de rusgas policiais devido ao facto da tentativa de “disfarçar o próprio sexo” se manter criminalizada⁷⁸ – situação que só veio a ser alterada após revisão do Código Penal em 1982 – encontravam-se, quase sempre, apinhadas de gente, frequentadas não apenas por homossexuais, mas por pessoas de todos estratos sociais, habilitações literárias, orientações sexuais, “ponto de encontro de artistas, políticos e intelectuais” (Marques, 2017, p. 17), pois segundo o entrevistado de Marcos Freitas (2015, p. 277) “todos queriam assistir a essa revolução cultural”.

À semelhança dos *freak shows* que ocorreram no final do século XIX e início do século XX sobretudo nos EUA (mas, também, na Europa), nos quais se exibiam pessoas com corpos incomuns em circos itinerantes como forma de entretenimento (Fordham, 2007), o espetáculo travesti constituiu-se, em Portugal, como uma forma moderna dos *freak shows* dado o enorme fascínio da população por sujeitos “ambíguos” em termos sexuais e/ou de género, que, sendo homens se apresentavam como mulheres, chegando a enganarem ou, pelo menos, a gerarem dúvida junto do público sobre a sua real condição. O interesse e curiosidade por este tipo de espetáculos começou a ser tal “que os *cabarets* passaram a contratar travestis para atuarem lá” (Freitas, 2015, p. 278). Os espetáculos travesti “inundaram” Lisboa (e não só),⁷⁹ conquistando “um lugar na cidade” (Arinto, 1977, p. 34), alcançando “uma exposição sem precedentes” (Marques, 2017, p. 17). O sucesso de algumas figuras como Guida Scarlatty (Carlos Ferreira), Lydia Barloff (José Manuel Rosado), Ruth Bryden (Joaquim Centúrio de Almeida) ou Belle Dominique (Domingos Machado), contribuíram fortemente para esta popularidade,

⁷⁸ O Carnaval era, talvez, o período do ano em que a ilegalidade do ato não ocorria. Como o uso de roupas e acessório femininos era permitido pelo contexto festivo, muitos homens viam no Carnaval uma oportunidade para desfrutar dos seus desejos mais recônditos, sem receios de virem a ser intercetados pela polícia ou presos.

⁷⁹ Nalgumas periferias de Lisboa surgiram, também, muitos “clubes de travestis”. Em 1977 abriu em Cascais o *Ronda* e, em 1979, o *Fórmula 1* na Amadora.

como também para emergir a ideia que este tipo de espetáculo poderia proporcionar boas oportunidades de trabalho e converter-se numa atividade promissora dentro do meio artístico (Freitas, 2015, p. 276).

Este contexto contribuiu para que o termo “travesti”, anteriormente associado à homossexualidade, fosse adquirindo uma nova conotação: a de “travesti-ator”/“transformista”, usada para designar homens que, por algumas horas, personificavam celebridades femininas, ocultando a totalidade dos seus traços de género, criando a ilusão de serem alguém de um outro género que não o seu.⁸⁰ A elaboração das suas performances artísticas, concretizadas maioritariamente em espaços de divertimento noturno (como cabarés, bares, teatros ou discotecas), tinham como propósito o entretenimento do público. Ainda que nem todos os sujeitos envolvidos no transformismo fossem homossexuais, a comunicação social continuava, no entanto, a propagar essa mesma imagem (Marques, 2017, p. 17) uma vez que, no território nacional, não existiam associações LGBT que ajudassem a clarificar e distinguir os conceitos de “orientação sexual”, “expressão de género” e “identidade de género”, situação que só começou a ser clarificada após 1991, aquando da constituição da primeira associação LGBT. Mas contrariamente ao “travesti-homossexual”, que apresentava um sentido negativo ligado à “doença” e ao “desvio”, o “travesti-ator” (ainda que associado à homossexualidade) era positivamente valorizado, visto como um “artista”, uma “celebridade” por se encontrar ligado às artes do espetáculo, à representação, ao *glamour* e ao burlesco.

Além do “travesti-homossexual”, a sociedade portuguesa reconhecia outros modos “travesti”, como o “travesti-prostituto”, ou seja, aquele que usava o “travestismo como manifestação sedutora para a prática de atos sexuais com parceiros do mesmo sexo (...) com a finalidade única de ganhar dinheiro” (Arinto, 1977, p. 34). Todavia, o “travesti-ator” instituiu-se como o dominante. Dado estes três modos “travesti” se encontrarem, não raras vezes, associados entre si, quer pela presença de “travestis-atores” homossexuais ou de “travestis-prostitutos” que recrutavam clientes nos cabarés (Arinto, 1977, p. 34), foi necessário serem demarcadas especificidades para os diferenciar, o que para tal contribuiu o sistema de valorização social de cada um deles. Em resultado, o “travesti-ator” acabou por ser socialmente considerado como “o verdadeiro travesti”, como se observa nos escritos de Arinto:

[...] aquele que podemos considerar *o verdadeiro travesti*, ou seja, [é] aquele que se utiliza de um disfarce para se assumir como uma personagem que existe ou que existiu, mas que, no entanto, essa não é a sua maneira de proceder habitual, e que sobe ao palco das casas de espetáculos da especialidade para demonstrar a um público apreciador uma arte ainda insipiente e algo imperfeita, embora já com algumas vedetas e bons imitadores. [Arinto, 1977, 34-35, itálico meu]

O surgimento da epidemia da Sida vem dar início a um novo período de mutação do conceito “travesti”. António Variações foi frequentador de várias casas noturnas da capital, tendo atuado no *Trumps* antes e depois de ser conhecido pelo grande público (Marques, 2017, p. 31). A sua morte, em 1984, veio trazer o assunto da Sida – já comentado como “algo que acontecia lá fora” – para dentro do contexto português

⁸⁰ A capacidade de tornar difícil a identificação do género original é, precisamente, o que caracteriza um “bom” travesti-transformista. Esta característica é o que os faz distinguir das *drag queen's*, que regularmente quebram a ilusão de serem mulheres ao falarem propositadamente com vozes masculinas ou referirem-se a si como homens.

dado ter sido “a primeira figura pública a morrer nestas circunstâncias em Portugal” (Marques, 2017, p. 40). Os meios de comunicação social, influenciados pela difusão de notícias estrangeiras que falavam em “pneumonia gay”, “cancro gay” ou “peste gay”, acabaram por apontar a homossexualidade como a causa da enfermidade (Marques, 2017, p. 41-42). A falta de informação sobre as formas de transmissão da estranha doença e a ausência de meios fiáveis de diagnóstico fizeram com que as pessoas começassem a ponderar se teriam ou não contraído o vírus, iniciando, assim, uma nova era pautada pelo medo (Freitas, 2015, p. 278). O sentimento de perigosidade permanente refletiu-se no evitamento de contactos sexuais, por um lado, e no estancamento da “normalização” da homossexualidade que parecia estar a ocorrer na sociedade portuguesa (Marques, 2017, p. 43). Em resultado, e como aponta Freitas, “o ambiente nas casas de transformismo mudou radicalmente nos anos seguintes” e os “casais de heterossexuais, os avós e os netos que as frequentavam afastaram-se” (2015, p. 278). A progressiva perda de público trouxe consequências no encerramento de várias casas noturnas.⁸¹ Paralelamente a esta situação, a divulgação de notícias sobre o flagelo do VIH/Sida contribuiu para que o mercado sexual – onde mais de 100 “travestis-prostitutos” atuavam em Lisboa (Duarte & Clemente, 1982, p. 130) – passasse a ser alvo de interesse por parte da comunicação social. Contudo, “travestis de palco” e “travestis de rua” começaram a ser rapidamente confundidos e olhados pela imprensa como um único grupo de pessoas. A associação da “promiscuidade sexual”, da “libertinagem” e da “marginalidade” ligada aos “travestis-prostitutos” ajudou a denegrir, ainda mais, a imagem dos “travestis-atores”, acentuando o desinteresse do público pelos espetáculos de transformismo (Freitas, 2015, p. 279). Como o mercado artístico já não conseguia dar resposta aos muitos “travestis-atores”, alguns deles passaram a procurar alternativas laborais no mercado sexual que havia “explodido” em Lisboa. Na obra *Prostituição Masculina em Lisboa* (1982), os jornalistas António Duarte e Hermínio Clemente apresentam o caso de Américo, um “profissional do espetáculo” que atuava como Chanel numa “boîte de segunda categoria”, e em simultâneo, “atacava” nas ruas da cidade (p. 93). Mas também é sabido que a famosa Ruth Bryden – uma das maiores figuras do transformismo em Portugal, homenageada pelo jornalista Carlos Castro com a publicação da biografia *Ruth Bryden: A Rainha da Noite* (2000) e pelo realizador João Pedro Rodrigues com a execução do filme *Morrer como um Homem* (2009) inspirado na vida dela – enveredou pela prostituição, pois como indica Marques (2017, p. 68) “os *shows*, apesar de populares e de serem trampolim para os convites para ir à televisão, eram mal pagos”. Em resultado da crescente prostituição travesti, acompanhada de um intenso processo de marginalização social desta categoria, a partir da segunda metade dos anos 80 a palavra “travesti” passou a ser frequentemente utilizada para designar

⁸¹ Freitas (2015, p. 279) esclarece que, em decorrência da imagem negativa que os espetáculos travesti assumiram, a maior parte dos estabelecimentos noturnos foram abandonando esta forma de entretenimento e optando por outras menos dispendiosas. No início da década de 2000, o *Finalmente Club* tornou-se no único estabelecimento que continuou, até à data presente, a oferecer espetáculos de transformismo diários em Lisboa. Com o desaparecimento de algumas travestis mais antigas, Deborah de Krystal (Fernando Santos) passou a dirigir os espetáculos de transformismo do *Finalmente*, transformando-se numa das principais referências do transformismo em Portugal.

sujeitos que, fazendo uso de perucas, maquiagem, roupas e adereços femininos, se prostituíam nas ruas da capital, podendo alguns destes realizar atuações esporádicas de transformismo.

No final da década de 1970, a pílula contraceptiva popularizou-se, tornando-se de fácil acesso a quem quisesse obtê-la (Policarpo, 2011b, p. 58; Vilar, 2010, p. 293), pelo que alguns destes sujeitos usavam-na para adquirir uma aparência mais feminina. Juntamente com recurso ao silicone industrial – que parece ter sido aplicado inicialmente nesta mesma época – muitos conseguiam, de facto, construir um “corpo de mulher”. Duarte e Clemente (1982) relatam no seu livro a existência de indivíduos “fisiologicamente masculinos” (p. 68) que detinham uma feminidade encarnada conseguida, precisamente, através de hormonas e silicone. Estes “homens-mulheres”, que mantinham a sua genitália masculina, apresentavam-se nos contextos de prostituição com corpos femininos, seios fartos e proeminente, cabelos longos e, por isso, descritos pelos autores como “mutantes” (p. 52). Ruth Bryden é um dos casos mais paradigmáticos de ter construído a feminilidade através de injeções de silicone nos seios e ancas. Marques (2017, p. 69) comenta que, nesta altura, a maior parte da população ainda não apresentava noções consistentes sobre identidade de género e, como tal, muitas colegas transformistas condenaram a decisão de Joaquim Centúrio de Almeida de modificar o corpo por acreditarem que ele estaria a confundir-se com a personagem que criara. Mais tarde, em 1999, o silicone aplicado no corpo veio a causar-lhe sérios problemas, e as dores insuportáveis levaram a ter de ser operado.

A disseminação de “técnicas caseiras” de transformação corporal pelo grupo de travestis que se prostituía em Lisboa contribuiu para que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando já muitos sujeitos haviam procedido a modificações corporais, o significado “travesti” deixasse de ser utilizado apenas para nomear homens que se vestiam *temporariamente* de mulheres para efeitos de prostituição e/ou transformismo, mas também para nomear homens que apresentavam modificações corporais e/ou viviam *permanentemente* como mulheres. O sentido do termo “travesti” tornou-se mais abrangente, agregando nele diferentes variações de género, umas mais provisórias e outras mais duradouras.

A primeira geração de travestis brasileiras que chegaram à Europa, em especial à cidade de Paris, na década 70 (Vartabedian, 2014), começou, na segunda metade dos anos 80, a eleger novos destinos europeus em decorrência das múltiplas deportações concretizadas pelas autoridades francesas. Portugal transformou-se, para muitas delas, num destino de eleição. A sua chegada (e permanência) ao território nacional, juntamente com as suas concepções e entendimentos sobre a realidade social, veio favorecer a introdução do significado brasileiro de “travesti” junto do contexto português através da interação direta com outras pessoas que assim se reconheciam ou eram reconhecidas dessa forma. Esse significado, ligado à feminização do corpo era, em parte, semelhante ao que em Portugal também já se identificava (ainda sem consenso) como “travesti”. Porém, a convivência próxima estabelecida entre portuguesas e brasileiras nos diferentes espaços de trabalho sexual e de lazer noturno ajudou a reforçar esse significado. A partir de então, o termo “travesti” começou a ser utilizado, cada vez mais, para designar indivíduos do sexo masculino que se prostituíam e que ampliavam os limites da alteração corporal,

modificando coxas, nádegas, quadris e rosto através de hormonas e silicone para alcançarem a fisionomia de uma mulher. Contudo, ainda que modelassem os corpos, deixassem crescer os cabelos e disciplinassem os gestos e a linguagem, não procediam à castração uma vez que o pénis não era desinvestido de conteúdo erótico, antes pelo contrário, era parte fundamental do seu valor no mercado sexual. Esses indivíduos, com corpos “estranhos” que se assemelhavam a “mulheres fálicas”, despertavam o interesse e curiosidade de muitos sujeitos, pelo que a sua “exotização” os levou a encontrar na indústria sexual, nomeadamente na prostituição e na pornografia (Saleiro, 2013, p. 210), um “nicho de mercado” muitas vezes mais bem pago que os indivíduos cisgénero.

O surgimento de recursos que permitiram concretizar modificações corporais e a influência de travestis brasileiras que começaram a exercer trabalho sexual em Portugal ajudou, assim, a alterar o sentido linguístico da palavra “travesti” utilizada, englobando sujeitos que procediam a alterações corporais. Mas tal como apresentarei neste trabalho (em especial no cap. 5), “ser travesti” não requer que os sujeitos concretizem modificações corporais.⁸² Antes das hormonas e do silicone se tornarem amplamente disponíveis no mercado, muitos homens já se vestiam de mulheres, usando perucas e acolchoamentos de espuma, trabalhando com sucesso como prostitutas. E o que é facto, é que alguns deles ainda fazem isso hoje. Por isso, este sentido aglomera, também, a categoria de “transformista” que inclui “profissionais” (que vivem do espetáculo travesti) e “amadores” (que se travestem por razões lúdicas). Embora não muito habitual, reconhece-se a existência de “travestis-transformistas” que se transformam de um modo “mais definitivo” através de modificações corporais.⁸³ Ressalva-se, porém, que nem todas as “travestis-transformistas” se prostituem e nem todas as “travestis-prostitutas” são transformistas. Ainda assim, as “travestis-transformistas” que se dedicam à prostituição, mesmo que economicamente mais bem-sucedidas, tendem a ser menos respeitáveis do que aquelas que se dedicam inteiramente às artes do espetáculo. O termo “travesti” tornou-se, pois, num conceito amplo para identificar um conjunto de pessoas biologicamente masculinas que, independentemente de terem, ou não, concretizado alterações corporais, e/ou se identificado como mulheres, quebram as regras do sistema de género por se apresentarem do sexo/género oposto. Ao longo do tempo, e até à atualidade, a par do que também veio a ocorrer em Itália, Espanha e França (e claro que não sem ambiguidades, dada a realidade do transformismo ser mais preponderante pelo facto de “travestir” ser um verbo de uso generalizado), este sentido foi-se convertendo cada vez mais próximo ao atribuído no contexto brasileiro (corpos femininos com pénis) por via do mercado prostitucional e pornografia.⁸⁴

⁸² Esta perspetiva é, também, atualmente partilhada por diferentes autores brasileiros, nomeadamente, Damásio (2011), Duque (2009), Garcia (2007), Nogueira (2013), Pelúcio (2007a), Santos (2012), entre outros.

⁸³ Em Portugal, o caso mais mediático é o de Jenny Larrue, uma transformista célebre (que participou em diferentes filmes, novelas e peças de teatro, sendo parte integrante do elenco habitual do *Finalmente Club*) que, tal como Ruth Bryden, procedeu a alterações corporais, nomeadamente implantes mamários, vivendo permanentemente como mulher. Presentemente, sujeitos como Jenny Larrue tendem a ser considerados “transsexuais”. Contudo, ainda que se apresentem, em palco, no mesmo género que exibem no dia-a-dia (ao contrário de outros “transformistas”), não deixam de ser vistos como “transformistas”, tal como observou Freitas (2015, p. 282).

⁸⁴ A pornografia permitiu que, noutros países e culturas (dos EUA à Tailândia), surgissem termos (altamente pejorativos) como “*shemale*”, “*chickies with dicks*”, “*ladyboy*”, entre outros, para se referirem a sujeitos que alteram a forma masculina e se assemelham a mulheres, incorporando elementos de ambos os géneros, coexistindo em simultâneo pénis e seios.

Após o aparecimento do VIH/Sida em Portugal, o associativismo LGBT português, iniciado em 1991, começou a ganhar maior consistência com a articulação com as organizações de combate à infeção (Vale de Almeida, 2010). Porém, desde a sua génese, acabou por centrar a sua atenção na problemática da orientação sexual e relegar “para segundo plano, ou mesmo ignorando, a identidade de género” (Saleiro, 2013, p. 172). A letra “T” era, como refere a socióloga, “apenas um acessório na sigla LGBT” (p. 173) no âmbito do ativismo realizado sob essa bandeira, ocupando uma posição bastante insignificante. Embora a primeira mudança legal de nome e de sexo no assento de nascimento tenha ocorrido em 1984 e a Ordem dos Médicos tenha, em 1995, dado permissão para a realização de cirurgias de reatribuição de sexo, tendo a primeira ocorrido em 1998 (Saleiro, 2013, anexo A), o movimento transgénero português (Saleiro, 2013, p. 172-185) só começou a ganhar maior força e expressão após o assassinato de Gisberta Salce Júnior – uma travesti brasileira trabalhadora do sexo – em Fevereiro de 2006, no Porto, cujos contornos serão explorados no capítulo 6. Este trágico incidente foi, na verdade, um marco que fez “despertar” o movimento LGBT português para a necessidade de discutir as questões da identidade de género que, até então, pareciam arredadas das suas preocupações. É a partir desta altura que se verificou o surgimento de uma nova mutação do conceito “travesti”. Começou-se, então, a assistir ao desenvolvimento de uma série de ações (veja-se anexo A de Saleiro, 2013) que permitiram discutir, sistematizar e produzir conhecimento sobre a discriminação e a realidade social das pessoas trans. A tomada de consciência – que, infelizmente, partiu de um homicídio – foi a base para a reivindicação política, legal e clínica de um conjunto direitos, e para a criação de grupos de interesse e de estruturas associativas com atuação privilegiada na sigla “T”.⁸⁵

Apesar destes avanços, o leque de abrangência das respostas que, entretanto, foram emergindo estiveram maioritariamente limitadas às pessoas transexuais, no que concerne ao suporte nos processos de transição física e/ou legal e acesso a cuidados médicos, tendo o fenómeno “travesti” ficado paulatinamente “apagado”. Além disso, a presença de travestis trabalhadoras do sexo no seio desses grupos de interesse e de estruturas associativas foi sempre bastante deficitário, praticamente inexistente. Por isso, apesar da complexidade e diversidade de expressões trans existentes no contexto nacional (Saleiro, 2013), o movimento LGBT pareceu reduzi-la e simplificá-la a uma única identidade: a transexual. Ainda que o movimento LGBT revelasse preocupações com a vulnerabilidade e a marginalização das pessoas “T”, em termos práticos, a sua ação, era fundamentalmente dirigida para a transexualidade, não contemplando no “pacote” das suas preocupações as questões ligadas à travestilidade. Numa leitura pessoal, isto parece ter ocorrido porque a ambiguidade e transgressão corporal produzida pelas travestis tornava-as indefiníveis, situação que não ocorria com as pessoas transexuais que, mesmo que atreladas a um discurso patologizante, os seus corpos podiam ser lidos,

⁸⁵ De entre elas, destaco o surgimento do Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade - GRIT, em 2007; a Ação Pela Identidade – API, em 2011; e a JANO - Associação de Apoio a Pessoas com Disforia de Género, em 2014. Outras organizações (como a AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género, surgida em 2009; e o Centro Gis da Associação Plano i, em 2016) também têm uma atuação preponderante na sigla “T”, embora não se cinjam exclusivamente a ela.

interpretados e classificados como pertencentes a uma determinada categoria de género através da “mudança de sexo”. A “cura” proveniente da cirurgia genital permitia-lhes reestabelecer a coerência entre “sexo”, “género” e “sexualidade” e, com efeito, concedia-lhes relativa “normalidade” (heterossexual). Já a total “incoerência” de algumas travestis – expressa no desejo de preservação da genitália, na mistura de traços masculinos e femininos e na não reivindicação uma identidade “mulher” (cf. ponto 5.2.) – trazia sérios problemas ao movimento LGBT que, diante da sociedade, tinha dificuldade em “explicá-las” e torná-las inteligíveis. Além disso, até à categoria “transexual” penetrar no discurso social – até então circunscrita predominantemente ao contexto clínico⁸⁶ – ela era confundida com outras categorias próximas como “homossexual” e “travesti”. Como tal, para se afirmar enquanto categoria própria houve um esforço de diferenciação (e afastamento) de figuras “menos adaptadas” às regras vigentes.

Na estratégia política de reconhecimento e afirmação social das pessoas trans, o movimento LGBT acabou por outorgar maior importância às identidades que mostravam maior probabilidade de vir a reintegrar a “normalidade” de género, procurando “o fim da discriminação pela ‘integração’ do aceitável pela maioria hetero” (Vitorino, 21 de Fevereiro de 2016, p. 9). As restantes, as que, de alguma forma, “perturbavam” a ordem social e colocavam em causa todo o trabalho de legitimação, foram sendo secundarizadas. Em resultado, estabeleceu-se uma divisão entre “bons” e “maus” desviantes de género, que, ao longo do tempo, contribuiu para o desenvolvimento de uma “hierarquia dentro da comunidade trans” (Monro, 2005, p. 99), na qual as transexuais operadas estavam no topo, seguida das não operadas, dos sujeitos não-binários e, por fim, totalmente subalternizadas, as travestis. Este sistema hierárquico reproduzia, segundo Monro, as “estruturas de desigualdade” – uma vez que “privilegiavam pessoas de género normativo e penalizavam as outras” (p. 99) – e perpetuava o “apagamento social da diversidade de género” (p. 100) existente na letra “T”.

Ora, a “geografia das relações de poder” e controlo revela-se, também, nas “práticas de nomeação” (Platero, 2011, p. 599) pelo que a naturalização das desigualdades entre identidades – cujas consequências se traduziram na invisibilidade social das travestis – foram produzidas, entre outros aspetos, através dos discursos e da linguagem mobilizada pelo movimento LGBT. Embora a categoria “travesti” seja a mais antiga de todas as categorias de género presentes na sociedade portuguesa (Saleiro, 2013, p. 103), ela foi sendo eclipsada do discurso associativo a partir do momento em que “a transexualidade se tornou o discurso dominante e legitimador das identidades ‘aceitáveis’” (Saleiro, 2013, p. 302). Na tentativa de se consolidar essa identidade, torná-la legítima e distinta, procedeu-se a um ocultamento do termo “travesti” – marginal e “inaceitável” – e, em simultâneo, a um fortalecimento do termo “transexual” (ou, simplesmente, “trans”) na intenção de se delimitar e diferenciar aquilo que uma mulher transexual não era, nem devia ser. Como a prostituição, o VIH/Sida e as dependências estavam intimamente ligadas à vida travesti, a associação de estigmas que muito provavelmente poderia

⁸⁶ Os trabalhos de Almeida (2005), Carvalho (2008, 2010), Ferreira (2005), Martins (2005), Pechorro e Vieira (2004) e Vinhas Martins (2005) integram-se, por exemplo, dentro deste contexto.

ocorrer com a transexualidade, prejudicaria a sua imagem pública, pautada por uma maior “respeitabilidade”. Por isso, identificar uma mulher transexual como travesti acabou por se tornar altamente ofensivo na medida em que a sua identidade – diferenciada, por ter sido construída a partir dos saberes médicos e psicológicos e estar enquadrada dentro das normas binárias de género – poderia correr o risco de vir a ser associada à “desordem”, à prostituição, à pobreza, ao espetáculo, ao exagero por via da contaminação do estigma que as travestis carregavam. O receio que estas duas identidades – aparentemente de “lugares sociais” distintos – fossem misturadas, e até confundidas, fez com que as pessoas transexuais, e também os clínicos e os elementos do movimento associativo, se demarcassem discursivamente deste termo “‘mal-afamado’ e/ou contraproducente politicamente” (Saleiro, 2013, p. 302) e reforçassem as fronteiras identitárias através do acionamento de marcadores de diferenciação por via de “jogos de negação e de afirmação” (Bento, 2006a, p. 204) constituídos por práticas de deslegitimação, desqualificação, difamação e transformação progressiva da categoria “travesti” numa forma de insulto e, em simultâneo, práticas de valorização e reconhecimento de modelos identitários idealizados. Veja-se que, nos últimos anos, o crescente interesse social e cultural pelo fenómeno transexual fez surgir, em Portugal, uma mediatização das histórias de pessoas transexuais em diferentes revistas, páginas de internet e programas de televisão como telejornais, telenovelas, reportagens e *reality shows*. Em contrapartida, o fenómeno “travesti” foi sendo silenciado ao ponto de o movimento associativo (e ao contrário do que ocorre no contexto brasileiro) não fazer uso dessa categoria identitária nos seus discursos e intervenções sociopolíticas⁸⁷ por se encontrar ligada a uma forma de transgénero “‘antiquada’ ou mesmo ‘ultrapassada’” (Saleiro, 2013, p. 200). Atualmente, a expressão “travesti”, bem como a derivação “traveca” (ou o seu masculino “traveco”) é frequentemente usada para agredir e desqualificar sujeitos.

Como aponta Bento (2006a), as identidades são “construídas no interior do jogo do poder e da exclusão”, de tal modo que o que dá “identidade” à identidade é “a capacidade de, mediante pontos de identificação, gerar as margens, ressuscitar os seres abjetos por meio dos discursos, para voltar a matá-los por meio de insultos e de outras evocações prescritivas, preservando a ‘minha identidade’ da contaminação” (p. 205). É neste entendimento que se acredita que a afirmação da identidade “transexual” foi sendo materializada à medida que os sujeitos se demarcaram das “travestis”. Por isso, não é de estranhar que a relação que vieram a estabelecer com essas figuras “abjetas” e “marginais” foi de distanciamento e repulsa. Porém, de acordo com Bento (2006a, p. 211), a diferença entre estas duas

⁸⁷ Quem, porventura, tende a fazer uso do termo “travesti”, corre o risco de vir a ser chamado à atenção e “retificado”. Na sequência da divulgação do programa das “*I Jornadas Científicas sobre Trabalho Sexual em Portugal*”, fui notificado por uma reconhecida ativista trans portuguesa que me questionou se o título da minha comunicação (“Vulnerabilidades em saúde da população travesti trabalhadora do sexo”) não teria um «erro», justificando que o termo “travesti” era, para ela, e «*muitas outras trans portuguesas*», «*insultuosa*», «*exclusiva*» e «*ultrapassada*». Embora lhe tivesse referido que a própria população trabalhadora do sexo fazia uso dessa terminologia para se auto/hetero-definir, ela deslegitimou o modo como elas se identificavam, referindo-me que as travestis «*não reconhecem outra terminologia porque ninguém se deu ao trabalho de as formar*». Esta frase trouxe-me muitos questionamentos. Como pode alguém exigir que certos sujeitos deixem de se nomear com determinadas categorias analíticas, para passarem a usar outras porque as considera mais corretas ou “atualizadas”? Não será esta uma atitude imperialista de querer impor aos outros a sua visão do mundo? As travestis são pessoas que não necessitavam de ser «*formadas*», mas sobretudo «*respeitadas*» na forma como gostam de ser tratadas.

identidades não se encontra radicada numa “essência interior”, mas antes nas “performances, na estilística corporal e discursiva” que muitas pessoas transexuais foram produzindo para se diferenciar.⁸⁸

À medida que os estudos trans foram refutando a noção de que todas as pessoas transexuais desejavam proceder a uma modificação corporal completa (necessária em muitos casos, mas não em todos), o movimento LGBT português, influenciado por estes, acabou por ampliar o conceito de “transexual” (ou “transgénero”, cada vez mais utilizado), agregando nele sujeitos que, apresentando uma descoincidência entre “sexo” e “género”, podiam não ter intenção de concretizar todas as etapas do processo de transição, nomeadamente, a submissão à cirurgia de “mudança de sexo” ou, inclusive, não apresentar qualquer relação formal com os serviços de saúde. Este alargamento do sentido de “transexual”/“transgénero” colocou a definição próxima a determinados modos “travesti” e, como tal, aberta à interpretação e apropriação dos sujeitos. Como o termo “transexual” passou a gozar de um “capital linguístico mais valorizado” que o termo “travesti” – desprestigiante e injurioso – muitos sujeitos, outrora identificados como travestis, optaram por se apresentar (ou ser apresentados) como transexuais, uma vez que essa designação lhes conferia, em determinados contextos sociais, “um aumento de capital simbólico” que facilmente poderia ser convertido em capital social (Leite Júnior, 2008, p. 211).

Este movimento de enquadrar certos modos “travesti” dentro da transexualidade (que poderá ser lido como uma forma de dominação sofisticada e, por isso, invisível aos sujeitos) será, decerto, uma “tendência a acentuar-se no futuro” (Saleiro, 2013, p. 302), isto porque, mesmo que os sujeitos não se encaixem integralmente nas classificações psico-médicas, dizer que se é “transexual”, “transgénero”, “trans” ou “transex” é uma forma de se demarcarem do estigma associado ao “travesti” e fugirem da marginalidade conferida a essa identidade, além de que, perante o olhar externo, o uso de uma categoria mais “higienizada” tem o potencial de transformar esses sujeitos em pessoas “cultas e informadas” acerca das recentes mudanças conceptuais e terminológicas operadas no contexto do movimento associativo. Situação semelhante parece ter ocorrido com as gerações mais novas de “transformistas” que, rejeitando a identidade “travesti”, preferiram apresentar-se como “artistas”.⁸⁹

A sociedade é permeável à “generalização e penetração do discurso científico” relativo às questões da identidade de género, pelo que as “histórias travesti” – percebidas como totalmente “indesejáveis” – foram sendo assimiladas nas histórias “mais aceitáveis” e/ou sendo “ignoradas ou relegadas para segundo plano” (Saleiro, 2013, p. 210). Ainda assim, como se terá oportunidade de constatar neste trabalho, existem muitos sujeitos que continuam a se autoidentificar como travestis e a manifestar orgulho nessa identidade – não só sujeitos que procedem a mudanças de género temporárias

⁸⁸ Embora a autora não diga, crê-se que as “performances” e “estilística corporal e discursiva” diferenciadoras entre transexuais e travestis são, também, como veremos no capítulo 3, fruto da classe social de pertença. Na generalidade, as pessoas transexuais têm maiores acessos a tecnologias médicas e melhores inserções socioprofissionais do que as travestis por pertencerem a uma classe social com maiores recursos (económicos, sociais, culturais, emocionais, entre outros).

⁸⁹ Freitas (2015, p. 282) dá conta, no entanto, que muitos transformistas, especialmente os que iniciaram a sua carreira na década de 1970 e 1980, continuam a apresentar preferência pela utilização do termo “travesti”.

para fins ligados ao trabalho sexual e/ou transformismo, como também sujeitos que, segundo o movimento LGBT, seriam classificados como transexuais por terem concretizado modificações corporais parciais. Reconhecendo que a validação da linguagem usada por grupos oprimidos pode ser bastante empoderadora (Burdge, 2007, p. 244) – na medida em que, ao contestar o discurso dominante, possibilita a aquisição de poder sobre determinadas experiências individuais – considera-se de maior importância (e muito particularmente no campo do Serviço Social) fazer uso das expressões, linguagens e categorias utilizadas pelos sujeitos para se nomearem, ainda que, socialmente, elas possam ser “mal compreendidas” e/ou causar alguma antipatia. Além disso, e como já referido anteriormente, o rigor da pesquisa científica deve implicar a não homogeneização da população por forma a não mascarar a diversidade presente na categoria “trans” e conseguir explicar as suas diferenças.

Posto isto, gostaria de referir que, ainda que algumas classificações possam responder aproximadamente à questão “o que é uma travesti?”, elas são *sempre* insuficientes, não conseguindo transmitir a totalidade das experiências identitárias por estas serem complexas, contraditórias e envolverem distintas performances e tecnologias de género. Essas classificações, ao encerrarem a diversidade humana dentro de limites, tornam-se “problemáticas” (Lim & Browne, 2009), não podendo ser tomadas como absolutas e explicativas do fenómeno por reforçarem a ideia de existir uma identidade monolítica e imutável (estilo “todas as travestis são semelhantes entre si”) e negarem a possibilidade de haver outras subjetividades para além das estabelecidas. Este trabalho apresenta-se, assim, como uma crítica às visões essencialistas que limitam os sujeitos a um conjunto de atributos e propriedades, excluem experiências identitárias e promovem a discriminação a quem escapa às fronteiras classificatórias. As categorias de identidade são socialmente construídas por forças sociais, tal como tentei evidenciar neste capítulo. E, sendo locais de disputa de poder, elas encontram-se em permanente tensão, contradição e mudança, pelo que o seu significado – imperfeito, temporário e arbitrário – pode ser alterado dependendo do contexto e da forma em que ele é negociado ou contestado.

Contrariando a tendência para naturalizar e homogeneizar a identidade “travesti”, este estudo procura efetuar um movimento de desconstrução no qual, sem nunca buscar delimitar o sujeito “travesti” – mas partindo de um conjunto de pessoas que, dentro e fora dos contextos de trabalho sexual, assim se identificavam – tenta compreender e afirmar a diversidade das experiências “travesti”. E para chamar a atenção para as diferentes formas de “ser travesti” – incapazes de serem abarcadas numa definição única que reflita as complexas relações entre “sexo”, “género” e “sexualidade” – foi tomado de empréstimo o conceito de *travestilidade*, criado por William Peres (2005) e, empregue por diferentes autores brasileiros (Duque, 2009; Lomando & Nardi, 2013; Figueiredo, 2011; Patrício, 2008; Pelúcio, 2007a; Vale, 2005) para expressar as inúmeras possibilidades de se viver a experiência “travesti”. O termo travestilidade é, pois, um convite à reflexão para se considerar a heterogeneidade dos processos identitários, ao invés de se procurar fixar e essencializar as identidades.

CAPÍTULO 2

APROXIMAÇÃO E IMERSÃO DE UM ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO TRAVESTI

2.1. A INVISIBILIDADE TRAVESTI E AS DIFICULDADES NO SEU ACESSO

Para me enquadrar no estudo das temáticas das identidades de género e do trabalho sexual procurei, numa primeira fase, consultar, recolher, organizar e analisar diferentes tipos de informação documental (Cardoso, Alarcão & Antunes, 2010). Detive-me na procura textos de carácter científico disponíveis em livros, estudos, monografias, teses, relatórios, estatísticas e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, através de pesquisas *on-line* e em bibliotecas e do domínio das ciências sociais e humanas. Para esta procura inicial de conhecimento foram, também, efetuadas pesquisas em documentos jurídicos e legislativos, documentos produzidos por organismos públicos, ONG, movimentos LGBT e do trabalho sexual, artigos e materiais jornalísticos, bem como em blogues e páginas de internet que me permitiram estar atualizado sobre acontecimentos e narrativas específicas que iam sendo desenvolvidas sobre estas realidades e que me coadjuvavam na sua compreensão. Numa segunda fase e, por sugestão de Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt (1998) realizei um total de seis *entrevistas exploratórias*: quatro a investigadores e especialistas e duas a interlocutores privilegiados (anexo B) que, pela sua ação ou responsabilidades, apresentavam um bom conhecimento sobre as temáticas em estudo. É de referir que este prévio procedimento foi fundamental para mapear e explorar em profundidade o conhecimento sobre a realidade das travestis trabalhadoras do sexo em Portugal. Se por um lado, a informação documental ajudou-me a identificar lacunas e inconsistências existentes nesse conhecimento, por outro, as entrevistas mostraram-se relevantes para a clarificação e definição do objeto de estudo, completando as “pistas” e “inquietações” que as leituras dos documentos me faziam surgir.

Porém, as diminutas relações que, até então, havia estabelecido com o mundo da prostituição travesti originaram, desde logo, dificuldades em aceder ao seu meio. Onde poderia eu encontrá-las? Como poderia aproxima-me delas? Por onde começar a etnografia? Estas e outras questões interpelavam-me recorrentemente, causando-me um forte sentimento de angústia. Desconhecendo formas de ir ao seu encontro desafiei-me, numa atitude exploratória (e, de certa forma, ingénua) a participar em iniciativas e eventos públicos relacionados com o trabalho sexual, na expectativa de aqui surgirem contactos que me fossem úteis para o estabelecimento desta aproximação inicial.

Em 2009 tive conhecimento, pelos meios de comunicação social,⁹⁰ que um grupo de trabalhadores sexuais, integrados no *MayDay* – movimento internacional contra a precariedade laboral e social – tinham estado presentes, pela primeira vez, e por iniciativa própria, nas ações comemorativas do 1º de Maio (dia do trabalhador), na cidade de Lisboa. No ano seguinte, este grupo fez-se novamente presente na mesma iniciativa, cuja participação fora agora alargada a outras cidades do país, apoiada por diferentes associações e coletivos.⁹¹ Com o objetivo de aproximação às travestis desejei integrar, no ano de 2011, o “movimento dos trabalhadores do sexo” (Lopes, 2006) e seus apoiantes. Para tal, dirigi-me ao local onde iria ocorrer a manifestação. Aos participantes do movimento de trabalhadores do sexo foram distribuídos chapéus-de-chuva vermelhos, símbolo universal da luta dos trabalhadores do sexo. Também a mim me foi entregue um, tendo-o ostentado durante todo o trajeto entre o Largo do Camões e a Alameda. Na manifestação encontravam-se alguns homens e mulheres trabalhadoras do sexo que exerciam habitualmente a sua atividade em diferentes contextos da indústria sexual. Todavia, constatei a inexistência de travestis entre esta população, tendo-me sido informado pelos responsáveis da ação que, até ao momento, nenhuma tinha participado neste tipo de iniciativas. O investimento por mim realizado fora, por isso, sentido como infrutífero.

Pouco tempo depois desta primeira iniciativa tive conhecimento da existência de um evento de “entretenimento para adultos” a ser realizado, em Portimão: o “Salão Erótico do Algarve”. A peça jornalística que apresentava o salão erótico⁹² expressava a promessa de que esta seria «*uma das edições mais ‘quentes’ de sempre em Portugal*», na qual participariam «*mais de 80 artistas e 600 espetáculos ininterruptos em 6 palcos, contando ainda com duas áreas temáticas e muitas atividades lúdicas*». O site do evento referia também que, dentro das múltiplas atividades programadas, existiria «*performances de travestis*». Neste sentido, senti que esta poderia ser uma possibilidade única de, então, estabelecer contacto com a população que seria o meu objeto de estudo. Assim, rumei ao Algarve onde participei como observador no salão erótico.⁹³ À chegada apresentei-me a alguns trabalhadores do sexo como “investigador”, referindo-lhes estar interessado em estudar a população travesti, razão pela qual desejaria saber se me poderiam ajudar a estabelecer contactos com essa mesma população. De forma prestável apresentaram-me, de imediato, à Susy,⁹⁴ uma travesti de nacionalidade espanhola que se encontrava a participar no evento através da realização de “massagens eróticas” dirigidas maioritariamente a um público masculino, e concretizadas dentro de um pequeno *stand*-expositor, cuja privacidade era mantida por uma pequena cortina. Susy confessou-me que não existiam outras travestis a trabalhar no salão erótico, tal como anunciado no site. Questionei-a acerca de possíveis razões para esse facto, tendo-me respondido que este tipo de evento não estaria vocacionado para pessoas com

⁹⁰ Notícia de Sérgio Vitorino (2009, 2 de Maio) e Paulo Moura (2009, 2 de Maio).

⁹¹ Notícia da Lusa (2010, 1 de Maio).

⁹² Notícia da Lusa (2011, 18 de Maio).

⁹³ Embora o salão erótico tivesse decorrido entre os dias 9 a 12 de Junho de 2011, a minha observação foi, apenas, relativa a um dos dias (dia 11), especialmente por razões financeiras. Cada entrada no evento tinha um custo de 20€ por dia.

⁹⁴ Os nomes de todas as pessoas enunciadas ao longo deste trabalho são fictícios. Os seus nomes verdadeiros permanecerão confidenciais de forma a assegurar o seu anonimato e impossibilitar a sua identificação.

orientações sexuais divergentes da heterossexual ou para pessoas que, como ela, apresentavam uma identidade/expressão de género considerada não normativa. Afirmou-me ainda que «*as pessoas não gostam da presença de travestis nos espaços públicos*». A conversa iniciada não se prolongou por muito tempo por receio de estar a ser demasiado intrusivo. Além do mais, durante a nossa conversa tinha compreendido que Susy tinha vindo ao Algarve, exclusivamente, para trabalhar neste evento, e por isso, desconhecia contactos de outras travestis que residissem em Portugal.

Embora os resultados destas duas tentativas iniciais tivessem sido aparentemente inglórios, permitiu-me confirmar que a população travesti é tida como inacessível por ser uma “população oculta” (Dunlap & Johnson, 1999; Fernandes & Carvalho, 2000). A sua dificuldade de localização, aproximação e contacto, além de se relacionar com a escassez de estruturas organizacionais dirigidas a ela, bem como à frágil presença de travestis no movimento LGBT nacional, estava fortemente associada à posse de características identitárias e profissionais consideradas “socialmente reprováveis”. Ou seja, as travestis trabalhadoras do sexo sofriam de um duplo estigma ao possuírem uma identidade de género não normativa e exercerem uma atividade profissional considerada “marginal” que as levavam a se converter numa população invisível como estratégia de minorizarem a reprovação social, encontrando o seu terreno predileto em meios “fechados” ou “secretos”, nos quais procuravam maior proteção, segurança e conforto pessoal.

Perante as dificuldades da acessibilidade às travestis detive-me a refletir sobre alternativas, do ponto de vista metodológico, facilitadoras do acesso aos espaços de trabalho sexual e, principalmente, às suas vidas e trajetórias pessoais. Ao ler a investigação *Corpo a Dentro* (2009), do sociólogo Bernardo Coelho compreendi que estabelecer contactos telefónicos para os classificados dos jornais diários ou das páginas de internet dedicadas, exclusivamente, para o agenciamento de serviços sexuais não seria, também ela, a estratégia mais adequada de aproximação à população, na medida em que este investigador já tinha, outrora, aquando da sua abordagem à prostituição feminina de luxo, tentado realizar uma metodologia semelhante, cujos resultados não foram bem-sucedidos.⁹⁵ Este ensinamento etnográfico levou-o a reconduzir a sua estratégia e adotar, temporariamente, a condição de aparente cliente, transformando o seu papel de “sujeito-pesquisador” em “objeto” pagador de serviços sexuais.⁹⁶ Todavia, abraçar este tipo de estratégia foi, desde logo, recusada por mim.⁹⁷

⁹⁵ Na sua experiência, nenhuma das pessoas contactadas “desejava prolongar as conversas telefónicas e muito menos agendar um encontro sem compartidas financeiras. Afinal, os encontros são a sua profissão mesmo que sejam só para conversar” (Coelho, 2009, p. 51). Stéphane Beaud e Florence Weber (2007 [1997], p. 83) também desaconselham fortemente este tipo de técnica, denominada *porta-a-porta*, uma vez que as respostas às perguntas do investigador tendem, na sua maioria, a ser superficiais pela ausência prévia de uma relação de confiança.

⁹⁶ Estratégia semelhante foi adotada por Hélio Silva (1993) ao se apresentar junto das travestis como um suposto cliente. No entanto, este tipo de metodologia apresentou limitações quanto ao tipo de relacionamento que pôde, então, desenvolver.

⁹⁷ Esta recusa foi baseada em razões: (1) de *carácter individual*, por reconhecer a possibilidade de existência de sentimentos de desconforto pessoal no assumir desse mesmo papel; (2) de *carácter científico*, por considerar que a ocultação consciente da minha identidade de investigador ao longo de todo o processo de pesquisa, com vista a penetrar num universo privado (onde não seria admitido de outro modo), para obter a informação desejada, poderia suscitar problemas éticos que envolvem a investigação científica, no que respeita ao princípio do consentimento informado e da privacidade pessoal (Bulmer, 1980, p. 60). Tal como refere Tiago Neves (2004, p. 98) “o etnógrafo que nunca revela a sua identidade está a fazer-se passar por outrem e, desde logo, a iludir os sujeitos com os quais realiza a pesquisa”.

Sabia, porém, que uma população tão oculta como esta jamais iria admitir a minha presença no seu meio, e muito menos a participar nas suas atividades diárias. Eu seria, desde logo, percebido como um elemento “estranho”, um “intruso”, pelo que resistiriam a qualquer investida que eu tentasse realizar individualmente junto dos seus espaços prostitucionais, quer em contextos de rua, quer em contextos de apartamentos e outros espaços abrigados. Ora, a entrada no terreno estava, pois, envolta em problemas sem solução aparente: não podia ter acesso às travestis sem, antes, possuir uma relação de proximidade com elas; e para me aproximar delas necessitava de meios que me introduzissem no seu contexto, até porque, como Teela Sanders (2006, p. 454) refere, raros são os investigadores que se introduzem nos vários contextos da indústria sexual sem a mediação de um terceiro elemento.

Na presença destas contrariedades iniciais,⁹⁸ acabei por ter conhecimento da constituição da Rede sobre Trabalho Sexual (RTS), representada por um conjunto de organizações e indivíduos que atuavam a nível local, regional e nacional junto de pessoas que realizavam trabalho sexual, assim como por diferentes investigadores, ativistas e, inclusive, alguns trabalhadores do sexo. Após o contacto telefónico com a RTS e apresentação das minhas pretensões, pude, por fim, participar formalmente numa das suas reuniões, onde me disponibilizaram informação sobre a existência de projetos sociais na zona da Grande Lisboa. Atendendo a que “o acesso não é um processo direto e imediato”, e que envolve “negociação e renegociação” (Burgess, 2001 [1984], p. 47-48), outra das etapas metodológicas passou por contactar, via telefónica, os responsáveis destes projetos – os *detentores de informação*⁹⁹ – para negociar um encontro com vista a apresentar detalhadamente os objetivos da investigação. Estava entusiasmado e expectante para que esta negociação fosse aceite, até porque tinha sido referenciado pela própria RTS (que, porventura, congregava as associações responsáveis por estes projetos). Um dos projetos respondeu negativamente¹⁰⁰ e o outro positivamente. Em resultado, reuni-me com a Delegação de Lisboa, Tejo e Sado da APF para me aproximar do conteúdo do projeto “Trans-Porta” pelo qual, desde 1 de Abril de 2011, era responsável. Este projeto, que tinha como objetivo a promoção da saúde das travestis trabalhadoras do sexo, intervinha nos contextos onde elas exerciam a sua atividade, através de

⁹⁸ Considero de extrema importância a apresentação detalhada destas contrariedades de forma a evidenciar que o acesso à população não foi constituído de forma célere, mas antes por “avanços e recuos” que permitiram a tomada de diferentes opções metodológicas e, consequentemente, a constituição do tipo de pesquisa realizada. A maior parte das vezes, as investigações tendem a abordar as dificuldades de forma muito rápida ou superficial, tal como discute Robert Burgess (2001 [1984], p. 48), o que não permite ao leitor compreender a totalidade do percurso de investigação, as implicações nas abordagens subsequentes, a escolha do terreno empírico e a gestão de relações durante todo o trabalho de campo.

⁹⁹ Aos indivíduos que nas organizações têm o poder de conceder ou recusar o acesso de investigadores, Burgess (2001 [1984], p. 51) denomina-os por *detentores de informação* por considerar que são eles que controlam o acesso à informação e à possibilidade de teorização sobre ela.

¹⁰⁰ As razões apresentadas para esta recusa foram relacionadas com a possibilidade de existência de desconforto da população face à uma presença de um elemento “estranho” (neste caso, o investigador) aquando da realização das intervenções sociais. É de referir que este projeto desenvolvia a sua atuação com homens, mulheres e travestis trabalhadores do sexo nos seus próprios apartamentos (locais onde eram exercidos os serviços sexuais) com vista a garantir o acesso à saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento do VIH/Sida e outras IST (através da referência para estruturas da comunidade), providenciar suporte psicossocial, distribuição de informação e material preventivo. Neste sentido, a minha presença nestes espaços privados e de intimidade pessoal poderia promover situações de algum incómodo junto das travestis. Assim, numa tentativa de proteger a população, já por si vulnerável, optou-se pela minha não integração nas visitas aos seus locais de residência.

brigadas de rua,¹⁰¹ realizadas em período noturno, por uma equipa composta por técnicos e voluntários, onde se forneciam materiais para a redução dos riscos associados à prática do trabalho sexual. Sabendo que a autorização para acompanhar esta equipa estava dependente, em larga medida, da “bondade de estranhos” (Padgett, 1998a, p. 46), tentei, no decurso de reunião, expor com clareza, e de forma persuasiva, o conteúdo da minha pesquisa. Deixei claro que não pretendia realizar uma investigação com o intuito de fazer das travestis um objeto de interesse “exótico”, mas antes observar as suas interações, complementadas por entrevistas, por forma a tentar compreender as suas identidades e o mundo social a que pertenciam. Ousava descrever, interpretar e transcrever para o papel os seus modos de vida, as suas vulnerabilidades e os motivos da sua rejeição social. Pretendia desocultar aquilo que permanecia, até agora, imerso numa invisibilidade social e científica. E, mesmo sem saber como, ambicionava que a investigação pudesse trazer implicações ao nível da visibilidade, reconhecimento, aceitação e humanização social das travestis e, em simultâneo, de uma maior atenção por parte das políticas públicas.

Ao ter obtida a autorização para ingressar nas atividades do projeto, tentei negociar com os responsáveis o tipo de observação que pretendia desenvolver. Solicitei-lhes que, numa fase inicial, não revelassem a minha identidade de investigador. Após todo o esforço até aqui realizado, receava que assumir abertamente este papel pudesse condicionar o processo de investigação. Estava consciente que a forma de me apresentar seria determinante para poder continuar, ou não, no terreno. E eventualmente, o termo “investigador” seria objeto de interpretações negativas (Beaud & Weber, 2007 [1997], p. 77) e, em consequência, uma maneira para me olharem como *voyeur*, o que interferiria no decurso normal das atividades a serem desenvolvidas. Desejei, pois, que este papel fosse temporariamente omitido e revelado à medida que fosse estabelecendo relações de proximidade com as travestis. Tal como refere Tiago Neves (2004, p. 98) “a passagem do estatuto *covert* a *overt* é progressiva: a nossa identidade não é algo que se revele logo de partida e a todos ao mesmo tempo. Nunca se dá toda a informação sobre nós próprios à primeira, nem se pede toda a informação sobre os outros à primeira – trata-se de uma regra de bom senso”. No entanto, acreditava também que ser um mero observador passivo significaria, neste contexto, ser considerado suspeito. Para escapar a esta possibilidade foi-me atribuído o papel concreto de ser um *observador participante*: o de “novo elemento” das equipas de rua, papel este que foi aceite e assumido por todos. Passaria, então, a ser mais um entre os restantes que as constituíam.¹⁰²

Na reunião fui informado que a ação do projeto “Trans-Porta” se encontrava focalizada, sobretudo, nas travestis que exerciam trabalho sexual em contextos de rua. O que significava que as

¹⁰¹ O termo *brigadas de rua* utilizado pelos técnicos do projeto “Trans-Porta” tinha como referência as brigadas de “vigilantes de bairro” organizadas por elementos do coletivo *The Pink Panthers Patrol*, na década de 1990, nas ruas da *East* e da *West Village*, em Nova Iorque, em resposta às inúmeras agressões homofóbicas por gangues e à passividade policial. Este “patrulhamento” tinha por objetivo assegurar a proteção a muitos sujeitos homossexuais.

¹⁰² O facto de ser assistente social foi um fator determinante para ser autorizada a integração na equipa, na medida em que ela não possuía profissionais de Serviço Social. O meu recrutamento foi sentido como uma mais-valia para o desenvolvimento do trabalho que o projeto se encontrava a desenvolver, esperando que a minha participação envolvesse, além das ações habituais, o apoio psicossocial.

circunstâncias que me conduziram até aqui acabaram por determinar, sem necessidade de “escolha”, a delimitação da minha *unidade de observação*. Entre as diferentes áreas de atividade do trabalho sexual em que as travestis poderiam estar envolvidas, a pesquisa acabou por incidir, com maior profundidade, sobre a realidade da *prostituição de rua*. O projeto fazia incidir a sua intervenção, sobretudo, na zona do “Conde Redondo”, atualmente pertencente às freguesias de Arroios e Santo António, na medida em que este é considerado, na Grande Lisboa, como o local de maior expressão de prostituição de rua travesti. Esse território, ao se encontrar localizado num espaço central da cidade e, em simultâneo, acolher pessoas em posição de isolamento e segregação socioespacial, cuja visibilidade era bastante diminuta, fazia dele um espaço paradigmático no qual conviviam o *centro* e as *margens*. O «Conde» – designação pela qual era conhecido entre as travestis – impôs-se-me como a minha *unidade socioterritorial de pesquisa*¹⁰³ onde iniciei e desenvolvi a maior parte das atividades de recolha e interpretação dos significados da ação social destas profissionais do sexo. Todavia, este espaço não se constituiu apenas como o *locus* da etnografia. À medida que o investigava, constatava que ele se revela uma “âncora identitária” (Velho, 2009) para as travestis por ser um espaço no qual organizavam uma ampla e complexa rede de interações simbólicas e culturais e cujos significados precisavam de ser compreendidos. Por isso, em alguns aspetos foi, também, o *focus* da etnografia (Cordeiro, Baptista & Firmino da Costa, 2003, p. 5). Não o sendo, a investigação acabou por apresentar ligações próximas a uma *etnografia urbana* (Cordeiro et al., 2003; Velho, 2009).

O trabalho de campo teve o seu início a 17 de Fevereiro de 2012. Ao contrário de outros estudos etnográficos cuja abordagem é composta por uma *observação contínua* no território, implicando muitas vezes a vivência do investigador nesse espaço (cf. realizado por Marina Antunes, 2002; William Whyte, 2005 [1943] e Kulick, 2008 [1998]), a minha observação etnográfica, à semelhança de outras (Coelho, 2009; Santos, 2004) realizou-se de forma *interrompida*, designação proposta por Daniel Cefaï (2013) quando é efetuada durante algumas horas por dia ou alguns dias por mês.¹⁰⁴ Como a minha entrada e consequente infiltração no terreno estava dependente do projeto “Trans-porta”, as observações eram, obviamente, sujeitas ao horário das *brigadas* de rua, realizadas quinzenalmente, às sextas-feiras, em horário noturno a partir das 23h30min.¹⁰⁵ Face aos objetivos, considerei ser insuficiente a estadia no *Conde* duas vezes por mês, uma média mensal de 12 horas de observações. Para conhecer as travestis,

¹⁰³ Sobre este aspeto Burgess (2001 [1984], p. 63) esclarece que a escolha do local de investigação é, muitas vezes, justificada por razões de conveniência: ou porque já existem pessoas que desejam colaborar ou porque o investigador apresenta alguns contactos estabelecidos. Na presente investigação, a “escolha” do *Conde* não teve por base fatores de conveniência. Ele simplesmente impôs-se como o local possível, por meio da APF que permitiu o meu o acesso à vivência travesti.

¹⁰⁴ Coelho (2009, p. 48), por exemplo, faz uso da expressão *etnografia salpicada*. Este tipo de etnografia não deverá ser menorizada face à etnografia composta por uma observação contínua. Aliás, existem autores que defendem claramente que o investigador “não deve ficar no local mais tempo do que aquilo que a sua memória lhe permite ou do que o tempo de que dispõe para redigir as notas após a sessão” de observação (Bogdan & Biklen, 1994, p. 133).

¹⁰⁵ Sextas-feiras e sábados eram os dias da semana de maior movimentação clientelar. Nos restantes dias o *Conde* apresentava-se mais calmo, razão pela qual não se privilegiava a realização de *brigadas* durante este período. A intervenção tinha início por volta das 23h30 com a organização dos materiais a serem distribuídos. Já o horário de término estava dependente de diversos fatores, nomeadamente, do número de travestis que se encontravam no território, da sua disponibilidade para dialogar com a equipa, das condições meteorológicas, de acontecimentos incomuns, etc. pelo que o tempo de permanência no espaço público poderia ser variável. Todavia, não foram raras as vezes que as *brigadas* se prolongaram até ao amanhecer.

encaixar-me nas suas atividades e ganhar a sua confiança eu tinha de “gastar tempo” (Whyte, 2005 [1943], p. 295) com elas. Por esta razão, prolonguei a estadia no terreno por mais tempo do que inicialmente tinha previsto, dando por terminada a recolha de informação necessária para apresentação desta pesquisa em Março de 2017. Ao total, acabei por dedicar *cinco anos* a observar e a descortinar a vida travesti, as suas interações, comportamentos, discursos e sentimentos, o que correspondeu a uma média temporal de 720 horas de observações no *Conde*. A amplitude da pesquisa fez dela uma *macroetnografia* (Streubert & Carpenter, 2002). Cefai (2013, p. 103) adianta que esta maneira “fragmentada” de participação tem, apesar de tudo, as suas vantagens: a entrada e a saída do território permite um duplo movimento de compromisso e distanciamento, assim como de alterar pontos de vista pela observação simultânea dos que estão “dentro” e dos que estão “fora”.

2.2. ENTRAR NO TERRENO: IMPACTOS INICIAIS E ALIANÇAS DESENVOLVIDAS

Nas primeiras *brigadas* senti-me dominado por alguma ansiedade e excitação fora do normal. Afinal, ter encontrado esta janela de oportunidade para aceder às travestis criava-me alguma pressão, autoimposta, para que tudo corresse dentro do esperado, na tentativa de, lentamente, ser aceite pelo grupo e conseguir aceder às suas vozes através da realização de entrevistas. Juntamente com os restantes elementos das equipas transportávamos, para a rua, um *trolley* repleto de preservativos (internos e externos), gel lubrificante e material informativo,¹⁰⁶ distribuídos gratuitamente e sem restrições face às quantidades solicitadas. Propositadamente, as *brigadas* eram efetuadas sem recurso a carrinha ou veículo automóvel, permitindo circular por espaços que de outra forma se tornariam interditos. A circulação a pé favorecia, assim, um contacto personalizado com cada uma das travestis que ali se encontrava a prostituir.

À chegada ao *Conde* notei que a população travesti expressava a feminilidade em diferentes graus: (i) travestis que apresentavam uma imagem corporal segundo aquilo que é socialmente percebido como feminina, construída por meio de diferentes processos de transformação ocorridos ao longo da vida (quer por ingestão de hormonas, aplicação de próteses mamárias ou de silicone, realização de cirurgias ou outras formas), apresentando-se e comportando-se como “mulheres” a *full-time*; (ii) travestis que se apresentavam e comportavam como “mulheres” nos contextos prostitucionais e/ou de divertimento noturno sem intenção de procederem a alterações estéticas ou corporais. A sua expressão da feminilidade não estava, pois, relacionada com uma questão identitária. Era, na realidade, um requisito (ou melhor, um “código de trabalho”) estipulado para exercerem a prostituição, no *Conde*, ou para realizarem *shows* de transformismo em espaços comerciais. Por isso, *elas*, durante a noite, eram *eles*, durante o dia.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Este material informativo, editado pela APF, era referente a um desdobrável sobre a prevenção do VIH/Sida e outras IST, bem como a uma brochura denominada “Passaporte Imigrante – Acesso à Saúde Sexual e Reprodutiva”, que visava promover a informação sobre o acesso aos direitos em saúde sexual e reprodutiva à população imigrante ou pertencente a minorias étnicas, independentemente do país de origem ou etnia.

¹⁰⁷ Embora, num primeiro impacto, tivesse observado esta diferenciação, ao longo da pesquisa fui descobrindo que o “ser travesti” era uma categoria complexa, na qual abrangia outras formas identitárias. Este aspeto será aprofundado no capítulo 5.

Constatai, também, que a equipa era bem acolhida pela maioria das travestis, parecendo já existir uma consolidada relação de confiança que me deixava inseguro e a pensar se, algum dia, seria possível vir a estabelecer um tipo de proximidade como esta. Senti que a minha chegada ao terreno foi perçecionada com alguma indiferença porque as travestis não manifestaram interesse sobre quem eu era ou o que estava ali a fazer. Por outro lado, percebi que não era visto como um “intruso”, razão pela qual a entrada no seu meio não me foi negada, o que foi bastante motivador, especialmente nesta fase. Estava, assim, temporariamente numa situação de “neutralidade”, que esperava que se transformasse numa aproximação gradual à medida que estabelecia com elas diferentes interações. Acabei, no entanto, por nunca ter sido “oficialmente” apresentado pela equipa, tal como tínhamos negociado. «*Olha, este é o Néilson!*», disseram simplesmente sem referirem o meu papel omissso de investigador, nem esclarecerem a minha função de “novo” membro nas equipas. Porém, durante os primeiros tempos, como desejava revelar atitudes socialmente adequadas ao contexto onde me encontrava inserido (Maxwell, 2005, p. 85) para conseguir conquistar a confiança e o respeito das travestis, acabei por adotar uma postura passiva. Reprimi a minha curiosidade científica e inúmeros questionamentos que ansiava desvendar e refugiei-me no papel que me fora atribuído, participando e ajudando na distribuição dos preservativos ou outros materiais. Por esta razão, mesmo não tendo sido apresentado como um “novo” elemento, as travestis acabaram por supô-lo, porque me viam a desempenhar essa mesma função afincadamente. Assim, durante esta fase aproveitei para memorizar os nomes das travestis; ouvir atentamente os comentários e os “desabafos” que elas estabeleciam ao longo das interações com as equipas (relativos a problemas, sentimentos ou aspetos triviais do seu dia-a-dia); e observar as diferentes dinâmicas que iam ocorrendo no território. Esta minha atitude reclamava, ao mesmo tempo, capacidades específicas de atenção, memória, sociabilidade e, também, de interpretação dos seus significados (Cefaï, 2013; Peretz, 2000 [1998]). A permanência junto delas transformava-se numa experiência de conhecimento *in loco* das componentes da sua vida social quer pelas suas confidências, quer pela observação direta que me era possível testemunhar.

As primeiras impressões que tive acerca das travestis trabalhadoras do sexo foi que elas eram pessoas bem-dispostas, alegres, divertidas e que apresentavam um sentido de humor excecional, ainda que sarcástico. Com uma atitude excêntrica, encontravam-se, com frequência, a dançar nas ruas ao som das músicas que traziam nos seus telemóveis, chamando a atenção das pessoas que por ali passavam. Gostavam de conviver e brincar umas com as outras e, muito especialmente, “meter-se” com os transeuntes, taxistas e outros potenciais clientes. Tinham atrevimento suficiente para lhes gritar «*suas mariconas! Biiiicccchhasss!!!*» ou, ainda, «*anda cá paneleiro que hoje é a 15 em vez de 40 [euros]!*», enquanto, todas, se riam alegremente com a situação. O seu estado emocional era de máxima euforia. O *Conde* parecia ser sinónimo de festa. Aparentavam ser pessoas seguras, confiantes e determinadas, dando a impressão de serem resistentes a qualquer situação menos agradável que lhes surgisse. Mas à medida que me fui aproximando das suas vidas, descobri que esta realidade mascarava um outro lado.

O riso, o deboche e o escárnio eram usado como uma estratégia pessoal de defesa¹⁰⁸ para conseguirem suportar a intolerância e a violência social de que eram alvo nas mais diversas relações estabelecidas. Por vivenciarem uma identidade estigmatizada procuravam, de alguma forma, “glamourizar as suas experiências” (Pelúcio, 2004, p. 151), esforçando-se para se mostrarem felizes.

De entre os elementos que constituíam as equipas, a Eva, apresentava uma reconhecida experiência de trabalho com a população travesti, outrora iniciada com a sua participação e envolvimento ativista num coletivo português LGBT, as *Panteras Rosa*. Verifiquei que Eva tinha conquistado uma relação de proximidade com elas que nenhuma outra pessoa, até então, mostrava ter. Ela, não só tinha conhecimento sobre grande parte das suas trajetórias de vida, dos seus problemas e necessidades, como ainda possuía os seus contactos telefónicos, tinha acesso aos seus perfis de *facebook*, conhecia os seus locais de residência e, nalguns casos, os elementos da sua família. Eva partilhava os contextos domésticos das travestis, as refeições conjuntas e estabelecia com elas conversas íntimas geradoras de afinidades e profundas amizades. Eva revelava-se, para algumas, uma verdadeira confidente.¹⁰⁹ Por esta razão, considerei de extrema importância a seleção de Eva como uma *informante privilegiada* (Burgess, 2001 [1984], p. 78; Firmino da Costa, 2014, p. 139), sendo uma fonte de conhecimento relevante sobre o meio travesti e, conseqüentemente, um elemento facilitador para a minha imersão no terreno. Com ela tive a oportunidade de me informar, esclarecer e discutir sobre aspetos centrais das dinâmicas prostitucionais, de conhecer os locais onde se desenrolavam a prestação dos serviços sexuais, de ser apresentado a alguns proprietários e administradores de casas de prostituição, a namorados, familiares, amigos e outras pessoas pertencentes às redes pessoais e sociais das travestis. Deu-me a conhecer os espaços domésticos e de divertimento noturno frequentado pelas travestis, bem como me levou a participar em outras inúmeras atividades relacionadas com o objeto de estudo, o que me ajudou a complementar, em muito, as minhas próprias observações e a melhor compreender a vivência travesti. Por ter desenvolvido, com Eva, um relacionamento de maior intensidade ao longo da minha permanência no terreno, permitiu que, hoje em dia, a outrora relação investigador-informante se transformasse, inevitavelmente, numa relação de verdadeira amizade, tendo o privilégio de a ter presente no meu círculo de amigos íntimos, constituindo-se como uma das pessoas únicas, especiais e particulares que jamais contactei ao longo de toda a minha vida.

Além de Eva seleccionei também como “informante privilegiado” o João, um elemento externo às equipas. Durante as primeiras *brigadas* observei-o a interagir com as travestis, abraçando-as e

¹⁰⁸ Este modo de atuar foi, também, observado na investigação de Rafael Santos (2012).

¹⁰⁹ Para este facto muito contribuiu a forma de Eva olhar as categorias de género. Recusando viver de acordo com as normas sociais estereotipadas de género, por considerá-las opressivas e padronizadoras, apresentava-se verbalmente no género gramatical feminino (tendo, inclusive, adotado publicamente o nome de Eva), muito embora lhe tenha sido atribuído o género masculino à nascença. Distinguindo-se da realidade travesti, Eva não apresentava transformações corporais, nem aparência culturalmente associada à feminilidade (nem o desejava ter). Este ato consciente de subverter as noções tradicionais de género, caracterizado por Saleiro (2013) como *ultra género* ou pelos académicos *queer* como *gender bender* (Ekins, & King, 1996, 1997) ou *gender fucker* (Ekins, 1997, p. 41), era para as travestis um fator de curiosidade, interesse e, até mesmo, de identificação. Eva acabava por ser, de alguma maneira, uma “formadora de pares” pela sua “rebeldia”, altamente politizada, em viver fora das normas de género.

mostrando-se “muito à vontade” na relação com elas. Marcou-me a primeira vez que o vi por estar vestido de uma forma “estranha”. Toda a sua indumentária era de cor preta: as botas, as calças de cabedal brilhantes e a camisa. Nas costas trazia uma capa e na cabeça um chapéu, fazendo-me lembrar a personagem de ficção *El Zorro*. Suscitou-me o seu interesse, pelo que perguntei a Eva se saberia quem seria. Respondeu-me «*É o João, um homem que aqui vem habitualmente. Mesmo antes de fazermos intervenção com estas pessoas, ele já as conhecia e estabelecia relação com todas elas*». Compreendi que o João, um homem de 49 anos de idade, conhecia as dinâmicas do *Conde* melhor do que ninguém porque há nove anos que aqui vinha religiosamente todos os fins de semana. Nunca cheguei a compreender, ao certo, as suas verdadeiras motivações para aqui vir, embora soubesse, por sua própria confissão, que outrora tinha estabelecido relações clientelares com algumas travestis. No entanto, este facto era sempre negado quando questionado sobre o assunto. Independentemente das suas motivações e de revelar alguns comportamentos, que a meus olhos eram tidos como desadequados e inconvenientes, as travestis aparentavam ter uma relação afetiva com ele, mesmo que esta se constituísse, maioritariamente, com intuítos utilitários.¹¹⁰ Além do mais, João era um “poço de informação” sobre o fenómeno da prostituição travesti: ele conhecia as regras estipuladas de organização prostitucional, os diferentes *status* e níveis hierárquicos de poder estabelecidos entre elas, as dinâmicas policiais, a localização dos bares das redondezas, assim como a maior parte dos acontecimentos que iam ocorrendo no território, em especial, as desavenças entre elas, os problemas com os clientes e transeuntes ou as flutuações migratórias sobre quem entrava de “novo” no *Conde* ou quem saía dele. Por isso, deixá-lo juntar-se a nós durante as *brigadas* tornou-se uma estratégia necessária para acedermos à informação que mostrava possuir.¹¹¹ Era precisamente nestes momentos que nos atualizava sobre informações que detinha, na sequência de aspetos por ele observados aquando da nossa ausência. Ele e Eva foram, de facto, uma mais-valia durante toda a minha estadia no terreno porque, recorrentemente, me ajudaram a discutir ideias e problemas que me intrigavam face a situações que observava ou conversas que ouvia. Em certa medida, foram colaboradores desta investigação.

2.3. O DIÁRIO DE CAMPO: UM INSTRUMENTO DE REGISTO DAS OBSERVAÇÕES

Todo o contexto prostitucional onde me encontrava inserido estava carregado de informação sobre a vida das travestis, pelo que importava, desde logo, anotar todos os pormenores, mesmo que à partida fossem tidos como triviais, para mais tarde conseguir reconstruir estes acontecimentos observados numa

¹¹⁰ Algumas das travestis utilizavam o João para usufruto de pequenos benefícios, tais como a possibilidade de concessão de boleia para se deslocarem, de madrugada, a bares, discotecas ou áreas comerciais fora do *Conde*. Desta forma, não o renegavam. Elas sentiam a necessidade de o suportar por uma questão, maioritariamente, utilitária.

¹¹¹ Muito embora o João nos acompanhasse durante parte do percurso, as travestis conseguiam realizar uma clara distinção de papéis entre “nós” e ele. Sabiam, desde logo, que o João não era um elemento da equipa (na medida em que o conheciam anteriormente à intervenção desta) pelo que as suas atitudes não espelhavam a abordagem profissionalizante dos restantes elementos. No entanto, chegou a haver situações de maior constrangimento com as “novas” travestis que surgiam na rua, ao serem realizadas, por parte do João, abordagens de primeiro contacto bastante sexualizadas. Nestas situações, revelou-se uma limitação na medida em que colocou em risco o trabalho de aproximação e intervenção realizada pela equipa.

“descrição densa” (Geertz, 2008 [1973]), e cuja interpretação deste meio fosse compreensível.¹¹² Como referem Beaud e Weber (2007 [1997], p. 97) “não há observação sem anotação”. Para este efeito, todos os dados obtidos durante a minha estadia no terreno foram meticulosamente anotados num *diário de campo*, o principal instrumento de recolha etnográfica (Beaud & Weber, 2007 [1997]). Durante as duas primeiras *brigadas* portava um pequeno bloco de apontamentos e uma caneta para ir registando, ali mesmo, os acontecimentos e discursos mais relevantes. Mas, ao acompanhar e participar continuamente nas atividades da equipa, compreendi que a tomada de notas durante o desenrolar da ação era inviável. Encontrava-me demasiado envolvido ao tentar seguir as conversas estabelecidas, a memorizar as informações disponibilizadas, a dar resposta a algumas dúvidas efetuadas, a distribuir os materiais solicitados ou a observar todas as restantes movimentações que iam ocorrendo no território. Além disso, a não revelação do meu papel de investigador interditava, também, qualquer tomada de notas em simultâneo, tornando-me suspeito perante as travestis. Para contornar a situação, elaborei uma *grelha de observação* (Burgess, 2001 [1984]; Peretz, 2000 [1998]), de dimensão A4 (anexo C) que continha o nº de observação, o dia, a hora, bem como os nomes dos elementos da equipa de rua que, comigo, tinham participado nessa mesma observação. Continha, também, um mapa das ruas do *Conde* onde, ao final de cada *brigada*, após abandonar o local e regressar, de novo, à sede do projeto “Trans-Porta”, tomava alguns apontamentos principais respeitantes a observações preliminares. Mentalmente tentava reconstituir o percurso noturno efetuado e anotar, no mapa, os nomes e a posição exata dos locais onde tinha encontrado cada uma das travestis durante essa madrugada, o que me permitiu caracterizar a organização espacial, definir as afinidades relacionais, distinguir diferentes grupos e traçar as movimentações das travestis, no território, ao longo do tempo. No espaço dedicado a “outras anotações” tentava registar datas, acontecimentos importantes ou circunstâncias particulares que tinham sido relatados, assim como registar palavras, frases, expressões ou partes de diálogos expressos pelas travestis. Este tipo de reconstituição nem sempre se mostrou fácil, pelo que tive de realizar constantemente um esforço para reter e memorizar estes detalhes (por meio de técnicas de repetição mental durante todo o período em que se desenrolavam as *brigadas*) para depois ser possível a sua transcrição. O objetivo era, pois, proporcionar um registo quase literal daquilo que tinha sido dito, com vista a não deturpar o seu sentido. Alguns destes detalhes discursivos mostravam-se tão carregados de significado que a impossibilidade da sua reconstituição significava uma perda de informação. Por isso, senti-me tentado, por várias vezes, a utilizar algum tipo de gravação oculta para possuir uma “memória auxiliar” aquando da escrita do diário de campo. Contudo, se por um lado esta estratégia me ajudaria, em muito, a lidar com uma maior fiabilidade dos dados, por outro colocava-me questões éticas

¹¹² Luís Fernandes (2002, p. 30-31) refere que “a etnografia consiste em descobrir sozinho aquilo que os de lá (de lá, da unidade de estudo) sabem há muito, dizendo-o depois no texto monográfico dum modo que os de lá nunca diriam. Assim, o investigador “descobre” um contexto há muito descoberto pelos nativos. E estes, ao lerem o etnógrafo, descobrem um novo sítio no sítio sobre o qual pensavam saber tudo”. O que significa que o trabalho etnográfico se apresenta como uma forma de descodificar e interpretar o *conhecimento tácito* (Streubert & Carpenter, 2002), isto é, aquilo que os membros de uma cultura sabem, mas não conseguem descrever ou expressar tão facilmente, para poder transformá-lo num *conhecimento explícito* e compreensível.

relacionadas com o desrespeito pelo *consentimento informado*¹¹³ e a invasão da privacidade pessoal (Bulmer, 1980; Davis, 2008; Padgett, 1998a; Streubert & Carpenter, 2002, p. 37-48). No entanto, privilegiei sempre o cumprimento rigoroso destas exigências, mesmo que, em consequência, significasse um trabalho acrescido de memorização, com risco evidente de perda de dados. Mas muito agradeço os contributos dos restantes elementos da equipa que, desde logo, se disponibilizaram a ajudar-me neste processo de reconstituição dos diálogos e acontecimentos, participando comigo, no final de cada *brigada*, na atividade de registo e anotação. Eles foram, sem dúvida, os meus segundos olhos e ouvidos que eu tanto necessitava.

Após cada *brigada*, e aquando do meu regresso a casa, tinha também por hábito utilizar, dentro do carro, um pequeno gravador digital, colocado sobre o banco, para o qual ditava outros dados da observação, que extrapolavam os já inscritos na grelha, por serem referentes a informações visuais, à descrição das travestis e/ou clientes (como a idade, o tipo de vestuário, a aparência física, as interações e comportamentos realizados), à linguagem não verbal inscrita nos seus diálogos ou, ainda, referentes aos meus pensamentos e/ou sentimentos face a conversas ou situações presenciadas.¹¹⁴ As notas de campo temporárias, coligidas na grelha de observação e no gravador eram, posteriormente, complementadas com uma maior descrição e análise, redigidas no diário de campo e tornadas, deste modo, permanentes. A tradição etnográfica prevê que a sua escrita seja realizada no final de cada observação (Peretz, 2000 [1998], p. 118; Beaud & Weber, 2007 [1997], p. 107). Assim, tentava cumprir compulsivamente este requisito na mesma madrugada após regressar a casa, o que me levava a dormir somente a partir das 7h00, já numa sensação de total exaustão. Ao acordar, a escrita era prosseguida e complementada, se necessário, nos dias seguintes. O registo das observações no diário de campo requer tempo para a sua descrição e, por isso, implicam um grau (elevado) de penosidade. Mas como tão bem refere Luís Fernandes (2002, p. 24), “não é possível ser-se etnógrafo sem uma relação intensa com a escrita”. Porém, a impossibilidade de dedicação temporal exclusiva para desempenhar esta fase com o rigor que pretendia, contribuiu para o desenvolvimento de um sentimento de desgaste que só foi colmatado aquando da atribuição de uma bolsa de investigação.¹¹⁵

¹¹³ O consentimento informado significa que os intervenientes da investigação possuem previamente toda a informação adequada sobre o propósito e os objetivos da pesquisa, são capazes de compreendê-la e apresentam capacidade para decidir conscientemente (e, por tal, livres de qualquer tipo de coação) se desejam, ou não, participar de forma voluntária na investigação. A cedência de consentimento para participar no estudo poderá ser efetuado através da assinatura de um “acordo” (Padgett, 1998a) que, por vezes, não requerer um consentimento “formal”, bastando um *consentimento tácito*.

¹¹⁴ Esta mesma metodologia foi utilizada por Laud Humphreys (1970) quando observou as relações sexuais entre homens homossexuais que se encontravam clandestinamente nas casas de banho públicas dos parques de uma cidade, nos Estados Unidos da América. Por impossibilidade de registar as suas notas de terreno no momento da observação, as mesmas eram gravadas, dentro da sua viatura, quando se deslocava para outro parque.

¹¹⁵ Muitas vezes o período de fim de semana verificou-se insuficiente para registar as observações efetuadas, pelo que as mesmas tinham de ser redigidas ao longo da semana, em horário pós-laboral. Porém, à medida que a escrita sobre os acontecimentos se ia distanciando do momento em que os mesmos tinham sido observados, sentia que parte da informação acabava por ser perdida (em especial, no que respeita a expressões utilizadas pelas travestis). Uma maior dedicação de tempo para a escrita do diário de campo e restantes etapas do processo de pesquisa só foi possível pela atribuição de uma bolsa de doutoramento por parte da FCT, a quem estou grato.

A minha inexperiência de investigador na elaboração de notas de campo conduziu-me a diferentes leituras de dimensão teórica sobre as abordagens etnográficas, e também de dimensão prática, onde acabei por ler entusiasticamente estudos desenvolvidos por diferentes investigadores. Alguns deles¹¹⁶ distanciavam-se do meu objeto de estudo, enquanto outros¹¹⁷ apresentavam ligações concretas às temáticas do trabalho sexual e/ou das identidades de género. No entanto, todos eles ajudaram-me a consolidar o conhecimento de *saber-fazer* etnografia e, em especial, a elaborar registos de que tanto necessitava. Mas foi, especialmente, através da leitura do artigo *Um Diário de Campo nos Territórios Psicotrópicos: As Facetas da Escrita Etnográfica*, de Fernandes (2002), que compreendi que o diário de campo não deveria cingir-se somente ao registo das observações (exatamente o que eu, até aqui, me encontrava a realizar). Perante esta revelação, detive-me num “sobressalto metodológico” que me impulsionou a organizá-lo em cinco modalidades narrativas,¹¹⁸ na tentativa de o qualificar robustamente e transformá-lo num instrumento facilitador da pesquisa. Assim, fizeram parte do meu diário de campo:

(i) as *observações*, das quais constaram a descrição detalhada, e o mais factual possível, dos locais, das pessoas, das atividades, das conversas estabelecidas, dos acontecimentos observados e, inclusive, das emoções envolvidas aquando da sua ocorrência. O registo destas observações tinha como objetivo proporcionar um retrato pormenorizado daquilo que via e ouvia nas várias situações em que eu estava envolvido, pelo que a sua redação constituiu a parte mais extensa do meu diário. Em cada uma das sessões de trabalho tentei relatar estas observações de forma cronológica;¹¹⁹

(ii) as *notas de terreno*, relativas a um conjunto de ideias, hipóteses e análises preliminares pertencentes à realidade social em que me encontrava inserido. À medida que ia desenvolvendo estas notas (sentidas como “descobertas” efetuadas ao longo do tempo), elas constituíam-se como parte dos resultados da pesquisa. Eram aquilo a que Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008) denominaram por *teoria fundamentada*.¹²⁰ Nestas notas incluí o registo do quotidiano no espaço prostitucional, da

¹¹⁶ Por exemplo, Antunes (2002), Caria (2002), Cordeiro et al. (2003), Humphreys (1970), Whyte (2005 [1943]).

¹¹⁷ Por exemplo, Alvim (2013), Benedetti (2005), Coelho (2009), Fernández (2004), Handman e Moussuz-Lavau (2005), Fagner (2012), Garcia (2007), Jayme (2011), Kotiswaran (2008), Kulick (2008 [1998]), Lever e Kanouse (1998), Nogueira (2013), Oliveira (1994), Oliveira (2011a, 2011b), Pelúcio (2007a), Prieur (1998), Saleiro (2013), Silva (1993), Siqueira (2009), Vale (2005), Valentine (2007) ou Weitzer (2010a).

¹¹⁸ Burgess (2001 [1984], p. 181-190) apresenta o diário de campo constituído por três distintas modalidades: as notas de campo “substantivas”, “metodológicas” e “analíticas”. Já Whyte (2005 [1943], p. 307) subdividiu as suas notas de campo pelos diferentes grupos sociais que se debruçou no seu estudo. Eu, porém, privilegiei a constituição do registo em cinco modalidades, propostas por Fernandes (2002), por serem de natureza prática e facilitarem a concretização dos objetivos de investigação.

¹¹⁹ Saliento que os relatos destas observações resultaram da minha percepção e relação com o mundo social das travestis, o que implicou, fazer escolhas a cada momento. Por isso, a redação não espelha uma realidade social completa, por ser impossível registar tudo o que ocorre num dado momento. Diz-nos Whyte (2005 [1943], p. 357) que os investigadores “não podem observar tudo” porque se tentassem terminariam “com uma miscelânea de dados que não os conduziriam a qualquer padrão inteligível”. Por consequência, vi-me obrigado a realizar escolhas acerca do que incluir nas observações em função de categorias de análise que se revelaram de interesse substantivo e teórico para a investigação. Essas escolhas basearam-se segundo o que Burgess (2001 [1984], p. 76) denomina por “acontecimentos de rotina” (atividades que faziam parte da vida diária das travestis), “acontecimentos especiais” (casuais, mas previsíveis) e os “acontecimentos adversos” (situações não previsíveis). Estas escolhas estiveram, muitas vezes, dependentes daquilo que me agradava ou chocava (Beaud e Weber, 2007 [1997]). Por esta razão, no momento da observação, o princípio da *neutralidade axiológica* (postura neutra) não se encontrava presente. Caso contrário “estaria condenado a nada notar além do que os manuais lhe pedem que note” (p. 105). Uma vez que a “realidade” é sempre filtrada pelo ponto de vista subjetivo do observador (e, por isso, a maneira como é percebida é sempre uma *interpretação*), ela nunca chega a ser uma realidade “objetiva” (Velho, 1987, p. 129-130).

¹²⁰ No método de *teoria fundamentada* (do inglês *grounded theory*) o investigador não inicia um projeto com uma teoria já preconcebida. Pelo contrário, ele inicia com uma área de estudo, cuja teoria ganha forma à medida que se recolhe e se analisa

organização espacial das travestis, da demarcação e apropriação das ruas, das dinâmicas relacionais, das hierarquias de poder, dos preços dos serviços e práticas de negociação; dos clientes, dos consumos e adições existentes; das representações sobre o VIH/Sida, das violências experienciadas, das estratégias comportamentais de proteção e segurança pessoal, do estigma, entre outros aspetos que serão desenvolvidos nos capítulos seguintes deste trabalho;

(iii) as *notas metodológicas*, nas quais registei as minhas reflexões pessoais relativas a dúvidas, problemas, métodos e procedimentos de trabalho adotados ao longo da minha atividade de investigação. Uma vez que “fazer etnografia é largamente tarefa autodidata” (Fernandes, 2002, p. 34), este tipo de notas permitiu reunir comentários de índole metodológica, sobre a experiência que a etnografia constituiu. Nelas estiveram contidas a forma de acesso e aproximação ao objeto de estudo, as condições de chegada e integração no terreno, o contacto com os informantes privilegiados, a evolução do meu estatuto (de fechado para aberto), o relacionamento com as travestis, a conceção e utilização dos diferentes tipos de instrumentos de pesquisa, o processo de saturação do material recolhido, bem como o relato de sentimentos e emoções vividas ou as dificuldades e insucessos na condução da pesquisa;

(iv) os *fragmentos discursivos*, respeitante ao espaço no qual se registaram dados “soltos” referentes a discursos ou acontecimentos ocorridos em contexto externo ao *Conde* ou excertos de textos presentes em peças jornalísticas, manifestos, páginas de internet ou blogues relacionados com a temática. Mesmo que estes “fragmentos discursivos” não incidissem diretamente sobre o objeto de estudo, o seu valor informativo tornou-se relevante para a sua contextualização e compreensão geral;

(v) os *atores*. Em vez da sugestão de Fernandes (2002) acerca da construção de uma “ficha biográfica” para cada um dos atores sociais com os quais se estabeleceram contactos mais regulares, optou-se pela construção de um instrumento metodológico de identificação e quantificação de trabalhadoras do sexo presentes em cada uma das *brigadas*. A atribuição de nomes e características a cada uma delas permitiu identificar, com clareza, outras “novas” que iam surgindo no território, sem receio de já terem sido anteriormente contabilizadas. Desta forma, após a finalização da minha estadia no terreno foi possível determinar o contacto com 230 pessoas diferentes: 195 travestis e 35 mulheres cisgénero. Por *brigada* foram contactadas, em média, 14 pessoas, tendo o maior número de contactos sido de 23 e o menor de 8.¹²¹

Importa referir que o conjunto dos dados redigidos e incorporados, em simultâneo, nestas cinco modalidades resultou na elaboração de um documento constituído com mais de 450 páginas. Muito embora a escrita do diário de campo se tenha revelado uma fase intensa no processo de pesquisa, pela

os dados. Segundo Strauss e Corbin (2008, p. 25), este tipo de teoria “tende a assemelhar-se mais com a ‘realidade’ do que a teoria derivada da reunião de uma série de conceitos baseados em experiência ou somente por meio da especulação (como alguém acha que as coisas devem funcionar). Teorias fundamentadas, por serem baseadas nos dados, tendem a oferecer mais discernimento, melhor entendimento e fornecer um guia importante para a ação”.

¹²¹ Esta quantificação não espelha, com precisão, o número total de travestis que circularam no *Conde* durante a minha permanência no terreno. Acredito que este número seja superior àquele que consegui identificar. O facto de as *brigadas* não terem sido realizadas diariamente, leva-me a presumir que algumas delas não foram vistas (e contabilizadas) porque se encontravam de passagem ou porque teriam ido em dias diferentes dos meus. Estes números englobam “contactos únicos” (com as quais se contactou uma única vez) e “contactos permanentes” (que foram vistas semanalmente nos mesmos locais).

solidão que o processo envolveu, a mesma ajudou-me a ordenar a variedade de acontecimentos que ia observando e, muito especialmente, a construir um sentido para vivência travesti.

2.4. DESENVOLVER RELAÇÕES E GANHAR A CONFIANÇA

Sabendo que é do êxito das interações sociais que depende a fiabilidade dos dados (Cefaï, 2013) necessitava, pois, de me aproximar subtilmente das travestis na intenção de estabelecer relações pessoais de confiança. Os primeiros dias foram aqueles, cuja aproximação me pareceu uma tarefa árdua, se não mesmo, quase impossível. Se, com algumas travestis essa aproximação era facilitada com a distribuição de preservativos, onde depois aproveitava para dialogar sobre aspetos genéricos na intenção de surgirem temas de discussão; com outras sentia uma total impossibilidade em penetrar nas suas vidas, na medida em que elas expressavam, com atitudes, que não desejavam qualquer aproximação. Situações em que, por exemplo, agarravam nos preservativos e diziam «*Obrigado. Agora tenho de ir trabalhar!*», pondo-se em marcha, de imediato, para o outro lado da rua, faziam-me sentir que, de alguma forma, as estava a importunar e lembravam-me, recorrentemente, sobre as dificuldades que teria de enfrentar. Só mais tarde compreendi o significado de *saber-esperar* que Oliveira (2011a) apresenta na sua etnografia com prostitutas de rua. Estar na rua implica possuir disponibilidade total para aguardar, a seu tempo, pelos “outros”, o que nem sempre pode ir ao encontro das ansiedades de quem se encontra a investigar. Por isso, optei por realizar uma primeira aproximação às travestis que já apresentavam uma relação de confiança com a equipa de rua, esperando, das restantes, uma aceitação gradual.

Para esta aproximação, Cefaï (2013) recorda que o etnógrafo não deve estar demasiado próximo, nem demasiado longe, mas antes encontrar uma “distância adequada” do seu objeto de estudo. Por esta razão, tentei, ao longo de vários meses, num processo negocial demorado (nem sempre com garantia de sucesso), a aplicação de diferentes estratégias para que isso acontecesse. Desde logo tentei gerir a minha *distância pessoal* para não parecer demasiado frio (se me mantivesse em silêncio, somente a observar) ou demasiado invasivo (se apresentasse uma postura interrogativa). Decerto que ambas as situações seriam vistas pelas travestis com estranheza pela desadequação que, em si, revelariam. Procurei, assim, dotar-me de uma atitude empática, respeitar os seus sentimentos e mostrar-lhes ser sensível às suas experiências pessoais durante as *entrevistas informais* (Burgess, 2001 [1984], p. 112) que ia desenvolvendo com elas, no espaço de rua.¹²² Ao longo destas interações tentei, também, que a minha postura fosse de verdadeiro acolhimento e escuta ativa, mostrando-lhes interesse pelas suas vidas, sem nunca me centrar na valoração dos seus comportamentos sexuais, na atividade desempenhada ou na identidade/expressão de género demonstrada. Embora carregasse no meu pensamento uma lista de questões, para as quais pretendia obter resposta, tentei nunca realizar perguntas inconvenientes que

¹²² Este tipo de entrevistas são caracterizadas como sendo conversas agradáveis, de estrutura aberta, estabelecidas entre o investigador e as pessoas entrevistadas, com o objetivo de articular as experiências de vida que paulatinamente são reveladas, com o tema da investigação. Este tipo de entrevista tende a fornecer dados bastante ricos e pormenorizados.

pudessem, de alguma forma, melindrar a minha aproximação ao fazê-las sentir-se desconfortáveis com a sua resposta. Além disso, mostrei estar atento à possibilidade de, em determinados momentos, poder estar a perturbar a dinâmica do trabalho sexual.¹²³

Estabelecer relações de confiança com as travestis implicou, necessariamente, o meu envolvimento no seu contexto através de uma presença nos espaços prostitucionais, como também nos bares, cafés, pensões e saunas do *Conde*, na tentativa de me misturar nesse mundo e, deste modo, não ser visto como um “estranho”. Todavia, nas observações que realizava a estes diferentes espaços, pretendia causar a menor perturbação possível (Burgess, 2001 [1984], p. 100). Para que isto acontecesse, a gestão da minha *diferença de status* revelou-se fundamental. Uma importante dimensão de controlo dessa diferença implicou uma alteração à forma de me apresentar junto delas e da sua realidade social (Peretz, 2000 [1998]). Durante o meu trabalho de campo tive a preocupação de me vestir num estilo simples e descontraído. O objetivo não se centrava unicamente na redução das diferenças entre mim e as travestis. Pretendia, também, a discrição por parte dos vizinhos, agentes comerciais, policiais ou simples transeuntes. Porém, mesmo com este esforço para não ser motivo de olhares externos, o simples facto de se estar junto delas, sentado nos bancos das paragens de autocarros ou nos parapeitos das lojas a conversar era, por si só, um fator de extrema curiosidade por todos aqueles que por ali passavam.

Enquanto ali estamos há carros que passam por nós e nos olham, uns de forma indiscreta, outros de soslaio, mas todos de forma profundamente curiosa e intrigante para tentar observar não só as travestis como, também, para descodificar a nossa presença junto delas. «*Serão clientes? Vizinhos? Amigos? Quem, na realidade, são e o que fazem junto delas?*». Os olhares externos interrogativos de quem passa por aqui à noite, faz recair sobre nós o estigma de ter, possivelmente, uma orientação sexual fora dos padrões socialmente aceites ou até uma qualquer “perversão sexual”. Nós, também somos alvo de constantes olhares e questionamentos, muitos deles, preconceituosos. [Diário de Campo, 26 de Outubro de 2012]

Uma outra dimensão implicou aprender a sua linguagem. Sabe-se que a utilização de gíria ou calão é um elemento caracterizador do mundo da prostituição (Costa & Alves, 2001; Luís, 2018; Santos, 2004). Este tipo de linguagem surge, muitas vezes, da necessidade de demarcação dos seus limites face ao mundo exterior. José Barra da Costa e Lurdes Barata Alves (2001, p. 107) acreditam que este código linguístico é usado para desempenhar duas funções: comunicativa e indicativa. Ou seja, por um lado serve para comunicar uma informação ao resto do grupo sem que indivíduos externos compreendam o seu significado, por outro lado, é um sinal de pertença a um determinado grupo. Uma vez que os portadores da gíria tendem a ser reconhecidos pelos outros utilizadores como “um dos nossos”, tentei dar especial atenção não só às frases e expressões idiomáticas utilizadas pelas travestis, como também às circunstâncias em que estas eram usadas na intenção de melhor compreender os seus significados e poder utilizar esse vocabulário nas conversas informais estabelecidas com elas (ver glossário no anexo

¹²³ Em situações em que observava indivíduos a circular sistematicamente as ruas, a pé ou de carro, e que não poupavam olhares às travestis, compreendia que se tratavam de potenciais clientes interessados em efetuar o processo negocial, porém, viam-se impedidos devido à minha presença junto delas. Quando isso ocorria havia, da minha parte, um distanciamento imediato. «*Bem, vou desimpedir a loja!*», dizia eu, em tom de brincadeira, antes de me despedir delas, indicando-lhes ser sensível a estes aspetos. Mas muitas das vezes eram as próprias travestis que me solicitavam para não me afastar, «*não há problema, eles gostam só de ficar rodando. Não vá embora, não!*», diziam, reclamando a minha presença junto delas na intenção de darem continuidade à conversa iniciada ou, nalgumas situações, para afastarem deliberadamente clientes que não desejavam atender.

D).¹²⁴ Caso contrário, eu poderia ficar excluído dos seus espaços de interação. Neste jogo de adequação pessoal, o meu objetivo sempre foi de estabelecer afinidades, pelo que nos diálogos com as travestis tive, também, de ajustar o meu próprio estilo de linguagem ao contexto onde me encontrava.¹²⁵

Determinadas características físicas, sociais, culturais e técnicas do investigador também têm influência na condução do processo de recolha de informação (Burgess, 2001 [1984]; Cefaï, 2013; Firmino da Costa, 2014; Padgett, 1998a; Peretz, 2000 [1998]), podendo constituir-se tanto como uma via de acesso, como um obstáculo, impedindo ou possibilitando a realização do trabalho de campo. Neste caso, e considerando a temática do género em estudo, podia levantar-se dúvidas acerca da forma como o meu género poderia influenciar a aproximação e relação estabelecida com as travestis, bem como a fiabilidade dos dados que pretendia obter. Anteriores estudos etnográficos com pessoas trans (Saleiro, 2013, p. 119; Valentine, 2007, p. 5) confirmam ser difícil e, até mesmo, problemática a aproximação de investigadores homens cisgénero (tal como eu), junto de certas categorias de pessoas transgénero, nomeadamente, aquelas que expressam a feminilidade (nas quais se inclui a população travesti). Atendendo à ordem de dominação (Bourdieu, 1999) que estrutura as relações sociais entre géneros, o facto de ser homem e desejar estudar o fenómeno da prostituição travesti poderia implicar limitações ao tipo de relacionamento que pretendia desenvolver. Se, por um lado, poderia haver resistências por parte das travestis, por outro, sendo aceite, o quadro relacional poderia estar envolto numa “erotização da relação de pesquisa” (Coelho, 2009, p. 66). De todo o modo, as dificuldades de aproximação relacionadas com o meu género não se verificaram, porque a esta característica se juntou uma outra: a minha orientação sexual. À semelhança da investigação realizada por Kulick (2008 [1998]), assumir-me com um homem *gay* perante as travestis veio a revelar-se um elemento facilitador de todo o processo de investigação. Pouco tempo depois de estar integrado no terreno, as travestis interpelavam-me recorrentemente sobre a minha orientação sexual. Desejavam, a todo o custo, saber se seria ou não «*bicha*» como elas (tal como verbalizavam). Este questionamento a mim dirigido (outras vezes aos elementos da equipa) fazia-me sentir indubitavelmente desconfortável, sem saber o que dizer: contar, ou não, parte da minha vida privada? Mas compreendi que, ao procurar conceder visibilidade às travestis, eu próprio teria de me expor porque, de outra maneira, seria sempre olhado, por elas, como um “estranho”, um “desconhecido”; percebi que, em etnografia, os papéis de “observador” e “observado” facilmente se misturam. Como refere Neves (2004, p. 99), “para estabelecer relações de confiança, é importante que o etnógrafo seja capaz de se expor, de seleccionar situações em que possa revelar a sua vulnerabilidade; caso contrário, estabelecerá uma relação de superioridade relativamente aos sujeitos em análise, reduzindo-os ao estatuto de meros objetos de pesquisa”. Curiosamente, o assumir abertamente a minha orientação sexual foi um fator de transformação e consolidação da relação

¹²⁴ Dá-se conta que muitos dos termos utilizados pelas travestis eram de origem brasileira, onde, aliás, não estavam apenas restritos aos contextos prostitucionais, mas sim a contextos mais gerais, nomeadamente LGBT.

¹²⁵ Tentei fazer uso de terminologias simples, mas perceptíveis, para ter a certeza que era compreendido. A adoção de um outro tipo de postura poderia ser rapidamente interpretada como pretensiosa ou, até mesmo, arrogante, o que ameaçaria a tentativa de diminuir as diferenças entre mim e elas.

pessoal de confiança que, até então, vinha a desenvolver com elas. Lembro-me que, ao revelar esta dimensão da minha vida a uma travesti, ela abraçou-me com toda a força, visivelmente contente e emocionada, e segredou-me ao ouvido «*afinal somos manas, né?*». Pertencer à minoria LGBT era o ponto em comum que tinha com elas, o que possibilitou o acesso a narrativas que não seriam tão facilmente reveladas a outro tipo de investigadores.¹²⁶ Esta ligação então estabelecida foi sendo reforçada através do desenvolvimento de pequenos gestos e comportamentos que me auxiliaram a estar mais próximo delas.¹²⁷

À hora de iniciarmos as *brigadas* era habitual encontrá-las no «*Café do Carlos*», assim denominado por elas o estabelecimento comercial que servia de ponto de encontro entre as travestis. Sentado junto delas aproveitava, também, para me inteirar sobre todas as novidades. Durante estes momentos, havia sempre uma ou outra que acabava, em confiança, por me partilhar as suas angústias e preocupações. Em troca, por as escutar atentamente, faziam questão de me pagar qualquer coisa. «*Um café, não? Uma bebida, vá lá! Eu pago-te uma bebida! Senhor Carlos, é um whisky para ele!*», referiam, mostrando a sua simpatia. Na maior parte das vezes rejeitava a oferta, desculpando-me por não estar habituado a beber cafés à noite ou a ingerir bebidas alcoólicas. Mas, como é evidente, houve situações em que acabei por abrir algumas exceções. Nos diálogos estabelecidos, embora nunca tivesse havido um explícito compromisso verbal de confidencialidade, elas sabiam-no, por observação do meu comportamento, que a informação que ia sendo partilhada no *Café do Carlos* ou durante as *brigadas* não era transmitida posteriormente a outras travestis ou pessoas externas ao *Conde*. Por isso, fui sendo reconhecido como “alguém de confiança” a quem poderiam contar o que quer que fosse, sem receios do que poderia pensar ou fazer com essa informação. O facto de algumas saberem que era assistente social contribuiu, também, para a minha transformação numa espécie de confidente. Verbalizavam-me não só os seus problemas pessoais, como ainda solicitavam ajuda na sua resolução. As travestis impunham-me evidentemente escolhas quanto ao meu comportamento: poderia desempenhar somente o papel de observador sem participar na sua realidade social? Como refere Françoise Laplantine (2004 [1996], p. 24) “não existe etnografia sem confiança mútua e *sem intercâmbio*”. Também António Firmino da Costa (2014, p. 145) afirma que “no decurso do relacionamento social inerente ao processo de pesquisa de terreno, se estabelecem um *regime de trocas*, as quais podem incidir sobre variadíssimos e por vezes muito subtis aspetos da vida social”. Por isso, acabei por participar, em diferentes graus, na vida das travestis. Nas situações de maior vulnerabilidade ajudei-as a procurar alternativas habitacionais, respostas emergentes de âmbito alimentar ou a aceder a prestações sociais por razões de fragilidade

¹²⁶ Também, na experiência de Kulick (2008 [1998], p. 33-34) esta característica possibilitou-lhe o acesso a dimensões da vida travesti que não se encontravam descritas em outros estudos desenvolvidos, até então. Mas, obviamente, tal não significa que somente um homem *gay* consegue realizar, com sucesso, um trabalho de campo com as travestis.

¹²⁷ Em exemplo, aproveitei para lhes enviar *sms* ou telefonar em datas festivas, como o Natal, a passagem de ano ou no dia do seu aniversário. Cheguei, também, à semelhança do que aconteceu no estudo de Oliveira (2011a), a oferecer-lhes pequenas lembranças, como doces ou chocolates, distribuídos por todas elas durante as *brigadas*. Estas e outras ações, mais do que estratégias, eram sinal de verdadeiro apreço e carinho que ia manifestando por elas à medida que gradualmente as ia conhecendo.

económica. Apoiei-as, também, em termos de saúde, com o esclarecimento de informação relativa a horários, localização e contacto de espaços para testagem do VIH/Sida; procedimentos para acompanhamento nas consultas de sexologia clínica ou relativos à mudança de nome próprio e sexo na Conservatória do Registo Civil. Acompanhei-as, ainda, às urgências hospitalares e visitei-as quando, por motivos de doença, ficaram internadas. Dispus-me, também, a esclarecer-lhes informação de conteúdo jurídico-legal sobre o enquadramento da concessão de autorização de residência permanente, da nacionalidade portuguesa, da união civil/divórcio ou do regime de execução de penas e medidas privativas da liberdade. Muitas destas atividades resultaram em marcação de consultas e encaminhamentos para estruturas de apoio social, médico ou jurídico de âmbito nacional ou internacional. Neste sentido tive de desenvolver processos de mediação recorrendo a contactos pertencentes às minhas relações profissionais, na maior parte das vezes, realizados com o meu telefone pessoal e, nalguns casos, as deslocações a essas estruturas foram efetuadas no meu próprio carro.

Eloise Dunlap e Bruce Johnson (1999) acreditam que esta dimensão de “troca” é inerente à vida de qualquer etnógrafo, na medida em que cada uma das partes apresenta recursos diferentes para oferecer. E estes recursos fornecem a base para uma reciprocidade interpessoal. Coelho (2009, p. 56) também afirma que “a prática etnográfica é devedora da cooperação que se estabelece entre pesquisador e informantes, em certa medida esta cooperação implica uma relação relativamente instrumentalizada. Aqueles que tomamos como sujeitos das nossas pesquisas sabem usar e interpretar os meios, as competências, os recursos que cada investigador pode ter à sua disposição”. Por isso, nesta investigação eu acabei por partilhar as minhas competências técnicas, os meus bens (telemóvel e carro), o meu tempo pessoal e, inclusive, algumas despesas associadas à construção e manutenção do relacionamento (p. ex. comida e refeições conjuntas). Todos estes atos de cooperação permitiram-me reforçar as relações e encurtar as distâncias entre mim e as travestis. Só depois de longos meses no terreno, quando pela primeira vez fui convidado a jantar na casa de uma delas, comecei a ter maior consciência que o meu papel se tinha distanciado do inicialmente centrado na distribuição de preservativos. Observei que as relações cordiais que antigamente estabelecia, eram agora intensas de afinidades. Sentia que as travestis nutriam por mim verdadeiros sentimentos de afeição, razão pela qual não só faziam questão de me mostrar que estavam chateadas quando me detinha a conversar por mais tempo com uma outra travesti na rua, como também, faziam questão de me incluir nas suas vidas.¹²⁸ Eu sentia-me tremendamente acarinhado por estes convites. E com a sua aceitação, tive a possibilidade de conhecer os seus amigos, namorados, familiares, as redes de suporte e de sociabilidade. Eu tinha, por fim, conseguido entrar nos seus circuitos privados e pertencer ao seu “mundo”, pelo que já não era visto como “um de *fora*”. Constantemente elas faziam-me sentir “lá de *dentro*”, como se eu tivesse sempre aqui pertencido. Embora tivesse tentado realizar um esforço para cumprir algumas recomendações dos manuais de metodologia para me *tornar nativo*, aprendi que as travestis não esperavam que eu fosse semelhante a

¹²⁸ Convidando-me, por exemplo, a ir aos seus espaços domésticos, a estar presente nas suas comemorações de aniversário, casamento ou ir assistir aos seus *shows* de transformismo realizados em diferentes bares e discotecas de Lisboa.

elas. Elas mostravam-se interessadas em mim precisamente porque eu era, de certo modo, “diferente” ao apresentar particularidades únicas no meu modo de agir, bastando o meu interesse *genuíno* por elas.¹²⁹

Através do desenvolvimento de relações de confiança pude, numa fase posterior, recolher informações complementares, acedendo às vozes das travestis pela sua disponibilização à realização de entrevistas individuais. Importa referir, no entanto, que para chegar a esta fase foi necessário passar não só por inúmeras dúvidas e hesitações, como também por dificuldades e riscos. Sabe-se que o trabalho sexual é uma área emocionalmente sensível para se investigar (Sanders, 2006). E “estar na rua, à noite, num local de prostituição é completamente diferente de estar num gabinete, num laboratório, numa sala de aula ou em qualquer outro contexto (mais protegido) onde se possam aplicar instrumentos de avaliação” (Oliveira, 2011a, p. 37). Especialmente, pesquisas que envolvem metodologias etnográficas implicam uma relação intensa com o terreno. A relação estabelecida revelou, em alguns momentos, ser bastante difícil e hostil, tendo vivido momentos desconfortáveis que, de alguma forma, ameaçaram: (i) o meu *bem-estar*, nomeadamente quando era interpelado por curiosos transeuntes que se encontravam alcoolizados, tendo eu que os ouvir e suportá-los, sem que às vezes tivesse a mínima vontade para fazê-lo; ou quando me confrontava com condições climatéricas adversas, como chuva intensa ou frio gélido das madrugadas de inverno; (ii) a minha *saúde*, pelo contacto direto com pessoas utilizadoras de drogas, portadoras de VIH e hepatites, e (iii) a minha *segurança pessoal*, pela ocorrência de diversos incidentes que envolveram violência física e verbal, intimidações, ameaças e injúrias. Desde logo, alguns destes riscos são esperados quando se decide realizar uma etnografia com populações que se encontram socialmente marginalizadas (Neves, 2004; Sanders, 2006).¹³⁰ No entanto, os custos emocionais (Melrose, 2002; Padgett, 1998a) inerentes ao trabalho de terreno são, muitas vezes, desconhecidos quando a investigação é iniciada. E, por isso, a intensidade de algumas das experiências tornaram a pesquisa emocionalmente desgastante.

2.5. ENTREVISTAS: UM MEIO PARA DAR VOZ À EXPERIÊNCIA TRAVESTI

Beaud e Weber (2007 [1997], p. 93) afirmam que “uma observação sem entrevistas arrisca-se a ficar cega aos pontos de vista nativos”. Por isso, se a captação da realidade do trabalho sexual foi, maioritariamente, conseguida por meio da observação-participante, a dimensão das experiências e trajetórias de vida das travestis só pôde ser acedida pela realização de *entrevistas em profundidade* (Goodman, 2001). Estas tendem a revelar-se especialmente adequadas para explorar e captar a complexidade dos pensamentos, sentimentos, interpretações e significados que os indivíduos atribuem

¹²⁹ Esta mesma aprendizagem foi observada por Whyte (2005 [1943]) na sua etnografia.

¹³⁰ Por esta razão havia procedimentos mínimos de segurança que eram rigorosamente cumpridos por todos os elementos das equipas. De entre esses procedimentos incluíam-se a proibição de um elemento deslocar-se ou permanecer sozinho na rua. Caso, porventura, algum de nós permanecesse numa conversa privada, a pedido de uma travesti, um transeunte ou outro ator social, os restantes elementos deveriam aguardar que essa mesma conversa finalizasse, mantendo-se um pouco afastados do local, mas com possibilidade de contacto visual. Além disso, a deslocação às pensões e locais de prática de realização dos serviços sexuais eram sempre efetuadas em duplas. Frances Shaver (2005) aborda, também, outras diretrizes sobre procedimentos de segurança que os investigadores da área do trabalho sexual deverão possuir.

às suas práticas, acontecimento e aspetos das suas vivências (Cohen, Lawrence & Morrison, 2000; Quivy & Campenhoudt, 1998). Além disso, permitem estimular a reflexividade e, inevitavelmente, interrogar a sua identidade social (Caria, 2002). Nas entrevistas efetuadas às travestis foi dada especial importância ao *método biográfico* (Bertaux, 2005; Harrison, 2008; Poirier, Simone & Raybaut, 1995 [1983]) que permitiu reconstruir *autobiografias*,¹³¹ em especial, sobre as experiências que contribuíram para o desenvolvimento e construção do sentimento de si e daquilo que hoje expressam ser. Este tipo de narrativas foi indubitavelmente acompanhado pela reelaboração das suas trajetórias familiares, sociolaborais, migratórias, afetivas, sexuais, entre outras, por estarem em estreita relação com este seu processo de construção pessoal e identitária.

Durante os primeiros meses em que estive inserido no terreno, sem que ainda tivesse conseguido desenvolver relações de maior afinidade com as travestis fui percebendo, pelos discursos estabelecidos, que algumas delas tinha experienciado, no passado, situações negativas com entrevistas jornalísticas. Estas, na sua maioria de conteúdo sensacionalista, acabaram por ter repercussões não só nas representações das travestis como, com maior gravidade, na sua segurança pessoal.

O jornal não me largava. Era *O Crime*. O jornalista queria que eu comentasse uma frase de um político que dizia que a homossexualidade era um problema de psiquiatria. E eu acabei por comentar [...] e mencionei pelo menos um ministro [...] que era um cliente assíduo [...] ele é a maior maricona [...] Ele é daquelas pessoas que gostam de manter a sua imagem. Mas o senhor é homossexual! [...] O jornal saiu e eu vi a coisa malparada. Quando eu cheguei a casa disseram-me «*Andou aqui um carro para cima e para baixo à tua procura*». Eu percebi do que se tratava. Na altura fiquei com muito medo. [Diário de Campo, 16 de Março de 2012]

Também, numa das noites, enquanto caminhava pelo *Conde*, verifiquei que uma das travestis se encontrava visivelmente transtornada vociferando, com uma outra, algo que, até me aproximar delas, não consegui decifrar. Depois de a cumprimentar questionou-me, num tom austero, se tinha visto a reportagem da SIC (2012, 15 de Dezembro) sobre a realidade da prostituição travesti. Foi então que me referiu que tinha sido contactada telefonicamente por amigas, no momento em que a reportagem se encontrava a ser emitida, alertando-a por ter surgido na televisão sem o seu consentimento. Estava indignada não só com esta situação, mas também porque o conteúdo da reportagem não tinha traduzido a “verdadeira” realidade travesti. «*Os jornalistas apenas colocam aquilo que lhes interessa. Se eu pudesse falar aquilo que eu quisesse, podés crer que eu tinha muita coisa para falar*», disse-me ela.

Situações como estas alertavam-me para a existência de fortes fragilidades relacionais com os meios de comunicação social, extensíveis a todas as pessoas que, tal como eu, se mostravam interessadas em realizar “entrevistas”. Além disso, a visão que elas tinham *a priori* do que seria uma entrevista nem sempre era clara. Elas tendiam a compará-la a práticas que lhes eram as mais familiares como reportagens jornalísticas, “testemunhos” policiais e judiciais ou, quando muito, entrevistas de emprego ou de relação de ajuda (médicas, sociais ou psicológicas). Não faziam a distinção entre estes diferentes

¹³¹ Geralmente conhecidas como *histórias de vida* ou *relatos de vida*. No entanto, para dar conta do processo de reflexividade na reconstrução biográfica, opto pela utilização do termo *autobiografia*.

tipos de entrevistas e aqueles que apresentavam contornos científicos. Consequentemente, qualquer tipo de solicitação para a sua participação era, à partida, negada. Justificavam que todas apenas desejavam aproveitar-se das suas vulnerabilidades para difundir, de forma sensacionalista, uma realidade que tendia a não refletir a verdade. Muito embora Saleiro (2013, p. 109) refira que este segmento da população pode facilmente ser entrevistado mediante estratégias de *amostragem no local*, esta visão parecia não revelar-se tão simples quanto aparentava, na medida em que não contemplava as fortes resistências que as travestis tinham na concessão de entrevistas. Ao ver-me confrontado com esta situação – e suspeitando que mesmo que estreitasse relações com as travestis, poderia não vir a conseguir entrevistá-las – tive de procurar outras alternativas metodológicas para as obter.

2.5.1. Diva e Marlene: As Primeiras Entrevistadas

A primeira estratégia para conseguir entrevistar as travestis foi, pois, fazer uso dos “métodos em cadeia” (*link-tracing*), nos quais se incluem o *snowball*, também denominado por “amostragem em bola de neve” (Biernacki & Waldorf, 1981; Burgess, 2001 [1984]; Fernandes & Carvalho, 2000). Entre as diferentes abordagens metodológicas, esta tende a mostrar-se adequada para aceder a indivíduos que habitualmente se encontram “ocultos”. O método do *snowball* possibilita a constituição de uma cadeia de contactos pela solicitação a indivíduos previamente localizados que indiquem outros indivíduos que possuam as características de interesse para a pesquisa, que se encontrem disponíveis para participar numa entrevista, assim como facilitem o contacto de outros possíveis entrevistados.¹³² Numa fase inicial, delinee uma estratégia de divulgação do estudo por diferentes entidades, organizações e portais de internet que apresentavam ligações à temática LGBT, em território nacional. Ao total foram contactadas 13 entidades (anexo E) via correio eletrónico ou *facebook* (pela inexistência de contactos formais) a quem se dirigiu uma carta de apresentação do estudo em que descrevia os objetivos do mesmo, a instituição na qual estava a ser desenvolvido, os investigadores responsáveis, o âmbito da participação, a utilidade e os contactos. A elas foi solicitada a colaboração na sua divulgação junto das redes sociais, páginas de internet, correio eletrónico ou outras formas que dispunham, razão pela qual anexe um “folheto de divulgação” nos formatos PDF e JPEG. Este folheto foi ainda disponibilizado, numa versão impressa, a um trabalhador do sexo pertencente ao “Grupo de Educadores de Pares e Ativistas do Trabalho Sexual” da RTS que o distribuiu pessoalmente junto de outros trabalhadores e potenciais indivíduos a serem entrevistados, apelando à sua participação. Porém, do acionamento destas estratégias não se obteve uma única resposta positiva por parte de travestis trabalhadoras do sexo. Compreendi que a dificuldade já não residia em chegar até elas, tal como aconteceu no passado. A dificuldade encontrava-se, pois, em que elas participassem. Este aspeto poderá ser explicado pela natureza intimista ou delicada

¹³² Muito embora este método permita o alargamento dos contactos por um efeito de “bola de neve”, pode apresentar limitações quanto à representatividade dos dados (p. ex. homogeneidade da amostra) e, consequentemente, introduzir enviesamentos relativos aos critérios do investigador. Porém, como aborda Luís Fernandes e Maria Carvalho (2000), garantir alguma representatividade será sempre difícil quando se pretende estudar “populações ocultas”. No entanto, para que isto aconteça é necessário introduzir um procedimento de alatorização entre os vários indivíduos indicados pelo atual entrevistado.

das informações a obter (referente às histórias de vida, ao trabalho sexual e aos processos de vulnerabilidade vivenciados) que, acumulado a sentimentos de estigmatização as conduziu para atitudes de autodefesa e desejo de manutenção do anonimato.

Para contornar a situação pensei em diversificar os pontos de início do *snowball*. Fernandes e Carvalho (2000, p. 25) referem que a constituição das cadeias de informantes encontra-se dependente das redes pessoais dos investigadores, pelo que acabei por expressar parte das minhas preocupações a diferentes elementos da minha confiança, em especial, ligados à minha rede social e profissional. Em consequência descobri que dois deles apresentavam ligações à temática que desejava estudar, ao manterem relações profissionais com travestis trabalhadoras do sexo. Estes elementos constituíram-se, assim, como os “ativadores” da cadeia ao me terem indicado e facilitado o contacto com duas travestis, a Diva e a Marlene, com as quais realizei as primeiras entrevistas.¹³³

A assistente social agendou uma reunião onde nos apresentou. Expliquei à travesti, de nome Diva, o que pretendia e quais eram as minhas intenções. Contrariamente ao que esperava, observei que ficou surpresa por alguém se interessar por ela. «*É estranho! Normalmente as pessoas não querem saber de nós!*», disse-me. Ficou tão entusiasmada em poder vir a ser entrevistada que, ali mesmo, quis que iniciasse a entrevista [...] Mas atendendo a que não pude, naquele momento, satisfazer a sua expectativa por não trazer comigo o gravador e o guião de entrevista, trocámos contactos telefónicos e marcámos entrevista na semana seguinte [...] Diva chegou à hora combinada, junto ao gabinete onde tem por hábito ir falar com a assistente social sobre os seus problemas, mas em especial, sobre questões relacionadas com a sua habitação social. Antes mesmo de ela ter chegado, eu já tinha preparado previamente a sala, retirado os papéis de cima da mesa de forma a deixá-la limpa e desimpedida de qualquer objeto [...] Tentei pensar em todos os pormenores e eventualidades, pois pretendia criar um ambiente confortável para que Diva pudesse, sem receios, expressar as suas emoções e pensamentos. [Diário de Campo, 20 de Setembro de 2012]

Embora tivesse realizado um esforço para proporcionar um espaço acolhedor, gerador de maior intimidade, senti que as entrevistas se desenrolaram de forma atípica. Diva e Marlene apresentaram dificuldades em se exprimir livremente: tentaram fazer uso de uma linguagem mais cuidada ao longo das suas narrativas, controlando-se recorrentemente para não utilizarem o calão e gírias próprias da rua (levando uma das mãos à boca e pedindo-me “desculpas”, como que se tivessem dito algo interdito quando porventura as utilizavam) e, por vezes, evidenciaram receio em estar a ser objeto de algum tipo de avaliação moral da minha parte. Só mais tarde compreendi que Diva e Marlene me olhavam como “o Doutor”, como muitas vezes referiram ao longo da entrevista. Acredito que a minha apresentação às travestis por meio de intervenientes, que com elas estabeleciam relações de ordem profissional e, posterior realização de entrevistas nos espaços (formais) de trabalho destes (não neutros), conduziu a que sentissem necessidade de adequar o seu comportamento. Perante este contexto acabei por ser associado a alguém detentor de um *status social* semelhante aos dos intervenientes, o que contribuiu, naturalmente, para o estabelecimento de uma interação distanciada para comigo. Tinha na minha mente

¹³³ Uma delas foi-me referenciada por uma amiga, advogada, que se encontrava a acompanhar uma cliente travesti num processo judicial relativo ao cumprimento de pena suspensa (após ter cumprido três anos de pena efetiva no Estabelecimento Prisional de Lisboa e de Sintra). A outra foi-me nomeada por uma colega assistente social que geria o processo de habitação social municipal da travesti.

uma frase de Whyte (2005 [1943], p. 350) que dizia ser “possível cometer erros estúpidos e equívocos sérios, e ainda assim produzir um estudo de mérito”. Por isso, não desanimei. Na verdade, tal não significou que a entrevista se tivesse afastado dos seus objetivos iniciais. Em especial, nas dimensões que recaíam sobre a realidade prostitucional, ambas abordaram as questões de forma descontraída, chegando inclusive a descrever aspetos bastante pessoais relativos à sua atividade.

Tal como é prática habitual no método do *snowball* foram solicitadas, no final das entrevistas, contactos de outras travestis que, assim como elas, se encontravam a realizar trabalho sexual no contexto de rua, na Grande Lisboa. Ambas me referiram que, naquele momento, não dispunham desses contactos, prometendo-me que mais tarde me telefonariam para os conceder. Aguardei durante várias semanas sem que tivesse tido qualquer tipo de resposta, pelo que decidi, sem sucesso, restabelecer o contacto com a Diva e a Marlene, e deixar-lhes, por fim, uma mensagem no *voicemail*.

À noite, no cruzamento da Rua Gonçalves Crespo com a Rua do Conde de Redondo encontro Diva junto de outra travesti, a Ivone. Assim que Diva me vê, leva as mãos à cabeça, numa mostra evidente de se ter esquecido de me devolver as chamadas e responder à mensagem que hoje, da parte da tarde, lhe tinha enviado para me referenciar, como prometido, outras travestis que poderiam estar interessadas em realizar a entrevista. Percebo que Diva ficou aflita [...] E numa atitude de, à última da hora, honrar o seu compromisso assumido, solicitou à Ivone para me conceder uma entrevista. «*Olha, faz uma entrevista com o “doutor”*». *É para falares sobre a tua vida, quando eras “boyzinho” e como te transformaste. Faz lá! É que eu disse que lhe arranjava pessoas*». [Diário de Campo, 12 de Outubro de 2012]

De facto, a literatura existente sobre os métodos em cadeia leva-nos a crer que o seu uso é simples e a progressão das cadeias de informantes tendem a surgir espontaneamente por si mesmas. No entanto, tal não é sempre verdade. Patrick Biernacki e Dan Waldorf (1981) explicitam diferentes dificuldades que este procedimento pode acarretar. Na presente investigação, compreendi que as travestis não me disponibilizariam facilmente o contacto de outras colegas e, para os conseguir, teria de desenvolver maiores qualidades de persistência. Porém, uma atitude destas poderia ser percecionada como obstinada, e eu visto como alguém inconveniente e, por tal, não desejável. E isso eu, claramente, não pretendia.

Houve um período em que eu e os restantes elementos da equipa, ao mesmo tempo que realizávamos as habituais *brigadas*, nos detivemos a aplicar, junto das travestis, um inquérito por questionário do Projeto PREVIH. Era política do mesmo que as participantes que livremente aderissem ao estudo fossem recompensadas pelo tempo despendido no seu preenchimento, com a atribuição de um *voucher* no valor de 10€. Observei que muitas delas participaram precisamente porque, em troca, havia esta compensação. E isto fez-me pensar se a atribuição de uma gratificação monetária não seria uma estratégia possível para, também elas, participarem nas minhas entrevistas. Diferentes autores (Cohen et al., 2000, p. 263; Dunlap & Johnson, 1999; Padgett, 1998a, p. 39) acreditam que este tipo de incentivos poderá revelar-se fundamental para se aceder a narrativas de populações que se encontram “escondidas”. No entanto, eu mostrava alguma relutância em fazê-lo. Não só tinha a clara perceção que iria aumentar os custos da pesquisa como considerava que prometer dinheiro em troca de entrevistas poderia subverter e adulterar a qualidade dos dados, bem como a relação de confiança até então estabelecida entre mim e algumas travestis. Foi neste entendimento que decidi investir em estratégias que me conduzissem a um

maior aprofundamento destas relações, pois como afirma Whyte (2005 [1943], p. 354) uma relação “funciona melhor quando as duas partes concordam em colaborar de modo voluntário”. Eu sabia, mesmo que intuitivamente, que a familiaridade seria a melhor estratégia para chegar aos seus discursos, sem os constrangimentos que Diva e Marlene acabaram por me ensinar.

2.5.2. A Etnografia Para Além do «*Conde*»

Ao longo da permanência no *Conde* percebi, pelas conversas que ia estabelecendo com algumas das travestis, que o *Finalmente Club* (um bar situado na região do Príncipe Real, em Lisboa) era um espaço bastante frequentado por elas. Porém, ganhei maior consciência sobre a sua relevância quando Diva e Marlene me expressaram que o que as movia para escolherem a segunda-feira como o dia de “folga” da prostituição era a existência do evento *Lugar às Novas* que ocorria semanalmente neste mesmo bar. Este evento tinha por base a apresentação de *shows* de transformismo, dando especial destaque, àqueles que eram realizados pelas “novas” travestis – que em nada tinha a ver com a idade, mas antes com o recente *coming out*¹³⁴ e revelação pública da sua expressão/identidade de género. Neste momento, tornou-se óbvio que só poderia ser possível conhecer alguns aspetos do *modus vivendi* da população travesti se conhecesse este espaço, carregado de valor simbólico e afetivo para tantas travestis. Para tal, delineei um calendário, no qual incluí os dias em que tinha pretensão de realizar esta observação e enviei-o a alguns familiares e amigos mais próximos pedindo-lhes, caso se mostrassem interessados, para me acompanharem nestas incursões noturnas. As imersões neste estabelecimento de diversão ocorreram ao longo de cinco segundas-feiras, no período entre as 2h00 e as 6h00 da manhã, perfazendo um total de 20 horas observações.¹³⁵

Ver as travestis num outro contexto que não o *Conde* era, para mim, de forte interesse etnográfico. Porém, até este momento eu era observado por elas como “o técnico que distribui preservativos”. Este modo de me olharem estava nitidamente ligado à intervenção que ocorria no espaço de rua. E deixar de fazer parte de um contexto mais “laboral” e ser visto num outro, dedicado ao lazer e divertimento noturno era, de certa forma, bastante entusiasmante para mim. Mas se por um lado, podia ser um meio para me desassociarem ao território do *Conde*, por outro, podia correr riscos de ser percecionado como “invasor” de um espaço ao qual, eu sabia, que não pertencia. Aquele não era um espaço público, como o da rua. Era um espaço privado destinado às suas sociabilidades. Além do mais, elas poderiam ainda alterar as suas atitudes e comportamentos para se adequarem às expectativas que, porventura, teriam de mim. Por esta razão, estava expectante para as conhecer neste contexto social.

¹³⁴ *Coming out* é a expressão simplificada de *coming out of the closet*, que na tradução portuguesa se refere à “saída do armário”. Estar “fora do armário” significa que alguém teve a coragem para romper com a vergonha socialmente imposta e assumir a sua orientação sexual e/ou identidade de género. Para maior informação sobre este assunto poderá ser consultada a obra de Eve Sedgwick (1990).

¹³⁵ Além do *Finalmente Club* frequentei, ainda, outros espaços de diversão noturna nomeadamente a discoteca *Mister Gay*, situada na Sobreda da Caparica. Embora este espaço também fosse frequentado pelas travestis era junto do *Finalmente Club* que constituem a sua rede de sociabilidade e de pertença (cf. ponto 7.3.2.1.), razão pela qual refiro aqui com maior destaque.

Dentro deste espaço exíguo e, por isso, facilmente apinhado, observo que Leila se encontra junto ao balcão do bar a beber uma cerveja, pelo que tento romper pelo “mar de gente”, para ir ao seu encontro. Ao ver-me ali fica com um ar surpreso, mas recebe-me bem. Cumprimenta-me com dois beijos e informa-me que no bar estão também a Olga, a Rebeca e a Sabrina. Vou ao encontro delas e observo que sua a reação é a mesma que a da Leila: espanto e, alguma estranheza, por eu estar presente num espaço que, à partida, é tido como “o delas” [...]. Porém, considero que todas acabaram por achar interessante a minha “visita”. Olga agarra-me nas mãos e confessa-me, entusiasmada, que de seguida irá “fazer *show*” e interpretar a música «*Na minha panela não entra...*», da *Rosinha*, uma cantora de música popular, pelo que se encontra nervosa, apesar de me dizer que ensaiou afincadamente a atuação durante duas semanas. Momentos antes de atuar, desejo-lhe boa sorte [...]. Logo após o fim do *show*, congratulo a Olga e a Rebeca pela prestação realizada. Estão visivelmente orgulhosas. Mostram-se sorridentes, alegres e bem-dispostas. E uma vez que o som *dance* e *tecno* regressou à pista, permaneço junto delas a dançar durante alguns instantes. [Diário de Campo, 14 de Janeiro de 2013]

Esta minha pretensão de conhecer o *Finalmente Club* revelou-se bastante positiva, permitindo partilhar momentos de grande intimidade com as travestis. Recordo-me que das vezes seguintes em que lá regresssei a minha presença foi vista com tranquilidade, como se aquele espaço também, agora, fosse meu. Passaram a convidar-me para dançar, “beber um copo” ou simplesmente estabelecer diálogos que me permitiam estar atualizado sobre acontecimentos recentes das suas vidas ou aspetos banais como namoros e engates pretendidos. Neste contexto, transformei-me num “amigo” a quem também recorriam para as fotografar e filmar com o meu telemóvel enquanto desempenhavam os *shows* em cima do palco e, no final das atuações, realizar a minha avaliação sobre o seu desempenho. A minha opinião não lhes era, pois, de todo, indiferente.

Durante o período em que decorreu a investigação participei também em eventos anuais do movimento LGBT, nomeadamente na “Marcha do Orgulho LGBT”¹³⁶ e no “Arraial *Pride*”. Neles tentei estar próximo das (poucas) travestis trabalhadoras do sexo que se faziam presentes, na medida em que estas eram ocasiões em que eu podia aceder aos seus discursos e observar a forma como se apresentavam noutras dimensões da sua vida.

A interação com as travestis foi ainda realizada por meio de contactos de *e-mail*, de telefone e, especialmente, de *facebook*.¹³⁷ Através da solicitação de um “pedido de amizade”, na maior parte das vezes dirigido por mim, consegui não só ter acesso a este outro conjunto de informações, como ainda estabelecer com elas interações *on-line* que se traduziram em convites para eventos, esclarecimento de dúvidas, revelação de confidências ou simplesmente desabafo de sentimentos. Acabei, assim, por estar envolto num trabalho de *etnografia digital* (Beneito-Montagut, 2011; Murthy, 2008; Piacenti, Rivas, & Garrett, 2014). Por isso, a minha etnografia extrapolou, em muito, o território do *Conde*. Embora este tivesse sido um campo relevante e central em todo o trabalho, não foi o único que me permitiu chegar a informações sobre as diferentes dimensões da vida travesti. Foi, tão-somente, através da participação

¹³⁶ Este evento, celebrado internacionalmente no mês de junho, é uma comemoração que pretende fazer referência ao momento fundador do movimento LGBT, marcado pela revolta de *Stonewall*, em Nova Iorque.

¹³⁷ A maioria é utilizadora desta rede social para uso geral de publicações de fotografias, pensamentos ou atividades em que estiveram presentes. Porém, é também uma ferramenta para noticiarem novidades (p. ex. falecimento de pessoas amigas), dirigirem “recados” a outras travestis (e, conseqüentemente, gerador de diversas situações de conflito), conquistarem namoros e, até, publicitarem serviços sexuais.

em diversos espaços e contextos sociais que consegui entrar na vida das travestis e aceder às narrativas de si e dos outros pela realização de entrevistas individuais.

Todos os dados então recolhidos quer por meio das observações em contextos internos e externos ao *Conde*, quer por meio das entrevistas foram, sem dúvida, coadjuvados pela minha participação em outras atividades de âmbito comunitário (de comemoração de datas particulares respeitante às identidades trans e trabalhadores do sexo; de celebração de galas; de promoção de ciclos de cinema; de peças de teatro e de exposições) e de âmbito científico (como tertúlias/fóruns de discussão e reuniões/conferências académicas) que apresentavam fortes ligações ao objeto em estudo e que me ajudaram a enquadrá-lo, a compreendê-lo e a interpretá-lo.

2.5.3. Pretensões Reveladas e o Convite à Participação

Desde a entrada no terreno fui tendo a noção que uma eventual ocultação da minha identidade ao longo do processo de investigação poderia trazer não só questionamentos éticos, como limitações na condução e eficácia da pesquisa, em especial, pela impossibilidade de aceder a informações não disponíveis pela técnica da observação. De facto, a investigação oculta apenas dar-me-ia acesso às situações que eram observáveis, pelo que não responderiam à totalidade dos meus objetivos de investigação. Por esta razão, a revelação do meu estatuto de investigador era, neste momento, incontornável. Sentindo que a minha relação com as travestis estava minimamente consolidada, desejei alterar o tipo de papel que, até aqui, me encontrava a desempenhar e, assim, evoluir de uma *investigação fechada (covert)* para uma *investigação aberta (overt)* (Burgess, 2001 [1984]; Neves 2004). Para tal, comecei a pouco e pouco a revelar, a cada uma delas, as minhas pretensões, verbalizando-lhes que tencionava escrever um livro sobre as suas vidas.¹³⁸ E, para tal, necessitaria de “conversar” com elas para as abordar sobre questões relativas aos seus percursos, experiências e vulnerabilidades. Apresentei-lhes o estudo como algo sério referindo-lhes, inclusive, que a sua participação poderia tornar-se fundamental para a construção de políticas sociais inclusivas para a população travesti. Algumas delas aceitaram, de imediato, a minha proposta, pelo que aproveitei para agendar dias e horas para a realização das entrevistas. Outras mostraram-se inicialmente apreensivas, desejando saber, com maior detalhe, se iriam ou não ser filmadas ou se o conteúdo da entrevista se assemelharia ao estilo das reportagens jornalísticas. De forma a não gerar mal-entendidos e a promover a sua participação foi reforçada a ideia que a entrevista seria uma “conversa aberta” comigo e que a mesma se distanciaria quer desses estilos, anteriormente por elas experienciados, quer de estilos próximos àquilo a que Saleiro (2013, p. 119) denominou por “parâmetros médico-psicológicos de medição e catalogação de identidades de género”. Informei-as, também, que embora envolvesse uma gravação de voz (caso assim o consentissem), o seu anonimato seria sempre

¹³⁸ A passagem de um estatuto *covert* a *overt* não significou que tivesse de conceder todos os detalhes do estudo. Tal como refere Deborah Padgett (1998a, p. 35) “partilhar demasiada informação poderá prejudicar as entrevistadas e sobrecarregá-las desnecessariamente”. Por isso, apenas referi, nesta fase, que tencionava estudar a vida das travestis. Esta não era uma ideia original. Antunes (2002, p. 66) e Whyte (2005 [1943], p. 301) já o tinham feito na sua etnografia, referindo vagamente aos seus participantes que pretendiam “escrever um livro”.

assegurado. Em algumas situações os meus informantes privilegiados, Eva e João, tiveram um papel fulcral na criação de motivação para a concessão das entrevistas. Recordo que uma das travestis apresentava alguma renitência quando a abordei sobre o estudo. O João interveio, em minha substituição, tendo-lhe verbalizado «*Sim, o Nelson já andou a fazer outras entrevistas. Ele quer saber sobre os problemas aqui da rua, os problemas que vocês travestis têm. Não há mal nenhum e até acho muito interessante o que ele está a realizar. Quanto mais entrevistas ele tiver, melhor conhecimento terá. Por isso, não há mal nenhum*» [Diário de Campo, 17 de Maio de 2013]. Foi somente após esta intervenção que a travesti acabou por aceitar ser entrevistada. Surpreendentemente, outras, a quem eu considerei, à partida, que iriam recusar a participação no estudo, pela postura demonstrada face à realização destas (razão pela qual optei por nunca as ter abordado), manifestaram-se visivelmente curiosas em saber o que eu andava a fazer e interessadas em participar.¹³⁹ Poucas foram as travestis que explicitamente recusaram o meu pedido de entrevista.¹⁴⁰

É importante salientar que o procedimento para a realização das entrevistas nem sempre foi linear. Ele envolveu negociações e cedências, no que respeita à marcação dos dias e horas, o que originou com que algumas entrevistas tivessem de ser remarcadas. Porém, houve situações em que as aguardei impacientemente, durante horas a fio, junto dos “pontos de encontro” previamente combinados, sem que tivessem comparecido ou dado qualquer justificação para tal. Estas situações, geradoras de angústia e desmotivação, levaram-me a não assumir encontros muitos distantes no tempo, pelo que propunha datas próximas ao momento em que as fixava e, na véspera, telefonava-lhes para as relembrar.

2.5.4. Amostragem e Critérios de Seleção

A seleção das travestis para a realização de entrevistas baseou-se em critérios de *amostragem teórica* (Strauss & Corbin, 2008), isto é, foram sendo seleccionadas em função dos dados que eram gradualmente recolhidos, bem como dos resultados que surgiam após a sua sucessiva análise e interpretação. A teoria que, entretanto, ia sendo desenvolvida com base neste material empírico era, pois, o ponto de referência (Flick, 2005, p. 67). Assim, a amostragem não foi determinada, *a priori*, por critérios definidos. A necessidade de contemplar, ou não, maior ou menor número de travestis ocorreu progressivamente, ao longo da pesquisa, de acordo com a sua relevância e o potencial (esperado) de elas “gerarem novas ideias para a elaboração de teoria” (Flick, 2005, p. 66), pelo que a decisão de finalizar o processo de entrevistas foi estabelecido pelo critério da dupla *saturação teórica e empírica* (Strauss & Corbin, 2008;

¹³⁹ Alessandra, uma das travestis a quem não tinha realizado o convite para participar no estudo por rezeir a sua negação questionou-me diretamente sobre a possibilidade de, também, ela participar. Disse-me «*Quando você vai fazer essa entrevista? Já fez com a Leila lá em casa e agora vai fazer com a Liliana! E a mim? Quando é?*» [Diário de Campo, 17 de Maio de 2013].

¹⁴⁰ Três delas nunca me chegaram a verbalizar, abertamente, que não pretendiam colaborar no estudo. Porém, as suas atitudes de sucessivo adiamento da data de realização da entrevista (com apresentação de justificações para as desmarcações que, entretanto, ocorreram) eram indícios claros que, muito provavelmente, não se encontravam disponíveis para uma participação no estudo. Por tal, decidi não as “forçar”, desistindo de as abordar sobre o assunto quando, porventura, as reencontrava no *Conde*. Houve apenas uma única recusa explícita à participação que esteve relacionada com a proibição, por parte do namorado, para a concessão da entrevista. Embora a travesti se mostrasse bastante entusiasmada (tendo, inclusive, dado o seu número de telemóvel para marcarmos o dia da entrevista), quando a contactei verbalizou-me que esteve a conversar com o namorado sobre a situação e que este não a autorizou a falar.

Pires, 1997). Quando se verificou que dos dados não se obtinha informações adicionais capazes de desafiar, ou colocarem em causa, as explicações teóricas ou que as suas propriedades já não revelavam significado heurístico que justificassem a continuação da recolha de material empírico, decidiu-se não se incluir mais travestis, saturando-se e constituindo-se, deste modo, a dimensão da amostra.¹⁴¹ Tal como Beaud e Weber (2007 [1997], p. 119) referem “as entrevistas aprofundadas não visam produzir dados quantificados e, portanto, não precisam de ser numerosas”. Ao contrário das abordagens quantitativas, nas quais a representatividade estatística torna-se essencial, a seleção gradual de casos nas abordagens qualitativas de amostragem teórica faz-se de acordo com a sua *significatividade* (Flick, 2005).

Nas investigações quantitativas é comum construírem-se dois grandes tipos de amostras, *probabilísticas* e *não probabilísticas* (Maxwell, 2005, p. 88). Porém, no caso das investigações qualitativas existem, segundo Álvaro Pires (1997, p. 35), amostras de *caso único* e de *casos múltiplos*. Uma vez que me encontrava interessado em conhecer a experiência de vida, as representações, atitudes, comportamentos, práticas sociais, normas, culturas e subculturas da população travesti, considerei pertinente a seleção do segundo tipo. Dentro deste, Pires (1997) distingue outros tipos de amostras, sendo que aquela que melhor se adequava aos meus objetivos de investigação recaía sobre as *amostras de casos múltiplos, por homogeneização*, vocacionadas para o estudo de grupos relativamente homogêneos, como era o caso das travestis trabalhadoras do sexo. Mas para garantir o princípio da *diversidade interna* dentro do grupo, no sentido de captar a máxima heterogeneidade possível entre os seus elementos (Patton, 2002; Pires, 1997; Guerra, 2010), procurou-se assegurar a presença da diversidade de travestis, tendo estas sido selecionadas em função de diferentes variáveis, em termos de: (i) idade; (ii) nacionalidade; (iii) escolaridade; (iv) tempo de exercício do trabalho sexual e (v) “modalidade” de expressão de género. Ora, se inicialmente não tinha traçado critérios rígidos para a seleção de travestis, tendo aceitado todas aquelas que se mostravam disponíveis ao convite efetuado para a participação no estudo, a situação foi sendo alterada à medida que as ia contactando e recolhendo as suas narrativas. A determinado momento a amostra teve de ser ajustada em função destas variáveis, o que implicou a decisão sobre quais as travestis a selecionar (pela sua pertinência) e quais as que já não podiam ser incluídas. Este tipo de amostra, constituída a passo e passo, ganhou em riqueza de informação significativa (que ajudou a compreender o objeto em estudo), ao mesmo tempo que tentou captar a diversidade da sua realidade.

Os esforços empreendidos no desenvolvimento e articulação de diferentes abordagens metodológicas resultaram, pois, na realização de entrevistas em profundidade a 21 travestis trabalhadoras do sexo: *Marlene, Diva, Cristiana, Dalila, Fabiana, Estefani, Ivone, Leila, Carina, Liliana, Zara, Nádia, Olga, Alessandra, Priscila, Rebeca, Bianca, Sabrina, Carole, Cynthia e Rafaela,*

¹⁴¹ Se, do ponto de vista *operacional*, a saturação permite indicar o momento a partir do qual se deve deixar de recolher os dados, do ponto de vista *metodológico*, permite a generalização dos resultados ao universo de trabalho (população), a que o grupo analisado pertence (generalização *empírico-analítica*) (Pires, 1997, p. 67-68).

cujos dados de caracterização geral poderão ser consultados no anexo F. Destas 21 entrevistadas, 12 eram portuguesas e nove estrangeiras, sendo seis brasileiras, duas cabo-verdianas e uma equatoriana. Em termos etários apresentavam idades compreendidas entre os 23 e os 56 anos. Através de uma distribuição por intervalos, observa-se que seis travestis possuíam idades compreendidas entre os 23 e os 30 anos, 11 entre os 31 e os 40 anos, três entre os 41 e os 50 e uma com mais de 50 anos, o que significa uma maior preponderância etária do segundo intervalo, com a apresentação de uma média de idades que rondava os 34 anos.

A escolaridade era, também, bastante variável, havendo travestis que tinham completado o primeiro ciclo do ensino básico e outras que tinham, inclusive, frequência universitária. Por uma distribuição dos anos escolares observou-se que, dentro do 1º ciclo, três possuíam o 4º ano. Quanto ao 2º ciclo, uma tinha o 5º ano e duas o 6º ano. No que respeita ao 3º ciclo, uma tinha o 7º ano e cinco o 9º ano. Em termos do ensino secundário, uma tinha o 10º ano, duas o 11º ano e cinco o 12º ano. Uma outra teve, ainda, passagem pelo ensino superior, mas sem o ter concluído.

Relativamente ao tempo de exercício do trabalho sexual verificou-se, também, uma grande diversidade nesta variável, oscilando entre quem se prostituía há 12 meses, até quem exercia a atividade há 35 anos. Através de uma distribuição por intervalos dá-se conta que 11 delas prostituíam-se há menos de 10 anos, seis entre 11 e 20 anos, três entre 21 e 30 anos e uma há mais de 30 anos, pelo que a média de anos de exercício de trabalho sexual era de 12 anos.

Importa salientar que também se contemplou na amostra, travestis com diferentes expressões de género. Englobou-se pessoas que se apresentavam a *full-time* como “mulheres”; outras que se encontravam num processo “migratório” de género, expressando a feminilidade em *part-time* e; ainda outras, que se identificavam com o género masculino, pelo que a expressão da feminilidade era realizada somente nos contextos de prática de trabalho sexual ou de divertimento noturno.

Dou conta que, no decorrer do processo de investigação, acabei por efetuar outras cinco entrevistas a travestis trabalhadoras do sexo decorrentes do convite para colaborar no projeto internacional *TransRights*, coordenado por Sofia Aboim (ICS-UL) e financiado pela *European Research Council*. A convite, também, do projeto “Trans-Porta” realizei, ainda, um *focus group* com quatro travestis participantes. Além destas duas ações, cujos dados não integraram a análise do presente trabalho, consegui adicionalmente obter outras seis entrevistas formais: (i) a um cliente do trabalho sexual; (ii) a um namorado de uma das travestis entrevistadas, com quem coabitava;¹⁴² (iii) a uma assistente social que exercia funções num projeto social de apoio dirigido a trabalhadores do sexo, em

¹⁴² Aquando da minha deslocação a casa da Alessandra para realizar a entrevista, deparei-me com o namorado desta. Em vez de fazer da situação um constrangimento, aproveitei para vê-la como uma oportunidade em conseguir aceder à sua perspetiva (na medida em que os namorados são, também eles, uma população de difícil acesso, e por tal invisível, pela dificuldade que apresentam em assumir publicamente um relacionamento afetivo com uma travesti). Embora a maior parte das questões tivessem sido dirigidas a ela, aproveitei para o questionar face a diferentes aspetos, em especial, relacionados com o trabalho sexual, os primeiros contactos com as travestis, os relacionamentos afetivos e sexuais, a perceção familiar e social sobre estes e, consequentemente, o seu sentimento de discriminação e reprovação social. Pela relevância desta entrevista, os seus dados foram autonomizados dos da Alessandra e constituídos como uma entrevista independente.

Lisboa, com contactos à realidade social das travestis; (iv) a dois informantes privilegiados, Eva e João; (v) e, por fim, uma outra realizada a uma travesti, não trabalhadora do sexo, mas cuja rede social envolvia amigas travestis que exerciam a prostituição em contextos de rua e apartamento. Embora em pequeno número, todos estes intervenientes foram, sem dúvida, uma fonte inexorável de conhecimento. Os seus diálogos repletos de *significatividade* ajudaram-me a completar a informação recolhida pelas perspetivas externas que eles possuíam sobre a temática.

2.5.5. Procedimentos Envolvidos na Realização das Entrevistas

O período de realização das entrevistas iniciou-se em Setembro de 2012 com a Diva e a Marlene. Porém, as restantes entrevistas só foram efetuadas meses depois, entre Fevereiro e Outubro de 2013. O tempo de duração das mesmas foi bastante variável, tendo a duração mínima sido de, aproximadamente, uma hora e a máxima de mais de quatro horas, representando uma média de uma hora e 44 minutos por cada entrevista. Embora as travestis manifestassem pouca disponibilidade de tempo para a realização das entrevistas («*uma meia hora chega, né?*»), eu dava-lhes a conhecer que, muito previsivelmente, pudessem durar, no mínimo, uma hora, podendo prolongar-se além do previsto. Eu sabia que se, à partida, eu lhes solicitasse para reservarem mais tempo, provavelmente elas achariam demasiado. Mas sabendo que não lhes poderia impor um horário, tentei conduzir a entrevista para que esta se prolongasse naturalmente. Como refere Beaud e Weber (2007 [1997]), dispor de tempo é uma condição indispensável para que as entrevistas sejam conduzidas com tranquilidade. De facto, foi graças à extensão da sua duração que pude explorar e cobrir todos os tópicos pretendidos e ajudar as travestis a refletirem sobre eles com um maior nível de profundidade. Assim, na totalidade foram contabilizadas, aproximadamente, 45 horas de gravação, às quais não se incluíram as muitas horas de conversas informais tidas momentos antes e, muito especialmente, depois das entrevistas.

As entrevistas dirigidas às travestis basearam-se num guião (anexo G), cuja finalidade era apelar à construção de um discurso sobre as suas experiências de vida. Este guião estruturou-se com base em temas que eu pretendia analisar, capaz de satisfazer os questionamentos que originaram esta pesquisa. Assim, de um vasto leque de dimensões de análise decidi quais as que pretendia privilegiar atendendo aos objetivos formulados, ficando, assim, o guião organizado em seis grandes temas: (i) *o campo social do trabalho sexual de rua*, no qual se incluíram as dimensões sobre as dinâmicas prostitucionais; as estratégias de angariação de clientes e divulgação da atividade; os percursos migratórios, o sistema judicial e policial; e as representações e as motivações de entrada na prostituição; (ii) *trajetórias de vida: a família de origem, infância e adolescência*,¹⁴³ abarcando as dimensões da morfologia e meio social da família; das dinâmicas familiares e socializadoras; da educação sobre género e sexualidade; da perceção e vivência da “diferença”; da adolescência, pares e vida escolar; da descoberta e início da sexualidade;¹⁴⁴ bem como do balanço educativo; (iii) *trajetória de vida: a vida adulta*, incluindo-se aqui a dimensão do

¹⁴³ As questões relacionadas com as *trajetórias de vida* foram inspiradas no trabalho de Teresa Líbano Monteiro (2005).

¹⁴⁴ As questões relacionadas com a *sexualidade* foram inspiradas no trabalho de Verónica Policarpo (2011a).

desenvolvimento da identidade travesti; do processo de modificação corporal; das representações sobre o género; da vivência da sexualidade; dos relacionamentos afetivos/amorosos e das dinâmicas e modelos familiares atuais; (iv) *vulnerabilidades, violências e discriminações*, onde se incluíram as dimensões dos riscos (referente a consumos de álcool, drogas ou problemas de saúde mental); das violências (dentro e fora do contexto prostitucional), assim como das atitudes de estigmatização e reprovação social; (v) *redes de apoio, solidariedades e sociabilidades*, constando as dimensões das redes pessoais e sociais, bem como os espaços de convívio e instituições de apoio; e (vi) *expetativas futuras*.

Numa fase inicial tentei elaborar um guião de entrevista que fosse organizado em torno da cronologia temporal dos factos e os respetivos significados associados a eles. Contudo, a experiência prévia de entrevista com Diva e Marlene ajudou-me a compreender que, neste caso, iniciar a entrevista sobre as experiências passadas ligadas ao período da infância e adolescência e às relações familiares, era-lhes especialmente desconfortável, difícil e até doloroso. De facto, pedir a alguém que nos conte abertamente sua vida é, já por si, embaraçoso. Mas quando se trata de populações em situações de grande vulnerabilidade social, às quais sentimos (enquanto investigadores) que não temos nada para dar em troca (a não ser a disponibilidade para as ouvir), a situação torna-se ainda mais complexa. Por isso, as respostas das travestis às questões que focavam estes tópicos, eram breves e curtas, muitas vezes monossilábicas, que variavam entre um «*sim/não*», um «*assim-assim*» ou «*foi boa*», demonstrando precisamente essa resistência. Diva chegou, inclusive, a verbalizar que não desejava «*falar desses assuntos*». Estes eram, para elas, tidos como “assuntos sensíveis” (Cohen et al., 2000, p. 256; Melrose, 2002; Streubert & Carpenter, 2002, p. 45). Eu, de certa maneira já desconfiava, na medida em que nas conversas informais estabelecidas com elas no *Conde*, ou em outros contextos sociais, estes temas estavam quase sempre ausentes. No entanto, e para minha surpresa, os temas relacionados com a prostituição, os clientes e os serviços sexuais eram aqueles que revelavam maior abertura e à-vontade. Ao tomar conhecimento que a ordenação da sequência de questões se revestia de grande importância para a condução e desenvolvimento de uma “boa” entrevista (Cohen et al., 2000; Leech, 2002, p. 666), acabei por reestruturar o guião, sem que este perdesse a interligação entre os diversos temas e iniciá-lo com perguntas que permitissem não só um “quebra-gelo”, mas também encorajassem à participação e pudessem, ainda, estabelecer uma relação de confiança, necessária para a fiabilidade das informações.

Os espaços onde decorreram as entrevistas foram diversos, tendo estes sido livremente escolhidos pelas próprias travestis de acordo com as suas preferências. Embora lhes mostrasse a minha total disponibilidade para “conversarmos” em qualquer local, sublinhava, no entanto, a necessidade de que a conversa ocorresse, privilegiadamente, num ambiente reservado onde não fossem expostas à presença ou interrupção de terceiros e onde pudessem falar sem receios de serem ouvidas por elementos indiscretos. Esta minha tentativa de preservar a sua privacidade, alertou-as indiretamente para o nível de seriedade e “secretismo” de que a entrevista se revestia. Ao compreenderem isto, a maior parte (11 delas) acabou por me convidar para ir ao seu espaço doméstico, tendo as entrevistas ocorrido nos seus

próprios quartos,¹⁴⁵ locais onde habitualmente desempenhavam os serviços sexuais com os clientes. Estas “práticas” domiciliárias, tão características na intervenção dos assistentes sociais (Allen & Tracy, 2008; Beder, 1998), promoveram não só um sentimento de maior conforto e segurança pessoal das travestis na narração de si e das suas histórias familiares, como ainda possibilitou o meu acesso a outras fontes de informação pela observação das condições habitacionais, da organização doméstica, do estilo de vida, da decoração e gostos pessoais bem como das relações estabelecidas com outras pessoas presentes no espaço (nomeadamente, amigas, namorados ou colegas de casa). Por vezes, e à semelhança do que aconteceu nas entrevistas levadas a cabo por Sanders (2006), eu também tive a possibilidade de observá-las a pentear-se, a aplicarem ou retirarem a maquilhagem, e a vestirem-se ao mesmo tempo que eu conduzia as entrevistas.

Noutras situações, as entrevistas tiveram lugar nas instalações da APF, numa das salas gentilmente cedidas para o efeito. Uma vez que a associação se encontrava situada geograficamente muito próxima ao *Conde*, acabei por combinar com as travestis um “ponto de encontro” prévio, geralmente no *Café do Carlos*, onde aproveitávamos para beber um café, e depois reconduzi-las até ao local.¹⁴⁶ A sala disponibilizada estava precisamente vocacionada para diferentes tipos de consultas com técnicos especialistas (da área da Psicologia e Serviço Social), razão pela qual apresentava um ambiente agradável e acolhedor, permitindo uma interação possibilitadora da observação da comunicação não verbal das travestis, ao mesmo tempo que ia acompanhando o seu discurso.

Outras entrevistas (poucas) foram, também, realizadas em «*puteiros*».¹⁴⁷ Recordo que, na altura, duas delas, a Zara e a Nádia, tinham migrado temporariamente de Lisboa para outras regiões do território nacional, nomeadamente, para o Porto e Guimarães, pelo que, não sabendo quando regressariam a Lisboa, e uma vez que tinham mostrado interesse e disponibilidade em participarem nas entrevistas, decidi, por sugestão delas, ir ao seu encontro junto desses locais de trabalho onde agora se encontravam.¹⁴⁸

Chego ao local às 14 horas, tal como combinámos [...] Após ter encontrado o «*puteiro*» percebo que este se encontra, geograficamente, bem situado [...] no centro da cidade, nas traseiras de uma igreja bem conhecida. Toco à campainha. Da janela vejo alguém a espreitar-me. Reconheço a Nádia. Ela apressa-se a abrir a porta e convida-me a entrar. [...] sento-me num dos sofás que estão na divisão da sala e ela senta-se à minha frente numa poltrona. Reparo que a casa é composta por dois andares. No primeiro andar, ao qual não tive acesso, encontra-se uma mulher (cisgénero) a trabalhar. «*Ela também faz a prostituição. Mas é mesmo mulher, não é travesti como eu. Mas ela não quer dar entrevista, está bem?*» esclarece-me ela, para me informar que não nos encontramos sós na casa. O acesso a este primeiro andar faz-se através de umas

¹⁴⁵ Tal como se pode observar no anexo F, a maioria das entrevistadas residia em espaços habitacionais partilhados com outras travestis, namorados, familiares ou amigos. Por esta razão, o seu quarto era único espaço privado que possuíam, razão pela qual disponibilizavam-no para a realização das entrevistas.

¹⁴⁶ Esta foi, também, um meio de as travestis conhecerem as instalações físicas do projeto “Trans-Porta”. Após terem tomado conhecimento da sua localização começaram aí a recorrer com alguma regularidade para solicitar diferentes pedidos, em especial, materiais profiláticos. Por vezes, era também costume darem a conhecer o espaço a outras amigas travestis.

¹⁴⁷ Gíria utilizada para se referirem a casas e espaços *indoor* dedicados à prática da prostituição.

¹⁴⁸ Saliento, também, que cheguei a encontrar-me com algumas travestis em contextos internacionais. Sabendo que algumas tinham migrado, temporariamente, para o mesmo território onde eu me encontrava a passar férias, aproveitei para entrar em contacto com elas e marcar um “café” e colocar a “conversa em dia”. Num destes encontros, realizados em Amesterdão, tive a oportunidade de receber o convite para conhecer a “vitrine”, por dentro, onde ela se encontrava a trabalhar, situada no famoso bairro De Wallen (conhecido, em inglês, como *Red Light District*).

pequenas escadas, apertadas, em caracol, que se encontram na sala onde nos encontramos. O rés-do-chão não é muito espaçoso. Todavia, parece ser um espaço bem arrumado e organizado [...] Do lado oposto ao da entrada da casa existe, ainda, uma outra divisão que se encontra inacessível à vista, fechada através de uma cortina verde [...] Momentos após estarmos a conversar há alguém que toca à campainha da casa. Nádía levanta-se apressada para se dirigir até à porta, ao mesmo tempo que oiço gritar do primeiro andar «É para mim Nádía! É para mim! É um cliente que está a chegar!» Fico sem saber o que fazer. Mas a Nádía pede-me que me esconda e coloca-me rapidamente atrás das cortinas verdes [...] Por ter sido “apanhado” nesta situação constrangedora, acabo por me sentir tremendamente ridículo ali atrás. No local, descubro que o espaço é uma pequena cozinha. Porém, não me recordo nem de cores, nem de objetos que se encontravam à vista, porque momentos depois, após o cliente ter subido ao primeiro andar, Nádía retira-me dali e regressamos os dois à sala [...] Volto a sentar-me no sofá. Nádía pede-me imensas desculpas pelo sucedido [...] Mas esclarece-me que precisa de discrição para que os clientes não sejam vistos e identificados por outras pessoas. Tentamos, novamente, dar continuidade à conversa outrora interrompida [...] Mas, outra vez, sou surpreendido por um cliente que agora lhe telefona incessantemente. Nádía pede-me desculpas, mas acaba por atender o telefone. Ela apresenta os seus atributos e serviços sexuais com uma voz doce e delicada, enquanto eu ouço a sua conversa «Tenho 23 por cinco, um cu redondo, garganta funda, faço 69, faço tudo. Estamos à vontade e vais gostar». Ela desliga o telefone e continua a conversar comigo como se nada fosse. Todavia, e para minha surpresa, ao longo da entrevista acabámos por ser interrompidos por outros tantos telefonemas. [Diário de Campo, 24 de Maio de 2013]

Na situação acima relatada, eu acabei por ser um elemento perturbador da dinâmica diária do «puteiro», na medida em que minha presença limitou a disponibilidade temporal (e, conseqüentemente financeira) para se dedicarem com exclusividade à sua atividade. Deste modo, a forma como decorreu a entrevista poderá ser vista como insólita e hilariante, mas, decerto, uma exceção face a todas as outras entrevistas realizadas. Não deixa de ser curioso que, como investigadores, gostamos de deter o controlo sobre as diferentes situações. Mas em etnografia, tal não é possível. Beaud e Weber (2007, p. 136) afirmam claramente que “não se sabe nunca como exatamente o encontro vai se desenvolver. Pode haver imprevistos, mal-entendidos, problemas”. Mesmo que, teoricamente, saibamos quais as condições ideais para a concretização de entrevistas desta natureza, por vezes, as mesmas são materializadas em ambientes não tão propícios, mas mais viáveis e/ou possíveis.

Embora os assistentes sociais sejam detentores de princípios éticos para o cumprimento da sua atividade profissional (Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2018), ela apresenta-se inadequada quando aplicada à investigação científica. É sabido que o desenho da investigação qualitativa traz consigo um novo conjunto de exigências éticas que se relacionam com o consentimento informado, o anonimato, a confidencialidade, assim como com a obtenção, tratamento e divulgação dos dados.¹⁴⁹ Einat Peled e Ronit Leichtentritt (2002) sugerem que, nem sempre, a investigação em Serviço Social tende a cumprir essas mesmas exigências. Por isso, tentei respeitá-las integralmente. Momentos antes de dar início às entrevistas procurei explicar detalhadamente os objetivos da investigação, a importância da sua participação na construção social do conhecimento, e a estrutura geral em que a entrevista iria decorrer. Informava, também, que dispunham de total liberdade para não responder a alguma das questões, bem como interromper ou desistir da sua participação a qualquer momento. Uma vez que “não há boa entrevista aprofundada *sem gravação*” (Beaud & Weber, 2007, p. 137) solicitava-

¹⁴⁹ Sobre este aspeto poderão ser consultadas as obras de Padgett (1998a), Streubert e Carpenter (2002), Cohen, Manion e Keith Morrison (2000), Barroco (2005), Allmark e colegas (2005), Bogdan e Biklen (1994) e Burgess (2001 [1984]).

lhes, ainda, a autorização para gravar a conversa em registo áudio, para poder ter uma versão “contada na primeira pessoa” sobre a experiência de vida e a realidade social que as assistia. Muitas não davam a importância a este aspeto, referindo-me «*claro que sim, não tenho nada a esconder. Vamos lá!*». Outras, no entanto, gostavam de se sentir seguras em saber o que eu iria fazer com “aquela” gravação, como forma de se protegerem e não saírem lesadas tal como anteriormente ocorrera nas reportagens jornalísticas. Por esta razão, sentia necessidade de lhes reforçar as minhas garantias de anonimato e sigilo absoluto, explicando-lhes que as gravações seriam guardadas por mim e que, faria uso delas, para o estudo científico sobre a vida travesti.

Optei por realizar *entrevistas etnográficas* (Beaud & Weber, 2007 [1997]; Spradley, 1979), de cariz *semi-estruturadas*¹⁵⁰ (Flick, 2005) na medida em que estas permitem a incorporação de uma série de perguntas-guia, mais ou menos abertas, para poderem ser respondidas, tanto quanto possível, de maneira flexível. O que pretendia era, pois, facilitar a expressão das narrativas por parte das travestis e aceder a um grau máximo de autenticidade e de profundidade. Assim, dava início às entrevistas solicitando que me descrevessem como seria uma noite na rua, desde a preparação para sair de casa até ao seu regresso.¹⁵¹ Deste modo, ao tentarem responder abertamente a este pedido eu deixava que o seu discurso fluísse. As respostas acabaram por ser bastante livres, pelo que facilmente as travestis abordavam e respondiam a outras dimensões do guião. Porém, como lembra Burgess (2001 [1984], p. 120), tê-las impedido, naquele momento, de falarem sobre essas dimensões comprometeria a conversação espontânea e quebraria o seu esquema de pensamento. Além do mais, eu tinha a noção que, se estivesse preocupado com o roteiro das entrevistas e inquieto por seguir a ordem das questões, jamais conseguiria posicionar-me numa atitude de escuta atenta às suas narrativas e prestar atenção aos seus gestos, atitudes, olhares e até silêncios demonstrados. As perguntas – formuladas de modo claro e com um vocabulário simples para serem percebidas nos termos por mim pretendidos – acabaram, então, por não ser colocadas pela ordem prevista, pelo que o conteúdo do guião se transformou num conjunto flexível de tópicos que “deveriam” ser abrangidos e não, necessariamente, num ciclo obrigatório de perguntas-respostas. Tentei, acima de tudo, respeitar e seguir o raciocínio das entrevistadas e estabelecer, com elas, uma dinâmica de conversação que fosse tão rica e fecunda quanto possível. Embora não existam “receitas simples para conduzir uma entrevista” (Beaud e Weber, 2007, p. 134), reconheço que ser assistente social e apresentar larga experiência na realização de “entrevistas sociais” revelou-se, desde logo, uma vantagem.¹⁵² Eu sabia que o essencial era ganhar a confiança e conseguir entrar no seu “registo mental”. E este aspeto foi, talvez, o que seguramente melhor facilitou a conversação entre mim e elas. Quando, porventura, se distanciavam dos temas em análise ou quando

¹⁵⁰ Também denominadas como *semi-diretivas* ou *semi-dirigidas* (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192; Bardin, 2013, p. 89).

¹⁵¹ Harriet Goodman (2001) refere que se deve iniciar uma entrevista com “perguntas abertas”. Beaud e Weber (2007 [1997], p. 144) sugerem, especificamente, que essas perguntas deverão convidar as entrevistadas a *falar do que fazem* habitualmente no seu quotidiano, o que implica a descrição das suas práticas.

¹⁵² Todavia reconheço que as “entrevistas sociais” e as “entrevistas em profundidade” apresentam propósitos diferentes. Uma pretende conceder ajuda ao sujeito de intervenção na resolução de um problema, e a outra a de construção de um modelo teórico e explicativo (Goodman, 2001, p. 310).

não os aprofundavam suficientemente, esforçava-me para redirecionar a entrevista, colocando as perguntas às quais elas não tinham respondido por si próprias ou reintroduzindo temas já aflorados. O guião, funcionava, assim, como um “auxiliador de memória” ao qual eu recorria apenas para garantir que todas as travestis focassem os mesmos aspetos que se apresentavam relevantes para a investigação.

Com frequência, utilizava estratégias para encorajá-las a falar. Fernandes e Carvalho (2000), referem que o uso de determinados estímulos verbais poderá ajudar a “libertar” as narrativas que nunca foram contadas: ou porque não se desejou ou porque se pensou que ninguém as quisesse ouvir. Assim, pedia-lhes que me descrevessem pessoas e relações («*fala-me sobre as relações com as tuas colegas de rua*»), que me relatassem acontecimentos («*descreve-me o que se passou*», «*conta-me essas situações*»), que me enunciassem os seus significados («*quais os momentos que mais te marcaram?*»), que me dessem a opinião sobre assuntos específicos («*como que é que consideras a atividade que realizas?*») e, ainda, que me revelassem sentimentos («*como é que te sentiste?*», «*como lidas com...?*»). Nalgumas situações, não hesitei em ser curioso, mesmo sabendo que poderia correr o risco de parecer indiscreto («*já realizaste sexo por prazer, com clientes?*»). O objetivo era, pois, estimulá-las a falar, manterem-se interessadas na dinâmica da entrevista e, conseqüentemente, a concederem o máximo de dados, elementos e pormenores sobre a sua experiência de vida. Quando as entrevistas ocorreram nos espaços domésticos das travestis, esses estímulos foram, nalguns casos, facilitados por meio das fotografias que se encontravam visivelmente expostas nos seus quartos. Ao questionar-lhes sobre as pessoas presentes nessas fotografias e quais as afinidades estabelecidas com elas, as travestis eram encorajadas a reconstruir histórias, acontecimentos, eventos, conversas e significados partilhados com esses indivíduos pertencentes às suas redes pessoais e familiares. A realização de entrevistas com ajuda do método de *foto-elicitación* (Collier, 1957; Collier & Collier, 1986; Harper, 2002; Schwartz, 1989), que inconscientemente acabei por utilizar sem que o tivesse previamente planeado, provou ser uma ferramenta ideal para facilitar o diálogo e obter conhecimento sobre aspetos e detalhes da vida íntima das travestis. O desconforto que, por vezes, existe em responder a assuntos delicados nas situações de entrevista são, com este método, diminuídos porque as pessoas são conduzidas a fornecer informação pela realização de uma tarefa que lhes parece familiar (ou seja, pela visualização e comentários às suas próprias fotografias) (Schwartz, 1989). Tal acontece porque, segundo Douglas Harper (2002), a fotografia tende a desencadear memórias inscritas na consciência humana e a conectar fragmentos do passado para a realidade presente. Em consequência, produz diferentes informações daquelas que seriam disponibilizadas por meio das entrevistas realizadas sem este método. É curioso verificar que as travestis, após terem iniciado os seus relatos pessoais com a ajuda das fotografias, acabavam por, em outros momentos da entrevista (especialmente quando se abordavam tópicos referentes aos processos de transformação corporal), recorrer espontaneamente a outras imagens que dispunham nas suas carteiras e telemóveis para melhor me elucidarem sobre esses mesmos aspetos.¹⁵³ Houve, também, quem

¹⁵³ Harper (2002, p. 18) refere que os estudos sobre as identidades dependem fortemente daquilo que é visto. Porém, a sua total compreensão depende, em muito, daquilo que não se encontra visível. No estudo sobre as travestis, este aspeto torna-se

tivesse mostrado antigas revistas e recortes de peças jornalísticas nas quais estavam expostas diversas fotografias suas que, na altura, tinham sido publicadas com o seu consentimento.¹⁵⁴ As fotografias ajudavam a elaborar os seus discursos. E as expressões faciais, os gestos e as roupas nelas evidenciadas eram, para mim, importantes dimensões que me ajudavam a contextualizar as narrativas que iam sendo produzidas pelas travestis.

Em momentos nos quais se mergulhou a fundo nos “assuntos sensíveis” usei o silêncio para convidar as travestis a uma maior reflexividade sobre aspetos que lhe eram especialmente difíceis de lembrar. Determinados períodos da entrevista aproximaram-se a uma experiência terapêutica, na qual elas realizaram confidências e eu permaneci a escutá-las. Outras vezes, o silêncio revelou-se fundamental para conseguir gerir a angústia e a dor expressas, na maior parte das vezes, através do choro. Nestas situações eu não hesitei em me aproximar fisicamente delas. Este ato, era não só uma mostra clara de respeito pelos seus sentimentos e vivências como, também, uma forma de suportar e compartilhar a sua dor. Creio que a situação de profunda partilha só foi possível pela minha identificação como um elemento credível a quem podiam livremente se expressar, bem como pelo clima de confiança estabelecido ao longo da entrevista. Tal como afirmam Beaud e Weber (2007 [1997], p. 137) “as boas entrevistas estão menos ligadas a qualidades técnicas do que à sua própria capacidade de despertar a confiança” nas pessoas que entrevistamos. Por isso, considero que estes aspetos favoreceram, em muito, a riqueza do material recolhido.

No final da entrevista questioneei-as se gostariam, ou não, de acrescentar alguma outra informação ao que já havia sido dito. A maioria foi da opinião que se conseguiu abordar uma ampla gama de assuntos, razão pela qual sentiam não haver mais nada a dizer. Assim, aproveitaram a oportunidade para expressarem considerações, em jeito de avaliação, sobre a conversa estabelecida entre nós. Uma declarou ter sido um momento importante de “libertação”, no qual narraram situações opressivas nunca antes reveladas e, por isso, desconhecidas por qualquer dos elementos pertencentes às suas redes pessoais:

[...] hoje falei de coisas que eu nunca falei com ninguém [...] falei o mais abertamente possível. Não escondi nada [...] Gostei muito de falar contigo. Já fiz algumas [entrevistas, de pendor jornalístico] mas, sinceramente, tenho a dizer que foi a primeira vez que me mexeu mesmo com o coração e que me emocionou [...] eu também me senti logo muito à vontade. [...] Hoje falei de muita coisa que nunca tinha falado. [Zara]

Outras desejaram felicitar o modo como a entrevista foi conduzida, referindo-me palavras de apreço («*estás de parabéns*») e mostrando-se entusiasmadas com a prossecução do estudo («*o que eu tenho*

particularmente relevante. Por tal, empreender esforços no conhecimento dos elementos estéticos e corporais (fixados em fotografias) que, pelos processos de transição realizados, já não podem ser vistos de outra forma, são fundamentais para as questões que envolvem o *self* e a identidade pessoal.

¹⁵⁴ Nestas situações, aproveitei para as questionar se poderia ter acesso a essas mesmas fotografias. Aquelas que se encontravam gravadas nos telemóveis foram-me gentilmente disponibilizadas, durante o período da entrevista, através do envio para o meu telemóvel, por via do sistema *bluetooth*. Já as revistas e recortes de peças jornalísticas foram-me emprestadas para poder realizar uma cópia quer das reportagens, quer das fotografias nela presentes. Estes materiais foram, posteriormente, devolvidos às travestis. O acervo fotográfico e documental que, a pouco e pouco, fui construindo sobre as diferentes fases da vida travesti revela-se, para mim, como sendo único pela riqueza etnográfica que ele constitui.

para dizer é que vás em frente»), porque compreenderam que a revelação e denúncia da situação de exclusão social em que se encontravam através da publicação dos seus relatos poderia, de certo modo, trazer-lhes não só maior visibilidade,¹⁵⁵ como também maior aceitação social. O encontro foi, por fim, terminado com a solicitação dos clássicos dados sociodemográficos respeitantes à idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, local de residência, entre outros.

A oportunidade tida para racionalizarem as suas experiências pessoais permitiu que as travestis se questionassem e, de certo modo, se “redescobrissem”. E ao reconhecer que algumas delas poderiam vir a necessitar de falar após as entrevistas disponibilizei-me para, nos dias seguintes, as ouvir e conversar com elas. Houve situações em que, eu próprio, durante as entrevistas, por me encontrar envolvido nos seus discursos, acabei por me tornar vulnerável e frágil. Depois de ter conduzido uma longa “conversa” eu tinha a sensação de que saía dela emocionalmente esgotado por ter produzido, em mim, uma ampla gama de estímulos emocionais. As entrevistas não só se revelaram exigentes, pela constante necessidade em gerir todas as formas de comunicação e vigiar a direção, a profundidade e os pormenores da conversa; como, acima de tudo, pela intensidade da violência, abuso, negligência e exploração presente na descrição de alguns relatos. Experiências de desespero, dor e sofrimento levou a que, muitas vezes, me sentisse fortemente angustiado e perturbado, pelo que nas horas seguintes à entrevista tinha necessidade de me encontrar sozinho para lutar contra estes meus próprios sentimentos. Admiti-los nem sempre foi fácil porque, como refere Margaret Melrose (2002), há sempre o receio de evidenciar uma atitude menos competente, enquanto investigador. Por isso, a opção foi forçar a contenção desses sentimentos a fim de continuar com o trabalho de campo. Como referi anteriormente, eu estava, de certa maneira, preparado para as dificuldades e riscos inerentes ao contexto do trabalho sexual, mas não para a enorme quantidade de “trabalho emocional” (Hochschild, 1979) que ele envolvia.

Após a realização das entrevistas senti-me responsável por ser detentor de tamanha e importante informação que me tinha sido transmitida; porém, não sabia, muito bem, o que fazer com esse conhecimento. Via-me, de certa forma, impotente por não poder agir junto dos seus contextos. Só mais tarde, e após algum distanciamento emocional, conseguido com um afastamento temporário do terreno, compreendi que o meu papel passaria por dar expressão e consistência a estes relatos e a todo o material recolhido, descrevendo as suas vidas, vulnerabilidades e necessidades. Contudo, o medo de poder distorcer esta realidade social conduziu a que o discurso contido nas entrevistas assumisse, na presente investigação, uma maior importância face à diversidade de dados recolhidos por meio da observação,¹⁵⁶ na medida em que as entrevistas permitem fixar os sentidos das palavras relatadas e obter uma

¹⁵⁵ Algumas declararam que esta teria sido a sua motivação principal para terem aceitado participar no estudo e conceder a entrevista. Disse-me a Dalila «*Acho que convém serem esclarecidas certas coisas e dar a ouvir também a nossa voz*» e também a Nádia «*sabes porque é que eu dou [a entrevista]? Porque nós temos de dar a conhecer às pessoas. Não adianta estar a esconder [...] sabes porque é que muitas travestis também não querem dar a cara? Porque têm medo*».

¹⁵⁶ Muito embora para alguns autores, como Beaud e Weber (2007 [1997], p. 118), a observação continue a ser a principal ferramenta do método etnográfico, sendo a entrevista mais ou menos indispensável.

informação genuína, ao passo que as minhas interpretações, provindas de diferentes fontes, poderiam admitir erros e, por isso, gerar dúvidas.

À semelhança do que aconteceu com Saleiro (2013) e Sanders (2006), também eu senti que, depois de ter entrado na intimidade das entrevistadas e deter informações centrais sobre a sua vida (algumas delas nunca antes reveladas), a relação estabelecida com elas se tornou ainda mais próxima. E, nas semanas seguintes, quando regressava ao *Conde*, algumas recorriam a mim para revelar informações que, a seus olhos, viam interesse para a publicação no estudo, como demonstra o excerto seguinte:

Junto à paragem de autocarros está Ivone. Na conversa que, entretanto, estabeleço com ela, sinto-a revoltada e indignada. O seu motivo reside no abuso da autoridade realizado por parte de um homem, que ao se encontrar em posições distintas (a de cliente da prostituição travesti e a de inspetor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), as mistura, sem ética alguma. É ele que se encontra a gerir o processo legal de autorização de residência dela. Por isso, a situação de dependência e vulnerabilidade em que Ivone se encontra face a esta autorização permite que o inspetor utilize o seu estatuto profissional, em prol de proveito próprio, abusando-a sexualmente e obrigando-a a realizar práticas sexuais desprotegidas, em particular, sexo oral. Ivone conta-me que, constantemente, é intimidade para se submeter às ordens deste inspetor. Caso apresente resistência é ameaçada com uma deportação imediata. Ela está nitidamente transtornada com a situação e, por isso, implora-me que escreva “no meu livro” tudo aquilo que me está a relatar para que situações destas possam ser denunciadas. «*Tens de escrever! Escreve tudo! É uma questão de direitos humanos!*», disse-me ela. [Diário de Campo, 07 de Dezembro de 2012]

As travestis viam-me, assim, como um meio para as ajudar a denunciar situações de extrema vulnerabilidade, exclusão, abuso, violência e discriminação. Pretendiam que eu fosse a expressão da sua voz. Para elas, manter o silenciamento e a ocultação das suas vozes era uma prática de “não assistência”. Como tal, em determinado momento, fizeram-me sentir corresponsável pelas suas vidas. Em consequência do percurso de investigação, acabei por partilhar do pensamento de Fernando Bessa Ribeiro (2011) acerca da defesa de legitimidade do uso do conhecimento científico para a emancipação social. Diz ele que “o exercício das tarefas inerentes às condições de investigador não exige a renúncia ou a suspensão dos compromissos políticos e sociais que estruturam a cidadania” (p. 237). Deste modo, a minha condição de investigador reforçou o meu compromisso com os direitos humanos e a justiça social, valores, já de si, basilares da profissão de assistente social. E não podendo ficar indiferente ao conhecimento que detinha, impliquei-me na sua revelação com a escrita e publicação deste trabalho. Não deixo, no entanto, de sublinhar que a decisão sobre o que incluir e o que excluir na divulgação dos dados foi, em certa medida, causador de alguma inquietação. Se, por um lado, me encontrava empenhado na proteção das travestis face a uma eventual exposição do seu mundo (e, por tal, receava a inclusão de determinadas declarações e depoimentos pessoais), por outro pretendia descrevê-lo tão fielmente quanto possível (pelo que sentia a necessidade de ter de incorporar relatos sensíveis que, em alguns casos, tinham sido contados no contexto de uma relação de confiança). Porém, como cientista social convicto de que a investigação em Serviço Social se deve revestir de uma utilidade prática, a decisão de inclusão ou exclusão dessas declarações esteve intimamente relacionada com a possibilidade de poderem, ou não, favorecer um “saber comprometido” (Bourdieu, 2002), orientado para uma agenda social e política.

Esperaria, pois, que a divulgação dos dados pudesse ter a capacidade instrumental de contribuir não só para uma melhor compreensão, visibilidade e reconhecimento, como também para uma defesa e reivindicação dos direitos das travestis e de todas as outras pessoas que expressam o género e a sexualidade de forma não normativa.

2.6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ETNOGRÁFICOS

Perante a diversidade e o volume de dados etnográficos que consegui recolher tornou-se importante, a dado momento, munir-me de um conjunto de *ferramentas analíticas* (Strauss & Corbin, 2008, p. 91) que me auxiliassem no processo de *redução dos dados* (Bogdan & Biklen, 1994, p. 234; Cohen et al., 2000, p. 265), isto é, na preparação da codificação com vista à sua análise e, em última instância, à construção de uma *teoria fundamentada*. Mas por reconhecer a possibilidade de “perda massiva de dados, distorção e redução da complexidade” da realidade social (Cohen et al., 2000, p. 281) durante este processo, tentei que esta análise fosse cumprida com o máximo rigor possível. Assim, uma das primeiras tarefas consistiu, desde logo, na transcrição das entrevistas. Beaud e Weber (2007 [1997], p. 159) referem que “uma boa entrevista aprofundada é uma entrevista *bem transcrita*”. Isto significa que o modo de se efetuar a transcrição “pode enriquecer ou empobrecer consideravelmente a entrevista”. Na intenção de as favorecer e as tornar mais interpretáveis, as gravações efetuadas foram alvo de um cuidadoso procedimento de transcrição *integral* por meio da sua escuta atenta e minuciosa. Com vista a reconstituir, por escrito, a tonalidade das entrevistas, mantendo toda a riqueza e a complexidade produzida, tentou-se que essa transcrição fosse o mais fiel e precisa, respeitando a pontuação, as pausas, os silêncios (longos e curtos), as hesitações, as interrupções, a entoação da voz, as manifestações de sentimentos (incómodo, nervosismo, tranquilidade) e, inclusive, a comunicação não verbal.¹⁵⁷ Todo este procedimento foi, pois, realizado com o auxílio de um pequeno documento de normas de transcrição, que construí para o efeito. É interessante verificar que, graças à escuta atenta das gravações, consegui realizar diferentes tipos de “descobertas”: descobri passagens e detalhes que, na altura da realização das entrevistas, não me tinham chamado a atenção; encontrei aspetos que tomaram um sentido bem diferente daquele que inicialmente tinha compreendido; observei contradições nos discursos e mudanças de postura no registo de linguagem, bem como reconheci tópicos que foram omitidos e outros longamente abordados. Deste modo, o procedimento de transcrição possibilitou-me “mergulhar” a fundo no mundo subjetivo das travestis e prestar maior atenção aos seus detalhes e, com isso, tentar formular as primeiras interpretações de significados com base na relações entre os dados, através de indícios que me serviram de guias ao longo do processo de análise. É neste contexto que Beaud e Weber (2007 [1997], p. 162) afirmam que “transcrever é já interpretar”.

¹⁵⁷ Uma vez que todas as entrevistas foram realizadas por mim, a menor informação sociológica verbal (como interjeições, suspiros, risos) e não verbal (olhares, gestos e comportamentos) que acompanharam o discurso das entrevistadas foram sendo registadas à medida que a escuta da entrevista ia evocando à minha memória a lembrança das suas ações.

Após ter procedido à transcrição integral das entrevistas efetuadas às travestis, deparei-me com um acervo total de 653 páginas de dados brutos. Para os analisar, procedi, numa primeira etapa, a uma segunda escuta das gravações de forma a identificar eventuais lacunas de transcrição e, posteriormente, a uma leitura atenta a cada entrevista (cf. proposto por Guerra, 2010 e Maxwell, 2005), o que me conduziu a um conhecimento da totalidade do discurso e à identificação de novas temáticas e problemáticas que, naturalmente, emergiram. Com base neste procedimento de análise “horizontal” (Bardin, 2013) centrado em cada entrevista individual, construiu-se, numa segunda etapa, as *sinopses* das trajetórias de vida das travestis (anexo H). Ao me ter apropriado do seu discurso, tentei, pelas minhas próprias palavras, sintetizar e reconstruir o encadeamento da cronologia de vida por meio da enumeração e descrição dos *turning points* presentes nas narrativas. Foi a partir do interior de cada fala que procurei compreender a subjetividade individual e identificar os vários factos que constituíram os “pontos de viragem” no curso das suas trajetórias, assim como as causas a eles atribuídos. Esta ação revelou-se, assim, como um primeiro esforço de análise e interpretação. Numa terceira etapa, e com o objetivo de interpretar propriamente o sentido dos discursos narrados, as entrevistas foram submetidas a técnicas de *análise de conteúdo* (Bardin, 2013; Guerra, 2010; Vala, 2014). Estruturaram-se, *a priori*, algumas categorias e subcategorias provisórias,¹⁵⁸ suportadas por referências teóricas, relacionadas com os temas desenvolvidos durante a realização das entrevistas. Porém, atendendo a que a presente investigação se apoiaria em *abordagens indutivas*, sabia que se me fixasse rigidamente nestas categorias pré-elaboradas, escapar-me-iam importantes dimensões de análise uma vez que “os dados empíricos são o ponto de partida e a matéria-prima de qualquer teoria” (Guerra, 2010, p. 66). Neste sentido, a fase da releitura e análise das entrevistas, bem como de todo o restante material proveniente das observações ou da recolha documental tornou-se fundamental, porque a partir dos seus dados emergiram novas subcategorias que, até então, não estavam identificadas. Estas foram, assim, incorporadas *a posteriori* ao “dicionário de categorias”,¹⁵⁹ construído com o propósito de se elaborar uma *análise categorial* (Bardin, 2013; Guerra, 2010) desse mesmo material. Esta análise funcionou, primeiramente, através de uma operação de desmembramento do *corpus* constituinte desse material em pequenas *unidades de contexto* (fragmentos de dados) (Vala, 2014) e que, em seguida, foram agrupados de acordo com a temática de cada subcategoria (e, por tal, considerada uma *análise temática*). Esta ação, auxiliada pelo *software* MAXQDA, ajudou claramente a reduzir, condensar e simplificar a complexidade dos dados e a introduzir uma classificação e ordem no material que, até então, se encontrava desorganizado. Porém, uma vez que a apreensão exata do significado dos dados (agora “arrumados” em subcategorias) requer

¹⁵⁸ Laurence Bardin (2013, p. 145) refere que as categorias são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de características comuns destes elementos”.

¹⁵⁹ A elaboração do “dicionário” – denominado por Jorge Vala (2014, p. 111) como “sistema de categorias” – resultou de um processo de construção progressiva de categorias e subcategorias proveniente da análise sucessiva dos dados, pelo que algumas categorias acabaram por ser reformuladas e outras rejeitadas em função de outras. Este “dicionário” foi constituído por uma lista final de 60 subcategorias distribuídas por sete grandes categorias. Cada uma delas foi composta por um termo chave, indicativo da significação central do conceito que se quis apreender (Vala, 2014). A definição do seu conteúdo foi, também, cuidadosamente explicitada para não serem originadas distorções no ato da codificação.

o desenvolvimento de sensibilidade (Strauss & Corbin, 2008), recei poder vir a influenciá-los se tentasse elaborar uma interpretação espontânea, porque nela estariam presentes os meus valores e representações. Para ser capaz de ir além das evidências e das simples leituras aparentes do real (sempre tentadoras) foi necessário proceder a um trabalho de análise “vertical” (Bardin, 2013) de todo o material, que consistiu na realização de *comparações* e associações transversais (Maxwell, 2005; Strauss & Corbin, 2008) entre as *sinopses* das trajetórias de vida e entre as categorias e subcategorias construídas. Dos questionamentos constantes que surgiam desta análise¹⁶⁰ consegui, então, detetar padrões e regularidades e descobrir aspetos que se revelavam complementares. No entanto, também verifiquei aspetos contraditórios e, até mesmo, ausentes.¹⁶¹ Foi por meio da reformulação de sucessivas inferências (ou deduções lógicas)¹⁶² realizadas na articulação e cruzamento destes aspetos identificados, com as matrizes teóricas e estruturais de entendimento do fenómeno (relações entre teoria e empiria) que fui atribuindo sentido às características do material sistematizado e organizado; e construindo indutivamente um paradigma *compreensivo, explicativo e interpretativo* da “cultura” das travestis trabalhadoras do sexo, em Portugal, cujos resultados se apresentam nos capítulos seguintes.

¹⁶⁰ Muitas das vezes estes questionamentos eram discutidos com algumas travestis e informantes privilegiados de forma a não condicionar a minha leitura da realidade e evitar interpretações erróneas sobre ela.

¹⁶¹ Se apenas tivesse focado nos discursos repetidos ou que apresentavam semelhanças entre si, existiria o perigo de negligenciar importantes dimensões presentes em discursos contraditórios ou ausentes, por serem considerados “não significativos”. Mas foi, precisamente, a atenção às contradições e às diferenças entre os dados que me ajudaram a captar a máxima heterogeneidade da realidade. Além disso, olhar para as “ausências” também me permitiu questionar e atribuir significados para aquilo que geralmente não foi dito, ou se encontrava implícito. Sobre este aspeto, Bardin (2013, p. 143) é perentória a referir que “torna-se necessário distanciarmo-nos da crença sociológica na significação da regularidade. O acontecimento, o acidente e a raridade possuem, por vezes, um sentido muito forte que não deve ser abafado”.

¹⁶² Bardin (2013, p. 41) caracteriza a inferência como sendo uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras”. Isto significa que a inferência é uma operação que permite a formulação de interpretações válidas, pela atribuição de sentido aos dados. Ela é, pois, a finalidade da técnica da análise de conteúdo (Vale, 2014).

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DE REJEIÇÃO: A HISTÓRIA DE UMA EXPULSÃO

3.1. OS CONTEXTOS SOCIAIS DE ORIGEM DAS TRAVESTIS

O género e a sexualidade constroem-se, como vimos, através de diferentes relações de poder, pelo que estas dimensões necessitam de ser enquadradas juntamente com as condições e os modos de vida que formam, moldam e constroem os sujeitos para os compreendermos. Para uma análise da construção da experiência e identidade de género das travestis tornou-se, pois, necessário conhecer e articular diferentes aspetos presentes na sua trajetória de vida. Na minha perspetiva, não seria possível produzir um conhecimento sobre elas se, porventura, desconsiderasse o seu contexto social, cultural, económico e familiar, na medida em que estes contextos se revelam elementos importantes para a construção e desenvolvimento do sentimento de si. Se este sentimento é um produto social, significa que as identidades – de género e sexuais – são, também elas, resultado de diversas ações sociais desenvolvidas em diferentes contextos. Esta leitura sugere que a construção da identidade travesti é fruto, entre vários aspetos, da sua integração em determinada realidade, nomeadamente, em termos de classe social e das condições materiais e afetivas nela existentes.

Embora reconhecendo que tentar traçar uma história de vida comum às travestis poderá promover indevidamente generalizações, na medida em que existem diferenças nas suas experiências de vida, constatei, à semelhança do que foi observado em outros estudos,¹⁶³ que identidade travesti começou a ser forjada no âmbito de uma classe social popular e, por tal, o «*virar travesti*» encontrava-se em estreita relação com a sua condição de classe. Utilizando de empréstimo as palavras de Guilherme Ferreira (2015, p. 48), não digo “que a identidade travesti é generalizadamente um produto da pobreza, ou que a pobreza define uma identidade de género como essa. Mas é possível sim dizer que entre todas as determinações que se refletem na construção das identidades culturais dos sujeitos, a classe social – e, portanto, o contexto socioeconómico – possui também centralidade”. A pobreza não é somente relativa às privações das necessidades básicas. Como refere Alfredo Bruto da Costa (2007), está também relacionada com a fragilidade de aceder a serviços, a direitos, a oportunidades e possibilidades de participação na vida social e política, acesso esse que se encontra inscrito num sistema de relações sociais desiguais. Por isso, afirmo que o conjunto das experiências de pobreza vividas pelas travestis foram centrais para a construção não só da sua identidade como também de toda a sua trajetória pessoal.

Durante a infância e adolescência, as travestis viveram, geograficamente, em comunidades afastadas das grandes cidades, ou quando dentro destas, residiam em territórios periféricos,

¹⁶³ Por exemplo, em Becerra (2009), Diehl (2009), Fernández (2004), Garcia (2007), Kulick (1997, 2008 [1998]), Kulick e Klein (2010), Luís (2018), Pelúcio (2007a), Santos (2012) e Saleiro (2013).

estigmatizados e socialmente vulneráveis. As condições de habitabilidade eram, na maior parte das vezes, precárias, constituídas por habitações sociais, habitações de construção clandestina e, também, habitações não convencionais.¹⁶⁴ Confirma Ivone «*a nossa casa era muito velha, tínhamos umas tábuas na parte de cima da casa-de-banho, em cima tínhamos uma almofada para dois irmãos se deitarem*». Na origem desta conjuntura encontrava-se a família que não dispunha de meios para aceder a um alojamento dentro dos padrões clássicos, em virtude da pouca (ou nenhuma) escolarização, com consequências ao nível do desempenho de atividades laborais não qualificadas (de segmentos do trabalho doméstico ou manual), geralmente, precárias e mal remuneradas. As mães, quando não se encontravam inseridas no espaço do lar, trabalhavam fora dele como empregadas de limpeza, operárias fabris, floristas ou comerciantes. Algumas delas chegaram, inclusive, a trabalhar na indústria do sexo como prostitutas ou alternadeiras. Já os pais, ao assumirem o papel de garantir a subsistência familiar, desempenhavam uma maior diversidade de atividades, trabalhando como motoristas, serventes de construção civil, agricultores, vinicultores, ajudantes de carga de transportes fluviais ou outras atividades tidas como “masculinas”. Na grande parte dos casos, o sistema familiar era constituído por um grande número de elementos, variável entre cinco a 12, formando «*uma família grande*», tal como me expressou Carole. Deste modo, as famílias, mesmo que desejassem, eram incapazes de providenciar as condições económicas favoráveis para o bem-estar de todos eles. Com efeito, a infância e a juventude das travestis foi vivida com muitas dificuldades económicas e materiais. Algumas foram sujeitas a situações de privação alimentar, incluindo Alessandra. Disse-me ela «*eu já comi muito resto, eu já comi abóbora pura porque a minha mãe não tinha nada para comer*». Rebeca é outra travesti que afirmou o mesmo. «*[Foi] uma infância muito complicada, mesmo. Nove filhos, a passarem fome, andar ao lixo, catar lixo para vender*». De facto, os seus contextos sociais de origem foram severamente marcados pela miséria, a pobreza extrema e a vulnerabilidade. Confrontadas com estas adversidades, as travestis sentiam necessidade de fazer uso de estratégias pessoais que visavam a sua sobrevivência. Algumas, ainda crianças, viram-se obrigadas a integrar o mercado laboral na intenção de obterem recursos financeiros extrafamiliar para suprirem carências diversas. Outras, que não trabalhavam, dependiam largamente da ajuda das redes de suporte social que apresentavam. Eram, por norma, os vizinhos ou as entidades patronais das suas figuras parentais que, movidos por caridade, as auxiliavam com bens alimentares, roupa e material escolar ou, nos dias festivos, com brinquedos. «*Cresci a depender dos vizinhos, a bater, quase todos os dias, à porta de alguém, a pedir qualquer coisa [...]. Sabia que tinha de pedir porque tinha necessidade de pedir*», disse-me Rebeca.

Mas se a privação económica constituiu a espinha dorsal da trajetória de vida de muitas travestis, outras experienciaram tão fortemente o abandono, a negligência e a desvinculação afetiva por parte dos pais biológicos que as mesmas tiveram de ser afastadas desses elementos e serem integradas junto de

¹⁶⁴ Alessandra, uma das travestis entrevistadas, confidenciou-me que, até aos seus 10 anos de idade viveu, conjuntamente com a mãe, num balneário de um campo de futebol que se encontrava desativado, não apresentando infraestruturas básicas (esgotos, água e eletricidade).

outros familiares (geralmente avós e tias), vizinhas ou em instituições sociais, onde aí viveram a infância e adolescência.

A minha mãe abandonou-me dentro do carro do namorado da minha tia paterna com dois meses de idade. Fui criado com a minha avó até aos 18. [Dalila]

Fui abandonada com dois meses, fui para um orfanato, mas não era um orfanato do Estado, era tipo uma casa com três senhoras, que pronto, aceitavam as crianças lá do bairro que não tinham ninguém [...] eu fui abandonada num caixote do lixo. É a história que me contaram. E elas encontraram-me e eu fiquei lá [em casa]. Mas como não tinham condições, era uma casa de madeira, eu dormia em cima de papelão e uns cobertores sem almofadas, porque elas eram muito humildes, eram muito pobrezinhas [Fabiana]

Eu, até aos nove anos, tive com a minha mãe. Depois fui para uma instituição [...]. Quando estava com a minha mãe eu não andava à escola, a minha mãe tinha problemas com o álcool, depois trabalhava naquela vida [prostituição]. Sei lá... andava até muito tarde na rua, sempre na vadiagem. E depois olha... há sempre alguém que diz alguma coisa, os vizinhos fazem queixas, vêm que não estamos nas melhores condições. [Liliana]

Embora, na sequência do afastamento da família nuclear, estes “novos” contextos tentassem prover as necessidades básicas e assegurar um ambiente minimamente protetor (nem sempre conseguido), foi o sentimento de terem sido rejeitadas, abandonadas, não desejadas que marcou grandemente a sua trajetória de vida.

3.2. AS DINÂMICAS E RELAÇÕES FAMILIARES

Neste contexto social de origem, as figuras parentais apresentavam não só uma frágil disponibilidade financeira mas, também, indisponibilidade temporal e emocional necessária para promover, cuidar e garantir o bem-estar dos diferentes elementos, em especial os mais novos. Na maior parte dos casos, esta incapacidade estava ligada, entre outras razões, a questões laborais, por terem de procurar recursos económicos para satisfazerem as necessidades básicas. Como Diva me exemplificou, um dia comum *«era sempre a trabalhar. Trabalhavam nas feiras a vender. Nunca tinham assim fins de semana para passear. Era muito raro»*. A Rebeca reafirmou-me esta visão. Disse-me ela *«a minha mãe nunca teve tempo para respirar, nunca teve tempo para pensar [...] O que era mais importante era ter jantar para nós»*. A indisponibilidade temporal apresentada para se dedicarem aos restantes elementos da família era particularmente sentida pelas travestis nos dias de celebração festiva, como os aniversários ou os períodos natalícios, os quais passaram, muitas vezes, sozinhas. Diva refere que, porventura, quando a sua família se encontrava no espaço doméstico *«não havia muita conversa. Eu ia à minha vida, ia brincar»*, o que revelava uma indisponibilidade parental para assegurar uma adequada vinculação emocional. Se algumas narrativas mostraram ter havido uma dinâmica familiar empobrecida, apática e desinteressada por parte das figuras parentais; outras, no entanto, encontravam-se envolvidas em conflitos, dificuldades de comunicação, incapacidade para lidar com a frustração e, conseqüentemente, propensão para o agir, expresso em recorrentes discussões e diferentes atos de violência. Os discursos de Ivone, Rebeca e Dalila expressam isso mesmo. *«O meu pai e a minha mãe não tinham uma relação de marido e mulher, odiavam-se como cão e gato, sempre discussões»*; *«[O meu pai era] bastante*

alcoólico, muito mau, mesmo. Muito mau para a minha mãe. A minha mãe levava porrada todos os dias»; «[Um dia] houve uma peixeirada entre a minha avó e a minha mãe. A minha avó deu uma tarefa na minha mãe que pôs a minha mãe dois dias no hospital». A fraca qualidade das relações afetivas era, pois, motivo para que as travestis sentissem não haver espaço, dentro deste contexto, para expressarem os seus sentimentos, ou problemas, porque raramente eram escutadas. Perante estas dinâmicas, as travestis não avaliavam o espaço habitacional como um local contentor, seguro e protetor. Bianca foi clara ao testemunhar este aspeto, confidenciando-me «*Na minha casa havia muita gente, e ao mesmo tempo não havia ninguém, estava sozinho*¹⁶⁵ *no meio da multidão. [...] Não me sentia ali à vontade*». Os sentimentos de desconforto, e até mesmo de solidão, eram motivos para não desejarem permanecer dentro do espaço doméstico pelo que, com relativa frequência, as travestis faziam da rua (ou outros contextos extrafamiliares) o seu local para brincar, conviver ou simplesmente “passar o tempo”, transformando-se naquilo a que alguns teóricos (Koller & Hutz, 1996; Sebastião, 1996) denominam por “crianças em situação de rua”. Ao se encontrarem, na maior parte do tempo, entregues a si próprias, e por tal expostas a diferentes riscos, tiveram, desde muito cedo, de aprender os códigos de conduta de rua necessários para a sua sobrevivência pessoal: a autodefender-se, a desenrascar-se e a solucionar os problemas e as dificuldades com que, diariamente, eram confrontadas nesses contextos.

Eu, pouco tempo passava em casa [...] A minha avó trabalhava, a minha tia trabalhava, eu não tinha ninguém durante aquele tempo [...] tinha de andar na rua. [...] pouco ou nada gostava de parar em casa. E então, cada vez que eu ficava na rua a brincar eu tinha sempre problemas. [Dalila]

[...] sempre fui uma pessoa de rua, sempre fui de bairro, sempre fui de me safar por aqui ou por ali, já tive que roubar para comer, não me envergonho de dizer, é verdade. [Fabiana]

Para algumas travestis, a insuportabilidade do mal-estar familiar conduziu a ruturas com os laços familiares ainda em tenra idade, através de fugas do espaço doméstico, durante curtos períodos de tempo, nos quais experienciavam processos marginais. Bianca foi uma dessas crianças. «*Eu fugia muito [...] fui aquele menino rebelde [...] que sai de casa muito cedo, fica perdido ali [na rua]*». A preferência pela rua em detrimento do lar era, em certa maneira, uma forma de sobrevivência emocional.

Ao aprofundar o contexto familiar compreendi que este se encontrava dominado por três grandes tipos de relações interpessoais significativas: (i) o pai ou outras figuras paternas, como o padrasto ou o(s) irmão(s); (ii) a mãe ou outras figuras maternas, como a(s) avós, tia(s), primas ou irmã(s); e (iii) as amigas, isto é, elementos não pertencentes à sua família de origem, mas que eram sentidos como tal. De entre estas relações existia uma clara diferenciação entre os elementos masculinos e femininos: as mulheres eram, na sua maioria, descritas como carinhosas, afáveis e protetoras, enquanto os homens eram relatados como agressivos, severos e maltratantes.

¹⁶⁵ Note-se que, embora as travestis fizessem uso de formas gramaticais femininas para se auto e alter identificarem, em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando se referirem a si durante a infância (como é o caso) ou no período prévio ao das mudanças corporais, faziam uso do masculino (cf. também observado por Borba e Ostermann, 2008). Fora dos contextos prostitucionais, as travestis que não viviam permanentemente no feminino (autodesignadas como «*gay montadas*», cf. cap. 5), também se referiam a si dessa forma. Como tal, alguns discursos aqui enunciados estão gramaticalmente construídos no masculino.

3.2.1. As Figuras Paternas: Entre a Indiferença e o Medo

Nas conversas de rua estabelecidas com as travestis observei que as figuras paternas se encontravam, em grande parte, omissas dos seus discursos. Raramente, se referiam a elas quando abordavam assuntos ou acontecimentos relevantes sobre a sua vida familiar. Desde logo, estranhei esta ausência. Mas haveria, certamente, uma razão, para tal. Num dia em que Diva me mostrou uma fotografia de infância, para me apresentar o «*rapazito efeminado*» que outrora tinha sido, verifiquei que parte da fotografia se encontrava danificada. Ao questioná-la sobre a situação, respondeu-me «*Era o meu pai, mas eu depois cortei. Deu-me na cabeça*». Também, quando realizei a entrevista à Estefani e perguntei-lhe diretamente pelo pai, respondeu-me «*já estamos a entrar por coisas que eu não gostava muito de falar. Podemos mudar [de assunto]?*». Neste momento confirmei as minhas suspeitas. As suas memórias sobre estas figuras eram negativamente marcantes, pelo que não desejavam falar sobre elas. Mais tarde, e somente através da realização das entrevistas, consegui compreender melhor os seus motivos.

Algumas travestis manifestavam uma total, ou quase total, dificuldade em recordar essas figuras na medida em que elas estiveram temporária ou permanentemente ausentes do contexto familiar quer por razões laborais, de detenção prisional, abandono/separação familiar ou falecimento. Por isso, eram sentidas como indiferentes. Marlene é explícita a clarificar esta ausência «*O meu pai? Nem sequer tenho memórias. Não, não tenho. [...]. Eu não o conheço. Se passar por mim aí na rua, eu não o conheço. Não me lembro dele*». Sabrina, também, quando questionada se mantinha algum tipo de relação com o pai (ou outra figura paterna) respondeu-me «*eu nunca lidei com o meu pai. A única vez que eu lidei com o meu pai andei à porrada com ele [...]. Não tinha, não tenho, nem quero [manter uma relação]! Para mim é uma pessoa completamente indiferente*». Quando, porventura, estas figuras se encontravam presentes, mostravam-se emocionalmente austeras, exigentes e autoritárias na relação estabelecida com os diferentes elementos que compunham o agregado familiar. A elas correspondia o papel tradicional de “chefe de família” que se manifestava não apenas na responsabilidade de contribuição para o sustento familiar, mas também na imposição de normas de organização e funcionamento dentro do agregado. Estas normas revelavam ser, muitas vezes, arbitrárias e inconsistentes e, por tal, o seu cumprimento era efetuado por meio de diferentes estratégias que implicavam castigos, ofensas, humilhações ou maus tratos físicos. Existem relatos de algumas travestis que, em consequência das atitudes e comportamentos das figuras parentais, sentiam que o seu ambiente familiar era semelhante ao de um regime militarizado, no qual, essas figuras, eram receadas e temidas por todos. Contou-me Bianca «*o meu pai era aquela pessoa que quando chegava a casa, para mim, é como se eu estivesse na tropa e ele fosse o capitão*». Acrescenta, também, Ivone «*ele chegava [a casa] e toda a gente ficava em silêncio estás a ver? Era muito autoritário [...]. Todos tínhamos sempre medo do meu pai*». Estes comportamentos, assim como a raridade de demonstração de afetos foi, por elas, associado a “frustrações” educacionais presentes na história pessoal da figura paterna, encoberta na dependência alcoólica e projetada sob todos os elementos da família sob a forma de maus tratos. Disse-me Dalila «*o meu pai era alcoólico [...] bêbado, ninguém o podia suportar. Tornava-se violento com qualquer pessoa [...] ele começava logo a dizer disparates,*

a mandar-te para o “alho”, a tratar-te mais mal possível que possas imaginar». Também Carina afirmou *«cada vez que me batia, dizia “isto era aquilo que o teu avô não me fazia”, porque era aquilo que eu tinha em falta [...]. Eu tinha, na altura, 12/13 anos. [...] ele tinha conversas comigo, às vezes [...] de calão. Trava-me por “Filho da p...”».* Observei que algumas travestis manifestavam sentimentos de indiferença face às suas figuras paternas, outras sentimentos de medo perante as relações dominadas pelo abuso e a violência. Ambas as situações contribuíram para a construção de uma imagem negativa dessas figuras pelo que, na atualidade, eram vistas como irrelevantes nas suas vidas, razão pela qual as mantinham recorrentemente ausentes dos seus discursos e narrativas diárias.

3.2.2. As Figuras Maternas: Entre a Proteção e a Rejeição

Uma vez que as figuras paternas tendiam a ser caracterizadas por uma ausência física (e, por isso, emocionalmente indiferentes) ou uma presença física (emocionalmente marcantes) dentro do contexto familiar, não é de estranhar que estes meninos, futuras travestis, encontrassem na mãe ou outras figuras maternas uma maior afinidade. Teoricamente, estas figuras eram tidas como sendo “mais permissivas” (Fernández, 2004, p. 81), apresentando posturas bastante diferenciadas das figuras paternas. Por tal, eram lembradas, pelas travestis, com alguma nostalgia. Na grande parte dos casos, identificavam-nas como sendo pessoas meigas, bondosas, atenciosas e protetoras. *«A minha mãe é uma pessoa maravilhosa, ela é um doce para mim»*, referiu Leila. Mas é interessante verificar que, mesmo nas situações onde se verificou alguma frieza ou, até mesmo, um abandono emocional por parte da mãe, existiram outras figuras maternas, como avós, tias ou irmãs que acabaram por desempenhar o papel de “verdadeiras mães”, tal como foi evidenciado pela Sabrina e Marlene *«Para mim a minha mãe foi a minha avó e continua sempre a ser a minha avó»; «A minha tia, claro, é uma senhora de cabelos brancos, com muito amor para dar. Uma mulher... foi a pessoa que eu mais gostei neste mundo. Foi a pessoa que me amava, que me adorava, que me mimava, que não me criticava com a pessoa que eu sempre fui»*. Além desta afetividade, cabia a estas figuras o papel de ensino, educação e transmissão de valores aos elementos mais novos da família, papel esse que era desempenhado de forma exigente, chegando a ser, algumas das vezes, aplicado através de castigos, mas sempre com uma atitude paciente e compreensiva.

[...] ela [mãe] nos ensinou [...] a não pegar nada de ninguém, a gente tem princípios, não é?! [...] Eu sou de uma família pobre, então ela falava que a gente pelo facto de ser pobre que não tem que mexer em nada de ninguém. Eu lembro, ela nos educou muito bem. [Carolina]

[...] a minha mãe [...] sempre ensinou a gente. O que é nosso é nosso, o que é dos outros é dos outros; sempre respeitar os mais velhos, se uma pessoa mais velha falar, não responda, entendeu? [...] a minha mãe sempre deu educação para a gente. Nunca mexer nada do que é dos outros, respeitar os mais velhos, entendeu? Saber entrar e sair dos lugares. [Alessandra]

O facto de estas mães ou outras figuras maternas terem sido as principais responsáveis pela educação de todos os elementos menores do agregado familiar, com todas as dificuldades económicas decorrentes da sua condição de classe, faz delas, na perspetiva das travestis, pessoas “lutadoras” e “guerreiras”, de

quem manifestavam orgulho e respeito. Estas mesmas características pareciam manter-se (se, não mesmo, serem exaltadas) nas situações em que as figuras maternas tinham sido alvo de abusos e violência perpetrados pelos maridos ou companheiros, pelo que eram vistas como sendo “mulheres sofredoras”. É curioso verificar que, nalguns casos, a imagem protetora das figuras maternas começou, no entanto, a ser alterada assim que observaram comportamentos que se desviavam da heteronormatividade e que diferenciava os, ainda meninos, de outros rapazes. Tal como veremos mais adiante, essas atitudes tornavam-se ambivalentes, variando entre a proteção e a não-aceitação, manifestando, juntamente com as figuras paternas, respostas negativas e de cobrança da masculinidade.

3.2.3. Amizades: Figuras Confidentes

Além das figuras paternas e maternas, existiam outras com quem as travestis se relacionavam. Essas figuras (geralmente mulheres; quando eram homens, eram identificados como *gays*) eram descritas como pessoas amigas com quem estabeleciam uma forte relação afetiva e, por tal, sentidas como sendo parte da sua família. A partilha conjunta de segredos, sentimentos, medos, sonhos e desejos futuros foram aspetos basilares que permitiram a construção de uma forte cumplicidade entre elas.

A minha mãe fazia flores para vender todos os domingos no cemitério, mas [...] os meus irmãos às vezes não queriam ajudá-la, eu [...] ia com a minha mãe ao cemitério vender flores e não tinha vergonha. [...] eu tinha uma amiga [...] ela ia sempre visitar-me ao cemitério e dizia-me «*um dia vamos viajar e vamos casar-nos com uns velhos ricos*» e ríamos, ela punha-se a vender flores comigo no cemitério, *era a minha melhor amiga*, e sempre estávamos com aquelas coisas e ela dava-me ânimo. *É como uma irmã para mim*, ela sempre me dava ânimo e dizia-me «*tu achas que algum dia vamos viajar?*». Eu dizia-lhe que nem dinheiro tínhamos para o autocarro. [Ivone]

Estas figuras acabavam por se constituírem, de certa maneira, como confidentes das travestis, apresentando junto delas, ao longo de vários anos, um papel protetor e de suporte emocional, principalmente, em períodos de maior fragilidade. Em muitas das narrativas, estas amigas foram, inclusive, as primeiras a tomar conhecimento da sua “diferença”, assim como a acompanhá-las, de perto, nas primeiras experiências de viver a feminilidade e processo de “migração” de género.

As trajetórias familiares foram, pois, profundamente marcadas por um universo dominado por mães, avós, tias, primas, irmãs, amigas ou outras figuras femininas. Com isto, não quero afirmar que estes rapazes *viraram* travestis devido aos seus contextos familiares e às relações estabelecidas dentro deles. Pegando de empréstimo nas palavras de Garcia (2007, p. 54) refiro que “tal consideração a respeito de uma origem do *travestismo* só faria sentido em uma abordagem essencialista, que considerasse tal quadro como um distúrbio, nos moldes da abordagem de Stoller que busca identificar a etiologia familiar do *transexualismo*”. Porém, uma vez que a “experiência da variação de género não é simplesmente um processo psicológico interno” (Lev, 2006, p. 263), acredita-se que os contextos sociofamiliares se apresentam de maior importância no processo socializador das crianças, e que a sua influência não pode ser totalmente desprezada ou tomada como sendo insignificante (Lev, 2006). Por

tal, a sua dinâmica e constituição, aqui analisadas, configurou-se um elemento relevante para a compreensão da formação da identidade travesti.

3.3. O RECONHECIMENTO DA “DIFERENÇA”: REAÇÕES À “TRANSGRESSÃO” DE GÉNERO

A construção da identidade travesti iniciou-se no período da infância, quando estas crianças ainda se encontravam inseridas nos contextos sociofamiliares. Desde muito cedo, algumas em idades bastante novas,¹⁶⁶ começaram a reconhecer as primeiras autopercepções de “diferença” de género face a outros elementos que as rodeavam, em especial, os irmãos, como me contou Zara: «*Ah, desde muito criança. Eu sabia que era diferente dos meus irmãos. Eu nem era igual a eles nem a elas. Havia ali qualquer coisa, embora me identificasse mais com elas*». Porém, a percepção de serem “rapazes efeminados” começou a ser mais evidente quando os seus interesses, práticas e comportamentos sociais pareciam não corresponder àquilo que a família, a comunidade local, a escola ou sociedade em geral, esperavam por ser do sexo masculino e, por tal, atravessados pela “contradição e o conflito” (Fernández, 2004, p. 76). Muito particularmente, este “desajustamento” encontrava-se intimamente relacionado com a sua preferência por “coisas de menina”

(i) nos *jogos* manifestavam particular interesse por companhias e brincadeiras infantis identificadas socialmente como femininas, como saltar à corda, brincar às casinhas ou às bonecas onde tinham a oportunidade de as vestir, pentear e cuidar. Estes “meninos” mostravam-se, pois, desinteressados em desportos, como o futebol ou outros que envolvessem maior nível de ação e/ou agressividade;

(ii) no *desempenho de papéis*, inerentes ao ato de representação, tendiam, na maior parte das vezes, a construir, a escolher ou a identificar-se com personagens do género feminino e apresentar maneirismos (características motoras e discursivas) a elas associados. Estefani referiu, por exemplo, que neste tipo de representações, adorava colocar «*camisolas na cabeça, a fazer de cabelo*»;

(iii) e no que respeita ao *modo de apresentação* havia um atração pela utilização de maquilhagens, pinturas, perfumes, adereços, sapatos altos, ou vestidos (geralmente de cor rosa) que, tendencialmente, são considerados como pertencentes ao “universo das mulheres” e “impróprio” para o uso masculino. Estes comportamentos de *cross-dressing*, vividos em segredo, eram aqueles que suscitavam um maior fascínio junto das travestis.

Retrospectivamente, as razões que apresentavam para a preferência por “coisas de menina” não se encontravam ligadas ao tipo de educação prestada pelas figuras parentais. Disse-me Zara «*os meus pais educaram nove filhos, portanto, educaram-nos da mesma maneira. As regras eram para todos em casa*». Para elas, a expressão da sua feminilidade foi, desde logo, sentida como uma «*tendência*» ou «*inclinação*» quase que “inata” para assim serem, no qual o seu “lado feminino” sobressaía mais do que

¹⁶⁶ Dado que vai ao encontro de diferentes autores (Becerra, 2009; Brill & Pepper, 2008; Grossman, D’Augelli, & Slater, 2006; Kennedy, 2008; Kennedy & Hellen, 2010; Ornat, 2008).

o “lado masculino”. Porém, esta “tendência” era vista, quase sempre, de forma negativa por parte da família, da comunidade de vizinhança, dos pares, da escola ou de outras instituições. Em resposta à sua observação, desencadeavam diferentes ações de “pressão externa” (Burgess, 2009) que visavam a conformação e adequação às normas de gênero.

3.3.1. «Faz-te Homem!»: Uma Masculinidade Indesejada na Família

As famílias das travestis, ao se encontrarem inseridas numa sociedade predominantemente heterossexista que tende a veicular rígidos estereótipos de gênero durante as primeiras fase de vida das crianças e jovens (Poulin-Duboi, Serbin, Eichstedt, Sen, & Beissel, 2002), apresentavam discursos, atitudes, comportamentos e expectativas socioculturais sobre o que “os meninos” e “as meninas” deviam “ser” (traços de gênero) e “fazer” (papéis de gênero) (Neto et al., 2000). Era, pois, expectável que rapazes e raparigas assumissem os papéis e características associadas ao respetivo sexo biológico, expressas, por exemplo, no desejo de crescerem, encontrarem um trabalho estável, formarem uma família heterossexual e terem uma sexualidade produtiva. Estas expectativas encontravam-se fortemente sustentadas em conceções sobre a existência humana, instituídas como sendo a “lei natural da vida”. Não é, pois, de estranhar que, em contraponto, promovessem mensagens negativas, reprovadoras, e algumas condenatórias, sobre a identidade de gênero e orientação sexual não normativa, associadas a comportamentos desviantes ou “anormais”. Perante a observação dos interesses, práticas e comportamentos de gênero não esperados para “um menino”, as figuras parentais apresentavam dificuldade em manifestar atitudes de aprovação. Para algumas, a transgressão das normas sociais de gênero «foi um choque», como me contou Diva, pelo que emergiram num caos emocional. A inexistência de competências para saberem lidar, reagir ou procurar informação adequada perante estas questões foi motivo para conduzir o agregado familiar a situações não só de tensão, mas também de sofrimento, pois como refere Arlene Lev (2006, p. 267) “os membros da família são afetados pela variação de gênero em numerosas e profundas maneiras”. Embora alguns dos elementos da família tentassem lutar para compreender a situação, as reações acabavam por ter, na maior parte das vezes, consequências bastante adversas (Grossman, D’Augelli, Howell & Hubbard, 2005; Grossman et al., 2006). No presente estudo identifiquei quatro tipos de reações levadas a cabo pelos parentes próximos, às quais denominei por reações “desvalorativas”, “ambivalentes”, “corretivas” e “repulsivas” e que espelhavam diferentes graus da inaceitabilidade familiar face à não conformidade de gênero:

(i) As *reações desvalorativas* diziam respeito a ações que revelavam indiferença e desvalorização perante a identidade/expressão de gênero evidenciada, atribuindo a situação a “uma fase” passageira a que, supostamente, a criança estaria a passar, esperando ansiosamente pelo seu término com vista ao regresso à “normalidade”. Como relatou Estefani «o meu pai, para ele, sempre serei “uma fase”. Na cabeça dele vai ser sempre uma fase que está a acontecer». Estas reações eram sentidas pelas travestis como uma incapacidade familiar para serem compreendidas e levadas a sério na sua “diferença”;

(ii) As *reações ambivalentes* eram relativas a atos que se encontravam inseridos numa tensão entre a aceitação e a conformação e, por isso, consideradas ambivalentes. Se por um lado as famílias demonstravam atitudes de relativa aceitação perante a expressão da feminilidade, por outro continuavam a manter o desejo que estes “meninos” pudessem vir a conformar-se aos papéis socialmente atribuídos ao sexo masculino. O testemunho da Marlene é exemplo desta situação. «[A minha tia] *dizia-me*: “*Vá, vais ter filhos, tens de ter meninos, tens de tirar um curso de serralheiro mecânico*”. *Mas ao mesmo tempo lavava-me as cuecas de fio dental e os sutiãs e pintava-me*»;

(iii) As *reações corretivas* estavam intimamente relacionadas com o desenvolvimento de atos que pretendiam abafar, corrigir ou eliminar a variação de género percecionada, na intenção de transformar a aparência da criança num rapaz “mais masculino”, conforme os padrões sociais, a fim de o tornar inteligível. Desses atos faziam parte a tentativa de esconder os objetos “femininos” utilizados por estes “meninos” (como bonecas, roupas ou outros); forçar o envolvimento em jogos, atividades e práticas mais “apropriadas” para o comportamento masculino (como o futebol); impor a constituição de específicas relações sociais (privilegiadamente com grupos de rapazes); aplicar regras e proibições que reforçassem a indesejabilidade de alguns comportamentos dentro do contexto familiar (especialmente os relacionados com a apresentação – vestuário, maquilhagem e cabelo), bem como, em algumas situações, procurar uma “cura” para os comportamentos apresentados através da sua sujeição a terapias médicas e pseudo-psicológicas¹⁶⁷ durante longos períodos de tempo, tal como foi vivenciado na trajetória de vida da Zara e da Rafaela.

Levavam-me para a médica, os médicos não diziam nada. Um médico levou-lhe uma fortuna, naquele tempo, não tinha dinheiro e ficou endividado [...] Mandava «*ele que se vista de rapaz, em vez de mulher*». [Zara]

[...] fui para o psicólogo e tudo para ver se mudava. Tive em tratamento quatro anos. Mas o psicólogo disse que não valia a pena, que não tinha como [...] Eu fui por eles. Eu tinha 12, 13 anos. Então... eu dependia dos meus pais. Eu ia para fazer o gosto deles. [Rafaela]

(iv) As *reações repulsivas* eram, de entre todas, aquelas que se mostravam mais hostis para com estas crianças, na medida em que implicavam o exercício de diferentes tipos de violência evidenciando uma completa repulsa e aversão a qualquer tipo de manifestação da feminilidade. Segundo os relatos das travestis, elas foram sujeitas a insultos e agressões verbais dentro do espaço doméstico, perpetrados de forma intensiva e continuada. Faziam parte destas reações denominá-las por «*bichinha*», «*viadinho*», «*frutinha*», «*florzinha*», «*gayzinho*», «*paneleiro*», «*maricas*» ou outras formas depreciativas como forma de cobrança da masculinidade.¹⁶⁸ Nas palavras de Diva, ela confessou «*Era sempre uma*

¹⁶⁷ A sujeição a “terapias de reconversão” não são reações incomuns por parte dos familiares. A investigação de Fernández (2004), por exemplo, identificou o mesmo. Em 2015, a NASW veio reforçar a sua posição de condenação diante deste tipo de práticas.

¹⁶⁸ Interessante verificar que a linguagem a elas dirigidas era referente a diminutivos de outras palavras. A sua utilização tinha o poder de diminuir a masculinidade e atribuir-lhes uma posição inferior face aos restantes rapazes. Ao serem considerados “menos homens”, ocupavam o estatuto ontológico minorizado da mulher (Vasconcelos, 2004). Como foi evidenciado no capítulo 1, as culturas ocidentais tendem a assumir uma estreita relação entre o “sexo”, o “género” e a “sexualidade”. Por isso, não é de estranhar, que a utilização desta linguagem fosse também efetuada com base na percepção imediata de que estas crianças

linguagem bruta, agressiva. “Ah, faz-te homem!”. Mas ali não havia homem nenhum, não é? Havia um homem diferente». Existiam, também, relatos de aplicação de punições, muitas delas sentidas como humilhantes. Um destes relatos foi-me contado por Carole, a quem a mãe lhe cortou o cabelo comprido enquanto ela se encontrava a dormir. «[...] depois quando eu acordei e vi aquilo [...] me senti fora do meu eu... com aquele cabelo curtinho». Esta frase evidencia a importância que, na altura, o cabelo comprido apresentava na sua identidade, cuja violência do comportamento teve como consequência o não reconhecimento de si própria, sentindo-se “fora do seu eu” com o qual se identificava. Além deste tipo de reações, havia ainda relatos, bastante gravosos, por envolverem a violência física. Não eram incomuns as situações em que as travestis eram atingidas com objetos a elas arremessos, esbofeteadas, batidas ou pontapeadas por parte de elementos da sua família.

O meu segundo irmão mais velho não me podia ver, cada vez que chegava bêbedo a casa eu tinha que esconder-me porque batia-me [...] As minhas amigas quando me iam lá buscar, o meu irmão corria com elas com um pau e ia a correr atrás delas e dizia que me *ia fazer homem à paulada*, estás a ver? O meu irmão não me aceitou, nem o mais velho, nem o segundo. [Ivone]

Ao presenciarem a “diferença” destes “meninos” a família era tomada por sentimentos de desconforto, desgosto e vergonha que a compelia a reagir de forma negativa. Raras eram as famílias que mostravam apoio, aceitação e suporte emocional. É interessante observar que o grau de reatividade apresentava uma correspondência com o grau de conformidade de género. Quer isto dizer que quando mais “gravosa” fosse a desconformidade de género, pior eram as reações parentais, podendo estas variar entre uma tolerância circunscrita e a insuportabilidade. A verificação da continuidade da expressão de género após a sua punição era motivo para que as reações negativas se tornassem cada vez mais frequentes e severas, porque aos olhos da família, a expressão da feminilidade era, nalguns casos, percebida como um ato de rebeldia e testagem dos limites da criança.

3.3.2. «Tu Não Pertences Aqui!»: Aspectos Sobre a Rejeição Comunitária

Além dos contextos familiares, as próprias comunidades locais onde as jovens travestis se encontravam inseridas, apresentavam esquemas socioculturais bastante conservadores e preconceituosos face à identidade de género e orientação sexual onde estas questões eram consideradas “tabu”. Como me referiu Rebeca *«era um mito. Era uma coisa que não se falava se quer [...] era uma coisa que era proibida»*. Deste modo, alguns dos seus interesses, práticas e comportamentos acabavam por ser alvo de constante reprovação social por afrontarem a “decência” e os “bons costumes” dos residentes desses territórios. Zara, cuja infância foi passada num bairro social do Porto, confessou-me *«eu chegava ao bairro e vinha tudo para a janela»*. A percepção da sua “diferença” era motivo para ser olhada e comentada por todos. O facto de as suas habitações se encontrarem situadas em comunidades de pequena

e jovens eram *gays*. É importante, no entanto, salientar que a orientação sexual é independente, e não determinada, pela identidade de género, pelo que estas poderiam apresentar uma orientação hetero, homo ou bissexual, tal como acontece com as pessoas cisgénero.

dimensão onde, na maior parte das vezes, os vizinhos se conheciam, contribuía para que as travestis apresentassem maior dificuldade em passar despercebidas, pelo que a ostracização social era sentida com maior intensidade. Na experiência de Liliana, a vivência opressiva na «*terrinha*» (assim por ela denominada) era bastante evidente. Disse-me «*tu saías à rua e bandeavas-te, era logo, no meio da rua, “OLHA UM PANELEIRO!”*». Estas agressões verbais, ofensas, críticas e olhares de desvalorização e rejeição faziam-nas sentir que, ali, naquele espaço, não eram bem-vindas ou aceites. Eram indesejadas, tanto na família como na comunidade. Razão pela qual, à medida que iam crescendo, crescia também o sentimento de não pertencerem a nenhum lugar.

É o mesmo que tu estares sozinha e veres que toda a gente olha para ti como se fosses um lixo, que te olham de lado, que não te olham de forma carinhosa, não te veem como um ser humano. Por norma as pessoas têm medo do que é diferente, do que não conhecem [...] este medo ou receio eles transformam-no numa má atitude, de insultos de... «*tu não pertences aqui*»... eu senti muito isso. [Fabiana]

3.3.3. A Escola Como Um Espaço Inseguro

A seguir à família, a escola é o agente socializador que apresenta maior impacto no desenvolvimento das crianças e jovens. A crescente literatura tem demonstrado que as crianças e jovens que não apresentam comportamentos de género conforme os valores sociais heteronormativos encontram-se em alto risco de vitimação e *bullying* escolar durante o período de infância e adolescência,¹⁶⁹ sendo que os rapazes que expressam a feminilidade apresentam maiores níveis de risco quando comparados com as raparigas que expressam a masculinidade¹⁷⁰. Na experiência reportada pelas travestis, as reações dos pares perante a apresentação da sua identidade e/ou expressão de género era, quase sempre, negativa. Das interações sociais estabelecidas no contexto escolar faziam parte episódios frequentes de assédio verbal (comentários ofensivos e insultuosos, ridicularizações públicas e utilização de discurso homo/transfóbico), assédio físico (ameaças, perseguições e intimidações) e agressão física (empurrões, socos e pontapés) aos quais respondiam agressivamente, como estratégia de defesa pessoal.

[Lembro-me] de eu ir para a escola, de roupa de homem. Saía de casa e depois vestia a roupa de mulher na ida para a escola [risos]. Com calças apertadas da minha irmã, com tudo... eu tinha os meus 14, 15 anos [...] Era tipo escolas de bairro, entendes [...] Chamavam-me paneleira, chamavam, isto, chamavam aquilo. [Priscila]

Tentaram meter-se comigo, insultarem-me, mandarem-me a baixo, tentaram bater-me e nesta vida, a violência entrou muito e eu tive, pelo menos por mim, que andar muitas vezes à porrada e mostrar que muitas vezes que eu conseguia, para ganhar o respeito [Fabiana]

Era mau a escola porque eu já sentia discriminação, sentia agressividade por parte dos rapazes [...] tive medo de um ou dois que eram muito mais velhos do que eu. [...] Tive alguns momentos maus [...] mas os outros eu chegava-lhes ao pelo [Zara]

Interessante verificar que muitos dos atos de *bullying* não eram reportados às famílias, professores ou outros funcionários escolares. E quando, porventura, estes presenciavam ou tinham conhecimento

¹⁶⁹ Cf. Grossman e D’Augelli (2006), Grossman e colegas (2006), Henning-Stout, James e Macintosh (2000), Rands (2009), Russel, Ryan, Toomey, Diaz e Sanchez (2011), Toomey, Ryan, Diaz, Card e Russell (2010) e Wyss (2004).

¹⁷⁰ Cf. D’Augelli, Grossman e Starks (2006), Russel et al. (2011).

desses atos, os mesmos não eram levados a sério. As situações de conflito eram apaziguadas, mas não reprovadas, e os seus mentores raramente eram punidos. Este tipo de intervenção (cúmplice da vitimação) acabava por ser extremamente prejudicial para as travestis, na medida em que contribuía não só para a promoção e reiteração do abuso perpetrado pelos pares, como para o desenvolvimento de sentimentos de medo, insegurança e desproteção, condicionador de maior isolamento social e escolar.

As crianças aprendem grande quantidade de informação sobre género dentro do sistema escolar. Contudo, a escola ainda se constitui como um lugar reprodutor de educação baseada em estereótipos de género, ao divulgar representações ideais da masculinidade e feminilidade (Pereira, 2012; Rands, 2009). Os estudantes tendem a ser “encaixados” em classificações dicotómicas, entre rapazes ou raparigas, porque são, desde logo, pensados, classificados e assumidos como sendo “biologicamente” diferentes por meio da sua genitália. Isto é observado em múltiplos aspetos: na própria organização do espaço escolar; na utilização de estratégias segregadoras por parte dos docentes na formação de grupos de trabalho e/ou desportivos divididos consoante o género; na assunção sobre a existência de diferentes competência entre rapazes e raparigas; na diferenciação de atitudes e interações dos docentes para com os estudantes do sexo feminino e do sexo masculino; na utilização desigual de vários tipos de material e acesso a determinadas atividades, entre outros (Brill & Pepper, 2008; Sadker & Sadker, 1994; Owens, Smothers, & Love, 2003). Estas normas binárias de género, reguladoras do quotidiano escolar, tendem a ser desestabilizadas e subvertidas na presença de crianças que apresentam comportamentos de género não esperados para o seu sexo, na medida em que estes se tornam difíceis de “encaixar” nas classificações concebidas que, até ao momento, pareciam dar uma resposta segura e credível sobre o sistema de género. Veja-se que, nos relatos das travestis, essa desestabilização era manifestada pelos seus comportamentos, alguns deles, visivelmente, transgressores para os preceitos normativos vigentes.

[...] eu como ia sozinho para a escola, vestia-me e ia sozinho para a escola, [...] E a minha tia, na altura, tinha um pezinho pequenino, que era o 35, e a minha tia sempre andou de sapato alto. E eu gostava. Muitas vezes ia para a escola com rímel nos olhos, outras vezes com batomzinho, mesmo sem ser Carnaval. [Dalila]

Apesar de estes rapazes não poderem expressar o género feminino dentro dos contextos familiares, faziam-no, ocasionalmente, dentro do espaço escolar. No entanto, aqueles que se apresentavam na escola com roupas, acessórios e outros elementos pertencentes ao universo feminino; que insistiam em ser tratados por um nome que se encontrava em consonância com a forma como se reconheciam e identificavam (em detrimento do nome civil atribuído aquando do seu nascimento); que preferiam usar as casas de banho compatíveis com a sua identidade de género ou que desejavam desempenhar atividades socialmente consideradas inadequadas para o género masculino eram, pois, considerados alunos indesejáveis dentro do sistema educacional, na medida em que ameaçavam um dos conceitos mais básicos, o binarismo de género, que ordena o mundo e, também a vida escolar. A sua presença era motivo para que o aparelho institucional se insurgisse através da utilização de pedagogias autoritárias que visavam, por um lado, domesticar, controlar ou corrigir o comportamento “anormal” e, por outro, regular e manter a ordem binária já constituída no espaço educativo. Este tipo de pedagogia era

concretizada através de práticas profundamente inadequadas e transfóbicas, inscritas na esfera do “poder disciplinar” (Foucault, 1994 [1976]), que admoestavam, repreendiam, censuravam e proibiam a manifestação desses comportamentos “problemáticos”. Exemplo desta didática era, pois, a integração forçada em “desportos corretivos” (Mallon & DeCrescenzo, 2009, p. 76) com vista a serem sarados os maneirismos e a inconformidade de género verificada. Se necessário, este propósito educacional normalizador era levado a cabo por meio da aplicação de métodos punitivos empregues, por vezes, com recurso à violência, tal como descrito nas palavras da Marlene.

Eu tinha um educador. Ele era boa pessoa, só que, ele como me acompanhou desde menino, ele queria que eu jogasse à bola e não sei quê. Mas não, eu ia saltar à corda, e jogar à cirumba e essas coisas. Ele, então, revoltava-se muito e batia-me muito. Eu tinha muito medo dele. Eu não podia falar com ele. [Marlene]

Além dos alunos, os próprios professores e outros funcionários também participavam ativamente no assédio verbal às travestis através de observações preconceituosas. Os mecanismos de vigilância e controlo das práticas de género cometidos por elas eram, ainda, efetuados por meio de relações estabelecidas com as famílias no sentido de as alertarem, e responsabilizarem, para a necessidade de procura de soluções eficazes que pudessem reverter o “desvio” identificado. No testemunho de Ivone, ela verbalizou que *«a professora chamava sempre a minha mãe para eu ir a um psicólogo»*. Estes e outros procedimentos semelhantes (que pretendiam reconduzir à heterossexualidade do sistema heteronormativo “sexo”, “género” e “sexualidade”) acabavam por expor estas crianças a situações tremendamente constrangedoras e humilhantes. A aplicação destes procedimentos era considerada como pertencente à “função” da instituição escolar. Atendendo a que o incumprimento dessa “função” provocava uma perturbação em toda a ordem escolar, ela deveria ser cumprida a todo o custo mesmo que, para tal, tivesse de implicar ações mais radicais, que resultassem na expulsão ou afastamento do contexto escolar, garantindo a permanência dos estudantes com géneros “normalizados”. O relato da Alessandra é, pois, denunciador desta perversa realidade imposta a algumas delas.

Alessandra – [...] com 12 anos eu comecei a usar saias, fui expulsa da escola, me arrependo muito.

Nélson – Porque foste expulsa?

Alessandra – Porque eu queria ir de mulher e não podia. Naquela época, eu era ainda muito nova, entendeu?

Aí cheguei à diretora e à professora e fui expulsa.

Nélson – E nunca mais foste à escola?

Alessandra – Parei na quarta série. Nem tirei a quinta. Me arrependo muito, amargamente [...] o meu sonho era ser dançarina.

Natacha Kennedy e Mark Hellen (2010, p. 40) referem que “se um sistema escolar tentasse coagir qualquer outro grupo de indivíduos a se tornarem pessoas que não são, para considerar um núcleo interno das suas identidades como ilegítimo e impedi-los de expressar livremente suas identidades, particularmente a partir de uma idade muito jovem, seria caracterizado como bárbaro”. O que é facto, é que a grande parte das escolas não só não apoia a variação de género das crianças, como participa na intimidação, obrigando-as a esconder a sua identidade. A escola, a quem caberia o lugar de promover a inclusão, a participação e a igualdade, assim como assegurar a integridade física, psicológica e social de

todos os alunos, foi sentida pelas travestis, como sendo um lugar segregador e opressivo, incapaz de lidar com a diversidade. A vivência de recorrentes episódios de intolerância, preconceito, discriminação, violência e rejeição por parte dos pares, professores, administradores e outros funcionários promoveram experiências escolares extremamente hostis, geradoras de grande sofrimento emocional. Por isso Cynthia foi exímia a referir que «*o tempo que a gente mais sofre, é na escola*». As retenções escolares por absentismo eram, desde logo, sintomas evidentes do mal-estar e incompreensão vivido pelas travestis, pelo que, para muitas, a interrupção dos estudos e o abandono definitivo da escola foi a alternativa encontrada para sobreviverem física e emocionalmente aos diferentes tipos de abusos e experiências de vitimação.

Nélson – E depois porque é que saíste da escola?

Priscila – Ai, foi também mais por preconceito [...] [fiz] até ao 6º ano. Tentei, mas não consegui porque eu depois fugi da escola, quando a minha mãe mudou-me de escola. E lá era muito discriminada, no bairro de Angola, em Camarate.

Nélson – O que é que faziam para te sentires discriminada?

Priscila – Ah, era muito [discriminada]. Chamavam-me nomes, a minha turma e tudo. Então eu fugi da escola. Não apareci. Foi isso que me fez chumbar muitos anos.

Em resultado, as travestis tendiam a apresentar baixos níveis de escolarização não superiores ao 9º ano (anexo F). Aquelas que, porventura, conseguiram atingir níveis educacionais mais elevados deveriam-no, sobretudo, aos contextos institucionais onde viveram, que se regiam pela obrigatoriedade de permanência escolar. Não significa que as travestis não estudaram porque não quiseram. A vitimação encontrada na escola foi indubitavelmente um elemento impeditivo para o seu sucesso. Na sequência do abandono, algumas travestis acabaram por integrar, ainda durante a sua adolescência, o mundo laboral. As narrativas de Nádía e Olga dão expressão a esta situação «*Fui trabalhar para um restaurante, para a copa, lavar louça. 12 anos quando eu comecei*»; «*Só quis fazer o 9º ano e... eu comecei a trabalhar com 14 anos. E comecei a trabalhar para ter tudo o que os meus pais não me podiam dar*». Todavia, o baixo nível de escolarização e a idade bastante jovem eram fatores de limitação de acesso às oportunidades laborais, pelo que os empregos que conseguiam arranjar eram, na maior parte dos casos, precários e mal remunerados. Mesmo assim, serviam de ajuda financeira à família, ao mesmo tempo que permitiam ensaiar experiências de autonomização pessoal. Curiosamente, durante este período, a fisionomia das jovens travestis ainda não apresentava alterações corpóreas, o que favoreceu a sua integração em ramos laborais gendrificadas e associados a “trabalhos de homem”.¹⁷¹ No entanto, a manifestação de comportamentos femininos era motivo para que estes continuassem a ser policiados através de reprovações efetuadas por parte dos colegas de trabalho, na grande maioria, do sexo masculino. Este desconforto é expresso nas palavras de Cristiana «*eu tinha de tomar conta de 200 homens que é um bocado complicado [risos]. Eles olhavam e viam uma “coisa estranha”, não é? [...] Eles viam que era muito efeminado*».

¹⁷¹ Destaco o trabalho em contextos de “serralharia”, “ferramentaria”, “construção civil” ou “agricultura” (p. ex. colheita de frutos e plantação).

3.3.4. A Luta Pessoal pela Conformação Social e as Suas Implicações

A oportunidade para observar e interiorizar todas estas mensagens de reprovação promovidas nos contextos familiares, comunitários, escolares ou outros, desencadeou nas travestis uma forte sensação de que algo “estranho”, “errado” ou “problemático” se passaria com elas (situação também descrita em Kennedy e Hellen, 2010), mostrando-se conscientes de que a sua “diferença” era inaceitável para a maioria das pessoas. A pressão social para adotarem posturas “normalizadoras”, aliado ao surgimento de sentimentos de confusão, medo, desespero, vergonha e culpa por não corresponderem às expectativas de género conduziu a que, algumas delas, sentissem necessidade de ocultar aquilo que sentiam ser, durante períodos de tempo tão longos quanto lhes fosse possível. O esforço de conformação e ajuste social no qual estiveram implicadas pretendia, acima de tudo, “defender uma identidade que é atacada” (Fernández, 2004, p. 85). Este processo, denominado por Goffman (1990 [1963]) como “*passing*”, revelava-se numa tentativa de conseguirem “passar” por rapazes com corpos e identidades socialmente inteligíveis (Butler, 2015 [1990]). Situação idêntica aconteceu no caso de Agnes, descrito por Garfinkel (2006 [1967]), tendo conseguido “passar” por uma “mulher natural, normal” através de um estrondoso empenho na monitorização do corpo e gestos corporais com vista a aceder a uma cirurgia de retribuição sexual que, na época teria sido negada por não corresponder aos critérios exigidos para tal (cf. apresentado no cap. 1). Da mesma forma, algumas travestis desenvolviam certos atributos identitários e atuavam num género (masculino) que não desejavam e/ou não sentiam pertencer de forma a tornarem-se inteligíveis. Disse-me Rebeca «*Nós temos de crescer a ser como eles e a conseguir usar uma máscara. Eu conseguia usar a máscara*». A utilização de “máscaras” possibilitava-lhes evidenciar “pistas” que faziam ressaltar publicamente uma suposta coerência entre o “sexo”, o “género” e a “sexualidade” e, deste modo, evitar serem ridicularizadas, maltratadas ou rejeitadas. Tinha, assim, um efeito protetor. Para conseguirem manter preservado *o segredo*, os seus anseios tinham de ser cuidadosamente encobertos dos familiares, amigos e professores. Deste modo, a casa ou o quarto eram dos poucos espaços privados onde livremente podiam exprimir a sua feminilidade (Fernández, 2004, p. 86), através do brincar mas, muito especialmente, através do vestir.

Eu ficava em casa e só queria brincar com bonecas [...] A minha mãe ia trabalhar e eu vestia as saias dela, percebes? [Liliana]

O ser travesti já vem desde pequenino. Já com sete, oito anos vestia a roupa da minha irmã às escondidas e sempre, sempre, sempre gostei coisas de menina, não gostava de coisas de rapazes. [Rebeca]

Às vezes, às escondidas, eu e o Daniel, mas mais o Daniel porque ele tinha MONTES de roupas de mulher, e mandavam-lhe aquilo tudo fora. Na semana a seguir arranjava o dobro do que já tinha e às vezes vestíamos e andávamos pelos corredores lá da Casa Pia à noite. Eles não queriam aquilo lá dentro. Uma coisa era no Carnaval, no Natal, nas festas [...] Outra coisa é teres no teu próprio quarto vestido, saltos, maquilhagem, para durante a noite, em vez de estares a dormir, para no outro dia ires à escola, não, estás a maquilhar-te e a andares pelos corredores. [Liliana]

Das poucas experiências onde publicamente puderam atuar e apresentar-se vestidas de mulher foram nas festas de Carnaval e nos espetáculos realizados no âmbito escolar. Sabe-se que, nestes contextos,

especialmente nos de folia carnavalesca, é permitida e até fomentada a transgressão, a violação e a inversão das fronteiras de género entre homens e mulheres, com um intuito específico, geralmente caricatural e/ou teatral. Uma das características mais populares é a utilização de roupas e adereços femininos por homens. Por isso, esta possibilidade era encarada para as travestis como um pretexto para revelarem o género que, de facto, desejavam ter e/ou expressar. O sentimento de bem-estar e de realização pessoal vivenciado nestes espaços era, pois, motivo para que o Carnaval fosse, para muitas delas, o período do ano ansiado, tal como é visível nas palavras de Rebeca e Nádia «*Eu desejava o Carnaval a toda a hora. 15 dias antes do Carnaval já estava mascarada e a preparar as fatiotas*»; «*Eu gostava de me vestir de mulher, no Carnaval... ui... adorava. É no Carnaval que nós nos realizamos mais, não é? Ui... eu no Carnaval era as melhores roupas que eu podia fazer*».

À exceção destes contextos específicos, nos quais podiam suprimir temporariamente os seus desejos, as travestis cresceram a reconhecer que a sua expressão da feminilidade não era socialmente tolerada ou aceite, acabando por serem, na expressão de Gerald Mallon (1999a, p. 74), “socializadas para esconder”. Neste processo socializador algumas delas foram impelidas a combater a sua “diferença” através do desenvolvimento de diferentes estratégias pessoais que, de certa forma, possibilitassem a ocultação (e até, nalguns casos, a negação) da própria identidade. Para tal, esforçavam-se para se tornarem mais masculinas e, conseqüentemente, manterem-se enquadradas com as normas sociais vigentes de género, sempre na esperança que esse seu desejo desaparece ou fosse, porventura, solucionado. No caso de Liliana a estratégia adotada foi a de tentar ser «*discreta*» nas atitudes e comportamentos para não «*dar a entender aquilo que era*». Cynthia, por sua vez, tentou conformar-se com as práticas sociais que tendencialmente eram atribuídas aos rapazes, referindo que «*às vezes também ia brincar com os meninos, jogar à bola, para disfarçar. Mas não era nada daquilo que eu gostava*». Na experiência de Estefani, a estratégia passou por tentar intensivamente provar a sua masculinidade, através do desempenho de jogos de sedução sexual junto das raparigas. Disse-me ela «*até seduzia as raparigas para andarem atrás de mim, juro-te [...] mesmo sabendo que eu era assim*». Estes mecanismos de ocultação (e normalização) de género e da sexualidade eram geradores de fortes conflitos internos (Burgess, 2009) que as faziam sentir inautênticas, como se estivessem a viver uma mentira (Mallon, 1999a). Por isso, o *segredo* delas era mantido até não o conseguirem suportar mais. Nas palavras de Estefani «*tentas estas coisas para que os olhos de toda a gente não estejam só em cima de mim [...] Mas depois, cada vez que fui crescendo, isto vai crescendo contigo e não vais suportando e pronto, tens de explodir, se não, não vais ser feliz*».

Se para algumas travestis era possível a aplicação de estratégias de conformação às normas sociais, para outras a expressão da feminilidade era tão visível que, mesmo que desejassem, era-lhes impossível de ocultá-la. Para estas não existia a possibilidade de permanecerem no “armário”, uma vez que a sua visibilidade era imediatamente reveladora da não conformidade entre “sexo” e “género”. Deste modo, eram julgadas e tratadas com maior severidade, através de olhares reprovadores e comportamentos punitivos, que insistiam na urgência de conformação aos estereótipos de género. Mas

independentemente das situações, todas elas eram promotoras de uma vivência pessoal bastante angustiante, stressante e hostil.

Diferentes investigações¹⁷² têm revelado que a natureza das experiências de hostilização por parte da família, da escola ou outros contextos relacionais, durante a infância afeta negativamente a futura adaptação psicossocial, sendo responsável pelo surgimento de consequências na adolescência ou vida adulta. Entre elas destacam-se a baixa autoestima, a falta de confiança, o isolamento social, as baixas competências pessoais e sociais, o desenvolvimento de comportamentos violentos, a automutilação, riscos de infeção VIH e outras IST, assim bem como uma frágil saúde mental e emocional, revelada em sintomas depressivos, ansiedade, desordem de stress pós-traumático, perturbações dissociativas ou de apego reativo. Outros estudos¹⁷³ têm também demonstrado que as crianças e jovens com identidades de género não normativas tendem a apresentar altos níveis de ideação e tentativas de suicídio, na medida em que a sua condição opressiva é tão intensa que preferem a morte. Na presente investigação, evidencio o caso de Priscila, uma travesti que, na altura, com apenas 16 anos, tentou terminar definitivamente com a sua vida por não aguentar a ostracização dos pares, a incompreensão da família e a pressão social para se conformar com as normas de género. Eis o seu relato:

Eu fui internada no *Júlio de Matos* porque eu não aceitava ser homem. Fiquei atrofiada [...] Eu estive lá internada duas semanas. Uma semana a cura de sono, porque eu tentei-me matar e tudo. [...] Fiquei sem saber o que eu era. Não sei [...] estava muito confusa [...] cortava-me. Cortei aqui [pulsos] e tomei uns comprimidos. Estive quase à beira da morte [...] eu sempre me achei mulher, entendes? [Priscila]

3.4. DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS SEXUAIS AO “*COMING OUT*”

3.4.1. Descobrir-se “Homossexual”

Previamente às primeiras experiências sexuais com contacto genital, as travestis experienciaram, desde muito cedo, jogos de satisfação autoerótica com outros rapazes, geralmente amigos, vizinhos ou conhecidos. Destas práticas “pré-sexuais”, consideradas por elas como «*brincadeiras de criança*», faziam parte os toques, as carícias, os apalpões, as trocas de beijos, ou ainda, a visualização individual e em grupo de filmes pornográficos, como expressou Bianca. «*Quando somos mais novinhos também temos certas curiosidades. Mas não temos coragem para tal. E havia aqueles coleguinhos, aqueles mais velhinhos do que a gente, que aliciavam. Não era exatamente aquela relação completa né? Porque, óbvio, mas havia já aqueles contactos*». Estes atos “provocatórios” suscitavam nas travestis agradáveis e prazerosas sensações, contribuindo para o despertar das suas pulsões sexuais. Porém, o facto de se sentirem sexualmente atraídas por rapazes, com corpos e posturas masculinas, não era totalmente compreendido por elas:

¹⁷² Como, por exemplo, Colliera, Beusekomb, Boscd e Sandforta (2013), Eisenberg e Aalsma (2005), Grossman et al. (2005), Kahn (1990), Russel et al. (2011), Toomey et al. (2010) e Yunger, Carver e Perry (2004).

¹⁷³ Nomeadamente, Clements-Nolle, Marx, Guzman e Katz (2001), Clements-Nolle, Marx e Katz (2006), Cohen (1991), D’Augelli et al. (2006), Grossman e D’Augelli (2007), Haas et al. (2010), Jody, Ann e Philip (2014), Kenagy (2005), Nuttbrock et al. (2010) e Russel et al. (2011).

[...] eu me lembro seis, sete anos, eu não podia ver um homem com as pernas peludas [...] era uma criança, não tinha maldade, mas eu via que me atraía, não é?! E eu via que não era normal aquilo, e fui na verdade perceber isso mesmo [...] com os meus 12/13 anos. [Carole]

Eu via o meu tio e eu sentia uma coisa estranha. Ficava observando sempre para aquele lado [órgãos sexuais]. Quando o meu tio sentava, via aquela coisa volumosa, e aquilo... eu: «*gente, mas que sensação é essa!*». Aí eu olhava, assim, para a namorada dele e não sentia nada. Me dava nojo. Eu olhava para o meu tio e me dava aquele calor [...] Tinha de 10 para 11 anos. [Alessandra]

Dentro do contexto familiar, a sexualidade era um tema tabu e, por isso, raramente, abordado. Assim, na tentativa de autocompreenderem a sua “diferença”, na qual se incluía este desejo homo-orientado, acabavam por abraçar clandestinamente percursos solitários em busca de alguma informação que pudesse responder aos seus anseios. Muitas delas procuravam essa informação em revistas, jornais, livros, televisões, vídeos ou outras fontes de conhecimento que, na altura, se encontravam disponíveis.

[...] em minha casa nunca se ouviu falar de sexo. Era um tabu que- a minha avó nunca me explicou o que é que um homem tinha entre pernas, o que é que uma mulher tinha entre pernas. Eu tive de ir aprendendo por mim. E eu nunca fui capaz de chegar ao pé da minha avó e fazer-lhe uma pergunta sobre sexo [...] Nunca tive essa coragem. Até onde é que eu ia procurar isso. Em livros. Ia para a biblioteca, de vez em quando, quando ninguém via, lá ia eu para os livros, assim um bocado mais destravado lá ia procurar e fui aprendendo por mim mesmo. [Dalila]

Eu não sabia o que é que era, o que é que se estava a passar. Foi aos 14 anos. As mulheres passavam por mim, eu estava morto para o mundo, e quando era colegas meus já não era bem assim. Eu às vezes fugia porque não estava a perceber. Só depois é que vim a ver vídeos para tentar perceber o que é que se passava. [Carina]

Este tipo de busca foi sendo executada ao mesmo tempo que iam estabelecendo diferentes experiências eróticas. Em consequência, iam apresentando gradualmente uma maior clarificação e, nalguns casos, confirmação das suas suspeitas identitárias: serem homossexuais. De facto, elas acreditavam que a explicação dos seus comportamentos sociais femininos residia no seu desejo sexual por homens. Este efeito de aparente causalidade baseava-se, pois, na correlação lógica entre “género” e “sexualidade” que estabelecia a regra da heteronormatividade. E pensar fora desta lógica era, para elas, bastante difícil.

Para Kulick (2008 [1998], p. 68), o reconhecimento de atração sexual exclusiva por pessoas do mesmo sexo foi o “aspecto mais importante no processo de autodescoberta e constituição como travestis”. O interesse sexual por homens revelou ser uma das primeiras (e principais) componentes, entre outras, que contribuíram para a construção da identidade travesti. Mas como explica Fernández (2004), o facto de, na altura, as travestis não terem recursos conceptuais disponíveis que pudessem nomear, com maior clareza, a sua identidade e, simultaneamente, por o conceito “homossexual” ser reconhecido socialmente, muitas travestis adquiriram e adotaram este vocábulo para dar conta da sua “diferença”. Assim, os termos «*homossexual*», «*gay*» ou «*bicha*» eram comumente usados na auto e alter referência. Não significando, porém, que elas se identificavam inteiramente com estes termos. Uma

vez que o significado “travesti” era, até então, desconhecido, não era utilizado.¹⁷⁴ A apropriação e utilização desse conceito veio a surgir apenas numa fase posterior à da sua trajetória de vida.

3.4.2. As Primeiras Experiências Sexuais

As primeiras experiências sexuais de penetração anal foram realizadas ainda durante a infância ou adolescência. Para algumas travestis, essas experiências corresponderam a abusos sexuais praticados por jovens ou homens adultos, com idades superiores às suas¹⁷⁵ e geralmente com uma posição de poder sobre elas. Estes adultos não eram elementos estranhos ou desconhecidos às travestis (e por isso, não considerados como “ameaçadores”). Pelo contrário, estabeleciam com elas relações de confiança e de contacto frequente. Alguns pertenciam ao seu contexto intrafamiliar ou mantinham graus de parentesco, tais como irmãos ou primos, pelo que os abusos constituíam também relações incestuosas. Outros, eram considerados pessoas próximas da família com quem conviviam, estabeleciam relações sociais e/ou de amizade e integravam diretamente as suas vidas. E para aquelas, cujo percurso de vida foi delineado em meio institucional, os abusos eram cometidos por monitores que, no desempenho das suas funções, tinham o dever principal de cuidar, educar e proteger. Por norma, este tipo de abusos ocorria no contexto habitacional onde as travestis residiam. Ivone, abusada aos sete anos de idade, relata pormenorizadamente essa sua primeira experiência sexual partilhada com o melhor amigo do pai:

[...] a primeira relação sexual que tive foi quando tinha sete anos, foi com o melhor amigo do meu pai [...] ele tinha 35 anos lembro-me, era muito bonito e ele sabia que eu era meio efeminado, meio esquisito, ele ia à casa-de-banho, e como a nossa casa era muito velha [...] e eu ia ver pelo buraco e eu via-o todo, a mijar. Então, um dia ele chegou por volta das quatro da tarde, um dia de semana, e o meu pai não estava, não estava ninguém em casa, eu fiquei sozinha, ele chegou lá a casa e perguntou pelo meu pai e eu disse que ainda não tinha chegado [...] quando eu fui à casa-de-banho ele estava a *bater uma punheta* e deu-se conta que eu estava atrás da porta [...] quando ele abriu ele saiu com o pau duro e deu-se conta que eu estava atrás e disse-me [...]: «*Que queres? Queres tocar? Vem aqui!*». [...] Primeiro pôs-me entre a parede, como eu era pequena ele disse para irmos para a cama, fomos para a cama e ele levou o sabão. Não entrava porque era grande entendes? Fomos para o quarto e foi aí que me *comeu*, ou seja, fez-me sexo. Depois eu senti-me um pouco mal, entendes? Porque eu era pequeno e doía-me, ia ao colégio, à escola e sentava-me assim [de lado], não conseguia estar sentado, ardia-me, não conseguia estar sentado o tempo todo assim normal. O meu professor, lembro-me que estava na quarta classe ou terceira classe e o professor dizia-me «*tens um bicho no cu que não paras quieto*» e toda a gente se riu [...] mas eu não podia contar a ninguém porque [...] ia comprometer o amigo do meu pai. [Ivone]

Interessante verificar que estes adultos recorriam a estratégias ardilosas e manipuladoras que “jogavam” com as carências afetivas, a confusão de sentimentos, a incompreensão identitária, a curiosidade e atração sexual por homens, por parte destas crianças. Estas estratégias eram efetuadas com vista a

¹⁷⁴ Esta dificuldade de identificação encontrava-se, em parte, associada à invisibilidade, presente em vários contextos (social, cultural, laboral, político, literário, meios de comunicação social, etc.), das pessoas que apresentavam diferentes expressões de género. Bianca evidenciou-me precisamente este aspeto. «*Quando cheguei aqui [Portugal] é que descobri, nunca tinha visto um transexual na minha vida, nem nada na televisão*». Fabiana foi outra que apenas ficou a conhecer o termo, quando contactou pela primeira vez com uma travesti, no período que precedeu a sua entrada na prostituição. Referiu «*para mim nem existia, nem conhecia [...] eu nem sabia o que era uma travesti. Não tinha noção*».

¹⁷⁵ Ao contrário as experiências “pré-sexuais” onde os seus companheiros eram amigos, vizinhos ou conhecidos, geralmente, um pouco mais velhos do que elas, as primeiras relações sexuais de penetração anal foram, frequentemente, com jovens ou homens adultos. Este aspeto poderá ser comprovado através da consulta do anexo F.

conseguirem aproximar-se delas e consumarem atos sexuais sem que elas considerassem ter sido “forçadas” a executá-los. A percepção de se sentirem sexualmente atraídas ou de desejarem um envolvimento erótico com estes adultos (muitas vezes, no intuito de obterem atenção e afeto da sua parte), é motivo para negarem, ou pelo menos, minimizarem a relevância destes abusos. Para elas, a concretização destes seus desejos foi, de certo modo, “consensual” e, por tal, sentiam-se corresponsáveis por eles.¹⁷⁶ Este facto é evidenciado quando Ivone refere «*senti-me atraído por ele*» ou, no caso da Marlene (abusada sexualmente aos 14 anos por um dos monitores responsáveis da instituição onde se encontrava a residir), quando menciona «*Eu queria mexer no sexo. Queria ver o tamanho. Queria ver tudo aquilo. Tudo aquilo me despertava curiosidade*». Zara é, ainda, outro exemplo deste processo de negação:

Eu tinha perto de 10 anos quando comecei a estar com um rapaz mais velho do que eu [...]. Eu acho que ele chegou a sentir qualquer coisa que eu era diferente, como uma menina, tanto que ele nunca me obrigou a nada [...] Eu é que já era atiradiça, eu era atrevida e metia-me com os mais velhos. Ele já devia ter uns 15 ou 16 anos. Ele já era um homem, fisicamente. De aspeto e tudo já era um homem. [Zara]

Esta violência, que ocorria de forma insidiosa, sem que elas tomassem consciência dos atos abusivos, favorecia a atribuição de características comportamentais de serem crianças “provocadoras”, “sedutoras” e “instigadoras”, que as faziam crer terem sido elas as culpadas pelo sucedido. A atribuição deste sentimento de culpa levava-as a acreditar que uma revelação não só colocaria os jovens ou homens adultos em situações melindrosas, como a sua narrativa seria desacreditada e, muito possivelmente, castigadas pelos familiares, professores ou outros agentes educativos. Em termos societários, as travestis observavam, ainda, que a sexualidade infantil, e muito especialmente a homossexual, não era vista como algo positiva, o que reforçava esse seu sentimento de culpa e vergonha, que as inibia de falar. Assim, os abusos sexuais eram, por elas, propositadamente encobertos, ocultados e vivenciados de forma secreta e clandestina. Tilman Furniss (1993) chamou a esta situação o “síndrome do segredo”. Em consequência, a violência era repetida e continuada ao longo de vários anos. A indução de culpa pelo seu envolvimento sexual era, pois, uma das estratégias utilizadas por estes jovens e adultos para garantirem o silenciamento e a continuidade dessas práticas. Veja-se, pois, que a ameaça e intimidação de uma possível revelação e exposição pública do comportamento sexual “inapropriado” da travesti era, para elas, uma situação bastante assustadora, ansiogénica e emocionalmente perturbadora.

[...] pressionou-me: «*vou fazer queixa de ti*». Meteu-me na cabeça que eu tinha feito uma monstruosidade. Então andei quase dois anos oprimida. Andava com medo. Baixei as notas [...] Foram quase dois anos. Um período dos 14 até aos 16, ele andava-me a massacrar todos os dias. Eu sentia-me intimidada por ele. Eu tinha medo. Ele dizia «*eu vou dizer isto*» e «*vais ser sacrificada*», percebes? E eu fui deixando, deixando e deixando e fui-me magoando a mim mesma. E foi o que aconteceu. Foi um processo complicado. [Marlene]

¹⁷⁶ Segundo o art.º 171º do Código Penal (2007) o abuso sexual de crianças diz respeito a quaisquer atos sexuais de relevo praticados com menores de 14 anos. Tal significa que a lei considera irrelevante o consentimento que eventualmente estes menores possam ter prestado para a prática desses atos.

Diferentes investigações têm revelado que o impacto do abuso sexual infantil poderá trazer consequências ao nível do funcionamento social, sexual e interpessoal (Browne & Finkelhor, 1986; Cashmore & Shacke, 2013; Mullen & Fleming, 1998). Uma criança, cujas interações com os adultos foi sexualizada devido ao abuso pode, na vida adulta, vir a agir com os outros de uma forma sedutora, pelo que as suas capacidades de expressarem afeto poderão ser expressas por via sexual. Ivone e Stefani reconhecem claramente esta situação na sua vida. Disseram-me elas «*esta forma de aprender o sexo de tão pequeno ensinou-me a dominar as pessoas, sexualmente*»; «*não sei, mas eu gosto de seduzir. Acho que eu aprendi a seduzir as pessoas muito cedo*».

Embora outros estudos com travestis (Fernández, 2004; Kulick, 1997, 2008 [1998]; Ornat, 2008) e pessoas trans (Kenagy, 2005; Lombardi, Wilchins, Priesing, & Malouf, 2002; Stotzer, 2009) também tenham identificado a existência de histórias de abusos sexuais durante a sua infância e adolescência, indo ao encontro do que eu próprio observei, considero, no entanto, não ser adequado proceder a leituras generalizadas que associem estes abusos ao processo de «*virar travesti*», em termos de causa-efeito. Isto porque, eles não só não “explicam” a sua identidade (mas sim, a existência de adultos que reconhecem a vulnerabilidade de género e sexual das crianças), como nem todas as primeiras experiências sexuais corresponderam a situações de abuso. Através dos seus relatos foi possível observar a existência de uma diversidade destas mesmas experiências. Na sequência das práticas “pré-sexuais” com outros rapazes, Dalila, por exemplo, viveu e partilhou a sua primeira experiência em grupo, com amigos que com ela habitualmente se reunia para ver filmes pornográficos.

[...] normalmente, éramos tudo rapazes. Havia um que tinha o irmão mais velho que, de 15 em 15 dias alugava um filme pornográfico. E o irmão chegava à escola e dizia «*hoje temos um filme de “desenhos animados” para ir ver na minha casa*». E éramos sempre uns cinco ou seis. Éramos sempre os mesmos que íamos ver os filmes. Quando ele dizia «*desenhos animados*» a gente já sabia o que era, que era um filme pornográfico. Ao princípio, era normalíssimo, púnhamos a ver o filme, começávamos a ficar entusiasmados e começávamos a olhar uns para os outros, mas não passava dali. Até que isso se foi regularizando e hoje já meto a mão neste, amanhã o outro já mete a mão em mim e começou-se, até, de repente, já estarmos todos em cima da cama, todos nus a *chuparem* uns nos outros, uns a tentarem-se penetrar uns aos outros e foi daí que eu comecei a descobrir tudo, a minha sexualidade, como é que eu me sentia bem, o que é que eu gostava que me fizessem, o que é que eu gostava de fazer [...] Nessa altura devia ter uns 15, 16 anos. Foi o início da minha experiência homossexual. [Dalila]

Há ainda quem tenha vivido a primeira experiência sexual com rapazes pertencentes à mesma escola, comunidade ou instituição onde residiam ou cujas interações iniciais foram estabelecidas em espaços de divertimento noturno, como bares ou discotecas. Nestas primeiras experiências, as travestis assumiam e mostravam preferência pelo desempenho do papel recetivo, ou seja, de quem é penetrado nas relações sexuais de sexo oral ou anal, como verbalizado por Rebeca «*nós éramos sempre as mulheres e os outros eram sempre os homens*».¹⁷⁷ Para elas, “ser mulher” significava, invariavelmente, ser penetrada, enquanto ao homem cabia o papel ativo, de penetrar. Os jovens com quem as travestis se relacionavam

¹⁷⁷ Precisamente por manifestarem preferências sexuais que correspondiam a uma polaridade “passiva”, autodenominavam-se por «*bichas*», cujo significado se encontrava associado aos indivíduos que gostavam de ser penetrados. Porém, ser “bicha” não apresentava ligações a um determinado tipo de masculinidade. O termo tanto englobava homens efeminados, como homens com uma aparência máscula.

apresentavam ser mais velhos do que elas e já ter uma vida sexual intensa e regular com raparigas, razão porque os consideravam heterossexuais, “verdadeiros homens”, “machos”, mesmo que, pontualmente, mantivessem relações sexuais consigo. A feminilidade dessas namoradas era, para elas, a característica que motivava o desejo sexual dos rapazes. Observar essa feminilidade era, de certo modo, perturbador e gerador de situações de ciúmes e sentimentos de inveja dirigidos a essas raparigas, ao ponto das travestis desenvolverem um intenso desejo de, também elas, se feminizarem para poderem rivalizar e conquistar a atenção dos jovens. O discurso de Priscila, Estefani e Leila expressam precisamente esta situação «*Eu via-o com a namorada e eu ficava doida*»; «[Ele era] *muito giro e o rapaz, às vezes, aparecia com a namorada. E eu fazia um escândalo dentro de casa e portava-me buéda mal, e partia as coisas de propósito, sabes? [...] Já sentia que ele era meu*»; «*Porque eu achava ele bonito, eu queria ficar feminina porque ele vai olhar para mim, entendeu?*». A atração sexual por homens e o profundo desejo de serem sexualmente atraentes para estes, foi a força motriz que esteve na base da construção inicial da identidade travesti. Este facto, aliado a outras experiências na sua trajetória de vida, veio a promover um reforço da sua identidade e expressão de género no feminino.

Porém, também constatei situações de travestis que, perante a observação da intolerância, hostilização e reprovação social face à homossexualidade, decidiram lançar-se num processo de luta contra essa homossexualidade, expresso na negação dos seus próprios desejos e manifestação de atitudes sociais negativas para com a sua identidade sexual. Este processo, descrito por Ilan Meyer e Laura Dean (1998) como “homofobia internalizada”, favoreceu o desenvolvimento das primeiras experiências sexuais com raparigas. Para algumas travestis, estas experiências ajudaram-nas a compreender, a clarificar e a comprovar a sua “verdadeira” orientação sexual, razão pela qual as relações heterossexuais foram pontuais e circunscritas a um curto período de vida. Para outras, o auto preconceito internalizado resultou em envolvimentos afetivos prolongados, namoros, uniões de facto, bem como em casamentos e nascimento de filhos, mesmo reconhecendo a sua homossexualidade. O objetivo era, pois, tentarem “passar” por heterossexuais e evidenciar uma identidade normativa. Esta vivência no “armário” é exemplificativa na trajetória pessoal de Rebeca:

Eu sempre soube o que era. Só que, lá está, viver num bairro onde as críticas são constantes... as pessoas falavam «*os paneleiros isto*», «*os paneleiros aquilo*». Isso era uma coisa que era proibida, quase. E pronto, chegou aos 15 anos eu pensei «*não posso*» [...]. Sempre soube aquilo que eu era, só que, sei lá, não queria ser. Eu próprio não queria ser. Criei uma homofobia dentro de mim [...] Era uma frustração de *gays* que era uma coisa parva, porque não era não gostar. Era porque QUERIA estar no lugar deles. Era uma luta comigo mesma e pensava que se metesse na minha cabeça que não gostava desse tipo de pessoas que isso ia mudar comigo. Tanto que envolvi-me com a mãe dos meus filhos e... olha, aconteceu. Namorámos, casámos e os meus filhos nasceram. [Rebeca]

Esta tentativa – concluída com maior ou menor sucesso – de conformação às normas sociais, baseada num jogo de mentira e de “vida dupla”, para conseguirem manter *o segredo*, desenvolveu nas travestis intensos conflitos internos, resultando em períodos de grande sofrimento e insatisfação pessoal e sexual. Em consequência, o processo de afirmação e “reencontro” identitário ocorreu somente numa fase tardia da sua vida, o que, em muito, veio a limitar a sua transição de género e feminização.

3.4.3. “Coming Out”: O Processo de Revelação Identitária

Desde muito cedo as travestis compreenderam que assumir publicamente a atração sexual por homens ou o desejo de se apresentarem no género feminino não dependia unicamente de uma decisão pessoal, mas sobretudo dos contextos sociais, culturais, familiares, religiosos e económicos em que se encontravam inseridas. Além disso, reconheciam que a autorrevelação envolvia questões difíceis de decidir: a quem contar, quando contar e o que dizer perante esses contextos. Por isso, é compreensível que algumas delas fossem preparando e planeando, paulatinamente, ao longo do tempo, a sua “saída do armário”. Pese embora a importância deste *turning point* nas suas vidas, raros foram os casos em que a revelação foi efetuada primeiramente às figuras parentais. Tal como é evidenciado por D’Augelli e Hershberger (1993), Rossi (2010) e Savin-Williams (1998), a revelação é, por norma, realizada a amigos e, só depois, a familiares. As travestis ao reconhecerem que a sua identidade não ia ao encontro das expectativas familiares, temiam que as figuras parentais apresentassem reações adversas e hostis, pelo que escondiam delas *o segredo*, durante vários anos. O anúncio a amigos não foi sentido por estes como uma surpresa, mas antes como uma confirmação. E o suporte obtido por eles encorajou-as a declararem abertamente à família a sua identidade e, nalgumas situações, os relacionamentos afetivos nos quais se encontravam envolvidas.

E esse vizinho meu me ensinou muita coisa no meio *gay*, porque ele já era um *gay*, tinha um namorado, e ele morava na rua de baixo e eu fiz amizade com ele. [...] Eu criei coragem, fui lá a casa dele, conversei com ele, e ele falou assim «a sua mãe te aceita. A sua mãe conversa com a gente nos bares. Ela não vai ter problema nenhum de você se assumir». Foi ele que me deu aquela coragem. [Leila]

[...] eu tenho uma amiga minha que é como se fosse uma irmã para mim «ah, se eu fosse a ti eu abria-me com a tua mãe, contava à tua mãe o que tu és. É chato a tua mãe vir a saber por outros». Um dia sentei-me com a minha mãe e falei-lhe «olhe mãe, é assim, eu não gosto de mulheres, eu tentei, mas não vale a pena». [Nádia]

À semelhança do que apontam diferentes estudos (D’Augelli, & Hershberger, 1993; Rossi, 2010), também verifiquei que a revelação da identidade no contexto familiar foi efetuada primeiramente junto das suas mães ou outras figuras maternas, através da utilização de métodos diretos.¹⁷⁸ As travestis referiam sentir-se mais seguras ao contarem a estas figuras, na medida em que acreditavam que elas apresentavam maior capacidade para as compreender e menor probabilidade de reagirem negativamente, com violência verbal ou física, tal como esperariam das suas figuras paternas. Veja-se, pois, o exemplo de Zara que, aos 14 anos, confrontou o seu pai com este conhecimento.

[...] com 14 anos, o meu pai chamou-me a atenção, chamou-me um palavrão muito feio, e eu disse-lhe que sim que era verdade. Estava a falar e a discutir «ah, tu pareces um paneleiro». E eu disse-lhe «E sou! Se quer que lhe diga, eu sou!»». Levei uma coça naquele dia. [Zara]

¹⁷⁸ Ao contrário das figuras paternas que, por norma, o conhecimento da identidade sexual e/ou de género foi efetuado por meio de métodos indiretos (p. ex: observação dos comportamentos; revelação ou denúncia efetuada por outra pessoa; etc.), as figuras maternas obtinham esse conhecimento por meio de métodos diretos, manifestados, por exemplo, em conversas íntimas.

A revelação das suas experiências homossexuais ou de transgressão de género que, até então tinham sido ocultadas, foi sentida por muitas famílias como um choque e descrença total (Cohen, Padilla & Aravena, 2006; Lev, 2006). Ao contrário das travestis, a família raramente teve períodos de preparação prévia para acolherem uma notícia tão “provocatória” como esta, pelo que, mesmo nos casos em que existiam fortes suspeitas, o confronto com a exposição da verdade acabou por gerar respostas emocionais negativas e imprevisíveis, na sequência de períodos de grande tensão, stresse e conflito intrafamiliar. Das diferentes narrativas a que tive acesso, consegui observar a existência de uma variedade de reações familiares face ao conhecimento desta revelação. Algumas famílias envolveram-se, de imediato, em processos de negação («*o meu filho não pode ser assim*»). Outras tentaram procurar motivos ou justificações de cariz autoexplicativas («*desde quando és assim?*»), alter-explicativos («*quem foi que te magoou?*»; «*quem é que te usou?*») ou divino-explicativos («*isto é um castigo de Deus!*»). Outras ainda, ao se encontrarem envoltas em estados emocionais de grande confusão e raiva acabaram por se auto culpabilizar pelo “fracasso” do seu modelo educacional que, de alguma forma, acreditavam ser a “causa” do “problema”. O seu sentimento de culpa era expresso através de questionamentos como «*onde é que eu errei?*», «*qual é a ajuda que eu não lhe dei?*», «*o que é que eu fiz que não devia ter feito?*». Deste modo, as respostas ao anúncio do *coming out* raramente foram positivas ou de celebração. As travestis foram confrontadas, predominantemente, com respostas negativas, de condenação e não-aceitação (Grossman et al., 2005). E este confronto favoreceu o surgimento de culpa por terem desiludido a sua família. O desenvolvimento posterior da sua identidade foi afetada por sentimentos de angústia, vergonha, solidão e medo da rejeição (Cohen et al., 2006), especialmente por parte das figuras parentais.

Esta revelação apresentou consequências e impactos nos relacionamentos e dinâmicas familiares, inclusive, com elementos com quem habitualmente as travestis mantinham boas relações afetivas, nomeadamente ao nível da deterioração da qualidade da comunicação (variando entre permanentes discussões e a total quebra de contacto, manifestada pela ausência de contactos verbais ou oculares), na imposição de limites específicos relacionados com a aparência e a manifestação de comportamentos “não apropriados” dentro e fora de casa (que iam desde a permissão temporária a proibições permanente de utilização de roupas e adereços femininos) e no exercício de agressões verbais e físicas (ao serem ofendidas, humilhadas, batidas, pontapeadas ou arremessada com objetos). O discurso de Olga enuncia alguns destes mesmos aspetos. «*Foi muito difícil para a minha mãe. Ela não aceitava, a minha mãe era discussões, a minha mãe mandava copos contra a parede e portas. A minha mãe dizia que isto eram influências e que eu tinha de experimentar com raparigas*». Como refere Lev (2006, p. 270) “infelizmente a descoberta ou a revelação da variação de género nas famílias raramente é acompanhada com compaixão e apoio; mais comumente, a resposta à revelação é a emotividade e o tumulto”. Muitas famílias nunca chegaram a demonstrar aceitação e suporte às travestis. E as que conseguiram

demonstrar, necessitaram de tempo (muitas vezes anos) para o fazê-lo.¹⁷⁹ A inaceitabilidade das identidades sexuais e/ou de gênero não normativas foi motivo para que algumas travestis fossem expulsas do espaço doméstico (Kulick, 2008 [1998]; Luís, 2018; Pelúcio, 2007a), com consequências ao nível do rutura dos laços familiares (por vezes, definitivos) e exposição a situações de grande vulnerabilidade habitacional, económica, psicológica e social. A trajetória de vida de Dalila expressa exatamente este tipo de situações:

Eu tinha 18 anos. Foi quando me assumi como homossexual [...] Para ela [avó] isso foi um trauma. Porque eu não a preparei. Foi chegar-me ao pé dela e:

- «Vó, tenho uma coisa para te contar»

- «Então, o que é que se passa?»

- «Ah, é que eu conheci um homem, estou a gostar dele [...]»

[...] Nunca tinha falado com ninguém do meio. Nunca tinha conhecido ninguém que me pudesse dar uma luz e dizer «olha, não faças assim, vai fazendo as coisas assim», «pouco a pouco vais contando à tua avó e à tua tia aquilo que és». Ela levou logo um balde de água fria. Foi logo um choque. Qual é a primeira reação que a pessoa tem? «PANELEIROS AQUI EM CASA NÃO! PÔE-TE NO OLHO DA RUA!» [...] senti uma revolta, enorme, porque a pessoa que eu esperava que me fosse apoiar [...] foi a pessoa que me deu para trás. [...] Tive que me virar [...] Fiquei durante três dias a viver na rua porque não conhecia ninguém, não tinha dinheiro, não trabalhava, ainda estava a estudar. [Dalila]

A observação da frieza emocional envolvida no comportamento de expulsão de casa foi geradora de sentimentos de grande revolta, indignação e incredibilidade perante o sucedido. Para muitas travestis, este doloroso evento revelou ser extremamente difícil de lidar. Nas situações em que a expulsão foi determinada por um principal elemento, os restantes ficaram impedidos, por este, de mostrar apoio e/ou condescendência. A mãe de Carina foi impedida de se despedir dela no dia em que foi posta fora de casa, pelo pai.¹⁸⁰ Desde esse dia, nunca mais regressou a Porto Santo (Madeira), a sua terra de origem.

A minha mãe, propriamente, nem se quer se despediu porque o meu pai não a deixou sair do carro. O meu pai só me disse «o porta bagagens está aberto. É só tirares as malas». E assim foi. Eu disse-lhe «até um dia, porque eu voltar aqui não volto mais». Tirei as malas e vim-me embora, vim para cá [Lisboa]. [Carina]

A ajuda proveniente de alguns elementos familiares tendia a ser realizada de forma encoberta. Na experiência de Alessandra – expulsa de casa aos 13 anos de idade por um dos irmãos mais velhos – a mãe foi quem a apoiou em segredo, tendo contribuído para despesas mensais que visavam a sua sobrevivência e pagamento do quarto (para onde foi viver), disponibilizado por um amigo. Alessandra

¹⁷⁹ Embora alguns teóricos apontem diferentes estágios pelos quais as famílias tendem a passar, Lev (2006, p. 268) refere que estes estágios não são previsíveis, nem lineares, na medida em que a aceitação de um membro da família LGBT envolve rejeitar as definições e valores culturalmente assumidos, que associam a orientação sexual e a identidade de gênero não normativa a formas de “desvio”. O processo de adaptação e ajustamento familiar é bastante complexo e, às vezes, é mais emocional do que racional (Cohen et al., 2006, p. 158). No entanto, o estudo de Julianne Serovich, Patsy Skeen e Lynda Henley (1993) encontra uma relação significativa entre o estatuto socioeconómico familiar e as atitudes face à homossexualidade. Isto é, um maior nível educacional e financeiro da família, significa uma posição mais favorável à orientação sexual. Estendendo esta relação à população travesti, inferir-se-á que a rejeição familiar verificada pode dever-se, em parte, pela condição da sua classe social de proveniência, geralmente pouco escolarizada e, por tal, suscetível de os seus membros manterem estereótipos pela menor capacidade em aceder a informações adequadas, assim como a redes e serviços que as pudessem ajudar a lidar com as questões da identidade de gênero e orientação sexual. Deste modo, vários autores (Cohen et al., 2006; Grossman et al., 2005; Lev, 2006) referem que os profissionais de Serviço Social apresentam um papel vital nessa ajuda, podendo estes desenvolver práticas psico-educativas ao nível da informação, educação, suporte e aconselhamento.

¹⁸⁰ A violência desta expulsão foi severamente agravada pelo conhecimento de ser homossexual e seropositiva. Segundo Carina, o estigma associado a estas duas realidades levou os seus pais a vivenciarem a notícia como o «fim do mundo».

observa que, apesar de todas as dificuldades económicas com que a sua mãe se debatia, a manifestação deste tipo de atitude é, ainda hoje, alvo de enorme reconhecimento e gratidão para com ela. «*No começo não me aceitou. Mas foi a primeira que me estendeu a mão*», disse-me.

Quando o processo de autorrevelação é realizado ainda durante a infância ou adolescência, isto é, no período que as crianças são económica e emocionalmente dependentes da família, esta sente-se com autoridade para controlar comportamentos e impor decisões sobre elas. Estas ações podem envolver altos níveis de violência e afetar profundamente o seu bem-estar e desenvolvimento (Cohen et al., 2006, p. 161). Algumas travestis, por recearem respostas familiares semelhantes à que Dalila sofreu, tentaram adiar o seu *coming out* com vista a realizá-lo em relativa segurança. Para a sua conquista estava dependente a perceção de serem financeiramente independentes. Este aspeto era, para elas, uma garantia de proteção pela possibilidade de se tornarem autónomas sem sofrerem eventuais consequências negativas por parte dos seus familiares. Sabrina foi precisamente uma dessas travestis que apenas revelou a sua identidade aos 16 anos, depois de conseguir juntar algum dinheiro proveniente do seu trabalho na agricultura e na construção civil.

Quem quisesse aceitar, aceitava, quem não quisesse... não estava nem aí. Eu trabalhava para comer, vestir e calçar-me. Mesmo, foi o que eu disse à minha avó na altura em que me assumi. Eu disse para ela «*se quiserem me aceitar assim, aceitem, se não quiserem... eu trabalho para mim. Eu saio de casa e não preciso de depender de ninguém*». [Sabrina]

Se a autorrevelação da homossexualidade e dos relacionamentos com outros homens significou um sofrimento pela observação da inaceitabilidade familiar, a revelação involuntária ou forçada – proveniente da denúncia de terceiros ou de outros membros familiares – trouxe maiores implicações para as travestis, algumas delas profundamente violentas e traumáticas. Aos 18 anos, Ivone foi “descoberta” acidentalmente pelo seu irmão mais velho. A divulgação da sua homossexualidade despoletou uma situação de intensa crise familiar,¹⁸¹ manifestada em conflitos e intimidações de uma possível expulsão de casa, que culminou com a imposição de ter de *virar mulher* e se conformar com a norma heterossexual. Ser “mulher”, pela condição da travestilidade, foi a solução encontrada pela mãe para que Ivone “renunciasse” à sua orientação sexual e se transformasse aparentemente num género inteligível. Em parte, a solução foi ao encontro dos desejos de Ivone. Porém, o assumir repentinamente uma “nova” identidade, sem possibilidade de transição e “adaptação” à mesma, foi sentido, por ela, como uma medida radical que acarretou inúmeras consequências em termos relacionais. Além disso, esta imposição acabou por restringir-lhe a possibilidade de, eventualmente, se construir em termos identitários de uma outra maneira, que não pela via da travestilidade (como rapaz homossexual efeminado, por exemplo). Veja-se, em pormenor, o seu testemunho:

¹⁸¹ Na investigação desenvolvida por Fernández (2004), a autora refere que as travestis raramente apresentavam relações conflituosas com os seus irmãos. Os irmãos eram cúmplices do seu segredo, mantendo-se em silêncio perante os restantes elementos familiares (p. 81). Todavia, no presente estudo tal não se verificou. Os irmãos (especialmente os mais velhos), a par das figuras paternas, eram quem, com maior frequência, manifestavam reações negativas face à observação de comportamentos que se desviavam da heteronormatividade. Esta mesma situação foi evidenciada por Kulick (2008 [1998], p. 79).

[...] fomos para um parque no centro da cidade, estávamos todos na brincadeira e não me dei conta que o meu irmão estava a passar por esse parque. Eu estava na *mariconada* com as minhas amigas, os *gays*, quando o meu irmão viu, parou, eu senti um pontapé aqui [na coxa]. Ele disse-me «vais já para casa» e eu fui [...]. Ele disse diretamente aos dois [mãe e pai] que me tinha visto com dois maricas e que eu também era maricas [...] No dia seguinte o meu pai saiu de casa sem me falar. A minha mãe disse à minha irmã:

– «Chama-me esse desavergonhado».

– «Para quê?», perguntou a minha irmã.

– «Tu já sabias do teu irmão?», perguntou a minha mãe à minha irmã.

– «Sabia do quê?»

– «Que o teu irmão é... não quero nem dizê-lo», disse a minha mãe. «O meu filho não pode ser assim. Quero dizer-lhe para se ir embora desta casa porque o pai dele não o quer ver».

E a minha irmã respondeu:

– «Se o mandas embora eu vou com ele».

E a minha mãe começou a chorar porque ela era a única filha, então a minha mãe disse para eu descer [do quarto], eu desci [...]. Ela começou a chorar e perguntou-me [...]:

– «E tu achas que isso é bom para ti?»

Eu disse:

– «Não sei mãe».

– «Então decide-te».

– «Como assim?», perguntei eu.

– «Decide-te já, agora, quero uma resposta, DECIDE-TE».

– «Decido-me do quê?»

– «Ou és homem ou és mulher porque borboletas aqui em casa não quero. Borboletas aqui em minha casa, não vou permitir». Borboletas são esses *gays* muito efeminados que não são homem nem mulher, não estão cá nem lá. «Se és homem leva as tuas porcarias para fora desta casa e para bem longe onde eu não te veja. Se és mulher assume de uma vez o que tu és [...] decide-te agora, queres ser homem ou queres ser mulher?»

E eu disse [...]:

– «Eu gostava de ser como a Amélia mas não tenho essa força mãe».

Amélia é um travesti lindíssimo, que me ajudou.

– «Ah, tu queres ser como a Amélia? Então não se fala mais. De agora em diante vestes-te de mulher».

– «O QUÊ? E o meu pai? Ele chega às seis da tarde».

– «O teu pai não importa, isso eu resolvo».

Passado um bocado a minha mãe subiu [para o quarto] e disse para eu subir. Eu subi e ela tinha uma coisa pequena com maquilhagem e todas essas coisas e disse-me:

– «Toma, essas roupas todas tuas de homem que eu comprei [...] essa roupa de homem, de marca, já não a vais usar, dá a qualquer um dos teus irmãos, tu não a usas mais».

E eu dizia:

– «Mãe, e o meu pai?»

Ela dizia:

– «Não penses no filho da puta do teu pai».

Que vergonha! O meu pai chegou às seis da tarde e eu andava com umas calças da minha mãe, assim justas ao corpo, o meu pai olhou para mim e disse:

– «Que é que deu a este?», e puseram-se a discutir [...].

O meu pai disse:

– «Eu não quero falar com ele, não o quero ver mais na minha vida».

E o meu pai não falou mais, não falou comigo [...] os amigos do meu pai iam à tarde lá a casa e viam-me e [...] diziam para me mandarem embora de casa, mas a minha mãe não deixou [...]. Chegaram as minhas primas e disseram:

– «Que te aconteceu? Andas com calças de mulher? Também usas maquilhagem?»

E eu andava com rímel.

– «Ah não me digas, já foste para a outra equipa?», dizia a minha prima.

Eu ficava com vergonha.

No meu bairro todos os meus amigos, nenhum queria falar comigo.

– «Este agora é maricas», diziam todos os meus amigos.

Foi muito duro começar [...] os meus amigos de infância não falavam comigo, faziam-me assim [acenavam] de longe e iam-se embora, e eu já tinha vergonha de cumprimentá-los e quando os via eu já não os cumprimentava, ia-me embora. Eles gritavam-me «MARICAS!!!». [...] os meus novos amigos que comecei a conquistar eram travestis, *gays*, comecei a andar com eles e bom, foi voltar a recomeçar. [Ivone]

Embora o *coming out* tenha sido um processo extremamente doloroso para grande parte das travestis, o mesmo foi sentido, posteriormente, como um momento de libertação pessoal desde que começaram a aprender a viver “fora do armário”. Porém, para essa aprendizagem, algumas travestis sentiram a necessidade de se implicarem num processo de distanciamento e autonomia familiar.

3.5. A AUTONOMIA FAMILIAR

3.5.1. De Casa para as Ruas: Percursos de Indigência

O afastamento do espaço doméstico e familiar por parte das travestis deu-se na segunda década de vida, com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos (situação também identificada por Duarte & Clemente, 1982; Fernández, 2004 e Pelúcio, 2007a). Esta “autonomização” efetuou-se quer por via coerciva ou voluntária. A *autonomia coerciva* encontrava-se predominantemente relacionada com as situações de expulsão de casa decorrentes da revelação do *coming out*,¹⁸² enquanto que a *autonomia voluntária* envolvia situações de fuga, afastamento físico e emocional por decisão pessoal. O intenso mal-estar vivenciado, em consequência da pobreza, dos conflitos e atos de violência familiar e da percepção de ausência de um “lugar social” onde fosse possível expressar a identidade, levou a que muitas ganhassem coragem para abandonar o lar e os territórios geográficos periféricos que habitavam.¹⁸³ O deslocamento migratório para as “grandes cidades”,¹⁸⁴ visava não só a procura de rendimentos económicos – difíceis no contexto social de origem, pelas poucas oportunidades de trabalho existentes e também pelo estigma associado à homossexualidade – mas, especialmente, a procura de um espaço onde pudessem explorar e viver, com maior liberdade, a feminilidade.¹⁸⁵ A dissociação com o ambiente familiar constituiu, precisamente, o momento de rutura com a identidade masculina. Diva, residente num bairro de habitação clandestina, situado nos subúrbios de Lisboa, decidiu vir para o centro da cidade aos 15 anos em busca da sua realização pessoal. «*Era eu que tinha de lutar por mim própria. Sentia que já estava na altura. Ainda era menor. Eu em casa dos meus pais não me sentia bem começar a transformar-me, não é?*». Leila também me confidenciou que a dependência e o medo das reações

¹⁸² Embora, na maior parte das vezes, a expulsão tivesse sido relacionada com o *coming out*, observei que as travestis, cujo percurso de vida se desenrolou em contextos institucionais, foram impossibilitadas de permanecer nesses contextos ao atingirem a maioridade e, por tal, “forçadas” a se autonomizarem. Os processos de intervenção social que visavam a construção de projetos de vida autónomos raramente contemplaram as dimensões relacionadas com a identidade sexual e/ou de género das travestis, o que, em muito, veio a fragilizar, posteriormente, a sua integração social.

¹⁸³ O comportamento fugitivo por parte de crianças e jovens tem sido abordado na literatura, desde a década de 1970 (Burke & Burkhead, 1989; Miller, Colleen, & Quigg, 1990). Estudos, como o de Linda Cusick (2002), indicam que as crianças ou adolescentes que apresentam este comportamento encontram-se mais propensas a entrar na prostituição e envolver-se no consumo de drogas e em atividades ilícitas.

¹⁸⁴ Situação identificada em múltiplas pesquisas, como Becerra (2009), Duarte e Clemente (1982), Garcia (2007), Jimenez e Adorno (2009), Kulick (2008 [1998]), Kulick e Klein (2010), Leichtenritt e Arad (2004), Luís (2018), Pelúcio (2007a), Vogel (2009), entre outras.

¹⁸⁵ Fortier (2001) e Luibhéid e Cantú (2005) fazem uso do termo *migração queer* para dar conta de experiências migratórias semelhantes em gays e lésbicas, e revelar a importância que a mobilidade ocupa nos processos de *coming out*. As cidades tornam-se, com frequência, polos de atração para muitos gays e lésbicas na medida em que, distanciados da pressão e controlo familiar buscam, no anonimato dos centros urbanos, oportunidades de sociabilidade, formalização de relações homoafetivas e de vivência plena da sua sexualidade.

familiares a impossibilitava de investir em si própria. «*Não ia começar a colocar saia dentro de casa porque eu não trabalhava*», referiu. Foi o desejo de assumir a sua identidade, expresso nas palavras «*Vou ser EU*», que motivou o processo de autonomização. Por isso, estes deslocamentos foram considerados “pontos de viragem” extremamente relevantes, uma vez que proporcionaram uma profunda alteração nas suas trajetórias, dando início a uma “nova vida”. Nas palavras de Diva «*a vida começou por aí*».

Para algumas travestis, o afastamento de casa implicou a desvinculação definitiva com alguns membros da família (cf. também observado por Fernández, 2004, p. 89). Durante a experiência solitária de autonomia e sobrevivência, confrontaram-se com inúmeras dificuldades, especialmente, habitacionais. A moradia incerta – por razões que aliavam a carência económica à inexistência de suporte social – conduziu a que algumas permanecessem em situações instáveis, de indigência ou pernoita em habitações provisórias ou desadequadas como pensões; casas de amigos, “namorados” ou pessoas recentemente conhecidas nos espaços de diversão noturna (e cuja estadia era paga através de favores sexuais); prédios abandonados ou em construção; contentores de obras ou jardins públicos. Estas situações remetem claramente para uma trajetória e condição de sem-abrigo.¹⁸⁶

[Dormia em] prédios [risos], abria a porta ficava lá, quando eu via que já ficava perto das seis da manhã tinha que sair. Ia para jardins, ia... assim para sítios... obras que não tivessem, construções que, assim ficassem por Lisboa. Foram os meus recursos. [Fabiana]

E, então, olha, resolvi vir para Lisboa, eu e a Solange, andávamos mesmo ao deus-dará, a dormir por aí. Dormimos na casa de um, que tínhamos de ter relações sexuais, claro, para podermos permanecer lá naquela noite, sem saber o que é que nos ia acontecer na noite a seguir, percebes? [Liliana]

É geralmente aceite pela comunidade académica que os adolescentes e jovens adultos LGBT apresentam maior risco para se encontrarem na condição de sem-abrigo do que a população em geral.¹⁸⁷ As estatísticas que determinam a proporção de jovens LGBT nesta condição são bastante variáveis, podendo ir dos 6% aos 35% (Cochran et al., 2002). Nicholas Ray (2006) apresenta dados ainda mais alarmantes, estimando que 20% a 40% dos 2 milhões de jovens sem-abrigo nos Estados Unidos sejam adolescentes LGBT, razão pela qual tende a caracterizar a situação como uma “epidemia”.¹⁸⁸ Dentro da população LGBT, os indivíduos transgénero, transexuais ou travestis apresentam dados igualmente preocupantes (embora também díspares). Jaime Grant, Lisa Mottet e Justin Tanis (2011), por exemplo, reportaram que 19% desta população (n=6450) tinha apresentado experiências de sem-abrigo. Num outro estudo (Wilson, Garofalo, Harris, Herrick, Martinez, Martinez, & Belzer, 2009, p. 905), com uma

¹⁸⁶ O conceito de sem-abrigo atribuído pela tipologia ETHOS - *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* inclui quatro grandes categorias: pessoas “sem teto”, pessoas “sem casa”, pessoas a viver em “habitação insegura” ou em “alojamento inadequado”. Tal significa que o termo sem-abrigo abrange outros fenómenos e situações para além daqueles que se encaixam na categoria dos “sem teto”. Esta definição aprovada e defendida pela FEANTSA - *European Federation of European Organizations Working with the Homeless* é discutida nos trabalhos de Volker Busch-Geertsema (2010) e Kate Amore, Michael Baker e Philippa Howden-Chapman (2011).

¹⁸⁷ Cf. Cochran, Stewart, Ginzler e Cauce (2002), Grossman e D’Augelli (2006), Kattari e Begun (2016) e Spicer (2010).

¹⁸⁸ Em Portugal, não existem dados estatísticos que quantifiquem esta população. O relatório da CasaQui (2014) afirma perentoriamente que as situações de expulsão de casa ou a vivência nas ruas e/ou instituições sociais por parte dos jovens LGBT são temas pouco estudados no nosso país.

amostra menor (n=151), verificou-se que 43% dos participantes tinham experienciado essa situação nalgum momento da sua vida. Outro, ainda, dá conta que uma em cinco pessoas trans (n=155) encontrava-se em habitação instável ou a necessitar dos serviços de albergues (Minter & Daley, 2003).

«*Passei um mau bocado*», disse-me Sabrina ao referir-se à experiência de ter dormido na rua durante dois meses após ter esgotado o pouco dinheiro que trouxe para alugar uma pensão, quando efetuou, aos 19 anos de idade, o processo migratório do Alentejo para Lisboa. «[O dinheiro] *era pouco. E eu tinha de decidir: ou comia ou pagava um sítio para dormir. E, então, eu optava por, à noite, andar para aqui e para além, e de dia descansar num banco, para ter dinheiro para comer*», disse-me ela. Na altura, Sabrina ainda recorreu aos serviços sociais para solicitar ajuda. A resposta obtida foi a integração num albergue, de alojamento temporário, não adequado à sua identidade de género. Em Portugal, a maioria dos albergues ou centros de alojamento temporário encontram-se segregados pelo sexo/género. Inclusive, os albergues “mistos” apresentam instalações (quartos e balneários) dirigidas a homens e mulheres separadamente. Tal como Sabrina, as pessoas que expressam ou se identificam com um género diferente ao do sexo atribuído à nascença, experimentam dificuldades na integração neste tipo de respostas sociais, por serem “forçadas” a viver em espaços que não se encontram sensíveis ou minimamente preparados para atender as suas necessidades. Particularmente, os códigos de vestuário relacionadas com o género, o acesso às casas de banho e chuveiros, a incompreensão dos funcionários, interventores sociais ou outros residentes (manifestada em atitudes e comportamentos desinformados, desrespeitosos e preconceituosos) podem ser barreiras problemáticas para uma adequada e segura integração. Por tal, as políticas de funcionamento em que este tipo de resposta social se encontrava constituída evidenciava, claramente, uma incapacidade para garantir a segurança e a proteção às travestis, deixando-as vulneráveis a diferentes tipos de perigos, violências e hostilizações (HCH Clinicians’ Network; 2002; Mottet & Ohle, 2003; Namaste, 2000, p. 174-183; Ray, 2006; Spicer, 2010; Richmond, Burnes, & Carroll, 2012; Yu, 2010). A vitimação secundária perpetrada pelos sistemas de apoio social é, pois, um fator determinante para que sustentem o desejo de regressar aos contextos de rua.¹⁸⁹ Sabrina é exemplo disso mesmo.

[...] ainda recorri na altura àquela coisa da Praça da Alegria que tinha uma... Santa Casa, em que me mandaram para um sítio, um albergue que eu dormi lá a primeira noite, mas não dormi mais nenhuma lá. Eu disse mesmo a eles «*prefiro dormir na rua*», porque sentia-me mais seguro na rua que dentro do albergue. Porque, é assim, não me identificava com aquelas pessoas lá dentro. Eu sabia que estava a necessitar, mas não me identificava com ninguém que estivesse lá dentro. Para já aquilo estava cheio de pulgas, logo para começar. Depois, o barulho era constante [...] eu via coisas lá dentro que nem ao diabo se lembrava. Tinha 19 anos, tinha vindo de uma zona completamente diferente, né, e comecei a levar com

¹⁸⁹ Da constatação de inexistência de respostas sociais adequadas às necessidades da população juvenil LGBT dentro do contexto nacional, a Associação “Happier Lives”, no âmbito do seu projeto “Happier Teens” constituiu, em 2013, a primeira casa de acolhimento de emergência social – a “Casa Trampolim” – dirigida a jovens, entre os 18 e os 21 anos, com orientações sexuais ou identidades de género não normativas e que se encontram em situação de exclusão social. Segundo o noticiado no Dezanove (2013, 10 de Dezembro), os responsáveis da Happier Teens frisaram que dos 37 abrigos existentes em Portugal nenhum se direcionava à população LGBT, razão pela qual este projeto foi constituído. Todavia, em 2015 o projeto terminou. Na sequência do pioneirismo desta ação, a “Associação Plano i” constituiu em, 2017, a “Casa Arco-Iris”, em Matosinhos, e a “Casa Qui – Associação de Solidariedade Social” encontra-se empenhada em construir, em Lisboa, uma estrutura que também permita dar respostas habitacionais semelhantes a esta.

aquela situação. Ao ponto que eu fui e disse a elas [assistentes sociais]: [...] «só lhes peço uma coisa: guardem-me as minhas coisas aqui. Eu posso cá vir tomar banho, mas é assim, aqui dormir eu não vou dormir». Disse mesmo a elas «sinto-me mais seguro dormir na rua, num banco de uma praça, que dormir aqui dentro». [Sabrina]

Mas nem todas as travestis passaram pela condição de sem-abrigo. Algumas, como a Cynthia, conseguiram organizar-se financeiramente, possibilitando uma independência familiar mais estruturada. «Sai de casa com os meus 19 [...] fui morar na capital da minha cidade [Goiânia]. Ai quando eu saí de casa já tinha casinha, já mobiladinha [...]. Aluguei uma casa na capital e fui morar sozinha». Porém, situações como estas tendem a ser raras. A maior parte das travestis não apresentavam condições económicas para, sozinhas, arrendarem um espaço habitacional. Assim, na chegada à “grande cidade” algumas delas conseguiram, pelo menos, assegurar o arrendamento de um pequeno quarto (geralmente em pensões) através dos rendimentos auferidas com a sua integração no mercado laboral. Observei que, ao contrário do que anteriormente tinha acontecido, as áreas de atividade nas quais agora trabalhavam, tendiam a ser predominantemente indiferenciadas em termos de género (p. ex. “restauração”, “lojista”) ou, mesmo, enquadrar-se nas representações tidas como “profissões femininas” (p. ex. “cabeleireira”, “costureira”, “cozinheira”). A acessibilidade a estes campos laborais foi-lhes facilitada uma vez que, socialmente, a homossexualidade tendia a ser associada à feminilidade. Estas oportunidades, nas quais permaneceram durante vários meses (e algumas durante anos), providenciaram-lhes conhecimentos e técnicas extremamente úteis que, mais tarde, lhes serviram para afirmar a sua identidade. Certas travestis contaram-me que, embora o salário fosse «*super baixo*» (Alessandra), sentiam-se respeitadas no trabalho, pela possibilidade de revelarem publicamente algumas características e/ou comportamentos associados ao género feminino sem sofrerem tão intensamente a discriminação como era sentida nas suas cidades de origem.

3.5.2. A Descoberta e o Encantamento Pelo “Mundo Travesti”

À medida que as jovens travestis iniciavam a imersão na “grande cidade” foram estabelecendo contactos e relações sociais fortuitas com outros rapazes homossexuais juntos de espaços públicos, como ruas e praças, e também em bares, clubes ou discotecas marcadamente *gay*.¹⁹⁰ Alguns destes indivíduos apresentavam experiências de discriminação e alienação familiar semelhantes às suas, pelo que, quando coletivamente partilhadas, os seus significados eram facilmente compreensíveis, contribuindo para promover processos de identificação. Por serem frequentadores assíduos da “noite *gay*”, acabaram por fornecer às jovens travestis importantes mecanismos de apoio e de descoberta pessoal. O envolvimento e participação cada vez mais frequente junto das casas de diversão noturna – “santuários da liberdade sexual” (Berkowitz & Belgrave, 2010, p. 169) – chegando, algumas delas, a trabalhar nestes espaços,

¹⁹⁰ Nas narrativas de algumas travestis portuguesas há referência aos Armazéns do Chiado, à Estação Ferroviária do Rossio e ao *Finalmente Club* como espaços nos quais estabeleceram esses primeiros contactos. Estes espaços, apropriados maioritariamente por *gays*, constituíam-se como territórios promotores de sociabilidade não heteronormativas, e que se apresentavam de grande importância para determinadas franjas da população.

contribuiu para que construíssem novos relacionamentos sociais e, nalguns casos, sistemas familiares alternativos. Estas novas redes e espaços socializadores – sentidos como “refúgios” físico e emocionalmente seguros – foram também fundamentais para explorarem relações sexuais homoeróticas¹⁹¹ e estabeleceram uma primeira aproximação ao “mundo das travestis”, muito especialmente, ao que se encontrava associado às artes do espetáculo *transformista*. Aí deparavam-se com esplendorosas «*artistas de palco*», como descreveu Carina para se referir às travestis transformistas. Porém, nestes espaços performativos era frequente a presença de outras travestis que, contrariamente à maioria das “artistas”, apresentavam alterações corporais e de género mais permanentes. O contacto próximo com a diversidade de identidades e expressões de género, o reconhecimento da existência de pessoas que se assemelhavam a si e a “partilha de experiências” (Hines, 2007b, p. 164) permitiu-lhes saber que não eram “as únicas no mundo” (o que ajudou a aliviar alguns conflitos internos e sentimentos de isolamento), despertando nelas um “fascínio” por estes contextos (micro)comunitários. «*Eu sempre quis virar mulher, desde criança. Mas depois quando [a minha mãe me] pôs fora de casa foi quando eu comecei a descobrir os travestis no “Finalmente” e isso tudo. E encantei-me logo todo*», declarou Priscila. A descoberta e “encantamento” pelo “mundo travesti” foi a porta de entrada para uma nova realidade, que exigiu processos de ressocialização para imergir nela. Foi, precisamente, a partir deste momento que começaram a adquirir no seu vocabulário o termo “travesti” e fazer uso dele.

Para algumas delas, a experiência como transformista constava como um dos “pontos de viragem” importantes no seu processo de «*virar travesti*». Através da realização de *shows*, tiveram a possibilidade de atuar, pela primeira vez, «*montadas*» de mulher, isto é, vestidas com roupas, adereços, maquilhagem, perucas, esponjas e enchimentos (que possibilitavam a elaboração artificial de seios e ancas) que as faziam aparentar ser “verdadeiras mulheres”.¹⁹² O reconhecimento, a fama e a valorização obtida nestes espaços, quer por via das novas amigas, quer por via dos parceiros sexuais e clientes masculinos aí presentes, motivaram-nas fortemente para iniciarem um período de transição de género, vivido alternadamente. As roupas e adereços femininos começaram a ser utilizados com maior frequência nos períodos noturnos e/ou contextos privados como estes, ao passo que a apresentação masculina ou meio andrógina se cingia aos períodos diurnos e/ou contextos públicos (rua ou locais de trabalho) por, ainda, manifestarem uma certa “vergonha”. Mas, paulatinamente, o desejo de se sentirem mais femininas foi sendo reforçado e influenciado por meio de um duplo processo de identificação e aprendizagem com as outras travestis, em especial, as mais velhas e experientes que as aconselhavam, ensinavam e ajudavam nessa árdua tarefa. Elas reconheciam que uma maior feminilidade significava um maior nível de atração

¹⁹¹ Nalgumas narrativas, estas relações sexuais podiam envolver a troca de bens materiais como dinheiro, prendas, roupas ou jantares. Todavia, não eram consideradas pelas jovens travestis como uma forma de prostituição na medida em que a sua consumação não estava dependente destes bens. Eram “ofertas” que podiam surgir (ou não) por parte de alguns homens mais “generosos” que, entretanto, iam conhecendo na “noite *gay*”. Ivone declarou esta situação nas seguintes palavras «*Não era prostituta! Fazia sempre ‘brincadeiras’ com os homens. Os homens é que nos davam sempre dinheiro*».

¹⁹² «*Montar-se*» é uma expressão *emic* para designar o processo de produção travesti no qual os signos visuais masculinos exteriores são apagados e redefinidos por outros, dando lugar a uma aparência de género feminina. Este processo requer uma apropriação de indumentária, elementos gestuais, físicos e corporais adequados.

sexual para muitos dos homens masculinos presentes nestes contextos. Assim, além do modo de vestir, começaram a adotar nomes femininos, a fazer uso do género gramatical feminino para se referirem a si mesmas e a adequarem a linguagem corporal ao comportamento estereotipado das mulheres. A aparência também sofreu pequenas alterações: deixaram crescer o cabelo e as unhas, usavam pestanas postiças e maquilhagem para esconder a barba, depilavam as pernas, redefiniam o contorno das sobrancelhas e retiravam os pelos do rosto. Algumas chegavam a consumir e aplicar produtos hormonais referenciados por outras travestis. Lentamente, por meio do uso de um conjunto de tecnologias e dispositivos normalizadores, foram aprendendo a «*montar-se*» e transformar-se física e emocionalmente numa “mulher”. O assumir desta identidade inaugurou, assim, numa nova fase da sua vida. No entanto, o investimento na aquisição de uma completa aparência feminina, requerida pela adoção de transformações corporais permanentes, só foi possível com a sua integração posterior na prostituição.

CAPÍTULO 4

O “CONDE”: UM TERRITÓRIO ABERTO AO MERCADO DO SEXO

4.1. A ENTRADA NO TRABALHO SEXUAL: MOTIVAÇÕES INICIAIS

Após terem fugido ou sido expulsas dos ambientes familiares de origem, as travestis viram-se sozinhas, desprovidas de residência fixa, sem trabalho, sem redes de apoio ou suporte social de familiares, amigos e, inclusive, dos serviços sociais formais que não as conseguiram assistir convenientemente. Pouco tempo depois de terem chegado à “grande cidade”, o trabalho sexual surgiu-lhes como uma possibilidade para ganharem dinheiro, de modo a suprimir as suas necessidades básicas. «*Eu estava sozinha, eu tinha saído de casa da minha mãe, eu estava na rua e eu precisava de comer. Eu sabia que a minha única maneira de sobreviver era de me vender*», disse-me Marlene. Carina, que aos 18 anos iniciou a prostituição, também me confidenciou «*o que me fez prostituir foi mesmo a falta de dinheiro para pagar uma pensão porque não havia trabalho e precisava de a pagar. Se não a pagasse, ia para a rua*». Em conversa com Ivone, uma outra travesti, ela fez uso da expressão «*vi-me obrigada*» para demonstrar, precisamente, o sentimento de ter sido compelida a prostituir-se, pela inexistência de outras possibilidades para «*ganhar a vida*». As motivações financeiras, ligadas à sobrevivência, foram, pois, razões centrais para que a maior parte das travestis decidissem enveredar pelo trabalho sexual, ainda jovens, com idades inferiores aos 21 anos (anexo F).

Uma grande parte dos estudos que se têm debruçado sobre esta realidade aponta, de facto, a prostituição como a “única alternativa” das travestis (Garcia, 2007, p. 51; Leichtentritt e Arad, 2004, p. 364; Ornat, 2008, p. 103). O argumento da “necessidade premente de sobrevivência” tende a ser usado, com frequência, para identificar “a causa” responsável pelo seu envolvimento no universo da prostituição. Porém, como afirma Oliveira (2011a, p. 183, *italico meu*), “a ideia de uma *trajetória tipo* que prediz a entrada na prostituição e define as pessoas que se prostituem não é sustentada empiricamente”. As causas circunstanciais que conduzem ao trabalho sexual são diversas, apresentando “uma relação complexa e repleta de ruturas, normalizações e negociações variadas” (Santos, 2012, p. 115), e por isso, não podem ser reduzidas a uma única experiência. Se assim fosse, os percursos das pessoas que se prostituem estariam, pois, pré-determinados por meio de acontecimentos específicos, acasos ou fatalidades.

Os discursos que recaem sobre as travestis tendem recorrentemente a associar a entrada na prostituição ao resultado dos processos de marginalização. Sem dúvida que não é irrelevante a forma como o ordenamento de género influencia as relações sociais que se estabelecem com os indivíduos, especialmente, os que expressam uma identidade não normativa. Considero, também, que os constrangimentos da pobreza; das limitações opressivas; da discriminação familiar, escolar e social; da

violência física e simbólica e da falta de oportunidades laborais foram, para muitas travestis, fatores preponderantes. Mas nem todas entraram na prostituição pelas motivações ligadas à sua sobrevivência, ainda que muitas apresentassem necessidades económicas. Através de uma análise mais cuidadosa foi possível observar razões diferenciadas e, inclusive, com relativa margem de “escolha”¹⁹³ neste ingresso por reconhecerem que a atividade lhes poderia proporcionar maiores oportunidades, estabilidade económica, autonomia e melhores condições de vida. É óbvio que o estigma que incide sobre o trabalho sexual levou a que, parte delas, procurassem desvincular este aspeto. Mas há quem o tenha declarado abertamente e evidenciado que a sua entrada tenha sido baseada numa decisão pessoal, consciente e assente na avaliação do “custo-benefício” (Sanders et al., 2009, p. 39) que a prostituição lhes poderia oferecer naquele momento da sua vida.

Ivone e Olga, por exemplo, enveredaram pelo trabalho sexual por este lhes possibilitar a obtenção de «*dinheiro fácil*» – adquirido de forma rápida, em quantidades suficientes e sem dispêndio de muito esforço – para resolverem dificuldades financeiras relacionadas com dívidas provenientes de créditos bancários entretanto contraídos. Ambas trabalhavam e, por tal, a sua sobrevivência encontrava-se assegurada por meio do seu ordenado. Contudo, a determinado momento, os rendimentos que auferiam mostraram-se insuficientes para conseguir dar resposta à necessidade de liquidação dos valores em dívida. A crescente pressão das entidades bancárias para cumprirem, com urgência, os compromissos assumidos foi gerador de sentimentos de «*desespero*», tal como me verbalizaram.

Eu tinha muitas dívidas que ultrapassavam os 5000€ [...] Contraí créditos, 5 créditos, onde eu não tinha como pagá-los e um trabalho de 600€ não dava. Eu estava a trabalhar [...] era subgerente da Telepizza, e estava a ter um futuro e prontos [...] começou-me a aparecer dívidas para pagar, créditos e acabei por entrar nesta vida porque foi a única maneira de ganhar *dinheiro fácil* e saber que não tinha de esperar até ao final do mês para receber o ordenado. [Olga]

Além do trabalho sexual possibilitar a resolução de problemas financeiros, ele mostrou-se, na experiência de Leila e Carole, uma alternativa viável para incrementar os rendimentos e propiciar melhores condições de vida, não só para si, como para as suas famílias. Leila era cabeleireira, identificando-se bastante com a profissão exercida. O seu profissionalismo levou-a, inclusive, a ter alguma notoriedade. Segundo ela, chegou a ser bastante «*reconhecida na cidade*». Embora «*o dinheiro suado*» que auferia fosse suficiente para se sustentar, era limitado para conseguir auxiliar monetariamente a mãe, empregada de balcão numa padaria, e proporcionar-lhe determinados bens e serviços. Como ela me explicitou «*se você trabalhar num “lugar normal” não vai ter essa possibilidade*». Carole é outra travesti que, aos 22 anos, abandonou livremente o trabalho de rececionista. A observação de colegas prostitutas que obtinham proveitos financeiros muito superiores aos seus, fê-la desistir dessa atividade para se dedicar, em exclusivo, à prostituição.

¹⁹³ A sociedade tende a ver os trabalhadores do sexo como “vítimas”. Por isso, a sua capacidade de agência e autodeterminação para tomar decisões ou escolher o que fazer com o seu corpo é, muitas vezes, negada. Para se aprofundar a discussão acerca do argumento de “escolha” na entrada no trabalho sexual poderá ser consultado a obra de Teela Sanders, Maggie O’Neill e Jane Pitcher (2009, p. 9-12).

[...] eu era encarregada [de um apartamento dedicado à prostituição], atendia o telefone da casa [...] na altura [...] era 700€ que eu ganhava por mês, mas acabei “crescendo o olho” [...] enquanto eu ganhava 700€, elas [prostitutas] ganhavam num dia o que ganhava [...] depois eu comecei a fazer contas [...] Então... «o que é que eu estou fazendo aqui?» não é?! [...] aí comecei a trabalhar nisso também, comecei e aí eu vi que o que eu ganhava num mês eu ganhei num dia, aí engrenei nisso, não voltei mais... [Carole]

Na experiência de Leila e Carole, a decisão pessoal para enveredarem pela prostituição foi, claramente, baseada no desejo legítimo de quererem ganhar mais dinheiro do que aquele a que se encontravam habituadas. Assim, a ideia vincada nos discursos que apresentam a prostituição como “o único caminho possível” parece encontra-se enviesada. Mas ainda que os argumentos acerca da necessidade de sobrevivência, a resolução de dificuldades financeiras e a procura por maiores proveitos fossem os mais preponderantes, na realidade, também não se esgotavam nestes. A satisfação pessoal e a possibilidade de se sentirem desejadas em termos emocionais, afetivos ou sexuais também fez parte das suas motivações. Conforme também evidenciado por outros autores,¹⁹⁴ a prostituição pode ser vista, para algumas travestis, como uma experiência bastante prazerosa o que contribui, obviamente, para uma maior complexificação dos significados envolvidos neste processo de “escolha”. Rafaela decidiu entrar na prostituição «*depois de uma desilusão amorosa*». O término do namoro, de duração de cinco anos, foi gerador de algum sofrimento. Mas com o tempo descobriu que este acontecimento lhe favoreceu maior liberdade e independência pessoal, possibilitando-lhe frequentar espaços de diversão noturna que, até então, nunca tinha tido a oportunidade de conhecer. Foi, precisamente nestes espaços, nos quais se atrevia apresentar-se «*montada*» de mulher, que constatou ser alvo frequente de assédio. «*Eu chegava aos lugares e ofereciam-me dinheiro [...]. Fui para o “Finalmente” encontrei lá duas pessoas que... “Ah, quanto levas?” [...]. Saía na rua, apanhava um táxi para ir para a discoteca e já vinha logo um, parava. [...] e dizia “Quanto levas?”, “Para onde vais?”*». Esta descoberta, aliada ao desejo em não restabelecer relações afetivas sólidas e prolongadas, motivou-a a retirar vantagens da situação. Rafaela encontrava-se integrada profissionalmente, obtendo um vencimento superior ao salário mínimo nacional. Porém, a decisão de estabelecer relações sexuais comerciais em *part-time* foi, para ela, uma estratégia para obter um rendimento «*extra*» – complementando o seu ordenado¹⁹⁵ – e, simultaneamente, obter sexo, prazer e atenção dos clientes. «*Não queria mais nada sério com ninguém. Ainda tenho prazer, tenho sexo e tenho dinheiro*», disse-me ela.

Bianca passou por uma experiência semelhante à de Rafaela. Dos muitos homens que manifestavam interesse sexual por ela, um deles tentou, com grande insistência, seduzi-la. Perante a situação, Bianca ponderou «*juntar o útil ao agradável*» – isto é, beneficiar de ganhos financeiros e prazer sexual – e, assim, iniciar práticas de sexo comercial. «*E esse um, passou para mais um, que passou para mais outro, que passou a mais outro... quando eu dei conta já ganhava mais com isso do*

¹⁹⁴ Nomeadamente por Benedetti (2005), Garcia (2007), Santos (2012), Kulick (2008 [1998]) e Welzer-Lang (1994).

¹⁹⁵ Uma parte significativa das travestis que, na altura, se mantinham integradas profissionalmente, referiram-me que a prostituição visava a obtenção de «*dinheiro extra*» para usufruírem de bens e serviços voltados para o lazer, evitando, assim, “mexer” no ordenado que era destinado ao pagamento integral das despesas ligadas à sua sobrevivência. Nas experiências de Sabrina «*eu ia à rua, fazia um ou dois [clientes], ganhava aquele dinheiro e... e era para aquilo que eu queria, para gastar, para a noite*». Santos (2012, p. 118) também verificou este mesmo aspeto na sua investigação.

que no meu trabalho». Esta constatação fê-la investir mais tempo na prostituição, ao ponto de se dedicar a ela a *full-time*. Para Carina, uma outra travesti, o estabelecimento de relações sexuais comerciais significava a possibilidade de aceder a modos de interação, convívio e diálogo com indivíduos que, de certa maneira, a faziam sentir-se admirada, elogiada e desejada, colmatando a sua necessidade de atenção, proveniente de carências afetivas.

Aliadas à dimensão económica estavam presentes dimensões relacionadas com o prazer e a gratificação pessoal, situação que reforça o argumento de que as travestis podem implicar-se na prostituição movidas por razões descentradas da necessidade de sobrevivência. Para compreender as suas motivações é, pois, fundamental, proceder a relações multicausais que tenham em conta diferentes dimensões, não só de ordem económica, mas também social, familiar, afetiva/emocional, sexual, cultural ou género, capazes de interpretar o sentido que as travestis atribuem às suas próprias ações.

4.2. «DESCER NA RUA» E INGRESSAR NO TERRITÓRIO PROSTITUCIONAL

À medida que as jovens travestis estabeleciam interações sociais com diferentes indivíduos nos contextos de diversão noturna, particularmente nos bares e casas de espetáculo *transformista*, elas iam tomando conhecimento que algumas das travestis mais velhas e experientes exerciam, de modo pontual ou frequente, a prostituição de rua. A partilha de experiências vividas no “mundo da prostituição”, assim como a indicação dos espaços e locais da cidade onde a atividade era exercida, permitia-lhes uma aproximação gradual à realidade do trabalho sexual. E inversamente, ao ser aprofundada a amizade, as travestis “veteranas” acabavam, também elas, por ter conhecimento de diferentes aspetos da vida privada das travestis “novatas”. Movidas por uma clara identificação com a sua própria história de vida, disponibilizavam-se a prestar-lhes ajuda. Esta ação representava uma retribuição simbólica do apoio que, um dia, também elas tinham recebido de outra travesti.

Nas situações em que se confrontavam com a necessidade de sobrevivência das “novatas”, essa ajuda era expressa na concessão imediata de apoio alimentar, monetário e/ou habitacional. Fabiana foi uma das pessoas assistidas por uma travesti que tinha conhecido nos “Armazéns do Chiado”. «*Durante dois dias deu-me de comer, deu-me onde dormir, ela também pagava diária, na altura era 20€ por dia*». Situação semelhante foi partilhada por Olga, tendo referido que a sua nova “amiga”, ao sentir-se consternada e compadecida com a situação, não a deixou passar fome. «*Isso nunca. Pagava-me almoços, jantares, cafés, comprava comida para casa*». Nas restantes situações em que as jovens travestis não apresentavam uma condição económica e social tão frágil, a ajuda passava pela facilitação do ingresso no mundo prostitucional. As “veteranas” salientavam-lhes as vantagens dessa prática, referindo-lhes, de modo convincente e persuasivo, os aspetos da obtenção de «*dinheiro fácil*», da rentabilidade do negócio e da liberdade de horários e dias de trabalho. Por vezes, dirigiam-lhes convites para integrarem o território prostitucional onde elas próprias prestavam serviços sexuais comerciais. O conhecimento e domínio das regras e dinâmicas de funcionamento desse território – repleto de contrariedades, conflitos

e disputas de toda a ordem – era sentido como um recurso valioso que possuíam, a fim de facilitar a introdução das novas travestis na prostituição. Isto porque o ingresso não era realizado de forma autónoma ou independente, tal como poderíamos supor. Para que uma “novata” pudesse entrar e permanecer na rua com as demais travestis, era necessário que as mais velhas (em idade) ou experientes na prostituição (com mais anos de exercício da atividade) a aceitassem e concedessem o seu aval.¹⁹⁶ Por isso, serem auxiliadas na entrada por uma “veterana”, moralmente reconhecida perante o grupo de travestis, era uma enorme ajuda que, naquele momento, lhes podiam (e conseguiam) oferecer.

[...] nesse bar conheci a Micaela e a Olga. Elas foram lá fazer *show*. Depois [...] tivemos a explicar [a nossa situação] [...] estávamos sem trabalho, sem nada. A Micaela disse «*Olha, se quiserem posso-vos “descer na rua”. Sempre fazem alguma coisa, têm o vosso dinheiro, dá para alugar a vossa casa, dá para se desenrascarem, né?*». Foi assim, sempre é melhor do que andar a dormir na rua, não é? [Liliana]

[...] comecei a sair à noite, comecei a conhecer, esta conhece aquela, aquela conhece a outra e depois começa a haver amizades... Fui morar para uma casa [...] onde havia pessoas dali. «*Ah, mas não tens dinheiro? Anda com a gente*». Pronto. «*Ah, eu vou só hoje*». No primeiro dia que pus os pés naquela rua fiz quase 300€. «*Ah, amanhã eu vou outra vez*». E começa por aí. E já lá vão 10 anos. [Rebeca]

A possibilidade de serem «*descidas na rua*», acompanhadas por uma “veterana” que lhes garantisse apoio, proteção e segurança face a eventuais riscos existentes num território, até então, totalmente desconhecido por elas, diminuía, de certa maneira, as incertezas e ansiedades inerentes de quem é inexperiente. Como tal, a decisão de entrada na prostituição acabou por ser influenciada por outras travestis,¹⁹⁷ sem, no entanto, as considerarem uma “má influência”. Antes, pelo contrário. As jovens travestis viam-nas como figuras fundamentais na sua vida, porque tinham-nas ajudado a alterar a sua trajetória precisamente num momento crítico de grande indecisão sobre o rumo a tomar. Os sentimentos expressos para com elas eram, quase sempre, de enorme gratidão. Olga chegou a dizer-me que a “veterana” que a tinha ajudado a integrar o território tinha sido a sua «*salvação*». Por isso, mantinha para com ela um enorme respeito e admiração.

Durante os primeiros dias, e até as “novatas” conseguirem investir economicamente na compra de indumentária específica para o exercício da prostituição, eram as “veteranas” que as ajudavam no processo de «*montagem*», por meio de empréstimo de roupa, sapatos, perucas, maquilhagens, malas e outros adereços femininos necessários. «*Conheci o “Finalmente” e conheci lá uma travesti [...] também costumava parar ali na rua [...] ela achou-me piada. Levou-me para a pensão onde ela vivia e foi ela que me começou a montar de mulher e a trazer-me para o “Conde Redondo”*», referiu Dalila sobre a sua «*descida na rua*». De facto, caso não se apresentassem «*montadas*» a sua permanência no território era, de imediato, interdita, porque ali, a prostituição de homens com aparência masculina era proibida.

¹⁹⁶ Diva foi uma das poucas travestis que me referiu ter ingressado no território prostitucional de forma autónoma. «*Eu fui sozinha. Eu já sabia que era ali. Soube por causa dos bares à noite e eu ouvia essas conversinhas que pessoas trans iam lá*». Quem, porventura, tentasse penetrar o território, deparava-se com inúmeras dificuldades, uma vez que as “veteranas” colocavam fortes entraves à entrada de outras travestis no seu espaço de trabalho conforme será evidenciado no ponto 4.4.

¹⁹⁷ Parte da literatura tem observado que a entrada na prostituição ocorre, em muitos dos casos, por influência de pessoas amigas, geralmente trabalhadoras do sexo (Benedetti, 2005; Leichtentritt & Arad, 2004; Luís, 2018; Oliveira, 2011a; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2008; Santos, 2012).

Esta era uma das regras mais elementares do grupo. De forma a facilitar a «descida na rua», as “veteranas” transmitiam-lhes algumas normas de conduta e adequação de comportamentos indispensáveis para conseguirem exercer a prostituição de forma tranquila, sem gerarem problemas ou conflitos com as restantes colegas de trabalho. Dessas normas constavam a não invasão de ruas, para além daquela que era do domínio da travesti experiente, na qual a “novata” tinha sido *descida*. Permanecer nela e não transgredir a organização do território era, pois, primordial. Constavam, também, recomendações para não realizarem preços inferiores aos praticados pelas demais travestis, aquando da prestação dos seus serviços sexuais. Além de regras, as “veteranas” comunicavam-lhes conhecimentos, saberes e “truques” específicos da profissão – alguns deles extremamente úteis – adquiridos ao longo dos anos, por meio da sua prática, relacionados com formas de negociar e seduzir os clientes, práticas sexuais permitidas e interditas, meios de proteção sexual, códigos linguísticos existentes entre prostitutas, modos de obter maiores proveitos económicos (nos quais se incluíam roubos e furtos),¹⁹⁸ estratégias comportamentais de defesa pessoal perante tentativas de violência praticadas por clientes ou transeuntes, entre outros aspetos.

Deste modo, a travesti “veterana” acabava por se implicar num processo de orientação e aconselhamento permanente da travesti “novata”. Junto dela efetuava uma interação de “tutoria pedagógica” baseada na proximidade, com o objetivo de ensiná-la a aculturar-se no território. Em certas situações, a afinidade estabelecida podia ganhar um significado semelhante ao de uma filiação maternal, na qual a travesti mais experiente se orgulhava em desempenhar o papel de “mãe” ou “madrinha” das travestis mais novas, consideradas suas “filhas”, a quem prestavam cuidado e proteção.¹⁹⁹ No entanto, o desempenho destes papéis tinha o propósito de garantir a organização do grupo em divisões hierárquicas, na qual a “filha” devia respeitar forçosamente a “mãe”, a fim de não sofrer punições.

Nem sempre a concessão da “tutoria”, que conectava “mãe” e “filha”, era totalmente desinteressada. Por vezes, havia um aproveitamento da inexperiência (e até da ingenuidade) das jovens travestis, expresso na obrigatoriedade destas cumprirem o pagamento de uma determinada quantia de dinheiro estipulada pela “mãe”,²⁰⁰ a fim de lhes ser garantida a continuidade do acompanhamento até então prestado, assim como da permissão para «descerem na rua» que se encontrava sob o seu poder. Na linguagem travesti, a “veterana” que apresentava um interesse em lucrar com o trabalho da “novata” era denominada por «cafetina». Alessandra, a quem lhe foi cobrado o valor 2000€ para poder exercer a prostituição no território, define a figura da «cafetina» como «uma pessoa que toma conta da rua, que te “desce na rua” e você tem de pagar para ela». Cynthia, uma outra «cafetinada», explicou-me melhor

¹⁹⁸ Ivone declarou-me que a “amiga” travesti que a «desceu na rua» ensinou-lhe formas de roubar os clientes, tendo-lhe previamente dito «lá, até vais aprender a ser ladra, porque todas as maricas roubam, todas as travestis roubam». Embora esta generalização não fosse totalmente verdadeira, algumas travestis acabavam por aprender estratégias para “sacar” dinheiro aos clientes sem que estes se apercebessem do roubo.

¹⁹⁹ Situação também observada por Garcia (2007), Luís (2018), Pelúcio (2005b, 2007b), Nogueira (2013), Reisner et al. (2009), Teixeira (2008) e Vogel (2009).

²⁰⁰ Esta quantia não se regia por nenhum critério pré-estabelecido. A “mãe” tanto poderia negociar com a “filha” o valor de um único pagamento, aquando da sua entrada na prostituição; como cobrar pagamentos semanais de valor fixo; ou ainda solicitar o pagamento de uma percentagem diária, de acordo com o número de clientes que a “filha” conseguisse realizar em cada noite.

esta situação: «*As mais velhas é que comandavam [...] a gente pagava uma “taxinha” para ficar na rua para elas protegerem a gente. “É minha filha, ninguém mexe!” [...] Ela protegia. Não deixava ninguém fazer mal*». ²⁰¹ Este tipo de comportamento apresentava ligações muito próximas às práticas de proxenetismo, enquanto ato de organizar ou lucrar com a prostituição de outra pessoa. ²⁰² Veja-se que a jornalista Valentina Marcelino (2009, 8 de Março) deu a conhecer uma investigação criminal desenvolvida sob a tutela do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, que confirmou a existência de situações de extorsão e lenocínio relacionada com esta matéria. A notícia, publicada no Diário de Notícias, declarava explicitamente o modo de procedimento: «*a cada travesti era atribuída uma rua, ou um pedaço de rua, os quais, por sua vez tinham de pagar 100€ por semana aos líderes para ali poderem exercer a sua atividade*». O facto de as relações entre “mãe” e “filha” serem constituídas com base numa dimensão afetiva, levava a que muitas jovens travestis não atribuíssem um significado de “exploração” a este tipo de práticas. O pagamento era visto como uma retribuição pela segurança e proteção pessoal que a “mãe” lhe concedia. Inclusive, caso a figura materna se encontrasse a trabalhar e a viver fora de Portugal, essa proteção era mantida. Nesta situação, as rixas e conflitos surgidos entre as travestis eram solucionados simplesmente com a realização de telefonemas internacionais ou de intimidações redigidas nas páginas pessoais de *facebook* da travesti que estava a incomodar a sua “filha”. Mas em casos de maior gravidade, as “mães” chegavam a deslocar-se propositadamente a Portugal para resolver, de imediato, todos os problemas. Daí que Pelúcio (2007a, p. 66) veja as «*cafetinas*» como “elementos organizadores das relações sociais e territoriais”.

[...] ela descia [...] para te defender. Então, quer dizer, você ficava tranquila. Você pagava para ela, mas tinha segurança. [...] porque eu estou sendo protegida [...]. Se você paga a uma pessoa para te estar olhando, isto é uma questão de segurança, entendeu? Não te está extorquindo. Não parte de extorsão porque o povo diz «*Ah, está extorquindo*». Não! Não é extorsão porque se você precisar dela, ela vai estar ali. [Leila]

As jovens travestis apenas consideravam a situação como “exploração” quando se sentiam pressionadas para pagar os valores “negociados”, sem que dessa ação houvesse uma retribuição de “verdadeira” proteção. Nestes casos, constatavam que o interesse por elas era puramente económico e, como tal, era gerador de um enorme desapontamento face à figura que a devia defender. A «*cafetinagem*» perdurava até a “novata” compreender a totalidade das dinâmicas presentes no território e, então, conquistar paulatinamente o seu lugar, por meio da manifestação de atos de resistência, rebeldia e insubordinação às ordens da “veterana”, geradores de situações de conflitos e violência física, consideradas pelas demais travestis de extrema audácia e ousadia. Na experiência de Cynthia «*durou só até quando se é novinha*.

²⁰¹ O termo «*cafetina*» foi importado pelas travestis brasileiras que, posteriormente, o disseminaram em Portugal, em especial, junto do *Conde*. Na realidade brasileira, o termo era usado para designar uma travesti, mais velha, administradora de uma casa ou pensão, na qual residiam outras jovens travestis, a quem era cobrado o pagamento da «*diária*» pela moradia (Garcia, 2007, p. 62; Pelúcio, 2007a, p. 244). Já no contexto português, a sua utilização servia para designar outras situações que não se encontravam somente ligadas à obtenção de lucro, por razões de moradia. Embora estas, também, ocorressem, o termo era principalmente usado para designar as “veteranas” que cobravam um valor pela integração das “novatas” no território prostitucional. O seu significado é análogo ao de “chulo”, presente na prostituição feminina, embora haja algumas diferenças no que respeita ao tipo de vínculo (escolhido e não imposto) que era estabelecido entre «*cafetina*» e «*cafetinada*».

²⁰² Este conceito poderá ser aprofundado em Costa e Alves (2001, p. 191-194) e Johanne Vernier (2005, p. 121-152).

Depois que você vai ficando “cobrinha”, já não tem mais cafetinagem». A coragem necessária para enfrentar as “veteranas” provinha, muitas vezes, do suporte de outras travestis com quem acabavam por estabelecer laços de amizade. Mas como reconhece Marcio Ornat (2008, p. 105), é em função das adversidades sofridas, primeiro na infância e juventude, depois na fase adulta “que elas se tornam mais decididas, mais firmes, mais fortes, mais espertas, guerreiras em defesa da sua própria vida”. E, de facto, esta foi precisamente a imagem que tive delas quando as conheci pela primeira vez.

Ainda que, no passado, muitas travestis tivessem experienciado a obrigatoriedade de realizar estes pagamentos, nos últimos anos, esta prática já não era tão frequente, isto porque, a «*cafetinagem*» começou a estar associada a conotações extremamente negativas junto do grupo. Quem a promovesse acabava por não ser bem-vista perante as restantes travestis. Como tal, estes “esquemas” tendiam a ser executados por um número diminuto de “veteranas”, em contextos tão omissos e clandestinos que davam a ideia de se encontrar erradicados. No entanto, as travestis tinham conhecimento que a prática continuava a ser exercida. Amiúde, “ouviam” e partilhavam histórias de “novatas” «*cafetinadas*». Contudo não declaravam abertamente esta situação porque receavam ver-se envolvidas em conflitos com as travestis que mantinham a prática. A «*cafetinagem*» era, assim, um tema tabu. Sabia-se que existia, mas não se falava dela.

Independentemente de, hoje em dia, existirem (ou não) processos de «*cafetinagem*», as “mães” apresentavam um papel primordial na edificação da travestilidade, na medida em que ajudavam as “filhas”, vistas ainda como «*gays montadas*» ou transformistas (por ainda serem rapazes homossexuais efeminados que se revelavam pontualmente no género feminino em contextos de diversão noturna ou prostitucionais), a *ser* e a *viver* como uma «*verdadeira travesti*». Elas reconheciam que o corpo da “novata” apresentava um enorme potencial para conseguir «*virar travesti*». Como tal, auxiliavam-na a «*fazer o corpo*», a alterar os atributos físicos andróginos em elementos femininos por meio do ensino de práticas e técnicas específicas, que elas tão bem dominavam, relativas a modos de se vestir, maquilhar e comportar; a cuidados e formas corporais mais valorizadas; ao uso de hormonas femininas; às aplicações de silicone ou intervenções cirúrgicas. Era através da convivência e socialização no espaço da rua que estes “segredos” iam sendo partilhados. Na tentativa de se encontrarem consigo mesmas, e buscarem a sua “autenticidade” (Pelúcio, 2005b, p. 232), algumas jovens travestis acabavam por assinalar nos seus corpos, o sonho de se expressar no género feminino. Deste modo, o território da prostituição era, também, um importante elemento no qual as “novatas” estabeleciam e consolidavam laços (afetivos, de amizade ou de solidariedade), adquiriam aprendizagens facilitadoras da construção da identidade e corporalidade travesti por meio da observação e troca de informações. Por isso, a prostituição constituía-se como um importante agente de socialização para aprender a ser travesti.²⁰³ Na análise efetuada por Benedetti (2000), o autor refere que:

²⁰³ Visão também partilhada por outros autores, nomeadamente, Benedetti (2000, 2005), Diehl (2009), Ferreira (2009), Garcia (2007, 2008), Oliveira (1997), Ornat (2008), Pelúcio (2005b, 2007a), Santos (2012), Silva (1993), Teixeira (2008).

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do quotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências [...]. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente. É onde, enfim, aprendem o *habitus* travesti. (itálico original, s.p.)

Em contraponto aos diferentes espaços que, até então, tinham interditado a construção identitária das jovens travestis, a prostituição proporcionava-lhes a possibilidade de observarem, ensaiarem e viverem livremente o género e a sexualidade, constituindo-se como um espaço ímpar para a troca de experiências e aprendizagens. Ornat (2008, p. 81) já havia observado que o território da prostituição era um “elemento ativo na constituição do ser travesti”, porque era através da participação e vivência das suas experiência, que se produzia essa identidade. A entrada no mercado sexual estimulou todo este processo, pela oportunidade de obtenção de dinheiro que lhes garantia o acesso a procedimentos cosméticos, estéticos e/ou médicos de transformação corporal, como também pela possibilidade de estabelecerem redes de contacto com inúmeras travestis experientes, entre as quais a sua “mãe”, que as aconselhavam e orientavam sobre as artes de como «fazer o corpo».

Eu tinha uns 15 [anos] quando me comecei a montar. Fui-me montando, fui gostando, fiz amizades com travestis que me levaram para a rua e eu fui pegando gosto daquilo. Ganhava dinheiro fácil, rápido [...] Ah, aí fui ganhando, ganhando, ganhando. De repente, quando eu fui ver eu já estava investindo no corpo. Eu queria pôr cabelo, silicone... foi assim que eu comecei a gostar, porque o dinheiro vinha rápido, fácil e prazeroso. E eu fui tirando casquinha daquilo, fui gostando e fui investindo. [Cynthia]

Sem a integração no território prostitucional, o encontro e identificação com outras pessoas “iguais” a si, as jovens travestis teriam tido dificuldades em conseguir afirmar essa identidade. Como observou Pelúcio (2005b, p. 232), é difícil tornarem-se travestis sem estarem inseridas numa rede que as suportem. «Virar travesti» só foi possível porque, em certo momento, na sua trajetória, se depararam com um determinado universo constituído por indivíduos, espaços e contextos sociais que, de alguma forma, atribuíram sentido à sua subjetividade. Ainda que o assumir da travestilidade fosse um processo individual, ele implicou a aquisição de uma identidade que, em si mesma, era coletiva, forjada e partilhada entre vários elementos no contexto da prostituição.

4.3. O «CONDE»: ASPETOS CARACTERIZADORES DO TERRITÓRIO PROSTITUCIONAL

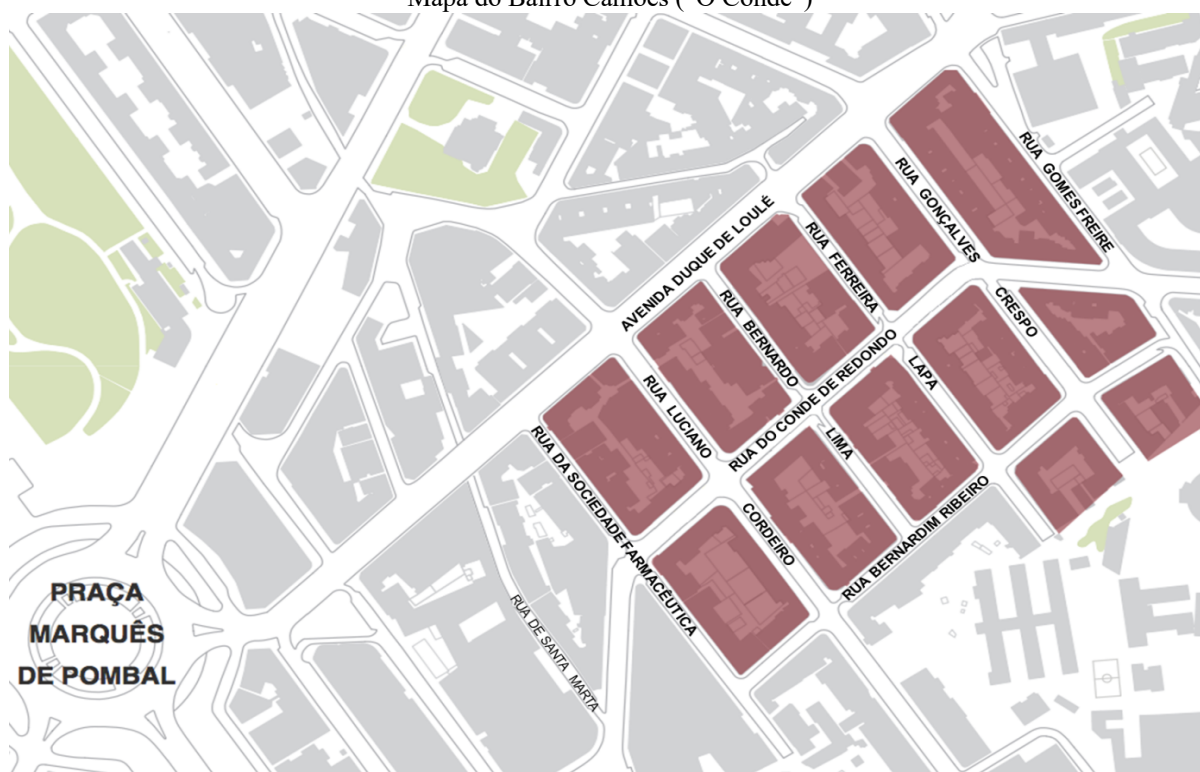
4.3.1. A Presença de Múltiplos Estabelecimentos Comerciais Ligados à Indústria do Sexo

O “Conde Redondo” era, na cidade de Lisboa, o território primordial onde as travestis exerciam a prostituição de rua. Para a grande maioria das portuguesas foi aqui que, pela primeira vez, foram «descidas», dando início à atividade prostitucional.²⁰⁴ Este território, comumente designado por elas como «O Conde», provinha do nome “Rua do Conde de Redondo” existente no “Bairro Camões”. O

²⁰⁴ Existiam, no entanto, alguns relatos, como os de Diva, Dalila e Rebeca que referiam ter iniciado a comercialização de serviços sexuais nas imediações do Parque Eduardo VII, um território de prostituição maioritariamente masculina. No entanto, a sua permanência neste espaço foi curta e pontual, até terem tomado conhecimento da existência do *Conde*. No que se refere às travestis de nacionalidade estrangeira, grande parte delas, prostituíram-se nos seus países de origem. O contacto com o *Conde* deu-se, posteriormente, aquando do seu percurso migratório transnacional em direção à Europa (cf. ponto 4.5.).

bairro, de malha praticamente ortogonal, era composto por oito quarteirões de forma retangular e quatro quarteirões de configuração diversa, sendo delimitado pelas ruas de Santa Marta e Gomes Freire, situadas a ocidente e oriente respetivamente, a sul pelo Hospital Miguel Bombarda e a norte pela Avenida Duque de Loulé. Era em função da Rua do Conde de Redondo, considerada uma artéria principal, que eram estabelecidas ligações às ruas que se encontravam perpendiculares a ela, e assegurada a continuação da Alexandre Herculano até à Avenida da Liberdade, um dos mais importantes eixos da cidade de Lisboa (Figura 2). O bairro por se encontrar contíguo à Praça do Marquês de Pombal era um espaço urbano que, durante o dia, atraía muitas pessoas e, por isso, com intensa circulação de transeuntes, carros e transportes coletivos.

Figura 2
Mapa do Bairro Camões (“O Conde”)



Fonte: adaptado de Catarina Gonçalves (2012, p. 31)

Porém, com o cair da noite, o encerramento dos estabelecimentos e o regresso de muitos indivíduos às suas casas, o bairro mergulhava numa quase desertificação, ficando reduzido apenas a alguns cafés e restaurantes que se mantinham em atividade até mais tarde, e a alguns condutores e taxistas que por ali passavam. Estas condições favoreceram o florescimento de diferentes tipos de estabelecimentos comerciais ligados à indústria do sexo, na medida em que o território conseguia conciliar simultaneamente a acessibilidade e a privacidade por se situar num local onde era fácil chegar e, ao mesmo tempo, garantir alguma descrição e invisibilidade aos sujeitos que aqui se deslocavam à procura de lazer, convívio e entretenimento.

À primeira vista, as travestis pareciam ser as únicas protagonistas que, durante a noite, prestavam serviços sexuais por se encontrarem facilmente visíveis a quem ali passava, o que levava grande parte da população associar o *Conde* às travestis. Mas através de uma observação mais atenta era possível perceber que existia um número considerável de outros agentes que, direta ou indiretamente, estavam ligados à indústria do sexo. Elas não eram as únicas que ali trabalhavam. Com base em observações próprias e informações de terceiros, identifiquei e mapeei, ao longo do trabalho de campo, um total de 19 espaços a funcionarem no território (anexo I) dos quais faziam parte *sexshops*, saunas, clubes privados de alterne e sexo *gay*, pensões, residenciais, «*puteiros*»,²⁰⁵ bares de *striptease*, boates e discotecas, um verdadeiro rodízio de estabelecimentos comerciais que vendiam múltiplas formas de diversão, erotismo, sexo e prazer. A sua diversidade era tal que conseguia captar, até si, diferentes tipos de públicos em termos de género, orientação sexual, idade, classe e nacionalidade.

O *Conde* não era um território onde apenas existiam travestis. Nele radicava um enorme e diverso mercado comercializador de serviços eróticos e sexuais, mas dentro do qual as travestis não participavam. Não porque não quisessem, mas porque simplesmente eram proibidas de frequentar a maior parte das casas e estabelecimentos comerciais. Das várias vezes que estive à conversa com alguns proprietários e empregados de algumas casas para tentar apurar o motivo por que não permitiam a entrada de travestis, responderam-me, claramente, que não queriam «*gente dessa*», com comportamentos “excêntricos” e modos de vestir “provocatórios”, nos seus estabelecimentos. Ainda que falassem e interagissem episodicamente com algumas delas, o medo de contaminação pelo estigma que as travestis eram portadoras, levava-os a desenvolver relações quotidianas meramente cordiais e distanciadas. Porém, as raparigas que trabalhavam nos bares de alterne e que surgiam acompanhadas de homens frequentadores desses bares, eram geralmente bem-vindas nesses mesmos estabelecimentos. Este tipo de discriminação encontrava-se baseada puramente numa questão de género. Corpos “infratores”, que se mostravam em conflito com a ordem vigente, sofriam penalidades, sanções e rejeições no próprio espaço onde elas eram identificadas como as figuras centrais. A conceção que Ornat (2008) apresenta sobre o território, é de que ele não é um mero espaço físico, mas um espaço fruto de interações humanas e, por isso, delimitado por e a partir de relações de poder que posicionam os indivíduos em “centro” e “margem”. Neste caso, a exclusão a que as travestis eram alvo, sem possibilidades de usufruir de toda a espacialidade, “forçava-as” a viver como *outsiders*, a apropriar e disputar as margens, as periferias, as ruas e os espaços públicos, para aí então habitarem. Era aí que,

²⁰⁵ Os «*puteiros*» eram casas particulares, inseridas em prédios residenciais, que funcionavam de forma clandestina por não se encontrarem identificadas como pensões ou residenciais “oficiais”, ou seja, negócios legais de aluguer de quartos ao dia, para fins hoteleiros. Aos clientes que a elas recorriam eram cobrados valores pela sua utilização, variável entre cinco a 15€. Estes preços, geralmente, inferiores aos praticados pelas restantes pensões ou residenciais, favorecia um maior movimento neste tipo de casas, situação geradora de mal-estar não só junto das pensões “oficiais” (pela concorrência desleal que era sentida, com consequências ao nível da diminuição do número de clientes), como também junto dos residentes do prédio (pelo barulho ocorrido durante a noite e, acima de tudo, pelo estigma de o condomínio integrar um espaço dedicado à prostituição). Os seus proprietários ou gerentes, sabendo que podiam vir a incorrer no crime de “lenocínio”, tomavam algumas medidas de proteção, controlando e restringindo a entrada a pessoas indesejáveis (inviabilizando, também, eventuais rusgas policiais), possibilitado o acesso dos clientes unicamente por via das raparigas estrangeiras, que os conduziam pessoalmente até lá.

privadas de regulamentação que enquadrasse e definisse o seu trabalho, tinham de se valer de uma enorme exposição pessoal a fim de conseguirem angariar clientes. No território, pareciam ser as únicas protagonistas do mercado sexual; mas eram somente a expressão mais visível e, também, a mais estigmatizada que ali se encontrava.

4.3.2. O Quotidiano Prostitucional: Hábitos, Práticas e Rotinas

A maior parte das travestis estavam confinadas a uma espacialidade (a rua) e temporalidade específica (a noite). Sem muitas possibilidades de existirem fora destes contextos, era aqui que a sua identidade era construída. Uma vez que viviam exclusivamente durante a noite quando uma boa parte da população já se encontrava a dormir e, inversamente, dormiam quando a cidade estava em pleno auge de atividade, a sua vida podia ser vista como “desorganizada”. Todavia, elas apresentavam um quotidiano regido por rotinas que atribuíam uma certa organização à sua vida. Especialmente as travestis que exerciam, em exclusivo, a prostituição de rua, eram orientadas por horários mais ou menos pré-definidos. A sua preparação era iniciada horas antes de chegarem ao *Conde*, uma vez que o conjunto de atividades que tinham de desempenhar meticulosamente no seu domicílio requeriam bastante tempo e dedicação. Na maior parte das vezes, ainda não eram seis horas da tarde e já se preparavam para a noite de trabalho. Isto porque, o processo de «*montagem*» – que ia muito para além da realização de transformações corporais permanentes – era um processo que se fazia todos os dias, e que requeria investimento, tempo, dinheiro e paciência (Diehl, 2009, p. 4). Assim, após tomarem banho e feito a «*chuca*» (limpeza do intestino), aplicavam creme hidratante e perfume em todo o corpo. Enquanto escolhiam com detalhe o vestuário, a *lingerie*, o calçado, a mala, as bijutarias e outros adereços femininos que seriam utilizados, aproveitavam para arrancar com uma pinça (às vezes sem recurso a um espelho) o «*chuchu*», isto é, a barba e os pelos que, porventura, tinham surgido no rosto e queixo. Elas consideravam-nos um obstáculo constante à construção da sua feminilidade, pelo que se implicavam, pacientemente, no seu extermínio, sobretudo as travestis que não tomavam hormonas ou que as tomavam em pequenas doses por ajudar a inibir o crescimento dos pelos.

A aplicação de maquilhagem também era essencial na sua rotina diária. Com um lápis salientavam as sobrancelhas e o contorno dos olhos. A base era aplicada em todo o rosto. Mas para conseguirem obter umas maçãs do rosto mais esculpidas, dando-lhe um ar fresco e saudável, aplicavam intensamente *blush*. Já os lábios, a fim de se tornarem grandes e carnudos, eram preenchidos com batom de cor forte, e pincelados com um *gloss* para lhes dar brilho. Posteriormente, por entre um cigarro e um gole na garrafa da cerveja, dedicavam-se a vestir, a «*aquendar a neca*»²⁰⁶ e a tratar de todos os «*pormenorzinhos técnicos*» em frente ao espelho, antes de saírem de casa.

Para algumas delas, esta preparação encontrava-se ligada a rituais de superstição. Dalila mencionou-me que após “estar pronta”, não poderia alterar o visual. Caso o fizesse saberia, de antemão,

²⁰⁶ Expressão para se referirem ao modo de esconder convenientemente o pénis («*neca*»).

que a noite não seria bem-sucedida. «*Se meter uma coisa na cara e não gostar, já não posso modificar. Se eu for modificar [...] eu chego à rua e é como se estivesse invisível. É que eles [clientes] passam, olham e nem param para mim [...]. É escusado. Posso limpar a cara e ir deitar-me porque a noite já não vai correr como eu gosto*». Desta preparação prévia constava, também, a realização de ações e cerimónias baseadas em crenças religiosas, esotéricas ou espirituais (situação também observada por Kulick, 2008 [1998]). Quando fui a casa da Olga observei que, no seu quarto, existia um pequeno altar constituído por terços, estátuas e pagelas a representarem figuras de santos. Antes de ir para a rua, tinha por hábito acender, no altar, uma pequena vela. Alessandra, além de velas queimava incensos e realizava oferendas de pratos de alimentos e bebidas, uma vez que apresentava influências do Candomblé, a sua religião no Brasil. Havia quem realizasse orações e, outras ainda, que portassem ao pescoço (ou, escondidas, dentro da mala) medalhas religiosas que serviam de amuleto. Embora fosse raro encontrar travestis praticantes de uma religião organizada e institucional, a verdade é que grande parte delas gastava parte do seu tempo a consumir rituais, dirigidos a “entidades divinas” – podendo estas serem deuses, espíritos, pessoas falecidas ou energias cósmicas – não com um propósito estrito de adoração e louvor, mas, acima de tudo, para afastar as invejas de outras travestis, atrair clientes, dinheiro e, acima de tudo, proteção pessoal durante a permanência na rua e o desempenho da atividade laboral («*sempre rezo, peço a Deus proteção porque a rua é uma coisa perigosa, né?*», afirmou-me Leila). As noites de êxito, nas quais conseguiam adquirir mais dinheiro do que o habitual ou sair ilesas a situações de perigo, contribuíam obviamente para reforçar esta “fé” e “devoção”, mostrando-se gratas às “entidades” a quem tinham solicitado ajuda. «*Eu agradeço sempre o meu dia, o meu amanhecer, entendeu? Porque você está viva, você está bem, ninguém te fez maldades*», adiantou Leila.

Para as travestis que não residiam num local próximo ao *Conde*, a saída de casa era previamente planeada. Entre elas era bastante comum desejarem morar próximo ao território prostitucional não só pela facilidade de deslocamento, geralmente a pé, como também pela possibilidade de utilizar o apartamento como uma extensão da rua, levando os clientes para a casa, efetuando aí os serviços sexuais e, dessa forma, poupar o dinheiro que pagariam às pensões, a cada «*visita*» realizada. Todavia, os problemas habitacionais eram, de facto, um dos mais difíceis com que as travestis se confrontavam. Tentar arrendar uma casa (especialmente na zona do *Conde*), sem a apresentação de comprovativos da sua capacidade financeira exigida por muitos senhorios era, desde logo, um entrave. Além disso, nem sempre os senhorios viam com bons olhos o arrendamento do imóvel, pertencente a uma “casa de família”, a uma travesti.

[...] o problema é: quem é que aluga uma casa a uma travesti? [silêncio] Quem? Ninguém! Eu já fui com um amigo meu ver uma casa e fui acompanhada, de propósito, para parecemos um casal. Mas viram que era travesti e arranjaram uma desculpa que a casa já estava alugada e tal. Percebes? Olha, eu já tive 6 meses a viver nas ruas. 6 MESES!!! [Xana, Diário de Campo, 23 de Novembro de 2012]

Ainda que as travestis sem transformações corporais apresentassem uma maior facilidade em aceder a uma habitação (por conseguirem afigurar-se no género masculino), as que apresentavam uma transição

de género evidente, carregavam no corpo o estigma associado a essa “transgressão”. Com efeito, os senhorios cobravam-lhes, frequentemente, valores de renda muito acima aos praticados²⁰⁷ e exigiam-lhes o pagamento de vários meses de caução de forma a compensar o facto de terem uma travesti como inquilina. Deste modo, a alternativa mais viável que muitas encontravam para se manterem próximas ao território prostitucional era arrendar um apartamento em conjunto com outras travestis, mesmo que isso significasse terem de viver confinadas a quartos ou partes de casa, alguns deles espaços exíguos e de pequenas dimensões. Porém, uma vez que o espaço doméstico era partilhado, os elementos que o compunham acabavam por se estruturar e, até mesmo, funcionar como uma família, existindo divisões de tarefas e despesas, refeições conjuntas, ações de cooperação, nomeadamente ao nível de suporte económico e/ou emocional (cf. ponto 7.2.2.).

As travestis que viviam geograficamente distanciadas do *Conde* não se aventuravam a utilizar os transportes públicos para se deslocar até ele. Essa deslocação acontecia, quase sempre, por meio do aluguer de táxi²⁰⁸ por forma a evitarem expor-se aos olhares de discriminação da população. A frequência de utilização destes serviços acabava por ser geradora de relações de intensa afinidade com alguns dos taxistas, ao ponto de estes se tornarem seus “motoristas privados”. Ele conhecia as rotinas, os horários e, inclusive, os dias em que a sua cliente costumava trabalhar, sendo habitual apresentar-se, a horas previamente estabelecidas, à porta do seu domicílio e trazê-la para o *Conde*. De madrugada, após o fim do seu trabalho, cabia a ela telefonar-lhe e solicitar, então, o regresso até casa. Entre ambos eram estabelecidas relações utilitaristas: eles beneficiavam financeiramente de uma cliente habitual²⁰⁹ e, em contrapartida, elas sentiam-se seguras e protegidas de eventuais humilhações públicas. Dalila, residente na zona de Alcântara, referiu-me ter experienciado situações bastante vexatórias. «*Houve vezes em que vim de camioneta, que parte mesmo à minha porta e sai aqui perto. Mas vir assim vestida é obra! São os olhares das pessoas. E muitas vezes temos de ouvir coisas que custam a ouvir. E eu não quero*». Recordo-me de uma vez ter chegado ao *Conde* e constatado que Dalila se encontrava um pouco transtornada porque o seu habitual taxista não tinha comparecido em sua casa. «*Nem me atendeu o telefone. Devia estar a dar uma “queca” com a namorada. Por isso, olha... tive de vir com outro taxista*», explicou-me enraivecida. Porém, no momento em que nos detínhamos a conversar sobre o assunto, estacionou junto a nós um táxi. Lá dentro, o motorista abriu o vidro. «*Desculpa*», disse ele. «*Hoje não deu mesmo. Nem ouvi o telemóvel*», acrescentou. Para minha surpresa, o taxista de Dalila tinha-se deslocado propositadamente até ao *Conde* apenas para lhe conceder uma justificação do seu incumprimento, evidenciando as estreitas ligações desenvolvidas entre as travestis e estes atores sociais.

A chegada das travestis ao *Conde* começava a ser feita gradualmente a partir das 22h30. Todavia, a esmagadora maioria das travestis só começava a prostituir-se a partir da meia-noite e, nalguns casos,

²⁰⁷ Situação também identificada por Garcia (2007) e Kulick (2008 [1998]).

²⁰⁸ Em casos excepcionais, esse deslocamento era efetuado em viatura própria. Porém, somente as travestis que apresentavam uma condição económica acima da média é que tinham a possibilidade de adquirir um automóvel (situação que era rara).

²⁰⁹ Dalila confidenciou-me que cada deslocação de táxi tinha o valor de sete euros (ou seja, 14€ por dia). Estando ela a prostituir-se seis dias por semana, significava que, num mês, contribuía para o taxista com um rendimento próximo dos 350€.

em horários mais tardios.²¹⁰ Antes de darem início à atividade, era prática habitual encontrarem-se no *Café do Carlos*, um dos poucos estabelecimentos comerciais que se mantinha aberto até à uma da manhã. Era aqui que aproveitavam para jantar ou tomar algum *snack*, beber café e dar continuidade ao consumo de álcool e, sendo este um local de socialização, davam a conhecer, umas às outras, os «*babados*», isto é, as novidades e acontecimentos interessantes. Os temas de conversa mais comuns eram relativos a intrigas e mal-entendidos entre colegas; a “novas” travestis que tinham dado entrada (ou saída) do território; a experiências pessoais de divertimento noturno em bares e discotecas da cidade; a encontros sexuais com «*bofes*» e «*mariconas*»;²¹¹ a roupas e acessórios; a cuidados pessoais e modos de transformação corporal, entre outros. Este espaço de interação pessoal tinha uma utilidade ímpar, atribuindo às suas rotinas, rasgos de uma aparente “normalidade” face à restante população.

Vou tomar um cafezinho, vou falar um bocadinho com as minhas colegas, não é? Conversar sobre como está a noite, como foi os outros dias. É normal [...]. Até se passa o tempo [...]. Aqui [em casa] não se faz nada. Estar em casa a fazer o quê? [...] você também não gosta de estar a conviver no seu trabalho? Não gosta? É a mesma coisa! [Diva]

Porém, as conversas centravam-se, maioritariamente, em assuntos relacionados com o *Conde* e a atividade prostitucional, não havendo espaço para a expressão de sentimentos, a exposição de dificuldades ou problemas pessoais que, naquele momento, as afligiam. Isso só era possível, quando nos encontrávamos, a sós, com elas. De outro modo, a apresentação de uma “fragilidade” poderia ser aproveitada, em situação de conflito, por uma outra travesti como uma forma de vingança.

Entre o proprietário do café – o «*senhor Carlos*» – e as travestis existia uma boa relação que não se prendia unicamente por razões comerciais de venda e obtenção de lucro. Pessoalmente, ele apresentava discursos desvinculados de preconceitos e as suas atitudes manifestavam uma total aceitação das travestis dentro do seu estabelecimento. Recordo-me de uma noite, em que um homem, visivelmente embriagado, rompeu pelo café adentro e pediu que lhe fosse servida uma bebida junto ao balão. Após olhar em redor e observar que os clientes eram maioritariamente travestis começou a proferir ofensas dirigidas a todas elas «*Este café está cheio de paneleiros! Foda-se! Com mamas e caralho! Cambada de paneleiros que há para aqui!*», gritou ele, sem nunca retirar os olhos delas. O café afundou em total silêncio. Todos estávamos assustados com a situação e expectantes face a uma eventual agressão física. Quanto mais bebia, mais insultos dizia. A dado momento, o senhor Carlos saiu de trás do balcão, caminhou na sua direção e exigiu-lhe que não se pronunciasse daquela forma. «*Desculpe lá, mas aqui não fala assim! Neste lugar, não! Se quiser vá lá para fora, mas o que diz, não*

²¹⁰ Contudo, existiam travestis (geralmente as mais velhas) que davam início à prostituição em horário prévio a este, entre as 20 e as 21 horas. Uma vez que apresentavam dificuldades em rivalizar com as mais jovens, geralmente mais bonitas e atraentes, acabavam por ter de se “especializar” no atendimento a clientes que passavam pelo *Conde* logo após terminarem a sua atividade laboral e, antes de regressarem a casa, para junto da sua família. Deste modo, prestavam serviços sexuais quase exclusivos a esse público, sem concorrer diretamente com as demais travestis.

²¹¹ A expressão «*bofe*» servia para designar os homens com uma aparência máscula, que desempenhavam o papel de ativo na relação sexual. Eram considerados, por elas, como heterossexuais. Era, geralmente, com estes que pretendiam relacionar-se afetiva ou sexualmente, esperando virem a constituir-se como seus «*maridos*», ou seja, seus namorados. Já a expressão «*maricona*» era utilizada para designarem depreciativamente homens que, mesmo tendo uma aparência masculina, gostavam de desempenhar o papel de passivos na relação sexual. Como tal, eram considerados, por elas, como homossexuais.

consinto que seja dito aqui dentro. Beba o que tem para beber e meta-se daqui para fora!», retorquiu ele num tom ríspido. Esta atitude corajosa, em defesa das suas clientes habituais foi, para mim, bastante impressionante. De facto, as travestis frequentavam o *Café do Carlos* não só por falta de alternativas nas redondezas, mas porque aqui sentiam-se acolhidas e protegidas. Elas eram das poucas clientes que tinham a possibilidade de permanecer dentro do café, após a hora de fecho ao público, enquanto o senhor Carlos se envolvia na sua limpeza e arrumação.

As travestis pareciam apropriar-se das representações sociais do “ser puta”, correspondendo a essa figura, de forma estereotipada, pela forma como se vestiam e comportavam. No *Conde* era habitual vê-las com roupas bastante sedutoras e extravagantes – ou como descrevia a Cynthia, «*meio exótica*» – com sapatos e botas de salto alto, meias de renda, calças *leggings* e de cabedal, corpetes, minissaias, roupas decotadas, transparentes ou com vestidos justos ao corpo, de reduzidas dimensões que mostravam a totalidade das pernas torneadas e depiladas. Especialmente as travestis que faziam uso de hormonas ou tinham procedido a alterações corporais, abusavam deste tipo de apresentação para acentuarem as curvaturas do corpo e ressaltar os seios.²¹² Havia quem se apresentasse de maneira ainda mais provocatória, trajando um casaco que, ao abrir, deixava vislumbrar o corpo desnudo, coberto apenas na zona da genitália com uma pequena cueca de fio dental. Algumas guarneciam o visual, fazendo uso de brincos, *piercings*, pulseiras e tatuagens. Era através de um modo de atuação bastante atrevido e exuberante – muito mais do que levado a cabo pelas próprias mulheres prostitutas de rua²¹³ – que consideravam corresponder aos desejos do universo masculino. Porém, o desempenho da figura de *puta* acabava por ter reflexos na construção do seu género, na medida em que, com o tempo, incorporavam na sua identidade elementos característicos dessa respetiva figura.

As travestis encontravam-se, quase sempre, de pé, a desfilar pelas ruas de forma sensual, movendo os seus cabelos de um lado para o outro. Mantinham-se num estado de alerta permanente face a todas as pessoas que passavam pela rua, a pé ou de carro, mas sobretudo, aos homens a fim de tentarem descortinar se estes correspondiam, ou não, a potenciais clientes. Além disso, elas mostravam ter uma atitude pró-ativa na sua angariação. As suas estratégias eram bastante atrevidas e ousadas. As mais simples passavam, sobriamente, por chamar os potenciais clientes, acenando com a mão, piscando o olho ou mandando beijinhos. Estas ações eram, por vezes, acompanhadas de piropos às suas características físicas ou insinuações de carácter sexual sobre o que lhes desejavam fazer. Os potenciais clientes que passavam de carro também não lhes eram, obviamente, indiferentes. Havia quem aproveitasse o facto de os condutores estarem parados, a aguardar o sinal verde, para os olhar fixamente, esperando que eles retribuíssem o olhar. Era, precisamente, nesse momento que lhes sussurravam, numa

²¹² Este modo de vestir era observável durante todo o ano, independentemente, fosse verão ou inverno. É obvio que, no período de maior calor, o seu erotismo era mais evidente, porque trajavam menos roupas. Mas, por vezes, durante o inverno, ficava impressionado ao vê-las, a tiritar de frio por não se encontrarem minimamente agasalhadas. Por se apresentarem assim diante de condições meteorológicas adversas, muitas delas acabavam por ficar doentes.

²¹³ Joana Santos (2004, p. 61), por exemplo, descreve as prostitutas da sua investigação como sendo “mulheres simples” que deambulavam pelo passeio de forma discreta e, como tal, a sua apresentação desmistificava as ideias pré-concebidas de prostitutas que utilizavam a imagem desnudada para fazerem ofertas de sexo.

voz doce, porém lasciva, «*Chupada? Você quer chupada?*»,²¹⁴ exemplificando, em simultâneo, as suas pretensões por meio de gestos. As abordagens mais agressivas passavam pela exibição ostensiva das suas nádegas, coxas e seios proeminentes, ao mesmo tempo que cultivavam performances corporais sensuais e libidinosas, agarradas às placas de sinalização ou aos semáforos onde se encontravam estrategicamente posicionadas. Havia situações em que se colocavam em frente dos carros, proibindo os condutores de circular e forçando-os a observarem os seus atributos físicos.

Ainda que a principal motivação das travestis não fosse a de escandalizar, os seus comportamentos eram vistos pelos moradores como “indecentes”, “desavergonhados”, “desrespeitadores” dos “bons costumes”. E, como tal, eram disciplinados. Os moradores, por temerem uma eventual “anarquia sexual” (Showalter, 1990), admoestavam-nas e chamavam-nas à atenção. E, em casos de maior gravidade, era solicitada a intervenção das autoridades policiais ou desenvolvidas medidas repressivas de “limpeza social”, auto-organizadas pelos próprios residentes.²¹⁵ Note-se, no entanto, que não só os moradores consideravam os comportamentos das travestis como impróprios e desajustados. Algumas delas, como a Rebeca e a Bianca, partilhavam da opinião de que as travestis já eram bastante discriminadas, pelo que deviam “saber-estar” para serem merecedoras de respeito. Como tal, opunham-se veemente às colegas que habitualmente excediam os limites do decoro e da decência.

[...] há muita travesti que não sabe estar no lugar de uma senhora. [...] Não é pôr um par de mamas no corpo e fazerem a palhaçada que fazem no meio da rua. Ou irem para a rua com as tetas de fora... isso, para mim, é falta de respeito [...]. Aquilo é um local onde existem hospitais públicos, é um local de bastante movimento, de residências e já assisti a cenas de pessoas com filhos, sentirem-se completamente ofendidos [...] [estar de] cuecas e todas nuas [...] só com um casaco por cima, isso para mim é uma ofensa pública. Eu nunca faria isso. E acho uma tremenda falta de respeito. E é assim, se querem ser mais respeitadas, também têm de ser mais respeitadoras. O respeito tem de partir de nós. [Rebeca]

No passado, as situações de conflito entre moradores e travestis eram muito mais intensas e recorrentes do que aquelas que presenciei durante o trabalho de campo. «*As pessoas já estão habituadas*», referiu-me Cristiana confessando que, ao longo do tempo, os moradores acabaram por se conformar à presença das travestis nas ruas, nos apartamentos, nos cafés e nos estabelecimento comerciais, após tentarem, sem sucesso, empreender atitudes de repúdio, que visavam a sua expulsão daquele território. Não deixando de ser um incómodo, nem de contribuir para a “má reputação” ao bairro, as travestis acabaram por ser toleradas. Os moradores compreenderam que, quer desejassem ou não, eram “forçados” a ter de

²¹⁴ O termo «*chupada*» tinha o significado de sexo oral.

²¹⁵ A jornalista Mafalda Ganhão (2009, 7 de Fevereiro), na reportagem *Morar ao Lado da Prostituição*, dá a conhecer a visão dos moradores do *Conde* face à realidade da prostituição travesti, tendo relatado que, muitos dos moradores, tentaram ao longo dos anos adotar diferentes medidas para solucionar os comportamentos “inadequados” das travestis. Além das frequentes situações de denúncia às autoridades policiais, os moradores implementaram um abaixo-assinado com vista à erradicação da prostituição no seu bairro. Outros, ainda, sentiram necessidade de contratar seguranças privados e colocá-los à porta dos prédios onde as travestis residiam (e levavam os seus clientes) a fim de impossibilitar que a prostituição ocorresse nos seus condomínios. Refere a jornalista que “o facto de os visitantes terem de se identificar antes de entrar demovia-os da curta estadia”. Todavia, o dispêndio financeiro que esta ação requeria, não possibilitou que a mesma perdurasse durante muito tempo. A estas medidas repressivas, acrescento outras que me foram relatadas pelas próprias travestis, e que diziam respeito a situações de forte vigilância da sua atividade laboral (implicando a contagem do número de clientes levados para o seu apartamento), assim como situações de violência verbal e, em casos extremos, física («*leve uma facada da vizinha do prédio*»), contou-me Nádia) que culminavam no abandono forçado do local de residência.

“conviver” com elas. Assim, alguns deles adotaram novos dispositivos relacionais. Uns desenvolveram relações utilitárias com as travestis porque reconheciam que a sua presença junto dos estabelecimentos comerciais e viaturas estacionadas nas ruas era um modo de prevenção de eventuais roubos e assaltos, dado que elas garantiam uma maior vigilância e controlo sobre movimentações suspeitas de pessoas externas ao bairro. *«Às vezes, é um cigarro que dão, às vezes é uma olhadela que se olha no carro, e isto, uma mão lava a outra»*, referiu-me Carina. Em jeito de brincadeira acrescentou *«eles deviam era pagar-me para estar aqui a controlar as coisas. Já viste quanto poupam em alarmes e seguranças privados?»*. Outros, porém, estabeleciam relações de permissividade, concedendo-lhes autorização para usarem as escadas do prédio para consumarem atos sexuais com clientes, na condição de não as deixarem sujas. *«Na escada onde a gente vai, os próprios vizinhos sabem que nós vamos lá dentro à escada. A única coisa que eles nos pedem é «deixem a escada limpa». Tanto que a gente vai à escada, pega nas coisinhas, um guardanapozinho de papel, caixote do lixo como se nada tivesse acontecido dentro da escada»*, comentou Dalila. Mesmo que, na maior parte dos casos, os moradores não apresentassem qualquer tipo de interação com as travestis, ignorando-as por completo, existiam pessoas que, ao se cruzarem com elas, mostravam-se cordiais e gentis, dando-lhes as “boas noites”. Havia, também, quem fosse bastante atencioso, atribuindo-lhes elogios e palavras de apreço relacionadas com a sua aparência física e corporal (*«hoje traz uns brincos bonitos»*).

4.3.3. A Precariedade das “Pensões” e Locais de Prática da Prostituição

A maior parte das pensões e residenciais existentes no *Conde* funcionavam durante 24 horas, mas era durante o período noturno que apresentavam uma maior movimentação devido à atividade prostitucional. Por isso, era através dessa atividade que obtinham uma boa parte dos seus lucros. Na realidade, as pensões constituíam-se maioritariamente como casas de prostituição, todavia disfarçadas de negócios hoteleiros lícitos. A maioria apresentava muito boas condições. A residencial 13, por exemplo, onde fui inúmeras vezes entregar preservativos, era extremamente asseada. A pensão 7, à qual consegui aceder por gentileza do proprietário, era composta por quartos espaçosos, extremamente higiénicos e bem decorados, cujas camas e colchões estavam em bom estado. Os quartos dispunham de iluminação artificial, ar condicionado e uma casa de banho com água quente e cabines de duche modernas. Estas condições, de elevada qualidade, eram, como é óbvio, refletidas no preço a pagar, geralmente, 20€ por cada utilização.²¹⁶ Embora a pensão 7 fosse a única que não proibisse a entrada de travestis, poucas eram aquelas que a frequentavam por a considerarem bastante cara.²¹⁷

As travestis que não residiam próximas ao *Conde* confrontavam-se com a dificuldade em exercer a prostituição dado ser-lhes impedida a entrada em locais nos quais sobejamente se sabia que ela era

²¹⁶ Por regra, as restantes pensões cobravam valores entre 10 a 15€. Em todas elas, em troca do pagamento, era facultado uma chave de acesso ao quarto e um conjunto de “ferramentas” para a prestação do serviço sexual, composto por toalhas, preservativos e toalhetes de papel.

²¹⁷ Ao preço dos serviços sexuais era, ainda, cobrado o custo do quarto, razão pela qual muitos clientes rejeitavam a negociação.

praticada. A alternativa que lhes restava era, pois, prostituir-se em espaços residenciais velhos e degradados, cuja qualidade era bastante desigual. Ainda que as travestis utilizassem a designação de “pensão” para se referirem a eles, estes espaços não eram estabelecimentos hoteleiros “oficiais”. Eram casas particulares, integradas em prédios de habitação, que não tinham qualquer tipo de indicação do aluguer de quartos, nem as suas características físicas denunciavam essa natureza. Os seus arrendatários adaptavam o espaço – colocando, em cada divisão, pouco mais do que uma cama, um colchão e uma mesinha de cabeceira – para constituírem um negócio ilegal (muitas vezes sem o conhecimento do proprietário) e, desse modo, lucrarem com a atividade das travestis.

Para diferenciarem as casas, as travestis atribuíam-lhes nomes, utilizando os apelidos ou características dos seus gerentes. Existia, por isso, a «*Pensão do Rufino*» e a «*Pensão do Monhé*». Nestas “pensões”, a «*visita*» ao quarto implicava o pagamento de cinco euros, por uma utilização máxima de 25 a 30 minutos. Caso excedessem esta duração era-lhes cobrado novo valor. No entanto, o serviço poderia terminar antes de se esgotar o tempo assim que o cliente atingisse o orgasmo. Conseguir esta proeza era bastante valorizado entre as travestis, isto porque, gastar menos tempo do que aquele que era previsto, significava ter a possibilidade de atender mais clientes numa noite.²¹⁸

A «*Pensão do Rufino*», sedeadada nas imediações do *Conde*, na zona da Estefânia, era constituída por cinco divisões: três delas eram ilegalmente subarrendadas a travestis e alguns elementos da família destas, que aí pernoitavam por falta de alternativas habitacionais, sendo-lhes cobrado o valor de 250€ por mês; as duas restantes eram destinadas, em exclusivo, à prestação dos serviços sexuais. As condições da “pensão” eram miseráveis: não só o mobiliário era velho, como não havia qualquer tipo de preocupação com a limpeza e a higiene, mormente no que se refere à troca de lençóis. O cheiro que emanava do seu interior era repulsivo e nem mesmo a queima de incensos conseguiam abafá-los, tornando-o ainda mais intenso e enjoativo. Este local, alvo de queixas frequentes das travestis, era caracterizado como «*nojento*». Algumas sentiam-se profundamente indignadas por terem de se sujeitar a circunstâncias laborais tão precárias e humilhantes que, me referiam, estar “saturadas” da situação, uma vez que ela tinha implicações na fidelização de clientes.

A pensão está velha. Aquilo tudo é velho. São armários velhos, com cheiro a bafio e as camas a ranger. Já não dá mais [...] até *merda e esporra* junto à cama eu já encontrei. Daqui nada os clientes já não querem regressar porque não existem condições. Houve um deles que, no outro dia, até me quis bater por o ter levado ali [...] a pensão é também uma bicharada autêntica. O Rufino tem quatro cães, um gato, periquitos... e baratas nem se fala! Já não bastam alguns clientes malcheirosos, ainda temos de levar com estas condições para poder trabalhar. [Diário de Campo, 13 de Junho de 2012]

Em certo momento, uma das travestis chegou a confidenciar-me que esta “pensão” encontrava-se a funcionar sem eletricidade, por falta de pagamento. Como tal, em cada «*visita*» que realizava era obrigada a engendrar uma história, na qual participava ativamente o gerente:

²¹⁸ Situação idêntica foi observada por Manuela Ribeiro et al. (2005) no estudo sobre a prostituição em clubes.

Há dois dias que ando a fazer um teatro do caraças. Chego à “pensão” com os clientes e o Rufino abre-nos a porta e diz-nos: «Acabei de ligar o micro-ondas e o contador da luz foi abaixo. Estamos sem luz!». Eu olho para o cliente como se estivesse muito surpresa e pergunto-lhe se, mesmo assim, ele quer fazer à luz da vela. E até agora tem resultado. Mas eu não posso andar muito mais tempo nisto. Imagina que vem o mesmo cliente. Qual é a desculpa que eu lhe dou? [Diário de Campo, 11 de Janeiro de 2013]

Ainda que as relações dos gerentes das “pensões” com as trabalhadoras do sexo se assemelhassem às relações de “patronato” (Oliveira, 2011a, p. 96), centradas no proveito económico, na imposição de regras e, também, da manutenção da ordem em situações eventuais de distúrbio, causadas por clientes ou pelas próprias travestis, tal não significava que não fosse possível coexistir relações informais de proximidade e confiança. Aliás, em vários momentos, observei situações de entreajuda entre eles. Numa das vezes, um dos donos da “pensão” teve de se ausentar do *Conde* durante várias semanas. Consciente de que a sua ausência impossibilitaria as travestis de trabalhar, concedeu as chaves do seu apartamento a uma delas, ficando esta responsável pela sua gestão. Até ao seu regresso, as travestis puderam utilizar a casa para fins de prostituição sem que tal implicasse qualquer contrapartida financeira. Inversamente, também observei situações de travestis que revelavam plena confiança nestes proprietários. Dalila chegou a conceder todo o seu dinheiro ao gerente da “pensão”, solicitando-lhe que o guardasse por receio de ser roubada ou assaltada na rua. Estes indivíduos constituíam-se, em certos momentos, como elementos protetores que garantiam às travestis relativa segurança.²¹⁹

A determinado momento da investigação, estas “pensões” encerraram. Primeiro, a «*Pensão do Rufino*» em 2013, depois a «*Pensão do Monhé*» em 2015. Ambas pelo mesmo motivo: execução de mandado de despejo por incumprimento do pagamento do arrendamento, tendo sido procedido ao arrombamento e mudança de fechadura do imóvel. Assim, as travestis viram-se forçadas a desempenhar a prostituição em condições laborais ainda mais precárias. Ainda que, durante um período de tempo a «*Pensão do Monhé*» fosse a única em funcionamento, nem sempre se encontrava aberta, pelo que as travestis mantinham relações sexuais em ruas mais recônditas, dentro das viaturas dos clientes ou nas escadas dos prédios. Estas situações eram, para algumas delas, causadoras de grande ansiedade.

Não me sinto à vontade. Tenho sempre medo que entre um vizinho, ou saia. [...] nunca sabermos o que é que podemos encontrar. Num carro, sempre disfarçamos que estamos a conversar. Nas escadas já não podemos fazer isso [...] o vizinho entra «*olha lá, o que é que tás aqui a fazer?*». [Dalila]

As travestis mais experientes que, devido à sua idade não conseguiam ser tão bem-sucedidas quanto as mais jovens, viram nesta situação uma oportunidade para constituírem uma boa fonte de rendimento. As que residiam próximas do *Conde*, disponibilizavam os seus quartos, cobrando o valor 10€ por cada «*visita*». Se, por um lado, as travestis mais jovens tinham acesso a condições mais dignas para exercerem a atividade, por outro, as mais experientes podiam, por fim, “reformar-se” da prostituição e viver em função dos lucros que iam conseguindo obter por via do aluguer de quartos.

²¹⁹ Contrariamente ao que observou Oliveira (2011a, p. 96) no estudo com mulheres prostitutas, não verifiquei a existência de “amizades genuínas” fundadas em partilha de momentos festivos, de lazer ou de doença entre gerentes de “pensões” e travestis.

4.4. OS «PONTOS»: LOCAIS DE PODER, COMPETIÇÃO E DISPUTA

Entre as travestis existia um sistema de “códigos de conduta” que obedecia a uma lógica interna de funcionamento, totalmente despercebida por elementos estranhos a esse universo. Não é, pois, de estranhar que durante os primeiros meses de trabalho de campo era-me bastante difícil compreender os motivos porque elas se envolviam em recorrentes disputas territoriais manifestadas em brigas e discussões. À primeira vista o *Conde* parecia-me um território sem uma organização aparente. Mas, contrariamente ao que pensava, fui-me apercebendo que ele se encontrava estruturado por rígidas demarcações espaciais. De entre várias situações que despoletavam conflitos, alguns dos quais marcados por grande agressividade, estava o modo como, por vezes, certas travestis se apropriavam indevidamente das áreas de prostituição de outras.

As jovens travestis que eram «descidas» por uma “veterana” era-lhes atribuído um local de trabalho na rua. Na sua gíria, esse local passava a ser o seu «ponto». Independentemente de todas elas reconhecerem que as ruas pertenciam ao domínio público, cada travesti era detentora de um território, cujo sentimento de apropriação era expresso em frases como «o meu ponto» ou «a minha rua». Havia, assim, uma territorialização dos locais de prostituição.²²⁰ A regra instituída era a do respeito mútuo pelos «pontos» umas das outras. Isto significava que, embora fosse possível circular ou visitar colegas em outras ruas, não era tolerada a ocupação indevida do «ponto» de outra colega.²²¹ O argumento abundantemente partilhado entre as travestis para justificar esta conduta, relacionava-se com a necessidade de “organização clientelar”, ou seja, de ajudar os clientes a memorizar as suas “posições” e, em consequência, facilitar-lhes a sua procura. Sabendo onde se encontravam, eles iriam diretamente ao seu encontro. «Se andarmos todas a circular [...] as pessoas não vão saber onde estamos [...] é prejudicial para nós próprias», disse-me Fabiana.²²² Ainda que esta situação fosse verdadeira, as travestis tinham, no entanto, outro tipo de preocupações que eram “camufladas” pelo argumento da organização clientelar. A distribuição espacial dos «pontos» pretendia, na realidade, afastar a possibilidade de concorrência entre travestis, especialmente a proveniente das mais jovens. A juventude

²²⁰ Também observada por Benedetti (2000, 2005), Diehl (2009), Garcia (2007), Luís (2018), Kulick (2008 [1998]), Oliveira (1997), Ornat (2008), Pelúcio (2007a) e Silva (1993).

²²¹ Havia, no entanto, regimes de exceção que estavam dependentes de situações, por elas consideradas “justificáveis”. Ser vítima de violência, agressão, assalto ou posicionar-se num «ponto» bastante isolado, onde muito raramente passavam clientes, e que as faziam temer por eventuais incidentes, eram, pois, motivos que podiam dar acesso a uma mudança de «ponto». Nalguns casos, ainda que a gravidade destas situações o justificasse, essa mudança só era efetivada após a permissão da “veterana” que geria a rua para a qual a travesti iria ser transferida. Para tal, procedia-se a uma avaliação prévia da idoneidade do comportamento da jovem travesti. «Sabemos que ela é uma pessoa honesta e humilde. Então, a gente não se importa que ela venha para ali ao pé da gente», explicou-me Lílina acerca da transferência da Leila da Rua da Sociedade Farmacêutica para a Rua Luciano Cordeiro na sequência de ter sofrido uma agressão física. Além da humildade, não ser considerada abusadora ou conflituosa eram, também, características que pesavam nesse processo avaliativo.

²²² Este tipo de pensamento não era totalmente despropositado. Em consulta ao *forumtrans.net* (fórum de discussão destinado à troca de experiências e à obtenção de informação entre *t-lovers*) tomei conhecimento que os clientes partilhavam um tópico de debate denominado «Tgatas nas ruas – Mapa do Conde Redondo», uma espécie de georreferenciação das “posições” das travestis de modo a saber quem e onde se situavam. Este conhecimento ajudava-os a escolher a trabalhadora do sexo que pretendiam de acordo com as “recomendações” partilhadas por anteriores clientes e, dessa forma, a dirigir-se a elas sem “perdas” de tempo em avaliações e processos negociais.

e a “novidade” eram dois elementos bastante valorizados pelos clientes do mercado sexual.²²³ Como tal, as “novatas”, por serem mais “apetecíveis”, representavam uma forte ameaça para as “veteranas”, que tinham deixado de ser tão atraentes como outrora. As mais novas, ao terem maiores possibilidades de êxito, podiam diminuir-lhes o número de clientes, de rendimentos e, inclusive, impedi-las de “ganhar a vida” com a prostituição. Não era incomum observar travestis, com idades superiores a 40 anos, a prostituírem-se. Algumas conseguiam até “parar os carros” e fazer «*visitas*» frequentes às “pensões” e, por isso, regozijavam-se de ainda estarem no “ativo”. «*Eu ainda faço muito o que muitas novas não conseguem [...] Eu ainda estou aqui para as curvas com quase 60 anos*», disse-me Goreth – a “veterana” mais velha do *Conde* – numa noite em que a encontrei a caminhar de saltos altos pelo seu «*ponto*», vestida com um corpete preto que salientava abundantemente os seios. Mas ainda que a situação fosse motivo de orgulho, elas reconheciam que a idade lhes colocava fortes entraves à obtenção de ganhos financeiros e, inclusive, à vivência da travestilidade.

[...] da outra vez vi aqui uma “nova”. E fiquei a olhar para ela. Fez-me lembrar quando eu também era assim. Já fui assim. Jamais irei ser. Este é o meu trauma, sabias? Custa tanto lidar com a velhice. Muito, muito. Agora vou fazer uma plástica lá para o final do ano. Faço 60 em Janeiro. Já me caiu muita plástica. Já fiz há 10 anos. Mas ainda estou bem de corpo e tudo. Não tenho cá barrigas, nem nada. Olha para isto, oh! [mostra a barriga]. Eu ainda estou toda rijota, ainda! Há aqui pessoas com 20 e tal anos e já estão todas... mas eu vivo com o trauma da velhice. Eu sou mais da opinião de a gente “ir embora”. Dar trabalho aos outros e sofrer? Não somos nada e não estamos cá a fazer nada. [Diário de Campo, 16 de Março de 2012]

A idade era um importante marcador de sucesso ou insucesso das travestis. Mas servia, também, para conferir *status* e produzir diferentes relações hierárquicas de poder entre elas (Ornat, 2008; Pelúcio, 2007a; Santos, 2012). As “veteranas”, por serem as mais velhas, eram as detentoras de uma maior autoridade, pelo que, se sentiam no direito de organizar e controlar o território, a espacialidade e os comportamentos das travestis a partir de um conjunto de ações e discursos normativos impostos às “novatas”, na esperança de serem adotadas por todas elas. Cabia às “veteranas” determinar os locais onde se poderia ficar, reivindicando para si a ocupação dos melhores «*pontos*», situados em locais estratégicos de maior movimentação e que lhes possibilitavam maiores rendimentos. Já as “novatas” eram remetidas para áreas mais periféricas, isoladas ou de menor interesse. O centro e a margem eram, pois, definidos a partir destas relações de poder desiguais. A fixação de «*pontos*» garantia a defesa face a “invasões” indesejadas e a possibilidade de as “veteranas” continuarem a obter proveitos económicos por via da venda dos seus serviços sexuais. Como tal, a distribuição espacial obedecia a critérios financeiros, ligados à sua sobrevivência.

O espaço público era um palco suscetível de disputa e competição. Quando, por exemplo, um cliente parava o carro distante do «*ponto*» de uma travesti, e outra – cujo local de trabalho se encontrava

²²³ Para responder às exigências dos clientes que procuravam a variedade e prevenir a sua saturação era importante haver uma renovação da “oferta” disponível. Assim, algumas travestis tinham o hábito de se ausentar do *Conde* e circular entre «*puteiros*» existentes no território nacional e europeu, onde permaneciam, em cada um, por um tempo limitado, nunca inferior a 15 dias. Entre elas, diziam que se encontravam a «*fazer praça*». Esta rotatividade ajudava os clientes a procurar as “novidades” que apareciam e a transformar as casas de prostituição e o *Conde* em espaços mais movimentados. Esta estratégia não era exclusiva da realidade das travestis. Ela foi, também, observada no estudo da prostituição feminina em clubes (Ribeiro et al., 2005).

situado mais próximo de onde o cliente tinha estacionado – ia antecipadamente atendê-lo, podia originar reclamações e desentendimentos. Era recorrente ouvi-las dizer «*o cliente era para mim e ela, como é abusada, foi primeiro*». ²²⁴ O comportamento de proceder à angariação de clientes num «*ponto*» que não fosse o seu, mesmo que a “proprietária” do espaço estivesse ausente – sempre tentador – era considerado não só uma quebra de regra, como também uma afronta. As “veteranas” lesadas faziam uso do seu poder, *status* e reconhecimento, para aplicar sanções disciplinares às “infratoras” na intenção de manterem a ordem local e reporem o controlo sobre o território. As punições mais brandas diziam respeito a avisos intimidatórios que visavam reafirmar o âmbito geográfico de cada uma. «*Uma que já lá estava há mais três anos do que eu e disse-me que ali era o ponto dela [...]. Ela implicou que eu não devia estar aí e que devia estar mais abaixo*», referiu Carina ao contar-me a sua experiência. A apresentação de uma justificação coerente ou a observação de um comportamento submisso por parte da travesti transgressora podia acalmar os ânimos exaltados. O “bate-boca” era terminado após a advertência de aplicação de eventuais consequências, mais severas, caso a “veterana” verificasse ser repetida uma situação semelhante. No entanto, se a “novata” exibisse um comportamento que denotasse arrogância ou presunção, era motivo para dar origem a violentas discussões, insultos, agressões verbais e, até mesmo, físicas (também verificado por Benedetti, 2000, Garcia, 2007 e Ornat, 2008). Rafaela foi uma das travestis que experienciou este tipo de punições. Além de ter desrespeitado a territorialidade por meio da invasão de um «*ponto*» que não lhe pertencia, tentou disputá-lo, referindo que, a partir de então, ele seria também seu e que, como tal, não iria “sair dali”. Os resultados da sua coragem estavam, no entanto, visivelmente marcados no corpo, fruto de um espancamento operado pela travesti que ingenuamente ousou confrontar.

[...] teve lá uma que agrediu-me, né [...] não me queria lá. Dizia que o “ponto” era dela e que, quem mandava ali era ela. Eu falei que eu não ia sair! Ela, a mando de outra, [...] [que lhe] falou «*amiga, vai lá em cima e age!*» [...]. E ela veio: «*Vais sair daqui ou não?*». «*Eu não vou sair!*». Ela tirou o salto e começou-me a agredir. Fui para o hospital e tudo. Tenho pontos na cabeça. Tenho um processo de agressão contra ela. Agora vamos ver o que é que vai dar. [Rafaela]

Das primeiras vezes que contactei com Rafaela, ela encontrava-se situada no cruzamento da Avenida Duque de Loulé com a Rua Gomes Freire, uma área limítrofe do *Conde* onde, habitualmente, não havia prostituição. O motivo para aqui estar tinha a ver com este episódio. «*Tive que me afastar um bocadinho [...] Por isso é que estou lá na parte de cima. Conseguí fazer lá o meu “ponto”*», explicou-me um pouco melhor o que tinha acontecido quando a entrevistei. Por ter sido expulsa da centralidade do território, foi forçada a dirigir-se para as suas margens, numa zona de parca movimentação clientelar. Assim, outras consequências advindas da transgressão às práticas convencionadas pelo grupo eram o isolamento e a segregação socioespacial.

Descaracterizar a aparência feminina de outra travesti (retirando-lhe, por exemplo, a peruca), e revelar a sua masculinidade, era uma prática frequentemente utilizada nos confrontos físicos. Uma das

²²⁴ Situação idêntica foi observada por Marcelo Oliveira (1997, p. 52).

punições mais temidas, não só no confronto entre travestis (mas, também, com clientes), era serem feridas no rosto (Garcia, 2007, p. 122). Elas reconheciam que ter uma cicatriz permanente, naquele local, arruinar-lhes-ia a beleza feminina que, com esforço e dedicação tinham conquistado, e diminuir-lhes-ia as possibilidades de conseguir rendimentos económicos com a prostituição. Embora, nos seus discursos fizessem alusão recorrente a esta intenção («*eu juro que desfiguro aquela cara! Ela vai ver!*»), na prática era raro acontecer este tipo de violência. Porventura, durante a minha pesquisa, confrontei-me com uma situação desta natureza. Numa madrugada, quando me encontrava pelo *Conde*, algumas travestis vieram apressadamente ao meu encontro para me alertar do facto de, momentos antes, Leila ter sido esfaqueada por uma outra colega, com um *x-ato*, golpeando-a na cara, no pescoço e nas mãos, aquando da sua tentativa de proteger o rosto. De imediato dirigimo-nos para as urgências do Hospital de São José, onde aí tinha sido levada pela Alessandra e o namorado desta. Aguardámos até, por volta das sete da manhã, altura em que Leila teve alta e, então deparámo-nos com a expressão de medo estampada no seu olhar.

Leila foi cozida desde a zona do olho esquerdo até ao queixo. A cara está inchada e deformada. Tem também um penso na zona do pescoço. A camisola apresenta-se repleta de sangue. É assustador só de ver. Chora, treme por todo o lado. [...] encontra-se incrédula com o que lhe aconteceu. [...] Leila deseja ir para casa o mais rápido possível. Entra no táxi juntamente com a Alessandra e agradece-nos por termos ido ao seu encontro. Despedimo-nos com uma sensação que hoje foi uma noite especial. Pela negativa. Estamos visivelmente chocados com o que aconteceu. Silêncio até casa. Assim termina a noite. [Diário de Campo, 23 de Novembro de 2012]

Além de o *status* de “veterana” dar direito a exigir respeito às demais travestis, possibilitava-lhes usufruir de algumas regalias, nomeadamente, o de circularem pelas ruas ou, inclusive, escolherem melhores «*pontos*» sem correrem o risco de alguém as confrontar ou tentar expulsar. «*Já ninguém me diz nada porque já sou antiga na rua*», referiu-me Dalila, ao explicar-me que a “antiguidade é um posto”. Após vários anos a prostituir-se no mesmo local, encontrava-se, agora, num novo espaço. As “veteranas” gozavam ainda do privilégio de terem o seu «*ponto*» assegurado mesmo estando ausentes do território por longos períodos de tempo, quer por questões de emigração ou interrupção temporária da atividade prostitucional. O respeito, por elas, era mantido e, se houvesse necessidade, o poder que detinham podia ser exercido à distância, quer por meio da delegação das suas funções a outras travestis, quer através de comunicações móveis, via telefone ou *facebook*.

Na posse de um menor *status* encontravam-se as “novatas”, que deviam cumprir com as normas que regulavam as relações sociais e territoriais. As “veteranas” tentavam, com alguma perspicácia, legitimar a sua autoridade deixando-lhes claro que, para se manterem no território e pertencerem ao universo das travestis, era condição essencial “darem ouvidos” às mais antigas, cumprirem com o que elas estabeleciam e apresentarem um comportamento que fosse “desejável”. Na busca por uma convivência pacífica e harmoniosa, algumas “novatas” acabavam por demonstrar uma atitude bastante respeitadora, acatando as normas convencionadas pelo grupo e manifestando um discurso adequado ao pensamento que lhes era, então, incutido. «*Temos é de respeitar as mais velhas. Não chegar e ficar sem uma autorização. Se elas estão lá há mais anos [...] não é ir para ali, chegar e “olha, vim para aqui,*

porque isto é tudo nosso”. Não!», dizia-me Liliana numa convencida certeza de que isso é que era o correto. Poucas eram, de facto, as que possuíam uma atitude menos conformista, mais crítica e resistente face à imposição de regras e à necessidade de obediência. As que existiam, compreendiam que a delimitação de «*pontos*» servia, em muito, para perpetuar o poder das “veteranas”. E por isso, achavam interessante desafiar, com alguma prudência, a ordem instituída por forma a conquistarem um maior número de clientes, mesmo sabendo que, possivelmente, a sua atitude de “contrapoder” poderia resultar numa “tensão de gerações” (Santos, 2012, p. 79).

Na opinião das travestis portuguesas, as maiores infratoras eram as brasileiras que chegavam ao território – algumas em situação irregular – a «*dar close*»²²⁵ e a prevaricar os «*pontos*» alheios, sem nunca pedirem permissão para ali se prostituírem. A humildade era, como referiu Ornat (2008, p. 97), uma característica que deveria assistir a todas as “novatas”. Mas, para as portuguesas, as brasileiras não sabiam colocar-se “no lugar delas”, situado numa posição hierárquica inferior. Por isso, quando verificavam atitudes subversivas, que não iam ao encontro das suas expectativas, valiam-se de argumentos extremamente nacionalistas e xenófobos, intimidando-as com uma expulsão («*eu posso correr com ela porque eu estou no meu país*»), para reivindicar obediência. O modo de atuação das portuguesas era visto pelas brasileiras como incompreensível, na medida em que, muitas delas apresentavam experiência de integração no mercado internacional do sexo por meio de processos migratórios na Europa. Por isso, como referiu Ivone, deveriam «*saber o que é ser emigrante*», saber as dificuldades que as travestis enfrentam nesta condição. Na realidade, a forma de agir estava profundamente ligada à ameaça de roubo de clientes que as brasileiras impunham constantemente às portuguesas. As representações corporais intensamente sexualizadas em torno das mulheres e travestis brasileiras, assim como as características étnico-raciais de serem “exóticas”, “fogosas” e “sensuais” que, ao longo da história lhes foram sendo atribuídas (Gomes, 2011; Pelúcio, 2011a; Piscitelli, 2007; Pontes, 2004; Vartabedian, 2014), contribuíam para perpetuar a sua notoriedade junto da indústria do sexo, onde o *Conde* não era exceção. As brasileiras, tendo noção destas representações, sabiam que eram fortes concorrentes junto das portuguesas. Nas palavras de Leila «*Quando você brilha muito, aí você atrapalha, entendeu?*».

Deste modo, todas as travestis que surgiam no território eram olhadas, pelas que já lá se encontravam, com enorme suspeita e desconfiança. O seu acolhimento raramente era efetuado de modo pacífico ou com “boas-vindas”. Quem tentasse «*descer*» no *Conde* sem a ajuda de uma «*cafetina*» – que lhes garantia um «*ponto*» e proteção face a eventuais incidentes – apresentava, como é evidente, maiores dificuldades em disputar o espaço e adquirir o respeito das travestis aí presentes. Além do mais, se lhes fossem reconhecidas características de beleza, geradora de invejas, essa receção podia tornar-se ainda mais hostil («*ser bonita é caso para guerra*», exprimiu Bianca). Quando não eram imediatamente “corridas” do *Conde*, as “veteranas” valiam-se de práticas de «*cafetinhagem*» como forma de

²²⁵ Isto é, exhibir-se e mostrar-se superior às demais travestis.

compensação pelos prejuízos que as “novatas” lhes causavam. Como tal, as investidas individuais eram quase sempre malsucedidas. A não ser que, apesar de algum medo, manifestassem atitudes de “resistência e persistência” (Ornat, 2008, p. 101) em regressar ao território prostitucional – algumas mais do que uma vez – após a sua expulsão, mostrando terem a capacidade de enfrentar as várias travestis. Mas para isto, era necessário serem bastante «abusadas», destemidas, autoritárias, fazendo uso de ameaças e violência física de modo a intimidá-las (Ornat, 2008). Ivone conquistou o seu «ponto» e o respeito das “veteranas” pela sua postura insubordinada às regras instituídas por elas.

Ivone - [...] eu ouvi uma a dizer «vai-te embora!» [...] [Depois] veio outra travesti [...] «vai-te embora!», as duas juntas, e saiu outra de outro carro «vai-te embora!». Vinham com uma faca porque não queriam verme ali [...] e eu estava sozinha!

Nélson - Não tiveste medo?

Ivone - Não, foi-se o medo todo, juro-te! [...]. Elas começaram a mandar-me embora [...] e eu disse «não!» [...]. Eu sabia que este era o meu futuro «Isto é meu. Ninguém me vai correr daqui!». Eu agarrei no cinto [de ferro] e comecei a bater-lhes com o cinto. Elas «Ai! Ai!», quando pás, parti o vidro de um carro e esse carro começou a apitar. Eu fiquei louca, não sei porquê, mas fiquei louca, perdi todo o medo, não sei [...] nem eu percebi a minha reação [...] eu insultava-as em espanhol e em inglês, em todos os idiomas que sabia [...] «Daqui não me mandas embora, não!» [...]. Depois ficaram minhas amigas. Acredita! Ficaram minhas amigas e não se meteram mais comigo. E eu comecei a fazer o meu dinheiro [...].

Durante o trabalho de campo, observei que algumas travestis mais velhas tinham vindo a falecer ou a “reformular-se” da atividade da prostituição, especialmente por razões de velhice. Em consequência, havia uma tentativa de outras travestis ocuparem o seu “posto”, substituindo-as nas funções. Isto ocorria porque o trabalho sexual constituía-se como um local de carreira no qual, ao longo do tempo, elas aprendiam a desejar ascender profissionalmente e a atingir o *status* hierárquico mais elevado. Chegar às posições de maior destaque significava poder vir a ser olhada pelas demais colegas – especialmente as que se encontravam desapropriadas de poder – com algum respeito e admiração. Confidenciou-me Sabrina que «todas querem ser líderes, todas querem mandar, ser a rainha da noite!». No entanto, a estas “novas veteranas” não lhes era reconhecida grande autoridade. Ainda que se prostituíssem no *Conde* há largos anos, a sua juventude dificultava-lhes ser devidamente respeitadas. Além disso, a sua ambição evidente pelo poder contribuía para a construção de uma imagem de “oportunista”. Como tal, durante os últimos anos, a delimitação espacial existente no *Conde*, embora se mantivesse, deixou de ser efetuada de maneira tão rígida como outrora, havendo uma maior permissividade nos deslocamentos dentro do território e na ocupação dos «pontos». Aos olhos das antigas “veteranas” esta situação era um verdadeiro «abandalho», que lhes gerava muita confusão e preocupação. «Antes respeitavam-se as mais velhas [...] e os sítios. Hoje não. Está muito diferente, mas para pior [...] tudo de uma maneira muito desorganizada», referiu-me Zara, de 54 anos. Ela, assim como outras “veteranas”, acabavam por se conformar com esta nova realidade, ao mesmo tempo que, se demitiam de algumas das suas funções. A idade avançada era motivo para sentirem que já tinham ultrapassado a “sua época” e que caberia, então, às novas sucessoras tentarem perpetuar as regras por meio da reposição dos “velhos hábitos”.

4.5. MIGRAR PARA INTEGRAR O MERCADO INTERNACIONAL DO SEXO

4.5.1. Perseguir o Sonho de “Ser Europeia”

Ao longo do trabalho de campo contactei com muitas travestis oriundas de países sul-americanos como o Brasil ou o Equador. Essas travestis tinham consumado percursos migratórios transnacionais em direção a Portugal e a outros países europeus, considerados de “primeiro mundo”. O reconhecimento da situação de pobreza, da precária condição económica e social, de formas de subsistência informais incertas, das carências de vária ordem e da falta de oportunidades laborais em que viviam eram motivos fortes que as impulsionavam a produzir esses fluxos migratórios, na tentativa de encontrarem respostas para a sua sobrevivência. No entanto, estas dimensões puramente económicas, centradas nas condições estruturais dos seus países e nas relações de poder assimétrico entre Norte e Sul, presentes na maior parte dos discursos sobre as migrações, tendiam a ser insuficientes para explicar a complexidade envolvida nas motivações levadas a cabo pelas travestis para abandonarem os seus países em direção a territórios considerados “desenvolvidos”. Como também observaram outros autores (Carijo, 2011; Patrício, 2008; Pelúcio, 2011a; Silva, 1993), as travestis não se encontravam apenas marcadas pelo desejo de escapar à pobreza e de procurar melhores condições de vida, mas sobretudo, marcadas pela sua condição de género e sexual que as limitava e impedia de viver condignamente no seu país. Recorrentemente assistiam e/ou vivenciavam situações de intensa repressão e violência: eram perseguidas, humilhadas, batidas e, em casos extremos, assassinadas.²²⁶ A probabilidade de serem as próximas vítimas era geradora de medo. Sentiam que, no seu país – pobre, “atrasado” e preconceituoso – não existiam políticas que garantissem a sua proteção, pelo que a existência de quaisquer outras alternativas que fossem mais seguras e viáveis, que possibilitassem escapar à discriminação, à violência e à perseguição, eram altamente sedutoras. Pretendiam ter a oportunidade de viver legitimamente uma “vida mais habitável” (Pelúcio, 2011a, p. 106), manifestada na possibilidade em expressar a sua identidade de género, de explorar a sexualidade tida como “não convencional”, de circular livremente pelas ruas sem sofrerem humilhações e de serem tratadas com respeito e dignidade. Ao acreditarem que estes e outros “luxos” só poderiam ser adquiridos fora do seu país, ambicionavam encontrar ambientes, distantes da sua realidade, que fossem mais liberais, tolerantes e hospitaleiros, nos quais os seus projetos de vida não fossem ameaçados.

Além disso, as travestis tinham a perfeita noção de que a permanência no lugar de origem era inviabilizador da construção da travestilidade, por razões financeiras. Como me referiu Ivone «*sempre faltava algo, as hormonas são caras, tinha de ter para as minhas hormonas*». Essa construção só era possível por meio de tecnologias cosméticas, estéticas e/ou médicas que estimulavam a transformação e o embelezamento dos corpos a fim de ser alcançado um ideal de beleza feminina. Mas o

²²⁶ Os dados do *Trans Murder Monitoring* – projeto da TGEU que visa recolher e analisar os assassinatos realizados mundialmente a pessoas trans – confirma precisamente esta situação. Entre Janeiro de 2008 e Setembro de 2018 documentou o assassinato de 2982 pessoas, sendo que os países centro e sul-americanos foram aqueles onde se registaram maior número de homicídios transfóbico, nomeadamente no Brasil (1238), no México (408), na Colômbia (145) e na Venezuela (122).

aperfeiçoamento corporal requeria a necessidade de obterem muito dinheiro. E para o conseguir era fundamental procederem a um trânsito geográfico, que significava, simultaneamente, um trânsito “corporal e espacial” (Vartabedian, 2014, p. 278), reveladoras do cruzamento entre as necessidades económicas e a agência individual ligada à construção da sua subjetividade. Deste modo, as reais motivações que conduziam as travestis a realizar trânsitos migratórios envolviam, não só dimensões de “nacionalidade” e “classe”, como também de “género” e “sexualidade”, apresentando relações de profunda conexão e interdependência entre si.

Pese embora este conjunto de motivações, a decisão de abandonar o seu país só era tomada com a observação do “sucesso” exibido por outras travestis “europeias”,²²⁷ espelhado em diferentes aspetos: (i) *económicos*, pela posse de dinheiro e construção de património materializado em carros, casas, joias, perfumes, roupas, calçado e acessórios de luxo; (ii) *corporais*, pela conquista invejável do ideal da beleza feminina por meio de perfeitas cirurgias e transformações estéticas; (iii) *culturais*, pela oportunidade de viajar; passear por diferentes cidades cosmopolitas; conhecer outras culturas, monumentos e lugares históricos; adquirir modos de vida diferenciados; possuir conhecimentos mais qualificados e aprender a dominar – ainda que, de forma elementar – línguas estrangeiras, símbolos de elevado prestígio, poder, sofisticação e elegância; e (iv) *afetivo-sexuais*, pela facilidade em serem desejadas por “verdadeiros homens”, alguns dos quais se convertiam em seus «maridos»²²⁸ e as assumiam publicamente.

O êxito material e simbólico trazido por estas travestis²²⁹ que, experimentavam o privilégio de sobreviver, despertava no imaginário das mais jovens e estigmatizadas a perceção de que a Europa era não só um lugar de muitas oportunidades económicas, mas também um lugar de liberdade e tolerância para com as minorias LGBT no qual, com menores riscos, era possível existir para além da abjeção. Esta reputação fazia dele a “meca” e «*o sonho de toda a travesti*», tal como referiu Alessandra. Quem também partilhou comigo estas expectativas foi Ivone. Disse-me «*quando uma pessoa não tem dinheiro, uma pessoa sonha, sonha em viajar, então tu vês as tuas amigas a viajar e chegarem com dinheiro, compram carro, casa, com corpos maravilhosos, uma pessoa sonha com tudo isso*». Perseguir o sonho de viver e trabalhar na Europa representava a possibilidade de promoção financeira, de fruição de bens materiais, de ascensão a um novo *status* social e de passagem da condição de exclusão para a condição

²²⁷ A categoria “europeia” é referida por Pelúcio (2005b, 2007a) para diferenciar internamente a população travesti. Ela classifica as travestis como *tops*, *europeias*, *ninfetinas* e *veteranas*. Ser *europeia* é uma expressão para designar travestis que já haviam tido uma experiência na Europa relacionada com o mercado internacional do sexo. Porém, este tipo de classificação não era excluyente, podendo uma *europeia* ser *top*, isto é, uma travesti que por meio de um investimento corporal se tornou bela e admirada, servindo de referência para muitas outras.

²²⁸ Para grande parte das travestis, os “verdadeiros homens” eram aqueles que reproduziam os códigos morais e comportamentais da masculinidade hegemónica e, portanto, tendiam a ser considerados “mais homens” que todos os outros. A designação «*marido*» era amplamente utilizada pelas travestis para se referirem aos homens que tinham relações afetivo-sexuais estáveis ou viviam com elas, independentemente do tempo de relacionamento estabelecido. A designação servia para diferenciá-los os homens-clientes, que recorriam a elas para a procura de serviços sexuais comerciais.

²²⁹ A observação deste êxito era efetuada presencialmente, aquando do regresso das travestis ao país de origem, mas também por meio de fotografias partilhadas nas redes sociais virtuais, capazes de fornecer informação à família, amigos e outras travestis, sobre o sucesso conquistado na Europa. Para um maior entendimento sobre este assunto poderá ser consultado o trabalho de Gilson Carrijo (2011, 2012).

de admiração, respeito e valorização pessoal. A “busca pela normalidade” (Vartabedian, 2014, p. 289) e o desejo de reproduzirem experiências semelhantes às de outras travestis eram, pois, determinantes na aspiração de, um dia, também elas, virem a ser “europeias”. Ao não apresentarem ligações afetivas relevantes que as prendessem ao seu país, acreditavam não ter nada a perder. “Arriscar” era a palavra de ordem. Por isso, muitas partiam numa completa aventura, repletas de expectativas, mas sempre conscientes que o modo de ganhar dinheiro não iria ser diferente daquele que era habitual no seu país de origem. O processo migratório não alteraria a sua condição laboral. O que era alterado era, como aponta Katrin Vogel (2009, p. 376), o aumento significativo de rendimentos económicos ligados à indústria internacional do sexo. Embora, no seu país, associassem o trabalho sexual a um espaço de violência, no contexto europeu ele era fortemente associado à independência e à possibilidade de inverterem a sua situação opressiva. Ali, naquele contexto geográfico-espacial, o trabalho sexual era uma atividade que, de alguma forma, as empoderava.

Desde a década de 1990 que a migração com vista à integração no mercado internacional do sexo tem ganho espaço no debate público e no meio académico (Pelúcio, 2011a). Porém, parte das discussões e abordagens sobre este fenómeno tem apresentado uma associação persistente com o TSH. Uma das razões para isto ocorrer, diz respeito à cristalização dos discursos hegemónicos abolicionistas, veiculados por algumas das correntes *feministas radicais* que consideram a prostituição como uma forma de violência e exploração sexual (Barry, 1995; Jeffrey, 1997b; MacKinnon, 1989; Raymond, 1998). Como tal, negam e rejeitam a possibilidade de existência de liberdade, escolha e autonomia por parte dos sujeitos para trabalhar na indústria do sexo. Todas as pessoas que se dedicam à prostituição são vistas como “vítimas”. Assim, aquelas que abraçam projetos migratórios na intenção de trabalhar nessa atividade são, muitas vezes, consideradas “vítimas de tráfico” para fins de exploração sexual, razão pela qual, segundo elas, deverão ser “resgatadas”. Curiosamente, a maior parte das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais têm sido baseadas nesta perspetiva, olhando os trabalhadores do sexo como vítimas e/ou desviantes, com necessidade de “salvamento” e “reabilitação” (Ramalho, 2012). Mas ao contrário desta perspetiva, principalmente o *feminismo liberal* – focado na autonomia, na liberdade e na agência pessoal – vem reconhecer a escolha, a decisão e o livre consentimento dos trabalhadores do sexo para disporem do seu corpo e se envolverem na indústria do sexo (Augustín, 2008; Bindman & Doezema; 1997; Davidson, 1999; Kempadoo, 2005; Kempadoo & Doezema, 1998; Lopes, 2006; Nagle, 1997; O’Neill, 2001).²³⁰ A não diferenciação entre prostituição/migração “forçada” e “voluntária” apenas tem servido para a construção e institucionalização de “cruzadas morais” (Weitzer & Ditmore, 2010), fundadas em torno de “pânicos morais” (Bordonaro & Alvim, 2008; Davida, 2005), que influenciam as perceções populares e dificultam a análise e o escrutínio das realidades do trabalho sexual e do TSH – fenómenos que poderão, eventualmente, cruzar-se em específicas circunstâncias, mas que se revelam ser distintos. Alvim (2013) esclarece que, não raras vezes, em nome do combate ao TSH,

²³⁰ Para um melhor entendimento sobre as ideias presentes nas diferentes perspetivas *feministas radicais* e *feministas liberais* aconselha-se a consulta dos trabalhos de Sloan e Wahab (2000), Sutherland (2004) e Ramalho (2012).

combate-se erradamente a livre circulação de pessoas e o envolvimento voluntário na indústria do sexo. Sabe-se que esta indústria é, hoje em dia, um negócio bastante rentável e lucrativo, cujas atividades laborais se apresentam, muitas vezes, economicamente mais vantajosas quando comparadas com outras atividades precárias e mal pagas. Por esse motivo, muitas trabalhadoras e trabalhadores do sexo, nos quais se incluem as travestis, optam por enveredar por projetos migratórios com vista a participarem voluntariamente na indústria internacional do sexo. Porém, a associação incorreta entre trabalho sexual e o crime de TSH tem sido utilizada como instrumento para reprimir e combater a atividade prostitucional. Esta ação tem, obviamente, repercussões diretas na vida das trabalhadoras do sexo migrantes, que acabam por enfrentar múltiplas barreiras no desenvolvimento da sua atividade prostitucional. Na medida em que, em certos países, as políticas de migração não reconhecem o trabalho sexual como uma forma de migração laboral, as condições de trabalho são profundamente afetadas, constituindo-se como um importante fator de insegurança e vulnerabilidade.

A migração de travestis para a Europa não é um fenómeno recente. O seu início data da década 1970.²³¹ Apesar de alguns estudos etnográficos mais clássicos (Jayme, 2001; Kulick, 2008 [1998]; Oliveira, 1994; Silva, 1993) apontarem a ocorrência deste tipo de deslocamentos, as travestis têm-se mantido invisibilizadas e negligenciadas nos debates feministas e investigações sociais que analisam as relações entre a prostituição e a migração. Atualmente, elas constituem um grupo significativo, e cada vez mais numeroso, dentro da indústria internacional do sexo. As estimativas da *European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers* (TAMPEP, 2009, p. 14) indicam que o trabalho sexual na Europa é praticado maioritariamente por mulheres. Porém, as travestis chegam a representar 6% de toda a população trabalhadora do sexo, sendo que, em alguns países da Europa Ocidental (como França, Grécia, Luxemburgo, Bélgica e Itália) regista-se uma proporção relativamente maior, variável entre os 15% a 25%. A TAMPEP estima que 47% desta população seja

²³¹ Vartabedian (2014) identificou e caracterizou os diferentes períodos históricos das rotas migratórias dentro do contexto europeu. Segundo ela, foi durante a década de 1970, que se constituiu a primeira geração de travestis a chegarem à Europa, em especial à cidade de Paris. Nesta altura, muitos países proibiam, por lei, a exibição pública de pessoas do sexo masculino em trajes femininos. Quem, porventura, se arriscasse a apresentar desse modo era duramente punido. A transgressão de género era somente tolerada em performances carnavalescas ou teatrais. Curiosamente, durante este período, os espetáculos de transformismo – realizados, por norma, em cabarés – encontravam-se em “pleno auge” da novidade nas principais cidades europeias. Como tal, muitas travestis trabalhavam nestes contextos, desenvolvendo *shows* artísticos, nos quais “cantavam ao vivo, dançavam e revelavam os seus ‘encantos femininos’” (p. 285). Estas “pioneiras” eram respeitadas e admiradas, apresentando bastante sucesso pessoal. A meados dos anos 70, o mercado artístico já não conseguiu dar resposta às muitas travestis que, entretanto, tinham chegado. Deste modo, o trabalho sexual começou a tornar-se uma alternativa laboral. Ao observarem que a atividade era financeiramente bastante viável, um grande número de travestis começou a migrar para Paris para se dedicar, em exclusivo, à prostituição de rua, especialmente na zona do Bosque de Bolonha, em Paris. Kulick (2008 [1998], p. 181) estimou a existência entre 1000 a 2000 travestis a residirem e trabalharem como prostitutas na capital francesa. Os anos 80 constituíram-se, assim, como a “época dourada” do trabalho sexual. Em consequência, aumentou o controlo das autoridades policiais sobre as situações de permanência irregular no país. A multiplicação de deportações de travestis conduziu a que, na segunda metade dos anos 80, fossem eleitos novos destinos europeus. Itália, por exemplo, converteu-se, desde os anos 90, até à atualidade, como o destino de eleição das novas gerações de travestis (Kulick, 2008 [1998]; Pelúcio, 2005a). No entanto, a partir dos anos 2000, outros países têm-se juntado à lista das rotas migratórias das travestis, e o fenómeno da migração travesti começou a adquirir maior visibilidade.

migrante.²³² Relativamente a Portugal, os dados apresentados por Sónia Dias et al. (2011) indicam que 30,9% de travestis trabalhadoras do sexo (n=81) são de nacionalidade estrangeira, originárias do Brasil.

Reconhece-se a existência de alguns estudos contemporâneos que analisaram os circuitos migratórios de travestis centro e sul-americanas para Itália (Carijo, 2011, 2012; Kulick, 2008 [1998]; Teixeira, 2008, 2011), Espanha (Belizario, 2017; Patrício, 2008; Pelúcio, 2009, 2011a,b; Vartabedian, 2014, 2018; Vogel, 2009), França (Pourette, 2005a; Vale, 2005) e Alemanha (Vogel, 2009). Todavia, ainda muito pouco se sabe acerca dos padrões de mobilidade (i.e. rotas de viagem) e das complexas relações estabelecidas entre a migração e o mercado internacional do sexo. Junto da realidade portuguesa, e à exceção do trabalho de Luís (2018), este tipo de análise tem sido palco de um profundo desinvestimento científico.

Portugal não se constitui como um “país de destino” central de travestis. Embora, no passado, já tivesse sido, especialmente entre os anos de 2000 e 2010, os impactos da crise económica que recentemente atravessou, levou a que o deixasse de ser. Muitas travestis foram “forçadas” a redirecionar as trajetórias migratórias e a procurar países como Itália, Espanha, Alemanha, Suíça, Áustria ou Holanda por serem destinos mais convidativos em termos financeiros. Portugal é, hoje em dia, um país no qual, sobretudo as travestis brasileiras, mais velhas e experientes, optam por residir e trabalhar após terem procedido a estadias prolongadas em diversos países europeus, sendo os aspetos linguísticos centrais para determinar esta sua escolha.

Da proximidade estabelecida com as travestis trabalhadoras do sexo pude observar que a vinda para a Europa foi quase sempre efetuada logo após a conquista da maioridade (entre os 18 e os 21 anos de idade), realizada por duas grandes vias estratégicas, que as denominei por “práticas migratórias assistidas” e “práticas migratórias independentes”.

4.5.2. Ser «Cafetinada»: Práticas Migratórias Assistidas

A participação num projeto migratório está dependente da posse de recursos económicos. Mas atendendo à precária situação financeira em que muitas travestis viviam nos seus países de origem, raras eram aquelas que conseguiam assegurar, por conta própria, ou por meio de empréstimos bancários, esses mesmos recursos. Esta situação fez impulsionar o crescimento de um mercado clandestino que obtinha lucros com o negócio da migração transnacional. O auxílio à prática da migração era, regra geral, efetuado por meio de outras travestis que já haviam estado na Europa a trabalhar na indústria sexual. O conhecimento que possuíam acerca dos aeroportos e “rotas comuns” mais convenientes para facilitar a

²³² Note-se que este número poderá estar sub-representado face à real percentagem da população de travestis trabalhadoras do sexo, pela sua dificuldade de contabilização. O facto de não haver dados aeroportuários acerca dos movimentos de travestis migrantes, inseridas ou não na indústria do sexo, dificulta a quantificação precisa desses números. Além disso, como o conceito dominante de “mulher” se baseia na biologia, as travestis (mesmo as que encarnam uma aparência feminina) tendem a ser incluídas na categoria dos “homens”, devido à referência do sexo masculino nos documentos pessoais, e contabilizadas, para efeitos estatísticos como tal. Este “vazio nas pesquisas” (Teixeira 2008), nas quais se inclui as instituições oficiais, conduz inevitavelmente a situações de invisibilização do universo travesti. Todavia, ONG e projetos de intervenção social na área do trabalho sexual reconhecem facilmente esta sub-representação estatística, reportando cenários marcadamente diferentes daqueles que são apresentados.

entrada, a ampla rede de contactos já constituída com outras travestis residentes em diferentes países europeus, bem como o domínio das dinâmicas internas e das políticas jurídico-legais dos contextos prostitucionais europeus, fazia delas elementos essenciais para que o mercado de auxílio à migração de travestis florescesse.

O negócio estabelecido entre elas e as jovens travestis que desejavam vir para a Europa consistia num acordo prévio, verbalmente estipulado, expresso na constituição de uma dívida (Luís, 2018, p. 225-229) e de múltiplas obrigações a serem, entretanto, cumpridas. As figuras que as “ajudavam” eram também denominadas por «*cafetinas*». E como tal, ser «*cafetinada*» significava ser assistida na trajetória migratória, em troca do compromisso do pagamento da dívida assim que chegassem ao país de destino. Embora de valores variáveis, a dívida tendia a ser bastante avultada. Alessandra, por exemplo, confessou-me que a sua ida para Itália teve um custo de 15 mil euros.²³³ O desejo de sair do Brasil era tão grande que, não conhecendo outras possibilidades ou pessoas que a ajudassem financeiramente, acabou por aceitar o valor proposto. Porém, estes valores monetários não se cingiam somente aos custos associados com o pagamento das passagens de voos e taxas aeroportuárias. Nele estava, também, contemplado todo o acompanhamento necessário antes da partida, em especial na obtenção do passaporte e visto de entrada para permanência temporária na Europa, e na chegada ao país de destino, com a concessão de um espaço para viver e um lugar para exercer o trabalho sexual junto de outras travestis (que, quase sempre, apresentavam ligações próximas à «*cafetina*»)²³⁴ A venda deste “pacote” completo, no qual se incluía o serviço de recrutamento, transferência²³⁵ e acolhimento era, para muitas travestis, a garantia de que o seu processo migratório poderia ser bem-sucedido. No entanto, o que muitas não sabiam eram as condições que as esperavam. A chegada ao local de destino podia revelar-se desmotivadora e, até, assustadora. Alessandra, por exemplo, foi depositada numa casa minúscula, sem condições de habitabilidade. Esta casa, situada na cidade de Viareggio, em Itália, dispunha apenas de duas divisões as quais tinha de partilhar com outras 30 travestis brasileiras que já lá se encontravam a viver. Todas tinham sido trazidas para a Europa pela mesma «*bicha*», tendo cada uma pago o valor de 15 mil euros. O abatimento desta dívida era concretizado através do dinheiro ganho com o trabalho sexual. A enorme pressão que sentiam para a liquidar, levava-as a estarem disponíveis para trabalhar durante longas e duras jornadas. Até conseguirem o seu pagamento total, as travestis encontravam-se impossibilitadas de qualquer liberdade de movimento ou autonomia pessoal para se deslocarem para outras cidades ou países. A obrigatoriedade que sentiam em honrar o compromisso assumido mantinha-as totalmente presas e dependentes da «*cafetina*» que as tinha “ajudado”, correndo “o risco de viver sob

²³³ No estudo de Vogel (2009: 377) o valor cobrado às travestis venezuelanas era de 5000€.

²³⁴ O facto de as travestis saírem dos seus países suportadas por «*cafetinas*» e integradas, no país de destino, em contextos nos quais estão presentes outras travestis leva Cymene Howe, Susanna Zarasky e Lois Lorentzen (2008, p. 32) a considerarem a migração não como uma deslocação entre países, mas sim entre (micro)comunidades de travestis.

²³⁵ Dá-se conta que, de modo a ser facilitada a transferência de um país para outro e ver diminuída a probabilidade de ocorrer algum incidente com a polícia, as travestis com processos de feminização corporal (sobrancelhas aparadas, cabelos longos, implantes mamários) viajavam com uma imagem masculina (sem maquilhagem, fazendo uso de calças, camisa e chapéus para esconderem o cabelo) para que o seu género pudesse ser coincidente com o nome masculino identificado no passaporte. «*Eu vinha disfarçada, amarrava o peito, não vinha de travesti*», afirmou-me Alessandra.

uma espécie de regime de escravidão” (Kulick, 2008 [1998], p. 186). Quando questionei Alessandra sobre o que poderia ter acontecido se ela tivesse fugido ou tornado independente sem ter pago a dívida contraída – risco que todas as «cafetinas» corriam – respondeu-me que, provavelmente «*um dia ela me ia achar porque o mundo é pequeno*». Ao ser encontrada poderia sofrer diferentes consequências, manifestadas em castigos, intimidações ou exercício de violência, por ter incumprido o acordo. Deste modo, mesmo que Alessandra me tivesse afirmado não ter sido forçada a vir para a Europa («*Eu não vim forçada. Eu quis vir*»), e ter tido conhecimento prévio acerca das condições “contratualizadas”, focadas sobretudo no valor da dívida («*ela me falou em dólar e me disse quanto era na moeda do meu país. E que falei que sim, que queria*»), a situação apresentava contornos muito próximos ao crime de TSH.²³⁶ O consentimento dado para ser auxiliada na trajetória migratória, bem como o sentimento de não ter sido enganada ou explorada levou-a a não se considerar uma vítima.²³⁷ Porém, estes factos não são suficientes para se afastar declaradamente a possibilidade de tráfico.

Recorrentemente, os discursos das instâncias oficiais, assim como os da opinião pública, tendem a não abordar o fenómeno do tráfico internacional de travestis por considerá-lo inexistente. Como tal, elas acabam por não ser alvos de investigação. Mas na realidade, e como identificou Alvim (2013), poderão haver situações de travestis exploradas por meio de coação, fraude ou violência. Embora as redes de “ajuda” e “reciprocidade” acionadas pelas travestis para empreenderem um projeto migratório estejam organizadas com base na sua identidade de género e nos laços de amizade, elas mantêm semelhanças com os critérios presentes na definição de TSH, correndo o risco de serem percecionadas como redes criminosas de aliciamento e extorsão.²³⁸ Porém, partilhando da visão de Flávia Teixeira (2008, p. 280) acredito que se torna “necessário diferenciar as problemáticas, considerando as lógicas dos sujeitos envolvidos”.

Embora a relação estabelecida entre «*cafetina*» e «*cafetinada*» fosse originalmente firmada numa troca de favores comerciais, nas quais existiam fortes ligações de dependência e/ou exploração, a mesma poderia, com o tempo, ganhar uma conotação afetiva. Estas “mães” ensinavam as suas “filhas” a superarem as dificuldades inerentes ao facto de se encontrarem a residir num país estrangeiro, ajudavam-nas a se familiarizar com as regras instituídas no universo da prostituição, concediam-lhes informações sobre os processos de modificação corporal, aconselhavam-nas sobre a vida amorosa e garantiam-lhes proteção face a eventuais problemas que surgissem com outras travestis, «*maridos*», clientes ou agentes policiais, relacionados com conflitos, roubos, ou detenções. Na verdade, uma integração bem-sucedida significava a possibilidade das “filhas” obterem avultados proveitos económicos no mercado sexual e,

²³⁶ O artigo 160º do Código Penal português entende por crime de TSH a prática de “oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas” por meio de violência, rapto, abuso de autoridade, aproveitando-se de uma incapacidade psíquica da vítima ou através de outra forma de engano ou coação.

²³⁷ Como identificou Flávia Teixeira (2008, p. 290), a cobrança da dívida e juros de mora é considerado compreensível e, até justo, entre as travestis. O sentimento de serem exploradas só surge quando observam a exigência de outras obrigações que não constam do contrato celebrado.

²³⁸ A notícia avançada pelo portal AthosGLS (2006, 22 de Dezembro) dá conta de uma rede deste tipo, percecionada pelas autoridades policiais como pertencente a uma rede de TSH que “exportava” travestis brasileiras para Lisboa.

desse modo, conseguirem cumprir, com celeridade, o acordo estabelecido. Por seu lado, as “filhas” sentiam-se gratas por terem encontrado alguém que as tivesse apoiado no desejado projeto migratório e as transformado em “europeias”. Esta gratuidade sentida era, pois, motivo suficiente para cumprirem fielmente o acordo estabelecido.

A relação de mútua dependência era finalizada com o término da dívida. Assim, quanto mais rapidamente as travestis a conseguissem pagar, mais cedo alcançavam a liberdade para serem autossuficientes, deslocarem-se para outras cidades ou países, e começarem, a partir de então, a juntar dinheiro para si mesmas. Esse era, afinal, um dos objetivos porque tinham iniciado a sua trajetória migratória. As aprendizagens e competências entretanto obtidas com a sua “mãe” serviam para um dia se tornarem, elas próprias, em «*cafetinas*», reproduzindo um ciclo de «*cafetinagem*».

4.4.3. Práticas Migratórias Independentes

Grande parte da literatura que se tem debruçado sobre os projetos migratórios das travestis tende a relatar, exclusivamente, experiências migratórias “assistidas” (p. ex. Luís, 2018). Embora esta seja uma prática bastante comum é, no entanto, falso supor que este tipo de experiências se constitui como o único meio a partir do qual as travestis chegam até à Europa. Na investigação desenvolvida deparei-me com situações em que as travestis não tinham sido auxiliadas por terceiros ou «*cafetinadas*». Algumas tinham procedido a trajetórias de forma completamente autónoma e independente, por meio de uso de “rotas alternativas”, e tendo como única referência o conhecimento de pessoas amigas (geralmente *gays* ou travestis) a viverem em países europeus que lhes garantiam, à chegada, a possibilidade de ficarem acolhidas nas suas casas e de as ajudarem na integração cultural e profissional.

Para algumas, a saída do país de origem era conseguida através da acumulação de rendimentos financeiros por meio de um intenso e prolongado envolvimento pessoal na atividade da prostituição. «*Eu vim por conta própria [...] juntei o meu dinheiro no Brasil e vim*», relatou-me Cynthia. Mas se esta situação era possível para algumas travestis, para outras os poucos rendimentos que conseguiam adquirir na prostituição inviabilizava todo o processo migratório, razão pela qual se viam obrigadas a recorrer a empréstimos, financiados por outras travestis que apresentavam uma boa condição económica. Ao contrário das experiências “assistidas”, os valores destes empréstimos apenas cobriam as necessidades básicas da viagem, servindo para a compra do bilhete de avião e, eventualmente, para algumas despesas extras necessárias para os primeiros dias de integração no território estrangeiro. Ficavam por conta da travesti migrante todas as restantes despesas. Na experiência de Ivone, a inexistência de outras possibilidades em obter dinheiro, e o intenso desejo em atravessar o Atlântico para chegar à Europa, levou-a a propor à “amiga” o pagamento do dobro do dinheiro necessário («*eu disse-lhe que estava disposta a pagar-lhe o dobro, 4000€, 2000€ por 2000€*»). Com apenas 19 anos embarcou, sozinha, numa longa viagem rumo a Paris (França). Levava na bagagem apenas algumas roupas, mas muitos sonhos por concretizar. No dia da partida sentiu a dor de abandonar as poucas pessoas que ainda amava e de se confrontar com a recusa do pai em despedir-se dela. «*Foi tão triste o dia da primeira viagem*»,

confidenciou-me. «*Sentei-me na janela [do avião] [...] e não resisti, comecei a chorar*». A tranquilidade provinha da esperança que “do outro lado do mundo” houvesse novas oportunidades de vida.

Traída pela inexperiência de viajar, Ivone viu-se enredada num mar de obstáculos, agravados pelas barreiras linguísticas. Essa inexperiência era manifestada no desconhecimento acerca da necessidade em ajustar o vestuário ao clima de uma outra realidade sociogeográfica; das distâncias entre países europeus; dos meios mais adequados para os percorrer; e, mais grave ainda, da necessidade de obter um “visto de turismo” para entrar na Europa.

Eu cheguei a Amesterdão, daí apanhei o segundo avião que foi para a Suíça. Em Zurique deportaram-me, não me deixaram entrar [por falta de visto] e mandaram-me de volta para Amesterdão. De Amesterdão eu saí [...] quando eu saí do aeroporto, não podia nem acreditar no que me estava a acontecer, «*fogo, agora onde é que eu vou?*» [...] era um aeroporto grandíssimo [...] estavam os táxis lá fora, uns táxis elegantes, novos, BMW, todos elegantes [...] estava um frio, era 12 de Dezembro, estava a fazer um frio na Holanda e eu fui com um casaquinho fino, eu fui assim e disse a um taxista: «[...] *eu vou para estação de comboio, para Paris*». [...] E começou a guiar, levou-me para a estação de comboio da Holanda! Cheguei ao comboio e o comboio saía às nove da noite, eram quatro da tarde ou cinco, por aí [...] quando cheguei a Paris, o comboio parou e subiram os polícias por causa da emigração «*fogo, que azar*», eu mostrei o passaporte... fizeram-me descer do comboio e meteram-me noutra comboio para Amesterdão. Não me deixaram entrar porque não tinha visto. Em Paris pedem visto e eu não sabia. Fui para Amesterdão outra vez. [Ivone]

A entrada na Europa é, talvez, uma das primeiras dificuldades com que as travestis se confrontam nas suas trajetórias migratórias. Por regra, os Estados tendem a aplicar políticas que visam, por um lado, o controlo dos fluxos migratórios e, por outro, a perseguição das migrações ilegais. Pese embora o fortalecimento destas ações, as mesmas não impedem a chegada de estrangeiros que, por outras vias, acabam por conseguir entrar nos países. Pois como esclarece Julieta Vartabedian (2014, p. 299), “quantas mais restrições existirem para entrar no território europeu, mais pessoas irão recorrer ao apoio de distintos tipos de redes que possibilitarão a migração”. No caso de Ivone, foi precisamente no contacto com outras pessoas migrantes, também em situação irregular, que conseguiu obter todas as indicações precisas sobre o modo como realizar, com sucesso, uma incursão ilegal em França. Seguindo-as à risca foi, de comboio, até à fronteira da Holanda com a Bélgica. Na Bélgica percorreu todo o país, de táxi, até aproximar-se do posto de fronteira com a França. Aqui chegada, atravessou-o, a pé, e percorreu trilhos sinuosos em condições de elevado grau de perigosidade durante longas horas. Receou ser “apanhada” pelas autoridades policiais de controlo fronteiriço mas conseguiu não ser vista e chegar, por fim, a Lille, uma pequena cidade situada a 220km a norte de Paris. Porém, até concretizar, em definitivo, a sua trajetória teve ainda de se sujeitar à prestação de favores sexuais (sem contrapartida de pagamento) a troco de boleias.

[...] já estava em França, na primeira cidade Lille, acho que era o nome. Estava um frio, era uma da manhã e eu tinha os dedos congelados de caminhar, imagina, com sapatos de cunha. [...] eu não conseguia mais «*merda*», e cuidando do dinheiro para que não o perdesse. Comecei a pedir boleia, ninguém me dava, eu andei uns três quilómetros [...] pedi boleia e parou um francês bem giro, eu disse «*estação de comboio, Paris*». Eu lembro-me que ele falou-me em francês e eu não percebi. A única coisa que percebi foi que ele ia levar-me mais para cima, que me deixava na estação de comboio [...] e eu pensei «*fogo, só o que falta é apanhar o comboio aqui, viajar até Paris e me mandem de novo. É melhor não!*». Então disse a um taxista que queria ir para Paris e o taxista disse que me cobrava 400 dólares e eu tinha 600 dólares [...] eu disse

que 400 dólares não, mas depois... «*ok, vamos*» e levou-me [...] então ele disse-me que vivia a 20 quilómetros, vivia aí perto, se eu não queria ir a casa dele tomar um café e eu disse que sim. Pareceu-me simpático, levou-me a sua casa, disse para eu descansar, para tomar duche se quisesse. Eu fui tomar duche, tinha água quente, pus-me a tomar duche [...] quando vi que ele entrou, aí eu deixei, tivemos sexo [...] E então fomos para Paris. Era mais ou menos uma da tarde quando chegámos a Paris. Ele deixou-me perto de onde estão as “meninas”. Eu tinha o telefone da minha amiga [...] levou-me para o seu hotel essa noite, eu confiante que era minha amiga e ela disse-me «*Esta noite vais dormir aqui, mas amanhã já não podes dormir aqui sabes?*». [Ivone]

Após o esforço tremendo para chegar a Paris, Ivone viu-se confrontada com a indisponibilidade em ser acolhida pela sua única “amiga”. Em simultâneo, o Bosque de Bolonha – local emblemático da prostituição parisiense (Handman & Mossuz-Lavau, 2005), no qual iria exercer a atividade – tinha sido interdito por meio de uma ação policial, não só com a finalidade de “limpar” a zona – considerada “problemática” pelo poderes políticos da cidade – mas principalmente, de controlar e perseguir todas as prostitutas imigrantes em condição clandestina (e, como tal, vistas como promotoras da “desordem” pública) a fim de as expulsarem do país. Estes tipos de atuações proibicionistas eram, no entanto, mascarados pela aparente “necessidade” de identificação de situações de proxenetismo, tráfico ou exploração de prostitutas. A dupla condição de precariedade vivenciada (ser migrante indocumentada e, simultaneamente, trabalhadora do sexo) contribuiu para proporcionar nefastas implicações na vida de Ivone. A possibilidade de vir a ser deportada impossibilitou-a de circular livremente pela cidade, de se prostituir e, deste modo, conseguir obter dinheiro para sobreviver. Com efeito, sem qualquer rede de suporte social ou recursos financeiros, acabou por ser conduzida a uma situação extremamente adversa: pela primeira vez dormiu na rua, sentiu frio, mendigou comida e realizou a higiene pessoal em casas de banho públicas. Nem todas as trajetórias migratórias são sempre bem-sucedidas (Garcia, 2007; Pelúcio, 2007a). E, por vezes, a vida na Europa pode ser tão ou mais difícil do que a vivida nos países de origem. Como tal, a migração pode ser uma “fonte de decepção” (Pourette, 2005a, p. 276). Para Ivone, o famigerado “sonho europeu” foi completamente desfeito. E as expectativas outrora criadas tiveram de ser repensadas para o nível mais básico de sobrevivência.

[...] houve um tempo que dormi na rua [...] não tinha dinheiro nem para comer [...] à minha mãe nunca lhe contei porque não queria que ela soubesse dessa situação horrível [...] lá [no meu país] nunca fui um mendigo [...] eu sem dinheiro, sem um cêntimo, juro-te, sem nada, faltava pouco para entregar-me à polícia e dizer que queria ser expulsa mas, não tive coragem [...] lembro-me uma vez que, ia um senhor com duas baguetes, dois pães grandes e eu disse «*desculpe*», deu-me vergonha mas disse «*desculpe, pode oferecer-me um franco para comprar uma baguete?*», a baguete custava um franco e 20, o francês agarrou numa baguete e deu-me. Que vergonha! Ao que eu cheguei! Disse à minha amiga²³⁹ «*toma, come tu metade e eu como a outra metade*». Que vergonha, o que eu nunca fiz no meu país, entendes? [...] foi marcante pedir [...] [íamos] tomar banho num banho público [...] para gente que dorme na rua. Era Fevereiro [...] à noite quando começava o frio púnhamos um casaco e íamos dormir numa porta aberta numa construção, tanto que eu abraçava-a e ela abraçava-me a mim por causa do frio [...] as poucas [travestis] que estavam aí a trabalhar, e tinham documentos, nunca foram capazes de ajudar. Elas sabiam que nós estávamos na rua. Nunca foram capazes de dizer «*toma um prato de sopa*» ou «*vem aqui*». Nunca! Nunca! [Ivone]

²³⁹ A amiga enunciada por Ivone era uma outra travesti, da mesma nacionalidade que a sua, e que se encontrava numa situação social igualmente precária. Num momento de desamparo total, a relação estabelecida permitiu que ambas se apoiassem mutuamente.

Constatar nas atitudes das outras travestis economicamente bem posicionadas a despreocupação face à vulnerabilidade em que se encontrava foi, para ela, profundamente doloroso e revoltante. Num dos momentos mais críticos da sua vida, ninguém a ajudou. E isso chocou-a. Esta experiência provocou uma total desilusão e desapontamento com o “mundo das travestis”. Jamais esperou encontrar, na Europa – num lugar dito “evoluído” e “civilizado” – este nível gritante de desassistência e desumanização entre colegas. Da pior maneira, deu-se conta que, dentro deste “mundo”, onde a concorrência é feroz e o individualismo soberano, não poderia confiar em ninguém. A sua sobrevivência dependeu intensamente deste (primeiro) ensinamento.

Após largos meses a residir, de forma ilegal, em território Europeu, Ivone acabou por ser “descoberta” pelas autoridades policiais. O desejo de viver o seu “sonho” foi abruptamente interrompido. Foi deportada e obrigada a regressar ao país de origem. Regressou pobre. Ainda mais do que quando tinha iniciado a trajetória migratória porque, agora, tinha uma dívida por liquidar no valor de 4000€. Voltar da Europa sem a possibilidade de apresentar sinais de riqueza e ascensão social foi sentido como um insucesso. Mas o motivo que a fez sentir-se profundamente humilhada foi chegar ao seu país sem ter completado o processo de transformação corporal. «*O cabelo já me tinha crescido, mas eu não tinha mamas, não tinha corpo, ainda usava esponjas [...] eu tinha regressado sem dinheiro, fracassado, tinha fracassado*», disse-me ela. O sentimento de fracasso a que algumas experiências migratórias podiam conduzir – atribuído, na maior parte das vezes, à responsabilidade individual – levava a que certas travestis não desejassem repeti-las. Mas muitas acabavam por voltar a viajar, às vezes mais do que uma vez, até conseguirem empreender trajetórias com êxito. O caso da Ivone apresentava, obviamente, especificidades próprias. No entanto, mostrava os inúmeros riscos, dificuldades, perigos e vulnerabilidades que as jovens travestis estavam sujeitas ao enveredarem por este tipo de migração. Não é, pois, de estranhar que, desde logo, a forma “assistida”, efetuada por meio de rotas comuns, fizesse suscitar, para grande parte delas, maiores vantagens e garantias de virem a ser bem-sucedidas.

CAPÍTULO 5

O CORPO NA CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES TRAVESTIS

Manuel Castells (1999) entende a identidade – enquanto característica de um indivíduo que o distingue do outro – como um “processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (p. 22). Este processo de construção do *self* é dinâmico, dando-se a partir das experiências sociais vividas na relação com os outros (Dubar, 1997; Mead, 1967 [1934]) e da percepção que estes têm de si. Por isso, diz-se que a identidade é socialmente construída (Amâncio, 2000; Castells, 1999; Dubar, 1997; Santos, 2005), sofrendo mutações de acordo com as diferentes “mensagens” partilhadas pelos grupos de pertença a que o sujeito se insere ao longo da vida. A construção da identidade faz-se através da “negociação permanente com aqueles que nos rodeiam, fruto de acordos e desacordos” (Santos, 2005, p. 126). Nesta negociação, o sujeito necessita de processar o resultado do conjunto das “mensagens” fornecidas pela trajetória de vida, pelos desejos pessoais, pelas instituições sociais e pelos aparatos de poder, a fim de reorganizar o seu significado em função das visões culturais vigentes.

Todas as identidades tendem a ser produzidas em contextos marcados por relações de poder. As travestis, ao se encontrarem em posições sociais estigmatizadas pela lógica da dominação do sistema de género, pareciam formar uma “identidade de resistência” que, segundo Castell (1999, p. 24), se baseiam em princípios diferentes (ou opostos) aos que permeiam as instituições dominantes da sociedade. Este tipo identidade é fruto de um sentimento de alienação proveniente de um conjunto de traços socialmente desvalorizados de que elas eram portadoras (femininas mas com genitais masculinos, baixa escolarização, classes sociais populares, migrantes). Era precisamente a conjugação desses traços que as ajudava a compor uma possibilidade identitária (a de travesti) em detrimento de outras (p. ex. *gay* efeminado, *drag*, transformista, transexual). Diante da opressão vivenciada, a formação de “comunidades” de travestis – tal como as que encontrei nos territórios da prostituição – era uma forma de “resistência coletiva” perante as ideologias dominantes (resistência essa que seria insuportável ao ser conduzida individualmente). Essas comunidades eram espaços de aprendizagem das normas, valores, práticas, linguagens/dialetos e atributos culturais próprios que regiam os elementos que as constituíam e lhes atribuíam um sentido de identidade social e coletiva. Era aqui, distanciadas dos contextos sociais de origem, que as jovens travestis encontravam as primeiras referências e “campos de possibilidades” (Velho, 2003, p. 28) para viver livremente o género e a sexualidade. Por meio das interações sociais estabelecidas, resultantes do processo de socialização, o *habitus* desse mundo ia sendo gradualmente assimilado e incorporado, auxiliando-as a integrarem-se nele com maior facilidade. Na dinâmica deste processo de construção identitária, Clara Santos (2005, p. 127) assume que “o reconhecimento, a valorização, a confirmação ou desconfirmação dos outros nos impele a uma negociação interna (subjéctiva) ou externa (objéctiva) nas configurações identitárias que assumimos”. As travestis

começavam a fabricar a sua identidade social a partir da articulação de influências diversas e conflitantes “entre trajetórias socialmente condicionadas e campos socialmente estruturados” (Dubar, 1997, p. 94). As noções do *eu* que, até então, conheciam, iam dando lugar a um outro *eu*; e ainda que certas características individuais permanecessem na sua estrutura identitária (garantindo a sua singularidade), outras, forçosamente, desapareciam e, outras ainda, eram agregadas. Isto significava que a sua identidade ia sendo reelaborada a partir das relações que estabeleciam (Pinto, Melendez, & Spector, 2008) e das decisões que iam tomando; sendo determinada e determinante por este processo.

Um aspeto importante da identidade social travesti é que ela se encontrava inerentemente vinculada ao corpo, à imagem, às formas e aos investimentos estéticos e cirúrgicos realizados. Uma «*verdadeira travesti*», como elas referiam, era produzida e reconhecida em função da fabricação corporal. A sua valorização era tal, que podiam adquirir um maior ou menor *status* dentro do grupo. Realizar transformações corporais era, pois, um elemento diferenciador entre aquelas que conseguiam ascender à categoria de «*verdadeira travesti*» e as que tentavam “passar por” travestis sem o ser verdadeiramente: as «*gays montadas*».²⁴⁰ Nesta “luta” identitária, o corpo – enquanto capital simbólico de sucesso e reconhecimento – funcionava como um meio para acederem a categorias de género consideradas, neste contexto, mais “válidas” e que refletiam posições sociais mais relevantes.

Uma vez que o corpo era um elemento carregado de significados, algumas travestis submetiam-no a um longo processo de metamorfose por via de práticas de «*montagem*», rituais de apresentação, técnicas de transformação e incorporação da feminilidade. Procuravam adequar fisicamente os seus corpos não só para que ele correspondesse, de forma congruente, à imagem e sentimento que tinham de si mesmas (ou que, entretanto, desenvolviam); como também para alcançarem uma certa “normalidade”, mesmo quando aparentavam romper com ela. Almejavam, por um lado, distanciar-se da abjeção; e por outro, conseguir ocupar uma posição social dentro dos campos de inteligibilidade que correspondessem a possibilidades (mesmo que mínimas) de aceitação, reconhecimento e/ou afirmação identitária (dentro das “comunidades” de travestis). Era justamente no, e pelo corpo, que esta transformação física e social acontecia, suportada por uma dada ideia da “essência” feminina, inscrita na lógica binária. Ao desejarem alcançar a feminilidade, tentavam capturar as suas características e fixá-las nos corpos por meio de um processo exigente e contínuo de aniquilamento dos elementos simbólicos e materiais masculinos e incorporação de marcas do feminino. Para algumas travestis, essa intervenção chegava a transformar-se no seu projeto pessoal de vida.

5.1. AS PRÁTICAS DE TRANSFORMAÇÃO CORPORAL E FABRICAÇÃO DO FEMININO

O processo de «*montagem*» do corpo era uma condição essencial para se «*virar travesti*». Era por meio da produção de uma aparência feminina que se dava “a redefinição e a exibição das performances de

²⁴⁰ A descrição destas categorias será, de seguida, aprofundada no ponto 5.2.

gênero e, daí, a construção e reconstrução também das identidades” (Jayme, 2001, p. 81). Isto significava que a elaboração de diferentes formas de «*montagem*» podia corresponder a diferentes “tipos” de performances de feminilidade e identidade travesti. Da mesma forma que não existem identidades “puras” ou “genuínas”, não existia, também, uma única maneira de “ser travesti” (daí, considerar mais correto falar em “identidades”, no plural). O universo travesti era composto por duas grandes categorias: as «*gay montadas*» e as «*verdadeiras travestis*». Fora deste conjunto havia também as «*operadas*» que, ao terem realizado intervenções cirúrgicas de reatribuição sexual, eram remetidas, pelas demais, para um outro “grupo”: o das transexuais. A retirada do pênis era, assim, motivo para deixarem de ser consideradas travestis, ficando proibidas de continuar a prostituir-se no mesmo território que elas.

Para cada uma destas categorias existiam modos diferentes de «*montar*» o corpo, envolvendo a apropriação de indumentária e elementos gestuais, físicos e/ou corporais específicos. Nalguns casos, a pertença a essas categorias podia variar com o tempo, em função da «*montagem*» e do nível de transformação corporal alcançado, dando-lhes a possibilidade de transitar entre “grupos”. Por exemplo, não se chegava a «*verdadeira travesti*» sem antes passar, necessariamente – ainda que de modo temporário – pela “fase” prévia de construção corporal e identitária, que correspondia à de «*gay montada*». Ao longo desta trajetória, esperava-se que percorressem diferentes patamares hierárquicos até atingirem um corpo considerado “de mulher”, local onde se encontrava a “perfeição” e se alcançava o *status* mais elevado dentro do universo travesti. Porventura, como também observou Pelúcio (2007a), a estagnação num dos patamares intermédios implicava desprestígio para essas travestis.

Era junto dos «*pontos*» de prostituição que as «*gay montadas*» – ainda aspirantes a «*verdadeiras travestis*» – aprendiam os “truques” que as ajudavam a potenciar os atributos físicos, assim como os valores estéticos e corporais que orientavam toda a construção do feminino. Estes ensinamentos eram adquiridos por meio de uma ativa observação dos corpos e troca de informações com as restantes travestis, especialmente as mais experientes porque eram as que, mais facilmente, poderiam colocá-las em posições de prestígio. A rua era um espaço privilegiado de aprendizagem e iniciação à construção da identidade travesti. Por essa razão, muito dificilmente alguém conseguia tornar-se numa travesti sem ingressar num intrincado sistema de relações, como era constituído o *Conde*. Era ali que as novatas percorriam um longo caminho de transformação corporal, composto de vários rituais (que passarei a descrever nos pontos seguintes), até atingirem a sua meta e, eventualmente, serem reconhecidas como “mais travestis” que as demais.

5.1.1. O Início da «*Montagem*» do Feminino

Era a partir de um corpo de “homem” que se construía um corpo feminino, inscrevendo-se nele particularidades atribuídas às “mulheres”. Um dos grandes obstáculos na construção desse novo corpo eram os pelos. Estes, ao estarem fortemente associados ao “mundo masculino”, eram um dos primeiros atributos que as travestis desejavam eliminar, implicando-se num intenso combate diário contra a sua

reprodução.²⁴¹ A visibilidade de pelos faciais eram aqueles que maior incômodo lhes causavam. E uma vez que a raspagem com uma lâmina era uma prática mal vista, por denotar “preguiça e falta de determinação” na construção da feminilidade (Pelúcio, 2007a, p. 270), era habitual transportarem consigo uma pinça para arrancarem, de imediato, o «*chuchu*» assim que davam conta do seu surgimento. A pinça tinha, também, a função de ajudar a desenhar as sobrancelhas a fim de estas ficarem bem aparadas, finas e com contornos curvos. Para conseguirem disfarçar os pelos da barba, algumas optavam por clareá-los com água oxigenada. Mas era através da maquilhagem – símbolo do “mundo feminino” – que obtinham resultados mais eficientes, retirando vantagens do escuro da noite por ocultar certos aspetos corporais masculinos.

Na «*montagem*» do corpo, as mãos e os pés também não eram esquecidos. Para que as unhas fossem consideradas bonitas e vistosas deviam cumprir alguns requisitos: serem compridas, coloridas, de formato amendoado e tratadas com técnicas específicas de manicura e pedicura. Os cabelos também deviam estar bem cuidados. Eram bastante valorizados os cabelos naturais, compridos e com cortes femininos. As jovens travestis que deambulavam pelo *Conde* de peruca (indicador da posse de cabelo curto) eram motivo de ridicularização. A sua imagem ao não ser coincidente com a das protagonizadas pelas «*verdadeiras travestis*» – que exibiam orgulhosamente um cabelo longo,²⁴² jogando-o de um lado para o outro com um único aceno de cabeça a fim de revelarem superioridade (cf. também observado por Benedetti, 2005 e Garcia, 2007) – levava-as a serem desconsideradas e remetidas para a tipologia de «*gay montadas*». O cabelo, enquanto atributo de feminilidade, era usado para diferenciar travestis (Kulick, 2008 [1998], p. 215). Mas podia servir, ainda, para destacar e visibilizar. Numa das noites, encontrei Leila no seu «*ponto*» habitual, junto a uma paragem de autocarros. Observei que tinha alterado a cor do cabelo para um loiro monocromático intenso, *choc*, que não a deixava despercebida a quem por ali passava. Confidenciou-me que o objetivo era precisamente esse: ser facilmente visível aos clientes e, em simultâneo, destacar-se de todas as outras travestis. Por isso, era habitual surgirem no *Conde* ora com colorações diferentes (umas vezes “loiras” e outras “morenas”) ora com penteados atrativos (lisos, ondulados ou encaracolado).

O vestir-se, às escondidas, com roupas das figuras maternas foi talvez uma das primeiras atitudes que as travestis realizaram durante a sua infância (cf. ponto 3.3.4.), isto porque, reconheciam que o modo de vestir corporificava determinadas características inscritas no “mundo feminino”. Obviamente, com a sua integração no contexto prostitucional, a importância das roupas e acessórios (brincos, colares, pulseiras, relógios, anéis, malas) no processo de fabricação do corpo e da identidade travesti acabou por ser reforçada. Roupas decotadas, transparentes e justas ao corpo eram as peças muito valorizadas entre elas (para as utilizar tinham de aprender a mover-se dentro delas e, muito particularmente, a dominar a

²⁴¹ Poderá ser consultado o trabalho de Benedetti (2005) para se aprofundar as técnicas empregues pelas travestis para impedirem o crescimento de pelos.

²⁴² Para obterem um cabelo ainda mais longo e volumoso do que o seu natural, muitas delas adicionavam extensões capilares confeccionadas em cabelo humano.

técnica de «*aqueendar a neca*») porque a criação de uma imagem exuberante era necessária para corresponderem aos desejos sexuais dos clientes; imagem essa que, lentamente, ia sendo incorporada na construção da sua própria identidade.

Os sapatos e botas eram, também, peças fundamentais na composição do visual, de tal forma, que muitas travestis possuíam-nos em grande número e variedade. «*Na minha casa tenho 3 prateleiras de sapatos*», confidenciou-me Goreth (Diário de Campo, 16 de Março de 2012). A maior parte delas gostava de usar saltos altos, mesmo as que eram de elevada estatura.²⁴³ Andar neles – alguns medindo mais de 15 cm – nem sempre se mostrava uma tarefa fácil. Mas como referiu Olga, rindo-se da sua própria atrapalhão no andar, «*É preciso! A imagem é o nosso trabalho!*» (Diário de Campo, 13 de Julho de 2012). Ser graciosa e determinada no andar era, pois, um feito conseguido somente através da experiência, esforço e dedicação.

Com a mudança da imagem realizada por meio do vestuário, do calçado, da maquilhagem e dos cuidados corporais empregues (especialmente relacionados com os pelos), a voz – enquanto elemento de identificação de género – era também uma fonte de preocupação para as travestis, razão pela qual a sujeitavam a uma processo de adequação através de um treino diário, autodidata (sem recurso a qualquer tipo de terapias vocais), de modulação do timbre, entoação, enunciação e das propriedades para-vocais e linguísticas, a fim de a suavizar e torná-la mais aguda, doce e delicada.

A combinação deste conjunto de práticas favorecia a constituição de códigos de pertença a determinados espaços identitários. Ainda que nem todas as jovens travestis conseguissem dominá-las na totalidade, mostravam sinais de que o seu corpo e identidade se encontrava em transição.

5.1.2. As Substâncias Hormonais e o Crescimento de «*Peitinhos*»

Para adquirirem uma imagem voluptuosa e curvilínea, muitas travestis consumiam produtos hormonais²⁴⁴ dado que estes eram apresentados como substâncias que faziam eclodir características femininas no seu corpo. Elas acreditavam que quanto mais precocemente fosse iniciado esse consumo, mais eficaz seriam os seus efeitos, pelo que as mais experientes instruía as mais novas a tomá-los o mais cedo possível. Daí que boa parte delas tenham feito uso das primeiras doses hormonais, precisamente, durante o período da adolescência e/ou início da vida adulta.²⁴⁵ Era na rua, junto do grupo (Pinto et al., 2008; Namaste, 2000), e à revelia de qualquer aconselhamento médico, que as jovens

²⁴³ Para conseguirem encontrar sapatos e botas femininas que lhes servissem, recorriam a espaços comerciais específicos, bem conhecidos entre elas, que disponibilizavam tamanhos grandes (superiores ao número 40). De entre esses espaços de venda encontravam-se o mercado da Praça de Espanha (Lisboa), a sapataria “Alda” (Rua da Palma, junto ao Hotel Mundial), o “Paraíso do Calçado” (Praça da Figueira), a sapataria “Lena e Gonçalves” (Rua dos Fanqueiros) e algumas lojas chinesas.

²⁴⁴ Situação também identificada por outros autores, como Benedetti (2005), Damásio (2011), Fernández (2004), Garcia (2007), Kulick (2008 [1998]), Namaste (2000), Oliveira (1994), Pelúcio (2007a), Pinto et al. (2008), Ramos et al. (2014), Rotondi et al. (2013), Saleiro (2013), Silva (1993).

²⁴⁵ Das entrevistadas, Carole foi a que mais cedo iniciou a ingestão de hormonas, aos 14 anos de idade, o que lhe permitiu não desenvolver pelos e formas corporais masculinas. Na altura, por ainda se encontrar a viver em casa da família de origem, a toma teve de ser realizada às escondidas da mãe.

travestis se informavam sobre os principais tipos de fármacos existentes no mercado, os possíveis efeitos sobre o organismo, as doses a serem administradas, bem como os preços e os locais para a sua aquisição.

As hormonas eram medicamentos destinados à contraceção feminina que, ao conterem elevadas doses de estrogénio e progesterona, bloqueavam o efeito dos androgénios (hormonas sexuais que estimulam ou controlam o desenvolvimento e manutenção das características masculinas). A sua toma era efetuada por via oral (comprimidos/pílulas), intramuscular (ampolas injetáveis) ou cutânea (adesivos), sendo as duas primeiras as mais utilizadas entre elas por, supostamente, agirem de forma mais rápida sobre o corpo. As administradas por via oral (p. ex. o “Diane 35” e o “Androcur”) eram facilmente adquiridas em farmácias sem necessidade de haver uma prescrição médica. O mesmo, já não acontecia com os anticoncepcionais injetáveis (p. ex. o “Deca”), cuja compra e aplicação requeria a apresentação de receita clínica. Contornar esta situação, exigia das travestis a capacidade para estabelecerem uma relação de cumplicidade com alguns farmacêuticos a fim de estes lhes venderem o produto e, se possível, aplicar-lhes a injeção que, nalguns casos, chegava a ser semanal. «*Ia à farmácia e pedia [...] para injetar nos braços, na veia*», explicou-me Ivone. Zara, também me confidenciou que, aos 18 anos, altura em que iniciou o tratamento hormonal, chegou a implorar-lhes para consentirem os seus pedidos. «*Eu vinha aqui nas farmácias e pedia [...]. Eles não podiam vender aquilo. Mas eu pedia POR TUDO. E eles vendiam*». Havia, portanto, sempre alguém que «*dava um jeito*». Dado que a aplicação destes injetáveis requeria, necessariamente, o auxílio de uma outra pessoa, muitas solicitavam ajuda a amigas travestis. «*Nós mesmas nos injetávamos. Eu dizia à minha amiga “empresta aí” e nós mesmas aplicávamos, ou ela punha-me a mim e eu a ela*», contou-me Ivone. Raras eram, no entanto, as que se auto injetavam.

A ação destas substâncias provocava uma série de alterações fisiológicas sobre o corpo, logo após dois a três meses do início da sua ingestão e/ou aplicação. Os resultados eram manifestados no crescimento mamário – que denominavam por «*peitinhos de hormônio*»; no arredondamento dos quadris, coxas e pernas (em consequência da redistribuição da gordura pelo corpo); na definição e adelgaçamento da cintura; na perda da força/massa muscular; no enfraquecimento da pilosidade corporal (em quantidade e espessura); na suavização da textura da pele deixando-a mais amolecida e fina; na diminuição do volume testicular e na quantidade de esperma produzido; assim como na diminuição da capacidade erétil e do desempenho sexual.²⁴⁶ Ainda que estas substâncias não gerassem alterações nas cordas vocais, algumas travestis juravam, afincadamente, que a sua voz se tinha tornado um pouco mais fina devido a elas.

De todas as características femininas desenvolvidas, os «*peitinhos de hormônio*» eram aquelas que maior fascínio lhes causava porque, como me explicou Carole, as «*travestis são aquelas que já têm mamas*». Ou seja, as travestis só reconheciam outras como tal, se (pelo menos) fizessem uso de

²⁴⁶ Esta última alteração afetava diretamente a vida profissional das travestis, uma vez que alguns dos seus clientes, nomeadamente as «*mariconas*», procuravam o seu pénis para serem penetrados analmente e/ou desenvolverem práticas sexuais orais.

hormonas que resultassem num crescimento das glândulas mamárias. «*A vida começa por aí*», disse-me Diva ao tentar explicar que elas, mesmo que pequenas, juntamente com o novo corpo e imagem, apresentavam-se como elementos que determinavam o ingresso nessa identidade social. Eram, portanto, uma espécie de “ritual de passagem” (Benedetti, 2005, p. 80). Por isso, a sensação de as ver crescer era vivida com grande entusiasmo. «*Eu senti coçando, sabe. Coça porque dá aquela sensação “ai, tá tendo uma pedra” e assim vai, entendeu?*», contou-me Leila. «*Vês o caroço a crescer. Foi tão bonito*», disse-me também Priscila, profundamente deslumbrada ao recordar essa fase. A possibilidade de ascenderem a uma categoria identitária valorizada, distanciada da figura negativa de «*gay montada*» – que evidenciava artificialmente a posse de mamas através da utilização de esponjas – era fonte de contentamento. E para validarem essa conquista, muitas faziam questão de exibi-las orgulhosamente nas ruas²⁴⁷ com a ajuda de apertados sutiãs,²⁴⁸ blusas justas e exuberantes decotes e, não raras vezes, posicionavam as mãos sobre elas, apertando-as, numa espécie de (re)confirmação da sua existência.

Além dos efeitos fisiológicos – visíveis e mensuráveis – as narrativas das travestis apontavam, também, uma ação das hormonas ao nível psicológico e comportamental, traduzido na alteração dos modos de ser, agir, sentir e pensar. «*Eu comecei-me a “hormonizar” e aí as coisas vão mudando [...] o meu jeito de pensar já era diferente e você vai criar aquela personalidade, entendeu?*», referiu-me Leila para elucidar que o consumo das substâncias hormonais ajudou-a a suprimir “falhas” nalgumas das suas faculdades e a torná-las mais femininas, dado que para se ser feminina tinha que se ter, também, uma «*cabeça feminina*».

O deslumbramento que provinha da observação dos resultados destas substâncias era um fator motivador para desejarem que o processo da transição corporal fosse acelerado. Para conseguirem transformações rápidas e intensas, muitas delas acabavam por fazer um uso abusivo da administração hormonal. Elas tinham a noção que uma vez começado o “tratamento” era importante dar-lhes continuidade sob pena de perderem algumas das formas corporais femininas já conquistadas. E embora não existisse uma prescrição padrão para o uso destes medicamentos, o recomendável seria um comprimido diário de um anticoncepcional (oral) ou uma dose única de ampolas (injetável) a cada 30 dias, para manterem essas formas. Mas na esperança de fazerem notar velozmente os efeitos no seu organismo, muitas travestis exageravam brutalmente nas doses. Rafaela, por exemplo, chegou a triplicá-la, ingerindo três comprimidos por dia. Mas havia quem ingerisse, de uma só vez, todos os comprimidos de uma carteira de pílulas. Os anticoncepcionais injetáveis (aplicados diretamente nas nádegas, parte

²⁴⁷ Daí que Fernández (2004, p. 172) afirme que, ao contrário de uma mulher adolescente cujo corpo tende a ser ocultado, “o corpo travesti com peitos femininos é um corpo para ser mostrado”.

²⁴⁸ O uso de sutiãs apertados era uma estratégia utilizada a fim de aparentarem possuir «*peitinhos*» maiores e mais volumosos do que, na realidade, tinham. As desvantagens da sua utilização podiam, no futuro, ser manifestadas no surgimento de ferimentos nos ombros e costas que, caso não fossem sarados rapidamente, poderiam transformar-se em problemas graves de saúde. Fabiana era uma delas. «*[...] uso um sutiã que me puxa [...] eu tenho ferimentos, aqui [zona das omoplatas] e aqui [debaixo dos braços] do sutiã, que me magoa muito. Porque se eu não andar assim, eu não vou conseguir andar na rua, eu não me sinto bem [...] não me sinto eu [...] [o peito] está grande mas com a ajuda do sutiã. [...] não estou a aguentar mesmo as dores das costas [...] já tenho ferimentos graves [...] estou mesmo em ferida*», disse-me ela. Ainda que tivessem conquistado os seios – um dos principais atributos da feminilidade – muitas travestis sujeitavam-se a este nível de sofrimento até conseguirem juntar dinheiro suficiente que lhes possibilitasse a aplicação de próteses mamárias.

superior da perna ou braços)²⁴⁹ eram os preferidos das travestis por causarem transformações mais rápidas, sem os efeitos secundários (náuseas, vômitos e aumento de peso) produzidos pelas pílulas. Algumas chegavam a quadruplicar as doses, tal como me confidenciou Ivone «*mandavam aplicar uma vez por mês e nós aplicávamos todas as semanas, entendes?*». Benedetti (2005, p. 75) verificou, ainda, que algumas travestis consumiam os medicamentos em jejum por acreditarem que sem a interferência de outras substâncias, os seus efeitos seriam mais eficientes. Uma outra crença observada por Garcia (2007, p.87), Kulick (2008 [1998], p. 85) e Pelúcio (2007a, p. 255) era a de que a ejaculação tornava ineficaz a medicação, na medida em que a expulsava do organismo através do esperma. Como tal, a atividade sexual proveniente do seu trabalho era causadora de dilemas porque, se por um lado, ejaculavam (mesmo com pouca frequência devido à dificuldade em manterem ereções resultante das hormonas); por outro, não o pretendiam fazer porque acreditavam que “perderiam” a feminilidade. E quando isto ocorria, surgiam sentimentos de culpabilidade diante do “desperdício” do esforço já empregue na construção corporal.

O consumo de hormonas era, muitas vezes, realizado através de ciclos, alternando a sua ingestão e/ou aplicação com períodos curtos de interrupção a fim de “repousarem” o corpo. No caso de Rafaela, realizava o “tratamento” durante dois meses seguidos, parava no terceiro e no quarto retomava o ciclo. Em situações mais extremas, havia quem, como a Carole, intercalasse as tomas com um “coquetel” feminino e um outro masculino. Numa das *brigadas* ela partilhou comigo os procedimentos que executava na utilização dessas “bombas”:

As hormonas femininas deixam-me redonda. Eu não gosto de ficar gorda. Aí eu tomo o “Deca” e os meus músculos acabam ficando mais duros [...] eu tomo durante um mês. [Depois tomo durante] um mês e tal hormonas femininas para eu não perder as características femininas. Eu já tive musculada. Nossa, eu pesava 61 Kg e fui para 67. Eu esqueci as hormonas femininas [Diário de Campo, 28 de Abril de 2012].

Para conseguir obter um corpo visivelmente feminino, sem deixá-lo flácido e com formas muito arredondadas, Carole realizava um balanceamento com hormonas masculinas. Estas ajudavam não só a «*tonificar os músculos, a barriga e os braços*», como também a servir de «*ferramenta de trabalho*», dado que um dos efeitos secundários era, precisamente, o aumento do apetite sexual e, conseqüentemente, da melhoria do seu desempenho.

A relativa facilidade na aquisição das hormonas, assim como o seu baixo custo face a outro tipo de métodos de feminização, apresentavam-se como razões para que muitas delas efetuassem o “tratamento” de forma completamente desregrada, cuja intensidade do seu consumo era relatado como sendo «*forte e feio*» (Nádia), uma verdadeira «*loucura de hormonas atrás de hormonas*» (Rebeca). De certa maneira, estas substâncias começaram a tornar-se «*um vício*» (situação também observada por

²⁴⁹ Garcia (2007) aponta que a aplicação noutras partes do corpo é vista pelas travestis como sendo dolorosa e propiciadora de marcas corporais devido às frequentes picadas. Todavia, Benedetti (2005, p. 76) observou, na sua etnografia, um caso de uma travesti que injetava diretamente na zona do peito por acreditar que as mamas se desenvolviam mais rapidamente. Situações como esta são, no entanto, bastante raras.

Benedetti, 2005, p. 75). Não que elas tivessem um efeito bioquímico de dependência sobre o corpo, mas porque lhes proporcionavam observar, de forma célere, a fabricação do feminino através delas.

[...] as hormonas são como um vício, quando tu te injetas uma, já queres aplicar outra, e depois vês que já não tens barbinha por causa das hormonas, então tu queres aplicar mais, já não queres suspender porque sabes que aquilo resulta, já se veem as maminhas, estás a ver? Já se vê o corpo, o cabelo a crescer, vês-te todo diferente e ficas viciado, é como um vício [...] a envenenar o sangue. [Ivone]

As hormonas conferiam às travestis a sensação de estarem num processo de limpeza e “purificação”, no qual iam absorvendo atributos femininos (imaculados) e, simultaneamente, eliminando os masculinos (sujos e contaminadores). Contudo, sabiam que este «vício», e o excesso a ele associado, poderia «envenenar o sangue», corrompendo-o e causando-lhe doenças e problemas de saúde.

Um dos efeitos colaterais que as travestis apontavam recorrentemente eram as alterações psicológicas, em termos de falha de memória, de concentração, ansiedade e descontrolo emocional, com consequências ao nível da irritabilidade, nervosismo²⁵⁰ e variações súbitas de humor. Expressões como «andava maluca» ou «fiquei muito alterada» davam precisamente conta desta situação. Os efeitos poderiam, também, ocorrer em termos físicos, sentidos, por exemplo, no aumento do peso. Rebeca é um dos casos, que passou de 79Kg, no início do “tratamento”, para um peso atual superior a 100kg. «Engordei muito com isso [...] o meu corpo descontrolou-se», confidenciou-me, evidenciando uma tristeza que consumia o seu olhar. «Estraguei o meu corpo todo [...] destruí-me a mim própria», acrescentou ainda para, em seguida, dar lugar ao choro.

Em algumas travestis, o excesso de hormonas refletia-se, também, na produção de uma secreção leitosa nas glândulas mamárias, que era interpretada como uma “propensão natural [...] para o feminino” (Pelúcio, 2007a, p. 258). Numa das noites, observei que uma delas se encontrava suja dessa substância. Ao chamá-la a atenção, retirou, ali na minha frente, uma das mamas para fora, e ao fazê-la esguichar, explicou-me que os seus clientes gostavam não só de beijar os seus «peitinhos», como também, de ingerir o leite que delas saía (situação também observada por Pelúcio, 2007a, p. 203), prática essa que, apesar de baixo risco, poderia transmitir o VIH, mas que era totalmente desconsiderada.

As altas dosagens de hormonas consumidas por longos períodos de tempo podiam apresentar outras reações adversas. Benedetti (2005, p. 78), por exemplo, elencou o inchaço das pernas e pés; a retenção de água no organismo; a propensão para o desenvolvimento de varizes ou o aumento do apetite, esquecendo-se, no entanto, de indicar o elevado risco de desenvolvimento de cefaleias, fotossensibilidade, alterações da função hepática, trombozes, embolias pulmonares, problemas cancerígenos ou, inclusive, acidentes vasculares cerebrais. «É uma coisa muito perigosa», «provoca muita coisa», comentaram Estefani e Rafaela. Mas mesmo sabendo disso, muitas travestis continuavam a automedicar-se em doses inapropriadas, sem qualquer tipo de orientação médica. As razões para não

²⁵⁰ Pelúcio (2007a, p. 254) e Benedetti (2005, p. 79) também observaram que as suas travestis alvo de estudo referiam desenvolver esta característica em função das substâncias hormonais. Tendo como base a ideia (infundada) de que a mulher é, em oposição ao homem, mais “sensível” e “nervosa”, as travestis estabeleciam uma associação entre o surgimento do “nervosismo” e a “feminilidade”.

procurarem apoio clínico especializado encontravam-se relacionadas não só com as dificuldades financeiras e o desconhecimento sobre a forma de recorrer a esse apoio mas, sobretudo, com as barreiras organizacionais existentes nos serviços de saúde com as quais eram confrontadas e que as constrangiam em voltar a acedê-los.²⁵¹

5.1.3. O Silicone Industrial: Uma Técnica Para «Fazer o Corpo»

Uma outra substância que ajudava a «fazer o corpo» e alcançar uma aparência feminina permanente era o silicone líquido, um material denso e viscoso, de aspeto transparente e incolor, usado sobretudo para fins industriais e não cirúrgicos.²⁵² Mesmo sendo totalmente contraindicada a sua aplicação no corpo humano por causar sérios danos, muitas travestis utilizavam-no para aumentar o volume e aperfeiçoar as formas corporais arredondadas (até, então, adquiridas através das hormonas). Este produto era bastante apreciado por elas uma vez que, além de ter um efeito definitivo, alterando o corpo para o resto da vida,²⁵³ os seus resultados eram imediatamente observáveis. A aplicação podia ser feita individualmente em algumas partes do corpo (como pés, joelhos, braços ou mãos), porém, as aplicações mais comuns davam-se em locais que requeriam, necessariamente, a intervenção de uma outra pessoa (como lábios, bochechas, maçãs do rosto, testa, nádegas, coxas, quadris ou mamas).

Era através do auxílio de «bombadeiras» que a aplicação de silicone era realizada.²⁵⁴ As «bombadeiras» eram travestis, geralmente mais velhas e com alguma antiguidade no contexto prostitucional que, por via da experiência, aprendiam a dominar a “técnica” caseira de injetar silicone.²⁵⁵ Por isso, como me esclareceu Cynthia, este termo servia para designar «quem já tem experiência, já viu, já acompanhou, sabe injetar, desenhar o corpo» por meio da inoculação dessa substância líquida em outras travestis ou «amapôas».²⁵⁶ Esta intervenção requeria, obviamente, um pagamento pelo serviço realizado, pelo que a atividade de «bombadeira» era uma fonte de receitas adicional à prostituição. Mas, ao contrário do que seria de esperar, nem todas as travestis desejavam aprender as artes de «bombar» para, mais tarde, se tornarem numa “profissional”, porque, ainda que esta fosse uma prática atraente em

²⁵¹ Uma das principais barreiras sentidas era, pois, a despreparação profissional (técnico, administrativo e outros) para lidar convenientemente com as questões da expressão/identidade de género. No que respeita às travestis sul-americanas, o facto de se encontrarem em situação administrativa irregular em Portugal, fazia-as recear recorrerem aos serviços de saúde formais com medo de serem deportadas. A vulnerabilidade de saúde a que muitas delas estavam expostas conduzia-as, obviamente, a construir “sistemas de saúde” alternativos, baseados na experiência prática de terceiros e na autoavaliação dos riscos.

²⁵² Nomeadamente para a lubrificação de máquinas; aparelhos de musculação; correias e pedais de bicicleta; motores e peças de avião; e para a limpeza e proteção anticorrosiva de peças automóveis como pneus, painéis ou para-choques.

²⁵³ Uma vez aplicado o silicone no corpo é, praticamente, impossível de o retirar, dado que se mistura com os tecidos musculares. Tentar extrai-lo através procedimento cirúrgico é extremamente complicado e difícil.

²⁵⁴ Situação também identificada por Benedetti (2005), Diehl (2009), Duque (2009), Garcia (2005), Jayme (2001), Kulick (1997, 2008 [1998]), Luís (2018), Oliveira (1994), Pelúcio (2007a), Peres (2005), Ramalho, Barroso e Santos (2013) e Ramos et al. (2014).

²⁵⁵ A “técnica” era passada de uma para outra. Regra geral, as «bombadeiras» aprendiam esta atividade, observando (e, por vezes, auxiliando) outras durante as sessões de aplicação de silicone. Ao mesmo tempo que assistiam aos procedimentos, iam ganhando experiência em «bombar».

²⁵⁶ Ainda que a aplicação de silicone fosse, na sua maioria, circunscrita ao universo travesti, tive conhecimento de uma situação que envolveu uma «amapô» (gíria utilizada para se referirem a mulheres cisgénero). Tal facto sugeria que a prática de «bombar» poderia estar a ser vista como uma alternativa viável para mulheres provenientes de classes sociais populares, sem possibilidades monetárias de aceder a clínicas de estéticas para efetuarem procedimentos cirúrgicos.

termos financeiros,²⁵⁷ ela estava imersa em riscos, podendo constituir vítimas de procedimentos mal realizados. Daí que as «*bombadeiras*» existissem em número bastante reduzido (Garcia, 2007). Tive conhecimento que, em Portugal, existiam apenas duas travestis a «*bombarem*»: uma na região do Porto e outra em Lisboa, que atuava precisamente no território do *Conde*. Cada uma delas detinha, assim, o monopólio das técnicas de «*bombar*» silicone.

Estas “profissionais” não apresentavam qualquer tipo de conhecimento ou formação clínica adequada para o efeito nem, porventura, faziam uso de materiais e/ou procedimentos convencionais. Ainda assim, eram consideradas pelas demais travestis como as «*médicas do silicone*», tal como me verbalizou Leila. As «*bombadeiras*» receavam que os atos médicos praticados pudessem dar origem a processos de responsabilidade civil ou criminal, por usurpação de funções ou ofensa à integridade física. Deste modo, mantinham a sua atividade completamente oculta, exercida em ambientes de profunda clandestinidade. O receio de serem responsabilizadas, caso surgisse uma eventual complicação advinda da sua ação, levava-as a munirem-se de algumas estratégias de ocultação de informação que pudessem indiciar o seu envolvimento neste tipo de atividade. «*Não querem dar a cara porque sabem que é uma coisa MUITO perigosa*», confidenciou-me Estefani. «*Elas estão a fazer aquilo [...] com o coração na boca. Elas podem-te acertar numa veia e já era!*», acrescentou. O secretismo envolvido era, em muito, favorecido pelo grupo. Ainda que tivesse observado travestis a surgirem transformadas de um dia para o outro, dificilmente encontrava, na rua, alguma que me revelasse quem teria realizado ou liderado o processo. Os nomes das «*bombadeiras*» eram, pois, uma espécie de segredo coletivo, um tabu no qual todas sabiam, mas que ninguém se atrevia a comentar.

As «*bombadeiras*» eram bastante admiradas entre as travestis, sobretudo, se os resultados das suas intervenções fossem bem-sucedidos e sem historial de ocorrência de acidente ou complicações. A decisão de querer ser «*bombada*» partia muito da avaliação da experiência favorável que outras travestis tinham tido. Com regularidade observava travestis a exibirem umas às outras partes do seu corpo «*bombado*», demonstrando o estado de “perfeição” em que ele tinha ficado. «*Se tudo correr bem com uma, então as outras vão pedir para que ela “bombe” também a ela*», declarou-me Alessandra (Diário de Campo, 11 de Janeiro de 2013). Ao serem movidas por um intenso desejo de transformação corporal,²⁵⁸ acabavam por se entregar nas mãos destas “profissionais” e negligenciar os riscos de saúde

²⁵⁷ Cada litro de silicone era vendido por 500€ (note-se que, segundo o apurado por Kulick, 2008 [1998], p. 89, as travestis mediam a quantidade de silicone em litros ou copos. “Seis copos, em média, perfazem um litro”). Em determinadas partes do corpo, como por exemplo as nádegas e as mamas, as travestis tendiam a aplicar (no mínimo) dois litros de silicone. Deste modo, o custo com cada uma dessas aplicações rondava 1000€ (valor que poderia variar em função dos litros de silicone aplicados). Embora estas duas zonas fossem prioritárias, a maioria das travestis acabava por injetar silicone noutras partes do corpo, ao longo do tempo. Somadas as várias sessões, algumas podiam chegar a ter mais de 10 litros por todo o corpo (sendo que a maioria tinha entre dois a cinco litros), o que significava ter de gastar elevadas quantias de dinheiro. Mesmo assim, recorrer aos serviços de uma «*bombadeira*» era, financeiramente, mais acessível do que recorrer aos serviços de um cirurgião plástico numa clínica privada de estética.

²⁵⁸ É importante salientar que, para algumas delas, a urgência em obter formas corporais femininas definitivas obedecia não, apenas, a um propósito individual de se verem (e serem vistas) “como mulheres”, mas também a uma necessidade de sobrevivência, dadas as dificuldades de integração no mercado formal de trabalho. Uma vez que, no contexto da prostituição, a feminilidade era bastante valorizada, o aperfeiçoamento da sua performance corporal apresentava-se, obviamente, de suma importância.

que poderiam advir dessa prática. O discurso de Carole que, aos 18 anos decidiu aplicar silicone nas nádegas, evidencia claramente isto. «*Eu não estava nem aí para os riscos que poderiam acontecer. Eu queria a bunda de qualquer jeito independentemente de me falarem assim “olha você pode morrer!”*», *eu ia colocar na mesma*». As advertências para a perigosidade dessa prática eram, quase sempre, tomadas como irrelevantes dado que as provas de “qualidade” concedidas pela «*bombadeira*» se mostravam determinantes para que uma travesti confiasse (cegamente) no seu trabalho.

Os dois tipos de silicone mais utilizados pelas travestis eram o de 350 cSt e o de 1000 cSt.²⁵⁹ O primeiro referia-se a um silicone mais líquido (aproximadamente quatro vezes mais grosso que a espessura do azeite – 80 cSt), cuja aplicação era menos dolorosa porque podia ser realizada com uma agulha intramuscular (20-22G)²⁶⁰. Todavia, por ser muito líquido apresentava um risco elevado de poder escorrer para outras partes do corpo, que não as pretendidas. Já o silicone 1000 cSt, por ser mais espesso, não comportava riscos tão graves nesse sentido, contudo, a sua aplicação era bastante dolorosa. Devido à sua espessura, as travestis faziam uso de seringas com uma maior capacidade de armazenamento e de agulhas de maior calibre (geralmente inferiores a 16G, utilizadas para transferência de medicamentos) a fim de conseguirem passar o denso líquido, sem risco de as agulhas se partirem durante a aplicação. Porém, a sua grossura, deixava marcas e cicatrizes visíveis no corpo causadas por essa aplicação (cf. fotografia n.º 1 do anexo J).

Preencher uma parte significativa do corpo, como as nádegas, os quadris ou as pernas, requeria a aplicação de uma grande quantidade de silicone, por vezes, litros. Dado que a sessão poderia demorar longas horas, ela era preparada antecipadamente. Essa preparação ocorria, por regra, em casa da travesti a ser «*bombada*». Sem grandes preocupações com a higiene e a saúde, em especial com o cumprimento de procedimentos destinados a proteger o organismo da contaminação de agentes infecciosos, a «*bombadeira*» colocava por cima da cama apenas um lençol, sobre o qual a travesti, se deitava de bruços, praticamente nua, usando apenas umas cuecas que serviam para delimitar as formas das nádegas e quadris. Na cintura e pernas da travesti eram amarradas, com força, faixas de pano a fim de evitar que o silicone migrasse para outras zonas do corpo. Depois, com um lápis de sobancelha, marcava no corpo os locais onde iria aplicar as injeções. Sobre eles passava um pouco de álcool embebido num algodão, assim como nas suas mãos (esfregando-as uma contra a outra) para proceder a uma pequena desinfecção. Mergulhava a agulha no silicone, previamente vazado num copo e, ao puxar o êmbolo, enchia o corpo da seringa enquanto observava se, dentro dele, não ficavam bolhas de ar. Limpava a ponta da seringa com um pedaço de papel higiénico e, com ou sem anestesia,²⁶¹ a agulha era introduzida no local pré-determinado, fazendo um primeiro furo para, dentro dele, ir sendo empurrado parte do silicone. Logo após, era extraída uma pequena quantidade do produto para se avaliar a presença de sangue no conteúdo

²⁵⁹ Centistokes (cSt) é a unidade que mede a densidade da viscosidade.

²⁶⁰ Gauge (G) é a unidade para medir o calibre das agulhas.

²⁶¹ Foi-me relatado que, nem sempre eram administrados fármacos ou utilizados produtos anestésicos para ser amenizada a dor da aplicação. Em consequência, o procedimento acabava por ser extremamente doloroso, ainda mais do que o habitual.

da seringa. Se tal ocorresse, isso significaria que o silicone estava a ser administrado incorretamente em vasos sanguíneos ou feixes nervosos, o que poderia causar graves problemas de saúde para a travesti. Caso contrário, era dada a continuidade ao processo de forçar a entrada do silicone, pressionando com determinação o êmbolo da seringa, a fim de esvaziar todo o seu conteúdo. Ao ser terminado este procedimento, a seringa era deixada cravada no corpo para, em seguida, ser preparada uma outra. O mesmo ritual era repetido junto de outras marcas. Depois, todas as seringas eram desatarraxadas – permanecendo somente as agulhas espetadas na carne, assemelhando-se a “pelos metálicos de um porco-espinho” (Kulick, 2008 [1998], p. 98) – para serem recarregadas de silicone. E ao serem reconectadas às agulhas, as injeções eram reiniciadas até ser finalizado, por completo, o produto.²⁶²

Os discursos das travestis «bombadas» evidenciavam aquilo que Adrianna Figueiredo (2011) denominou de “narrativas da dor”. «Ah... foi doloroso, Deus me livre», «É uma dor horrorosa», descreveram-me Cynthia e Alessandra para se referirem ao sofrimento que este procedimento envolvia. A sua intensidade era tão forte que algumas mordiam pedaços de pano para abafarem os próprios gritos de angústia. Outras, ao não conseguirem suportar a dor, sucumbiam, desmaiando durante a sessão de aplicação de silicone. «La morrendo nesse dia», disse-me Nádia. «Acabei de meter o silicone eu... ai... eu nem sei explicar... eu vi mesmo a morte à minha frente [...] na hora em que eu meti, eu desmaiei [...] quase que eu morria», acrescentou. Submeter-se a este sofrimento era, em si mesmo, o preço a pagar para se tornarem numa «verdadeira travesti». Segundo o que Cynthia me verbalizou «se não tiver silicone não é travesti». Explicou-me melhor isto, através de um exemplo. «Quando você quer entrar numa gang, você tem de meter tatuagem ou alguma coisa. Travesti tem de ter silicone». Alexandra, também me confirmou esta situação, esclarecendo-me que para se chegar a este patamar «tem de estar ‘toda feita’. Não é só ter peito, tem de sentir a dor do silicone, que é uma dor horrorosa». A dor representava, assim, o meio para a consumação do corpo e identidade travesti. Simbolizava a morte e, em simultâneo, o renascimento; a finalização de um ciclo de vida, para dar início a um outro a que se aspirou. Daí que, muitas travestis, se referiam a ela como «a dor da beleza», ou seja, uma dor que não era percebida como perniciosa ou má, mas como “positiva”, uma condição necessária para atingirem a “beleza” feminina²⁶³ e serem reconhecidas, em absoluto, como «verdadeiras travestis». A coragem era a componente invocada para suportarem o sofrimento com relativa “satisfação”, porque acreditavam que a dor que experimentavam era, de certa maneira, recompensadora. «Era tudo o eu queria, era a minha realização [...] a minha vontade era tão grande que podia passar qualquer dor que fosse que eu iria suportar», afirmou-me Carole. A conquista desse lugar identitário, que se revelava um importante momento de transição nas suas vidas, proporcionava-lhes uma profunda sensação de realização pessoal.

²⁶² Procedimento semelhante pode ser observado no documentário *Bombadeira* (Alencar, 2007).

²⁶³ Note-se que o conteúdo simbólico de dor e sofrimento também se encontra presente na anatomia das mulheres cisgênero (p. ex. dores menstruais, de parto, afrontamentos na menopausa, etc.) e nas práticas estéticas de embelezamento que culturalmente lhes são impostas (p. ex. furar orelhas, depilar-se, fazer uso de saltos altos, de dietas, de intervenções cirúrgicas, etc.). Deste modo, o significado da «dor da beleza» parece estar associado aos esquemas da feminilidade.

A dor física, ainda que fosse insuportável, era bem menor face à dor da exclusão (proveniente de um corpo não conforme as disposições de género), essa sim, verdadeiramente dilacerante.

Dos furos abertos no corpo das travestis por meio das picadas das grossas agulhas, e nos quais se injetava o produto, resultava a formação imediata de «*mondrongos*», como me explicou Alessandra para se referir a uma espécie de grandes “caroços” ou edemas. Nádegas, quadris e pernas ficavam com várias protuberâncias de silicone e a superfície da pele vermelha causada por processos inflamatórios. Para o silicone ficar distribuído uniformemente na região onde tinha sido aplicado, a «*bombadeira*» procedia a uma massagem sobre esses «*mondrongos*», modelando cuidadosamente o corpo, para construir as formas do corpo e conceder à pele uma aparência lisa. A massagem era um dos momentos mais árduos deste processo porque o corpo encontrava-se bastante dorido da “operação” realizada.

Por fim, para conter o material, impedindo que ele fosse expelido, era necessário realizar-se pontos cirúrgicos para se fechar os furos, uma vez que estes não cicatrizavam com facilidade. Mas, na maior parte das vezes, as «*bombadeiras*» optavam por verter algumas gotas de supercola sobre os orifícios e, em cima destes, colados pedaços de papelão cortados em pequenos quadrados (cf. fotografias n.º 2 e 3 do anexo J, gentilmente cedidas por Nádia).

Finalizada a aplicação de silicone era importante que as travestis seguissem as recomendações prescritas pela «*bombadeira*». Dessas recomendações constavam a necessidade de efetuarem repouso absoluto, durante o qual, deveriam tomar analgésicos, anti-inflamatórios e/ou antibióticos para prevenir possíveis infeções. Eram exortadas a permanecerem deitadas na cama,²⁶⁴ durante longos períodos de tempo (entre 15 a 30 dias), praticamente imóveis (levantando-se o mínimo possível), até que o silicone “solidificasse”,²⁶⁵ evitando que o mesmo se espalhasse pelo corpo e comprometesse todo o trabalho realizado. «*Vocês ainda não repararam nos pés da Thaís? Ela tem os pés inchados por causa do silicone! Eu, quando coloquei nos joelhos, fiquei 15 dias deitada, sem me mexer com medo que se espalhasse*» (Diário de Campo, 26 de Outubro de 2012), esclareceu-me Milena na sua exposição sobre os possíveis deslocamentos (e, consequentes, deformações) que poderiam advir do não cumprimento desta recomendação. Era na cama, e em posições que se iam revelando bastante incómodas e desconfortáveis com o passar do tempo, que muitas travestis viam-se obrigadas a fazer as suas necessidades fisiológicas, alimentares e de higiene pessoal diárias. «*Tive duas semanas de barriga para baixo. Obrava, fazia xixi, comia [...]. Eu só desviava a cueca e obrava, mesmo assim, deitada. A minha mãe vinha com um pote, punha-me por baixo e limpava-me com um dodot*», relatou-me Nádia. Nem todas, como ela, tinham a sorte de poder contar com a ajuda de familiares e/ou amigas para auxiliar na execução destas ou outras tarefas, por isso, era necessário planeá-las e geri-las com alguma

²⁶⁴ Nos casos de aplicação de silicone nas mamas ou rosto, recomendava-se que as travestis dormissem sentadas, sob pena de ficarem deformadas.

²⁶⁵ As «*bombadeiras*» acreditavam que o líquido passava ao estado sólido após ser injetado no corpo. Daí, a sua recomendação de imobilidade, durante um período de tempo, até ocorrer essa suposta “solidificação”. Esta crença era reveladora do desconhecimento de que o material era, apenas, contido numa “bolsa de proteção” criada pelos tecidos musculares que se constituíam à sua volta. Como tal, em situações de rutura muscular (isto é, de alongamento das fibras dos músculos para além dos limites normais), essa “bolsa” era rompida e o silicone escorria para outras partes do corpo.

antecedência. O mesmo, acontecia com o dinheiro. Além da quantia paga à «*bombadeira*», era preciso constituírem uma pequena reserva financeira para conseguirem sustentar-se durante os dias em que estavam em repouso, impossibilitadas de trabalhar.

Entre outras recomendações,²⁶⁶ as «*bombadeiras*» faziam advertência para as travestis não usarem saltos altos após o período de recuperação. Porém, como o corpo ficava imediatamente “pronto” logo após o término da aplicação do material, as travestis apresentavam dificuldade em cumprir esta e a recomendação de repouso, quer por razões financeiras, quer por desejo de exibição das suas novas formas. Alessandra ainda se aguentou 15 dias em casa. Ao «*16º eu coloquei salto e fui pular no Carnaval*», contou-me. Em consequência, parte do silicone deslocou-se das nádegas e espalhou-se pelas pernas, tornozelos e pés, onde permanece alojado até hoje. Lamenta profundamente o inchaço que eles apresentam. «*Se eu tivesse feito o repouso direitinho não tinha descido*», disse. Este tipo de deformidades, provenientes da migração e acumulação do silicone privilegiadamente nas extremidades, não eram incomuns (veja-se, por exemplo, Luís, 2018, p. 178), e podiam ser observadas noutras partes do corpo, como o rosto ou mamas. Não raras vezes, o volume e/ou o posicionamento das mamas era assimétrico devido a problemas decorrentes da aplicação do silicone. Ainda que a maior parte das travestis preferisse realizar implantes de próteses mamárias por garantirem melhores resultados, a modelação dos seios com silicone líquido ainda era uma realidade.²⁶⁷ O peito, além de ser particularmente difícil de «*bombar*», era um dos locais com um maior risco de desenvolvimento de complicações. Conforme me explicou Alessandra, o silicone poderia migrar para as artérias do coração, abdómen e pulmões, o que poderia significar a morte. «*Quando coloquei a primeira vez no peito [...] coloquei um copo de cada lado. Ai escorreu, foi para o pulmão e tive de drenar [...] de urgência. Eles me enfiaram o dreno a sangue frio. O silicone estava a milímetros do pulmão*», confidenciou-me.

Pela forma como o líquido era aplicado no corpo, o mesmo podia espalhar-se pelo organismo, entrar para a corrente sanguínea, atingir órgãos vitais e produzir acidentes fatais. A morte por septicemia (infecção generalizada) era, assim, uma das consequências. A grande parte das travestis sabiam disso, até porque, tinham conhecimento de situações de amigas que, tragicamente, tinham falecido por complicações decorrentes da aplicação de silicone. «*Eu tive umas duas amigas minhas que morreram.*

²⁶⁶ Nas quais constavam o cuidado para evitar pancadas nas regiões intervencionadas, em decorrência de possíveis quedas, exercício de alto impacto ou brigas de rua com clientes ou outras travestis, a fim de salvaguardar que o silicone não deslizesse pelo corpo. Pelúcio (2007a, p. 267-268) observou, junto das travestis de São Paulo (Brasil), que também haviam recomendações ao nível de uma dieta alimentar que proibia a ingestão de bebidas alcoólicas e “alimentos quentes e reimosos”, isto é, comidas derivadas de carne de porco, mariscos, aves e algumas caças, sob risco de desenvolverem processos inflamatórios. Monique, uma das suas entrevistadas, declarou que os processos inflamatórios poderiam originar a morte: «*como e aí inflama, né? E aí o silicone estoura da pele, vai pra veia, entope a veia, e aí morre*» (p. 268).

²⁶⁷ Pelúcio (2007a, p. 266) descreveu, no seu estudo, os procedimentos desta modelação, referindo que “os seios exigem amarrações complexas e cuidados posteriores que pedem determinação e obediência. Por vezes, é preciso que se passem semanas (de 2 a 3) com um objeto cilíndrico entre os seios. Usam-se pedaços de cabo de vassoura ou de canos de PVC (usados para fins hidráulicos)”. Benedetti (2005, p. 85) também observou que depois da aplicação era necessário que as travestis fizessem uso de um sutiã muito firme, capaz de suportar esses objetos cilíndricos entre os seios, ajudando a evitar a formação de um “peito de pomba” (Kulick, 2008 [1998], p. 90), isto é, de uma única mama no meio do peito devido à junção do silicone. Recomendava-se, ainda, a aplicação de toalhas quentes para modelar as mamas a fim de estas ficarem com uma forma arredondada.

Fez a bunda e depois queria mais, queria fazer as pernas [...] e foi injetar nas pernas. Morreu no outro dia», contou-me, também, Cynthia. Eu próprio, durante o meu trabalho de terreno, fui confrontado com a notícia da morte de Andressa, uma travesti brasileira, de 39 anos, a residir em Portugal há mais de 10 anos. Semanas antes de falecer, tinha partilhado comigo, nas ruas do *Conde*, algumas das suas expectativas e sonhos de vida. Mostrou-me estar entusiasmada para regressar ao Brasil e rever a sua família. Mas o propósito central da sua viagem estava relacionado com o desejo de injetar uma maior quantidade de silicone nas nádegas, local que já havia sido «*bombado*». Por isso, já tinha estabelecido o contato com uma «*bombadeira*» que, possivelmente, lhe iria fazer este serviço. Dias depois tive conhecimento, por via de comentários publicados na sua página pessoal de *facebook*, que tinha sido encontrada morta, no seu apartamento.²⁶⁸ Nesse dia, chorei ao saber da triste notícia.

Mesmo que os resultados iniciais da aplicação do silicone fossem bastante satisfatórios, a realidade é que, mais cedo ou mais tarde, surgiam problemas de várias ordens. Se não fosse em seis meses, seria num ano, em cinco ou vinte, mas surgiam. As travestis sabiam disso. «*Até agora eu não tive problemas*», disse-me Zara. «*Mas eu sei que, de um momento para o outro, eu vou ter*», acrescentou. As queixas mais recorrentes de quem já estava a passar por esta situação, relacionavam-se com o aparecimento de reações alérgicas, inflamações, derrames, machas, dores, má circulação e maior sensibilidade;²⁶⁹ cujos efeitos tinham implicações diretas na sua vida diária, queixando-se de entorpecimento muscular e dificuldades na locomoção.

Cynthia é uma travesti que se arrepende de ter colocado este produto no corpo. Metaforicamente, caracteriza-o como um comboio («*trem*») que, a qualquer momento, pode «*dar uma desandada*», percorrer o corpo e gerar problemas.

[...] o *trem* vai descendo pelas pernas. Vai andando. E hoje em dia eu estou com um probleminha na bunda, que descaiu, e eu tenho que tirar isso. Num tempo foi bom. Mas com os anos o trem vai descaindo [...]. O silicone, querendo ou não, ele migra, né? Da bunda desce para as pernas [...] Então, hoje em dia eu tenho de fazer uma correção. Mas se voltasse atrás eu não tinha metido esse silicone injetável. [Cynthia]

Soube de situações, como a de Alessandra, que passados anos após a sua aplicação, o material começou a ser expelido por um dos furos onde tinha sido injetado, razão pela qual teve de ser imediatamente retirado. «*Dá rejeição e têm de tirar. Tentam tirar o máximo. A rejeição é na hora porque você sente. O corpo começa a expulsar. Expulsa para fora [...]. Como do meu peito. Tinha um ponto interno que não caiu. Então, foi expulsando para fora. E o silicone é assim, começa a dar buracos na pele*», esclareceu-me. Nestes casos, assim como nos que originam trombozes, lesões e deformações corporais, necroses e gangrenas por falta de vascularização ou outros problemas severos, era de extrema importância a realização de intervenções cirúrgicas urgentes, a fim de ser removida a máxima

²⁶⁸ A reportagem da TV Goiânia (2014) foi bastante comentada nas redes sociais das travestis por ter concedido mais pormenores sobre a sua morte.

²⁶⁹ Havia travestis cujas partes do corpo «*bombadas*» tornavam-se sensíveis perante a exposição de calor ou frio. Nádia, por exemplo, relatou-me que as suas nádegas estavam, quase sempre, quentes quando comparadas com outras partes do corpo. «*Tem alturas no inverno que eu tenho de dormir com o rabo de fora. Fica MUITO quente, muito, muito, muito*», referiu.

quantidade de silicone possível, sob pena de sofrerem mutilações ou desenvolverem incapacidades físicas permanentes.²⁷⁰ Os danos físicos eram terríveis, pela dor e sofrimento experienciado. Porém, os impactos psicológicos chegavam a ser completamente devastadores. Muitas delas iam atrás do sonho da beleza e acabavam por viver um pesadelo.

Na ausência de dados estatísticos em Portugal sobre as sequelas provocadas por estas aplicações caseiras, os testemunhos que recolhi descrevem, por si mesmo, o grau de complexidade e perigosidade em que as travestis estavam envolvidas. Ainda assim, perante os inúmeros prejuízos para a saúde, consideravam o silicone fundamental para a transformação do corpo e consolidação da identidade. Nalguns casos, voltavam a recorrer a ele, mais do que uma vez ao longo da vida, nem que fosse para «*dar uns retoques*». Pois como observou Jayme (2001, p. 194), o corpo travesti pode estar “feito mas nunca terminado. É um fazer e refazer constante”, num processo longo, permanente e inacabado. As motivações para a sua utilização estavam relacionadas, fundamentalmente, com três aspetos: estéticos, de acessibilidade à saúde e económicos.

(i) No que respeita aos *aspetos estéticos*, reconhecia-se que os procedimentos médicos levados a cabo pelos cirurgiões plásticos em clínicas de estética privadas eram, por regra, menos flexíveis do que os das «*bombadeiras*», pelo que as travestis preferiam-nas por conseguirem modelar o corpo de acordo com as suas pretensões. Além disso, acreditavam que, comparativamente às próteses de silicone aplicadas nessas clínicas, os resultados do silicone líquido eram bem melhores e mais próximos aos seus padrões de beleza. «*É horrível próteses de bunda. É igual ao peito, parecem duas maçãs. É preferível ficar perfeito*», disse-me Alessandra. Carole também me evidenciou este facto. «*Uma pessoa que coloca uma prótese, não fica igual, não é? Fica completamente diferente*», razão pela qual considerava que a prática de aplicação de silicone não iria desaparecer entre as travestis. O desejo de possuírem formas femininas, tidas como “perfeitas”, suplantava largamente os riscos de saúde que ela envolvia;

(ii) Quanto ao segundo aspeto constatava-se que, grande parte das travestis, encontravam dificuldades no *acesso à saúde* para atendimento e acompanhamento nos serviços de sexologia clínica. Além das lacunas identificadas nesses serviços (ILGA Portugal, 2011; Moleiro & Pinto, 2012),²⁷¹ o SNS não lhes oferecia respostas adequadas para procederem à transformação corporal. Ainda que elas desejassem alterar o corpo, não pretendiam proceder a uma “mudança de sexo” (cf. ponto 5.2.2.), o que as deixava excluídas de um acompanhamento clínico. Desejar uma operação genital era um dos critérios fundamentais para se enquadrarem no diagnóstico de transexualidade e, conseqüentemente, acederem aos tratamentos. O SNS funcionava numa lógica estritamente binária, oferecendo serviços dirigidos

²⁷⁰ Jander Nogueira e Adriano León (2012, p. 60) apresentam, precisamente, o testemunho emocionado de Roberta, uma travesti que, hoje em dia, vive numa cadeira de rodas como consequência da aplicação de silicone e que, aqui, passo a transcrever parte da sua fala: «*Meu maior desejo era me tornar uma travesti diva. Com seios, bumbum gostoso, coxas grossas [...] eu fiz de tudo que estive ao meu alcance, fui pra São Paulo me prostituir, me produzi, e criei coragem de aplicar silicone industrial [...] mas nada deu certo e agora estou assim, numa cadeira de rodas. [...] hoje não sei do que as pessoas têm mais preconceito, se é por ser uma travesti ou por ser deficiente. No fundo, ainda acho que o fato ser travesti ainda é pior, pois estando na cadeira de rodas as pessoas me veem como coitadinha*».

²⁷¹ Estes autores apontam que as equipas dos serviços de sexologia clínica executam práticas discrepantes com as orientações clínicas internacionais (nomeadamente os SOC da WPATH).

somente a transexuais e excluindo corpos que não se enquadravam nos seus parâmetros de género, como os das travestis. Ao não lhes serem disponibilizados serviços que contribuíssem para a sua transformação corporal, as travestis viam-se impossibilitadas de aceder a tratamentos seguros e adequados, vivendo nas margens da cidadania, num estado de total desproteção;

(iii) Por fim, existiam razões de *ordem económica* bastante evidentes. Se, por um lado, não eram disponibilizados serviços públicos de saúde aos quais poderiam recorrer, por outro, viam-se limitadas para aceder a clínicas privadas devido aos poucos recursos económico que dispunham. Assim, o silicone líquido surgia na vida das travestis como a opção financeira mais viável para concretizarem essa transformação. «*Hoje em dia, querendo ou não, é o mais barato que uma travesti pode pôr*», explicou-me Cynthia. Por isso, havia quem, como a Zara, reconhecesse ser «*doloroso não ter outro método*» para modificar o corpo.

5.1.4. Alcançar a “Perfeição”: A Importância das Cirurgias Estéticas

Construir um corpo feminino era uma das maiores preocupações das travestis que desejavam ser reconhecidas como «*verdadeiras travestis*». Ainda que já tivessem adquirido formas curvilíneas e volumosas em consequência da ingestão de hormonas e das aplicações de silicone, viviam numa busca permanente para aperfeiçoar a beleza. «*A gente começa a querer ficar mais perfeita*», explicou-me Cynthia. Pretendia-se com esta “perfeição” atingir a máxima feminização possível, com o objetivo de conseguir “passar por mulher”. A transformação travesti era, pois, vista como “um processo sem fim” (Pelúcio, 2007a, p. 252), que nunca se encerrava, dado que o seu desinvestimento poderia comprometer todo o esforço empregue na construção corporal. Descuidar da sua apresentação e surgir em público, por exemplo, com pelos faciais ou o cabelo não tratado era encarado como uma grave “falha moral” (Pelúcio, 2007a, p. 37), evidenciando desleixo e relaxe.

Essa busca pela “perfeição”, dificilmente alcançável, encontrava-se dependente da posse de recursos financeiros que possibilitavam aceder a um conjunto de técnicas sofisticadas de transformação, de elevados custos, que se encontravam disponíveis no mercado privado de estética. Tal significava que, só um número limitado de travestis conseguia aceder a essas técnicas, geralmente as que eram mais bem-sucedidas no mercado do sexo, que por regra, eram também as mais viajadas e as que, com regularidade, faziam «*praças*»²⁷² em várias cidades da Europa. O dinheiro ganho com a prostituição nestas realidades sociogeográficas, em quantias muito superiores às que habitualmente obtinham no *Conde*, era fundamental para investirem no corpo e aprimorarem a sua reconfiguração de género. Dado que o trabalho sexual estava dependente da beleza, o investimento no corpo possibilitava-as serem ainda mais bem-sucedidas, com maior retorno económico. Porém, administrar o dinheiro de um modo eficaz nem sempre se mostrava uma tarefa fácil.

²⁷² Expressão para designarem o ato de circular entre «*puteiros*».

No seio do grupo, o surgimento dos «*peitinhos de hormônio*» era um símbolo corporal de feminilidade fortemente valorizado que determinava o ingresso na vida travesti. No entanto, ter mamas grandes e voluptuosas era, como observou Fernández (2004, p. 171), a marca que evitava “de maneira definitiva qualquer confusão de gênero”. Através delas deixavam de ser reconhecidas ou iguais a «*gays montadas*» dada a impossibilidade de as disfarçar ou esconder. A sua visibilidade implicava, forçosamente, o ter de se assumir como travesti. Eram um atributo de excelência, a partir do qual passavam a ser consideradas, pelas demais, como “autênticas” e “verdadeiras”. Por isso, muitas desejavam transformar os «*peitinhos*» em «*peitões*».²⁷³ «*Meter mamas*» por via da aplicação de próteses era demonstrador do grau de ascensão econômica e social e a prostituição era o meio que muitas encontravam para financiar a concretização desse projeto. Zara “fez o peito” em Paris. Com os proventos do trabalho sexual, juntou dinheiro suficiente para realizar a operação «*numa clínica com todas as condições*», contou-me. «*Quando tive o meu peito então isso foi a felicidade. Eu atingi a minha felicidade completa*», acrescentou. Priscila tinha a mesma pretensão. «*Eu quero ir agora para a Suíça [...]. Quero ficar um mês ou dois, fazer o dinheiro das próteses e meter logo lá, ou em Espanha, ou qualquer coisa assim*», disse-me.

Embora as travestis desejassem realizar a aplicação de próteses mamárias em clínicas de estética privadas, nacionais ou internacionais (cujo resultado final de Nádia, por exemplo, poderá ser observado nas fotografias do anexo K), nem todas tinham, efetivamente, capacidade econômica para tal, pelo que, algumas, viam-se impelidas a recorrer aos serviços das «*bombadeiras*» ou, tal como aconteceu com Rebeca, a recorrer a clínicas clandestinas. As próteses foram-lhe colocadas por «*uma pessoa que trabalhava numa clínica*», cuja cirurgia foi realizada clandestinamente no “consultório” situado na residência dessa mesma pessoa. «*Fez por fora*», disse-me ela. «*Para fazer numa clínica eu nunca conseguia fazer*». Independentemente da estratégia utilizada, a concretização desta transformação corporal era sentida como uma grande conquista. Tal como me expressou Rebeca «*hoje em dia, é o meu “ai Jesus” [risos]*» porque, as mamas, além de serem percebidas como um marco da identidade travesti, eram um elemento que suscitava atração e deleite junto dos homens, em especial dos clientes.

À exceção da aplicação das próteses mamárias, as principais intervenções desenvolvidas pelas travestis aconteciam no rosto. Para tentarem transformar um rosto masculino mais próximo possível de um feminino afinavam e arrebitavam os narizes; aumentavam o volume dos lábios; elevavam as sobrancelhas; modificavam o formato dos olhos (tornando-os maiores); reduziam a testa, a maçã de Adão e, inclusive, a formação óssea situada acima dos olhos. «*Fiz o nariz, fiz a boca, fiz este osso que está aqui [osso frontal]*», disse-me Ivone, para me explicar que o crânio masculino tem um osso que

²⁷³ Os «*peitos grandes*» proporcionavam-lhes visibilidade social, possibilitando serem olhadas e admiradas. A permanente atenção que recebiam concedia-lhes “existência” material. A 27 de janeiro de 2016, Ivone divulgou na sua página de *facebook* uma fotografia onde anunciava a sua nova conquista: uns peitos enormes. A descrição que acompanhava a imagem retratava, precisamente, este sentimento, pelo que aqui o reproduzo. «*Um dia disseram-me que quando tens os peitos grandes, estorvam... a verdade é que só te incomodam quando estás a dormir. Mas quando estás a fazer outras atividades, é o melhor que podes ter porque toda a gente te olha, te aprecia e inveja. Com isso demonstram que estás viva entre eles, e que tu existes*».

forma um tipo de “degrau” na testa e que o seu arredondamento, por via de uma frontoplastia óssea, deixa a cara mais feminina. «*O médico teve que limar para fazer uma cara diferente da que tinha*», continuou, descrevendo-me os detalhes desses procedimentos. Era, igualmente, possível reduzir os ossos dos maxilares, assim como os do queixo, tornando-os mais estreitos e delgados. Nádia tinha, também, alterado o formato das maçãs do rosto. A fim de as salientar, preencheu-as com implantes faciais injetados diretamente na pele. «*Paguei 500€*», confidenciou-me.

À semelhança da aplicação de silicone líquido, estas cirurgias não estavam isentas de dor e sofrimento. Algumas, por serem bastante minuciosas, demoravam horas a ser finalizadas e, quase sempre, deixavam sequelas nos dias e/ou semanas seguintes.

Quando acordei estava com a testa aqui cortada [...] estava horrível, toda vendada, os olhos todos tapados. Quando o doutor me disse «*não se assuste porque depois da cirurgia vai ficar bem. Fizemos o mais que podíamos, a reconstrução correu bem, durou seis horas*». Seis horas!!! [...] Ui, fiquei horrível com a cara inchada da operação. Nem dá para acreditar [Ivone].

Ainda que houvesse dor, as travestis estavam conscientes que estas clínicas detinham um corpo clínico especializado capaz de dar resposta a eventuais problemas que ocorressem no pós-operatório. «*Sei que correr alguma coisa mal eles responsabilizam-se*», exprimiu Nádia para se referir ao sentimento de maior segurança neste tipo de serviços que apresentavam procedimento padronizados.

Conforme o gosto ou a disponibilidade financeira de cada travesti, podiam também realizar outras intervenções. Não era incomum recorrerem a técnicas de bronzeamento artificial (Benedetti, 2005; Kulick, 2008 [1998]; Pelúcio, 2007a), a utilização de *piercings* ou execução de tatuagem permanente por forma a ressaltarem os seus atributos femininos. Voguel (2009, p. 379) observou, ainda, que algumas removiam parte das suas costelas para desenvolverem cinturas esguias e bem definidas, situação que não foi identificada neste estudo.

5.1.5. Aprendizagem e Incorporação da Feminilidade

O corpo era percebido como o *locus* onde a identidade se materializava através da inscrição de um conjunto de significados sociais por via de processos de decoração, aniquilação e/ou transformação. Porém, «*montar-se*» não contemplava somente a construção física do corpo. Fabiana explicou-me, por meio de um exemplo, que um corpo feminino requeria, obrigatoriamente, uma “adequada” expressão de género. «*Além da aparência é preciso atitudes*», disse-me ela. «*Se eu [...] cuspiasse para o chão [...] ias achar estranho [...] por isso é que eu digo, uma mulher faz-se por atitudes*», acrescentou. Ora, o cuspir, enquanto ato de incivilidade, impolidez e indelicadeza, não deveria corresponder à atitude de uma travesti por estar fortemente associada à masculinidade. Deste modo, não bastava parecerem “ser mulheres” em termos estéticos e fisionómicos; tinham também que ser capazes de pensar, agir e sentir de acordo como tal, a fim de conseguirem “passar por” uma “mulher autêntica”. Leila também me esclareceu sobre este aspeto. «*Para você ser uma menina, você tem que ter a cabeça feminina. Não é simplesmente estar vestida de mulher*». Isto significava que, para além da materialidade externa do

corpo (elemento físico), as travestis deveriam buscar uma adequação interna “da cabeça” (elemento comportamental) manifestada em interesses por “coisas de mulher” e posturas que se enquadrassem nos moldes culturalmente instituídos. Ter uma «*cabeça feminina*» exigia, porém, um intenso esforço pessoal na observação, aprendizagem e imitação rigorosa do que era entendido como “tipicamente feminino” para conseguirem reproduzir, na prática, através de atos gendrificadas, a imagem que (ainda que estereotipada) correspondia à norma vigente do “ser mulher”. Por isso, na maior parte das vezes, a feminilidade expressa pelas travestis era uma feminilidade apreendida, estudada, ensaiada ou, seguindo Butler (2015 [1990]), performatizada ao longo da construção da sua experiência identitária, observável na maneira de andar (pausada para facilitar a movimentação dos quadris); de sentar (trançando cuidadosamente a perna); de falar (controlado o timbre e entoação da voz); de fumar (revelando elegância); de tocar, gesticular e cumprimentar (usando sinais, trejeitos e movimentos de mãos delicados); de movimentar a cabeça (lançando os cabelos de um lado para o outro), de urinar (sempre sentada) e em tantos outros aspetos. Além de investirem numa educação corporal – que requeria controlo e disciplina – aprendiam a sentir, a pensar, a agir e a relacionar-se com os outros tendo por base a percepção construída sobre a feminilidade. Para essa construção contribuía, em muito, o *ethos* grupal das travestis, donde captavam os referenciais dominantes sobre a atuação de género.

A expressão de género não era, no entanto, uma espécie de “paródia da feminilidade” na qual se imitava a feminilidade “original e verdadeira”. Por meio da reiteração cuidadosa e sistemática de atos gendrificadas, ao longo dos anos, era possível alcançarem uma certa “naturalidade” dado que, esses atos, ao serem assimilados e integrados paulatinamente no seu quotidiano e subjetividade, acabavam por se constituir num *habitus*, no sentido indicado por Bourdieu (1980), que induzia a uma consolidação e automatismo na sua vida social. Este facto acabava por mostrar que o género objeto de “imitação” tinha sido, também ele, construído (Butler, 2002 [1993]).

A exteriorização da feminilidade podia ser tão coerente que “enganava” muitos atores sociais não habituados às práticas de travestilidade. Mesmo eu que contactei de perto com esta população durante um longo período de tempo fui, várias vezes, surpreendido ao ter sido levado a crer que estaria perante a presença de mulheres cisgénero.

O que Fabiana e Leila me explicaram foi que o corpo travesti só teria sentido se a “cabeça”, ou seja, o “modo de atuar”, estivesse em perfeita sintonia com ele. Caso contrário, a feminilidade corporal – tão duramente conquistada por via das hormonas, do silicone e das cirurgias estéticas – perderia coerência e, como tal, seria posta em causa. «*Você vai sair na rua e vai servir de chacota para os outros. São as atitudes que fazem com que as pessoas olhem para você e falem “ela é feminina”. Não é porque você está de salto que você vai ser uma mulher*», reiterou-me Leila. Mesmo que os corpos fossem radicalmente transformados, baralhando e subvertendo os dispositivos de poder que asseguravam a normalização sexual e de género, as travestis submetiam o corpo aos padrões da heteronormatividade através de uma correspondência “apropriada” com o género feminino, reificando, assim, a norma binária

e a crença da dicotomia entre os sexos.²⁷⁴ A razão que orientava este comportamento encontrava-se radicado no desejo de se conformarem aos padrões de género socialmente impostos, pelas possibilidades de maior aceitação que podiam advir nas diferentes dimensões da vida social. «*Quando um homem é mais feminino, vai sempre ser mais discriminado na rua, e foi aí que eu optei*», disse-me Fabiana.

A prostituição era, no entanto, o lugar onde essa aceitação era mais expressiva. Aquelas que conseguiam concretizar, com sucesso, o difícil processo de transformação corporal, viam-no como um movimento de ascensão social, no qual deixavam para trás a figura estigmatizada de “menino efeminado” para alcançarem uma identidade fortemente valorizada e prestigiada no grupo das travestis. O território prostitucional era o espaço primordial onde exibiam a beleza conquistada. Muitas sentiam-se admiradas ao ponto de conseguirem resgatar parte da sua autoestima. «*Gosto muito de mim. Adoro ver-me, arranjar-me e sair para a rua*», explicou-me Zara. O *Conde* permitia-lhes visibilidade e reconhecimento. Como tal, «*virar travesti*» era, em si mesmo, um ato de conquista de poder, de superação do passado e afirmação pessoal.

5.2. O UNIVERSO TRAVESTI: IDENTIDADES, CLASSIFICAÇÕES E HIERARQUIAS

Não só os «*pontos*» de prostituição eram fortemente disputados no território do *Conde* (cf. ponto 4.4.). As identidades também o eram. No seio do grupo reivindicava-se que a categoria de «*verdadeira travesti*» só poderia ser atribuída a quem estivesse efetivamente habilitada para tal, sendo necessário concretizarem alterações corporais por via de procedimentos estéticos e cirúrgicos específicos, a fim de se apresentarem e viverem permanentemente no feminino sem, contudo, desejarem realizar a cirurgia de reatribuição sexual. Ainda que existissem outras experiências identitárias diferentes desta, elas não eram tão valorizadas, muitas eram, inclusive, rejeitadas. De tal modo, que parecia haver uma espécie de “hierarquia de género” (Pelúcio, 2004) constituída por patamares de identidade distintos nos quais umas travestis se posicionavam no topo e outras na base, dando a ideia de umas serem “autênticas” e outras “imitação” do que era ser realmente travesti, a partir da aproximação ou afastamento às idealizações de género existentes no seio do grupo.

Diferentes estudos, sobretudo, centro e sul-americanos²⁷⁵ seguiam este mesmo modelo hegemónico de pensar e definir a categoria “travesti”, reiterando a própria lógica das travestis. Autores portugueses, como Luís (2018), ao serem influenciados por eles, descrevem as travestis como indivíduos de sexo biológico masculino que adotam “uma série de práticas, posturas e marcas sinalizadoras, compatíveis com o género feminino, nomeadamente cuidados corporais (tais como maquilhagem,

²⁷⁴ Ainda que, de alguma forma, elas reproduzissem as disposições sociais vigentes, legitimando a própria ordem binária do mundo, a sua produção corporal colocava em evidência o género como uma categoria aberta, incompleta, instável, plástica e performativa. A mobilidade e os diferentes trânsitos corporais desenvolvidos eram desestabilizadores da suposta “estaticidade” e “rigidez” dos corpos (masculinos e femininos), arquitetadas como antagónicas pelo sistema de género. A conquista da feminilidade a partir de um corpo que, outrora, tinha sido socializado como menino era a manifestação que desconstruía todo e qualquer argumento a favor da naturalização do género e do essencialismo biológico.

²⁷⁵ Como, por exemplo, Benedetti (2005), Howe, Zaraysky e Lorentzen (2008), Jayme (2001), Kulick (1997, 2008 [1998]), Fernández (2004), Oliveira (1994), Silva (1993), Vartabedian (2012, 2014) ou Vogel (2009).

cabelos ou unhas pintadas)” e que recorrem, numa fase posterior da sua vida, “a cirurgias para colocação de implantes mamários, labiais, faciais e/ou à ingestão de hormonas” (p. 21). Saleiro (2013), por sua vez, ainda que revele algumas “dúvidas acerca da própria designação da categoria” (p. 207) e, deste modo, levado a cabo um esforço para evidenciar outras possibilidades identitárias dentro do universo travesti, acabou por defini-la nos mesmos moldes que estas orientações teóricas. Refere ela que as travestis são:

Pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, que se identificam com o feminino e expressam a feminilidade em espaços (incluindo sempre públicos) e tempos variados (mais noite que de dia), com *transformações corporais encarnadas*, e a assunção da feminilidade não implica a ocultação de que essa feminilidade é oriunda de homens biológicos, apresentando elementos associados a ambos os géneros (p. 208, *italico meu*).

Estas definições pareciam suportar, em si mesmas, “certos vieses essencialistas” (Garcia, 2007, p. 40), dando a entender implicitamente a ideia de existência de uma identidade homogénea, “estável” e uniforme; e que todas as travestis eram, de alguma forma, semelhantes. A meu ver, este tipo de pensamento reificava, por um lado, determinadas conceções do “ser travesti” (a maioria alinhada com a noção de que “só é travesti” quem, porventura, apresentava “transformações corporais encarnadas”) que, em última instância, eram geradoras de estereótipos; e, por outro, inviabilizavam, negavam e excluíaam a existência de pessoas que não se enquadravam nos limites que circunscreviam estas identidades.

Reduzir e simplificar um universo, vasto e complexo, como é o das identidades que, não raras vezes, se encontra em permanente tensão, luta, negociação e mudança, pode revelar-se uma armadilha. As identidades não são fixas, nem possuem uma “essência natural”. As identidades são, antes, lugares sociais que se organizam e estruturam dentro de contextos específicos, contextos nos quais as travestis se integravam para obter “materialidade” existencial. O corpo e género eram, neste processo, elementos simbólicos que ajudavam a conferir essa materialidade. Tal significava que ao serem “feitos”, “desfeitos” e “refeitos” (tal como observei nalgumas trajetórias), numa dinâmica de permanente construção e reconstrução, as travestis podiam “encaixar-se” em diferentes “lugares de género” (Saleiro, 2013, p. 202) que não, necessariamente, o dominante. Contudo, a ausência de categorias que lhes conferisse inteligibilidade social, leva-as a ter de viver, de modo temporário ou duradouro, num lugar invisível, aparentemente inexistente, por ser indefinível em termos conceptuais. Algumas podiam não saber muito bem onde se encontravam, mas sabiam que era aí que queriam (ou não) permanecer.

Mesmo que as definições propostas pelos autores acima mencionados pudessem ser consideradas válidas mostravam-se, no entanto, incompletas, precisamente por não conseguirem captar a pluralidade destas experiências identitárias. Daí que o conceito de “travestilidade”, proposto no capítulo 1, sirva para evidenciar a heterogeneidade de possibilidades identitárias inscritas na categoria travesti. Sabendo, pois, da impossibilidade de homogeneizar uma identidade que se revelava, em si mesma, plural e diversa, procurei traçar o caminho inverso, identificando, caracterizando e distinguindo analiticamente os “lugares de género” que compunham o complexo universo travesti. Pretendia, por um lado, captar a diversidade de formas de experienciar a travestilidade (a fim de conferir inteligibilidade aos indivíduos

que viviam nesses lugares indefiníveis, ocultados pelos próprios discursos científicos) sem as englobar numa única identidade ou cair na tentação de “totalização imaginária do olhar” (Damásio, 2011, p. 214). Por outro lado, propus-me a conhecer as relações e os motivos de disputa identitária que este mesmo universo albergava. Para não complexificar uma realidade já bastante difícil de ser compreendida, resisti à tentação de produzir novas categorias identitárias, por meio da elaboração de “análises tipológicas” (Schnapper, 2005), privilegiando as próprias designações *emic* de «*gay montada*» e «*verdadeira travesti*» tão profusamente utilizadas no grupo, cujas “diferenças” entre si e, inclusive, dentro de cada uma delas era, pois, expressão da riqueza dos diferentes modos de “ser”, “viver” e “expressar” a travestilidade.

5.2.1. Ser «*Gay Montada*»

A categoria de «*gay montada*» era a que se encontrava na base da hierarquia de gênero. Dela faziam parte travestis que construíam uma “personagem” fictícia que reproduzia (nalguns casos, de forma exuberante e exagerada) uma imagem feminina, por meio da utilização de roupas, adereços, saltos altos, maquiagens ou outros elementos simbólicos do universo feminino. A transformação de gênero era (auto)reconhecida como sendo “artificial”, dado não existir uma corporalidade encarnada da feminilidade: no lugar do cabelo natural, havia perucas; e no lugar das mamas, nádegas e ancas havia esponjas que simulavam a sua existência. Não havia, também, uma preocupação na ocultação de todos os traços masculinos, pelo que, estes acabavam por coexistir com a personagem feminina. Mas ainda que se esforçassem para se assemelhar a uma “mulher”, desenvolvendo trejeitos e vozes femininas, não dispunham de destreza suficiente no uso da feminilidade, razão pela qual, eram facilmente identificadas como não o sendo. Daí que Bianca me tenha afirmado existirem certas «*características no homem que é um bocado difícil esconder, mesmo com muita maquiagem [...] há características que nota-se logo*».

A travestilidade não era vivida em permanência. Ela ocorria somente em específicos contextos temporais e espaciais, sobretudo durante o período noturno, junto dos territórios de prostituição (propósito económico) e dos espaços de diversão, como bares e discotecas *gay*, onde aí encetavam *shows* de transformismo (propósito de entretenimento artístico). Durante o dia, era raro observá-las. Por isso, regra geral, a expressão da feminilidade ocorria episodicamente, numa dupla faceta temporal: “homem” durante o dia e “mulher” durante a noite.

Numa madrugada, quando caminhava pelo *Conde*, passei por uma situação um pouco embaraçosa. Um rapaz estacionou o carro, saiu dentro dele, veio na minha direção e cumprimentou-me com dois beijos na cara para, em seguida, solicitar preservativos que, prontamente, lhos entreguei. A cara não me era, totalmente, estranha. Mas demorei algum tempo até reconhecê-la. Só momentos depois, percebi que era a Micaela, uma das travestis com quem habitualmente conversava na rua. Porém, como não estava «*montada*», a sua aparência de *boy* – de baixa estatura, franzino, com um boné de lado e um *piercing* por baixo do lábio inferior – era totalmente diferente daquela a que eu estava habituado a ver e, por isso, difícil de a identificar. Nessa noite, tinha “folgado” da prostituição porque ia à discoteca com

outros amigos, razão pela qual se apresentava na “versão masculina”. A travestilidade era, assim, utilizada privilegiadamente no âmbito do trabalho sexual para atrair clientes e ganhar dinheiro.

Este processo de construção e desconstrução esporádica da feminilidade, a que Duque (2009) denominou por “montagem estratégica”, revelava os trânsitos de gênero que era necessário empreenderem consoante os diferentes contextos sociais ou geográficos que integravam. Interagir com a família, os amigos, a comunidade ou o mundo laboral implicava a utilização de vestuário, gestos, comportamentos e nomes diferentes daqueles que habitualmente eram usados junto das colegas travestis e clientes nos espaços de prostituição e/ou diversão. Por forma a evitarem a estigmatização em determinados contextos, algumas encabeçavam esforços para projetarem uma imagem de homem “convencional” (não feminino).

Eu sei comportar-me onde tenho de estar [...] e tento esconder, um bocadinho, também, por causa da discriminação e das bocas. Se dás um tiquezinho com a mão, eles «*ai, aquele tem uns tiques amaricados*», «*Ai, olha para aquilo?*». Tive de esconder, um bocado, essa faceta. E é aquilo que muita gente me admira é «*eh pá, tu vestes-te de mulher, mas a gente olha para ti e a gente não vê uma mulher durante o dia. Tu és um homem autêntico*». [Dalila]

É como se eu fosse um hetero. Muita gente diz que eu não pareço *gay*. Muita gente, seja no meu trabalho, seja amigos na vida pessoal, dizem «*tu não pareces gay, tu não tens tiques femininos. Como é que tu consegues estar nesse trabalho?*». As pessoas perguntam-me. [Olga]

Algumas «*gays montadas*» – também designadas por “transformistas” – como a Dalila, a Carina, a Liliana, a Olga ou a Bianca não apresentavam desejo de ser ou parecer mulher no seu dia-a-dia, uma vez que se reconheciam como homens e utilizavam o gênero gramatical masculino para se descrever. Definiam, no entanto, a sua identidade por relação à sua sexualidade, assinalada como *gay*. Deste modo, identificavam-se como “rapazes homossexuais”. Na maior parte dos casos, a vivência no “armário” não pretendia esconder privilegiadamente a sua orientação sexual, mas antes as experiências de travestilidade. Daí que Duque (2009, p. 137) tenha designado este comportamento de ocultação do gênero (ao invés da sexualidade) por “armário travesti”. Ainda que, porventura, chegassem a revelar as atuações artísticas desenvolvidas nos espaços de diversão noturna a familiares e amigos mais próximos da sua rede social, a travestilidade para efeitos de prostituição era, quase sempre, omitida. Isto porque os *shows* de transformismo concediam-lhes um maior reconhecimento social (algumas eram vistas como “artistas”) do que a prostituição, por ser uma atividade fortemente desprestigiada.

A «*montagem*» e «*desmontagem*» de uma personagem feminina era a razão para serem designadas de «*gays montadas*». Esta expressão, de conotação pejorativa, alter-identitária, atribuída pelas «*verdadeiras travestis*», servia para dar conta de um conjunto de pessoas, por elas consideradas de “fraudulentas” por tentarem “passar por travestis” sem o serem, dado não viverem – nem terem pretensão de viver – explicitamente “como mulheres” durante 24 horas por dia e não incorporarem formas corporais, maneiras de vestir, falar e gesticular evidentemente femininas.²⁷⁶ Para elas, o “ser

²⁷⁶ O viver permanentemente de forma feminina era o *turning point* a partir do qual as «*gays montadas*» podiam ser consideradas travestis. Porém, para serem «*verdadeiras travestis*» havia quem reclamasse a necessidade de, no mínimo,

travesti” não era uma “paródia” da feminilidade, na qual se podia “brincar” momentaneamente com o gênero. A maior parte das «*gays montadas*» não manifestavam interesse em proceder a transformações corporais por se sentirem confortáveis no corpo de “homem” que possuíam. Tanto que, Liliana me relatou não se imaginar, sequer, a viver num outro corpo que não o seu. «*Eu não me imagino de peitos*», afirmou-me. Esta situação foi, também, espelhada no relato da Olga.

[...] aquilo que eu sou na realidade é um rapaz homossexual, *gay*. O ser travesti [...] é uma personagem que está dentro de mim, também. Mas não é o que eu quero ser. Porque eu nunca na vida vou fazer uma alteração ao corpo, nem tomar hormonas. Tirando a depilação, nunca [...] Porque eu GOSTO de ser homem. Eu gosto de me olhar ao espelho e ver e sentir que sou homem, que tenho pelos, pénis, tudo... ser mulher, nunca gostaria [...] Elas [as «*verdadeiras travestis*»] às vezes dizem-me «*ai, tu qualquer dia vais meter peito*». Não. Não vou. Não vou porque eu tenho a certeza daquilo que sou e daquilo que quero. Eu aprecio imenso as minhas colegas que têm peito, têm silicone no rabo. Acho que elas têm um corpo bonito. Eu elogio elas, tudo, mas em mim jamais farei isso. [...] eu sei aquilo que sou. Eu tenho orgulho e adoro ser homem. O ser travesti é ser apenas uma personagem que sai, de vez em quando, cá para fora. É uma personagem que nunca se vai tornar real. É uma personagem fictícia. É a personagem da Olga, como eu chamo. É uma identidade escondida dentro de mim e que eu não faço questão de vir a realizar. [Olga]

O facto de se identificarem como homossexuais masculinos, levava a que as «*verdadeiras travestis*» alegassem que as «*gays montadas*» fossem travestis “incompletas”, na medida em que tinham ficado presas a um estágio inicial daquilo que, segundo elas, era suposto ser o ponto de partida do desenvolvimento da identidade travesti: a orientação homossexual. A atitude de quererem permanecer nesse estágio, sem manifestarem desejo de se construir “como mulheres” era entendido, por elas, como falta de coragem para se “assumir”.²⁷⁷ Daí que as «*verdadeiras travestis*» – aquelas que se revelavam mais corajosas por terem tido a ousadia de assumir a sua condição homossexual inicial ao ponto de investirem na sua transformação corporal – nutrissem sentimentos de desdém e se colocassem numa posição de superioridade face às «*gays montadas*», que se encontravam no patamar mais baixo da hierarquia de gênero. Esta desqualificação era facilmente observável nas críticas e atribuições de nomes depreciativos como «*gay*», «*bicha*», «*veado de saia*», «*rapaz de peruca*», «*transformista*», entre outros que lhes eram dirigidos. Esse nomes eram, quase sempre, utilizados no gênero gramatical feminino (p. ex. “*a*” *gay* e não “*o*” *gay*) para expô-las intencionalmente ao ridículo, fazendo-as lembrar que, mesmo que se identificassem como “homens”, a sua condição homossexual as impossibilitava de serem vistas como tal. Na sua perspectiva de gênero, um(a) *gay* era, em si mesmo, um “não-homem” (Kulick, 1997). Todas estas ferramentas discursivas pretendiam limitar, condicionar e diferenciar as experiências identitárias, constituindo umas mais válidas do que outras. Qualquer comparação ocorrida entre as «*gays montadas*» e as «*verdadeiras travestis*» era encarada, por estas últimas, como uma ofensa grave.

fazerem uso de hormonas. Outras, porém, exigiam a aplicação de próteses mamárias ou de silicone industrial, como foi apresentado no ponto 5.1. deste capítulo.

²⁷⁷ No discurso das «*verdadeiras travestis*» parecia haver uma convergência entre a identidade de gênero e a orientação sexual. A não distinção entre estes dois fenómenos (que são independentes um do outro), conduzia a que atribuíssem a origem da sua identidade de gênero à homossexualidade. Por este motivo, não compreendiam a existência de homossexuais masculinos que viviam a travestilidade sem desejarem ser ou parecer ser mulher. Para elas, todo o homem homossexual desejava, no fundo, “virar mulher”. E, como tal, elas eram das únicas *gays* que se assumiram “de verdade”. A situação de se verem como homossexuais realmente assumidos foi também encontrada no estudo de Kulick (2008 [1998]).

As «*gays montadas*» não descartavam a possibilidade de, no futuro, vir a concretizar tratamentos estéticos, desde que estes fossem ligeiros e não interferissem com a sua aparência masculina. «*Por enquanto, gosto muito do meu corpo como ele é [...] Não quer dizer que [...] mais lá para a frente não venha a meter um siliconezinho*», disse-me Dalila. Olga também avaliou a hipótese de, um dia, vir a utilizar o laser para remover os pelos da cara dado não gostar de se ver de bigode. Garantiu-me, no entanto, que esta intervenção não a iria «*tornar feminina*», sua grande preocupação. «*O que não falta aí são homens heteros que fazem depilação*», referiu-me para justificar que não era a sua condição homossexual que estava na origem deste seu desejo, mas sim, uma questão de gosto pessoal em termos de beleza e estética corporal.

As motivações para criarem uma personagem feminina que, por regra, “ganhava vida” à noite, relacionavam-se essencialmente com aspetos laborais. Mas essa personagem não era «*montada*» ao acaso. Algumas das suas características encontravam-se, *a priori*, integradas no seu *self*. A possibilidade de materializarem e darem existência ao “lado feminino” (descrito por Carina como «*a outra metade*») fazendo-o “sair cá para fora” por meio dessa personagem, acabava por ser gerador de sentimentos de bem-estar e realização pessoal. Dalila adorava a sua personagem e tudo o que a ela dizia respeito. «*Adoro a minha Dalila [...] adoro as minhas perucas, adoro os meus saltos altos*». Olga mostrava um grande contentamento quando iniciava o processo de «*montagem*». «*Eu sinto-me bem*», afirmou-me. «*Eu sinto-me masculino, sinto-me rapaz, mas à noite acho piada, e gosto de me sentir feminina*», acrescentou. Estas travestis eram constituídas por rapazes que não se viam como “mulheres” nem desejavam sê-lo. Todavia, o prazer que retiravam ao exprimir a feminilidade complementava, de certo modo, a sua noção do *eu*. Esta complementaridade era observada pela forma como descreviam e qualificavam a personagem feminina “animada”, “dinâmica”, “espontânea”, “atrevida” e com características que se opunham às existentes no seu “lado masculino”, mais “introverso”, “tímido”, “reservado” e “discreto”. Estas qualidades eram, por força do contexto social, acionadas e sobressaídas dado a sua indispensabilidade na prossecução do seu fim, focalizado no cativar de clientes, permitindo-lhes desempenharem uma performance que, durante o dia, lhes era totalmente interdita. Em resultado, a transformação de género era, quase sempre, também acompanhada por uma transformação ao nível emocional, psicológico e comportamental.

[...] eu vivi com uma pessoa [...] que [dizia que] quando eu me vestia [de mulher] eu não me transformava só fisicamente. Eu transformava-me interiormente e tudo. Era uma coisa que eu, por acaso, não me tinha apercebido disso. Mas ele próprio disse «*é que tu mudas não só o teu exterior, mas também o teu interior por completo*». A mudança de falar, de agir, de abordar seja quem for. Eu, se estiver normal como estou [de homem], eu posso ir a uma discoteca, mas estou sempre mais reservado, mais no meu canto, não sou tanto para a brincadeira. Se estiver de mulher, eu solto-me completamente, eu meto-me contigo, se for preciso, com a outra pessoa, mesmo que não a conheça, sou mais extrovertida. Quando estou de homem, é assim, sou extrovertido com quem eu conheço. Fora isso, eu estou sempre no meu canto. [Sabrina]

Eu por acaso gosto [de ser travesti], porque sou sempre animado. É uma personagem que tem mais postura, mais dinamismo, portanto, às vezes estou melhor naquela personagem do que nesta [...] Transformo-me! Não sei [...] mas tenho mais coragem do que na atualidade. [Carina].

A vivência nesta duplicidade de gênero (manifestada, também, na criação de dois perfis na rede social do *facebook*, onde apresentavam nomes, fotografias e amigos provenientes de contextos sociais distintos)²⁷⁸ não originava uma identidade fragmentada. Antes pelo contrário, experienciar o “lado feminino” ajudava-as a desenvolverem processos de autoconhecimento, de descoberta pessoal e constituição de uma unidade do *self*, onde diferentes características (socialmente reprimidas) podiam, por fim, coexistir e habitar no mesmo corpo. Essa unidade era aquilo que lhes atribuía o senso de autenticidade. «*Claro, muda-se porque estamos a ver outra figura, mas se a pessoa me conhecer bem vê que as duas pessoas são a mesma. Não me vejo sendo outra pessoa*», explicou-me Bianca. Na verdade, a “personagem” criada era um meio para exprimirem aquilo que, em parte, também consideravam ser.

A categoria de «*gay montada*» mostrava ser diversa. Ela não abrangia, unicamente, este conjunto de pessoas que acabei de relatar. Dela, também, faziam parte indivíduos, como a Cristiana, a Sabrina e a Rafaela que flutuavam por “lugares incertos e pouco convencionais de gênero” (Saleiro, 2013, p. 296) situados entre a masculinidade e a feminilidade. Ao contrário das «*gays montadas*» acima descritas, cuja identificação estava centrada maioritariamente no “lado masculino” (vivendo a feminilidade apenas de forma episódica), estas apresentavam uma maior identificação com o “lado feminino” sem, contudo, terem a pretensão de se tornarem «*verdadeiras travestis*» ou serem percebidas como tal. «*Não tenho vontade de ser mulher*», afirmou claramente Rafaela. Segundo ela, pretendia ser apenas «*um bocadinho mais feminina*» e, como tal, também não colocava a hipótese de renunciar à sua condição de “homem”.

Uma travesti é, digamos que é o que eu me considero. Eu sou um homem, no dia a dia, como qualquer outro, apesar de ter alguma efeminidade, que as pessoas *apercebem-se* que eu tenho aquele lado feminino, mas sou um homem, que à noite se transforma. [Sabrina]

Ainda que estas travestis se identificassem como “homens”, apresentavam uma masculinidade “pouco convencional”, dado apresentarem traços significativos de feminilidade, não exagerada ou demasiado encarnada «*ao ponto de colocar peito e essas coisas, e aumentar o rabo*», como me explicou Rafaela. Esta feminilidade, tida como “ligeira”, era conseguida através de simples processos de transformação corporal envolvendo tratamentos estéticos (p. ex. depilação, manicura, cabeleireiro) e hormonais (p. ex. consumo de pílulas ou ampolas contraceptivas).

Inversamente às «*gays montadas*» que desenvolviam esforços para que determinados signos associados à feminilidade não transparecessem e, conseqüentemente, afetassem a sua estética masculina durante o dia; estas travestis desenvolviam um certo grau de feminização que se tornava difícil de ser ocultado. À luz do dia, apresentavam-se vestidas com roupas masculinas e, simultaneamente, com unhas tratadas, o corpo depilado, o contorno das sobrancelhas redefinido, o cabelo semi-comprido e, nalguns casos, com «*peitinhos de hormônio*» e formas corporais mais arredondadas. Esta sua estética corporal

²⁷⁸ Um dos perfis evidenciava o “lado masculino” (no qual integravam elementos da rede social diurna: família, amigos ou colegas de trabalho), e o outro o “lado feminino” (no qual integravam elementos da rede social noturna, ligada aos espaços *gay*, de transformismo e/ou prostitucionais).

“nem masculina, nem feminina” não se encontrava alinhada com nenhuma das categorias de gênero socialmente reconhecidas, pelo que a dificuldade em se integrarem dentro de uma única categoria, impelia a que se narrassem, em termos identitários, como “homens femininos” ou “*gays* efeminados”, dando expressão aos dois territórios que habitavam (algures entre um homem e uma mulher). A conquista de algumas características “de mulher” não requeria, necessariamente, a abdicação dos traços de gênero masculinos proporcionados pelo corpo biológico de “homem”. O que procuravam era, precisamente, uma conjugação mútua de signos masculinos e femininos que lhes favorecesse uma “hibridez de gênero” (Saleiro, 2013, p. 289).

Dado que a expressão de gênero é modelada de acordo com as circunstâncias (Duque, 2009, p. 148; Santos, 2012, p. 94), construía uma imagem andrógina, misturando as características de ambos os gêneros, cuja intensidade da expressão da masculinidade ou feminilidade dependia dos contextos sociais e dos constrangimentos e/ou oportunidades neles observados. Sabendo que não podiam revelar a sua autenticidade, procuravam, por um lado, «*montar-se*» e «*desmontar-se*» de acordo com o conhecimento que possuíam sobre os espaços onde determinado gênero era, ou não, aceite (ou, pelo menos, tolerado); e, por outro, tentavam retirar vantagens de outras identidades – como a de *gay*, *drag* ou *puta* – que entretanto assumiam. Esta estratégia era reveladora do imenso controlo que, necessariamente, tinham de ter sobre o próprio corpo a fim de conseguirem adequar a sua expressão de gênero às diferentes realidades sociais, sem que dessas experiências resultassem consequências negativas (sempre um risco) para si. Assim, nos contextos diurnos – e por recearem vir a ser alvo de reprovação e violência caso se apresentassem no espaço público com um maior número de signos associados ao gênero feminino – apostavam numa estética mais masculina utilizando, por exemplo, bonés e roupas mais largas para “disfarçarem” o cabelo semi-comprido e algumas formas femininas.

[...] ainda não consigo andar vestida de mulher totalmente na rua, visto umas calças largas, uma blusa, uma *t-shirt* mais larga para disfarçar, porque eu não consigo andar na rua ainda com duas sessões de laser na cara e toda aperaltada. Ó pá, acho que há tempo. [Rebeca]

Mesmo que essa estética não fosse totalmente credível, tentavam que ela fosse, pelo menos, “discreta” para não “chamar a atenção”. Elas sabiam que “ser travesti” fora do mundo da prostituição podia ser, um tanto ao quanto, arriscado, daí que a imagem masculina construída tivesse de ser taticamente estudada, racionalizada e ensaiada (Duque, 2009, p. 81). Já nos contextos noturnos, onde a feminilidade era bastante valorizada, sobretudo pelos clientes que procuravam os seus serviços sexuais, tendiam a implicar-se num esforço para “fazer a linha mulher”, numa dinâmica que sobressaísse todos os elementos femininos que, até ao momento, encontravam-se incorporados na sua estrutura.

[tenho um] corpo com um aspeto mais feminino... *não exagerado* porque sempre quis andar discretamente na rua. Mas [conseguir] manter um corpo “uniforme”, digamos, [serve] para que, quando me transformo, possa ter um aspeto mais feminino para as pessoas que procuram a gente [clientes]. Mas, no dia a dia, até mesmo na forma de vestir, ando sempre mais discreto. [Sabrina]

Cristiana, Sabrina e Rafaela acreditavam que o equilíbrio estético, proporcionado por um corpo ambíguo e indefinido – que nunca se posicionava, em exclusivo, na feminilidade ou na masculinidade, a fim de lhes servir satisfatoriamente tanto para uma apresentação diurna, quanto noturna – concedia-lhes maiores vantagens do que um corpo já totalmente transformado, dado que este apresentava menores capacidades para se “moldar” e “ajustar” aos diferentes contextos sociais.

Elas reconheciam que o mundo laboral era um espaço no qual a expressão de género era fortemente regulada,²⁷⁹ impedindo de viverem de acordo com a sua identidade. Rebeca, relatou-me que, quando ainda era uma «*gay montada*», esteve integrada profissionalmente num restaurante a exercer funções de auxiliar de cozinha. A dado momento, sentiu necessidade de aprimorar a sua feminilidade e, com efeito, deixou crescer o cabelo, depilou-se, vestiu-se com outras roupas e, inclusive, ponderou vir a aplicar próteses mamárias. Porém, muitas destas suas ações de feminização começaram a ser escrutinadas, policiadas e disciplinadas pela sua entidade patronal, requerendo dela uma correspondência apropriada entre “sexo” e “género”. Por entre sistemáticas ridicularizações, chamadas de atenção, intimidações, proibições de comportamentos e ameaças explícitas de despedimento que lhe eram dirigidas, Rebeca foi impedida de se expressar no género pretendido e condicionada a ter de se apresentar no trabalho “como homem”.

Ela [a patroa] estava-me sempre a dizer «*tens de cortar esse cabelo*». E eu insistia «*já lhe disse que não vou cortar o cabelo*» [...]. É a minha vida. Sou eu. Eu só estava ali como cozinheiro e trabalhava bem como isso. Ponto. Fazia o meu trabalho e era só com isso que eles tinham que se preocupar. Agora se eu ia decidir pôr peito ou não decidir pôr peito, se eu ia fazer laser, se eu ia andar de mulher, se eu ia entrar ao trabalho vestido de mulher ou vestido de homem era problema MEU [...]. E a patroa opôs-se a isso. Disse que não ia aceitar. [...] mas não era uma patroa que me ia impedir de eu seguir a minha vida. «*Então se não dá, faça as minhas contas que eu vou-me embora. Eu vou fazer aquilo que eu quero!*». Pronto, foi isso. [Rebeca]²⁸⁰

A razão que atribuíam para as «*verdadeiras travestis*» se manterem na prostituição por longos períodos de tempo relacionava-se, em parte, com o grau de transformação por elas concretizado. A imagem estética e corporal ostentada era um entrave na inserção profissional, no trabalho dito “normal”. «*Elas estão todas nisso [prostituição] porquê? Por causa do preconceito!*», afirmou-me Rafaela. O mundo laboral (assim como, também, em muitas outras esferas da vida social), ao ser trespassado por preconceitos, acabava por se constituir não só como um espaço regulador da expressão de género, como também um espaço de discriminação e exclusão.²⁸¹ Esta constatação, fazia-as recluir em processos de transformação corporal mais drásticos e definitivos, preferindo conservar uma fluidez de género na medida em que lhes possibilitava usufruir de maiores oportunidades de vida.

[...] por enquanto, gosto muito do meu corpo como ele é. E acho que tenho mais vantagens em ser como sou do que meter umas mamas, meter silicone na cara, porque onde é que tu vais arranjar trabalho como

²⁷⁹ Situação também identificada por Connell (2010), Hines (2007b, 2010), Lombardi, Wilchins, Priesing e Malouf (2002), Schilt e Westbrook (2009) e Whittle, Turner e Al-almi (2007).

²⁸⁰ Whittle, Turner e Al-almi (2007, p. 25) ilustraram que o trabalho é o principal sector onde as pessoas trans são vítimas de discriminação. No estudo desenvolvido por Grant, Mottet e Tanis (2011, p. 51), cuja amostra incluiu 6450 pessoas trans, a grande maioria tentou evitar a discriminação laboral, ocultando (71%) ou atrasando (57%) a sua transição de género.

²⁸¹ Cf. Connell (2010), Grant, Mottet e Tanis (2011), Hines (2010), Keogh, Reid e Weatherburn (2006) e Whittle et al. (2007).

travesti? Nem a lavar escadas te aceitam! E sendo assim, eu em qualquer momento posso dizer «*a partir de agora vou deixar 'a puta', vou trabalhar durante o dia*». Tenho mais facilidade de arranjar trabalho. Não as discrimino de elas terem os silicones delas, as caras feitas, não sou contra isso. É como te disse, não significa que daqui para a frente não meta, mas por enquanto... [Dalila]

[...] não pretendo pôr silicones no corpo, não pretendo nada disso [...] se tiver como estou, com o corpo que tenho, tenho mais facilidades de arranjar trabalho num sítio qualquer, a verdade é essa, do que [...] se tiver com um corpo transformado de mulher. [Sabrina]

Rafaella era uma das poucas travestis que, paralelamente ao trabalho sexual, exercido em regime de *part-time* (noturno), tinha uma atividade profissional (diurna) na área da restauração. Mesmo gostando de se sentir feminina, não apresentava qualquer interesse em «*pôr silicone, colocar rabo, essas coisas...*», disse-me. Porém, se tal fosse possível, desejaria apresentar-se permanentemente no género feminino (mas sem nunca pretender “passar por” mulher) por reconhecer que, a partir dessa expressão, obtinha uma maior realização pessoal. «*Gosto, eu me sinto bem*», verbalizou. Mas como me explicou «*só não fico travesti o dia todo por causa do trabalho e do preconceito*» mas «*se pudesse estaria o dia inteiro: dia e noite*». Daí que, a “opção” por «*montar*» um corpo plástico e maleável, compatível tanto com a sua vida profissional e a vida pessoal, fosse aquela que, dadas as circunstâncias, se mostrava a mais conveniente por estar diretamente ligada à sua própria subsistência; ou como exprimiu Duque (2009, p. 151) uma “maneira provisória de driblar as imposições sociais”.

A fluidez deste tipo de corpos – com um potencial de “resistência” e “subversão” ao modelo binário – ao não se encaixar em nenhuma das categorias que conferiam inteligibilidade social, ficavam de fora do que era reconhecido como humano, constituindo-se como “abjetos”, “coisas”, “não-pessoas”. Como tal, sofriam consequências ao nível dos direitos e da participação cívica, social e laboral. Por isso eram bastante suscetíveis à pressão da realidade social e dos interesses hegemónicos pelo que, não raras vezes, acabavam por se conformar às expectativas de género e perpetuar a heteronormatividade.

Tal como acontecia com as outras «*gays montadas*», estas também tendiam a adotar um nome feminino pelo qual eram auto e alter identificadas. Contudo parecia não haver uma rigidez tão grande na utilização do nome masculino “de dia” e o nome feminino “à noite”.²⁸² Muitas apresentavam-se (especialmente junto das amigas ou pessoas de maior confiança) com os dois nomes tratando-se, ora no masculino, ora no feminino. Havia quem, por exemplo, evidenciasse publicamente esses dois nomes na sua página pessoal do *facebook*. E outras, ainda, que faziam uso do nome feminino – mesmo quando se apresentavam numa imagem andrógina ou, até mesmo, masculina – para além dos espaços de prostituição ou do espetáculo transformista. A prática recorrente do trato no feminino nestes contextos “mais privados” contribuía para uma “normalização” com essa maneira de serem identificadas e,

²⁸² Esta rigidez era bastante evidente nas outras «*gay montadas*». Quando, por vezes, ocorriam situações de serem tratadas pelo nome feminino durante o dia, era motivo para ficarem bastante ofendidas. Numa das vezes, uma voluntária do projeto “Trans-Porta”, cometeu esta imprudência. E, em resposta, a travesti redigiu o seguinte comentário na sua página pessoal do *facebook* «*agradecia que quando me virem na rua peço que não me chamem pelo meu nome artístico [nome feminino], mas sim pelo meu nome [masculino] hoje passei uma grande vergonha por causa desta situação! Peço desculpa, espero a compreensão. Boas noites*» (31 de Julho de 2014).

simultaneamente, uma maior “estranheza” ou “desidentificação” com o nome masculino quando, por vezes, eram nomeadas dessa maneira em contextos não habituais.

[...] quando vou lá abaixo à minha terra [Évora] [...] faz-me confusão quando me tratam no masculino. [...] as pessoas com quem eu lido [amigas travestis] [...] raramente conhecem o meu nome masculino [...] depois, como se torna um hábito a pessoa tratar a gente no feminino, e a chamarem-me só pelo nome de Sabrina – neste caso é mais Sabrina do que Rui – eu quando vou lá abaixo chamam-me pelo meu nome [...] eu às vezes nem sequer sei [risos], porque já estou tão dentro daquela personagem, no dia a dia, aqui em Lisboa, que quando lá chego abaixo, para mim aquilo... às vezes as pessoas «oh, Rui...». As pessoas «*passsei por ti, chamei-te e nem me respondeste*» [risos]. Como é que eu iria responder se para mim não... [Sabrina]

Dado que o corpo destas «*gays montadas*» se apresentava como um projeto aberto em construção, no qual tinham a possibilidade de deambular, experimentar e usufruir das diversas configurações de género, a sua identidade podia ir sendo moldada, ao longo do tempo, de acordo com as circunstâncias de vida. Algumas desejavam manifestamente conservar um visual andrógino. Porém, segundo os códigos de conduta das «*verdadeiras travestis*», esse tipo de visual só era permitido numa fase inicial do processo de transição de género. Depois disso, e como observou Pelúcio (2007, p. 110), a pessoa passava a ser vista como “covarde, por não ter coragem de ir fundo na transformação”. Como tal, outras (como Bruna, Micaela, Olga ou Sabrina) acabavam por ingressar num distinto patamar da hierarquia de género, reorientando toda a sua estética corporal. Dois anos após a ter entrevistado Sabrina, voltei a reencontrá-la na 23^a Gala Abraço²⁸³ com uma estética muito diferente daquela que conhecia, tendo-me informado sobre a sua decisão de avançar com processos de transformação corporal em direção a uma maior encarnação da feminilidade. As perucas de outrora tinham sido substituídas por um longo cabelo natural; os seios mostravam-se mais salientes devido ao consumo hormonal e toda a sua performance estética era, agora, bastante próxima ao de uma mulher. Situação idêntica ocorreu com a Micaela, que após 15 anos a viver numa dualidade de género, decidiu abraçar, em permanência, a identidade feminina, publicitando essa decisão na sua página de *facebook*. «*Depois de muito pensar, decidi deixar de ser o Mário e tentar ser feliz em Micaela*».

Estas «*gay montadas*» revelavam, pois, não possuir uma “agenda corporal” (Saleiro, 2013, p. 298) planeada, agenda essa que tendia a estar presente nos discursos de algumas «*verdadeiras travestis*». Como tal, construíam o corpo à medida que recebiam “influências” de diferentes pessoas e grupos com quem iam estabelecendo relações, assim como de espaços e territórios de convívio travesti que frequentavam. Ainda que não possa estabelecer uma relação causal entre estes elementos e o desenvolvimento da expressão de género, acredito que contribuía para que a identidade fosse sendo “redesenhada”. A decisão de prescindirem de um determinado corpo, a fim de construírem “um outro” não era tomada de forma irrefletida. Implicava um nível de maturação, precedido por um longo período de reflexão e avaliação pessoal no qual se inscrevia, obviamente, a perceção das oportunidades que

²⁸³ A Gala Abraço (outrora denominada por “Gala das Travestis”) é um evento solidário, criado em 1992 por Carlos Castro, e atualmente promovido pela Associação Abraço, a fim de assinalar o Dia Mundial da Luta Contra a Sida (1 de Dezembro). É conhecido por ser um espetáculo artístico marcado por inúmeras atuações de transformismo, onde diferentes artistas cantam, dançam e representam.

certos corpos, “mais normativos”, podiam oferecer. Mas era a constatação de experienciarem sentimentos de maior conforto e bem-estar num outro “modo de ser” que se tornava determinante para desejarem aperfeiçoar a feminilidade e consumarem, então, a “migração” de gênero – migração essa que implicava não só uma mudança material e corpórea, como também “uma mudança estrutural no modo como se é visto e tratado pelos outros” (Saleiro, 2013, p. 206). As palavras de Leila expressam precisamente essa mudança. «*Quando você decide virar de um gay para um travesti [...] você já começa a ser tratada diferente, entendeu? Você deixa de ser o [...] A para ser o B*».

Em certo ponto da transformação corporal, a identidade de «*gay montada*» e «*verdadeira travesti*» acabavam por se cruzar, porque uma era encarada como a etapa prévia da outra. «*Todas começam como transformistas*», afirmou-me Dalila. Alessandra, que, hoje em dia, integra o grupo das «*verdadeiras travestis*», também expressou o mesmo. «*Na época eu cheguei um rapazinho, não tinha peito, não tinha nada. ‘Montava’ como muitas por aí*». Desta forma, constituir-se como «*gay montada*» era, quase sempre, a “porta de entrada” para que corpos referenciados como biologicamente masculinos viessem, um dia, a aceder às possibilidades de se construírem como «*verdadeiras travestis*».

5.2.2. Ser «*Verdadeira Travesti*»

No seio do grupo, a designação «*verdadeira travesti*» era utilizada para designar pessoas a quem tinha sido atribuído o sexo masculino à nascença, mas que, ao longo do tempo, acabaram por empreender esforços (emocionais, temporais e financeiros) para incorporarem características físicas e comportamentais pertencentes ao gênero feminino, por meio de diferentes tecnologias cosméticas, estéticas e/ou médicas a fim de adequarem a sua aparência e viverem, no seu quotidiano, exclusivamente “como mulheres”. As travestis “mais velhas”, que viviam há largos anos no gênero feminino e apresentavam processos evidentes de transformação, detinham uma importância primordial no tipo de feminilidade que as “mais novas” – tidas, ainda, como «*gay montadas*» – viriam a produzir. Sendo elas a referência mais próxima – se não mesmo a única – que as “novatas” dispunham sobre o que era ser uma «*verdadeira travesti*», convertiam-se nos seus “modelos”. A demonstração *in loco* dos seus corpos, já completamente «*feitos*», ajudava-as a desenvolverem o desejo de se assemelharem a elas.

[...] ela já era travesti, já tinha o cabelo comprido, tinha mamas, não é?! E eu um adolescente [...]. Tudo o que ela tinha eu queria para mim [...] tinha mamas, eu queria, tinha o cabelo comprido, eu queria... [Carole].

As “novatas” tendiam a cumprir escrupulosamente as recomendações de aprimoramento da beleza que as travestis mais “experientes” lhes concediam. «[Ela] *dizia-me “faz assim para ficares com cintura”*. *Eu fazia o que me dizia porque ela tinha um corpo muito bonito*», explicou-me Ivone. À medida que cumpriam com as indicações para se submeterem, com sucesso, ao processo de transformação corporal, iam absorvendo, inconscientemente, os valores estéticos vigentes que orientavam essa construção. Na maior parte dos casos, esses valores encontravam-se ancorados às representações estereotipadas da mulher, ligadas à sensualidade, ao erotismo e à “hiperfeminilidade” (Jackson & Vares, 2015; Monro,

2005, p. 99). Como tal, a estética corporal era construída com base num ideal de beleza de mulher voluptuosa, atraente e “super-sedutora” (Garcia, 2007, p. 92), objeto de desejo masculino. Para a reproduzirem faziam ressaltar determinados atributos físicos (desenvolvendo seios grandes, ancas largas, coxas fartas e torneadas, nádegas volumosas e empinadas, bocas carnudas e cabelos compridos), utilizavam bastante maquiagem e escolhiam roupas ousadas e provocadoras, nas quais se incluíam decotes, vestidos justos e curtos e sapatos de salto alto.

A gente [...] vê as outras que é mais *bonitona*, que tem *bundão* [...] e você quer pôr bunda, quer pôr *cabelão*. Vai querendo ficar mais feminina. [Cynthia]

Às vezes [...] fico olhando, e quando eu me deparo com alguma travesti que tem aquele *corpão*, eu falo assim «*eu queria ter*». Mas tenho de passar por aquele processo do silicone. [Leila]

[...] quando eu vi, a minha *bunda grande*, era tudo o que eu queria, não é?! E as pessoas falavam «*Ai! Ficou lindo, ficou lindo, ficou lindo!*». Era tudo o que eu queria, minha realização. [Carole]

O modelo de feminilidade presente nos corpos das «*verdadeiras travestis*» assentava, pois, no “exagero”.²⁸⁴ Exageravam a feminilidade, sobressaindo algumas características específicas associadas às mulheres cisgénero (e, como tal, acabavam por representá-las de maneira “caricatural”), com a finalidade de se constituírem como «*mulherões*», isto é, mulheres vistosas, dotadas de sensualidade, capazes de despertarem os instintos sexuais dos homens.²⁸⁵ Porém, ainda que o seu corpo servisse para atrair clientela, o processo de construção corporal não se reduzia às exigências do mercado sexual (Kulick, 2008 [1998]), mas ao desejo individual de adequá-lo a uma imagem feminina.

Ainda que a sua feminilidade fosse evidente (e, até, incontestável) era, justamente, o exagero (aliado a determinados elementos físicos difíceis de disfarçar), que fazia delas “mulheres hiperbólicas” (Pelúcio, 2004, p. 142). Dado que a maioria das mulheres cisgénero não regia a sua feminilidade por estes valores estéticos, as dimensões exageradas instituíam a dúvida e, nalguns casos, denunciavam a sua condição masculina (Pelúcio, 2005b, p. 227).

Mas se as travestis mais velhas pareciam apostar no exagero como modelo de feminilidade – ligado ao “masculino e, portanto, ao insucesso ou ao ultrapassado” (Pelúcio, 2005b, p. 227) – as gerações mais novas, ainda que fortemente influenciadas por estas, tendiam a aderir a outras valorizações estéticas para reproduzirem a imagem de mulher sedutora. A indústria da moda estabelecia e impunha padrões de beleza feminina impregnados por conotações eróticas e sexuais. Por meio da apresentação de silhuetas delgadas, tonificadas e com formas não exageradas, ditavam o que era uma mulher bela, elegante, glamorosa, sofisticada e sensual. A veiculação destas imagens era produtora de representações de modelos corporais (Bordo, 1993; Crane, 2000), pelo que as jovens travestis, preocupadas com a sua

²⁸⁴ Designado por Pelúcio (2005b, p. 227) como “estilo traveção”.

²⁸⁵ Garcia (2007, p. 94) critica, no entanto, a incorporação deste tipo de modelo dado que ele tende a reificar a “associação da feminilidade com sedução [...] como se a sedução fosse o que caracterizasse a mulher”. Deste modo, o autor refere que as travestis tendem a elaborar um “reduccionismo sexista”.

aparência, eram seduzidas por elas, utilizando-as como modelos (heteronormativos) para construírem a sua própria imagem de mulher bonita e desejável.

[...] eu digo-te, a sério, cada uma tem o seu estilo, umas que gostam de ser os *mulherões*, sabes aquela coisa de «*UAU!!*». Eu não! Eu gosto de ser a “menina modelo”, sabes? Aquela coisa que chega ali e, por acaso, tenho a sorte de conseguir passar [por modelo] por ser toda esguiazinha. [Estefani]

Por serem jovens, investirem em valores estéticos mais sóbrios e acederem a técnicas de feminização mais evoluídas que as mais velhas não tiveram a oportunidade, fazia delas travestis “mais belas” e com maior sucesso no mercado sexual. Com efeito, a sua beleza era, muitas vezes, fonte de admiração e cobiça tanto por clientes e travestis, como por mulheres cisgénero.²⁸⁶

A transição de género era acompanhada pela adoção de um novo nome, feminino, a partir do qual passavam a ser auto e alter identificadas. Ao encarnarem modelos de hiperfeminilidade, muitos dos quais, difundidos por “celebridades” internacionais (Vogel, 2009, p. 373), os seus nomes e apelidos (sobretudo estes últimos) tendiam a ser escolhidos²⁸⁷ tendo como referência mulheres que eram figuras públicas e/ou estavam integradas no mundo da fama (Garcia, 2007, p. 96; Jayme, 2001, p. 102; Oliveira, 1994, p. 37-38; Pelúcio, 2007a, p. 106). Desta forma, algumas travestis (particularmente as sul-americanas) faziam uso de nomes estrangeiros associados tanto a “divas” do cinema, como a ícones da música, da moda ou da TV (p. ex. Lopez, Jackson, Bündchen, Ganzarolli), quanto a marcas de revistas, perfumes, roupas ou carros de luxo (p. ex. Vogue, Dior, Prada, Ferrari), grafados com letras duplas (p. ex. Martinelly, Marquizzini), com *h*'s junto de consoantes (p. ex. Agatha, Cynthia) ou ainda com *k*, *y* ou *w* (p. ex. Monika, Evelylinn, Wanessa), fazendo transparecer a sua busca por esse ideal de feminilidade veiculado por mulheres brancas, bem-sucedidas e (hetero)sexualizadas, num referencial no qual “raça,

²⁸⁶ Observei que, quando as mulheres cisgénero se confrontavam com os corpos das travestis a sua reação era, quase sempre, de deslumbre. Algumas chegavam a referir que a sua beleza, tida como “natural e intrínseca”, não era tão aprazível quanto a beleza “laboriosa e artificial” (Vogel, 2009, p. 373) exteriorizada pelas travestis. A dado momento da etnografia foi integrada uma nova voluntária no projeto “Trans-Porta”. Na sua primeira *brigada*, Diva (travesti que, nessa madrugada, celebrava o seu aniversário e, por isso, apresentava-se ainda mais produzida do que o habitual) manifestou alguma incredibilidade ao saber que a idade da voluntária era inferior à sua, chegando a verbalizar-lhe “parecer mais velha do que ela própria” atendendo à sua aparência “pouco cuidada”. Após esta situação, a voluntária começou a surgir nas *brigadas* seguintes com um vestuário mais aprimorado, sempre maquilhada e perfumada. Mais tarde, confidenciou-me que este seu investimento na feminilidade estava relacionado com o acontecimento anterior estabelecido com Diva. «*Eu, que sou ‘mesmo mulher’, sou menos feminina do que elas. Já viste?*», interrogou-se. Por um lado, ela acreditava que as travestis, por terem sido “homens”, não seriam tão femininas quanto revelavam ser; e, por outro, o facto de ser uma mulher cisgénero, fazia-a conceber a sua feminilidade como “natural”, razão pela qual não tinha um especial cuidado para com ela, porque, de certa forma, era “garantida”. As travestis acreditavam, precisamente, que era essa “naturalidade” que fazia com que as mulheres biológicas se apresentassem mais despreocupadas com a sua imagem. E isso era extensível às mulheres prostitutas com quem dividiam o território do *Conde*. Certa madrugada presenciei uma conversa entre elas. Em resposta às lamentações acerca da falta de clientes por parte de uma mulher prostituta, a travesti retorquiu-lhe «*Mas, oh mulher, como é que vais querer atrair clientes, assim toda tapada? Tens de te mostrar, usar roupas mais provocantes como nós!*». As travestis costumavam atribuir a “falta de cuidados” das mulheres prostitutas ao facto de estas acreditarem que a posse de uma vagina era suficiente para serem bem-sucedidas no trabalho sexual (Pelúcio, 2007, p. 103). Por isso, ainda que as travestis valorizassem alguns atributos corporais “naturais” (p. ex. os cabelos), consideravam de extrema importância haver um investimento na feminilidade, a fim de conseguirem promover-se.

²⁸⁷ Jayme (2001, p. 102), Nogueira (2013, p. 165) e Pelúcio (2007a, p. 106) esclarecem que nem sempre esta escolha era efetuada de forma regular. Alguns nomes eram escolhidos por elas próprias e outros atribuídos por amigas (geralmente “mães”/“madrinhas”), numa espécie de “batismo” à integração na vida travesti. Esta situação foi também verificada na presente investigação. Observei, no entanto, que algumas chegavam a trocar de nome mais do que uma vez, mantendo, sempre, a preferência por nomes femininos.

classe e género se encontram e combinam” (Pelúcio, 2007a, p. 106). Através desses nomes e apelidos, muitas sentiam conquistar maior reconhecimento e *status* social.²⁸⁸

Na maior parte dos casos, a adoção do nome feminino não era “oficializada” no registo civil. Porém, existiam travestis (poucas) que procediam à alteração do nome próprio e, em consequência, do registo civil de sexo (passando a serem legalmente reconhecidas como “mulheres”) nos seus documentos oficiais. A principal motivação para avançarem com esta mudança relacionava-se com a necessidade de “pôr fim” a situações desagradáveis e bastante constrangedoras de, no acesso aos serviços (de saúde, segurança social, centro de emprego, correios, entre outros), terem de se identificar (ou ser publicamente identificadas) pelo nome masculino quando a sua aparência social era feminina. Nalgumas ocasiões, eram obrigadas a justificar os motivos de tal discordância. Uma outra motivação, que se encontrava intimamente relacionada com esta, provinha do preconceito que acabavam por ser alvo. Liliana aborda um exemplo dessa discriminação, sentida no mercado de trabalho, por parte de algumas colegas.

[Numa] entrevista de trabalho, apresentas-te como uma senhora, mas depois no BI está... as pessoas ficam logo «*não vou meter aqui um travesti a trabalhar. Acho que não vai ser bom*» [...]. A Cristiana foi a uma entrevista de trabalho, pediram-lhe tudo. Depois de lhe pedirem o BI disseram-lhe que já estava preenchida a vaga. Porquê? Porque estava lá o nome dela de homem [...]. Ela é super feminina. Agora quando mudar de nome, achas que não vai conseguir arranjar alguma coisa? Claro que vai. [Liliana]

Pese embora o esforço para se construírem como “mulheres”, as «*verdadeiras travestis*» apresentavam dificuldades em se descrever e situar numa única categoria de género. Ao serem questionadas sobre a forma como se viam, sentiam e autoidentificavam, fui confrontado com uma variedade de respostas que incluíam, para além de «*travesti*», as designações de «*mulher diferente*» (Diva), «*metade homem, metade mulher*» (Leila), «*pessoa feminina*» (Zara), «*pessoa diferente*» (Ivone), «*transexual não operada*» (Rebeca), entre outras. Ainda que se referissem, a si mesmas, por meio de diferentes autotagificações parecia existir, no entanto, um reconhecimento comum de não serem “autênticas mulheres”. Podiam ter alterado o nome, o corpo e realizado um “jogo cénico de feminilidade” (Hoenisch & Pacheco, 2012, p. 86) para se assemelhar, o mais possível, com as representações que tinham sobre o que era “ser mulher”, mas não reivindicam, por completo, essa identidade.

Embora esta situação pudesse revelar, aparentemente, alguma contradição, as travestis estavam plenamente conscientes de que a sua feminilidade tinha sido construída a partir de um corpo biológico masculino – no qual (ainda) residiam importantes traços físicos (nomeadamente, o pénis) que ancoravam no imaginário social de serem os promotores da divisão biológica dos sexos – o que as levava a afirmar que, na “essência”, uma «*travesti era um homem*».²⁸⁹ As travestis não negavam o sentimento de pertença

²⁸⁸ Por razões éticas, procurei preservar a identidade das travestis com quem contactei ao longo da minha intervenção de terreno. Por esta razão, não reproduzi, aqui os seus nomes e apelidos. Para conseguir dar alguns exemplos optei por recorrer às duas principais páginas de internet de agenciamento de travestis trabalhadoras do sexo, em Portugal (viptransex.net e tgatas.net) por serem páginas de visualização pública.

²⁸⁹ Esta afirmação produzida por Leila surgiu na sequência de uma conversa sobre a existência de prazer durante a atividade do trabalho sexual. Ela, ao considerar que todos os homens eram “viciados” em sexo («*Homem é vicioso. É igual a cachorro. Não pode ver*»), acreditava que as travestis (por se reconhecerem como biologicamente homens) também eram dependentes de sexo. Daí não acreditar nas travestis que referiam prostituir-se unicamente por razões económicas, excluindo o motivo da obtenção do prazer sexual. «[...] *tem muitas que “ai, eu faço só por dinheiro”.* Não! *Eu faço por vício!*», afirmou-me.

a este registo anatómico inicial. Porém, mesmo compreendendo-se do sexo masculino, não se consideravam “homens”. Alegavam que, em nenhum momento na sua trajetória de vida, se sentiram identificadas com as representações da masculinidade hegemónica e que, pelo contrário, sempre foram conduzidas por uma maior identificação com a feminilidade, gostando de “ser”, “estar” e “viver” no feminino. «*Como sou uma travesti, eu sou um homem, não é?! [...] mas eu geralmente, é assim, eu gosto de me sentir feminina, de estar num corpo feminino*», disse-me Carole. O facto de se “sentirem femininas” e de gostarem de expressar essa feminilidade fazia com que integrassem a categoria de “não-homem” (Kulick, 1997).

[...] sinto-me feminina no meu dia a dia, na minha vida [...] [Mas] eu não sei se, realmente, eu poderia ser uma mulher. Um homem não! Um homem não sinto nada. Homem não! [...] tenho mais [afinidade] com a parte feminina: o procedimento, a maneira de ser [...] sinto-me mais para o lado feminino. [Zara]

5.2.2.1. O Desejo de Preservar a Genitália Masculina

As travestis acreditavam que, por mais intervenções estéticas e cirúrgicas que realizassem, jamais conseguiriam transformar-se em “verdadeiras mulheres”. «*Há muita coisa que não podes lutar contra a tua natureza. [...] não vamos ser hipócritas, não é? Tu não nasceste mulher. Podes aperfeiçoar-te, mas NUNCA o vais ser. Por mais que te operes, NUNCA o vais ser*», afirmou-me Estefani. Na conceção das travestis ser “verdadeira mulher” estava intimamente ligado a condições biológicas, no que respeita à capacidade de gerar filhos e ser mãe. O valor social e moral da maternidade, enquanto expressão máxima da feminilidade, estava-lhes totalmente interdito (Pelúcio, 2004, p. 150) dado não possuírem um aparelho genital e reprodutor, semelhante ao (da maior parte) das mulheres, capaz de “conceber” e “dar à luz”. Esta incapacidade condicionava-as na sua autoidentificação como “mulheres”.

Uma travesti tem [...] de ter dignidade, tem de assumir o que é, entendeu? Porque tem muita travesti que não assume que é travesti e quer se assumir como mulher [...] Eu acho que mulher para mim é a que gera filho. E a gente nunca vai ser mulher. Eu nunca vou poder gerar um filho. Então, isso para mim não é ser mulher. Eu posso-me sentir mulher, em aspeto, mas falar assim «*ah, eu quero ser igual a uma mulher*». Mas eu nunca vou ser igual a uma mulher porque eu nunca vou ser mãe [...] sinto-me feminina, mas eu sei que eu não sou mulher. Eu não sou mulher, eu não nasci. [Alessandra]

Tal como identificado por outros autores,²⁹⁰ observei que as travestis não desejavam extrair a sua genitália masculina e transformar-se em mulheres «*transexuais*».²⁹¹ Proceder a uma cirurgia de reatribuição sexual, isto é, a reconversão do pénis num órgão anatómico vulvovaginal era, nas palavras de Diva, «*uma ilusão*» dado que a posse desse órgão não lhes concedia a possibilidade de serem

²⁹⁰ Nomeadamente por Benedetti (2005, p. 18), Damásio (2011, p. 228-229), Dieh (2009, p. 4), Howe, Zaraysky e Lorentzen (2008, p. 35), Jayme (2001, p. 66), Jimenez e Adorno (2009, p. 358-359), Kulick (1997, p. 577; 2008 [1998], p. 22), Nogueira (2013, p. 141), Pelúcio (2004, p. 138; 2007a, p. 35), Vogel (2009, p. 371).

²⁹¹ Segundo o seu esquema conceptual, o que as diferenciava das transexuais – designadas por «*operadas*» – era, precisamente, o facto de estas últimas não conservarem a sua genitália no corpo construído no feminino (embora não fosse uma regra para se viver a transexualidade). O relato de Leila, que de seguida apresento, evidencia com clareza esta distinção preconizada: «*transexual é aquela que se opera, entendeu? Como não me opereí sou uma travesti. Não posso falar que sou mulher porque mulher é mulher [...] homem é homem [...] eu sou uma travesti. Eu já passei por transformações [...]. A transexual passa pelo método da transexualidade, é operada [...] e eu não, eu sou uma travesti. Eu me visto de mulher, mas não sou operada*».

“mulheres”. Não sendo possível, através de uma vaginoplastia, reconstruírem um aparelho reprodutor completo (composto por ovários, trompas e útero), que lhes garantisse a capacidade de engravidar – ou, de acordo com a Sabrina, *«ter as mesmas regalias que uma mulher»* – as travestis seriam sempre consideradas “mulheres incompletas” e, por isso, “não-mulheres”.²⁹²

[...] cortar para mim virar mulher, eu NUNCA também vou ser mulher. Eu vou ser uma *travesti operada*. Que é aquilo que elas não entendem. Para elas cortou, são mulheres. Não são! Elas são uma *travesti operada*, entendeu? [...] mulher nunca vai ser. [Alessandra]

Havia outras razões, algumas fundadas em crenças, comumente partilhadas entre as travestis, que as faziam não desejar realizar uma cirurgia de “mudança de sexo” (ou, pelo menos, tê-la como uma possibilidade muito remota). A primeira, estava centrada na percepção negativa do resultado final dos procedimentos cirúrgicos. A vagina, por ser um órgão reconstruído artificialmente, era visto como inautêntico (*«Aquilo não é uma vagina. Aquilo é um buraco. É uma coisa morta»*, referiu-me Diva), repleto de fragilidades e imperfeições, em especial, ao nível da lubrificação (*«fica seco, né? Precisa de lubrificar muito. Porque a mulher tem lubrificação. Você não tem»*, comentou Leila). A segunda, e a que apresentava maior impacto entre as travestis, estava relacionada com a ideia de que a castração – intervenção radical, vista como irreversível, *«um caminho sem volta»* segundo Estefani e Alessandra – lhes retiraria, por completo, o prazer sexual, o que as afligia grandemente.

Perdem o prazer. [As *«operadas»*] dizem que não, mas penso que sim. [...] uma pessoa [...] tem de ter prazer. Muito ou pouco. Há sempre prazer. Agora cortando... não há prazer. [Diva]

[...] eu não quero perder o meu prazer, entendeu? [...] O bom da carne é o prazer. Se você tira [...] não vai ter graça. Não vou ser mais a Leila não. Não vou ser. [Leila]

O que me assusta é não ter prazer. Isso é que me assusta. [...] nós não podemos lutar contra a nossa natureza. Tu tens de ter o teu orgasmo. Tu tens de ter. [...] Se vais cortar ‘a coisa’ que te dá prazer, como é que o vais ter? Tu, psicologicamente, não vais ficar bem, porque a gente precisa de sexo. Isto é uma coisa natural. Imagina não teres? O que é que te vai acontecer? É a mesma coisa que tu não comeres. [Estefani]

As travestis acreditavam que extirpar o pênis – situação que consideravam “contranatura” – as incapacitava no exercício satisfatório das suas necessidades fisiológicas sexuais (equivalentes às necessidades de comer, dormir ou respirar) dado que ficariam permanentemente impedidas de ejetar e obter um orgasmo. A retenção interna do sêmen²⁹³ – um fluido que, periodicamente, deveria ser expelido do corpo – obstruía todo o organismo, dado não haver forma de o conseguir “libertar”. E esta “obstrução”, vista como “não natural”, poderia ser causadora de sérios distúrbios psicológicos e comportamentais. Em casos extremos, conduzir à loucura ou, até mesmo, ao suicídio.²⁹⁴

²⁹² A “limitação” física, ao nível da reprodução, era um motivo para que as travestis se considerassem inferiores às mulheres. Na sua hierarquia de género, estas encontravam-se no topo.

²⁹³ As travestis julgavam que, após a cirurgia de reatribuição sexual, o corpo continuava a produzir sêmen e atuar no corpo (esta facto contribuía para não serem consideradas plenamente mulheres). Mas, na realidade, numa vaginoplastia os testículos (local onde o sêmen é produzido) são removidos, por completo.

²⁹⁴ Vogel (2009, p. 371) também observou, junto das travestis venezuelanas, a crença de que as *«operadas»* tornavam-se insanas dado “perderem uma parte de si mesmas e – ainda mais importante – a capacidade para obterem um orgasmo”. Pelúcio (2007a, p. 256), por sua vez, relatou que a obstrução do fluido masculino despoletava nas travestis uma sensação de maior

Na rua, eram partilhadas histórias (a sua maioria, trágicas e malsucedidas) de «operadas» que tinham desenvolvido problemas de saúde mental. Algumas dessas histórias, baseadas em rumores e boatos (e, por isso, de conteúdo infundado), ao serem assimiladas pelas “novatas” que as escutavam atentamente, eram geradoras de medo, que as faziam desinvestir da ideia de uma cirurgia genital por recearem as suas “consequências”.

Não cortei por medo [...] vi muitos problemas com operadas. E eu disse «*eu sinto-me uma pessoa mais ou menos equilibrada. Será que eu depois de fazer vou continuar como estou?. [Sem] problemas psicológicos?*» As pessoas ficaram muito afetadas, muito, muito, muito depois de operadas. Enquanto que elas, não operadas, estavam bem, depois faziam questão de dizer «*eu sou uma mulher*», «*eu já não tenho isto*», elas faziam questão, inclusive, de mostrar descaradamente [o novo órgão sexual], elas tinha necessidade de se afirmar para serem respeitadas, mas não eram, porque acabavam por não ter um comportamento normal. Eu dizia-lhes «*mas uma mulher não precisa de andar a mostrar ‘a coisa’*». Eu fiquei sempre com medo. [...] Não fiz porque tenho medo daquilo que eu já vi. Porque a maior parte delas não ficaram bem [da cabeça]. [Zara]

Eu tenho uma amiga que ficou [louca]. Ela era LINDA, LINDA, LINDA, e ainda é, só que ela ficou *tantan*, porque ela fala que «*ah, eu já não gozo*». ²⁹⁵ Todas as que falam que gozam, isso é mentira, porque nenhuma cirurgia que você faz, você goza, porque você corta o seu órgão sexual e o saco escrotal vira a sua vagina, então você já não goza. Então aquilo faz você ficar meia [louca]. Imagina você estar com um homem gostoso em cima de você e você não pode gozar com ele. Ele está gozando. Você não. Você começa a ficar paranoica, lógico. [Leila]

As travestis exprimiam sentimentos (claramente assumidos) de menosprezo e desdém pelas «operadas». Por estas terem concretizado uma operação à genitália, passando a integrar, na sua visão, a categoria de “transexual”, consideravam-nas pessoas “mentalmente fracas” por não terem tido a determinação suficiente para assumir a identidade travesti. Dado que a ausência do pénis impossibilitava as travestis de continuarem a reconhecer as «operadas» como “uma de nós”, determinavam-lhes a proibição de exercer o trabalho sexual no “seu” território, expulsando-as dali.

As travestis reconheciam que, entre elas e as «operadas» não haviam grandes diferenças (até porque, a transição de género das «operadas» provinha do estágio prévio, que correspondia ao de «*verdadeira travesti*»). O pénis era, pois, a única particularidade que as distinguia. Daí que, no dia-a-dia, uma «operada» continuava a ser denominada por travesti e não por transexual. Era, assim, uma «*travesti operada*». ²⁹⁶ Todavia, o facto de as travestis não se terem sujeitado às expectativas de “normalização” de género que a sociedade lhes impunha, fazia com que se sentissem superiores e, sobretudo, mais dignas do que as «operadas». Permanecer com o “falo” e assumir a ambiguidade corporal era, em si mesmo, um ato de coragem.

A perceção de existirem riscos elevados de perderem o prazer sexual – e, com efeito, abdicarem do orgasmo e da possibilidade de «gozar» (bastante valorizado entre elas) – corresponderia, nas palavras

“nervosismo”. Kulick (2008 [1998], p. 103) e Garcia (2007, p. 99), de forma semelhante, referiam que a crença de que o sémen acumulado, como não tinha por onde sair, subiria até à cabeça, formaria uma pedra no cérebro e enlouqueceria a pessoa.

²⁹⁵ A palavra “gozar”, no português do Brasil, apresenta um sentido diferente no português de Portugal. Refere-se, não só ao próprio ato de ejacular, como também ao ato de se sentir satisfeito com a relação sexual, nomeadamente, com o prazer que se proporcionou e/ou recebeu do parceiro sexual.

²⁹⁶ Situação também observada por Benedetti (2005), Garcia (2007, p. 100) e Silva (1993, p. 131).

de Cynthia, a ter de «*foder sem tesão*». A construção de uma vagina viria a beneficiar unicamente os parceiros sexuais, pelo que esta situação era, para a maior parte das travestis, totalmente inconcebível. Por reclamarem prazer, também para si, recusavam proceder à remoção do aparato genital masculino.

Porque você é um homem. Você tem aqueles momentos que quer gozar e você vai até para o banheiro sozinho e faz isso... vê um filme. E quando se opera já não tem como fazer isso mais. ACABOU. Aí você vai servir para o quê? Só para prazer para o outro. Aí você já não está tendo o seu prazer. Você só está dando, então não tem graça. [Leila]

Além destas duas razões anteriores, havia uma outra. As travestis reconheciam que o seu pênis era um objeto de desejo para muitos clientes. O que os atraía era, precisamente, a ideia de estarem sexualmente envolvidos com uma “mulher fálica”. Uma grande parte deles recorria aos seus serviços para desempenharem o papel de “passivos” e explorarem práticas não convencionais àqueles que estavam habituados a realizar com as suas esposas, namoradas ou outras mulheres.²⁹⁷ Daí que Cynthia me tenha referido que muitos dos seus clientes verbalizavam a expressão «*mulher por mulher, tenho a minha em casa*» para lhes evidenciar que o interesse sexual por travestis encontrava-se radicado na particularidade, delas, possuírem “algo a mais” (Pelúcio, 2007b) que as “mulheres comuns” não possuíam: o pênis. Para estes clientes, as travestis conseguiam ter o melhor dos “dois mundos”: um corpo feminino, com uma genitália masculina. Por isso, ser “bem dotada” era uma característica que eles apreciavam. Elas, apercebendo-se disso, tentavam valorizar abundantemente o «*dote*»²⁹⁸ no contexto de rua (durante o processo de negociação) ou no contexto de apartamento (através do anúncio dos seus serviços sexuais em plataformas digitais), dado ser uma garantia de obterem maiores ganhos. Nos anúncios em *sites* disponibilizavam fotografias – algumas das quais reconstituídas através de *photoshop*, a fim de o fazerem sobressair – e descreviam suas características, no que respeita à grossura, dimensão, potência, capacidade de atividade, ejaculação e sémen. Em exemplo, uma das travestis publicitava-se na página *tgatas.net* como tendo «*22 cm de caralho, bem duro e cheio de leite*» ou uma outra como tendo «*um belo brinquedo, disponível sem parar*».

Ao longo do tempo, as travestis iam descobrindo que o pênis era, no meio prostitucional, uma “ferramenta de trabalho” bastante valorizada. A estratégia para lucrarem com estes clientes encontrava-se, pois, na manutenção da sua genitália masculina, representando um diferencial – e, se não mesmo, uma vantagem competitiva – face às «*operadas*» e a todas as outras mulheres que possuíam vagina, uma vez que dispunham de maior flexibilidade sexual (tanto podiam penetrar, quanto serem penetradas), conseguindo oferecer uma maior gama de serviços. Ainda que, numa fase inicial, considerassem “estranho” ter de desempenhar o “papel de homem”,²⁹⁹ algumas acabavam por aprender a gostar (cf.

²⁹⁷ Em Portugal, os dados do inquérito desenvolvido por Néelson Ramalho e Alexandre Vaz (2016) mostram, precisamente, esta situação: 70,7% dos homens declararam ter experiência em ser penetrados pelas travestis e 87,1% experiência em estimular-lhes o pênis com a boca e/ou língua. Outros estudos, de âmbito internacional (Fernández, 2004; Garcia, 2007; Kulick, 2008 [1998]) também dão conta desta situação.

²⁹⁸ Habitualmente as travestis podiam referir-se ao seu pênis por meio de outros eufemismos, como «*grello*», «*pau*», «*brinquedo*», «*detalhe*», «*apêndice*», «*coisa*» ou «*extra*».

²⁹⁹ Aquando do ingresso na prostituição, as travestis tinham a expectativa de serem, exclusivamente, “passivas”. Durante os primeiros tempos, por serem “novidade”, ainda conseguiam desempenhar esse papel. Porém, a convivência regular com alguns

também observou Vogel, 2009, p. 371) e, inclusive, a retirar prazer dessa performance. A possibilidade de experienciarem uma sexualidade fluida – umas vezes como ativas, outras como passivas, não só com homens, mas também com mulheres e casais³⁰⁰ – permitia-lhes «*gozar muito, de várias formas*».

Muitas destas travestis olhavam a prostituição como uma atividade que as tinha ajudado a desenvolver uma maior consciência corporal e sexual. A sua prática exigia, necessariamente, a desinibição dos comportamentos e a exploração das zonas erógenas. Se, outrora, a genitália podia ser fonte de vergonha e constrangimento pela ambiguidade de género percecionada (razão pela qual algumas escondiam o pénis, não admitindo que os namorados o vissem, e muito menos, o tocassem; apresentando narrativas próximas ao de algumas transexuais), com a entrada no mundo da prostituição, a relação com o órgão genital alterava-se. A “autodescoberta” do corpo e a tomada de consciência de que o pénis, além de ser um importante “instrumento de trabalho”, era um elemento que lhes garantia o acesso ao prazer sexual, contribuiu para uma plena aceitação da presença dessa peculiaridade na sua imagem feminina, sem se sentirem incomodadas ou desconfortáveis. «*Adoro ser uma mulher de pichota. A graça é essa*», explicitou-me Cynthia. «*Eu não me vejo fazer uma cona. Não! Isso eu não quero!*», acrescentou. Era, pois, a sensação de satisfação e bem-estar com o órgão sexual que possuíam, conquistado no trabalho sexual, que as levava a não manifestar interesse numa eventual cirurgia de “mudança de sexo”.

A prostituição obviamente que acaba por ter bons benefícios. Pelo menos para mim teve bons benefícios. [...] de eu conhecer o meu corpo, não ter vergonha [...], de estar bem comigo mesma, porque antigamente quando eu [...] ia ter com um homem, eles não viam o meu pénis, não é?! Então a prostituição, querendo ou não, me deixou mais à vontade com o meu corpo, não é?! Hoje eu estou à vontade, eu fico nua perto de quem seja e não fico constrangida por nada, fico bem comigo, acabei por me encontrar [...] se eu não tivesse entrado no mundo da prostituição eu, hoje em dia, tenho a certeza, que eu estava operada, porque eu não admitia que tocassem no meu sexo, eu escondia [...] não gostava daquela situação, achava constrangedora [...] [mas] eu vejo hoje que não é a minha onda [...] a prostituição foi bom nesse aspeto, porque se estivesse na minha vida normal [...] acho que não tinha descoberto isso, eu acho que eu teria até hoje esse problema com o meu corpo de não ficar pelada por causa do meu órgão genital... e hoje não, hoje eu me aceito bem, gosto de mim, não penso em me operar, jamais, porque eu sinto prazer [...] gosto de estar com aspeto feminino [...] jamais imaginaria eu sem o meu órgão genital [...] não faz diferença nenhuma [...]. [Carole]

Eu quando era miúda também tive vontade [...] mas com o tempo é que nós aprendemos a viver com isto que temos entre as pernas. Ainda bem que não o fiz. Imagina se tivesse feito? Como era agora? Já não podia ‘bater uma’ que tanto gosto! [Paloma, Diário de Campo, 21 de Dezembro de 2012]

Por se “sentirem femininas”, as travestis construíam uma imagem corporal através da feminilidade sem, no entanto, desejarem realizar uma alteração ao seu sexo – “etapa final” que, segundo as representações sociais hegemónicas sobre a “migração” de género, deveria ser acionada – o que fazia com que se narrassem como “travestis” e não como “transexuais” ou “mulheres”. Para algumas, como a Rebeca,

clientes fazia com que estes se sentissem “à vontade” para lhes solicitar o papel de “ativas”, ficando eles como “passivos”. Este tipo de pedido era visto, desde logo, com “estranheza” dado que concebiam a existência de papéis sexuais pré-definidos para homens e mulheres. Com efeito, tendiam a recusar este tipo de prática. Mas apercebendo-se que os rendimentos profissionais estavam dependentes do seu exercício, a grande maioria (se não todas) acabava por ceder.

³⁰⁰ Ainda que o envolvimento sexual com mulheres não fosse a sua principal preferência muitas travestis relatavam ter tido experiências com clientes do sexo feminino (que, geralmente, recorriam até elas acompanhadas pelo marido e/ou namorado) e obtido prazer sexual. Estefani confidenciou-me «*Já [tive] muitas vezes [com mulheres]. Eu não tenho problemas com isso. Eu não é gostar de mulher, porque eu não gosto. Para mim é sexo. E eu gosto de sexo. Eu gosto de me divertir*».

havia inclusive uma demarcação pessoal face a esta última identidade. «*O fascínio mesmo é de ser travesti e não de ser mulher*», afirmou ela. Ora, a situação de não completarem a “etapa final” promovia um total “rompimento entre a representação social de género e as representações atribuídas aos órgãos genitais: pénis = masculino; vagina = feminino” (Jimenez & Adorno, 2009, p. 358). Kulick (2008 [1998], p. 204) caracterizou as travestis como sendo “essencialistas construtivistas” nas ideias que formulavam sobre o sexo e o género. Essencialistas, porque consideravam que o “homem era homem” e a “mulher era mulher” em função dos órgãos genitais e, como tal, ninguém poderia mudar de sexo com o qual se nasceu; e construtivistas porque mostravam ser possível reconstruir o corpo, explorar, viver e sentir-se em “diferentes possibilidades de género” sem ter, necessariamente, de modificar os genitais ou transformar-se numa “mulher”.

5.2.2.2. Quando o Feminino Também Convive Com o Masculino

Se as travestis desenvolviam um esforço para se construir no feminino, era expectável que desejassem ocultar todos os aspetos que, de uma forma ou de outra, podiam revelar a sua origem, ancorada no masculino. Como me esclareceu Estefani, se a aparência é de «*uma mulher, não podes [...] fazer determinadas coisas que te deixem assim mais masculina*». Todavia, por mais que investissem na ocultação, diminuição ou correção da masculinidade, ela jamais conseguia desaparecer, por completo, do corpo (Garcia, 2007, p. 100; Kulick, 2008 [1998], p. 214-219). E elas tinham noção disso. «*[Queremos] ficar femininas a toda a força. Mas, no fundo, nem com muita cirurgia que nós façamos, vamos ter sempre qualquer coisa de homem. Sempre!*», expressou-me Nádía.

Existiam diferentes razões para que as travestis convivessem com “coisas de homem” num corpo feminino. De um lado, as *razões involuntárias* que se encontravam relacionadas com aspetos masculinos que, por mais que quisessem e/ou tentassem “disfarçar”, não conseguiam. Era-lhes muito difícil, por exemplo, ocultarem determinadas características físicas como as mãos e os pés grandes, os ombros largos ou a altura. Ao acordar, havia outros traços que tendiam a ser sobressaídos: a voz tornava-se mais grave; alguns pelos da barba emergiam; e o rosto, sem maquilhagem, evidenciava feições masculinas. Dado que, no conforto do espaço doméstico, o género não era alvo de escrutínio por parte de terceiros, as travestis acabavam por andar menos vigilantes face à sua apresentação e, como tal, a aparência era mais “relaxada”: afiguravam-se com roupas largas, sem adereços femininos, a «*neca*» solta e o cabelo, no alto da cabeça preso por um elástico. Na domesticidade do lar, as travestis reiteravam, diariamente, parte da masculinidade que se encontrava agarrada aos seus corpos pelo que, à noite, quando pretendiam sair de casa tinham, necessariamente, de se implicar num esforço performativo para se materializar no feminino (Pelúcio, 2007a, p. 243). Mesmo denominando-se como «*verdadeiras travestis*» só se consideravam totalmente «*montadas*» depois de estarem “arranjadas”, com a depilação feita, o cabelo penteado, bem vestidas e maquilhadas (Jayme, 2001, p. 90). Desde que acordavam, e até conseguirem cumprir o ritual de “recuperação da feminilidade” que as ajudavam a alcançar a aparência desejada, não se julgavam suficientemente atraentes, dado que o corpo fazia questão de mostrar, por ele próprio, certos

aspectos que denunciavam as suas características masculinas, fazendo-as sentir-se “despidas” da beleza idealizada para si. Observa-se, assim, uma clara divisão entre a casa e a rua. A primeira, por ser um “espaço de invisibilidade”, estava associada ao diurno e ao masculino, ao passo que a segunda, por ser um “espaço de visibilidade” estava associada ao noturno e ao feminino.

De um outro lado, existiam as *razões voluntárias*, que correspondiam a determinações pessoais de não querer “corrigir”, propositadamente, atributos específicos que julgavam ser próprios da masculinidade (Benedetti, 2005; Pelúcio, 2004). Além do pénis, as travestis recusavam abandonar um conjunto de características como a ousadia, a bravura, a frontalidade, a força física e a agressividade uma vez que estas se revelavam bastante úteis na sua proteção individual.

[...] independentemente deste aspeto de mulher... a *força é de homem* [risos] e quando a gente se chateia, temos que resolver porque... lá está, é um perigo e é a nossa vida ou a deles [...] quando é uma coisa mais agressiva eu já lhe digo, «*não te esqueças porque por mais cabelo comprido, mais mamas que eu tenha, eu vou atar o meu cabelo e andar à porrada. Sou um homem, por isso ou és tu ou eu*». [Fabiana]

Elas reconheciam que esses atributos de “homem” (que os reivindicavam como seus) as ajudavam a lidar com situações de perigo, pelo que tendiam a guardá-los dentro si para fazê-los sair sempre que se sentissem ameaçadas. Daí que Nádia me tenha afirmado «*tem situações que nós temos de ‘virar homens mesmo*». Antes de chegarem a uma situação de agressão física era habitual usarem a “voz de homem”, dando ênfase a um timbre ainda mais grave que o seu (deixando, momentaneamente, a modelação da voz feminina), a fim de se fazerem intimidar. Aliada a esta estratégia estava, também, o ajustamento de toda a postura corporal, colocando as costas eretas, os ombros para trás, o queixo elevado, o peito para fora, a barriga para dentro enquanto caminhavam (com pernas ligeiramente mais afastadas) em direção à pessoa ou grupo instigador de violência. «*Virar homem*» e exercer o poder simbólico a ele associado, acabava por fragilizar a feminilidade construída e pôr a descoberto a sua proveniência.

Uma outra característica que as travestis não abandonavam (nem o podiam fazer, uma vez que as circunstâncias laborais assim o exigiam) era o “papel de homem”, já mencionado, nas relações sexuais com alguns clientes. Dado que ao homem estava associado o papel de ativo/penetrador/dominador e à mulher o papel de passiva/penetrada/dominada, era expectável que as travestis, por se construírem no feminino, se enquadrassem no polo passivo, no “papel de mulher”, a fim de manterem a “ordem” das coisas. Porém, como boa parte dos clientes buscavam práticas sexuais que envolviam a passividade, cabia às travestis serem “ativas”. E em vez de serem penetradas, faziam uso do seu pénis para penetrarem, o que, forçosamente, as levava a ter de revelar a sua “virilidade”, numa troca clara de papéis sexuais, cuja performance desestabilizava, por completo, as normas de género. Daí que Alessandra me tenha afirmado «*a gente que é travesti, é mais macho do que muito homem aí, entendeu?*».

Os traços de masculinidade que habitavam nos corpos das travestis eram, por vezes, revelados nas relações estabelecidas entre elas. Quando, porventura, ocorriam conflitos, elas tendiam a desenvolver um conjunto de práticas de extração da feminilidade umas das outras, a fim de denunciar não serem “verdadeiras mulheres”. A prática mais comum consistia em arrancar a peruca ou as extensões

de outra travesti. Mas, em situações mais drásticas, podiam chegar a cortar os cabelos (Kulick, 2008 [1998], p. 214-215). Numa das *brigadas* encontrei Bruna na rua. Por entre as passas na “ganza” que ela ia fumando, informou-me que, na noite anterior, tinha andado à porrada com Luana, uma outra travesti, por ter descoberto que esta andava a difamá-la. Em resposta, confrontou-a com a situação, tendo-lhe retirado a peruca para a envergonhar.

Quem fez tem de levar e ser consciente do que fez. Mas eu fui educada. Eu tentei conversar. Juro por esta luz [candeeiro de rua] que estou enxergando. Preferia ficar cega. Eu cheguei e disse que agente precisava de conversar. Ela me olhou na cara e me disse: «*Eu não tenho nada para falar contigo*» e virou as costas. [...] Eu dei a volta e peguei ela pela frente! Aí eu grudei ela, assim, pelo cabelo e segurei ela assim [agarrando os cabelos, puxando a cabeça na direção do chão]. Olhei para a cara dela e ela implorou: «*Não puxa minha peruca*», «*Ah, me solta, me solta!*». E eu disse: «*você sabe muito bem porque eu estou fazendo isso! [...] Não fale de mim!*». É tão bom a gente ser amigo, não é? Mas nós travestis não tem essas coisas. É uma querendo engolir a outra. [Diário de Campo, 30 de Março de 2012]

Os cabelos eram um dos principais atributos que permitia às travestis uma aparência mais feminina. Retirar-lhes esse atributo, especialmente no espaço público onde os transeuntes, vizinhos e clientes podiam assistir, era condenar a travesti a uma situação vexatória e humilhante. Quando, porventura, eram detidas num estabelecimento prisional,³⁰¹ o que as chocava (para além de serem integradas em alas masculinas) – situação que as colocava particularmente em risco de *bullying*, violência e agressão sexual (incluindo violação) por parte de outros prisioneiros ou seguranças – era o facto dos seus cabelos serem prontamente cortados pelos seguranças e polícias. Esta situação era deveras embaraçosa porque, algumas, sendo portadoras de transformações corporais evidentes, apresentavam-se com o cabelo curto e, ao mesmo tempo, com seios, nádegas e coxas proeminentes e volumosas. Como apontou Kulick (2008 [1998], p. 215), “a relação das travestis com os seus cabelos é inversa à de Sansão, o personagem bíblico: ao passo que a tesoura furta ao herói sua masculinidade, ela despoja as travestis da feminilidade”. Por isso, umas “tesouradas bem desfeitas” eram “o suficiente para converter uma travesti de bela mulher em andrógino feioso”.

Um outro meio que as travestis possuíam para relembrar e reiterar que não eram “mulheres”, mas sim homens, envolvia a utilização frequente de termos como «*bicha*», «*veado*», «*mona*» para se referirem a si ou a outras colegas (cf. também observado por Kulick, 2008 [1998], p. 216). Nas suas interações quotidianas era raro nomearem-se umas às outras por “mulher”. Todos esses termos (alguns, de origem brasileira, mas fortemente assimilados pelas travestis portuguesas) tinham a designação de homossexual efeminado. Numa das noites, quando fazia a entrega dos materiais profiláticos, Tatiane retorquiu para Leila: «*Anda cá ‘bicha’! Ó Psiu! Ehhh, Leila, venha cá ‘bicha’, pega aí! Então você não quer camisinhas? É uma sacolinha de lubrificante e preservativos que eles tão dando!*». Noutra situação, quando me encontrava junto ao *Café do Carlos* observei Estefani a chegar à rua. Cumprimentou-me e sentou-se no parapeito da loja ao lado do café. Simultaneamente, enquanto mantinha a conversa comigo, descalçou os sapatos rasos que trazia nos pés e substituiu-os por uns de

³⁰¹ Para se aprofundar o tema das detenções de travestis poderão ser consultados os trabalhos de G. Ferreira (2015), Garcia (2007, p. 154-157), Goldberg (2002), Grant et al. (2011, p. 158-172), Poole, Whittle e Stephens (2002) ou Zambrano (2006).

salto alto que se encontravam dentro da sua mala. Depois de se calçar, levantou-se, olhou para o vidro da loja – fazendo este de espelho – apurou-se, esticou o vestido justo, colocou as pulseiras, os anéis e adornos necessários, foi buscar um *Whisky* ao café e após bebê-lo de um só gole, disse «*Agora sim, a 'bicha' está pronta para a noite!*». A utilização destes termos (especialmente o de «*bicha*») era bastante comum entre elas, sem que transportasse uma conotação negativa. Nalgumas circunstâncias, eram usados para deixar claro (a clientes, por exemplo, que enganados, se dirigiam a elas) que não eram “verdadeiras mulheres” (Kulick, 2008 [1998], p. 216), pelo que havia sempre alguém que retorquia «*Ei! Ela não é mulher, não. Ela é travesti, é veado!*».

Porém, mesmo que se reconhecessem como pertencentes ao sexo masculino, as travestis não gostavam de ser identificadas como “homens”, nem tratadas pelo nome atribuído no nascimento. «*Eu não gosto que me chamem pelo meu nome. [...] odeio! Nunca gostei que soubessem a minha verdadeira identidade. Nunca gostei*», confessou-me Rebeca. Por isso, em situações de desentendimento entre elas, aproveitavam-se do facto de saberem que nenhuma aceitava ser chamada dessa forma para pronunciarem os termos «*bicha*», «*veado*» ou «*mona*» num tom jocoso, sarcástico e provocador, tornando explícito o seu real significado (de pertença ao masculino) a fim de insultarem e ofenderem. Quando a conflituosidade era grande, além destes termos, chegavam a empregar designações mais grosseiras, como «*paneleira*» ou «*maricona*», em tom agressivo para, propositadamente, humilhar e ridicularizar a travesti, remetendo-a para a condição de “homem” homossexual. Não era, pois, de estranhar que após este tipo de confronto havia, quase sempre, agressões físicas, dando-se início a uma espécie de “batalha campal” intermitente que se prolongava durante meses.

5.2.2.3. «Não Sou 'Hetero' Porque Não Sou Mulher»: Perceções da Identidade Sexual

Um aspeto que caracterizava a identidade das «*verdadeiras travestis*» era a autoperceção da sua orientação sexual. Muitas delas chegaram a referir-me ter tido experiências sexuais com mulheres, a maior parte das vezes por razões laborais. Contudo, essas experiências eram relatadas como menos prazerosas e satisfatórias quando comparadas com as experiências com homens. Em certos casos, a presença do corpo e figura feminina era motivo de repulsa, que as impossibilita de produzir qualquer tipo de resposta sexual. A excitação só ocorria na presença de um homem. «*Se eu tiver sozinha com uma mulher, a gente é mais fácil estar as duas a conversar, entendes? Se tiver um homem no meio... ah... eu excito-me mais*», explicou-me Estefani. Dado que os homens eram o foco da sua atração sexual, acabavam por considerar a sua orientação como homossexual.

Eu me vejo como um homossexual. Eu comecei *gay* e *virei travesti*. [...] não sou bissexual porque eu não gosto de mulher. Então, sou um homossexual. Eu já tive contacto com casais, mas eu não consegui fazer nada com a mulher, entendeu? Porque não funciona. [Leila]

O facto de se reportarem como *gays*³⁰² apresentava uma estreita relação com o senso de “não serem mulheres”. Ou seja, mesmo que se sentissem femininas e tivessem uma “aparência de mulher”, os traços anatómicos “de homem” que residiam nos seus corpos, fazia com que se reconhecessem pertencentes ao sexo masculino. Como tal, sendo pessoas do sexo masculino que manifestavam desejo por outras do mesmo sexo, impedia-as de se autointitular como heterossexuais. «*Eu, é assim, eu não posso dizer que sou 'hetero' porque não sou mulher. Porque se eu fosse mulher garanto-lhe que era 'hetero'. Porque [...] para mim, só homens mesmo*», afirmou-me Zara.

5.2.2.4. Ambiguidade Corporal

Dado não haver uma absoluta rejeição da identidade masculina, as travestis integravam no corpo, em simultâneo, aspetos que evocavam à masculinidade e à feminilidade. O feminino travesti era, segundo Benedetti (2005), um “feminino diferente” do apresentado pelas mulheres cisgénero, não só pelo “exagero” ou “sensualidade” corporalizada, mas também por contemplarem, em si, o masculino. Era, precisamente, o facto de possuírem características associadas a ambos os géneros que fazia com que tivessem um aspeto “híbrido” (Saleiro, 2013, p. 208) e o seu corpo percebido como “ambíguo” (Cornwall, 1994; Jayme, 2001). Essa ambiguidade, fortemente reconhecida e identificada pelas próprias, era o motivo que as impossibilitava de reivindicar, de forma legítima, a identidade de “mulher” ainda que, paradoxalmente, portassem “o semblante da mulher” (Hoenisch & Pacheco, 2012, p. 86). Elas não se consideravam inteiramente mulheres nem inteiramente homens, numa lógica “nem sou isso nem aquilo” (Damásio, 2011, p. 213), porque os seus corpos contemplavam traços dos dois géneros.

Não sei o que é ser uma mulher ou ser um homem. Não me sinto mulher, nem me sinto homem. [Zara]

[...] o ser travesti não lhe sei explicar, se é um homem se é uma mulher [risos]. Queres que te diga muito sinceramente? Às vezes temos de ser homens e ser mulheres ao mesmo tempo, sabias? [Nádia]

De maneira bastante interessante, Leila definiu-se como um centauro. «*Eu me considero um 'centauro urbano' porque sou metade homem, metade mulher*». Na verdade, e como aponta Pelúcio (2004, p. 139), os corpos dos centauros não são constituídos por uma junção exata de “metades”, mas por “uma outra coisa”, uma mistura de diferentes características. De forma similar, os corpos das travestis pareciam não apresentar uma fronteira rígida que delimitasse onde acabaria o homem e iniciaria a mulher. O facto de integrarem traços masculinos num corpo evidentemente feminino produzia uma aparência “excêntrica”

³⁰² É importante salientar que algumas conceções teóricas que atrelam a travestilidade à homossexualidade, desenvolvidas, sobretudo, por Kulick (2008 [1998]) não podem ser generalizadas para todos os sujeitos que se identificam como «*verdadeiras travestis*». Ainda que, à semelhança de Kulick (2008 [1998]), Pelúcio (2007a, p. 283) e Vogel (2009) tenha observado, junto das diferentes narrativas a que tive acesso, uma total convergência entre “género” e “sexualidade”, sem nunca ter conhecido uma travesti que se sentisse sexualmente atraída por mulheres (embora não mantivessem práticas sexuais exclusivamente homoeróticas), tal não significa que estas duas categorias – o “género” e “sexualidade” – sejam dependentes uma da outra. Como refere Bento (2006a, p. 107), não é totalmente inconcebível “que um corpo-sexuado homem se reconstrua como corpo-sexuado mulher e que eleja como objeto de desejo uma mulher”. Bento (2006a, p. 154-160, e 2006b), Luciene Jimenez e Rubens Adorno (2009, p. 360-361) e David Schleifer (2006) apresentam, precisamente, nos seus artigos exemplos de narrativas de “homens transexuais *gays*” e de “mulheres transexuais lésbicas” para evidenciar que “sexo”, “género” e “sexualidade” são categorias autónomas e independentes.

que, ao mesmo tempo, era fonte de fascínio e perturbação: tanto podiam ser vistas como “exóticas” e bastante interessantes – uma vez que “o exótico é o diferente que confunde e atrai” (Pelúcio, 2007a, p. 104) – como “aberrações” – posto que os seus corpos eram tidos como “antinaturais”.

As travestis transgrediam as “formas ideais” que a sociedade delimitava e impunha aos corpos. Rompiam, não intencionalmente, com as normas de género que instituíam relações de coerência entre “sexo”, “género” e “sexualidade”. A “incoerência” dos seus corpos transformava-as em seres inteligíveis e indefiníveis. Como discutiu Butler (2015 [1990], p. 44), as identidades de género que não apresentam inteligibilidade cultural “não existem”. Esta “não-existência” colocava as travestis “no plano do ‘exótico’, no mundo intersticial de seres mágicos” (Pelúcio, 2004, p. 140) ou dos ciborgues (Haraway, 1991), criaturas híbridas que contemplam, em si, o “natural” e o “artificial” como resultado da interação homem-máquina. Sendo percecionadas como “não-humanas”, a sua existência não lhes era reconhecida e, em consequência, fazia delas “não-sujeitos”, com consequências reais ao nível dos direitos e da cidadania.

A inexistência de categorias de género que concedessem expressão à sua ambiguidade corporal, conduzia a que, algumas, apresentassem dificuldade em se autodefinirem. Quando, porventura, questioneei Ivone sobre a denominação que, habitualmente, utilizava para se descrever, referiu-me *«defino-me apenas como uma pessoa diferente nada mais, diferente das outras»*, garantiu-me ela. Zara, por sua vez, reconhecia-se simplesmente como *«uma pessoa feminina»*. E Diva, ao mostrar-se relutante em afirmar-se inteiramente como “mulher”, definiu-se como uma *«mulher diferente»*. Embora fosse bastante feminina, a sua “diferença” provinha das características masculinas que possuía, muito especialmente, a *«coisinha’ no meio das pernas»* que detinha. Não sendo homem, nem mulher (ou sendo, em simultâneo, as duas), buscava, pois, encontrar uma classificação que a definisse e, sobretudo, a tornasse “sujeito”, pelo que, após refletir um pouco mais disse-me, talvez pertencer a um terceiro género, ou como ela me verbalizou, a um *«terceiro grau»*.

Tal como a categoria de *«gay montada»* se mostrava diversa, também a de *«verdadeira travesti»* o era. Não existia um único modo de ser *«verdadeira travesti»*, mas vários. Ao contrário daquelas que, portando uma fisionomia feminina não se reconheciam como “autênticas mulheres” (autoclassificando-se de diferentes formas), existiam travestis (como a Marlene, a Fabiana, a Nádía e a Priscila) que apresentavam a plena convicção de serem e sentirem-se *«mulheres»* desde sempre, pelo que se autoidentificavam dessa forma. Referiam que, por uma infelicidade, tinham “nascido com o corpo errado” e, por isso, eram “mulheres presas num corpo de homem”.

Eu sempre me vi assim. Eu não conheço outra pessoa. Eu só conheço a Marlene. O Alexandre eu não sei quem é bem. Eu conheço a Marlene. Eu quando acordo, acordo Marlene. Eu adormeço Marlene. [Marlene]

Eu acho, sinceramente, que nunca fui homem. Eu não te sei explicar porque eu nunca fui homem. Eu sempre me senti mulher, acredita que sempre me senti mulher. O meu trabalho sempre foi relacionado com trabalhos de mulher, sempre. [Nádía]

A narrativa do sofrimento de ter de habitar um corpo que não correspondia à sua identidade parecia estar bastante alinhada com os discursos biomédicos produzidos sobre a transexualidade. A sua reprodução, reivindicando também para si o estatuto de portadoras de “disforia de género”, servia para justificarem o seu dimorfismo sexual e reclamarem a identidade de “mulher”. O facto de se compreenderem “mulheres” tinha implicações na imagem que pretendiam projetar de si mesmas. Em termos de feminilidade, por exemplo, não se alinhavam com o modelo corporal utilizada por muitas outras travestis. No lugar do “exagero” e da reprodução da mulher sexualizada-erotizada veiculada pelos meios de comunicação social, a sua construção estética era conduzida pela discrição.³⁰³ Mesmo trajando roupas femininas, estas eram “modestas” e não tão extravagantes. No calçado, tendiam a utilizar predominantemente sapatos rasos: sabrinas, ténis ou, quando muito, saltos não muito altos. A discrição era justificada pela perceção de que um visual estético e corporal superproduzido as afastaria necessariamente da imagem das mulheres “de verdade”. Assim, uma travesti que realmente quisesse “parecer uma mulher” deveria prestar atenção ao modo como estas últimas se comportavam.

Eu nunca acompanhei o feminino de uma travesti [...] sempre acompanhei as mulheres e acho que foi o que me ajudou a ser feminina, porque eu não preciso de ser exagerada, porque uma travesti que é muito exagerada nunca é feminina, é um exagero de mulher e nós [...] agimos naturalmente [Fabiana]

A construção identitária era colada a um ideal de feminilidade “altamente naturalizado” (Damásio, 2011, p. 231) pelo que almejavam reproduzir as representações de feminilidade das “mulheres comuns” que, por serem discretas e não apresentarem “excessos”, passavam despercebidas em qualquer lugar. Rebeca chegou a expressar-me que gostaria de, um dia, poder vir a passear descontraidamente na rua, com os seus dois filhos (adolescentes), sem ser reconhecida, identificada ou importunada por ser travesti, dado que estas situações eram geradoras de grande constrangimento para si e, sobretudo, para os filhos. A preocupação em ser uma “mulher normal” parecia, tal como observou Hoenisch e Pacheco (2012, p. 86), “estar alinhada à não manifestação de olhares ou comentários hostis” no espaço público. Não ser percebida como travesti significava ter de se aproximar desse ideal de feminidade ao ponto de ser confundir com ele.

Rebeca – [...] não é agora andar aí toda apertada com os espartilhos para o peito subir, toda apertada e cheia de barro para tapar os pelos [...] toda repuxada [...] e ir para a rua. Acho que [...] a pessoa [...] está a perder a credibilidade, está a perder a dignidade, está a perder a vergonha, perde tudo ali. Não critico quem faça, eu não sou capaz de fazer isso. Aliás, eu quero chegar um dia, por exemplo, que eu saia com os meus filhos na rua, que *ninguém veja que está ali uma travesti* a passear com dois filhos. De preferência que as pessoas *nem reparem que eu estou a passar. Discretamente* lá vou eu [risos], linda e feminina.

Nélson – O teu objetivo de futuro é esse...

Rebeca – É esse, é esse, ser discreta.

A preocupação em não serem portadoras de excesso era traduzida no desinteresse, resistência e, nalgumas situações, recusa em aderir a determinadas intervenções corporais como a aplicação de

³⁰³ Dos diferentes estudos sobre a temática, Júlio Hoenisch e Pedro Pacheco (2012) são dos poucos que abordam a discrição como um modelo de feminilidade adotado por algumas travestis. Interessante verificar que, na investigação em causa, essas travestis não trabalhavam como profissionais do sexo e associavam a característica do exagero às travestis “de rua”, que se prostituíam.

próteses mamárias ou de silicone industrial,³⁰⁴ até porque, muitas delas, afirmavam obter resultados corporais satisfatórios pela ingestão de altas doses de produtos hormonais (cf. também observado por Hoenisch e Pacheco, 2012, p. 85).

Ao nível da sexualidade, afirmavam-se como “heterossexuais”, sendo essa, também, a orientação sexual atribuída aos seus namorados. Com eles pretendiam constituir relações estáveis e monogâmicas (muitas comungavam do sonho de, um dia, vir a “casar e ter filhos”), demonstrando serem “travestis de família”, responsáveis e sexualmente contidas. Nos seus relacionamentos – vistos como “heteronormativos” – referiam concretizar unicamente práticas sexuais que, segundo as suas representações de gênero, eram “aceitáveis” e permitidas ao feminino. Por isso, expressavam antipatia pelo desempenho sexual como “ativas”. Mesmo que, por motivos laborais, tivessem de penetrar clientes, a sua preferência recaía, em exclusivo, sobre a “passividade”, ou seja, ao papel que uma mulher deveria exercer. Ao contrário de alguns clientes, os namorados apenas penetravam, razão porque os consideravam “viris”, “machos”, “homens de verdade”, pois como me verbalizou Fabiana «*se estão com a gente e fazem o papel homem e nós de mulheres, são heterossexuais, sem dúvida alguma*».³⁰⁵ A apropriação e reprodução deste tipo de discurso, sustentado no jogo das categorias binárias “homem/mulher”, “ativo/passivo”, “penetrador/penetrado”, “dominante/dominado”, impostas pela ordem androcêntrica de gênero, reenquadrava-as dentro dessa matriz normativa. E quanto mais próximo tivessem dela, maior coerência e “normalidade” demonstrariam, ganhando um maior reconhecimento e aceitação social.³⁰⁶

Sendo o pénis um “índice de inadequação” (Pelúcio, 2007a, p. 283) que fazia com que corressem o risco de serem identificadas como homossexuais, acreditavam ser necessário agir sobre esse órgão. Ao contrário das outras «*verdadeiras travestis*» que, explicitamente, não pretendiam realizar a cirurgia de “mudança de sexo” por se sentirem confortáveis com o pénis, estas manifestavam interesse de, no

³⁰⁴ Nogueira e León (2012, p. 58) também observaram que nem todas as travestis eram adeptas do desenvolvimento de transformações corporais.

³⁰⁵ Esta situação vai ao encontro do que Kulick (2008 [1998], p. 236) referiu sobre o critério utilizado, na realidade brasileira, para identificar homens e mulheres. Ser homem ou mulher não se baseava tanto na genitália, mas antes no papel que ela exercia durante o ato sexual. “Se a pessoa ‘só’ penetra, é homem. Se a pessoa é penetrada [...] pode ser um ‘veado’ ou mulher”, referiu. O lócus da diferença de gênero encontrava-se, pois, baseado no ato da penetração.

³⁰⁶ É interessante observar que, por muito contraditório que possa parecer, algumas destas travestis, ao se apropriarem da matriz heteronormativa, acabavam por reproduzir muitos discursos misóginos, heterossexistas e homofóbicos (cf. também observado por Pelúcio, 2007a, p. 105). No que se refere à misoginia, expressavam que a condição da mulher era “naturalmente” inferior ao homem, pelo que estas deviam ser obedientes e submissas. «*Mulher que é mulher, baixa a cabeça e finge que não ouve*», referiu-me Diva. E em termos de postura sexual, cabia à mulher o recato e a pacatez, enquanto que ao homem era permitido condutas de infidelidade dado que “biologicamente” eram movidos por uma «*necessidade de ter mais que uma [parceira sexual]*». Segundo Bianca «*eles gostam daquela coisa escondida, proibida e, prontos, eles querem o prazer*», referiu-me. No que respeita aos discursos heterossexistas e homofóbicos, as travestis acreditavam que os homens que assumiam atitudes e comportamentos femininos não eram “verdadeiros homens”. «*Não é por eu ver que tens barba [...] que te vestes de homem que vais ser um [homem] [...] se tu tiveres uma atitude que não me mostres ser homem, para mim não és homem*», disse-me Fabiana. Diva, que apresentava uma perspetiva idêntica a esta, tentou explicar-me melhor. «*Um homem é um macho. Mas aquele que é mais feminino não é um homem. Uma pessoa mais feminina já não é um homem. Para mim já não é. Para ser homem tem de ter aparência de homem, masculina*», afirmou. Isto significava que estas travestis tendiam a subalternizar certas masculinidades, quando comparadas a outras, consideradas “melhores” e “superiores”. A sua “inferiorização” destes “não-homens” era expressa em designações como «*as gays*» ou, caso se tratassem de clientes, «*as mariconas*». Ambas eram bastante depreciativas, daí, serem construídas gramaticalmente no feminino.

futuro, corrigir o “erro da natureza” e readequar coerentemente a anatomia (masculina) à identidade de género (feminina).

Algumas relatavam sonhos nos quais se imaginavam a possuir uma vagina («*É o que eu mais queria [...] Às vezes, estou a dormir e penso que tenho, sabes? É um sonho, sei lá*», afirmou Priscila), sem viver o incómodo de ter de esconder o pénis, por exemplo, nas relações sexuais domésticas (com namorados) ou na praia (quando usavam o biquíni). Como considera Bento (2006b), o desejo por uma cirurgia genital podia estar relacionado com o facto de quererem “libertar-se” de alguns constrangimentos sociais. Muitas apresentavam, ainda, receio em não conseguir ter (ou, pelo menos, manter) uma relação amorosa por não disporem de uma vagina. Desde logo acreditavam que os homens com quem se envolviam (em termos afetivos), por serem «*heteros*», necessitavam de ter “sexo vaginal”. O facto de elas possuírem um pénis era a razão para justificarem a infidelidade dos namorados. Esse comportamento era desculpado e, até, consentido porque reconheciam, em si, “limitações” físicas que as incapacitava de satisfazer totalmente os seus namorados. E, deste modo, viam-se como “mulheres imperfeitas”, inferiores às demais.

A Marlene também tem limitações enquanto mulher [...] O Carlos é meu amigo, é meu irmão, é meu companheiro, mas ele é hetero! Ele gosta de mulheres! Mas a Marlene tem limitações enquanto mulher. Não é? A Marlene não pode fazer coisas que infelizmente... então ahhh... tem de ceder em muitas coisas [...] em relacionamentos com mulheres [...] infidelidade... [Marlene]

Ao considerarem a vagina como uma fonte de desejo e atração masculina, a sua posse ajudar-lhes-ia a suprimir as necessidades sexuais dos namorados, acabando por se tornarem “moedas de negociação das relações” (Bento, 2006a, p. 200). Em resultado, haveria maiores garantias de conseguirem estabelecer relações estáveis, duradouras e, sobretudo, exclusivas. Tal como me explicou Fabiana, a vagina era um importante “instrumento” que serviria para «*agarrar*» os homens.

Eu sei que quando eu me operar, quando eu encontrar uma pessoa e a tiver ao meu lado, a nível vida sexual *nunca lhe faltará nada*, porque o homem gosta de tudo, gosta de oral, gosta de anal, gosta de vaginal e *eu vou conseguir fazer isso tudo* e acho que uma das coisas mais fortes que uma mulher tem é conseguir fazê-lo e *agarrar o homem* [...] sim, vai ajudar-me muito, muito, muito. [Fabiana]

Tendo a possibilidade de reconstruírem uma vagina – e, por isso, “virgens” na experiência de sexo vaginal – idealizavam o dia da sua primeira relação sexual após a realização da cirurgia genital. Para elas, este dia era divinizado, reconhecido como «*muito especial*».

[...] eu sonho com a minha primeira vez [risos], com o príncipe encantado. Eu sei que ele não existe, mas... nunca se sabe [...] Quando eu me operar e eu encontrar a tal pessoa... [...] Eu estarei virgem e por isso quero que seja muito especial e com uma pessoa especial, num outro lugar, fora disto aqui [prostituição]. Quero que o momento seja marcante. Quero mesmo. Às vezes sou assim, menininha, a sonhar num mundo cor-de-rosa. Eu sei. Mas eu sou mesmo assim [Fabiana]

Um dos seus desejos era, precisamente, virem a ser reconhecidas socialmente como “mulheres”. E, para isso, acreditavam ser necessário proceder a uma cirurgia genital, como se ela “criasse um feminino ‘natural’ e, por conseguinte, ‘real’” (Damásio, 2011, p. 229). «*A minha operação é um grande objetivo*», afirmou Fabiana. Por mais que a sua aparência fosse feminina, o pénis remetia-a incondicionalmente

para a condição de travesti, condição essa em que esperava permanecer o menor tempo possível, até alcançar o estágio máximo da perfeição (ser “mulher”), conseguido através de uma vaginoplastia. Daí que Fabiana me tivesse afirmado «*eu sou uma travesti [...] mas quero ser considerada como mulher*». Esta migração de género, que se esperava ser transitória, conduzia a que, por vezes, também fizessem uso da designação «*transexual*» (ou, simplesmente, «*trans*») para se referirem a si mesmas, dado reconhecerem-se como “mulheres em *transição*”. No entanto, assim que fosse “finalizado” o período de transição por meio da concretização da cirurgia genital, essa designação (estigmatizada) deveria dar lugar, em definitivo, à de “mulher”, identidade (socialmente valorizada) pela qual estariam a lutar.

Uma transexual é uma luta para se tornar naquilo que é na realidade [...] Eu como transexual estou numa luta... eu, hoje em dia, considero-me trans, porque estou na *transição* de homem para mulher. Quando eu estiver finalizada não quero ser vista como uma trans, quero ser vista como mulher, independentemente de eu não ter ovários e tudo isso, que não tem nada a ver, que ninguém vai saber [...] Quando eu estiver finalizada quero ser vista e ser tratada como mulher e não como transexual. [Fabiana]

Ainda que as palavras “travesti” e “transexual” fossem, por vezes, usadas de forma indistintas, elas, nem sempre, apresentavam o mesmo significado. Segundo Priscila, «*travesti é uma pessoa que se transforma mas que sente orgulho no [pénis] que tem. Uma transexual é uma pessoa que, por mais que se transforme, nunca está satisfeita*». Esta insatisfação provinha do facto de, ainda, possuir o órgão sexual masculino. «*Se tiver o ‘pau’ não se sente completa. Algo falta, né?*», acrescentou ela. Para se sentir “completa”, ou seja, uma “mulher autêntica”, era necessário preencher esse “algo em falta” que correspondia, precisamente, à posse de uma vagina. Ambas as experiências identitárias eram marcadas pela construção da feminilidade a partir de um corpo biologicamente masculino, porém, enquanto as travestis faziam uso da sua genitália para fins sexuais, retirando prazer dessa situação, uma transexual sentia desagrado em possuir essa genitália. Deste modo, uma transexual era aquela que tinha consumado (ou desejava consumir) uma cirurgia de reatribuição sexual.

A diferenciação estabelecida pelas travestis parecia estar contaminada pelos discursos das ciências biomédicas. Estas consideravam a transexualidade como um fenómeno patológico, homogéneo e universal – factos que Bento (2006a) tem vindo a refutar – e, como tal, passível de ser identificado por meio de “critérios de diagnóstico”, que ajudavam a definir e a separar a “verdadeira transexual” – a que replicava inteiramente a cissexualidade (possibilitando-lhes o acesso aos procedimentos médicos para modificar o corpo) – da falsa – todas aquelas cuja expressão de género se afastava do modelo de congruência entre “sexo”, “género” e “sexualidade” (Saleiro, 2013, p. 209) e, por isso, vedada a possibilidade de acederem aos tratamentos clínicos.³⁰⁷ Um desses critérios baseava-se, justamente, na manifestação de um “forte desejo” para se “livrar” do órgão genital. Este desejo podia ser expresso em diferentes ações de repúdio: não conseguir ver, tocar, obter prazer ou, inclusive, reclamar posse sobre o

³⁰⁷ As ciências e instituições médicas estavam, pois, enredadas por uma interessante ambiguidade. Por um lado, ofereciam a possibilidade de “libertar” identidades “reprimidas”, permitindo a materialização de um corpo feminino que se desejava (“livrando-se” do incómodo e sofrimento de habitar um corpo masculino, sentido como não sendo seu); mas por outro lado, tal possibilidade era concedida somente a quem se encaixasse nos parâmetros binários e cumprisse os “critérios de diagnóstico”. Estes critérios definiam, delimitavam e produziam “identidades válidas”.

pénis, referindo-se a ele por meio de expressões como “aquilo”, “a coisa”, “o engano” ou “o adereço”. A transexual construída pelo saber médico era, pois, uma pessoa que odiava o seu corpo e, muito particularmente, os genitais. Se existisse uma incongruência entre “sexo” e “género” deveria buscar-se uma correspondência “adequada” entre ambos, por meio da cirurgia de reatribuição sexual, a fim de se eliminar a ambiguidade corporal.³⁰⁸

Ainda que estas travestis exprimissem a intenção de proceder a uma cirurgia, observei que não apresentavam esforços práticos que indiciassem querer concretizar, de facto, essa vontade expressa.³⁰⁹ Daí ter-me deparado, durante o meu trabalho de campo, apenas com uma única travesti que “finalizou” o processo de migração de género. Esta situação fazia-me questionar, então, o que as motivava a verbalizar essa intenção quando, na realidade, não davam provas, concretas, de querer esse projeto de vida, para si? Na verdade, diziam querer “operar-se” porque reconheciam que esse era o discurso que, socialmente, deveriam reproduzir, a fim de atestarem ser realmente “mulheres” que habitavam nos seus corpos, afastando qualquer possibilidade de serem vistas como “homens”. Com o afastamento da ambiguidade corporal, asseguravam, publicamente, uma identidade mais coerente e em conformidade com os padrões sociais.

[...] eu sei que fazendo essa operação vai-me completar, em tudo. Já ninguém pode dizer «*ai, porque é um homem*». Como? Não é! Não sou homem [...]. Por mais que eu tenha uma presença de mulher, [aos olhos dos outros] serei sempre uma travesti, tendo o sexo masculino. E isso, eu não quero! Eu estou a lutar mesmo, porque sendo mulher [...] eu sei que já podia inscrever-me na faculdade [...] [mas] ainda me falta muito para eu ficar mesmo perfeita [...] ficar mesmo mulher, mulher, mulher. [Fabiana]

As resistências que evidenciavam em “livrar-se” do pénis pareciam estar radicadas no facto de (à semelhança das outras «*verdadeiras travestis*»), também, o observarem como uma fonte de prazer (ainda que não verbalizado). Ao compreenderem que não se enquadravam totalmente nos discursos médicos (que afirmavam que as “verdadeiras transexuais” eram aquelas que repulsavam a sua genitália), acabavam por omitir (e, nalguns casos, mentir) que não manifestavam esses sentimentos, na tentativa de se encaixar e reproduzir, de forma fiel, as narrativas clínicas da transexualidade. Como afirma Bento (2006b) – autora que tende a apontar diversas discrepâncias entre a experiência da transexualidade e os discursos das ciências médicas que regulam a categoria transexual – a relação das pessoas transexuais com a sua genitália nem sempre é marcada pela abjeção. O que acontece é que, os dispositivos médicos mostram-se eficazes a “apagar” (ou, pelo menos, a não reconhecer) estes “outros” discursos. Daí que

³⁰⁸ Para a medicina, a transexualidade (aqui MtF) é ainda vista como um processo de transição de género “unidirecional” (Becerra, 2009, p. 138), no qual o ponto de partida (corpo masculino) e de chegada (corpo feminino) estavam claramente definidos. Isto significava que, ao contrário do que ocorria com algumas travestilidades, a transexualidade não permitia a vivência noutras categorias de género sem ser as binárias homem-mulher nem, tão pouco, a possibilidade de “ir e vir” entre géneros. A manifestação de alguma indefinição ou fluidez de género era motivo para não ser reconhecida a identidade de “verdadeira transexual”. Esta identidade requeria, pois, um trânsito unidirecional, e que fosse, acima de tudo, finito por meio da cirurgia de reatribuição sexual.

³⁰⁹ Note-se que nenhuma destas travestis integrava as consultas de “sexologia clínica” (públicas ou privadas) ou solicitava “ajuda” aos técnicos do projeto “Trans-Porta” para as encaminhar para as instâncias de saúde especializadas a fim de integrarem a lista de espera para a execução das cirurgias genitais. O encaminhamento para essas instâncias tinha por objetivo a atribuição do diagnóstico de “disforia de género” (que algumas eram detentoras) apenas para conseguirem alterar o nome no registo civil e serem legalmente reconhecidas como mulheres.

Fabiana reproduzisse, na íntegra, o discurso médico. «*Eu nem penso em sexo, eu... lá está, sou mesmo como uma mulher é raro pensar em sexo ou ter desejo sexual*», disse-me ela.³¹⁰ Porém, mais tarde, veio a confirmar-me «*eu tenho ereção sim [...] se eu dissesse que não, era mentira*». Mas, ainda assim, era-lhe difícil assumir que se excitava e obtinha prazer, tomando a situação como desagradável. «*Lógico que tenho [ereções], sou um ser humano não é? Mas é mesmo... ai, é horrível!!*».

Estas travestis reconheciam a existência de expectativas construídas sobre si e o seu corpo. E, por isso, sentiam-se pressionadas para corresponder a elas, conformando-se às normas sociais de género por via da cirurgia genital. «*Muita gente lá, no sítio onde eu moro, ficou feliz quando me viu de peito. E muita gente perguntou “e quando é que mudas de sexo?”. “Muda de sexo, muda. Muda agora!”*», disse-me Nádia. Manter o pénis contaminava a identidade feminina, aprisionando-as a um registo de pertença ao masculino, expondo a sua “inconformidade” de género. E isto era gerador de conflitos internos, angústia e “mal-estar”.

Tu não sabes o tempo, a maçada que é, teres que andar para aí uns quatro anos a fazer uns testes, com cruzinhas, e... se te sentes mulher, e as tuas relações, e não sei quê. E depois tens de fazer mais exames hormonais [...] Ao final desses anos [...] vem um psiquiatra e diz-te «*Não, eu acho que ela não está apta para ser mulher*». Percebes? É uma trabalhadeira! [...] Eu não estou para isso! Eu não preciso disso para ser mulher! Percebes? Eu sou mulher! Isto [o pénis], para mim, é mais um adereço, mais uma coisa. [Marlene]

Marlene não reivindicava uma cirurgia porque acreditava que não era um profissional de saúde (ou a posse de uma vagina) que lhe validaria o senso de género que possuía. «*Eu sou mulher!*», afirmou. Para ela, esse seu sentimento era o mais importante, sendo o órgão sexual totalmente secundário. Esta sua experiência de género, ao não estar vinculada a uma cirurgia genital, expunha a “pluralidade de configurações internas à experiência transexual” (Bento, 2006b, p. 189).

A proximidade – e confusão – entre a travestilidade e a transexualidade parecia, na perspetiva de Saleiro (2013, p. 209) constituir uma das principais preocupações na medicina trans-específica, pelo que se tendia a utilizar a travestilidade, enquanto objeto de “despiste” para identificar aquilo que “a transexualidade não é”. Mas à medida que o movimento transexual começou a relativizar a importância das cirurgias (reivindicando a não necessidade de se submeterem a uma cirurgia de “mudança de sexo”), assistiu-se a um desdobramento da transexualidade em “transexualidades”, dado ter-se observado que a identidade poderia ser experienciada de forma diferente à, única e exclusiva, que era determinada pelos referenciais médicos. Bento (2008, p. 56) sugere que “o esforço permanente em definir limites e incomensurabilidades sejam indicadores de proximidade entre estas duas expressões identitárias”. De facto, era precisamente a existência desta proximidade que faziam com que algumas «*verdadeiras travestis*» se designassem indiferentemente por “travestis” ou “transexuais”. Ainda assim, a nomeação “travesti” era a que tendia a ser usada predominantemente no território prostitucional.

³¹⁰ Bento (2006b) aponta que algumas transexuais tendem a proceder a uma “apropriação estratégica” da definição clínica de transexualidade, encarnando-a. Desse modo, “o discurso médico converte-se numa voz autorizada, que fala dos pacientes e estes, por sua vez, falam com essa mesma voz num círculo que reafirma e relegitima a autoridade das instituições científicas” (Bacerra, 2009, p.137).

[...] eu uso o travesti porque é habitual entre nós [...] [mas] em assuntos mais sérios eu defino como transexual [...] mas assim, em geral, eu digo travesti. [...] vejo, por exemplo, os transformistas... eu não vou dizer «ah, um transformista», não... [somos todas] travestis! [Fabiana]

Somente em contextos mais formais (p. ex. eventos, conferências ou entrevistas de conteúdo jornalístico), nos quais sentiam que a sua identidade podia ser ameaçada e “moralmente avaliada”, faziam uso da palavra “transexual” para se definirem, dado reconhecerem que essa designação apresentava uma conotação mais positiva do que a de “travesti”. A travesti constituía-se, pois, como o “outro” lado da transexual, socialmente condenável e a ser evitada. A classe médica e, inclusive, o próprio movimento LGBT, em Portugal, tendia a promover um “trabalho de limpeza” (Bento, 2008, p. 60) da categoria transexual, excluindo dela algumas experiências identitárias, como as das travestis. Por ser uma categoria de rua, abjeta, foi sendo silenciada, para se formular e ditar a identidade que, socialmente, deveria ser legitimada e reconhecida. Embora estas duas identidades apresentassem especificidades próprias, geradoras de disputas e limites normativos entre elas, não eram homogêneas ou universais, pelo que se entrecruzavam em vários aspetos.

5.2.3. Um “Continuum” de Identidades Travestis

Vimos ao longo deste capítulo que as identidades travestis eram heterogêneas e diversificadas. O motivo para que este universo fosse tão difícil de ser definido e caracterizado prendia-se, precisamente, com a existência de uma multiplicidade de experiências identitárias. Embora tenha tentado desenvolver um esforço para apresentar e problematizar parte delas – pondo em evidência, justamente, as próprias narrativas e os questionamentos a respeito daquilo que se era (ou julgava ser) – reconheço a complexidade em conseguir abarcar (e descrever) todas as identidades, até porque elas eram dinâmicas, mutáveis e estavam em permanente construção e desconstrução.

A categoria identitária “travesti” não pode ser reconhecida como fixa e homogênea, como se possuísse uma “essência natural”. Sem dúvida, que a homogeneização, por via da construção de “classificações”, auxilia-nos na elaboração de expectativas, regulando os comportamentos dos sujeitos e adequando as ações dos demais com os quais, este, interage. Ser identificado como “homem”, “mulher”, “travesti” ou “transexual” aciona uma série de mecanismos, que ao se interligarem com determinados elementos simbólicos (modos de vestir, agir, pensar, etc.), confere-lhes coerência e, desse modo, inteligibilidade social. Porém, selecionar e determinar quem faz, ou não, parte dessas classificações é, em si mesmo, um ato de exclusão. E no caso da categoria “travesti”, a tentativa de incluir nela, apenas determinadas experiências identitárias (especialmente aquelas que apresentavam transformações corporais permanentes) seria, pois, esvaziar um universo que se apresentava vasto e complexo; não reconhecendo as diferentes possibilidades que constituíam a travestilidade e, sobretudo, não compreendendo que certas identidades tinham sido construídas por negação ou negociação (das suas características e “especificidade”) com aquelas que reclamavam, para si, uma maior legitimidade.

Ora, sem nunca ter tido a pretensão de atribuir um “único significado específico” (Kulick & Klein, 2010, p. 18) ou definir conceptualmente “o que é uma travesti?” mas, antes, de entender de que forma

esta categoria analítica era concebida e demarcada pelo grupo de travestis, destaco o seu carácter vago, impreciso e indefinido, tal como já havia sido salientado no capítulo 1, dado apresentar uma multiplicidade de significados decorrente da diversidade de experiência que compõem o universo travesti. Refiro apenas cautelosamente que a *travestilidade* refere-se a *diferentes experiências identitárias de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença e que exprimem a feminilidade de várias formas, em contextos de trabalho sexual (de rua e/ou apartamento) – para efeitos prostitucionais – de divertimento noturno (como bares ou discotecas) ou de eventos privados – para efeitos de entretenimento artístico.*

O elemento que aproxima o conjunto destas experiências identitárias é, pois, a feminilidade. De uma maneira ou de outra, todas as travestis a expressavam. Já o que as separava, fazendo-as parecer distintas entre si, relacionava-se com o tipo de expressão de feminilidade que cada uma exibia. Essa expressão podia adquirir diferentes “graus” que se manifestavam na adesão a uma feminilidade mais provisória ou mais permanente. Um(a)s podiam optar por «*montar*» ocasionalmente um corpo feminino e outras envolver-se em processos de incorporação duradouros. A expressão da feminilidade estava, pois, intimamente conectada a uma questão de temporalidade visível no “dia-noite” das «*gay montadas*», nas “24 horas” das «*verdadeiras travestis*» e no “para sempre” das «*operadas*» (Jayme, 2001, p. 81). O tempo assumia, assim, um papel central na delimitação das diferentes identidades.

A decisão de expressar (ou não) a feminilidade durante uma maior quantidade de “tempo” (passando, por exemplo, do “dia-noite” para as “24 horas” ou destas para “sempre”) dependia da identidade de género que as travestis portavam. Mas essa identidade podia, como tentei demonstrar, ser desenvolvida em função do sentido de pertença a um “lugar social”. Sabe-se que toda e qualquer identidade é apreendida e construída no e pelo social. E a das travestis não eram exceção. Elas construíam a perceção de si mesmas a partir das relações e interações sociais que, ao longo do tempo, iam estabelecendo no seu quotidiano. Ao desejarem inserir-se e tornar-se membros legítimos de determinados grupos de pertença, a sua ação individual acabava por ser orientada a partir dessas influências. Por identificação com a expressão de feminilidade preconizada pelos elementos que constituíam esses grupos, a mesma tendia a ser, gradualmente, assimilada e adotada por elas. Essa mudança trazia consequências no modo de serem identificadas, acedendo à categoria identitária que o grupo assumia (e era alter-percecionado) dentro do universo travesti.

Atendendo a que a identidade, ao ser atravessada por diferentes relações, nunca está acabada, mas constantemente (re)formulada (Jayme, 2001), havia quem, ao longo da sua trajetória, aderisse a novas formas de manifestação da feminilidade e, com efeito, a outras categorias identitárias. Esta transição tendia a ocorrer, maioritariamente, no sentido “ascendente”, no qual as «*gays montadas*» podiam construir um outro tipo de feminilidade e transformar-se em «*verdadeiras travestis*» e, por sua vez, estas – caso tivessem como horizonte a cirurgia de reatribuição sexual – converter-se em «*operadas*». Mas

havia, ainda, a possibilidade (rara) de transição no sentido “descendente”, onde «*verdadeiras travestis*» podiam voltar a ser «*gay montadas*» ao reverterem parte da feminilidade incorporada.³¹¹

O que quero, pois, evidenciar é que as travestis eram pessoas que viviam em trânsito (muitas para além do que a nossa imaginação poderia suportar), constituindo-se num fluir entre diferentes “graus” de expressão de feminilidade e, conseqüentemente, de categorias de género. Era a partir desses “graus” que algumas identidades, “mais dominantes”, tendiam a promover uma diferenciação entre “ser” travesti – associado a um estado mais definitivo – e “estar” travesti – associado a um estado mais provisório (Pelúcio, 2004, p. 142). Do resultado desta separação, emergiam categorias identitárias próprias («*gay montadas*», «*verdadeiras travestis*» e «*operadas*»), produtoras de “espécies” de travestis, em que umas reivindicavam um maior reconhecimento e valorização face a outras.

As diferentes gradações de feminilidade, cujas marcações epidérmicas podiam ser mais ou menos intensas, levaram-me a afirmar – como fez Fausto-Sterling, (1993, p. 21) em relação à intersexualidade – a existência de uma espécie de *continuum* maleável entre as múltiplas possibilidades de vivência na travestilidade, podendo ir da «*gay montada*» até à «*operada*», passando pela «*verdadeira travesti*». Contrariamente às conceções que narravam as identidades como “grupos coesos”, contatei que era praticamente impossível estabelecer fronteiras rígidas e intransponíveis entre elas dado que, apesar das suas “particularidades”, apresentavam pontos em comum, o que as tornava semelhantes entre si. A fluidez de género, manifestada nas diversas formas de corporeidade, oferecia, pois, uma possível “chave de leitura” para a compreensão deste universo.

³¹¹ Conheci uma «*verdadeira travesti*» que teve intenções de retirar os implantes mamários e voltar a ser «*gay montada*». Na altura chegou a ter consulta agendada no hospital para proceder à remoção dos implantes, mas acabou por “desistir” do processo. As suas motivações para desejar transformar-se, novamente, numa «*gay montada*» estavam associadas à percepção das inúmeras dificuldades que uma travesti enfrentava, nomeadamente, no acesso ao emprego ou no arrendamento de uma casa. Por estar «*farta de lutar*» acreditava que a vida seria bem mais fácil se regressasse a ser um «*boyzinho*». «*Voltava a vestir-me de homem, deixava de tomar hormonas femininas, os pelos da barba cresciam e assim, tenho a certeza, que encontraria um trabalho*», afirmou. Embora, nos primeiros tempos, pudesse “estranhar” a situação, acreditava que habituar-se-ia rapidamente. Esclareceu-me que esta “migração” de género não alteraria a sua identidade. «*Com ou sem mamas, vou sempre sentir-me feminina*», acrescentou. Era, precisamente, a preservação deste sentimento que fazia com que outras travestis olhassem para a situação, de deixar de ser travesti para “virar homem”, com algum desdém. Ainda que viesse a apresentar-se no masculino, a sua identidade estava radicada no feminino.

CAPÍTULO 6

VIDAS PRECÁRIAS: VULNERABILIDADES, VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES

6.1. VITIMAÇÃO E TRANSFOBIA

O trabalho sexual pode ser visto como uma fonte de realização pessoal mas, também, de sofrimento, opressão e exploração (Kempadoo, 1998). O seu não reconhecimento como uma atividade legal, conduz que os profissionais do sexo fiquem impossibilitados de aceder a direitos laborais e/ou segurança profissional e, com efeito, expostos a um sem número de riscos e vulnerabilidades. Sabe-se, por exemplo, que o risco de vitimação sobre trabalhadores sexuais é muito maior do que na população em geral (Potterat et al., 2004). Além do estigma e do preconceito, a investigação científica tem documentado consistentemente vários tipos de violências a que estão sujeitos no quotidiano da sua atividade³¹² e evidenciado que a violência perpetrada sobre quem trabalha em contextos de rua é mais frequente e severa do que sobre quem trabalha em contextos *indoor*.³¹³ A maior parte destas investigações tendem a se centrar sobre as mulheres, dado que elas compõem a maioria dos trabalhadores sexuais dentro da indústria sexual. Porém, é no grupo das travestis que ocorrem as maiores taxas de vitimação. Níveis alarmantes de incidentes, como insultos verbais, ameaças, intimidações, assaltos, roubos, agressões físicas, sequestros, tentativas de abuso sexual, violações e, inclusive, homicídios, têm sido reportados por vários autores³¹⁴ de tal forma que Kulick (2008 [1998], p. 47) chega a referir que a violência é o “pano de fundo” da vida travesti. As próprias travestis que contactei reconheciam que a sua atividade apresentava um elevado grau de “perigosidade”, razão pela qual tinham medo da violência.

[...] o contra “nesta vida” é que é um perigo. Além de ser a profissão mais fácil de ganhar dinheiro, é [...] uma das mais perigosas. [...] As pessoas pensam que é só chegar ali, vender o corpo e já está. Não é! [...]. Nós temos ali perigos eminentes todos os dias. [Olga]

O facto de elas exibirem e/ou incorporarem atributos de género não-conformes ao sexo designado no nascimento, tornava-as vítimas preferenciais de perseguição e de uma variedade de atos violentos não só em contextos de trabalho sexual, como também fora deles. Os ataques de que eram alvo, habitualmente designados por “crimes de ódio” ou “violência motivada pelo ódio” (Conselho da Europa,

³¹² Veja-se os trabalhos de Alexander (1988), Farley e Barkan (1998), Matthews (2014), Monto (2004), Oliveira (2011a), Potterat et al. (2004) ou Sanders e Campbell (2007).

³¹³ Este aspeto é salientado em diferentes investigações, nomeadamente, em Barnad (1993), Campbell e Kinnell (2001), Church, Henderson, Barnard e Hart (2001), Dalla, Xia e Kennedy (2003), Miller (1993), Oliveira (2011a), Popoola (2013), Pourette (2005b), Raphael e Shapiro (2004), Sanders (2005), Silbert (1981), Silbert e Pines (1983), Surrat, Inciardi, Kurtz e Kiley (2004), Valera, Sawyer e Schiraldi (2000), entre outras.

³¹⁴ Por exemplo, Cabral et al. (2013), Garcia (2007), Lombardi et al. (2002), Lyons et al. (2015), Kulick (2008 [1998]), Mitchell e Howorth (2009), Moran e Sharpe (2004), Namaste (2000, 2006), Pelúcio (2005b, 2007a), Reisner et al. (2009), Richmond et al. (2012), Santos (2012), Sausa et al. (2007), Slamah, Winter e Ordek (2010), Stotzer (2009) e Weinberg, Shaver e Williams (1999).

2011, p. 51; Currah & Minter, 2000, p. 65-70; Turner, Whittle & Combs, 2009), atuavam como uma ferramenta “normalizadora” na medida em que eram usados, por um lado, para policiar, corrigir e domesticar (e, se for caso disso, eliminar) determinados sujeitos (considerados “indesejáveis”, a escumalha da sociedade) e, por outro, proteger os interesses dos que se encontravam em harmonia com a ordem de gênero (Ferreira, 2014).

Diferentes estudos³¹⁵ têm mostrado que a maioria das agressões sobre travestis é perpetrada por homens, o que poderá estar relacionado com a defesa daquilo que, tradicionalmente, vem sendo reclamado como seu: o espaço público. Por forma a demarcarem áreas de pertença e interdição e reproduzir os esquemas de dominação/submissão, a ocupação “indevida” desse espaço, sobretudo por travestis, é sancionada. Com efeito, ao serem segregadas maioritariamente para espaços de trabalho sexual ou a “espaços *queer*” (Doan, 2007) e a sua visibilidade permitida somente à noite,³¹⁶ esses “espaços geográficos” e “horas do dia” acabavam por se constituir aspetos fundamentais na construção da sua identidade (Namaste, 2006, p. 592). Esconder as suas origens e tentar “passar” por «*verdadeira mulher*» era, talvez, das únicas possibilidades que tinham para usufruir das ruas de forma mais segura, sem sofrer agressões. Mas devido ao tipo de feminilidade que era valorizado e apreendido nos contextos prostitucionais, poucas eram as que conseguiam ser indetetáveis à luz do dia. Os códigos de gênero ambíguos que portavam acabavam, quase sempre, por denunciá-las, tornando-as alvo de violências por pessoas que se sentiam ofendidas simplesmente pela sua presença. Por isso, cada vez que surgiam durante o dia, viam-se obrigadas a ter de “reafirmar [...] o seu direito de ocupar o espaço público” (Kulick, 2008 [1998], p. 47).

Uma das principais causas da violência e intolerância para com as travestis estava radicada na *transfobia*, entendida como uma forte aversão, medo, antipatia, raiva e hostilidade sentida para com pessoas que transgridem as normas tradicionais de gênero (Hammarberg, 2009; Turner et al., 2009).³¹⁷ Essa transfobia encontrava-se intimamente conectada a outras formas de opressão, como a misoginia, a homofobia ou o racismo (Currah & Minter, 2000, p. 66). Por isso, expressar a feminilidade, ser percebida como tendo uma orientação sexual não-heterossexual ou ser portadora de determinadas características

³¹⁵ Em especial, os produzidos por Cabral et al. (2013, p. 154), Conselho da Europa (2011, p. 54), GenderPAC (1997, p. 25), Kulick e Klein (2010, p. 17), Pourette (2005b, p. 331) e Santos (2012, p. 127).

³¹⁶ Ainda que algumas travestis frequentassem os espaços públicos durante o dia, não manifestavam o mesmo à-vontade que durante a noite. Sabendo que lhes era difícil não serem olhadas ou comentadas, acabavam por circular somente em determinados cafés, supermercados, cabeleireiros que lhes garantiam a mínima segurança. Sair dessa “zona de conforto” e ir a bancos, correios ou lojas que não estavam habituadas a frequentar era, para muitas, um desafio, gerador de enormes tensões.

³¹⁷ Este termo tende a apresentar uma estreita ligação ao termo de *homofobia*, por significar “medo de estar próximo de homossexuais” (Weinberg, 1972, p. 4). Mark King, Sam Winter e Beverley Webster (2009) afirmam, no entanto, que ambos os termos apresentam uma designação incorreta na medida em que a manifestação do “medo” (sufixo *fobia*) é proveniente de atitudes e crenças negativas (Hill & Willoughby, 2005; Norton, 1997). Como tal, preferem fazer uso da expressão *preconceito trans* (*transprejudice*) para designar o conjunto de representações sociais negativas (estereótipos) e o tratamento violento e/ou discriminatório (ligado, por exemplo, à negação de acesso aos mesmos privilégios que as pessoas cisgênero) sobre determinados indivíduos cuja aparência e/ou identidade não se conforma com as expectativas sociais de gênero. O termo abrange não só os comportamentos, como as atitudes e crenças que lhes dão origem, permitindo distinguir o preconceito (relativo às atitudes e crenças) e a violência/discriminação (relativo ao comportamento). Na prática, este conceito ajuda a tomar consciência de que a discriminação, a marginalização e, até mesmo, os crimes cometidos contra as travestis são também resultado das representações negativas veiculadas sobre elas.

étnico-raciais (como, por exemplo, ser negra) era, também, motivo de violência. Algumas travestis, ao congregarem várias identidades estigmatizadas, intensificavam a sua vulnerabilidade porque ficavam expostas a múltiplas opressões.³¹⁸ Apesar dos elevados níveis de vitimação, as situações de violência de que eram alvo raramente tinham visibilidade na comunicação social. Na maior parte das vezes, essas situações tendiam a ser tratadas com alguma apatia ou indiferença por não terem um real interesse jornalístico. Como as travestis eram socialmente desacreditadas, as agressões sobre elas eram encaradas como “algo normal” e, de alguma forma, justificadas pelo seu comportamento “desordeiro”. Somente as mais graves, ou as que resultavam em morte – como foi o caso da Luna (Lisboa) e da Gisberta (Porto), que serão alvo de análise posterior – acabavam por ser mediatizadas. A restante violência, aquela que era diária, era ignorada por ser vista como “não tendo gravidade” (Oliveira, 2011a, p. 226).

Ao contrário do que algumas investigações indicam (Valera et al., 2000), constatei que a violência não era maioritariamente exercida por clientes. Aliás, Martin Monto (2004, p. 176) chega a afirmar que “não existe razão para acreditar que a maioria dos clientes são violentos”. Os clientes eram, na realidade, como também sugere Hilary Kinnell (2006) e Monto (2010), uma minoria de todos os agressores. A maior parte dos atos violentos espontâneos contra travestis eram exercidos por estranhos que não tinham qualquer relação com elas, nem estavam ligados aos contextos de prostituição. Dessas pessoas faziam parte, habitualmente transeuntes, jovens delinquentes, homens que se faziam passar por potenciais clientes, ou membros de grupos nacionalistas, ultraconservadores e/ou xenófobos e racistas. A violência era perpetrada tanto de forma individual, como coletiva, podendo ser exercida quando estes conjuntos de pessoas ou grupos se cruzavam, ocasional ou propositadamente, durante a noite, pelos «*pontos*» de prostituição. Identifiquei várias formas de agressão que as travestis eram alvo, tendo-as agrupado em dois tipos: violência indireta e violência direta.

6.1.1. A Violência Indireta

A violência indireta – também designada por Oliveira (2011a, p. 229) como *violência encoberta* – era caracterizada por ser executada de maneira subtil, discreta, quase implícita, mas que, ainda assim, era sentida e percecionada pelas travestis. Basicamente, era constituída por olhares, expressões faciais, gestos ou comportamentos que indicavam reprovação, gozo ou escárnio. Havia quem passasse pelas ruas e, ao depararem-se com elas, esboçavam sorrisos trocistas; abanavam a cabeça, num sinal claro de reprovação ou desviavam-se do caminho, atravessando para o outro lado do passeio. Os transeuntes que andavam acompanhados pelo *Conde*, cotovelavam sobriamente amigos a fim de chamar atenção para a existência de travestis próximas de si. Ao passarem por elas, arregalavam os olhos, trocavam murmúrios

³¹⁸ A “interseccionalidade” é uma ferramenta conceitual bastante útil para analisar a experiência da exclusão social em virtude da sobreposição ou interseção dos vários sistemas opressivos. Sabe-se que os sistemas de raça, classe, género, sexualidade (entre outros) não operam isolados ou independentes uns dos outros. Pelo contrário, interagem e interrelacionam-se, criando uma matriz múltipla de opressões mutualmente reforçadas. Ainda que este conceito não tenha tido as devidas repercussões nas discussões do Serviço Social (Cespedes & Bundy-Fazioli, 2016), poderão ser consultadas as obras de Anna Carastathis (2014), Ferreira (2014), Jennifer Nash (2008) e Leslie Moran e Andrew Sharpe, (2004) para um maior aprofundamento sobre o mesmo.

(alguns deles audíveis) e poucos metros mais à frente, viravam-se para trás, miravam-nas novamente, riam-se delas, expressavam aversão e depois, em conjunto, prosseguiam o seu percurso.

[...] vemos sempre se são olhares bons ou maus. O olhar pode dizer 1001 coisas. [...] há aqueles momentos que tu [...] comesças a ouvir logo os cochichoinhos «*olha, aquele é um homem*», «*olha para aquilo, onde é que ele vai assim?*», «*ah, aquilo é uma puta*», «*é um paneleiro*». Há muitos que até saem dos lugares deles e vêm quase para ao pé de nós ainda para nós ouvirmos melhor. Eh pá... isso é revoltante. É aquele momento que dá mesmo vontade de pegar na mala e dar-lhes com a mala em cima dos cornos [...] [Dalila]

O facto de poucas travestis conseguirem “passar” por “verdadeiras mulheres” despertava a atenção das pessoas que ali circulavam. Como a sua performance de género não era totalmente “perfeita”, elas não passavam despercebidas. «*É óbvio que nós sabemos que não somos ‘normais’, que somos fora do contexto ‘normal’, que chama a atenção. [...] Tudo o que é fora do vulgar, as pessoas têm tendência para olhar*», explicou-me Rebeca, dando-me a entender que não via mal nisso e, inclusive, compreendia os olhares de interesse e curiosidade. Mas ser recorrentemente observada ajudava-a, no entanto, a desenvolver a capacidade para reconhecer e identificar com facilidade, os tipos de olhares: os que eram referentes à “natural” curiosidade e os que eram referentes ao desdém, ao despreço e à ridicularização e, como tal, descritos por Fabiana como «*olhares de malícia*». «*Os olhares [...] tu vais-te apercebendo*», garantiu-me também Marlene que, por vezes, ficava «*doida*» e «*muito revoltada*» ao aperceber-se de que eram desrespeitosos e repletos de julgamentos morais. Por serem olhares incapazes de verem a sua “humanidade” ela sentia-se, por vezes, “não-humana”. Fabiana expressou-me sentimento semelhante: o de ser vista e tratada como “coisa” ou “animal” quando, porventura, famílias inteiras (algumas com filhos pequenos) se deslocavam intencionalmente ao *Conde*, de carro, em modo “excursão turística”, e abrandavam para a observar, comentar e rir-se dela. «*Não sei quem são os anormais: se somos nós ou se são eles a porem crianças a olharem para a gente de minissaia, de ligas e muitas delas nuas...*», disse-me contestando a “zoologização” de que frequentemente era alvo.³¹⁹

Estas atitudes e comportamentos hostis, eventualmente impercetíveis a quem não está sensível a eles, atingia a autoestima das travestis. «*Claro que é difícil. Eu fico magoada. Parece que não, mas eu sou muito sensível, tudo me afeta, choro muito e vou-me muito abaixo. Percebes? Mas eu tive de criar defesas porque se não eu andava sempre aí de rastos pela rua*», confidenciou-me Marlene. Aparentemente, a maior parte parecia ignorar estas micro-agressões dado que se abstinham de reagir. Mas, na verdade, elas sentiam-nas, como me confidenciaram. Não lhes eram indiferentes. Saber-se rejeitada tinha, obviamente, efeitos no seu bem-estar, autoconfiança e autoaceitação.

6.1.2. A Violência Direta

A violência direta dizia respeito a comportamentos físicos ou verbais executados de forma aberta, declarada e explícita com a intenção manifesta de atingirem as travestis e lhes causarem danos (morais,

³¹⁹ A expressão italiana *puttan-tour* (que poderá ser traduzida por “*tour às putas*”) é justamente utilizada para descrever o comportamento de “excursão” aos diferentes locais de prostituição da cidade a fim de se observar os profissionais do sexo.

físicos e/ou psicológicos), ferimentos, incapacidade ou morte. Do conjunto desses comportamentos faziam parte as agressões verbais, físicas, assaltos e sequestros, violações e assassinatos. Este tipo de violência era, por isso, muitíssimo mais gravosa do que a violência indireta.

De todas as agressões, as *verbais* – aquelas que eram exercidas por via da linguagem, falada ou escrita – eram as mais frequentes. Numa conversa de rua com Leila, ela admitiu-me que a quantidade de pessoas que diariamente a assediavam era enorme. «*Todo o mundo xinga as travestis. Até as crianças! Elas crescem já xingando agente!*», aludiu (Diário de Campo, 12 de Outubro de 2012). Raras eram as noites em que não ouvia qualquer tipo de piadas, comentários, injúrias, depreciacões ou insultos dirigidos a si, usualmente associados à expressão da feminilidade e/ou sexualidade. Os mais ofensivos diziam respeito à enunciação das palavras «*puta*» ou «*traveca*». Estes vocábulos eram, normalmente, verbalizados aos gritos por grupos de rapazes que passavam a pé ou de carro pelos «*pontos*» de prostituição, sem intenção de adquirirem serviços sexuais. Muitos dos que surgiam em viaturas chegavam ao limite de abrir as janelas, em andamento, e debruçarem-se sobre elas para que os seus insultos fossem efetivamente audíveis. Esta situação relevava, pois, a intencionalidade na humilhação. Insultavam, ofendiam e seguiam viagem, manifestando pleno contentamento com as suas ações. A gratuidade da agressão verbal transformava-se numa espécie de “divertimento grupal”. Certa noite, no cruzamento da Rua do Conde de Redondo com a Rua Luciano Cordeiro, deparei-me com Olga transtornada, numa postura contrária àquilo que habitualmente apresentava ter. Justificou-me o motivo da sua exaltação:

Uma carrinha, com uns gajos lá dentro, andou para aqui a circular e a chamarem-me puta! PUTA??? NINGUÉM TEM DE ME CHAMAR PUTA!!! NINGUÉM!!! Agarrei numa pedra da calçada [...] disse-lhes que se aparecessem novamente aqui que os desfazia!! Ah se desfazia! Era capaz disso e muito mais! [...] já fui buscar duas garrafas, que estão ali [apontando para as garrafas de cerveja no chão] para lhes atirar se aparecerem aqui outra vez. Vem uma pessoa para aqui *dar o litro* e esta gente, sem educação, vem para aqui gozar connosco? Atão? Brincamos ou quê? [Diário de Campo, 07 de Setembro de 2012]

Ainda que, entre elas, utilizassem profusamente a palavra *puta* para se designarem a si mesmas, ser chamada de *puta* por desconhecidos, particularmente com uma entoação declaradamente ofensiva, era sentido como uma profunda violência. Elas sabiam que a verbalização desse termo pejorativo tinha por objetivo remetê-las para uma condição de vergonha e imoralidade por estarem a vender serviços sexuais. Todavia, reconheciam que a sua ação tinha bastante valor. Nas palavras de Olga, ela «*dava o litro*», num contexto repleto de riscos, para conseguir ganhar dinheiro, o que fazia dela, na sua perspetiva, uma pessoa corajosa e determinada. Chamá-la de *puta* era uma tentativa de desvalorizar o esforço árduo empregue no seu trabalho. Por isso, quem o fazia só podia ser alguém «*sem educação*», insensível e incapaz de se colocar no seu lugar e reconhecer a extensão das dificuldades no exercício da prostituição.

As travestis tinham a perfeita noção que o risco das agressões verbais culminarem num confronto físico era maior quando grupos de jovens se deslocavam a pé. Por vezes, abeiravam-se delas, fingindo serem potenciais clientes e estarem interessados na concretização de uma relação sexual comercial, questionando-lhes os preços e serviços sexuais com a única finalidade de gozarem e rirem-se delas.

Havia quem fizesse desta situação um momento de diversão de grupo. Outros, no entanto, procuravam intencionalmente o confronto, instigando-as por via de ações provocatórias. Qualquer resposta (ou ausência dela) às suas provocações podia ser motivo para partirem para a violência física.

Os insultos também eram realizados no anonimato, por via de palavras escritas (Oliveira, 2011a, p. 230). Embora, não muito frequentemente, observei que, por vezes, surgiam mensagens ofensivas nas paredes próximas aos «*pontos*» de prostituição. O maior *graffiti* situava-se na Rua Bernardim Ribeiro onde nele podia ler-se a seguinte inscrição: «*se as putas fossem flores, esta rua era um jardim*». Esta era, pois, uma frase de reprovação por o *Conde* ser um território pejado de *putas*.

Das *agressões físicas* sofridas pelas travestis, o arremesso de objetos era, talvez, a mais comum. Era recorrente, ao longo de todo o ano, serem atingidas com cuspidelas, pedras, paus, vidros, beatas de cigarro, garrafas (algumas atestadas com urina) ou outros materiais lançados a partir dos carros que circulavam pelo território prostitucional. O lançamento de balões de água, ovos e pó químico seco de extintor de incêndio era particularmente intenso no Carnaval. Por isso, para não se sujeitarem à humilhação de serem atingidas por eles, estavam sempre vigilantes às viaturas durante esse período.

Muitas das agressões físicas tinham origem em agressões verbais. Da discussão com transeuntes, as travestis podiam ser empurradas, esbofeteadas, esmurradas, pontapeadas, mordidas, queimadas, estranguladas, cortadas ou, até mesmo, perfuradas.³²⁰ Alessandra, por exemplo, viu parte dos seus dedos da mão cortados com um espelho na sequência de um insulto perpetrado por um jovem. «*Ele me chamou 'filho de uma grande puta!' Eu grudei ele dentro do carro. Aí, ele foi e quebrou o negócio [espelho]. E quando ele veio para me tentar cortar, eu segurei a mão e apertei. E aí cortei os meus tendões*», explicou-me. Rebeca também me confidenciou que, certa noite, foi comprar uma cerveja a um café acompanhada da sua amiga, também ela travesti. No local encontravam-se alguns homens ciganos. Na sequência de uma troca de olhares, uma delas tomou a iniciativa de avançar com um galanteio, situação que fez despoletar as agressões.

À minha amiga não lhe tocaram [...] porque pensavam que ela era mulher, porque era bastante feminina. Eu levei com um pau – sei lá que tamanho era aquilo – várias vezes. E um dos ciganos puxou-me os cabelos e apontou-me uma pistola mesmo à minha cabeça. Só fechei os olhos e... [...] de repente, apareceu um outro [...] grupo de ciganos, mas que nos conheciam e que conseguiram dar a volta à situação [...]. Mas, senti-me perseguida durante bastante tempo. Tive de sair da cidade, com medo, claro. Cada carro que via pensava já que eram eles. [Rebeca]

A violência física era, por vezes, praticada por clientes. Ainda que a maioria das relações sexuais comerciais se concretizassem sem quaisquer incidentes, havia homens que, por razões várias, acabavam

³²⁰ O 10 de Junho (Dia de Portugal) era um dia particularmente vulnerável dado que membros de grupos nacionalistas costumavam sair à rua para arranjar desacatos. Muitas travestis já estando de sobreaviso sobre esta situação, acabavam por não aparecer no *Conde*. Um dos casos que abalou a vizinha Espanha, em 1991, foi o assassinato por transfobia de Sónia Rescalvo, por sete *skinheads* pertencentes ao grupo *Vanguardia Nacional Revolucionaria*. Os jovens atacaram-na com botas de biqueira de aço e paus no Parque Ciutadella, em Barcelona. Mais informações disponibilizadas em Orgullomadrid (2011).

exercendo violência física sobre as travestis.³²¹ A experiência de Alessandra foi bastante traumática por ter sido agredida logo no primeiro encontro sexual, quando, aos 21 anos, se «*estreu*» na prostituição.

O meu primeiro cliente foi um marroquino que me deu uma tarefa e ainda me deixou sem peruca e a pé, debaixo de chuva [...]. Eu saí para um oral [...]. Quando eu fui pedir [o dinheiro] ele me bateu, me tirou minha peruca, e falou um monte de coisas [...]. Cheguei em casa, chorei muito. [...] Ah... me lembro como se fosse ontem. Uma chuva *babado*. [...] e ele me deixou a pé [...]. Por sorte estava passando uma outra travesti que viu [...] e me ajudou. Falou: «*o que é que aconteceu mulher?*». «*Ah, levei uma tarefa de um marroquino, me levou minha peruca e não me pagou e eu estou aqui toda molhada*». E ela me levou para casa. Toda molhada. Encharcada. [Alessandra]

Rebeca é prostituta há vários anos, o que lhe permite falar com conhecimento de causa sobre as experiências de vitimação cometidas por clientes. Para ela, a situação mais difícil que teve de lidar foi a de ameaça de esfaqueamento quando se encontrava sozinha no seu apartamento, tendo-me relatado o sucedido:

[...] um cliente com uma faca, em casa. Puxou por um facão e foi uma situação bastante assustadora, bastante complicada. Não sei onde é que a gente vai buscar aquela força para conseguir controlar a situação e dominar a pessoa [...] a minha varanda estava aberta e, não olhei a meios, e dei um empurrão ao homem e o homem veio do primeiro andar cá para baixo. Se fosse o sexto andar, eu tinha destruído a minha vida ali. Mas eu TINHA que me proteger, TINHA que me defender! O homem estava com uma faca deste tamanho [simulando com as mãos a dimensão de, aproximadamente, 40 cm]. [...] E se o homem sai de casa para ir às *putas* [...] e vai com uma faca daquele tamanho é porque vai com intenção de fazer alguma coisa. Não vai com intenção de fazer sexo [...]. Já começa com implicâncias desde início para ter motivo para puxar por aquilo. [Rebeca]

Na maior parte das vezes, o uso da força física resultava em dor ou lesão. Não é, pois, de estranhar que muitas travestis apresentassem marcas e cicatrizes visíveis no corpo, especialmente nas mãos, braços e antebraços, situação também identificada por outros investigadores (Benedetti, 2005; Ferreira, 2009; Garcia, 2007; Kulick, 2008 [1998]). Noutros casos, as marcas eram psicológicas. O impacto emocional provocado pela severidade de alguns atos era tão grande que, por vezes, era difícil de ser superado (Oliveira, 2011a, p. 231), dando origem a traumas, desordens de stress pós-traumático ou a situações de *burnout*, indo ao encontro das evidências apresentadas por Ine Vanwesenbeeck (2005), Kate Richmond, Theodore Burnes e Kate Carroll (2012), Lauren Mizock e Thomas Lewis (2008), Melissa Farley e Howard Barkan (1998) e Shane Spicer (2010). Ser ameaçada de morte com uma faca ou arma de fogo tinha, quase sempre, um enorme impacto psicológico. E, com efeito, atender novos clientes era sempre motivo de tensão dado não saberem quais as suas reais intenções. Dalila explicou-me que quando se defrontava com rapazes desconhecidos surgiam-lhe, quase sempre, inúmeros questionamentos que a deixavam bastante ansiosa. «*Se eu vou com ele, o que é que ele me vai fazer? E se ele me vai bater? Temos sempre aquele receio...*», afirmou-me. «*A gente nunca sabe se vai [...] acontecer alguma coisa*

³²¹ Kinnell (2006, p. 151) aborda quatro fatores que, normalmente, fazem desencadear a violência por parte dos clientes: (i) a recusa da trabalhadora do sexo em executar determinados serviços sexuais; (ii) disputas por dinheiro; (iii) término dos serviços sexuais antes do cliente ejacular; e (iv) incapacidade em obter uma ereção. Na presente investigação observei que as disputas por dinheiro estavam, muitas vezes, associadas ao desejo de não efetuarem o pagamento dos serviços sexuais já praticados ou o desejo de estenderem o tempo da relação sem contrapartidas monetárias. A descoberta de terem sido enganados/roubados pelas travestis era, também, um outro fator desencadeador de comportamentos violentos por parte dos clientes.

ou não», disse-me também Rafaela na intenção de me explicar a incapacidade que tinha para controlar as condutas dos clientes.

Algumas travestis, ao portarem dinheiro consigo e exercerem isoladamente a prostituição em «pontos» desertos e com pouca iluminação, tornavam-se alvos fáceis de *roubos e assaltos*. A forma mais “ligeira” de serem roubadas era por via do “esticão”. Passando rente a elas, de carro, os assaltantes agarravam na mala pendurada ao ombro e colocavam-se imediatamente em fuga, sem lhes dar tempo para reagir. Para conseguirem efetivar o roubo havia quem fizesse uso de agressões físicas (dando-lhes chapadas, murros e pontapés) ou de ameaças, apontando-lhes diretamente facas, navalhas ou outros objetos cortantes. Na semana em que entrevistei Diva ela tinha presenciado um assalto desta natureza com uma colega sua. «Roubaram-lhes a mala, deram-lhes porrada, ficaram com o dinheiro, deixaram-na no meio da estrada [...]. Tivemos de chamar a polícia», arguiu ela. Nádia também já sofreu duas tentativas de assalto. Só ainda não tinha sido realmente furtada devido à valentia demonstrada para enfrentar os «ladrões». «Eu não sou pera doce. Não me fico!», disse-me ela. «Puxaram de uma faca assim [indica com as mãos o tamanho], só que eu resisti. É o que eu penso: ‘morre a bicha mas fica a honra dela’. Dei nos dois!».

Fazer-se passar por cliente era, de todas as formas de assaltar as travestis, a mais “rebuscada” porque envolvia astúcia e engenho na sua operacionalização. Desde logo, tinham de conseguir que elas aceitassem a proposta de negociação sexual e, em seguida, no local da prestação dos serviços sexuais, conseguir roubar-lhes os bens que possuíam. Dalila relatou-me como, uma das vezes, foi “apanhada” nesta estratégia ardilosa.

Eu fui para a pensão com um gajo. O gajo estava-me a pagar bem. Entretanto, vira-se para mim «ah, vamos arranjar um menino para vir para ao pé de nós». E eu «tudo bem» [...]. Agarrou e deixou-me no Parque Eduardo VII [...] «ah, vai ali falar com aquele menino. Vai lá chamá-lo». Eu saí do carro e quando dei por ele, tinha arrancado. [...] A minha mala ficou dentro do carro dele. Porque ele não me deu tempo para tirar a mala. Conforme eu vou tirar a mala, o gajo acelerou o carro. [Dalila]

Nalguns casos a estratégia poderia envolver o sequestro, privando a travesti da sua liberdade, mantendo-a em local do qual ela não pudesse sair facilmente. Por norma, eram levadas, contra a sua vontade, para locais ermos, escuros e distantes daqueles onde habitualmente costumavam praticar os serviços sexuais.³²² E aí, sem possibilidade de socorro, eram roubadas, agredidas (verbal, física ou sexualmente), intimidadas (com facas, bastões ou pistolas apontadas à cabeça) e posteriormente largadas, por vezes, sem roupas. Esta experiência poderia revelar-se muito traumática. Rebeca foi uma das travestis que me confidenciou ter sido levada por um suposto cliente para um local desconhecido e ameaçada de morte por via de atropelamento.

[...] o gajo disse «vou só ali à minha casa buscar dinheiro» e eu pronto... a pessoa estava a ser tão impecável. Entretanto enfiava-se lá por uma rua muito estranha, depois foi parar ao meio do mato e eu a perguntar por onde é que ele estava a ir e ele só dizia «Está calada!», e parou ali o carro no meio de um sítio BEM distante das casas, onde só tinha UMA estrada da largura de um carro, e muro de um lado e de outro. Eu não tinha

³²² O Parque Florestal do Monsanto e a Serra de Sintra eram dois locais com maior relevância aquando da ocorrência de sequestros de travestis.

por onde fugir para lado nenhum. Tinha de fugir por ali mesmo. E ele, com o carro atrás de mim, *bruuuummm*, *brummm*, a ameaçar que... [suspiro profundo]. [...] graças a Deus tenho uma estrela grande, estava um grupo de miúdos um bocado mais à frente, rapazes a fumar ganzas [...] aperceberam-se do barulho do carro e dos meus gritos. Eu comecei a gritar porque como estava mais perto das casas, eles vieram [...] eu nem gosto de falar disso. Há muitas pessoas que nem sabem, daqui. [...] é uma coisa que eu nem gosto de lembrar [...]. Passou. Graças a Deus, passou... [Rebeca]

Ivone também sofreu uma tentativa de sequestro não totalmente consumada. Apavorada por se aperceber que estava a ser conduzida para um sítio diferente do previamente negociado, rogou para que o cliente parasse, de imediato, o carro. Em resposta, foi violentamente agredida na cara. Suspeitando que o sequestro pudesse ter um desfecho trágico, aventurou-se, apesar do medo, a abrir a porta do carro e a sair dele, ainda em andamento, para tentar salvar a sua vida. Em consequência, sofreu graves ferimentos que a obrigaram a intervenções cirúrgicas várias, tendo, até hoje, marcas físicas e psicológicas que não lhe permitem esquecer esse terrível incidente.

[...] pus-me a trabalhar quando veio um cliente maluco [...]. Eu entrei no carro, quando o homem aumenta a velocidade... aumentou a velocidade e eu vi que já não podia fazer nada. Disse ao homem: «*stop! stop!*». E ele deu-me uma chapada que até fiquei colada ao vidro. «*Este homem vai matar-me*», pensei eu. Eu vi que ele tinha uma arma e continuou a aumentar a velocidade. Eu agarro na minha mala e bati-lhe na cara [...] abri a porta e atirei-me do carro [...] o meu cabelo ficou preso no cinto e eu depois apercebi-me que estava a dar voltas no chão porque o cabelo estava todo preso no cinto. Eu própria agarrei no meu cabelo e fiz assim *pááásss*... [exemplifica o arrancar do cabelo] e não me lembro de mais nada. Quando acordei estava no hospital [...] com uma cicatriz no meio da testa, com o nariz completamente morto, torcido, toda partida, uma mama rebentou e esta parte [coxa] ficou preta do raspão. [Ivone]

Das várias formas de violência, as travestis também estavam expostas à *violação*. Este tipo de violência (muitas vezes associada à agressão física) ocorria quando um agressor abusava do seu poder, forçando-as a envolver-se, contra a sua vontade, numa atividade de natureza sexual – incluindo-se o tocar, beijar, acariciar e o copular – com o propósito de obtenção de prazer físico ou emocional. Nos estudos académicos sobre violência, a violação de prostitutas é um assunto praticamente inexistente, e, em termos culturais parece estar envolto em vários mitos (Miller & Schwartz, 1995), acreditando-se, por exemplo, que as prostitutas são “invioláveis”, que nenhum abuso lhes pode ser feito ou que “fazem por merecer” (Costa & Alves, 2001, p. 152). Estes mitos, aliados ao facto de as travestis serem representadas como pessoas sexualmente promíscuas, ajudavam a alimentar a violência sexual sobre elas.

Da realidade contactada, observei que as travestis tinham a percepção de serem consideradas objetos sexuais por parte de alguns clientes. «*Eles tratam-me de toda a maneira, menos como pessoa. Eu ali sou um objeto, percebes?*», disse-me Marlene. E como objetos que eram, deveriam estar disponíveis para realização de todas as práticas solicitadas, sem contestação. O dinheiro pago pela transação comercial era utilizado como uma ferramenta que as submetia, por vezes, a formas de tratamento desumano. Ivone foi explícita a afirmar esta situação. «*Há muitos clientes que dizem ‘faz isto, eu pago-te’, ‘faz aquilo, estou a pagar-te’, ‘olha não quero assim, paguei-te’, então é uma coisa que te tratam como um lixo [...] sentem que têm o poder e tratam-nos como um animal*». Embora a maioria dos clientes não apresentasse comportamentos violentos para com as travestis, este tipo de tratamento desrespeitoso – que nem sempre era reconhecido por eles como abusivo (Miller & Schwartz,

1995; Monto, 2010) – contribuía para a perpetuação de um sistema que as deixava vulneráveis à violência sexual. A violação no âmbito da atividade prostitucional identificada por Sari Reisner et al. (2009, p. 380) foi, por exemplo, um acontecimento vivido pela própria Estefani.

Isso já aconteceu. Já fui violada, já fui obrigada a fazer coisas que eu não queria. [...] houve um rapaz que contratou os meus serviços e eu lá fui, não é, toda despreocupada e cheguei lá e não tinha serviço nenhum para mim. Eu fui obrigada. E o rapaz era um monstro [...]. Foi mau. Foi horrível. [Estefani]

Na altura, gerir os sentimentos deste episódio foi bastante doloroso. Hoje em dia, ainda que já consiga falar dele abertamente, revela alguma raiva pela impunidade do “suposto” cliente. «*Ainda o encontro na rua, a passear. Ainda olha para mim e me dá um sorriso*». A violação nunca foi denunciada às autoridades policiais por recear que ela fosse subestimada ao ter sido concretizada durante o exercício da prostituição. Não desejando ouvir que “fez por merecer”, preferiu tentar esquecer o que lhe acontecera. O ato da violação está, muitas vezes, relacionado com o nível de vulnerabilidade da vítima (Costa & Alves, 2001, p. 152). Estefani, percebendo isso, deixou de aceitar propostas para se deslocar a casa de clientes desconhecidos de modo a minimizar os riscos de ser novamente abusada. Priscila foi outra travesti que também referiu ter sido forçada a fazer sexo oral a um presumível cliente, através de ameaças com uma faca.

[...] a gente foi para o carro e pedi-lhe o dinheiro. E ele disse «*queres o dinheiro ou queres uma facada?*». Quando ele disse isso (eu era nova, isto foi nos primeiros meses), eu chorava baba e ranho enquanto eu lhe fazia o sexo oral e com a faca assim apontada [ao pescoço]. Depois deixou-me a chorar e a tremer toda. Quando ele me deixou foi um alívio. [Priscila]

Nem sempre a violação era realizada individualmente. Relatos de outras travestis, como os de Rebeca, davam conta que podia ser realizados em grupo. «*Uma vez fui com um gajo numa carinha e depois estavam mais dois atrás, fizeram o que quiseram e bem lhes apeteceu. Ah, já passei por muita coisa...*», declarou-me ela. Entrar numa viatura de um desconhecido era sempre um risco. E a descoberta de não estarem a sós com o “suposto” cliente tornava, por vezes, a experiência aterradora.

A violência nos contextos de trabalho sexual acaba, muitas vezes, por resultar em morte (Lowman, 2000; Kinnell, 2006). Dentro dos trabalhadores do sexo, as travestis constituem-se um grupo particularmente vulnerável aos *assassinatos* (Cabral et al., 2013; Carrara & Vianna, 2006; Kulick, 2008 [1998]). Constatei que elas partilhavam desta consciência porque, direta ou indiretamente, iam tendo conhecimento de companheiras suas vítimas de homicídios.³²³ E o facto de não ser habitual se depararem com travestis idosas, ajudava-as a construir a percepção de que a morte precoce, decorrente de assassinatos ou problemas de saúde, era parte integrante da sua experiência. Sempre que se deparavam

³²³ Muitas delas ficavam a saber dos homicídios por meio das redes sociais. Nas páginas de *facebook* “Notícias Trans/Transgender News” e “Travestis e Transexuais Brasileiras” que algumas seguiam, eram frequentemente divulgadas notícias de mortes violentas na população trans em termos mundiais, nas quais figuravam fotografias dos seus cadáveres. Na página “Travestis e Transexuais Brasileiras” (mais vocacionado para a realidade brasileira) havia um álbum denominado “Para Sempre Divas” que visava homenagear as vítimas. Isso era feito através da publicação de uma fotografia e uma nota de falecimento. Algumas travestis residentes em Portugal tomavam conhecimento da morte de amigas e/ou conhecidas por via destas homenagens, situação que levava à publicação de comentários emotivos e a divulgação do falecimento na sua página pessoal de *facebook*.

com relatos de novas mortes, o medo de passarem por situação idêntica provocava certa inquietação dado que reconheciam, em si, a mesma vulnerabilidade que todas as suas colegas. Felizmente, durante o meu trabalho de campo, não tive conhecimento de qualquer homicídio transfóbico ocorrido em Portugal. Ainda assim, existiram, no passado, incidentes graves que pareciam estar bem presentes na memória das travestis devido à barbaridade com que foram executados: o assassinato de Gisberta, em 2006, e o de Luna, em 2008, cujas histórias tentarei, aqui, descrever em detalhe, auxiliado por peças jornalísticas (sem, no entanto, minimizar a importância de outros incidentes)³²⁴ dado que estes se constituíram casos especialmente mediáticos.

6.1.2.1. O Caso “Gisberta”

Gisberta Salce Júnior, conhecida por Gisberta (ou, simplesmente, pelo diminutivo *Gis*), era uma travesti de nacionalidade brasileira. Com apenas 18 anos veio para a Europa para fugir da intensa repressão e violência que existia sobre os homossexuais, travestis e transexuais no interior de São Paulo, sua terra natal. Os dois primeiros anos foram passados em França e os restantes em Portugal tendo, pelo meio, regressado ao Brasil para injetar silicone industrial e proceder a alterações corporais, sem nunca ter avançado com a alteração da sua genitália. No Porto, onde se instalou, começou por fazer *shows* de transformismo em alguns bares *gay* e, paralelamente, a exercer trabalho sexual, tendo-se dedicado a esta última atividade durante 25 anos. Gisberta era, segundo Catarina Marques Rodrigues (2016, 21 de Fevereiro), uma mulher “vistosa” e “muito bonita”. Porém, a sua imagem começou a deteriorar-se dois anos antes da sua morte, com o consumo de drogas “pesadas” e o agravar da infeção por VIH/Sida. Do estrelato do transformismo acabou como sem-abrigo, refugiando-se numa cave de um prédio inacabado, situado na Avenida Fernão de Magalhães, onde aí montara uma barraca (Pereira, 2009, 1 de Agosto).

No final de 2015, um grupo de três rapazes, ainda menores, que estava a *grafitar* as paredes do prédio abandonado onde Gisberta dormia, viram-na entrar. Os rapazes falaram dela aos colegas da Escola Augusto César Pires de Lima e da Oficina de São José (instituição tutelada pela Igreja Católica que acolhia jovens enviados pelo Tribunal de Família e Menores). Gabavam-se de conhecer um homem que “tinha mamas” e que “parecia mesmo uma mulher”. A notícia foi-se espalhando. E, sequiosos de ver como era “o travesti” de que falavam, a eles juntaram-se mais onze rapazes. O grupo ficou assim constituído por 14 jovens, com idades entre os 12 e os 16 anos.

Certo dia, um deles decidiu agredi-la. E os outros seguiram o exemplo. Deram-lhe murros, pontapés, atiraram-lhe com pedras, bateram-lhe com paus, baixaram-lhe as calças para verem respondida a curiosidade mórbida de saber “se era um homem ou mulher”, ao mesmo tempo que lhe chamavam nomes e escarneciam dela. Durante vários dias a cave do prédio converteu-se no local para “darem porrada na *Gis*”. Dia 21 de Fevereiro de 2017, quando alguns deles regressaram ao local, verificaram que Gisberta parecia não ter-se mexido desde a última vez que a tinham visto. Julgaram-na

³²⁴ Como, por exemplo, a da tentativa de homicídio de uma travesti, baleada entre a anca e as nádegas, na zona do Restelo (Lisboa), em 2008. Para mais informações sobre este incidente, consultar a notícia do Correio da Manhã (06 de Fevereiro).

morta. Foram, de imediato, avisar os outros membros do grupo e, no dia seguinte, encontraram-se para ocultar o corpo, temendo vir a ser responsabilizados pelos atos cometidos. Atiraram-na a uma espécie de poço existente na cave do prédio, cuja linha da água estava a 10 metros de profundidade. Mas Gisberta estava viva, assim confirmou o relatório da autópsia, tendo morrido afogada. Tinha, na altura, 45 anos.

Este crime de ódio fez notícia em vários jornais nacionais e acabou por “chocar o país” (Diário de Notícias, 19 fevereiro de 2006) por expor os limites sombrios da condição humana. Todavia, a reação pública de incredulidade perante o crime pareceu estar focada na “capacidade de alguém tão novo poder matar – o desculpabilizador ‘pobres miúdos’ – e quase nada na pessoa que foi morta, quase nunca ‘pobre Gisberta’ [...] a sua identidade de género, a sua doença ou o seu modo de vida apontados como a ‘causa’ do sucedido” (Vitorino, 21 de Fevereiro de 2016). Este bárbaro homicídio chegou ao Parlamento Europeu, que exigiu às autoridades portuguesas todos os esforços para punirem eficazmente os responsáveis e combater o “clima de impunidade” que incidia sobre este tipo de crimes (Público, 16 de junho de 2016). Todavia, o poder judicial considerou tratar-se de “uma brincadeira que acabou mal”, optando por não responsabilizar os agressores por homicídio qualificado e aplicar penas (brandas, praticamente nulas) que não corresponderam à gravidade da agressão, o que contribuiu para gerar uma onda de indignação e injustiça.³²⁵ Os agressores revelaram um absoluto desprezo pela vida humana. Atuaram em comunhão de esforços com o propósito de se divertirem à custa do sofrimento alheio, sem qualquer tipo de compaixão por quem estava numa situação de saúde extremamente débil. Optaram por insultar, espancar, torturar, praticar sevícias sexuais e, por fim, lançar (com vida) o corpo de Gisberta para o fundo de um poço. Ainda assim, o sistema judicial português não reconheceu ter havido prática de homicídio, aludindo que as agressões, por si só, não causaram a morte. Com ironia, Sérgio Vitorino (21 de Fevereiro de 2016) explica que, para os juízes, a responsabilidade última de Gisberta ter morrido afogada foi atribuída à água do poço “e não a quem a atirou lá para dentro incapacitada, amarrada a um barrote”.³²⁶

6.1.2.2. O Caso “Luna”

Dois anos após o homicídio de Gisberta, sucedeu-se novo incidente transfóbico, desta vez em Lisboa. Luna era uma travesti de 42 anos, com surdez parcial, de origem brasileira, que há cerca de 20 vivia em Portugal, possuindo dupla nacionalidade. Tinha algumas transformações corporais porque, um ano e meio antes da sua morte se submeteu a tratamentos hormonais que lhe provocaram o aumento mamário (Correio da Manhã, 01 de Março de 2008). Luna exercia a prostituição no *Conde*.

³²⁵ Os agressores foram condenados pelas práticas dos crimes de “omissão de auxílio” e de “ofensas à integridade física qualificadas na forma consumada”. Dos 14 jovens, o mais velho do grupo – o único com 16 anos – foi condenado a oito meses de prisão pelo crime de omissão de auxílio. A 11 deles foi decretado o internamento (em regime semiaberto) em centro educativo entre 11 e 13 meses pelo crime de ofensas corporais qualificadas e, a 2 deles, a medida tutelar de acompanhamento educativo por 12 meses pelo crime de omissão de auxílio.

³²⁶ Foi necessário transformar a revolta, a indignação e a perplexidade emergida pelo desfecho da investigação criminal deste homicídio, num motor de luta pelos direitos de todas as pessoas trans. Por isso, o caso Gisberta deu origem a um documentário (*Gisberta-Liberdade*, 2006, de Jo Bernardo e Jo Schedlbaue), a uma música (*Balada de Gisberta*, 2010, de Pedro Abrunhosa, interpretada por Maria Bethânia) e a uma poderosa peça de teatro (*Gisberta*, de Eduardo Gaspar, interpretada por Rita Ribeiro).

A 28 de Fevereiro de 2008, o seu corpo foi encontrado dentro de um contentor do lixo, oculto por pedras e entulho, junto à Estrada Nacional 250, em Loures. Segundo fonte policial, o corpo apresentava “marcas de agressão” junto do pescoço pelo que se supõe que tenha sido morta por estrangulamento noutra local e levada, numa viatura, até ao sítio onde foi depositada (Correio da Manhã, 19 de Fevereiro de 2008). As colegas que viram “a fotografia que os agentes da Judiciária usaram para a identificar retêm sobretudo o aspeto inchado e enegrecido do rosto. «*Nem dava quase para a reconhecer, só pelas roupas e cabelo se via que era ela*»” (Diário de Notícias, 1 de Março de 2008).

Luna foi vista com vida, pela última vez, 15 dias antes de o seu cadáver ter sido encontrado. Tinha saído da Residencial Moçambique, onde pernoitava, perto das 22h00. Nas semanas seguintes nunca mais ninguém a viu, mas também ninguém deu o alerta do seu desaparecimento dado que ela terá dito a algumas colegas que iria regressar ao Brasil e «*deixar a vida*».

A secção de homicídios da Polícia Judiciária ainda colocou várias hipóteses de a morte estar relacionada com potenciais clientes, com um “ajuste de contas” com pessoas que lhe vendiam droga ou com tentativas de extorsão de dinheiro por parte de um/a proxeneta existente no *Conde*. Mas, até hoje, não há quaisquer certezas. O assassinato tem permanecido envolto num profundo mistério.

Em Portugal, este crime não mereceu a atenção devida na comunicação social ou nas instâncias sociojurídicas.³²⁷ Foi, a nível internacional, que o caso ganhou maior notoriedade (Pravda.ru, 31 de Março de 2008). Ativistas dos Direitos Humanos de outros países desenvolveram, em Março de 2008, diversas ações públicas de solidariedade junto das representações diplomáticas portuguesas em Bruxelas, Paris, Madrid, Barcelona, Corunha e Santiago de Compostela para denunciarem a gravidade deste homicídio, bem como a vulnerabilidade e desproteção que esta população tem sido votada por parte poder político, pressionando-o a alterar a sua situação legal.

Os casos Gisberta e Luna tiveram um impacto enorme no movimento LGBT português, fazendo com que “despertasse” para a necessidade de discutir as questões da transfobia que, até então, se encontrava apartadas das suas inquietações. Passados mais de dez anos destes dois trágicos incidentes, o movimento LGBT reconhece que a transfobia continua a existir e a matar pelo que urge a necessidade de serem desenvolvidas políticas públicas que ajudem a combater a discriminação estrutural, a promover a igualdade e a exterminar todas as formas de violência. Trabalhar em prol da proteção de todas as pessoas trans, e muito especialmente das travestis trabalhadoras do sexo, garantir-lhes dignidade e ajudá-las a usufruir da plena cidadania é, pois, o grande desafio que a sociedade terá pela frente. A questão é saber quantas mais “Gisbertas” e “Lunas” precisam de morrer até se conseguir esse objetivo.

³²⁷ Apenas o coletivo *Panteras Rosa* se mobilizou para organizar uma vigília em memória da Luna, dias depois da sua morte (Esquerda.net, 25 de Março de 2008).

6.2. (IN)SEGURANÇA E (DES)PROTEÇÃO POLICIAL

As travestis eram alvo, como vimos, de expressiva violência no contexto prostitucional. Contudo, tal como ocorria na restante população trans (Hammarberg, 2009; Lombardi et al., 2002; Moran & Sharpe, 2002, 2004; Spicer, 2010), a maior parte dessa violência não era denunciada às autoridades policiais, o que fazia com que os crimes fossem subnotificados. Isto ocorria por várias razões. Desde logo, elas não acreditavam na atuação da justiça portuguesa. Experiências anteriores malsucedidas ajudaram a construir a ideia que não valeria o esforço de reportarem à polícia os insultos, ameaças ou agressões. «*Não dá em nada*», disse-me Nádia totalmente cética. O facto de serem prostitutas agravava ainda mais a situação porque, sobre elas, pairava o total descrédito. Se tivessem sofrido algum tipo de violência era porque, certamente, tinham “feito por merecer”, culpabilizando as próprias travestis pelos crimes de que eram vítimas. Alguns polícias – designados por elas como «*alibãs*» – não levavam a denuncia a sério, desvalorizando-a, ignorando-a e recusando efetuar o seu registo, como me relatou Dalila:

[...] tive uma vez uma chatice com um cliente no carro. Eu sem ter culpa nenhuma. O cliente parou para mim, eu fui no carro. Entretanto uma das drogadas viu para onde eu fui com o cliente. Foi atrás de mim e abriu a porta do meu lado, tirou-me do carro e entrou para dentro do carro do homem e roubou o homem [...]. Não era nada comigo [...] e vim-me embora. No dia a seguir o homem apareceu atrás de mim com uma garrafa de cerveja, na mão, partida, para me cortar. Eu consegui ir a correr até à Judiciária. Cheguei à Judiciária e o primeiro que me atendeu «*Ah, tu roubaste mas é o homem, agora desenrasca-te!*». «*Desculpe? Eu já paro aqui há montes de tempo e nunca roubei [...] agora que me desenrasca?*». Estava a julgar antes de saber o que é que se tinha passado. [Dalila]

As resistências em reportar as suas queixas estavam também relacionadas com o receio das reações negativas e transfóbicas por parte dos agentes policiais: de serem discriminadas, ridicularizadas, humilhadas, intimidadas ou, simplesmente, ignoradas, provocando uma espiral de violência, revitimação e retraumatização. Este receio não era infundado. Algumas tinham tido, de facto, experiências prévias bastantes desagradáveis com agentes que as trataram de forma inapropriada, fazendo troça delas, rindo-se da sua aparência e, muito especialmente, do nome (masculino) que constava no documento de identificação legal. A verificação do nome dava azo, não raras vezes, a um tratamento desrespeitoso. Mesmo estando perante alguém com uma aparência feminina e alterações corporais visíveis, dirigiam-se a elas reiteradamente no masculino, chamando-as de “senhor”, situação que era bastante desconfortável, constrangedora, vexatória e atentatória contra a dignidade pessoal. Porém, como explica Guilherme Ferreira (2015, p. 121), esta “não é uma atitude ingénuo de quem esquece ou não se dá conta de que a travesti tem um nome feminino. É, ao contrário, uma posição de deslegitimação da identidade de género, é ocupar a posição de ofensor da estima do outro”. Veja-se isto na experiência de Carole:

[...] não têm respeito [...] eles já abordam com grosseria [...] para nos deixar constrangida, nos chamam pelo nome masculino perante os colegas [...] quer que a gente se identifique [...] só para poder mostrar o documento no qual tem a foto, para mostrar um para o outro, ver o nome de homem e ficam gozando, eu acho que isso é uma falta de respeito, não é?! [...] tinha um senhor lá, um policial [...] que ele não ia com a minha cara, não é?! Então, toda a vez que ele me via, sabe, eu sentia que ele vinha [...] com aquele jeito agressivo, mas eu sempre falei «*Olhe, você não está falando com um cão*» [...]. Eles têm que fazer o trabalho

deles, mas [...] abordado como qualquer outro cidadão, não é?! [...] por saber que a gente é travesti eu acho que acabam até tendo menos respeito pela gente [...]. Querendo ou não, nós somos seres humanos como qualquer outro [...] eu acho que devia ter uma abordagem como deve ser [...] com respeito, não é?! [Carole]

Além do tratamento hostil praticado no interior das esquadras policiais, algumas travestis já haviam sido objeto de insultos, abusos físicos, subornos e, inclusive, detenções arbitrárias por parte de agentes da autoridade no seu local de trabalho. Situações de violência policial sobre trabalhadores do sexo são, infelizmente, bastante comuns em todo o mundo.³²⁸ Este é um fenómeno generalizado e, como tal, as travestis não estavam isentas. Elas eram, inclusive, bastante permeáveis a esse tipo de vitimação³²⁹ porque a intersecção das várias opressões que eram alvo intensificavam-na.

A perseguição policial às travestis conta com uma longa história em Portugal (Almeida, 2010). Na Lei de 20 de Julho de 1912 sobre a mendicidade, a travestilidade estava integrada nas práticas de “vícios contra a natureza”. E sendo uma conduta criminosa, as travestis eram punidas com penas de prisão e internadas em albergues ou hospitais psiquiátricos. Em 1922, a legislação que norteava os serviços da polícia (Decreto 8.435 de 21 de Outubro), veio conceder poderes específicos aos diretores de investigação criminal para penalizar quem fizesse “uso público de trajes próprios de outro sexo”. E mais tarde, em 1953, o Decreto-Lei 39.4797 de 31 de Dezembro veio determinar as competências da Polícia de Segurança Pública, que delas faziam parte: “impedir a prática de crimes, transgressões e atos contrários aos bons costumes e à moral e decência públicas; reprimir a mendicidade; vigiar os vadios rufiões, homossexuais, prostitutas, proxenetes, recetadores e, de um modo geral, todos os indivíduos suspeitos ou perigosos”. Ora, a “perigosidade” que era atribuída aos comportamentos desviantes e transgressivos das travestis fazia com que, periodicamente, os governantes locais mandassem proceder a uma “limpeza” das ruas, gerando uma forte e violenta repressão policial. Somente após a revisão do Código Penal, em 1982, é que se começou a observar uma maior tolerância para com as travestis. Até lá, elas eram perseguidas, espancadas, humilhadas, encarceradas e invisibilizadas a fim de se conter o “problema” de ameaça à ordem social, tal como me contou Lisa, umas das “veteranas” do *Conde*, falecida em 2012, com 54 anos.

[...] vocês nem queiram saber o que passei aqui há 30 anos. Éramos levadas pela polícia para a esquadra. Depois éramos despidas e obrigavam-nos a ter sexo com eles [...]. Muita gente, hoje em dia, anda aqui na rua à vontade. Mas nós passámos muito. Falo por mim e pelas minhas colegas. Eu respondi no Tribunal da Pequena Instância 45 vezes! Não é brincado! De 67 a 94. Por «*ultraje ao pudor*», «*ultraje à moral pública*», «*fazer-se passar por aquilo que não é*» e outras coisas que estavam no código penal. [Diário de Campo, 16 de Março de 2012]

A detenção temporária, que consistia na pernoita na esquadra e libertação no dia seguinte, era uma prática bastante comum, que quase todas as “veteranas” tinham experienciado. E, por vezes, nestas

³²⁸ Veja-se, em exemplo, os trabalhos de Crago (2009), Crago, Rakhmetova e Shields (2010), Farley e Barkan (1998), Guimarães e Merchán-Hamann (2005), Lunze et al. (2016), Oliveira (2011a), Popoola (2013) ou Pourette (2005b).

³²⁹ Muitos autores têm alertado para esta situação: Crago (2009), Duarte e Clemente (1982), Edelman (2011), G. Ferreira (2015), Garcia (2007, 2008), Hutta, Balzer, e Transrespect versus Transphobia Worldwilde (2013), Kulick (2008 [1998]), Loehr (2007), Lyons et al. (2015), Namaste (2000), Nichols (2010), Rhodes, Simić, Sladjana, Lucy e Žikić (2008), Sausa et al. (2007), Teh (2008), Teixeira (2008), Winter (2009, 2012).

detenções, os abusos sexuais ou a obrigatoriedade de procederem à limpeza (forçada) de toda a esquadra eram crimes realizados pelos próprios policiais, o que contribuía fortemente para os processos de desumanização das travestis.

Este passado de violência e repressão estava bem vincado na memória das mais velhas. Muitas não se coíbiam de partilhar com as “novatas” todo o sofrimento a que tinham sido submetidas. Por isso, as más recordações que estas herdavam das “veteranas”, aliada a algumas experiências pessoais negativas, favorecia a construção da imagem dos agentes de autoridades como «*forças de insegurança*». Na atualidade, grande parte delas reconhecia que atuação da polícia já não era tão intensa e severa como antigamente. «*A polícia hoje está melhor. Acho que está um pouco mais civilizada*», disse-me Cristiana. «*Mas não quer dizer que às vezes não apareçam uns mais tacanhos [...] mais brutos, que vêm lá da santa terrinha ou não sei lá de onde, e ainda não estão assim muito habituados a estas coisas*», acrescentou. Devido à existência de atitudes policiais que elas consideravam “impróprias” ou, até mesmo, “abusivas”, a relação estabelecida com os agentes não era de proximidade. Era uma relação fria, distante e incerta, olhada, quase sempre, com desconfiança. Mas jamais de medo, como outrora.

As travestis partilhavam um sentimento generalizado de total “desproteção”. Em particulares circunstâncias de necessidade de ajuda, elas não a encontravam, especialmente de quem tinha a responsabilidade de zelar pela sua segurança e proteção pessoal. Muitas relatavam que, quando estavam a ser importunadas por supostos clientes, os pedidos de auxílio aos carros de patrulha policial que circulavam no *Conde* (manifestado em acenos e chamadas de atenção) eram simplesmente ignorados. «*Há confusões e eles [...] não fazem rigorosamente nada*», disse-me Carina. «*Eles simplesmente olham para nós e começam a rir-se na nossa cara e seguem*», confidenciou-me também Dalila. A atuação policial não estava empenhada em tomar medidas para prevenir e apurar as ocorrências de violência sobre as travestis – pessoas “desviantes” e sem poder – o que, em si mesmo, se apresentava como um tratamento negligente e discriminatório.

Há dias houve uma discussão com um cliente e passou um carro da polícia e eu e a Ivone mandámo-los parar [...]. Em vez de saberem o que é se estava a passar, não! Até aceleraram o carro como se nem tivessem visto. [...] nós vimos o carro e chamámo-los e eles, mesmo com sinal laranja, aceleraram por ali a baixo. [...] eles podem estar a ver a sermos roubadas e [...] até viram a cara para o lado a fingir que não estão a ver nada. [...] para eles somos um monte de merda que estamos ali na rua. [Dalila]

Ao longo do tempo as travestis aprendiam a resignar-se ao facto de, na rua, estarem por conta própria. Sabiam que não podiam contar com a proteção e controlo policial (direitos que elas consideravam irrealistas) até porque, em certas situações, a violência era exercida pelos próprios “agentes da lei”. «*Passam e até gozam conosco [...] “OH PANELEIRO”, “VAI PARA CASA!”*», afirmou-me Dalila. «*Manda você se foder, te xinga*», acrescentou também Alessandra. Além dos insultos, algumas eram alvo de “brincadeiras” humilhantes. Fabiana, por exemplo, foi abordada por um grupo de policiais que, ao pararem o carro de patrulha junto ao seu «*ponto*», a questionaram se «*fazia uma despedida de solteiro*». «*Admira-me que uma autoridade pare o seu trabalho [...] para nos insultar, para estar com brincadeiras [...] eu disse “senhor polícia não têm ladrões para prender? [...] por favor vá ao seu*

serviço” [...] *só por terem a farda têm a mania que vergam o mundo*», comentou-me ela agastada. Marlene foi outra travesti, cuja policia de “segurança” abusou verbalmente dela.

O gajo pára-me o carro «*ouve lá, oh puta* [...] *Deixa-me lá inspecionar a tua rata*». E eu disse-lhe «*você está a falar com quem?*» [...] Eles pensam que por sermos prostitutas [...] é para tratar abaixo de cão [...]. Eu comecei aos gritos [...]. Fiz um escândalo na rua. Veio tudo à janela. [...] e depois lá foram embora. São ordinários, são maus, são porcos. [Marlene]

O sistema policial não providenciava, de facto, qualquer proteção às trabalhadoras do sexo. A sua atuação evidenciava certa incapacidade para fazê-lo dado que o seu objetivo parecia não estar focado na proteção, mas antes na (i) reposição da “ordem social pública”; e na (ii) perseguição das imigrantes que se encontravam no país em situação administrativa irregular, sem autorização de permanência.

Grande parte dos polícias só abordavam as travestis em situações específicas: para as advertir verbalmente que não deveriam estar encostadas ou sentadas nas viaturas estacionadas na rua, que não podiam fazer barulho durante a noite ou apresentar-se de forma “indecente” no espaço público. Esta ação de intimidação, focada na restituição da ordem social, era motivada, na maior parte das vezes, pela reclamação de moradores que se sentiam perturbados com a presença de prostitutas e, por isso, centrada na proteção e preservação da integridade moral da comunidade local. Aproximavam-se delas unicamente para as «*chatear*» (Priscila) ou «*embirrar*» (Liliana). Raras vezes paravam o carro para conversar com as travestis e saber estariam bem, mostrando preocupação genuína pela sua segurança.

O outro objetivo da intervenção policial era, como expressou a Priscila, «*apanhar as ilegais*». De tempos a tempos (sem que houvesse uma periodicidade específica) havia rusgas policiais. Vários agentes surgiam inesperadamente nas ruas do *Conde*, saíam de dentro das carrinhas, deslocavam-se até aos «*pontos*» de prostituição e exigiam a identificação das travestis de nacionalidade estrangeira. Alguns pediam ainda «*para revistar a mala*», explicou-me Olga.³³⁰ Aquelas que fossem apanhadas sem “papéis” eram arremessadas para dentro das viaturas policiais, levadas para a esquadra, detidas temporariamente (privando-as do seu direito à liberdade), correndo o risco de serem expulsas do país. Raras eram as vezes em que este aparato policial não era marcado por situações de violências de diversa ordem: ou porque os agentes tratavam as travestis de forma grosseira e desrespeitosa (na qual se incluía o trato no masculino), ou porque lhes batiam ou assediavam sexualmente. Horas mais tarde, quando conseguiam sair das esquadras policiais, as agressões sofridas eram reportadas, de imediato, a outras travestis; nunca às próprias autoridades policiais por receio de retaliações ou revitimização. Aguçadas pela curiosidade, as travestis que ficavam a saber desses episódios desenvolviam o desejo de assistir “com os próprios olhos” ao tratamento a que as suas companheiras tinham sido submetidas pelos agentes da autoridade.

³³⁰ Este tipo de atuação policial, ainda que estivesse baseada no discurso oficial (aparentemente humanista) de combate ao TSH para fins de exploração sexual, na prática situava-se na “luta” contra a imigração clandestina (Oliveira, 2011a, p. 236-242) levada a cabo através da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho. As ações policiais não pretendiam ajudar ou proteger travestis que eventualmente tivessem sido traficadas ou a exercer a prostituição contra a sua vontade. Pretendia, sim, perseguir todas aquelas que se encontravam ilegais. Como tal, o controlo efetuado revelava ser arbitrário, ilegítimo e profundamente discriminatório não só em termos de género (clientes homens não eram perseguidos) como de nacionalidade, etnicidade ou raça (travestis portuguesas eram deixadas de fora da investigação policial, que se focalizava nas que apresentavam características legais, comportamentais ou linguísticas e fenotípicas mais distantes do padrão dominante).

Em Julho de 2012, aquando de uma nova “rusga”, Paloma, uma travesti portuguesa, decidiu fazer o “teste”. De forma provocatória, referiu que não possuía a identificação consigo, tendo sido conduzida para uma das esquadras, nas Olaias. Já lá dentro foi encaminhada para uma pequena sala. Colocaram-na de costas, virada para a parede, com os braços levantados para cima. Obrigaram-na a despir-se integralmente a fim de examinarem os seus genitais masculinos integrados num “corpo de mulher”. E, nua, roçaram várias vezes o cassetete pelas suas nádegas e fenda interglútea. Só a deixaram sair depois de ter sido completamente “revistada”. Esta ação abusiva não se ficou por aqui. Nos dias seguintes foi alvo de intenso assédio perpetrado por um dos agentes que acedeu ao seu número de telemóvel. Paloma recebeu dezenas de mensagens provocatórias a instigá-la a ter sexo com ele.

Foram-me relatados casos graves de abuso de autoridade, em que polícias utilizavam o seu poder para obter sexo gratuito. «*Houve um que quis, em troca para não me levar para a esquadra, que lhe fizesse um broche*», confidenciou-me Marlene. «*Quer ocupar-se contigo e depois tens que obrigatoriamente chupá-lo porque é polícia, estás a ver?*», disse-me também Ivone. Estes atos de coerção sexual, que tanto podiam ocorrer na rua, na esquadra ou até na casa da travesti, eram especialmente cometidos contra imigrantes. Os policiais aproveitavam-se do facto de algumas estarem indocumentadas para intimidá-las e chantageá-las com uma eventual expulsão do país caso não se subjugassem a determinados favores sexuais. Elas, tendo poucas (ou nenhuma) alternativas, e com medo de serem deportadas, eram obrigadas a masturbar os polícias, fornecer-lhes sexo oral ou envolver-se em atos sexuais sem pagamento (e, nalgumas vezes, sem proteção), em troca da sua liberdade e permanência em Portugal.³³¹ Este tipo de suborno oportunista podia perdurar meses ou anos.

[...] eu já tive uma situação de um polícia que tinha a mania que vinha aqui e que comia as travestis de borla. Antigamente, quando comecei, eu não queria que os meus vizinhos soubessem o que eu fazia. E eu trabalhava como brasileira. Eu atendia o telefone como brasileira. [...] Chegou aqui um polícia [...] E nós já tínhamos acertado o preço «*são 40€*». [...] Ele «*tu vais estar muito caladinha porque sabes quem é que eu sou?*» [...]. Ainda me mostrou o crachá que era polícia para me comer à borla. [...] um polícia corrupto, PANELEIRO como eu [...] pensava que eu era brasileira [...] Ele vinha [...] dizia que era da polícia e [...] fazia o que queria, ele comia de borla e ia-se embora. Utilizava o poder de autoridade. [Nádia]

O medo de serem “apanhadas” pela polícia empurrava as travestis indocumentadas a trabalharem escondidas, muitas vezes em zonas isoladas e desertas, onde acabavam por estar mais vulneráveis à violência de transeuntes e clientes e com dificuldades de assistência por parte dos serviços de apoio de prevenção do VIH/Sida. Bruna era um desses casos. Prostitua-se na Rua Padre Luís Aparício, uma rua estreita e mal iluminada, perpendicular à Rua Luciano Cordeiro. Sempre que observava viaturas policiais ou tinha conhecimento da existência de “rusgas” no *Conde* refugiava-se, temporariamente, numa pequena garagem que, ali, se encontrava aberta. Optou por fazer dessa rua o seu «*ponto*» dado que ela lhe garantia uma menor exposição às atuações policiais e facilidade em esquivar-se às suas investidas. Recorda que, noutros tempos, chegou a fugir, descalça, pelas ruas e a esconder-se debaixo dos carros.

³³¹ Contrariamente a estas situações de coerção sexual individual, não identifiquei a existência de situações de extorsão de dinheiro para ser assegurada a permanência no país. No entanto, abusos desta natureza são comuns junto da prostituição feminina. Um dos casos foi noticiado no Correio da Manhã (16 de Abril de 2007).

«Já corri muito neste Portugal! Às vezes eu corria deles e já sem força nas pernas, eu me jogava. Acredita? Mas eu não corro mais não. Não tenho que correr!» (Diário de Campo, 30 de Março de 2012), disse-me certa noite logo após ter visto a sua situação administrativa regularizada por via de um “casamento de conveniência”.³³²

Todas estas experiências de hostilidade, discriminação e maltrato (que infringiam os valores do humanismo, solidariedade, justiça, integridade e imparcialidade presentes n.º 2 do art.º 2º do Código Deontológico do Serviço Policial) não podiam ser pensados como “simples atos de policias desonestos”, como referiram Anna-Louise Crago, Aliya Rakhmetova e Acacia Shields (2010, p. 5). Eram, justamente, “manifestações de políticas estatais que toleram e, nalguns casos, até incentivam a violência contra os trabalhadores do sexo”. Atos de violência verbal, física e sexual cometidos por agentes do Estado são, na verdade, crimes que violam gravemente os direitos humanos: o direito à segurança, à dignidade inerente de cada ser humano, bem como o direito de estar livre de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Esta violação de direitos alimentava, obviamente, a falta de confiança das travestis em relação às forças de segurança (Moran & Sharpe, 2004) e, em consequência, promoviam a sua resistência em deslocar-se às esquadras policiais para denunciar os crimes cometidos contra si. As baixas taxas de notificações eram, assim, geradoras de um círculo vicioso através do qual era impossível determinar a real dimensão (e gravidade) do problema, acabando os agressores por não serem punidos e, com efeito, instituído um clima de impunidade. As políticas públicas tendem a ser desenvolvidas com base em fontes “oficiais” como, por exemplo, as estatísticas criminais. Ao não haver informação adequada sobre o nível de vitimação das travestis, tornava-se difícil a implementação de respostas político-legais que as protegessem das experiências de violência. Deste modo, elas saíam deste sistema

³³² Segundo o enquadramento legal de muitos países europeus, a entrada de estrangeiros requer que estes sejam titulares de um visto de entrada válido e adequado à finalidade da deslocação. Uma vez que alguns países não reconhecem o trabalho sexual como uma forma de migração laboral, as motivações apresentadas pelas travestis tendiam a ser falseadas, apresentando-se como “turistas”, na intenção de obter um “visto de curta duração”. Este tipo de visto é, por norma, concedido por um período máximo de 90 dias, findo o qual, deverão ausentar-se do território europeu. No entanto, a maioria das travestis, por não apresentarem possibilidades de renovação do visto ou aquisição de um visto de residência de longa duração, acabavam por se manter no país numa situação administrativa irregular. O medo de serem “apanhadas” pelos serviços policiais e, com efeito, expulsas, conduzia a que algumas encontrassem estratégias para assegurar a permanência e circulação no continente europeu. Uma delas era baseada na compra de casamentos falsos, a troco de um pagamento remuneratório variável entre três, cinco ou 10000€ (situação também observada por Luís, 2018, p. 237-243). Para tal, era necessário que o casamento fosse celebrado com indivíduos de um país da União Europeia. Nos países, como Portugal, onde legalmente é reconhecido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Lei n.º 9/2010, 31 de Maio), a situação era facilitada pela “ajuda” concedida por pessoas amigas travestis, *gays*, ou outras, de nacionalidade portuguesa, que se disponibilizavam para proceder ao matrimónio. A negociação e formalização desta união, a troco de dinheiro, constituiu-se como um “casamento por conveniência”. Por forma a dificultarem o escrutínio das autoridades policiais, as travestis chegavam a viver na mesma habitação do que os seus “noivos” durante longos períodos de tempo, partilhando as despesas da casa, desenvolvendo alguma intimidade e criando a aparência da existir uma verdadeira relação afetiva. Em Portugal, o primeiro caso a ser detetado, referente a este tipo de fraude preconizado por travestis foi conhecido em 2013 e, como tal, muito mediatizado (cf. Jornal de Notícias e CMTV, 2013, 24 de Abril). Durante a minha experiência de campo fui persuadido a colaborar neste tipo de estratégias, tendo sido aliciado a casar com uma travesti, que tinha sido expulsa da Europa, mas desejava regressar. A proposta passava, então, pelo pagamento de 5000€ para eu me deslocar ao Brasil e proceder ao matrimónio com ela. A totalidade das despesas associadas à minha deslocação e permanência no país estariam, obviamente, asseguradas. «Aproveita Nelson! Passas uns bons meses de férias no Brasil, com tudo pago. Olha que ela está disposta a isto e muito mais!», disse-me Alessandra, na intenção de me convencer.

opressivo ainda mais vitimizadas: sozinhas, desprotegidas e um alvo fácil para novas agressões e crimes violentos.³³³

6.2.1. Estratégias de Proteção Pessoal

A violência que sofriam, por parte de transeuntes, clientes e até mesmo de polícias, não eram incidentes isolados. Eles ocorriam ao longo dos anos de atividade prostitucional e, muitas vezes, uma mesma travesti podia experimentar vários atos de violência numa só noite. O facto de serem frequentes conduzia a que determinadas agressões se “naturalizassem” na vida das travestis e passassem a ser tratadas como parte integrante do seu trabalho. A banalização da violência, também identificada por Benedetti (2005) e Peres (2005), era um processo que, a partir de certo momento, se instalava no quotidiano profissional. Certos atos, como os insultos verbais, eram tão comuns que promoviam, nelas, uma certa habituação face aos mesmos. E, com efeito, acabavam por ser desvalorizados. «*Eu não levo isso como crítica*»; «*Nem ligo a esse tipo de coisas*», disseram-me, por exemplo, Leila e Rebeca. Para algumas, a violência dizia respeito somente à que se manifestava de forma excecional, causando-lhes dano, ferimento ou incapacidade. As restantes eram tidas como “não-violências” ou, quanto muito, violências menores (o que poderia se consubstanciar numa das razões para a não denúncia às autoridades policiais). Mesmo que algumas aceitassem certos tipos de violência como parte do seu quotidiano, o facto de reconhecerem que não tinham qualquer proteção social e jurídica, devido à a-legalidade da sua profissão, nem proteção física por parte das forças de segurança, levava-as a ter de aprender, desenvolver e aplicar, por si mesmas, um conjunto de “estratégias de enfrentamento (*coping*)” (Lazarus & Folkman, 1984; Folkman, 1984), ou seja, mecanismos cognitivos e comportamentais de proteção e sobrevivência (física e psicológica) que as ajudavam a lidar com a diversidade de ameaças e perigos; a fortalecer a sua capacidade de resiliência e adaptação ao meio prostitucional – um ambiente repleto de situações stressantes. Algumas dessas estratégias têm sido identificadas em vários estudos com outros profissionais do sexo (Dalla et al., 2003; Koken, 2012; McKeganey & Barnard, 1996; Oliveira, 2011a; Popoola, 2013; Sanders et al., 2009, p. 44). As que eram utilizadas pelas travestis (que, até então, pareciam não ter sido alvo de investigação) estavam relacionadas fundamentalmente com cinco tipos que caracterizei como: estratégias de “agressividade”, de “passividade”, “evitamento”, de “desenvolvimento de alianças” e de “aprimoramento da intuição”. Ainda que algumas fossem “respostas imaginativas” (Pelúcio, 2007a, p. 289) e bastante sofisticadas, que ajudassem a construir uma articulada “rede de proteção” que ia desde a “casa à rua” (p. 289), a verdade é que elas não conseguiam evitar, por completo, a violência; apenas ajudavam a reduzir a sua intensidade e o número de ocorrências.

³³³ Dou conta que a ILGA-Portugal criou, em 2013, o “Observatório da Discriminação em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género” com vista a monitorizar e denunciar crimes e incidentes motivados pelo ódio contra pessoas LGBT. Através da implementação do Observatório, as vítimas (e testemunhas) podem relatar os incidentes através do preenchimento de um questionário *on-line* ou diretamente nos serviços da associação. Porém, as travestis não faziam uso deste recurso (ou porque não tinham conhecimento do mesmo ou porque não o consideravam útil).

6.2.1.1. A Agressividade

A exposição de bravura e valentia por via da manifestação de comportamentos agressivos, podia ser concretizada de diferentes formas. A mais comum era por via do escândalo (Diehl, 2009; Garcia, 2008; Kulick, 2008 [1998]; Kulick & Klein, 2010; Pelúcio, 2007a). O uso de respostas grosseiras, em tom de voz alto e ameaçador, tinha a intenção de exprimir a aparente ausência de medo e, em simultâneo, chamar a atenção de terceiros (vizinhos, transeuntes, colegas...) para virem em seu auxílio, temORIZANDO assim o presumível agressor. «*Eu estou sempre a dar respostas. Sempre! E acho que é isso que amedronta, de certa forma [...]. É falar alto, para chamar a atenção de alguma forma e automaticamente despregam-se logo de mim*», explicou-me Carina. Uma outra forma para se protegerem era por via da força física. Fabiana contou-me que já tinha dado «*com uma cadeira na cabeça*», furado «*um olho*» e até já rasgado «*a fonte de um homem*». O recurso à força e à violência – ideologicamente ligados à masculinidade – eram utilizados somente em casos excepcionais, especialmente, quando a sua vida corria perigo iminente. Reagiam dessa forma com o intuito de defesa. Elas não eram “naturalmente” violentas, como a comunicação social as descrevia. Aliás, para algumas, assumir o papel de combativa e destemida era, inclusive, uma posição que não as deixava confortáveis. «*Eu não sou assim. Não é a minha maneira de ser*», relatou-me Cristiana. Mas reconheciam que, em determinadas situações, tinham de demonstrar ser «*muito mais fortes*» do que na realidade eram. A sua audácia era, na maior parte das vezes, erradamente lida pela sociedade, construindo a imagem de serem pessoas “perigosas”. O motivo por que impunham a sua presença no espaço público por via do confronto consta do testemunho de Fabiana:

[...] temos que ter pulso firme porque se não, vão dar cabo da gente e nunca vão saber quem é [...] como já aconteceu, a Luna morreu [...] abandonada num caixote do lixo [...] eu tenho que reagir [...] tenho que dar, porque somos nós ou eles. E para eles nós não somos nada. Eles matam e nunca vão saber quem é [...]. Quem é que vai saber quem é a Fabiana que está ali a prostituir-se? Qual é o polícia que vai [querer] saber isso? Ninguém. É horrível [...] ou eu ou eles [...] eu não tenho problemas de ir para a prisão. Não tenho. Sou sozinha, não tenho família, não tenho ninguém [...] Não tenho mesmo nada a perder. De que me custa dar uma facada?! [...]. Que me custa ferir alguém que me queira fazer mal? [Fabiana]

Fabiana mostrou-me que, diante de situações limite, era necessário aprender a «*ter pulso firme*» para enfrentar os perigos e defender veemente a sua vida, uma vez ela não era menos válida do que todas as outras vidas. O facto de “não ter nada a perder”, era um trunfo a seu favor porque lhe permitia “lutar” acerrimamente para garantir a sua sobrevivência, sem se importar ser privada da liberdade, em consequência das suas atitudes afirmativas.

Nesta “luta pela vida”, havia quem munisse o seu «*ponto*» de trabalho com determinados objetos, como garrafas de vidro ou pedras da calçada, para se sentirem mais seguras. Em situações de agressão, eles constituíam-se, segundo Dalila, «*uma arma de defesa*» determinante para conseguirem intimidar os agressores por via do seu arremesso. Havia, também, quem equipasse a sua mala com “gás pimenta”³³⁴

³³⁴ Aerossol de defesa que contém uma substância causadora de cegueira temporária. Em Portugal, está classificada como “arma” e por isso, interdita. A sua posse, sem licença de uso, incorre em crime.

ou, até mesmo, facas ou navalhas. Dalila reconhecia que poderia ser detida pelas autoridades policiais caso fosse “apanhada” com um destes objetos. Mas «*que segurança é que nós temos? [...] Não temos segurança nenhuma!*», questionou ela, justificando o seu uso. Quando fui a casa da Nádia, ela mostrou-me a faca que tinha escondida no armário da eletricidade situado atrás da porta de entrada. Comprova logo depois de ter passado por uma situação de tentativa de assalto. «*Vieram dois para me roubar. Puxaram de uma faca e eu tive de ‘virar homem’, vestido de mulher*», contou-me. Com a faca em riste, afirmou-me «*se eu tiver que matar eu mato-o. [...] eu rasgo-o todo aqui dentro. Mas rasgo-o mesmo*».

6.2.1.2. A Passividade

Defender-se de atos violentos através da manifestação de posturas agressivas poderia, no entanto, colocá-las em situações de maior risco, especialmente quando esses atos partiam de grupo de jovens. «*Ali é um perigo quando tu mostras que fazes frente a um grupo de rapazes que vão para lá para gozar*», explicou-me Fabiana. Olga foi uma das travestis que me narrou ter sido agredida simplesmente por ter reagido às provocações de alguns rapazes. «*Eu estava sentada e sossegada na paragem. Passou por ali um grupo de jovens e um deles acabou por me tocar, tás a ver? E gritei-lhes “AI O CARALHO!!!!”.* Como eu disse isso, eles ‘viraram-se’ a mim», contou-me ela (Diário de Campo, 13 de Julho de 2012). Por receio de serem batidas, algumas travestis procuravam manter uma atitude passiva, não elaborando contrarrespostas ou tentando “fugir” calmamente para outra rua.

[...] quando aparece pessoa a tentar arranjar confusão eu tento evitar e ir embora ou não dando conversa [...]. Normalmente me afasto um pouco ou viro costas para evitar. É a melhor solução. Porque às vezes quando agente dá conversa acaba por gerar confusão. [Olga]

[...] quando vem a turminha eu não falo. [...]. Já me afasto [...]. Quando eu vejo que começa a vir e vejo que eles estão bêbados, a conversar alto, vou-me afastando. E quando param dois para falar também não falo. Se for uma informação até dou. «*Onde fica a rua tal...*». Dou. Agora, se for sobre o meu trabalho, eu não quero muita conversa. [Rafaela]

Quando porventura não lhes era possível “fugir”, acabavam por ter de ouvir, calar, tolerar e ignorar os insultos, as ameaças, as intimidações que deliberadamente lhes eram dirigidas. Por várias vezes, presenciei o silenciamento das travestis. Certa noite, estava na Rua Luciano Cordeiro a falar com uma delas. Devia ser próximo das duas da manhã. A rua estava praticamente deserta. De súbito, ouvimos vociferar «*PUTAAAAA!!!*» num tom de voz bastante alto. Ficámos em sobressalto. Olhámos para o fundo da rua a fim de compreendermos o que se passava. A voz provinha de um grupo de cinco jovens (aparentemente com idades inferiores a 25 anos) que, entretanto, se aproximavam do local onde nos encontrávamos. Ao longo do caminho, a palavra foi repetida por mais duas ou três vezes. Depois, acercaram-se de nós, olharam para a travesti e, no mesmo tom agressivo, gritaram junto à sua cara «*Oh Puta. És mesmo feia! TRAVECA DO CARALHO!!!!*». A travesti não contestou a agressão. Baixou a

cabeça. Receosa de um confronto físico caso reagisse, permaneceu em silêncio até os jovens se distanciassem dali. Disseram o quiseram, humilharam, silenciaram e, ilesos, foram-se embora.³³⁵

6.2.1.3. O Evitamento

Evitar comportamentos que, de alguma forma, aumentassem o risco de vitimação era, também, uma outra estratégia de proteção adotada pelas travestis. Deslocar-se a casa dos clientes, bem como a locais desconhecidos e isolados eram, por exemplo, um desses comportamentos. Evitavam que os clientes as levassem para zonas externas ao *Conde* por receio destes se dirigirem para locais «*escuros*» e «*descampados*». Procuravam, assim, serem elas a conduzi-los para locais que fossem do seu conhecimento, como ruas, “pensões” ou apartamentos pessoais porque sabiam que, aí, podiam contar com apoio de colegas e funcionários e gerentes dos estabelecimentos; e, em caso de necessidade, pôr-se em fuga e solicitar ajuda. Caso utilizassem a viatura do cliente para se deslocarem até esses locais, muitas delas, como Bianca, evitavam também a utilização do cinto de segurança. «*Se for preciso sair rápido, é num instante*», explicou-me. Durante a prestação dos serviços sexuais, tendiam a não se despir primeiro que os clientes para conseguirem controlar as suas movimentações e identificar “algo suspeito”.

Há aquelas que dizem «*ah, eu vou pagar o quarto e já venho*». Não faço isso. Pago o quarto no final se for o caso, eu estou sempre presente e sei sempre os passos que ele dá. [...] Gosto de ver as pessoas a despirem, se é muito cuidadosa com o casquinho, tem bolsos, e eu tento sempre barrar qualquer coisa que não faça parte daquele contexto... Eu observo muito. [Bianca]

Havia, ainda, quem deixasse a porta do quarto destrancada para conseguir fugir e ser socorrida mais facilmente em caso de desentendimento com o cliente. Evitavam, também, transportar dinheiro, documentos, telemóveis e chaves de casa na mala para, caso fossem assaltadas, conseguirem preservar os bens. Dinheiro e documentos costumavam estar escondidos nas botas ou ligas; o telemóvel colocado no sutiã e as chaves nos bolsos. Quando, porventura, saíam com “bons clientes” que lhes pagavam mais dinheiro do que o negociado, havia quem solicitasse ao gerente da “pensão” para o guardar temporariamente. Leila tinha uma outra estratégia. Depositava-o debaixo das pedras da calçada por ser um local onde habitualmente ninguém deixa dinheiro. «*Já aconteceu ter lá botado o dinheiro e no dia seguinte o ir pegar, e ele lá se encontrar!*», disse-me ela (Diário de Campo, 12 de Outubro de 2012). Nem todas as pedras da calçada serviam, no entanto, para depositar as notas. Explicou-me que as pedras deveriam estar num local recôndito de forma a permitir que os transeuntes não passem por cima delas. E o dinheiro só lá era depositado quando tivesse a certeza que ninguém estava a observá-la.

³³⁵ Sabe-se que os comportamentos se alteram em grupo. Estes jovens, ao agirem como se constituíssem um “bando”, afirmavam-se perante os pares através da demonstração de atitudes de “valentia”. Não participar nelas era dar parte fraca, algo bastante desprestigiante, motivo suficiente para serem insultados pelos outros.

6.2.1.4. O Desenvolvimento de Alianças

Uma outra forma de zelarem pela sua segurança era por via do desenvolvimento de alianças com determinados atores sociais existentes no *Conde*. As alianças mais comuns eram realizadas com outras colegas, responsabilizando-se umas pelas outras. Quando uma entrava na viatura de um cliente desconhecido, a outra memorizava a sua marca e matrícula para posteriormente a anotar num papel, a fim de ficar com o seu registo caso fosse necessário denunciar alguma agressão. As colegas serviam, também, para estarem em alerta. Decorridos a duração média da prestação dos serviços sexuais sem que reaparecessem no seu «*ponto*», telefonavam às amigas para confirmarem se elas estariam bem. «*Temos ali uma cumplicidade*», disse-me Dalila ao falar da Ivone. «*Ela vai fazer, por exemplo, uma escada. Eu, quanto estou ali na rua, estou sempre com atenção à escada que ela foi fazer para ver se não há problemas. Ou vice-versa*», confirmou.

Os porteiros dos estabelecimentos de diversão noturna existentes no território eram também elementos a quem elas, por vezes, se aliavam para se protegerem das várias agressões. O Joel, porteiro de um dos bares de *striptease*, era a pessoa que frequentemente as “safava” em situações de crise. «*Ele quando houve um gritinho a mais, deixa a porta do serviço para ver o que é que se está a passar na nossa esquina. Já aconteceu [...] estarem a tentar roubar-nos a mala e a gente começar aos gritos e ele pôr-se a [...] a correr e ir ao nosso alcance*», explicou-me Dalila.

6.2.1.5. O Aprimoramento da Intuição

Diante da enorme probabilidade de virem a ser vítimas de agressões, as travestis acabavam por aprimorar, ao longo da prática profissional, o seu “sexto sentido”, isto é, a capacidade (quase que) paranormal, relacionada com a intuição, de conseguirem analisar, avaliar e identificar possíveis situações de risco. «*Às vezes há aquela vibração, aquele feeling*», disse-me Cristiana. «*É um clique*», adiantou. Dalila acreditava existir «*qualquer coisa*» que a «avisava» dos perigos sem, no entanto, chegar a compreender ao certo do que se tratava. Estefani falava em «*instinto*» para descrever os (maus) pressentimentos que, por vezes, lhe surgiam face a pessoas ou circunstâncias que poderiam colocá-la numa condição periclitante. Mas «*não posso dizer o que é*», respondeu-me ela, também sem saber ao certo o que eram esses pressentimentos. Esta capacidade era meramente baseada em indícios sensoriais que lhes concediam “segurança” ou “dúvida”. E era perante eles que tomavam as suas decisões de ir ou não com o cliente; abandonar ou não, de imediato, o «*ponto*». Disse-me Alessandra: «*tem clientes ali que a Paloma olha, fala “olha, eu não vou, eu tô com medo”, e ela não vai. E eu também não vou, entendeu? [...] eu olho para a cara. Se eu me sentir bem eu vou, se eu não me sentir bem eu não vou*». Ainda que esta capacidade não fosse compreendida em absoluto pelas travestis, a verdade é que, inexplicavelmente, ela era, muitas vezes, certa. Bianca reforçou, no entanto, uma convicção: só deveriam confiar neste “sexto sentido” se tivessem sóbrias, uma vez que o álcool alterava consideravelmente a sensação de segurança e deixava-as menos vigilantes perante indícios que

evidenciavam estar perante situações de risco. «*Aquelas que bebem antes de ir para a rua, não é bom. A bebida [...] torna a pessoa menos atenta*», afirmou.

6.3. TRAUMA(S): OS EFEITOS DA VITIMIZAÇÃO

Estar exposta, de forma repetida e prolongada, a diversas formas de agressão tinha, obviamente, implicações no bem-estar físico e emocional das travestis. A gravidade de algumas agressões, combinado com a vivência diária de episódios stressantes inerentes à “natureza intrusiva” (Vanwesenbeeck, 2005, p. 628) da prostituição e o sofrimento que daí advinha, punha-as em risco de desenvolverem problemas de saúde mental, traumas (Mizock & Lewis, 2008; Spicer, 2010; Richmond et al., 2012) e comportamentos autodestrutivos por via do uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas e de práticas sexuais de risco, como mecanismos de “redução de tensões” (Richmond et al., 2012, p. 48) diante das circunstâncias adversas.

6.3.1. Consumos e Adições

O álcool era uma substância bastante consumida entre as travestis (Dias et al., 2011, p. 13). Poucas eram as que não faziam uso frequente dela.³³⁶ Os espaços de divertimento noturno, como bares ou discotecas, eram locais de consumo intenso. Como me explicou Rebeca «*faz parte da diversão, da euforia*». Priscila bebia sempre que saía, ou seja, «*dia sim, dia não*», disse-me ela, evidenciando que esse consumo era muito recorrente, quase diário, configurando num uso abusivo. A par dos espaços de divertimento noturno, o *Conde* era também um local onde as travestis ingeriam bastante álcool. Começavam a beber, grande parte das vezes, horas antes de se prostituírem, quando ainda se encontravam em casa. «*Eu normalmente começo a beber a partir das seis da tarde*», proferiu Estefani, explicando-me que a bebida fazia parte do seu ritual preparatório. «*Gosto de jantar, a gente bebe, depois a seguir vêm as caipirinhas, depois eu venho aqui para o quarto e eu fumo os meus cigarros*», adiantou. Rebeca confidenciou-me que chegou a «*beber quatro garrafas de bebida antes de sair de casa para ir para a rua. Vinho verde, vinho branco, fosse o que fosse. Era vinho!*». Já no *Café do Carlos*, local onde as travestis tinham por hábito reunir-se, esse consumo era continuado através da ingestão de vários copos de *whisky*, *Martini*, moscatel ou cerveja. Chegada a hora de encerramento do café aproveitavam para se abastecer de tabaco e cervejas e, após o seu fecho, havia quem se mantivesse à porta, a conviver por mais algum tempo, até terminar as bebidas que haviam comprado à última da hora. Só depois se deslocavam para os seus «*pontos*», dando início à prostituição, muitas delas, já visivelmente embriagadas.

Rebeca, assim como muitas outras travestis, tinha consciência que prostituir-se na rua implicava necessariamente ter de consumir álcool. Ela própria afirmou «*Nunca vou conseguir ir para a rua sem beber*». Das razões apontadas para isto ocorrer, Dalila destacou a necessidade de combaterem as

³³⁶ Das entrevistadas, apenas quatro (Leila, Zara, Nádia e Olga) referiram “não consumir” ou apenas “consumir ocasionalmente”.

condições meteorológicas adversas que, particularmente durante o inverno, se faziam sentir. Dado que trabalhavam à noite, nas ruas, com roupas de reduzidas dimensões, sofriam bastante com o frio. «*É uma maneira de a gente se manter quentes*», disse-me ela. Embora o álcool as ajudasse a manter quentes, esta não era “a razão” por que o consumiam. Elas faziam-no porque, na verdade, o álcool tinha um efeito desinibidor que lhes permitia vencer a timidez e ficarem mais «*à vontade*» para abordarem os clientes. «*Sou um pouco envergonhada*», confidenciou-me Ivone. Então «*eu tenho que beber para perder a vergonha [...] quando estou sem álcool não consigo*», acrescentou. À semelhança de Ivone, Rafaela referiu-me que bebia para «*conseguir estar ali*». Acreditava que, sóbria, não teria certamente a atitude expansiva e extrovertida que lhe permitia colocar em prática, e com eficácia, as suas estratégias de *marketing* pessoal que passavam pela provocação. Com a ajuda do álcool ela conseguia desinibir-se, gerar euforia e ter «*mais atitude*» para falar de maneira «*atrevida*», facilitando não só o processo de aliciamento de clientes, como também a própria execução dos serviços sexuais.

Rebeca não nega já ter-se prostituído «*perdida de bêbeda*», como ela própria descreveu. «*Era o que me dava a coragem, o que me dava vontade de ali estar, era o que me tirava o frio, era o que me tirava o medo, era o que me tirava tudo*», disse-me. Além de desinibidor, o álcool tinha um efeito profundamente anestésico que ajudava a aliviar, temporariamente, a sensação de perigosidade que a prostituição oferecia. Com ele, «*o medo*» desvanecia-se porque os custos emocionais associados ao trabalho sexual pareciam estar mais distantes em decorrência do seu “adormecimento”. Para algumas travestis, em especial as que não se encontravam tão empoderadas, a prostituição era sentida como uma atividade «*dura*» e bastante «*cansativa*», razão pela qual necessitavam de estar “sedadas” para conseguirem suportar as inúmeras opressões a que estavam sujeitas.

Eu não gosto de estar aqui consciente, normal. Eu não consigo encarar isto porque é muito pesado para mim. Porque é duro! É duro estar ali [...] comecei a perceber que eu sã, não dá. Não dá para encarar [...]. Tu tens de estar dopada. Percebes? Epá! [...] uma coisa te garanto [...] nesta vida, se não é droga é bebida, se não é bebida são comprimidos. Tem de haver um substituto. [...] não há ninguém que consiga estar ali sã. Os primeiros tempos, tudo bem, consegues. Mas depois é massacrante, é cansativo, é pesado. [Marlene]

O padrão do consumo de álcool tendia a ser excessivo, repetido e recorrente. Havia quem o reconhecesse. Mas a generalidade apresentava reservas em admitir que tinham problemas de alcoolismo, preferia-o negar ou desvalorizar. «*Às vezes exagero, mas toda a gente exagera, né?*», disse-me Bianca.

Ainda que elas abusassem do álcool, não chegavam a manifestar sinais de dependência. Rebeca era, talvez, de todas as travestis, a que exibia uma forte compulsão para beber. Ela não só tinha uma enorme dificuldade em manter o controlo da quantidade ingerida de álcool, como apresentava elevada tolerância à bebida (chegando a ingerir grandes quantidades para conseguir ficar alcoolizada) e, inclusive, síndrome de abstinência, expresso em tremores, suores e ansiedade, quando privada do álcool.

O álcool eu não passava um dia sem beber. Às vezes era às quatro garrafas de vinho por dia. Eu bebia uma garrafa de vinho do Porto em uma hora. [...] chegava de manhã, via as garrafas vazias e eu nem acreditava porque eu já aguentava TANTO, chegava ao ponto de beber 15/20 *whiskys* numa noite... bebia bastante em casa, depois ainda ia para a rua, ia para os cafés da rua e depois ia para o *Finalmente* e continuava a beber até de manhã. E isso também estragou bastante o meu corpo. O álcool engorda bastante, descontrola [...].

Quis muitas vezes sair, entrei muitas vezes em fase de desespero [...] estava viciada naquilo. [...] [mas] sentia a falta do álcool. Eu acordava, passava aquelas horinhas, as primeiras horas do dia, chegava para aí às seis, sete horas da tarde, o meu corpo tremia por todo o lado [...]. Enquanto eu não fosse comprar uma cerveja... mesmo que eu bebesse uma imperial ou duas, passado um bocadinho, aquele tremor vinha outra vez porque não tinha álcool suficiente e eu tinha de beber. Eu jantava uma garrafa de vinho e depois era mais uma garrafa do vinho do Porto [...] muita gente me alertou. Pessoas que, eu sei, que gostavam mesmo de mim, e que me chegaram a alertar «*controla-te*», «*começa-te a controlar*». [Rebeca]

Por várias vezes, ao longo de vários anos, Rebeca expressou o desejo de reduzir, controlar ou cessar os consumos. Todos os esforços empregues para conseguir concretizar esse desejo foram, no entanto, sempre malsucedidos. Na altura em que procedi à entrevista com ela, em sua casa, chegou a garantir-me que tinha superado a adição. «*Hoje em dia não bebo [...] consegui superar o vinho, o álcool, que foi bastante difícil [...]. Estou bem comigo mesma*», afirmou-me. Mas 20 dias depois, quando fui etnografar o *Finalmente Club* reencontrei-a visivelmente embriagada, a realizar um *show* de transformismo que, porventura, desafiou as gargalhadas dos presentes porque empossava, na mão, um enorme vibrador que simulava de microfone, enquanto tentava, com dificuldade, sustentar-se em pé, em cima do palco de tão alcooolizada que estava.

Á semelhança do que foi identificado em outros estudos,³³⁷ observei que a maior parte das travestis também apresentava um historial de uso e dependência de drogas, em especial de cocaína – designada, por elas, de «*pemba*» – consumida por via inalada ou fumada. «*Todo o mundo já deu um tapinha mesmo*», confirmou-me Cynthia. Para algumas delas, as experiências de consumo estendiam-se a outras substâncias psicoativas como a canábis, a heroína, o *ecstasy*, as anfetaminas e os medicamentos variados (Dias et al., 2011, p. 13). As narrativas recolhidas deram-me a conhecer que estes consumos tinham sido iniciados em idade bastante jovem, entre os 16 e os 21 anos, logo após terem fugido ou sido expulsas dos ambientes familiares de origem, imergido nas grandes cidades e entrado nos contextos de prostituição. Isto não significava, no entanto, haver uma relação de causalidade entre prostituição e abuso de drogas (Silbert, Pines, & Lynch, 1982). Significava que os consumos eram a expressão do desejo de se sentirem parte integrante de um grupo que, até então, não tinham tido oportunidade de pertencer. Não é, pois, de estranhar que tivessem sido iniciados, precisamente, por influência de pares e namorados aquando da tentativa de construir novas redes de sociabilidade.

[...] sabes como é que é as más companhias. «*Ah, experimenta aqui isto que te vais aliviar*». Pois vês uma a fazer uma coisa e vês outra a fazer outra coisa e depois também queres experimentar. Foi com uma aqui da rua que eu conheci o que era a droga. Não sabia o que era. Chamom sabia [...]. Agora heroína e cocaína nunca tinha visto na minha vida e fui aprender com elas e tive um ano agarrado. Até que eu disse «*Estou a estragar a minha vida. Então eu estou aqui a dar o meu corpo, para ir comprar esta merda? Não!*». [Dalila]

Acredites ou não eu acho que foi as influências [...] que me prejudicaram porque eu sempre tive uma noção que cocaína era horrível, mas as pessoas com quem eu lidei, com quem fiz [...] as primeiras amizades foi o que deu cabo de mim, foi o que... fiquei agarrada [...]. [Fabiana]

³³⁷ Veja-se, por exemplo, Cabral et al. (2013), Duarte e Clemente (1982), Garcia (2008), Loehr (2007), Kulick (2008 [1998]), Namaste (2000), Pelúcio (2005b, 2007a), Reisner et al. (2009), Rocha, Pereira e Dias (2013) ou Sausa et al. (2007).

As drogas surgiam facilmente nos ambientes informais, de descontração e divertimento, como casa de amigos, bares ou discotecas. Nestes locais era frequente a existência de consumos mistos associados a outras drogas, álcool e tabaco o que, por vezes, configurava-se num quadro explosivo e bastante arriscado. «*Cheirava e bebia e ficava doida, cocada [...] o ruim era no outro dia. Uma depressão horrósa*», afirmou-me Alessandra. Os consumos também emergiam nos contextos prostitucionais, grande parte por aliciamento dos clientes. Alguns «*colocados*» (clientes com adições às drogas), não querendo «*dar um tapa*» sozinhos, pagavam às travestis para que elas fossem suas parceiras. Com companhia, o “divertimento” ficava «*mais explosivo, mais ativo, mais elétrico*», garantiu-me Carina.

Quando, porventura, a “brincadeira” (de uso pontual e controlado) se tornava parte de um “estilo de vida” (de uso regular e indiscriminado), com consequência no aumento do consumo, a situação acabava por se tornar preocupante. Estefani recorrentemente dizia, para si mesma, «*não podes deixar a droga brincar contigo, mas sim tu brincas com ela*» por recear «*virar carocha*». Ela sabia que devia «*ter cabeça*», ou seja, controlo e autodomínio para «*saber entrar e sair*» dos consumos. Porém, ao fim de três anos a consumir esporadicamente cocaína deu-se conta de uma alteração no seu comportamento: estava «*agarrada*», dependente das drogas.

[...] gostava... da moca em si, pronto. Posso-te dizer isto. [...] Iniciei numa brincadeira «*Bem...que estalo! O que é isto? Bem, espera aí!*» entendes? Por brincadeira. Depois passei por aquela coisa [...] eu e um grupo de amigas que alugámos uma casa e vivemos juntas, nós fazíamos o “dia da tábua redonda”. Sentávamos todas na mesa, que era uma mesa de vidro, [...] jogávamos às cartas três dias seguidos a ouvir música, cada uma com o seu cachimbinho-garrafinha em cima da mesa. Cada uma tinha o seu pacotinho, tinha a sua cocaína, percebes? E assim durante três dias seguidos sem ir à cama! Consegues imaginar? [Estefani]

A permanência nesta rotina (por vezes durante anos) conduzia-as a uma deterioração progressiva da imagem corporal. «*Ficas muito magra, ficas um bocadinho degradada*», descreveu-me Estefani. E isso tinha, obviamente, consequências no recrutamento de clientes. O dinheiro obtido com os poucos que desejavam ter relações sexuais com elas era, quase todo, canalizado para o financiamento dos custos associados ao consumo, o que, por vezes, as deixavam em situações de grande penúria económica, chegando ao ponto de não terem dinheiro para a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação ou o alojamento, sendo este um motivo de “tensão, sermão e até expulsão” (Pelúcio, 2007a, p. 248) de algumas delas das habitações que partilhavam com outras travestis. «*Perdi tudo, perdi a casa, fiquei a viver na rua outra vez, ah... não tinha forças para nada... acabei comigo própria*», explicou-me Fabiana, desgostosa. Tais circunstâncias levavam a que algumas se envolvessem em atividades ilícitas, como roubos ou furtos a fim de incrementarem os seus rendimentos.

Chegar a um estado de extrema precariedade, pobreza e exclusão social devido à dependência de drogas era, para certas travestis, uma triste realidade. Tracy, por exemplo, transformou-se numa sem-abrigo, dormindo em caixas de papelão nas ruas da Baixa-Chiado e Bairro Alto, conjuntamente com os seus três cães, sobrevivendo através de esmolas e caridade alheia.³³⁸ A situação dela não era a única.

³³⁸ A história de Tracy foi exposta no blogue *Cronista Sem Abrigo* (3 de Julho de 2016)..

Gisela era uma travesti brasileira, bastante dependente do álcool e cocaína. Sempre que surgia no *Conde* parecia estar sob o efeito destas substâncias. A 31 de Outubro de 2014, aquando da realização de uma *brigada*, Gisela apresentava-se com visíveis dificuldades em manter-se em pé, falando comigo apoiada nos semáforos. Por vezes, faltavam-lhe as forças e caía para o chão, onde aí permanecia deitada até conseguir, com a ajuda dos restantes elementos da equipa de rua, levantá-la. Gisela chorava compulsivamente, borrando a maquilhagem, dizendo-nos que queria morrer. Depois de restaurar forças, lançou-se, por duas ou três vezes, para o meio da estrada para ser atropelada pelos carros e pôr termo à sua vida. Mas mal deu alguns passos, caiu de novo no chão. Gisela estava, já, num estado-limite. No dia seguinte, preocupado com ela, mandei-lhe uma mensagem pelo *facebook*. E, a partir daí, fomos mantendo o contacto.

[01-11-2014]

Nélson – Gisela, como estás? Ontem assustámo-nos muito contigo. Esperemos que estejas bem. Assim que puderes, dá-nos novidades. Beijos

[02-11-2014]

Gisela – Estou no fim da minha reta. Perdi a vontade. Não tenho mais forças pra continuar.

Nélson – Querida Gisela, só quem chega ao fundo do poço é que sabe que aí não deseja estar e, por isso, a solução é uma mudança radical e procura de soluções. Se quiseres podemos ajudar-te a procurar locais especializados para o tratamento das drogas/álcool. Queremos o teu bem e acreditamos que ainda há muita vida pela frente. Depende de ti. E se já não tens mais forças utiliza-nos como bengala para te apoiares. Vais ver que vais sair desta. Depois diz-nos alguma coisa. Beijos

[12-11-2014]

Gisela – Obrigada Nélson [...] estou de repouso, mas estou melhor sim, vou tentar combater contra o álcool e as drogas.

Nélson – Se precisares temos contactos (diretos) com médicos especialistas. É só nos dizeres e acompanhamos-te às consultas. Sem problema. E nada de vergonha, ok?

[17-11-2014]

Gisela – Amanhã ou depois de amanhã vou fazer uma visita no IN-Mouraria,³³⁹ vou aproveitar que não estou trabalhando. A Catarina [enfermeira voluntária do projeto Trans-Porta] foi ao hospital comigo. Não sei nem como agradecer. Ela nem imagina a força que me deu [...] vcs são anjos [...] eu adoro-vos de coração [...] ainda vcs vão ter muito orgulho de mim!

Pouco depois desta tentativa de construir motivação para que Gisela aderisse a um projeto terapêutico, o seu telemóvel e redes sociais deixaram de estar contactáveis. Ainda questionei algumas colegas de rua sobre o seu paradeiro. Informaram-me que, durante as últimas semanas, também a deixaram de ver no *Conde*. Estranhando este comportamento, voltei a contactá-la via *facebook* no início do mês de Dezembro. Mas não obtive qualquer resposta. Dia 1 de Janeiro de 2015, recebi uma mensagem de Alessandra, a comunicar-me que Gisela tinha sido encontrada morta, num barracão, na zona da Amadora. Falecera, dias antes, por altura do Natal, com uma overdose.

Era, especialmente depois de se confrontarem com situações alarmantes no seu estado de saúde («*eu simplesmente não conseguia dormir e julgava eu que não estava a respirar. Isso assustou-me muito e eu preferi cortar*»), disse-me Bianca) ou com a decadência e morte de algumas pessoas conhecidas, que as travestis tomavam a decisão de abandonar o consumo de drogas. O “choque” era o momento de

³³⁹ O IN-Mouraria é um projeto do GAT-Portugal que providencia respostas (sociais e de saúde) a utilizadores de drogas a fim de reduzir riscos e danos associados ao consumo de drogas.

viragem necessário para tomarem real consciência dos riscos inerentes a esses consumos e darem início à sua recuperação que, quase nunca, era efetuada com recurso a acompanhamento clínico. Na maior parte das vezes, ela ocorria por forte determinação pessoal podendo, nalgumas situações, contar com a ajuda de amigos ou namorados. O sucesso da recuperação da Estefani implicou a necessidade de se «afastar de certas pessoas» com as quais partilhava consumos para, segundo ela, não se «afundar igual». «Para a saída disto, tens de ter a cabeça no lugar [...] tens de ser forte», afirmou-me. Cristiana decidiu nunca mais «tocar» em drogas depois de se aperceber que, se não o fizesse, naquele preciso momento, não valeria a pena: ou morria ou sobrevivia. «E então tive que me curar mesmo», disse-me. «Já vai para 15 anos que nunca mais toquei em drogas». Há quem, como ela, tenha abandonado os consumos há largos anos. Outras, como Alessandra, só o fizeram muito recentemente (menos de 12 meses). Independentemente do tempo de cada uma, a libertação da dependência foi descrita, por todas, como um ato de “renascimento” para vida.³⁴⁰

Dado que muitas tinham largado o vício, havia, atualmente, travestis que não consumiam qualquer tipo de drogas, especialmente drogas “duras”. Era diminuto o número de travestis que apresentava dependência visível. Algumas consumiam-nas somente de forma ocasional com clientes ou amigas em ambientes festivos e, como tal, não se reconheciam como “viciadas”. Marlene era, talvez, de todas elas, quem mantinha um consumo regular. Era adita à heroína, sentindo necessidade de a consumir todos os dias. E, caso não o fizesse, o corpo “ressacava”. «Eu estou sempre mal», explicou-me, queixando-se da sua “síndrome de abstinência”. Momentos antes de a entrevistar na sua barraca, situada na Reboleira, teve de proceder a um consumo prévio para conseguir conversar confortavelmente comigo. Marlene tinha uma rotina diária fortemente estipulada pela necessidade de garantir esse consumo.

Levanto-me às três da tarde, fumo uma quarta de castanha, tiro a ressaca, arranjo-me, pinto-me e vou para [a mata de] Rio de Mouro [local de prostituição].³⁴¹ Em Rio de Mouro faço 100€, venho, compro 50€ de 1 grama de *castanha*, mais 10€ para o outro dia, mais 10€ para comer. Dou 5 a ele [dono da barraca com quem se encontrava a viver]. Sempre assim. É a minha rotina. Todos os dias é isto. [Marlene]

Era nos bairros sociais da Amadora que adquiria a droga e a consumia dentro das «casas de consumo». Ainda que, nestes locais, se deparasse com «a casa cheia, com muita gente», reconhecia que se encontrava só e na mais profunda solidão. «Nós estamos todos sozinhos», disse-me. Marlene apresentava um evidente cansaço da sua rotina, que a prendia e a viciava. Sabia que estava no limite das suas forças. Daí ter-me implorado: «eu preciso desesperadamente de ajuda. Eu preciso de sair disto. Já não dá. Não dá, não dá, não dá. Não consigo [...]. Eu tenho de entrar num programa qualquer».

Uma grande parte das travestis fazia consumos apenas de drogas leves, nomeadamente de canábis. Quase todas fumavam um «charrinho» de vez em quando. Fabiana era das únicas, cujo consumo era

³⁴⁰ Foi possível identificar uma relação entre consumo e idade: o consumo de álcool e drogas diminuía com o avançar da idade. Travestis mais velhas reportavam menos situações de consumos do que as travestis mais novas.

³⁴¹ A Estrada Nacional 249 (que segue paralela ao IC19 e liga o Cacém a Rio de Mouro) é, há várias décadas, local de exercício da prostituição feminina (porventura o único no concelho de Sintra) em virtude das suas características de relativo isolamento (proximidade a área florestal bastante arborizada, onde são depositados lixos domésticos e industriais) mas de tráfego intenso.

mais frequente e efetuado em doses excessivas: fumava mais de 15 «charros» por dia, a maioria à noite. «Custa-me muito dormir e o charro ajuda-me. [...] se eu não fumar [...] fico mais nervosa...», disse ela, com o objetivo de me explicar que a canábis lhe proporcionava uma profunda sensação de descontração e relaxamento. Já as motivações apresentadas para fumar durante o dia prendiam-se com a necessidade de alterar o seu estado emocional. «Não tenho paciência para lidar com ninguém, não tenho... não sou tão afável [...] quando eu estou mesmo sóbria, sóbria, sóbria, fico de cara fechada, fico reservada, não falo com ninguém». O consumo era, na verdade, um «escape» que a ajudava a sentir-se confortável consigo mesma para conseguir estabelecer relações sociais “saudáveis”. Para as restantes travestis, as motivações do consumo de canábis pareciam ser um pouco diferentes. Quando realizado individualmente, estavam ligadas ao “alívio” passageiro do sofrimento e à promoção de um maior bem-estar perante as dificuldades da vida diária. «A gente fuma e deixa a nossa cabeça aliviada, parece que a gente esquece tudo [...], os problemas [...] isto adormece-me [...]. Eu faço isso mesmo para tentar esquecer», afirmou-me Olga. Mas consumidas entre pares, concedia-lhes ânimo e euforia em decorrência do aumento do humor e da alteração da consciência e percepção.

A existência de dados nacionais relacionados com o uso de álcool e drogas em travestis trabalhadoras do sexo são relativamente escassos, conhecendo-se apenas os estudos de Dias et al. (2011, 2014). Através desta investigação alargou-se um pouco mais esse conhecimento. É possível assumir-se que o consumo era usado, frequentemente, como um mecanismo psicológico para protegerem o seu *eu* e conseguirem enfrentar a difícil realidade do estigma, da violência e da discriminação existente no seu dia-a-dia. Na verdade, a vida travesti podia ser tão opressiva que, algumas procuravam obter desses consumos efeitos inebriantes como estratégia de alheamento da realidade para manterem a sua sobrevivência psicológica. Esses consumos eram, no entanto, produtores de riscos, favorecendo: (i) a ocorrência de conflitos e discussões no espaço público com colegas, clientes e transeuntes («*implicava com toda a gente*», disse Rebeca) associados às alterações comportamentais; (ii) o aumento da vulnerabilidade à violência (Surrat et al., 2004) uma vez que o consumo as deixava menos atentas às situações de perigo, conduzindo-as ao não cumprimento rigoroso das estratégias de proteção pessoal (menor seletividade clientelar; deslocação para locais inseguros, como matas ou domicílios; práticas sexuais em grupo, etc.); e (iii) uma maior permissividade a práticas sexuais desprotegidas, ficando suscetíveis de contrair e transmitir IST.³⁴² Dada a incapacidade de estarem plenamente conscientes, podiam esquecer-se de utilizar o preservativo e/ou quebrar as suas próprias regras do sexo seguro.

6.3.2. Saúde Mental

As elevadas experiências de abuso, vitimação e episódios stressantes vivenciados ao longo da trajetória de vida das travestis, desde a infância até à vida adulta, tanto no trabalho sexual como na vida privada, impactavam negativamente na sua saúde mental, favorecendo uma reduzida sensação de bem-estar e

³⁴² Este tipo de risco tem sido identificado por vários autores, nomeadamente, Clements-Nolle et al. (2006), Dias et al. (2014), Longshore e Hsieh (1998), May e Hunter (2006), Ribeiro et al. (2005), Sausa et al. (2007), Winter (2012).

autoestima, comprometendo o equilíbrio emocional e potenciando o desenvolvimento de problemas psíquicos. Investigações com outros trabalhadores do sexo (predominantemente de contextos de rua)³⁴³ já haviam documentado que a depressão, ansiedade, apatia, insónias, transtornos alimentares, traumas, desordens de stresse pós-traumático, *burnout* e sintomas de ideação suicida estavam intimamente relacionadas com o abuso físico e emocional experimentados, assim como com o consumo de álcool e drogas, que tanto podiam ser causa como consequência destes.

O sentimento que muitas travestis apresentavam de serem estigmatizadas, quer por causa da natureza do seu trabalho, quer da sua expressão e identidade de género, contribuía fortemente para agravar o estado da sua saúde mental, que, aliado a situações geradoras de tensão e ansiedade (p. ex. falecimento de pessoas da sua rede de suporte) ou situações traumáticas (p. ex. agressões físicas) (Mizock & Lewis, 2008; Richmond et al., 2012; Spicer, 2010) davam origem a sentimentos de exaustão emocional. Havia quem me tivesse declarado ser uma pessoa «*depressiva*» ou com problemas do foro emocional. Nádía referiu-me fazer uso de medicação psiquiátrica para se «*estabilizar*» e Carina manifestou-me o intenso desejo de possuir um acompanhamento psicológico que a ajudasse a reforçar a sua autoestima. Porém, admitir abertamente estas necessidades diante de outras travestis era algo que a maioria não fazia por medo de serem conotadas como «*fracas*», «*instáveis*» ou, até mesmo, «*malucas*». Quando questionei Diva se alguma vez tinha tido algum problema de saúde mental, respondeu de forma bastante afirmativa «*Não! Nunca!*», explicando-me em seguida «*sou uma pessoa muito forte. Nunca tive depressões. Não sei se se nota ou não, mas dizem que sim, sou muito forte. Não vou abaixo assim tão facilmente. Eu estou sempre em alta* [risos]. *É bom, não é?*», como se quisesse a minha aprovação perante a sua dúvida.

Numa das noites, em conversa com Leila, descobri que ela era fã da cantora e diva franco-egípcia de origem italiana Dalida – não pelos seus sucessos musicais, mas pela sua história pessoal, com a qual se identificava. Dalida passou a vida dedicada a homens que sempre a fizeram sofrer. O historial de “desamores” traduziu-se fisicamente numa depressão profunda que, mais tarde, a levou a uma morte trágica por via do suicídio. Leila mostrou-me saber aprofundadamente a biografia da cantora, tendo-me confidenciado que um dia gostaria de por termo à vida da mesma forma que Dalida, ingerindo medicamentos e morrer no quarto sem ninguém dar conta. Dalida, acabou por deixar aos seus fãs uma nota de suicídio com a frase: «*Perdoem-me, a vida tornou-se insuportável para mim*». Na verdade, ainda que a maioria das travestis verbalizasse valorizar a sua vida, havia quem preferisse morrer para acabar, de vez, com a dor e o sofrimento. Rebeca era exemplo de quem tinha considerado a hipótese, por várias vezes, de se suicidar. «*Muitas vezes senti-me inútil, muitas vezes sentia-me a mais. Muitas vezes senti que não fazia sentido estar aqui e, se calhar, [...] [o melhor era] desistir de tudo*», confidenciou-me. Felizmente nunca chegou a concretizá-lo porque, nesses momentos, «*os meus filhos vinham sempre à*

³⁴³ Nomeadamente, os que foram produzidos por Alegria et al. (1994), El-Bassel et al. (1997), Farley e Barkan (1998), Hong, Li, Fang e Zhao (2007), Kidd e Kral (2002), McKeganey e Barnard (1996), Schreiner et al. (2004), Teixeira (2010), Ulibarri (2009), Vanwesenbeeck (2005), entre outros.

minha cabeça e via que não podia. Eles precisavam de mim», explicou-me. Mas se Rebeca nunca chegou a operacionalizar os pensamentos, Fabiana não nega de o ter feito. «*Tentei muitas vezes o suicídio, é verdade, eu não escondo nada disso*», afirmou, mostrando-me que o cansaço físico e psicológico era demasiado. Ingeriu comprimidos; deixou de comer, ficando sem «*forças para andar*»; e automutilou-se nos pulsos, cujas marcas desse passado estavam ainda visivelmente bem preservadas.³⁴⁴

³⁴⁴ Estudos indicam a existência de altas taxas de suicídio e tentativas de suicídio entre a população trans (Clements-Nolle et al., 2001; Mathy, 2002; Kenagy, 2005). A sua prevalência tende, inclusive, ser mais elevada do que na população geral (Jody et al., 2014). Jay McNeil e colegas (2012, p.59) evidenciaram, na maior pesquisa europeia sobre a saúde mental das pessoas trans, que 84% delas (n=581) pensaram, pelo menos uma vez, terminar com as suas vidas. Destas, 63% pensaram fazê-lo no ano anterior e 3% pensaram diariamente.

CAPÍTULO 7

REDES DE SUPORTE SOCIAL E SOLIDARIEDADE

7.1. VULNERABILIDADE(S) E SUPORTE SOCIAL

A concessão de suporte social é uma função primordial das redes sociais pessoais (*personal network*), definidas por Carlos Sluzki (1997, p. 41) como o conjunto de “todas as relações que um indivíduo percebe como significativas”, independentemente da distância geográfica em que elas ocorrem, o que pode compreender interações rotineiras ou quotidianas – como falar, visitar, telefonar ou escrever (Erosheva, Kim, Emler, & Fredriksen-Goldsen, 2016, p. 104) – com familiares, amigos, colegas, vizinhos, técnicos, membros de organizações comunitárias (sociais, religiosas, recreativas, políticas), redes sociais virtuais (Erosheva et al., 2016; Sluzki, 1997, 2010; Wellman, 1981) e todos os que estão à sua volta e que se diferenciam da restante “massa anónima da sociedade” (Sluzki, 1997, p. 41).

De acordo com Sluzki (1997, p. 47-52; 2010, p. 12), o suporte social pode manifestar-se na forma de: (i) *companhia*, isto é, a realização de atividades conjuntas que proporcionam prazer e bem-estar (ir ao cinema, ir às compras, dançar, jantar) ou simplesmente o “estar juntos” em situações vitais (doença, morte de alguém); (ii) *apoio emocional*, ou seja, o “estar lá” quando necessário, manifestando interesse, compreensão, empatia, estímulo, aceitação e apoio por via de gestos de amor, afeto e confiança (como escutar, conceder um abraço, compartilhar preocupações, sentimentos ou questões íntimas); (iii) *orientação cognitiva e aconselhamento*, ou seja, interações que fornecem conselhos e informações práticas, ajudam na tomada de decisões e a atingir um determinado objetivo; (iv) *regulação social*, isto é, interações que lembram e reafirmam responsabilidades, obrigações e papéis a assumir a fim de se neutralizar desvios de comportamento e resolver conflitos; (v) *ajuda material ou de serviços*, que é respeitante à provisão de bens, dinheiro, conhecimentos e/ou serviços especializados (nos quais se incluem o apoio técnico ou profissional) que ajudam a diminuir a sobrecarga de dificuldades; e (vi) *acesso a novos contatos*, ou seja, interações que potenciam a criação de novas relações.

Especialmente em situações de crise e/ou mudança, o “capital social” (Vasconcelos, 2011) produzido pelas “comunidades pessoais” (Chua, Madej, & Wellman, 2011; Costa, 2005; Hirsch, 1981; Pahl & Spencer, 2003) pode revelar-se um importante fator de proteção. Massivas evidências de diferentes áreas do conhecimento têm demonstrado que o suporte social é não só um “amortecedor” dos impactos negativos dos fatores de stresse (Cohen & Wills, 1985; Sluzki, 1997, 2010), incrementando a capacidade dos indivíduos para os enfrentar, como está positivamente relacionado com a promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar individual.³⁴⁵ Além de evitar o isolamento social (Andrade

³⁴⁵ Veja-se, por exemplo, os estudos de Cohen (2004), Erosheva et al. (2016), Rodríguez e Ferreira (2018), Roy (2011), Sluzki (1997, 2010) ou Uchino (2004). Um dos primeiros autores a evidenciar que as relações sociais afetavam a saúde foi Durkheim (1951 [1897]), tendo estabelecido uma correlação entre o isolamento social (“anomia”) e a probabilidade de suicídio.

& Vaitsman, 2002), as redes sociais têm um importante papel na recuperação e tratamento de comportamentos aditivos (Hiller, Syvertsen, Lozada, & Ojeda, 2013; Tracy & Johnson, 2007), de sintomatologias ansiogénicas e depressivas (Brugha et al., 1990; Pattison, Llamas, & Hurd, 1979) e outras perturbações mentais (Pernice-Duca, 2010; Perry & Pescosolido, 2015). Uma forte, ativa e eficiente rede social tem um “efeito salutogénico” (Sluzki, 2010, p. 6), o que significa que quem conta com uma “boa” rede de suporte social tende a ficar menos doente, a recuperar mais facilmente de doenças, cirurgias ou acidentes e a apresentar uma maior resiliência emocional. Isto acontece porque a estabilidade, a segurança e a proteção proporcionada pela rede social atenua o mal-estar psicológico, aumenta a motivação para cuidar de si mesmo, e favorece o desenvolvimento de comportamentos de monitorização da saúde (Cohen & Wills, 1985; Sluzki, 2010). A rede social contribui para dar “sentido à vida”, na medida em que a ajuda fornecida aumenta a confiança, a autoestima, a vontade de viver e de enfrentar as adversidades do dia-a-dia (Andrade & Vaitsman, 2002). E, por via da melhoria e/ou alteração das respostas individuais diante das adversidades, reforçam-se as oportunidades e influencia-se a própria trajetória de vida. Inversamente, é possível determinar que uma insuficiente ou ineficiente rede social constitui-se um fator de risco para a saúde física e mental (Cacioppo & Hawkley, 2003; Shankar, McMunn, Banks, & Steptoe, 2011; Sluzki, 2010), contribuindo negativamente para uma reduzida e deficitária qualidade de vida dos sujeitos.

Diante destes factos e da vitimação a que a maioria das travestis estava frequentemente exposta, considereí crucial identificar e explorar as relações que lhes garantiam suporte social e as ajudavam a lidar com as exigências, problemas e situações stressantes do dia-a-dia. À exceção de alguns trabalhos (Golub, Walker, Longmire-Avital, Bimbi & Parsons, 2010; Nemoto, Bodeker & Iwamoto, 2011; Reisner et al., 2009; Siqueira, 2009) poucos estudos têm, de facto, analisado as características das redes sociais das travestis trabalhadoras do sexo.³⁴⁶ Atendendo a que as redes sociais podem ser um forte indicador da dimensão da vulnerabilidade e/ou proteção desta população, julguei ser importante compreender quem eram as pessoas, grupos e organizações que compunham os seus laços sociais, e que podiam recorrer em caso de necessidade. Não tive, no entanto, pretensão de construir diagramas ou modelos de redes tal como elaborou Whyte (2005 [1943]) para representar as interações relacionais dos sujeitos que faziam parte do seu estudo. Pretendi apenas saber como era constituído o núcleo relacional do seu sistema social, analisar o tipo de interações estabelecidas (natureza, padrão de funcionamento e qualidade), bem como identificar os apoios e recursos (formais e informais) lhes eram concedidos e perceber como eram percecionados: se adequados e suficientes.

³⁴⁶ Sobre as redes sociais de pessoas trans (não trabalhadores do sexo) parece haver um maior número de estudos, ainda assim, de dimensões limitadas. Veja-se, em exemplo, os trabalhos de Bruno Silva e Elder Cerqueira-Santos (2014), Elena Erosheva et al. (2016), Louis Graham et al. (2014), Milene Soares et al. (2011) ou Rogério Pinto, Rita Melendez e Anya Spector (2008). Quando, porventura, o foco se centra nas redes sociais de trabalhadores do sexo, os estudos tendem a abordar primordialmente a realidade das mulheres prostitutas (Choudhury, Erausquin, Park, & Anglade, 2015; Hiller et al., 2013; Tucker et al., 2011; Teixeira e Oliveira, 2016).

7.2. REDES DE SUPORTE INFORMAL

As redes sociais informais – caracterizadas pelo conjunto de indivíduos cujos relacionamentos são constituídos com base em afinidades pessoais de natureza afetiva (como a família, os amigos, os vizinhos ou os colegas que partilham um ambiente comum – escola ou trabalho, por exemplo) e interações mais ou menos diárias – tendem a ser uma importante fonte de suporte social (Guadalupe, 2003; Nowak, 2001). Dado que uma das suas características é a ajuda mútua entre membros por via da partilha de recursos, fornecida especialmente em situações de crise individual, com vista à sua resolução e satisfação das necessidades, a maioria das pessoas tende a recorrer a elas em vários momentos da sua vida. No contexto travesti, estas redes eram compostas fundamentalmente por familiares, colegas de profissão, «maridos» e clientes, cujo suporte, como veremos em seguida, nem sempre era assegurado, e quando o era, a sua qualidade e frequência não era a que elas mais desejavam ou precisavam.

7.2.1. Os Familiares

A infância e adolescência da maior parte das travestis foi marcada por trajetórias familiares onde reinou o abuso, a violência e a incompreensão. As reações negativas dos seus parentes eram expressão da inaceitabilidade da inconformidade de género e sexual observada que, quando não culminou numa expulsão de casa, motivou as travestis a fugir dela. Decorrido vários anos afastadas do espaço doméstico havia travesti que voltavam a restabelecer os laços afetivos com alguns membros da família uma vez que o tempo e a distância ajudavam na aceitação da sua identidade. Mas havia, também, quem se mantivesse apartada de qualquer contacto por determinação pessoal ou familiar. Das narrativas obtidas, identifiquei diferentes estilos de relacionamento familiar que se caracterizavam pela “rutura”, o “distanciamento”, a “dependência” e a “proximidade”.

7.2.1.1. Rutura Relacional

Marlene, Fabiana, Liliana, Priscila e Bianca integravam-se no grupo das travestis que, após se distanciarem do agregado familiar de origem não voltaram a reatar ligações, tendo-se dando uma “rutura” completa nos vínculos familiares. Por saberem que o comportamento de rejeição manter-se-ia, optaram pela quebra de relações, com consequências no distanciamento físico e emocional.

[...] fui muito discriminada pela minha própria família. Agora não falo com eles. Nem quero saber. [...] eu tenho muita família, tenho muitas tias. A minha mãe tem cinco irmãos, temos primos que são muitos. Só que eu não falo com ninguém. Optei por desaparecer e pronto. [...] [Prefiro] ficar sozinha. [Priscila]

A decisão pelo corte de relações presente no discurso de Priscila esteve, em parte, relacionada com a necessidade de preservação do seu *eu*. O facto de, no passado, ter sofrido abusos reiterados por parte da família, levou-a a não querer manter essas relações “tóxicas” e “destrutivas”, como estratégia de sobrevivência e autossuperação. A fim de salvaguardar a sua identidade preferiu distanciar-se de quem nunca foi capaz de a compreender e começar a construir novas redes que pudessem, de alguma forma,

ser o seu suporte. Tal como ela, outras travestis mantinham-se bastante magoadas com os episódios de rejeição experienciados na infância. A dificuldade em os esquecer, produzia nelas uma incapacidade para ultrapassar esse sofrimento, razão pela qual preservavam ressentimentos para com algumas figuras parentais. Alessandra, ainda que não fizesse parte deste grupo de travestis, manifestava um ódio terrível pelo pai por este nunca a ter aceiteado.

A minha mãe sempre falava: «*perdoa seu pai*». Mas eu nunca vou perdoar [...] Eu não gosto dele. Eu já tentei jogar o carro em cima dele. O meu ex-namorado [...] puxou o freio de mão. Eu falei «*para que é que você fez isso? Era agora que eu mandava ele para o inferno*». [...] já falei na cara dele [...] «*toma muito cuidado comigo à noite. Se eu tiver bêbeda, eu não vou hesitar duas vezes de te atropelar*». [...] É a única pessoa na vida que eu não perdoo. Eu não perdoo. [Alessandra]

O rancor que guardavam de certos familiares levava-as a tomarem a decisão de cortar ou limitar drasticamente a comunicação com eles. Com efeito, existiam travestis a viver, há anos, desvinculadas de qualquer contato com essas figuras. Algumas acabavam por desconhecer totalmente o seu paradeiro, referindo não saber reconhecê-las caso se cruzassem consigo na rua. Este distanciamento trazia, obviamente, consequências ao nível da quebra de relações com outros familiares (irmãos ou tios) com quem, na altura, detinham afinidades. «*O meu irmão [...] tem 25 anos e eu tenho 23, mas não fomos criados juntos. Falámos duas ou três vezes. [...] Nunca tivemos uma ligação de irmãos, percebe?*», referiu-me Liliana. Para este conjunto de travestis, a família não era a primeira fonte de suporte social a quem recorriam em caso de necessidade, procurando obtê-lo junto de outras redes informais.

7.2.1.2. Distanciamento Relacional

Dalila, Diva, Carina, Rebeca, Sabrina e Rafaela pertenciam ao grupo das travestis que após a saída do espaço doméstico voltaram a aproximar-se de alguns elementos da família. A qualidade dessas relações parecia, no entanto, ser bastante frágil. Os contactos efetuados entre eles, predominantemente via telefónica, *facebook* ou *skype*, não eram frequentes, ocorrendo somente em datas festivas como o aniversário, o Natal ou passagem de ano. «*A minha família e os meus irmãos vejo-os quando vou lá ao bairro. Vejo-os quando calha. Às vezes juntamo-nos todos, no Natal, no Ano Novo*», afirmou-me Rebeca. O relacionamento estabelecido, ainda que cordial – caracterizado por ausência de ofensas ou críticas³⁴⁷ – era distante e emocionalmente frio. Mesmo que lhes telefonassem «*para saber se está tudo bem*», tal como afirmou Carina, não havia uma preocupação genuína pela sua vida. Eram, quase sempre, chamadas apressadas e de curta duração. Com efeito, a maior parte dos familiares desconhecia informações básicas da vida das travestis, como o local de residência («*Ninguém sabe onde é que eu*

³⁴⁷ O que não significava que a família as aceitassem plenamente, apenas as toleravam. Rebeca referiu-me que o seu pai «*não apoiava*» mas também «*não criticava*», situação que ela considerava bastante razoável. «*Já é muito bom!*». Dalila também me contou que a sua avó ainda se encontrava a lutar pela aceitação da sua identidade. Ainda que não tentasse mostrar, mantinha-se bastante magoada com a situação. «*[É] uma pessoa que me criou, é uma pessoa de quem eu gosto. [...] [o facto] de eu me ter assumido e de ter sido aquele choque, ficou magoada comigo, mas que não mostra. Mas eu sei que ela está a sofrer*», explicou-me. Ora, estes sentimentos de desgosto e ressentimento, ainda que não expressos pelos familiares, comprometiam indireta e inconscientemente a qualidade do vínculo estabelecido.

moro. [...] não sabem [...] qual é o prédio, qual é a rua, qual é o andar. Não sabem nada», disse-me Dalila), as amizades ou as necessidades diárias que enfrentavam.

Na sequência de um tumor abdominal, Dalila entrou em contacto com a avó para avisá-la de que iria ser hospitalizada. Durante as semanas em que esteve sob observação médica, não recebeu nenhuma visita sua. Os técnicos do projeto “Trans-Porta” foram os únicos que procederam a visitas regulares ao Hospital dos Capuchos. «*A minha avó, quando eu saí do hospital telefonou-me: “se precisares de qualquer coisa, de comida, vem cá que a avó te compra as coisas”*», retorquiu, em tom de crítica, a fim de evidenciar que a ajuda oferecida não era autêntica dado que, durante o período de doença, não a visitou nem manifestou qualquer interesse pelo seu estado de saúde. O apoio prestado era percebido como sendo «*tudo poeira*» (Carina), ou seja, infecundo e meramente de fachada, que servia apenas para corresponder às expectativas sociais da família ser um “suporte natural” (Young, Giles, & Plantz, 1982). E isso tinha repercussões no à-vontade para aceitar ou solicitar ajuda nos momentos de crise. «*Não tenho coragem de chegar ao pé da minha avó e dizer “avó, eu preciso de um prato de sopa”*. [...] *E eu, muitas vezes, sem comer em casa*», explicou-me Dalila sobre a sua inibição. Rebeca também me falou sobre este constrangimento. «*Não ligo para ninguém a pedir [...] isto, aquilo ou o outro*». A falta de confiança existente entre travestis e familiares conduzia a que, inversamente, estes últimos também não recorressem a elas para solicitar qualquer tipo de apoio, situação única que era vista como positiva. «*Ninguém me liga a pedir nada [...] Família não podia ter melhor*», comentou com ironia Rebeca.

Os laços familiares eram bastante superficiais, mantidos maioritariamente por determinação e desejo das travestis dado que eles concediam uma “expectativa de continuidade” (Pahl & Spencer, 2003, p. 15), ou seja, um sentido de pertença a um lugar, a uma origem, a uma história. Mesmo que não gostassem da sua família, era a única que dispunham e, por isso, tentavam promover esforços para estarem vinculadas a ela. Por vezes, a observação de ações de manifestação de interesse por si, por mais pequenas que fossem, eram sentidas como autênticas demonstrações de afeto e aceitação pessoal e, como tal, vividas com grande alegria.

Ainda há dias foi uma alegria aqui [em casa], que elas pensavam que me tinha saído o Euromilhões. O meu padrinho de batismo mandou-me um convite de amizade no *facebook*. Para mim foi uma coisa MUITO importante. Para mim foi uma coisa muito, muito, muito, muito... sei lá, foi uma coisa que não esperava. [...] falei com eles no *facebook*, eles disseram-me que «*a nossa porta está sempre aberta para ti, seja quem tu fores. Aliás, tu és tu sempre. Tu agora sabes quem tu és*». E eu fiquei muito feliz com isso [...] Os meus irmãos já foram ver *shows* meus ao *Finalmente*, já, pronto, aquilo foi importante para mim, também. Acho que foram os momentos mais importantes. Para mim foi mesmo a parte familiar da aceitação. [Rebeca]

7.2.1.3. Dependência Relacional

Cristiana, Ivone, Leila, Olga, Alessandra e Cynthia faziam parte das travestis, cujo restabelecimento dos laços afetivos com as suas famílias de origem estava intimamente ligado ao suporte material que elas lhes conseguiam proporcionar. Estas travestis concediam importantes ajudas financeiras a quem se encontravam emocionalmente ligadas (geralmente mãe ou irmãs): enviavam-lhes regularmente dinheiro, subsidiando as despesas fixas; e ofereciam-lhes uma diversidade de bens que

iam desde viagens, a roupas, a perfumes, a televisores a computadores e eletrodomésticos, como forma de expressar o amor que nutriam por elas.

[...] a minha família está toda muito bem. Já trouxe a minha mãe a Portugal. Ela gostou. [...] veio só passear, né? Ai ela ficou um mês. [...] levei-a no *shopping*, dei sapato e roupa. [...] Nossa ela levou uma mala só de sapatos. Estava tão alegre! E onde, no Brasil, agente dava conta de fazer isso? [Cynthia]

[...] dei-lhe coisas para a tentar compensar. Ofereci-lhe um computador quase 500€, ofereci-lhe um plasma, ofereci-lhe máquinas de café. [...] além de prendas, todos os meses dou-lhe dinheiro. [Olga]

A ajuda não envolvia somente dinheiro ou bens. A provisão de cuidados de saúde a familiares idosos ou doentes que se encontravam geograficamente próximos era também um poderoso apoio concedido. Cristiana começou a visitar a mãe, com maior frequência, desde que ela ficou «*com um problema na perna*». Ainda que existissem outros familiares que pudessem auxiliá-la nas tarefas de vida diária, era Cristiana que costumava prestar o apoio dado lhe permitir reingressar na sociabilidade familiar.

Este conjunto de ajudas, inicialmente pontuais, iam, ao longo do tempo, sendo transformadas numa prática costumeira, de base utilitarista, onde cada parte tirava proveito e gerava situações de dependência mútua: os familiares tentavam melhorar a condição socioeconómica e de saúde por via do suporte material recebido das travestis, e as travestis tentavam comprar o apreço e o respeito da família que haviam perdido. Se no passado a transgressão de género e sexual era foco da rejeição familiar, hoje em dia, podia ser revertida por via do dinheiro ganho na prostituição e da disponibilidade para prestarem apoio emocional ou cuidados de saúde. As travestis esperavam que a ligação afetiva deteriorada pudesse vir a ser, de certa maneira, reparada (ou, quanto muito, “restruturada”, cf. Luís, 2018, p. 202). Mas a sua aceitação acabava por não ser absoluta: estava dependente daquilo que conseguiam oferecer, o que significava que quanto maior o número de recursos oferecidos, maior a aceitação. Muitas estavam conscientes dos interesses que envolviam as relações familiares. Mas mesmo assim, continuavam a apoiar os parentes e a retirar satisfação dessa ação. «*Eu tenho MAIOR PRAZER de ajudar a minha mãe, entendeu?*», afirmou-me Leila. Olga confidenciou-me a mesma situação: «*Eu ajudo e dou tudo à minha mãe. [...] eu tento compensá-la de outras formas. Tento fazer a minha mãe feliz. Sei que se ela precisa de alguma coisa, faço um esforço para lhe dar*». A ajuda providenciada era, muitas vezes, excessiva, ao ponto das suas mães dependerem integralmente de si, razão pela qual Leila dizia ser «*super bem*» aceite mesmo sendo travesti. «*Hoje eu posso chegar em casa e [...] vão-me aceitar normal*», confirmou ela.

As travestis tinham noção que a reaproximação familiar era mantida, em parte, pelos benefícios que elas próprias lhes garantiam. Porém, quando confrontadas com situações que punham em evidência que o interesse familiar era dirigido a esses benefícios e não à sua pessoa, acabavam por se sentir enganadas e usadas. Ivone apercebeu-se da intensa relação utilitária que a mãe estabelecia consigo quando, após a morte do pai, descobriu que ela, para quem enviava mensalmente dinheiro, o gastara na totalidade. Diante da necessidade de se realizar o funeral, viu que não tinha amealhado quaisquer poupanças. «*A minha mãe não tinha dinheiro para enterrá-lo*», disse-me desalentada. «*A minha conta*

[bancária] ficou bloqueada, e eu não tinha a quem pedir e disse à minha mãe “tanto dinheiro que tenho mandado e tu não guardaste nem um cêntimo? Agora que o pai morreu não há como enterrá-lo!”³⁴⁸

As relações sociais têm por base uma troca, ou seja, espera-se que “o suporte social oferecido seja retribuído na mesma intensidade” (Andrade & Vaitsman, 2002, p. 927). Todavia, ainda que existisse uma dependência mútua entre travestis e familiares, a relação de suporte era bastante desigual, dado que eram as travestis que proporcionavam maior investimento económico ou afetivo. Eram diminutas (se não, mesmo, nulas) as famílias que se mobilizavam para as ajudar em caso de necessidade. Alessandra contou-me que, certa vez, necessitou de «pagar uma conta». Um dos seus irmãos emprestou-lhe o dinheiro. «Mas lógico», adiantou ela, «eu tive de penhorar as minhas joias, até eu pagar [a totalidade do empréstimo]. Irmão é irmão, mas negócios à parte», evidenciando que o apoio familiar não era retribuído na mesma medida que Alessandra estava habituada a conceder.

Para que esta desigualdade no suporte social fosse compensada, as travestis acionavam mecanismos que visavam, de alguma forma, o seu equilíbrio. Muitas, por exemplo, convertiam obrigatoriamente as suas mães em confidentes pessoais, contando-lhes os seus dilemas e problemas de vida mesmo que elas não desejassem ter conhecimento deles. Telefonavam-lhes para desabafar já que consideravam caber, no papel de mãe, a escuta de preocupações e questões íntimas.

[...] todas as semanas falo com a minha mãe por mensagens de telemóvel, *facebook*, telefone de casa. Eu e a minha mãe [...] somos mais do que filho e mãe. Somos irmãos, melhores amigos. Todos os meus problemas pessoais, relações com namorados, tudo, eu acabo, eu sei que não devo, mas acabo por contar tudo à minha mãe [...]. Há coisas que não devia dizer [...] porque eu vejo que ela fica magoada [...] sei que ela anda dois ou três dias triste pela minha vida. Mas é a minha mãe. [...] às vezes telefono à minha mãe e choro-lhe ao telefone e conto-lhe as coisas. A minha mãe dá-me na cabeça, mas eu, hoje em dia, digo mesmo à minha mãe para ouvir apenas e não dizer «eu bem te avisei, e não sei mais o quê». Então a minha mãe já não diz isso. Apenas ouve e diz, «pois, já sabes qual é a opinião da mãe, né?». [Olga]

Certas mães eram, assim, “pressionadas” pelas travestis a desempenharem este apoio emocional. Caso não se mostrassem disponíveis para as escutar, nem evidenciassem atitudes de compreensão durante as conversas estabelecidas, a prestação da ajuda material podia ficar em risco de ser cessada. Por saberem disso, a maioria acabava por corresponder às expectativas que lhes eram atribuídas pelas travestis. O dinheiro ganho na prostituição era, assim, um elemento de troca extremamente valioso na dinâmica familiar, ajudando as travestis a restaurar e garantir o respeito por si.

7.2.1.4. Proximidade Relacional

De todas as entrevistadas apenas quatro, a Estefani, a Zara, a Nádia e a Carole, mantinham um relacionamento de proximidade com as suas famílias, em especial, as mulheres que as constituíam. Entre elas existia uma forte vinculação afetiva que o tempo e a distância geográfica não tinha deteriorado; pelo contrário, parecia tê-la reforçado. Esses elementos eram um importante suporte emocional para as

³⁴⁸ Carrijo (2011, p. 290) também relatou situações de furtos de dinheiros e bens de travestis, cujos autores tinham sido os parentes próximos, aos quais tinham sido confiados os mesmos.

travestis. Regra geral, eram bastante carinhosos, compreensivos e protetores, mostrando-se disponíveis para escutar, conversar e compartilhar sentimentos.

A minha irmã SEMPRE partilhou tudo, desde muito menina. A minha irmã tem três anos de diferença de mim [mais nova]. Então, ela acompanhou tudo. Ela sabe de tudo [...] A gente passa o dia a falar. [...] a gente dá-se bem, graças a Deus. Damo-nos muito bem. [Estefani]

Eu não me vejo sem a minha mãe, nem a minha mãe sem mim. Somos quatro filhos. Mas a única pessoa com quem mais a minha mãe desabafa é comigo. [...] A minha mãe é tudo para mim. [...] é a minha melhor amiga. [...] eu sou muito aberta com a minha mãe, como a minha mãe é comigo [...] É uma pessoa de idade, mas eu ouço muito o que a minha mãe me diz. [Nádia]

Nos seus discursos, esses elementos tendiam a ser narrados como «*melhores amigos*» ou «*pessoas mais importantes*» do «*mundo inteiro*». Eram, como expressou Estefani, o seu «*porto seguro*» a quem podiam dirigir-se, em qualquer situação para solicitar esclarecimentos, conselhos ou simplesmente conforto. Ainda que estes familiares residissem longe, o contacto com eles, por via telefónica ou internet, era frequente, quase diário. «*Então é a mesma coisa que estar lá [...]. Eu estou e não estou, né? Mas basta só minha mãe falar um “oi” que aquela voz já te conforta. Ai que delícia!*», esclareceu-me Carole. O carinho que as travestis manifestavam por eles parecia estar relacionado fundamentalmente com dois aspetos: (i) o sentimento de aceitação genuína da sua identidade de género e orientação sexual; e (ii) a demonstração de interesse pela sua pessoa, desejando querer ser parte integrante da sua vida.

No que respeita ao primeiro aspeto, esses familiares, inclusive os mais velhos (mães ou avós), aceitavam-nas plenamente, de forma desinteressada, costumando tratá-las de maneira adequada e respeitosa, no feminino, por «*ela*», «*minha menina*», «*filha*» ou «*neta*», razão pela qual as travestis consideravam-nas pessoas «*muito abertas*» e «*evoluídas*». Nas interações de *facebook*, procediam a rasgados elogios às travestis, dizendo-lhes que estavam «*lindas*» nas fotografias publicadas por elas. A aparência das travestis e a sua capacidade de passarem por “autênticas mulheres” parecia estar relacionada com uma maior aceitação familiar (aceitação essa limitada pela compreensão binária do género). Veja-se, Estefani, Zara, Nádia e Carole eram travestis que tinham procedido a transformações corporais, vivendo permanentemente no feminino. Esta leitura, ainda que insuficiente, sugere que uma transição de género e a conseqüente “correção” das desconformidades era mais valorizada pela família do que a permanência num estádio incerto e pouco convencional de género (local onde se encontravam, por exemplo, parte das «*gay montadas*»).

Por outro lado, no que respeita ao segundo aspeto, os familiares demonstravam, por diferentes ações, que as amavam e desejavam estar junto delas, não por uma questão de obrigação ou conveniência, mas por verdadeiro interesse pessoal. Zara contou-me que quando, porventura, ia a casa da mãe, de 82 anos de idade, e os seus irmãos, cunhadas e sobrinhas/os tinham conhecimento que ela estava por lá, iam ao seu encontro. «*Gostam de conviver comigo*», disse-me ela. «*Ainda ontem estive lá à noite [...] era para ir almoçar, mas acabei por ir jantar, e ela [mãe] me disse “liga para tua cunhada que [...] está a precisar de falar contigo [...] precisa de ouvir a tua voz”*». Carole também me confidenciou que se sentia bastante acolhida e valorizada pela família, dado que ela mostrava interesse por si. As suas irmãs

pediam-lhe, com frequência, a opinião para quase todos os assuntos. Ela era tomada em consideração, mesmo não estando a residir no Brasil, local de residência da sua família. E sempre que aí regressava era recebida com muita alegria. «*É uma festa*», disse-me. Grande parte dos familiares desejavam partilhar da sua presença e alguns chegavam a ficar desapontados caso ela não os visitasse. «*Às vezes, quando eu vou no Brasil e não vou na casa de um tio é motivo dele reclamar, estás a ver?!*», esclareceu-me. O facto de ter concretizado processos de transformação corporal e, hoje, ser uma «*verdadeira travesti*» era motivo para que eles redobrassem a atenção para consigo. «*Eles são muito carinhosos comigo porque sou ‘diferente’ da família. Sabem que nasci homem, então eles se preocupam muito*», disse-me. O carinho e a preocupação eram expressos, por exemplo, no envio de mensagens de apreço («*minhas primas [...] elas me mandam mensagem “ah, eu te amo” [...] “lembra que... a sua família te ama”*») e na demonstração de afeto mesmo em espaços públicos («*meu sobrinho tem 21 anos [...] e me beija na rua perante os amigos*»). Os familiares de Carole não só lhe demonstravam constantemente que gostavam de si, como tentavam protegê-la de situações embaraçosas ou constrangedoras. As suas irmãs eram as primeiras a defendê-la caso observassem «*alguém a olhar de lado*». «*Elas têm essa cena da proteção para cima de mim*», disse-me ela. Carole reconhecia que a aceitação familiar não era algo muito comum entre a generalidade das travestis, pelo que se sentia uma «*privilegiada*». Na verdade, a maior parte não era aceite e compreendida pelas famílias. Quando não eram rejeitadas, a relação estabelecida parecia estar fraturada, razão pela qual muitas procuravam constituir “famílias de escolha” (Pahl & Spencer, 2003; Weston, 1991; Weeks, Heaphy & Donovan, 2001) – também denominadas por Zara como «*famílias do coração*» – compostas por laços socioafetivos que não se baseavam na consanguinidade, no senso de obrigação ou no dever.

7.2.2. As Amizades: As “Famílias de Escolha”

As famílias de escolha eram, como o nome indica, aquelas que as travestis escolhiam, constituídas por «*amigos*» que, ao contrário das «*colegas*» com quem mantinham relações esporádicas, estabeleciam contactos e sociabilidades mais frequentes geradores de intimidade e cumplicidade. Do grupo seletivo de «*amigos*» faziam parte, primordialmente, outras travestis que compartilhavam aspetos e características similares como a idade, a personalidade, interesses e a trajetória pessoal.³⁴⁹ As fortes afinidades estabelecidas entre elas produzia a sensação de formarem um núcleo familiar. «*Se eu sou sozinha a minha família tem que ser quem? Os meus amigos! Os amigos é a família que a gente escolhe, não a que a gente nasce [...] os poucos amigos que tenho, eu tento fazer de família*», disse-me Fabiana. Peter Nardi (1992) refere precisamente que, para muitas pessoas LGBT, os amigos são posicionados “como família”. Também para muitas travestis, o conceito de família³⁵⁰ não dependia da procriação e de uma

³⁴⁹ Em menor número, podiam fazer parte pessoas que não eram “do meio”, como amigos/as gays e lésbicas, namorados, ex-namorados e mulheres (cisgénero) heterossexuais.

³⁵⁰ No domínio das ciências sociais, este conceito tem recebido maior atenção do que o conceito de “amizade” (Pahl & Spencer, 2003, p. 6). Porém, vários estudos têm vindo a demonstrar que a amizade tem ganho particular relevância nas relações de

linhagem de sangue, mas sim dos cuidados e proteção disponibilizados e dos sentimentos que uniam os seus elementos. As amigas eram tão ou mais importantes que os seus parentes, especialmente se as relações com eles estivessem deterioradas (Hines, 2007b, p. 154), pelo que procuravam estruturar-se como uma verdadeira família através da organização de regras e práticas de conduta no seu dia a dia.

As que tinham idades próximas (relacionamentos intrageracionais) costumavam designar-se mutuamente por «*manas*». As de idades mais divergentes (relacionamentos intergeracionais) referiam-se umas às outras como «*mãe*» ou «*madrinha*» e «*filha*» (situação que, por vezes, não ocorria com as próprias “famílias de sangue” devido à debilidade e/ou inexistência de laços afetivos) evidenciando existir o que Nogueira (2013, p. 161-172) definiu como “sistemas de parentesco na travestilidade”. Dadas as disputas e rivalidades no espaço prostitucional poucas eram as amigas a quem, na verdade, se podia tratar dessa forma. As utilizações das terminologias de cunho familiar estavam dependentes da qualidade da relação, restritas a quem desse provas de amor e lealdade.³⁵¹ Liliana considerava Olga como «*irmã*» porque «*sempre teve do meu lado para tudo, mesmo para tudo, desde que nos conhecemos*», disse-me. Foi ela quem a apoiou quando se encontrava numa situação de sem-abrigo, tendo aberto as portas da sua casa e a acolhido. Ao longo do tempo, a amizade sobreviveu a muitos altos e baixos, demonstrando robustez e segurança, mantendo-se juntas a viver na mesma habitação, partilhando despesas e tarefas, fazendo companhia uma à outra, dividindo segredos e cumplicidades e criando uma relação de proteção mútua.

Embora de pequena dimensão, usualmente composto por duas a quatro travestis, esses núcleos familiares alternativos (que podiam, ou não, funcionar em coabitação)³⁵² tinham a potencialidade de conseguirem providenciar entreajuda e cooperação. «*Quando uma não tem, a outra tem*», acrescentou Liliana. «*Você sabe que na prostituição tem dias que você trabalha, tem dias que não. E você sempre precisa né? Então, quando você não tem, você pede, elas ajudam. Você fala “Ah, eu não posso pagar agora, só para a semana”, e aí vai*», explicou-me Alessandra. Dalila, por ser VIH positiva e «*gay montada*» não conseguia obter tantos clientes quanto Ivone que, sendo mais velha, era «*verdadeira travesti*» e, por isso, mais procurada. Em situações de dificuldade económica, era ela que a «*safava*», emprestando-lhe dinheiro para se alimentar.

[...] já me safou algumas vezes de- estarmos na conversa e a dizer «*ó pá, ontem não trabalhei nada, hoje estou igual e amanhã nem dinheiro para comer tenho*». E ela [...] pega em 10 ou 20€ e diz-me «*toma lá, vai comprar comida e depois a gente fala*». E eu, no dia a seguir, ter a felicidade de trabalhar bem e chegar-me ao pé dela e dizer «*olha, estão aqui os teus 20€*». E ela não os aceitar! [Dalila]

intimidade e arranjos familiares contemporâneos (Hines, 2007b; Nardi, 1992; Pahl & Spencer, 2003; Rubin, 1985; Weeks et al, 2001), trazendo novas discussões sobre o conceito “família” por este não estar arreado somente a características biológicas.

³⁵¹ Segundo Ray Pahl e Liz Spencer (2003, p. 17), as terminologias familiares reiteram, de alguma forma, expectativas normativas de como os membros das suas próprias famílias de origem se devem comportar.

³⁵² À semelhança do que foi observado por Fernando Seffner e Magnor Müller (2012), constatei que, uma boa parte das travestis residiam geograficamente próximas umas das outras, isto porque, quando uma necessitava de habitação, iniciava uma série de contatos entre as suas amigas, a fim de procurar quem teria disponibilidade para alugar um quarto ou parte de casa. Esta proximidade ajudava-as a funcionarem como uma “comunidade” que, em termos de vantagens, facilitava as interações face a face, a troca de bens e serviços e a concessão de apoios sociais. A desvantagem centrava-se na fraca mobilidade para territórios exteriores ao local de residência. Dado que atividades quotidianas eram maioritariamente desenvolvidas dentro dessa área, acabavam por formar uma espécie de “gueto”.

Para além da solidariedade material, as famílias de escolha concediam outros tipos de suporte social. Por exemplo, no comércio sexual, o estabelecimento de alianças ajudava a garantir uma maior segurança e proteção laboral (cf. ponto 6.2.1.4.). Para quem chegava à Europa ou desejava passar uma temporada na cidade, as amigas eram uma ajuda preciosa na estadia e integração socioprofissional. Fora da prostituição, as travestis tendiam a proporcionar companhia umas às outras. Dado que elas não tinham muitos relacionamentos com pessoas exteriores ao meio, era com elas com quem partilhavam momentos de sociabilidade voltados para o lazer: iam juntas ao café, às compras, aos bares e discotecas, passeavam, partilhavam refeições, celebravam aniversários ou outras datas festivas como a Páscoa ou o Natal.

[...] comecei a ganhar uma amizade com a Ivone [...] somos unha e carne. Estamos sempre uma ao lado da outra. Ela é cinco estrelas [...]. Ela vai para casa manda-me logo uma mensagem «Miga, fui pra casa». [...] Quando acordo «Então miga, como é que estás? O que é que andas a fazer? Vamos beber café?». Estamos sempre em contacto uma com a outra. [Dalila]

A intimidade gerada através desta convivência, quase diária, favorecia necessariamente espaço para a partilha de sentimentos, problemas e preocupações pessoais. Sabrina sabia que, quando estava triste ou irritada com alguma situação, podia «desabafar» com Rebeca, sua colega de casa, e fazer-lhe confidências pessoais, que ela as manteria em segredo. «Eu sei muita coisa da vida dela, como ela sempre soube da minha. Sempre nos apoiámos em todos os campos. [...] hoje em dia é uma pessoa com quem eu posso contar», disse-me. A possibilidade de ter alguém próximo que a escutasse, concedesse um abraço ou manifestasse atitudes de compreensão eram fundamentais para a conservação do seu bem-estar emocional. Esta intimidade fornecia também espaço para a troca de informações e conselhos práticos, especialmente sobre a atividade profissional ou o processo de travestilidade (Pinto et al., 2008), o que ajudava a validar e construir a própria identidade. «Qualquer dúvida que elas tinham [...] recorriam a mim. [...] esses miúdos que agora começam a aparecer vestidos de mulher, para tirar dúvidas e depois querem que lhes ajude na transformação», disse-me também Zara. De certa forma, as amigas acabavam por substituir os serviços sociais e de saúde, uma vez que eles não conseguiam providenciar aconselhamento sobre os processos de transição de género que estes desejavam porque não dominavam os valores estéticos presentes na cultura travesti.

As relações de amizade tornavam-se particularmente vitais na vida desta população, especialmente quando elas estavam impossibilitadas de trabalhar, por razões de doença, investimento corporal ou outras (Carrizo, 2011, p. 298). Alessandra cuidou da Leila quando ela foi esfaqueada na cara por outra colega devido a desentendimentos entre ambas. Ao ficar impossibilitada de trabalhar, Alessandra preparou-lhe as refeições, ajudou-a na higiene diária e providenciou-lhe todo o auxílio necessário. «A minha amiga me ajudou muito. Fez sopa e até banho me deu», reconheceu Leila, manifestando profunda gratidão pelo gesto de atenção e carinho.

As «amizades verdadeiras» – expressão utilizada por Fabiana – eram, no entanto, escassas. Havia poucas amigas com quem as travestis podiam realmente contar em todos os momentos e situações, dado existirem mexericos, fofocas e maledicências, geradores de conflitos e mal-entendidos nos

relacionamentos. Kulick (2008 [1998], p. 59) já havia notado que “dentro de uma interação social aparentemente afetuosa e alegre, havia espaço também para a intriga maldosa”, situação que comprometia gravemente as relações entre travestis. Não era de estranhar que algumas amizades, aparentemente sólidas e duradouras, terminassem de forma abrupta, de um dia para o outro, por causa de discórdias, invejas e traições relacionadas com namorados, clientes, beleza ou dinheiro. Como parte das travestis vivia e trabalhava junta, a competição por esses recursos – “escassos e valiosos”, obtidos “a custo de muito trabalho árduo” (p. 60) – era algo que, inevitavelmente, acabava por acontecer. Apesar da cooperação e familiaridade existente, e do reconhecimento da importância das amizades (especialmente nos momentos críticos), as travestis não dedicavam muito tempo a tentar a construir relações comprometidas, estáveis e duráveis.³⁵³ A vida social não era a sua preocupação central, mas sim a sua sobrevivência. Como notou Kulick, a vida ensinou-lhes que se quisessem escapar às adversidades e ser bem-sucedidas tinham que “agarrar cada oportunidade, mesmo que isso implicasse trair outras pessoas que nelas confiaram e as ajudaram” (p. 61). A internalização desse saber-prático e a sua reprodução no dia a dia, era um dos motivos porque as relações entre elas eram frágeis, instáveis, inconstantes, de amor-ódio onde “melhores amigas” transformavam-se velozmente em “piores inimigas”. Estas relações voláteis estavam, também, associadas a um deficiente desenvolvimento social e interpessoal. O abuso e a negligência parental experienciada na infância e adolescência pareciam ter ajudado na construção de um padrão de vinculação defensivo e evitante (Figueiredo, 1998) que lhes dificultava a manutenção de relações positivas e funcionais com outras pessoas. Como o conflito constituía a base das suas interações quotidianas, as desavenças entre elas (algumas das quais relacionadas com pequenas contendas domésticas, próprias da intensa convivência) contribuíam para que andassem frequentemente a “saltar” de casa em casa, sem conseguir permanecer a coabitar como as amigas por longos períodos de tempo.

Várias travestis partilharam comigo que «*na rua, ninguém é amiga de ninguém*», a fim de darem a entender não haver amizades sinceras. Segundo elas, a maioria dessas amizades era baseada em interesses e falsidades. O facto de umas se darem razoavelmente bem com as outras, não significava que manifestassem total confiança nelas. «*É como se fosse uma segunda família. Mas [...] eu não confio 100% nas pessoas com quem eu vivo. Eu acho que nunca vou conseguir confiar, né [...]. É sempre aquele receio. É sempre um pé atrás*», confidenciou-me Olga.

Havia quem sáísse bastante dececionada destas relações de amizade. Experiências negativas anteriores tinham consequências na edificação de novos rearranjos familiares: receava-se partilhar sentimentos ou confidências do foro pessoal porque pairava sempre sobre as novas amizades a dúvida, a suspeita e a desconfiança de elas virem a ser desleais. «*Eu quando tenho problemas desabafo também*

³⁵³ Observei, à semelhança de Carrijo (2011, p. 298), que algumas travestis regalavam as amigas, em datas festivas, com presentes bastante caros. Malas, perfumes, roupas, acessórios e telemóveis faziam parte de algumas dessas prendas. Ainda que elas pudessem ser expressão de carinho, no contexto concorrencial da prostituição, eram também expressão clara de poder e sucesso.

com as pessoas com quem eu vivo, mas neste momento estou a evitar isso porquê? Há sempre falatório nas minhas costas», explicou-me Olga que, por várias vezes, se havia sentido atraída. A existência de muito poucas amizades confiáveis promovia o estabelecimento de relações superficiais. Fingia-se ser amiga, sem o ser na totalidade. Ivone contou-me que quando precisava de desabafar, receava fazê-lo junto de outras travestis. Ainda que gostasse delas, não partilhava certas informações com medo de, em situação de litígio, servirem de arma de arremesso contra si. «Engulo. Não falo com ninguém. Falo sozinha», disse-me ela. Essa era a sua estratégia. Com efeito, algumas travestis podiam experienciar situações de solidão, mesmo estando rodeadas de outras pessoas. Fabiana era uma desses casos:

Eu acredito que as pessoas tenham a vida delas [...] é um defeito meu [...] sou mais chegada, sou mais pronta a ajudar e não tenho que obrigar ninguém [a manter a amizade] [...] mas que me magoa, magoa. De momento sinto-me mesmo sozinha na vida. [...] se me perguntasses «tens amigos?», eu... acho que não... nem um amigo eu tenho hoje [...] e das coisas que mais me assusta é a solidão. [Fabiana]

Muitas encontravam no espaço doméstico ou nos animais de estimação o conforto necessário para lidarem com sentimentos desta natureza. Em conversa com Dalila, lamentava-se que o seu cão, o hamster e a almofada da cama eram os únicos “amigos” que possuía. Eles «sabem o que é que se passa entre as minhas quatro paredes. Quando entro em casa alegre [...] ou a chorar. Ahh... eles sim, são a minha família e os meus confidentes. São aqueles que ouvem, que vêm e não contam nada a ninguém», referiu. «Não há melhor conselheira que a minha almofada. [...] chego a casa, meto a cabeça na almofada, desato a chorar, viro-me para o lado, adormeço e no dia a seguir é um novo dia», acrescentou. Viver na solidão era bastante doloroso. Mas, ao longo do tempo, havia quem aprendesse a estar só e a contar consigo mesma, num processo de relativa normalização da solidão, pois como comentou Fabiana «acho que é tantos anos assim que já estou habituada». No entanto, em circunstâncias de maior vulnerabilidade, o confronto e confirmação de inexistência de «amizades verdadeiras», podia reavivar esse sentimento e fazê-las questionar a própria razão de viver.

[...] se tu foste abandonada, não tens ninguém na vida que olhe por ti [...] estás sozinha... se estás mal, se não tiveres como avisar alguém, bem que eu posso morrer [...] que ninguém vai saber... e são coisas que me assustam... às vezes fico a pensar o que é que eu estou aqui a fazer, não é? [Fabiana]

7.2.3. Os «Maridos»

Além dos familiares e amigos, os «maridos» constituíam parte da rede social das travestis, sendo uma referência fundamental nas suas vidas. Contrariamente ao contexto da prostituição, onde era possível ter parceiros sexuais frequentes, elas idealizavam constituir relacionamentos afetivos estáveis, duradouros, monogâmicos e, se possível, que envolvessem juras de amor e fidelidade entre o casal. «Eu sou uma pessoa de relações sérias», afirmou-me Olga. «Nunca fui [...] de engates, de curtes, de sexo por fora [...] eu se tiver um namorado eu não traio». Mais do que sexo, procuravam sentir-se amadas, respeitadas e apoiadas como qualquer outra pessoa. Mas devido ao estigma que elas portavam, raros eram os homens que tinham a coragem para as assumir publicamente, para além dos espaços de

prostituição ou de divertimento noturno, por receio de serem vistos como *gays*. E elas tinham noção disso. «*Pessoas como eu é muito difícil terem companhia*», verbalizou-me Diva. Na verdade, elas sabiam que era difícil encontrar parceiros que se apaixonassem realmente por si e tivessem dispostos a viver um “amor romântico” (Giddens, 2001), a passear na rua de mãos dadas, a expressar gestos de carinho, a jantar fora ou a conviver com amigos e familiares. Por esse motivo, as travestis estavam acostumadas a não ter relacionamentos afetivo durante longos períodos de tempo. Mas acalentavam sempre a esperança de, um dia, vir a encontrar um homem que as amasse e aceitasse, sem vergonha de as assumir em qualquer lugar, para juntos viverem «*uma vida de casal normal*» (Alessandra), isto é, uma vida que reproduzisse o modelo das relações conjugais heterossexuais.³⁵⁴ «*Estou há muitos anos só, habituei-me. Já sei lidar com a solidão. Mas [...] às vezes sinto que precisava de alguém. Uma pessoa compatível comigo*», referiu Cristiana. «*A gente se sente muito só, muito carente*», disse-me também Cynthia. Esta carência – aliada ao facto de, na prostituição, a posse de um «*marido*» conceder *status* (Kulick, 2008 [1998]; Seffner & Müller, 2012) e respeitabilidade (Pelúcio, 2007a, p.78)³⁵⁵ – era responsável por paixões repentinas, não havendo tempo para um conhecimento mútuo. Inconscientemente, esta conduta tinha o propósito de preencher esse vazio afetivo e conseguir oferecer alguma estabilidade sentimental. Por várias vezes, observei situações de entrega excessiva a determinados rapazes que se mostravam interessados nelas, que incluía quase sempre a rápida coabitação. Olga, por exemplo, conheceu um rapaz no dia do seu aniversário. «*Ao fim de três dias juntei-me logo com ele*», afirmou. Hoje, mais distanciada no tempo, reconhece: «*foi um erro!*». Cynthia explicou-me melhor este processo. «*Às vezes eles pegam a gente no momento de fraqueza e vai, namora, deixa a gente confortável, né, preenche. E é nessa hora que a gente se entrega. E eles aproveitam*».

O *Conde* não era considerado o espaço ideal para procurarem parceiros. Elas reconheciam que o território prostitucional deveria servir unicamente para trabalho e não para se envolverem afetivamente com homens. «*Eu não misturo as coisas*», garantiu-me Rafaela. Contudo, nem sempre esta regra era cumprida e, por vezes, homens que, no contexto de uma relação profissional, iniciavam a aproximação às travestis como clientes ou «*vícios*» podiam transformar-se em «*maridos*».

Ele foi meu cliente [...]. Entretanto [...] começámos a ser amigos. Parou de ser cliente. [...] íamos jantar fora, íamos ao cinema [...]. Ahh... depois sabes como é, uma pessoa tendo esses carinhos, vai-se aconchegando à pessoa, até que dei por mim a viver com ele. [Dalila]

Situações destas não eram assim tão “improváveis” de acontecer como afirmou Kulick (2008 [1998], p. 123). Elas ocorriam, ainda que as travestis as tentassem evitar. Mas era, normalmente, por via de engates

³⁵⁴ As travestis mantinham-se presas à matriz da heteronormatividade, apresentando dificuldade em conceber modelos de conjugalidade “alternativos”. Daí que, em substituição do termo namorado, fizessem uso do termo «*marido*», precisamente, por conferir “maior estabilidade” (Lomando & Nardi, 2013, p. 496).

³⁵⁵ Um «*marido*» possibilitava-lhes “ampliar as fronteiras das margens” (Pelúcio, 2007a, p. 78) para além do “gueto” da prostituição, permitindo-lhes frequentar locais públicos com maior segurança, arrendar um apartamento ou participar da vida social. Muitas delas tinham o hábito de identificar ou publicar fotografias dos namorados no *facebook* assim que iniciavam um relacionamento. Esse ato servia para “mostrarem” a sua “conquista” e provarem a sua capacidade de sedução, causadora de invejas, fofocas e conflitos por parte de outras travestis caso os homens seduzidos fossem «*bofes*», isto é, bonitos e másculos.

realizados em espaços de diversão noturna (bares, discotecas, saunas) ou redes sociais destinadas a encontros sexuais casuais, como o *Badoo*, o *Gaydar*, o *Gayroom* ou o *Grindr*, que a maioria das travestis travava conhecimento com os seus namorados. Muitos já eram conhecidos entre elas porque tinham tido relações amorosas com outras travestis. «*Passa na mão de todas. Um vem da outra, vem de fulana, vem da amiga, já andou com fulana [...] sem saber já andou na mão de umas três*», comentou Cynthia, esclarecendo-me que «*marido*» de travesti era, quase sempre, muito experiente e “rodado” porque, como esclareceu Kulick (2008 [1998], p. 122), quando se tornava “namorado de uma”, ele rapidamente despertava “o interesse das outras”. Dado o número limitado de namorados que circulavam pelo meio social das travestis, os existentes eram alvo de disputas, podendo dar origem a conflitos entre elas.

Ao longo da investigação, travei conhecimento com muitos destes homens. A par do interesse académico que tem recaído sobre eles,³⁵⁶ constatei, na realidade nacional, que eles correspondiam a dois tipos: os “indigentes” e os “protetores”, tal como os designei. Os primeiros eram, geralmente, rapazes jovens (com idades inferiores à das travestis), com fracas escolarizações e provenientes de níveis socioculturais baixos. Faziam uso de uma linguagem pouco cuidada e vestuário integrado num estilo *chunga*, portando bonés, correntes ao pescoço, brincos, *piercings* e tatuagens. Em termos comportamentais, a maioria estava (ou já tinha estado) envolvido em problemas criminais (situação também identificada por Garcia, 2007), ou atividades consideradas marginais, como o consumo e tráfico de drogas ou o trabalho sexual. Mostravam ter problemas económicos e, dado terem vinculações bastante precárias com a sua família de origem, as travestis acabavam por ser uma fonte de ajuda e proteção. Este género de rapazes, que surgem no trabalho de Garcia (2007, p. 133-141) na figura do “malandro”, eram os que mais atraíam sexualmente as travestis, compondo a maioria dos seus namorados. Os segundos – os menos frequentes – eram, por regra, homens muito mais velhos que elas. Apesar de não serem fisicamente tão atrativos quanto os “indigentes”, apresentavam maior disponibilidade financeira, capaz de fornecer à travesti suporte económico, habitacional e laboral. Costumavam exercer pressão para que elas abandonassem o trabalho sexual e vivessem, em exclusivo, na sua dependência. Porém, esta situação não era bem vista por muitas delas dado que, em parte, lhes reduzia as possibilidades de liberdade e autonomia.³⁵⁷

A escolha de um parceiro (e a manutenção da relação conjugal) estava dependente de um atributo fundamental: ser detentor de uma postura máscula. As travestis não se interessavam por homens femininos ou com comportamentos menos viris. «*Tem de ser só machos [...]. Só dá com homens. Não*

³⁵⁶ Veja-se, por exemplo, os estudos de Benedetti (2005), Diehl (2009, p. 8), Carrijo (2011, p. 298-316), Garcia (2007, p. 66-72), Luís (2018, p. 196-202), Lomando e Nardi (2013), Kulick (1997, 2008 [1998], p. 113-147), Oliveira (1994), Pelúcio (2006; 2007a, p. 79-95), Seffner e Müller (2012), Silva (1993) e Teixeira (2011).

³⁵⁷ Ainda que vários autores (Pelúcio, 2007a, p. 80; 2011a, p. 110; Diehl, 2009, p. 8) afirmem que a expectativa das travestis é encontrar alguém que as retire do mundo da prostituição e lhes proporcione uma “vida normal”, não verifiquei esta situação. Cynthia contou-me, por exemplo, que em tempos namorou com um «*senhor português*», de 50 anos de idade, que queria tirá-la da «*vida*». «*Ja-me dar casa, arroz, feijão, de comer...*», explicou-me ela. «*Só que eu não vim para cá para procurar isso. Ficar em casa eu fico no Brasil. [...] Eles acham que a gente está na putaria por precisão. Mas às vezes não é por precisão. A gente está porque, talvez, a gente gosta. [...] Ele queria-me tirar disso. Só que eu falei “não, não dava [...] você sabe só quanto é o meu cabelo? Você vai me dar, de três em três meses, 700€? Então não me enche o saco! Deixa eu quieta”*», esclareceu.

dá para estar com paneleiros [...] entendes? Não dá, não consigo», disse-me Priscila. Namorar com «*bofes*», homens que assumiam ser heterossexuais e gostar de mulheres; e reproduziam os valores da masculinidade hegemónica, eram bastante valorizados por elas. Por um lado, eles davam sentido ao esforço empregue na construção da feminilidade travesti, afirmando-a; e, por outro, permitiam uma reorganização da ordem social, outrora desestabilizada. A polarização de género instaurada por via do envolvimento afetivo-sexual com este tipo de sujeitos, reforçava a heteronormatividade conjugal, conseguindo constituir-se como um «*casal normal*», homem e mulher. A masculinidade expressa pelos parceiros era certificada na cama, durante as práticas sexuais. Como refere Kulick (2008 [1998], p. 140) “é na cama que o género realmente se estabelece” e “que o risco de deslizamento do género se torna mais acentuado”. Para as travestis, o lugar do feminino e do masculino organizava-se a partir do comportamento sexual, pelo que esperavam que os «*maridos*» desempenhassem o papel de ativos (penetradores), ficando elas com o papel de passivas (penetradas), correspondente ao da mulher.

Uma das minhas exigências enquanto meu homem é isso. Passivos, por favor, não! Sou só eu. Desculpa lá. Não há direito cá duas pessoas. [...]. Eu é que sou mulher! Esse papel é meu! Isso é uma exigência. Eu já tive dois grandes amores [...] e ambos eram héteros, gostavam de mulheres [...]. [Marlene]

Havia “claras demarcações das práticas sexuais” (Pelúcio, 2007a, p. 80): as que eram reservadas aos clientes (relação laboral) e as limitadas aos «*maridos*» (relação afetiva). Contrariamente aos clientes (âmbito público da rua), a quem lhes era permitido fazer uso do órgão sexual masculino das travestis durante as relações comerciais, elas não admitiam que os seus «*maridos*» (âmbito privado da casa) observassem, tocassem ou manuseassem a «*neca*» delas, pelo que as relações sexuais eram circunscritas a um repertório mais restrito (Pelúcio, 2007a, p. 84), baseado numa normalização estereotipada de papéis. Durante um ano e meio de namoro, o namorado de Fabiana «*nunca viu o meu sexo [...] nunca tocou, nem nunca teve curiosidade*», garantiu-me ela (situação idêntica foi observada por Kulick, 2008 [1998], p. 140 e Seffner e Müller, 2012, p. 290-291). A observação de interesse por certas partes do seu corpo ou por comportamentos que não se enquadrassem nas normas sociais de género, como o desejo de praticar felação na travesti ou ser penetrado por ela, poderia revelar uma grave falha na sua masculinidade. Isso traria, obviamente, consequências: perderia a sua categoria de “macho”, deslocando-se para a condição de “não-homem”. Vir a ser acusado de ser tão «*bicha*» quanto a travesti, provocaria nela tamanha desilusão que deixava de revelar qualquer interesse pelo «*marido*», finalizando a relação com ele para procurar um “homem de verdade”. «*Para estar comigo tem de ser um homem que não veja o pau nem toque [...] se ele quisesse, acho que eu perdia o interesse*», assegurou-me Priscila. Muitas receavam que os seus «*maridos*» pudessem vir a buscar satisfação na sua genitália. A fim de salvaguardarem que eles não caíssem nessa tentação, utilizavam estratégias para a ocultar durante as práticas sexuais conjugais e, desse modo, garantir uma performance sexual ajustada ao que era expectável para um “casal normal”.³⁵⁸

³⁵⁸ Marlene, por exemplo, tinha relações sexuais sempre «*com as luzes apagadas*». Já Fabiana, além de proibir o namorado de lhe tocar com as mãos abaixo da zona abdominal, costumava vestir umas cuecas de fio dental para encobrir o volume do pénis

Para que a identidade pessoal e social da travesti fosse legitimada ela dependia de, certa forma, de um homem (aparentemente) heterossexual, que agisse como tal (Kulick, 2008 [1998], p. 147). Aqueles que cumprissem com este requisito tinham o potencial de se transformar em seus namorados. Ao alcançarem esse patamar, conferiam-lhes “um sentido de normalidade” (Pelúcio, 2007a, p. 78), pelo que, numa troca de interesses, elas recompensavam-nos. Desde logo, eram convidados a coabitar com elas (integrando as suas “famílias de escolha”) e era-lhes proporcionado todo o conforto para que se mantivessem na relação, o que implicava custear-lhes os gastos com a habitação (renda da casa ou quarto, água, luz, gás), a alimentação, as comunicações (telemóvel e internet), o vestuário, o calçado, as adições (álcool, tabaco e drogas) e o lazer. Como refere Kulick (2008 [1998], p. 114), elas não mediam esforços para os agradar, mobilizando parte dos recursos financeiros obtidos na prostituição em função do bem-estar deles. Em datas especiais eram-lhes oferecidos presentes caros e de gosto sofisticado. Dois pares de ténis (um da *Nike* e outro da *Puma*), um polo da *Lacoste*, uma camisa da *Emporio Armani* e um telemóvel *Samsung Galaxy S6* foram, por exemplo, as ofertas de Natal de Alessandra ao namorado, exibidas publicamente na sua página de *facebook*. Devido à precariedade económica e social em que muitos «maridos» (em especial, os “indigentes”) se encontravam, eles acabavam por habituar-se a viver na dependência do dinheiro da travesti. «São geralmente miúdos que não têm onde ficar [...] Nem a família os quer... quer dizer, boa coisa não é... Daí se encosta numa travesti, dessa que dá roupa, comida, dormida», disse-me Carole que os observava com alguma reserva, sugerindo que eles se relacionavam com travestis apenas para serem sustentados por elas e terem a vida mais facilitada. Cristiana também me confirmou esta situação. «Eles vivem à sombra delas», explicando-me que a relação de suporte entre «maridos» e travestis era praticamente unidirecional e, como tal, desigual. Eram, quase sempre, elas as provedoras e eles os beneficiários. Raros eram os que trabalhavam (Kulick, 2008 [1998], p. 122) ou ajudavam nas despesas do lar. Por este motivo, entre as trabalhadoras do sexo que se recusavam a manter relacionamentos desta natureza, era consensual afirmarem que os «maridos» das travestis eram oportunistas, designando-os por «chulos».

[...] não tenho *marido* porque não estou para sustentar ninguém. E é muito triste dizer isto, porque o *marido* da travesti é chulo. Não há nenhum que não seja. Só há um, de uma amiga minha, que não a deixa estar na rua. Isso sim, é um *marido*. Mas como é difícil arranjar homens assim... agora um *marido* que fica em casa, deitado, à espera que a *bicha* venha da rua, com o dinheirinho, [...] que vive à custa dela, é chulo! [Rebeca]

[...] umas têm *marido* só para falarem que têm um homem do lado delas mas na verdade esse homem não faz nenhum e elas é que pagam as contas, a renda... e então eu não vejo como um *marido*, eu vejo como um aproveitador [...] quer trabalhar normal? Então vai atrás de um emprego. Não quer trabalhar normal?

ereto e permitir-lhe, em simultâneo, ser penetrada analmente. As entrevistadas de Seffner e Müller (2012, p. 290) referiam beijar os companheiros com a pélvis um pouco recuada a fim de não encostarem a genitália junto ao corpo deles, e as de Garcia (2007, p. 71) mencionavam concretizar posições sexuais diferentes. Algumas destas práticas obrigavam-nas a renunciar ao prazer (pela não utilização do órgão sexual) em prol da satisfação dos seus parceiros. Kulick (2008 [1998], p. 147) já havia identificado que as relações afetivas das travestis não lhes concediam grande gratificação sexual, ainda que muitas não o assumissem. Fabiana afirmou-me ter prazer, advindo não da ejaculação, mas dos «*orgasmos psicológicos*» que o namorado lhe proporcionava. Garcia (2007, p. 71) também recolheu testemunhos de outras travestis que diziam masturbar-se depois da relação sexual, na ausência do «*marido*», a fim de se satisfazerem. Kulick (2008 [1998], p. 147) chega a afirmar que “elas não querem um namorado por causa do prazer sexual”, mas sim pela afirmação do género feminino. “Prazer sexual é algo que [...] obtêm em outro lugar: com os boyzinhos, com os ‘vícios’ e com clientes que conhecem na rua à noite”.

Então vai botar uma peruca e vai fazer o mesmo que eu faço porque a vida custa a todos, não é?! [...] Quando elas começam com histórias «*ai o meu marido*» [...] hum, eu falo assim «*que marido mulher [...] você tem um chulo dentro de casa*», mas elas sabem, não é?! [Carole] ³⁵⁹

A ligações que os «*maridos*» estabeleciam com a travesti não pareciam ser baseadas, de facto, no amor, mas na segurança financeira que elas lhes proporcionavam. O interesse nos proveitos que poderiam obter era gerador de dependências que, em certa medida, eram fomentadas pelas próprias travestis. Elas aproveitavam-se da instabilidade de vida dos «*maridos*» para lhes poder conceder ajudas permanentes (mesmo em períodos de crise), a fim de mantê-los junto a si. O medo de os perder fazia com que não permitissem, sequer, que eles trabalhassem, ³⁶⁰ porque a autonomia pessoal e financeira que advinha dos rendimentos profissionais poderia, também, significar independência no namoro. E isso, elas não pretendiam. Queriam que eles se conservassem na relação, ³⁶¹ razão pela qual se sacrificavam, trabalhando mais horas, para conseguirem sustentar as despesas que um «*marido*» necessariamente acarretava. ³⁶² A eles cabia-lhes unicamente a tarefa de as respeitar e proteger, levando-as e buscando-as ao «*ponto*»; telefonando-lhes periodicamente para saberem se estava «*tudo bem*»; socorrendo-as em situações de brigas e conflitos com clientes; e responsabilizando-se pelos afazeres da casa, incluindo a preparação das refeições e o tratamento dos animais domésticos. Um “marido acolhedor” era “visto como um diferencial positivo frente às outras travestis que retornavam sozinhas para suas casas” (Seffner & Müller, 2012, p. 293), pelo que, o simples facto de terem um, já as satisfazia. «*Se existe alma gémea, eu achei a minha [...] Estamos sempre juntos [...]. A gente acorda, dorme junto [...] come, bebe, se diverte [...] então está maravilhoso, entendeu?*», comentou Alessandra.

Após meses de namoro, algumas travestis faziam questão de frisar que elas tinham sido as responsáveis pela alteração de comportamento e modo de vida dos «*maridos*». Com frequência utilizavam expressões como «*ele não sabia de quase nada*», «*comigo aprendeu muita coisa da vida*», «*ele está muito diferente*», «*fiz dele um homem*», «*ele já não bebe como bebia*». Este discurso de

³⁵⁹ É importante salientar que, na maioria dos casos, ser «*chulo*» não implicava a extorsão ativa de dinheiro ou bens materiais. Salvo raras exceções, os «*maridos*» costumavam ter uma postura passiva. Ainda que vissem à custa das suas esposas, não lhes faziam exigências, nem as obrigavam a prostituir contra a sua vontade. Esperavam que elas tomassem livremente a iniciativa de lhes pagar as contas. Situação semelhante foi identificada por Kulick (2008 [1998], p. 128).

³⁶⁰ Os poucos «*maridos*» que trabalhavam eram, por vezes, confrontados pelas próprias travestis que insistiam para eles abandonarem os seus empregos. Não excluía, no entanto, a possibilidade de, ocasionalmente, prestarem serviços sexuais, tanto de forma individual como grupal, acompanhando as suas namoradas. Mas como na maior parte das vezes, os serviços eram dirigidos a outros homens, essa situação poderia colocar a sua masculinidade num “lugar de suspeita” (Teixeira, 2011, p. 234).

³⁶¹ Algumas travestis eram tão obstinadas com a necessidade de terem um «*marido*» que chegavam a mantê-los dentro de casa (situação também foi identificada por Kulick, 2008 [1998], p. 117 e Seffner e Müller, 2012, p. 293). O medo de serem traídas fazia com que acionassem um sistema de vigilância sobre eles, isolando-os, a fim de evitar que saíssem e travassem contacto com outras mulheres e/ou travestis. Garantiam, dessa forma, que eles eram exclusivamente seus. Em conversa com o companheiro de Alessandra, queixou-se que se sentia “aprisionado” por passar muito tempo dentro de casa, na companhia da namorada. «*De vez em quando, sempre vem aquela saudade de ir aqui ou ali*», disse-me ele, desculpando a atitude obstinada da sua esposa de quem sentia orgulho por saber que ela era intensamente apaixonada por si. «*Mas somos obrigados a negar certas coisas [...] [porque] a gente também tem de dar atenção com quem está*», acrescentou, mostrando compreender o quanto perderia se não cumprisse com esta exigência. Mas as travestis não reagiam assim só pelo medo da traição. Muitas delas, especialmente as estrangeiras em situação administrativa irregular no país, necessitavam de formalizar uma “união”, por via do casamento, para adquirirem a nacionalidade e assegurar a permanência e circulação no espaço europeu. Era a pensar nas vantagens que um «*marido*» português traria, que elas se dispunham a agradá-los e a mimá-los.

³⁶² Travestis pobres apresentavam, obviamente, maiores dificuldades em ter um «*marido*» dada a impossibilidade de lhes assegurar benefícios materiais (Kulick, 2008 [1998], p. 126).

“empenho salvacionista” (Seffner & Müller, 2012, p. 291), servia para deixar claro aos «maridos» que eles eram rapazes “degenerados” e que só entraram no “bom caminho” devido à sua dedicação. Elas tinham tido a determinação, que outras mulheres ou travestis não tiveram, para conseguir mudar a sua conduta. Perante a família do «marido» este tipo de discurso também as valorizava (p. 292), na medida em que lhes mostravam que uma relação com uma travesti não era uma “anormalidade”, como consideravam. O «marido» de Alessandra foi despedido pelo tio, da empresa familiar onde trabalhava, na sequência da descoberta do seu namoro com uma travesti. Puniu-o, na esperança de que ele terminasse, de imediato, essa relação. «*A minha família não aceitou. Saí de casa. Até hoje, com o meu pai, não falo*», relatou-me ele. Alessandra acolheu-o na sua casa e investiu toda a sua energia para conseguir custear as despesas durante os vários anos de relação conjugal. Diante da família, orgulhava-se do suporte facultado, visível na melhoria da aparência e das condições de vida do namorado. «*Quando ele vai na loja [empresa] todo mundo fala “ah, está bem vestido” e o irmão dele fala “está com aparência boa”, essas coisas [...]. Porque ele come, bebe, dorme, fuma, entendeu? Só que eles tentaram fazer com que se arrependesse. Mas ele não se arrependeu*», disse-me, ao vangloriar-se do seu feito.³⁶³

O ciúme proveniente do exercício da atividade laboral das travestis constituía-se um grande obstáculo à estabilidade do casal (Seffner & Müller, 2012, p. 292). Estando elas dentro de um «*relacionamento estável*», tinham de respeitar o «marido», não podendo «*pegar um vício*» – um homem que as atraía – como outrora, para não provocarem ciúmes. Certos «maridos», ao viverem na mesma casa onde as suas esposas «*subiam*» para prestar serviços sexuais, tinham conhecimento do número de clientes atendidos, o tempo que demoravam com cada um deles e o dinheiro que elas realizavam numa noite. «*O meu marido sabe tudo o que eu faço*», afirmou-me Alessandra. A informação que detinham sobre a sua vida profissional era, em parte, consentido por ela. «*Eu peço para ele tomar conta do meu dinheiro*». Na verdade, permitir que ele contabilizasse o seu dinheiro e verificasse se ela tinha, ou não, praticado «*vício*», era uma das maiores provas de amor e confiança que lhe podia conceder. «*Eu não posso falar “ai, vou fazer um cliente” e depois pegar um vício na rua. Ele pode, muito bem, na gaveta, olhar quantos clientes eu fiz, entendeu? [...] Ele vai falar: “mas ela veio em casa quatro vezes e só tem dinheiro de três”*», disse-me. Alessandra julgava que esse ato contribuía para o estreitamento de laços afetivos entre eles. Contudo, relações permeadas pelo controlo, posse e dominação davam azo a que, por vezes, na sequência de tensões e conflitos, certos «maridos» se achassem no direito de ameaçar, agredir e infringir violência sobre as travestis. «*Cheguei a ser mutilada, cheguei a ser queimada com isqueiro, cheguei a ser picada com uma agulha, cheguei a dormir no chão durante a noite*», referiu-me Rebeca. Hoje, mais distanciada no tempo, acredita ter sido a «*obsessão*» pelo companheiro – que descreve como «*um psicopata*» – que a levou a fazer de tudo para não o perder, inclusive tolerar

³⁶³ Ainda que elas se valessem de discursos “salvacionistas” para se empoderarem diante da família, elas não conseguiam afirmar, por inteiro, a sua identidade. Ocultavam ser travestis (apresentando-se, sempre, como “mulheres transexuais operadas”) e trabalhadoras do sexo (referindo trabalharem como cabeleireiras ou empregadas de salão de beleza) por acreditarem que essas características, ainda mais estigmatizantes, dificultariam a sua aceitação.

agressões como estas. Duas razões pareciam estar na base desse consentimento. Por um lado, a agressividade do «marido» evidenciava a sua masculinidade (Garcia, 2007, p. 69), pelo que, sendo ela “normal” num homem, era desculpável.³⁶⁴ Por outro lado, a experiência da solidão era sentida como mais intimidadora do que a intensidade dos maus-tratos sofridos, os quais não chegavam a denunciá-los às autoridades policiais por falta de “coragem”. «*Se calhar porque gostava dele*», justificou Rebeca envergonhada, encolhendo os ombros. «*Eu sabia que se o fizesse, ele, com certeza, ainda estava preso, porque tinha outros processos, tinha outras coisas, tinha já um histórico assim um bocado...*».³⁶⁵ A fuga foi a solução encontrada para conseguir terminar a relação doentia.

Dispensar um namorado era algo que não se realizava de forma pacífica. Muitos, estando acostumados a uma vida cómoda e despreocupada, resistiam às várias tentativas levadas a cabo pelas travestis para terminarem com a relação. Dado que nem todas tinham a possibilidade de fugir, de imediato, eram obrigadas a continuar a viver com o «marido», num ambiente de opressão e medo, até conseguirem reunir as condições necessárias para abandonarem a cidade. Sucedia que, alguns «maridos», prevendo virem a ser deixados, acabavam por vingar-se delas, roubando-lhes os seus bens. Após anos de relação conjugal, o namorado de Nádia fugiu com os 5000€ que ela tinha amealhado para a compra de um carro. «*Eu trabalhava 15 horas por dia [...]. Passei o dinheiro para as mãos dele e até hoje nunca mais o vi*», disse-me ela. «*Era um burlista, um aproveitador*». Cynthia também me contou a história de uma amiga, cujo namorado lhe «limpou» todo o recheio da casa. «*Levou portátil, levou tudo*», declarou.

Observei, em muitas narrativas, que os relacionamentos com os «maridos» eram, quase sempre, malsucedidos (cf. também identificado por Carrijo, 2011, p. 300). O confronto com situações de violência, roubo ou traição por parte de homens que elas “supunham possuir as qualidades certas” (Kulick, 2008 [1998], p. 114), fazia com que se sentissem culpadas e desiludidas consigo mesmas. Tomavam consciência de se terem dedicado, sem limites, para os satisfazer; e, em certos aspetos, terem sido demasiado submissas e “permissivas”. Ivone referiu-me, com desgosto, que nunca teve «*sorte*» ao amor. De todas as vezes que se «entregou», saiu lesada. Por isso, era incrédula, com o «*coração fechado*». O término das relações levava-as a fazerem juras de nunca mais se comprometerem afetivamente com nenhum homem. «*Não quero nem um*», garantiu-me Cynthia. «*Se me der vontade, eu vou numa noite [à discoteca], conheço, dou a minha queca e... cada macaco no seu galho. Mas dentro da minha casa, viver comigo, não quero não!*». Contudo, mais cedo ou mais tarde, acabavam por voltar a apaixonar-se. E, algumas, a cometer os mesmos erros.

³⁶⁴ Em termos académicos, pouca atenção tem sido dada à violência doméstica perpetrada pelos namorados das trabalhadoras do sexo (Dyna, Sicham & Cockroft, 2010). Ainda que Seffner e Müller (2012, p. 293) tenham identificado situações em que as travestis eram protagonistas de violência, os autores destacam a associação existente entre a hipermasculinidade dos «maridos» e a violência sobre as suas parceiras.

³⁶⁵ Não era só pelo “amor” ao parceiro que algumas travestis evitavam denunciar os abusos. Algumas imigrantes, por exemplo, abstinham-se de o fazer porque, aos se encontrarem em situação irregular no país, receavam aproximar-se das autoridades policiais para lhes pedir ajuda. Como experienciavam violência por parte deles, era-lhes difícil pedir ajuda, dado não confiarem na sua atuação.

7.2.4. Os Clientes-Amigos

Ao longo dos anos, as relações que as travestis estabeleciam com alguns clientes «*habituais*» podiam favorecer uma maior aproximação e intimidade, desembocando no estreitamento de laços de amizade entre eles. Situações destas não eram abundantes, é certo, mas ocorriam. «*Não são muitos, um ou dois*», disse-me Bianca, ao explicar que quase todas as travestis tinham «*clientes amigos*», pelos quais nutriam grande estima, diferenciadora dos demais clientes. Cynthia tinha um «*amigo*» que já recorria aos seus serviços «*há muito tempo*». Por saber que ele era «*gente boa*» não se importava que, depois do sexo (e de ter pago por ele), permanecesse o resto da noite em sua casa. «*Deixei ele dormir aqui e fui para o cabeleireiro e voltei*». A afinidade criada entre ambos levava-a a conceder-lhe essa benesse, não disponibilizada a outros clientes, dado confiar que não veria a sua casa roubada por ele.

A amizade entre alguns clientes e travestis era fonte de suporte social, servindo, desde logo, de companhia. Dado partilharem os contatos telefônicos pessoais, trocavam mensagens ou telefonavam-se mutuamente com relativa periodicidade para saber como estavam e se atualizar sobre o decurso de vida de cada um. Em certos momentos combinavam encontros para tomar café, passear e socializar. «*Tem clientes que a gente fala de outras coisas e encontra-se por outros motivos a não ser esse [o sexo]. [...] Tem um que ficou mesmo amigo, a gente combina saídas e tudo*», confirmou-me Bianca. O estar junto, durante o dia, fora dos contextos de prostituição, era uma atividade que concedia às travestis uma sensação, ainda que momentânea, de serem participantes ativas da vida social. Através dela, partilhavam-se muitas confidências, pelo que ambos tinham conhecimento de informações importantes da vida íntima um do outro. As travestis, por exemplo, sabiam das relações conjugais, da atividade profissional, do local de residência e das dificuldades familiares que esses «*amigos*» enfrentavam. Elas escutavam-nos e aconselhavam-nos. E por essa razão, alguns procuravam-nas. Apesar do mito que os clientes procuram prostitutas unicamente para obterem relações sexuais, reparei que, a par do que é defendido por outros autores (Castle & Lee, 2008; Weitzer, 2005), alguns faziam-no em busca de companhia, intimidade e apoio emocional. Não é, pois, de estranhar que quando elas necessitavam desse apoio, eles se prontificassem a retribuí-lo. Na sequência de um problema de saúde, Leila ficou impossibilitada de se prostituir, durante meses, até à sua total recuperação. Durante esse período recebeu visitas frequentes de alguns «*amigos*» que a ajudaram a ultrapassar esta fase. «*Vieram aqui, em troca de nada, e me deram ajuda, porque foi um período que eu não pude trabalhar, entendeu? Então é aí que você passa a conhecer as pessoas que estão do seu lado [...] e que pode contar [...] você já fica feliz, entendeu? [...] do nada a pessoa te ajudar e isso é muito bom*», explicou-me ela.

Alguns destes clientes eram, também, um importante recurso de ajuda material. Quando, porventura, elas necessitavam de boleias, de carregar o telemóvel com dinheiro, de comer e/ou de pagar a renda da casa ou quarto, eles disponibilizavam-se para as auxiliar. Na sequência de Carina ter-se mudado para uma nova habitação, ficou sem dinheiro para se alimentar, dado ter gasto todas as poupanças nos três meses de caução exigidos pelo senhorio. Ao partilhar esta situação com um dos seus clientes, ele decidiu ajudá-la. «*Todas as sextas-feiras fazia-me as compras para a semana. Isso era*

excepcional. Era sempre um maço de tabaco, 20€ e dois sacos de compras onde vinha a carne e o peixe. Até aí ele era cuidadoso. Não era à base de secos. Ele dizia “precisas de comer”. [...] foi uma pessoa que me ajudou imenso», comentou ela. Rebeca também me relatou ter sido ajudada por um «cliente-amigo» quando, por duas vezes, «quis desistir da rua e seguir outros caminhos». Nessas alturas foi ele que suportou os custos da sua mudança de cidade e pagou o valor das rendas. «É uma pessoa que me ajuda muito», afirmou. Era a ele a quem, sempre, recorria em caso de necessidade. «E tenho oito irmãos!», disse-me ela, para expressar que se sentia mais à-vontade para pedir a ajuda a este cliente do que à sua própria família. «Já o conheço há seis anos e já não o considero como um cliente». Embora ele continuasse a sê-lo, a forte ligação afetiva existente entre eles fazia com que Rebeca não o visse como um simples cliente. Ele era mais do que isso. Ainda que, recentemente, ele tivesse ido viver para França, ela sabia que podia continuar a contar com o seu apoio mesmo que à distância. «Se eu ligar para ele “preciso de dinheiro para pagar a renda”, ele manda-me o dinheiro», garantiu-me.

Por vezes, em decorrência da conexão emocional, da intimidade e da confiança crescente entre clientes e travestis, alguns homens pretendiam alterar os termos da relação e serem mais do que «amigos». Elas, percebendo isso, podiam aproveitar-se dos sentimentos deles, instrumentalizá-los, para alimentarem a relação a seu favor, com o objetivo de obter certas vantagens materiais. Olga confirmou-me ter um cliente, «com quase 80 anos», apaixonado por si. Com ele, partilhava muito do seu tempo, acabando por desabafar-lhe, intencionalmente, os «problemas pessoais», as «dívidas» que possuía e as inúmeras «dificuldades» que os seus pais enfrentavam com o propósito de extrair dele ganhos financeiros. Olga sabia manipular tão bem as emoções deste cliente, apresentando-lhe detalhadamente as suas vulnerabilidades e necessidades, que ele se predispunha a despende do dinheiro das poupanças acumuladas ao longo da vida para a ajudar. «Ele passa a vida a oferecer-me prendas», garantiu-me ela. «Já me ofereceu um carro, já me ofereceu um computador portátil, todos os meses está-me a oferecer perfumes, embalagens de toalhitas dodot, doces, desodorizantes. É um cliente completamente apaixonado por mim», acrescentou.

7.3. REDES DE SUPORTE FORMAL

As redes sociais formais caracterizam-se pelo conjunto dos relacionamentos constituídos pelos indivíduos dentro de um quadro organizacional, composto por uma diversidade de instituições públicas e privadas (Instituições Particulares de Solidariedade Social, ONG, hospitais, centros de saúde, centros educativos, segurança social, tribunais, estabelecimentos policiais e prisionais, etc.) e profissionais (assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, médicos, professores, polícias, etc.), que se encontram estruturados com o objetivo de fornecer serviços a quem deles necessita (Guadalupe, 2003). Estas redes, supostamente, tendem a contribuir para a resolução de problemas, a satisfação de necessidades e a proteção de quem se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Apesar da sua importância na concessão de apoio social, observei que, habitualmente, as travestis estabeleciam contactos muito limitados com as instituições. Apresentavam alguma resistência em se aproximarem delas por considerarem que o atendimento e as respostas prestadas não eram particularmente sensíveis e adequadas ao modo como elas expressavam o seu género e ganhavam dinheiro. Poucas investigações têm, de facto, examinado as interações desta população com as redes sociais formais, pelo que tentarei, aqui, evidenciar os aspetos que as faziam manter-se distanciadas, especialmente dos serviços sociais e das organizações LGBT.

7.3.1. Os Serviços Sociais

Por diferentes razões, a maior parte das travestis já tinha contactado com os serviços sociais, pelo menos uma vez na vida, tendo avaliado a experiência como negativa. Elas não gostavam de depender de apoios institucionais devido ao estigma que recaía sobre elas enquanto assistidas. Por isso, na maior parte das vezes, a decisão de solicitarem ajuda tendia a ocorrer já no limite das suas forças, quando todos os outros recursos falhavam, chegando aos serviços já num estado de grande vulnerabilidade económica e social. Todavia, um conjunto de barreiras, relacionadas com o acesso e a qualidade da prestação desses serviços – algumas também identificadas por outros autores³⁶⁶ – eram responsáveis por fazê-las desencorajar, evitar ou desistir de recorrer a eles, mesmo que se encontrassem em situação de necessidade. De entre essas barreiras destacavam-se:

7.3.1.1. A (Des)adequação dos Serviços

A localização geográfica dos serviços situada, na maioria das vezes, em locais, para as travestis, de difícil acesso, distanciados do território onde habitualmente se movimentavam era, desde logo, uma limitação que as impedia de procurar respostas (Salisbury & Dentato, 2016; Shiperd, Green, & Abramovitz, 2010). Muitas sentiam-se inseguras ao usarem os transportes públicos e caminharem por ruas desconhecidas, pelo que, em situações de precariedade económica, não conseguiam fazer face aos custos de um aluguer de táxi. À chegada confrontavam-se com espaços inapropriados, estruturados para atender, predominantemente, públicos heterossexuais e cisgénero. Ainda que Barb Burdge (2007) alerte para a importância da criação de espaços de atendimento social verdadeiramente seguros e inclusivos, especialmente para pessoas que não se encaixam nas normas de género binárias, tal procedimento não era posto em prática na realidade nacional. As pessoas LGBT raramente estavam representadas nos materiais informativos (brochuras, panfletos, cartazes e posters) espalhados nas salas de espera e de atendimento social. A sua existência poderia indicar, subtilmente, que elas eram bem-vindas aos serviços, e que os profissionais estavam recetivos para as atender. Esta ação poderia, inclusive, influenciar atitudes e comportamentos, incentivando ao diálogo (Bergh & Crisp, 2004; Messinger, 2006; Stotzer et al., 2013; Yanca & Johnson, 2008). Mas a não representação fazia com que o “clima”

³⁶⁶ Como, por exemplo, Escobar (2007), Namaste (2000, p. 157-189), Pelúcio (2007a, p. 153-188), Pinto et al. (2008), Salisbury e Dentato (2016) e Stotzer, Silverschanz e Wilson (2013).

comunicacional (Stotzer et al., 2013, p. 69) entre travestis e técnicos fosse percebido como inseguro, razão pela qual muitas verbalizavam não se sentirem confortáveis em falar, de maneira aberta e tranquila, sobre os seus problemas, a sua sexualidade ou identidade de género. Estas singularidades relacionadas com o espaço físico não eram menos prejudiciais do que situações de discriminação explícita, pois como refere Richmond et al. (2012, p. 52), “a marginalização pode ocorrer a partir das primeiras interações” estabelecidas.

7.3.1.2. A Interação, Linguagem e Tratamento

Para as travestis, em especial as que viviam permanentemente como mulheres, ser tratada no feminino era considerado algo muito importante. No entanto, algumas declararam-me ter sido incorretamente nomeadas no masculino não só por quem realizava o atendimento de triagem, como também pelos elementos da equipa técnica. Megan Salisbury e Michael Dentato (2016, p. 126) já havia identificado esta prática “não-profissional” junto dos serviços sociais do estado norte-americano do Arizona. Eu próprio a presenciei várias vezes. Na sequência do despejo de Fabiana por falta de pagamento do quarto onde residia, acompanhei-a a uma instituição de apoio social – uma das mais importantes da cidade de Lisboa – para ser atendida por uma equipa pertencente a uma unidade que, ironicamente, se denominava por “intervenção de proximidade”. Dirigi-me à receção para solicitar gentilmente que Fabiana fosse chamada pelo nome com o qual se identificava e não pelo nome que constava no cartão de cidadão. Pese embora a minha insistência, a pessoa que me atendeu recusou-se a fazê-lo, argumentando «*não ser possível*» porque o «*computador não permitia registar dois nomes ao mesmo tempo*» e, como tal, teria de chamá-la pelo nome “oficial”. Fabiana foi, contra sua vontade, chamada em voz alta por Ricardo diante de todas as pessoas que se encontravam presentes na sala de espera. Esta revelação pública deixou-a bastante desconfortável, gerando sentimentos de raiva e angústia. Atitudes hostis como estas eram, infelizmente, bastante frequentes nos serviços sociais, pelo que a perceção da qualidade da sua prestação era, de imediato, comprometida. Richmond e colegas (2012, p. 51) afirmam que a criação de um “ambiente seguro” passa, também, pelo tratamento adequado e respeitoso. Porém, os serviços demonstravam não estar minimamente preparados para as atender, ao envergonhá-las e desumanizá-las, ao se referirem a elas pelo nome atribuído no nascimento. A situação tornou-se incómoda não só para Fabiana, como para a própria assistente social que aguardava pelo “Ricardo” no gabinete de atendimento. Ao vê-la entrar ordenou-lhe para respeitar a ordem de chamada, dado acreditar tratar-se de outra pessoa. «*Doutora, sou eu, o Ricardo*», retorquiu-lhe. Depois de entrar, boa parte do atendimento acabou por se centrar na problemática da identidade de género e não no pedido de ajuda e elaboração do diagnóstico social, tendo a «*doutora*» realizado inúmeros questionamentos para tentar compreender «*um pouco melhor a situação*». A natureza de algumas das suas preocupações – realizadas, por vezes, com uso de pronomes pessoais masculinos, que em nada ajudavam a validar a experiência de Fabiana – chegavam a ser bastante intrusivas, focadas extensivamente no processo de construção da feminilidade, na aparência física e na tentativa de descodificar a sua atual genitália.

Atitudes destas revelavam falta de sensibilidade para lidar com as questões da identidade de gênero, que aliada a uma curiosidade mórbida, prejudicavam a capacidade de Fabiana (e outras travestis) construir um relacionamento estável e profícuo, de confiança, com os serviços sociais.

Vários autores (Burdge, 2007; Erich, Boutte'-Queen, Donnelly e Tittsworth, 2007; Mallon, 1999a,b) têm defendido a importância de os assistentes sociais se munirem de conhecimentos apropriados sobre as necessidades das pessoas com diferentes expressões de gênero de modo a não reproduzirem práticas opressivas na sua atividade profissional. Rebecca Stotzer, Perry Silverschanz e Andre Wilson (2013, p. 74) ressaltam, no entanto, não ser necessário que os profissionais sejam especialistas na temática. A qualidade da sua prestação dependerá, em muito, de uma atuação “culturalmente competente” (Berg & Crisp, 2004; Lum, 2011; Raj, 2002; Yanca & Johnson, 2008), ou seja, que compreenda, respeite e valorize a cultura e as práticas das pessoas que se encontram inseridas em contextos socioculturais específicos. Esta atuação implica uma postura de abertura e interesse em ir ao encontro do outro, pelo que a capacidade de gerar empatia (Salisbury & Dentato, 2016, p. 127), conseguida através da escuta ativa, do cuidado e da atenção, torna-se fundamental neste processo. A falta de sensibilidade e competências culturais no atendimento social tem impactos diretos na prestação profissional, cujas condutas poderão revelar-se displicentes e inadequadas, promovendo o afastamento dos serviços sociais de quem, justamente, necessita deles. No caso das travestis, o adiamento pela procura de ajuda encontrava-se, muitas vezes, ligada ao medo de virem a ser discriminadas, julgadas e tratadas de maneira desrespeitosa, baseado nas más experiências vividas ou relatadas por colegas, e que afetavam diretamente a sua interação com os sistemas de suporte social.

7.3.1.3. O Desajustamento da Intervenção Social

A pouca, ou nenhuma, formação teórica sobre as questões da orientação sexual e/ou identidade de gênero concedida nos currículos escolares dos assistentes sociais,³⁶⁷ impossibilitava que estes profissionais criassem competências (Mallon, 2008) para desenvolver “práticas afirmativas” (Crisp, & McCave, 2007; Hunter & Hickerson, 2003; Messinger, 2006) junto da população LGBT. E isso era diretamente espelhado em intervenções que se mostravam desajustadas às suas necessidades. Sabrina esteve, durante alguns meses, na condição de sem-abrigo, tendo solicitado ajuda aos serviços sociais. A resposta obtida foi a integração num albergue masculino de alojamento temporário. A sua identidade de gênero não foi tida em conta na intervenção proporcionada. Ainda que o albergue providenciasse abrigo, não lhe garantia segurança e proteção, deixando-a vulnerável à ridicularização, ao assédio, ao abuso e à violência por parte dos restantes residentes, favorecendo uma vitimação secundária. Sabrina, após ter dormido uma noite no local, preferiu voltar a pernoitar na rua. Mesmo estando imersa em perigos, a rua era sentida como mais segura do que o próprio albergue.

³⁶⁷ Situação identificada por diferentes autores, como Bergh e Crisp (2004), Erich (2007), Mackelprang, Ray e Hernandez-Peck (1996), Mallon (1999a), McPhail (2008), NASW (2008) e Vanderwoerd (2002).

Situações de encaminhamentos para respostas sociais, cujos horários de funcionamento não eram compatíveis com a dinâmica de vida das travestis eram, também, bastante comuns. Para que Fabiana pudesse beneficiar de apoio alimentar tinha de se apresentar na instituição, todos os dias, às 11 horas da manhã, horário em que eram distribuídas, em cuvetes de plástico, as refeições do almoço e, simultaneamente, do jantar. «*Como posso estar lá a essa hora, se me prostituo de noite?*», questionou-me ela acerca da dificuldade em comprometer-se com a intervenção social prescrita. Os apoios sociais eram escassos e os que existiam limitavam horários que dificultavam a sua obtenção. Se Fabiana fosse buscar as refeições, na noite anterior não podia prostituir-se até tarde porque, na manhã seguinte, tinha de se levantar cedo. Mas dado que era através do dinheiro obtido no trabalho sexual que conseguia pagar a diária da pensão, viu-se forçada a declinar o apoio alimentar, mesmo estando a precisar dele. Na prática, os sistemas de apoio social não respondiam às necessidades específicas das travestis porque não tinham em conta o seu quotidiano noturno, nem procuravam ser compatíveis com ele, pelo que o suporte prestado constituía-se como “problemático” (Hiller et al., 2013), ou seja, ainda que bem-intencionado tinha inadvertidamente efeitos negativos. A insensibilidade dos serviços para a realidade social das travestis afetava profundamente a decisão de aceitarem as respostas oferecidas, de aderir a tratamentos ou permanecer em determinadas estruturas residenciais.

Tive, ainda, conhecimento de situações cujos apoios sociais foram recusados em decorrência de julgamentos morais relacionados com os processos de transformação corporal das travestis e/ou a sua atividade laboral. Rebeca tinha colocado recentemente próteses mamárias, situação que despoletou, na assistente social, dúvidas especulativas face à real gravidade da sua situação de pobreza e, como tal, negado a atribuição de apoio alimentar. «*Fui pedir ajuda e o que me disseram foi “se tiveste dinheiro para pôr um par de mamas também tens dinheiro para comer”*», explicou-me ela. «*Isso é uma resposta que uma assistente social tem de dar?*», acrescentou indignada. Interações destas estavam, pois, alicerçadas no total desconhecimento sobre a necessidade que muitas travestis tinham de adequar o corpo à identidade, e o esforço hercúleo exigido para o conseguir. Nádia, por sua vez, referiu-me ter boa relação com a técnica que a acompanhava na medida de Rendimento Social de Inserção (RSI). «*É boa doutora. É. Eu não tenho que dizer*», exprimiu ela. A mesma tinha conhecimento que se prostituía³⁶⁸ e, como tal, sabia que a sua transformação corporal tinha sido conseguida com os ganhos advindos dessa atividade. Todavia, Nádia sentia-se intimidada em solicitar outro tipo de apoios, ainda que tivesse necessidade deles, dado saber que a técnica recusar-se-ia a atribuí-los por considerar que ela ganhava uma «*fortuna*» com a prostituição. «*O Nelson já está aqui há meia hora, viu-me a fazer algum cliente? Nada... não fiz nada. Nem ontem, nem hoje, nada*», disse-me a fim de indicar que, há meses, que se encontrava a passar por um período de grave carência económica, mas que tinha vergonha de rogar por nova ajuda. Esta situação induzia-lhe certa angústia por não saber o que fazer e a quem recorrer.

³⁶⁸ Na maior parte das situações, os técnicos desconheciam a atividade laboral das travestis porque não lhes era relatado. Elas tendiam a esconder essa informação para fugirem de julgamentos morais e tratamento discriminatório.

A falta de conhecimento sobre o contexto real de vida e identitário das travestis por parte de profissionais era, pois, um aspeto-barreira que as impedia de receber os “melhores serviços possíveis” (Stotzer et al., 2013, p. 69), ou seja, serviços apropriados e de qualidade. Algumas sentiam a necessidade de despendere do seu tempo para informar e educar os próprios profissionais (Namaste, 2000) sobre suas necessidades com os processos de transição, o trabalho sexual, o estigma, a violência, o VIH, a dificuldade de acesso à saúde, ao emprego e à habitação a fim de poderem receber cuidados e intervenções competentes. Saber que os profissionais não apresentavam conhecimentos e/ou sensibilidade para com estas suas preocupações, fazia com que elas não se sentissem minimamente protegidas por eles, o que as desencorajava voltar a recorrer aos serviços sociais.

7.3.1.4. Obstáculos na Aquisição de Apoios Sociais

De forma similar ao que foi identificado por Pinto e colegas (2008, p. 214), as travestis referiam haver dificuldades excessivas na obtenção dos apoios sociais. Essas dificuldades revelavam-se, desde logo, na avaliação diagnóstica realizada pelos assistentes sociais, caracterizada por uma fase prévia de inquérito e, posteriormente, uma fase de prova da condição de recursos. A primeira fase era descrita como sendo bastante exigente, na medida em que era realizada uma espécie de “interrogatório” exaustivo sobre inúmeros aspetos da sua vida privada, mesmo que alguns não lhes parecessem relevantes para a atribuição dos apoios solicitados.³⁶⁹ Muitos dos questionamentos que lhes eram dirigidos eram feitos sem que, ainda, tivesse havido tempo para se construir uma relação de confiança mútua, o que as impedia serem totalmente honestas dado recearem não lhe ser atribuídas as ajudas se lhes contassem toda a verdade. Além disso, a posição social humilde das travestis contribuía para fortalecer este seu fechamento que, diante da linguagem diferenciada das «doutoras» (Nádia) e da disparidade cultural existente entre elas, sentiam-se constrangidas em expor certos assuntos que consideravam delicados.

Ainda que as travestis procurassem os serviços sociais fundamentalmente para obter algum tipo de apoio material, elas esperavam que, no decorrer dessa relação de ajuda, também lhes fosse concedido apoio emocional, sem que o solicitassem: que as aconselhassem, as compreendessem, as confortassem e lhes dessem «*um amparo*», como mencionou Marlene. Liliana gabava-se de ter uma técnica atenciosa com quem, frequentemente, «*desabafava*». «*Mas não é uma conversa de assistente social*», garantiu-me ela. «*É uma conversa de amigos*», acrescentou, para me indicar a cumplicidade que mantinha com ela. Situações destas eram, no entanto, escassas. As assistentes sociais não mostravam muita disponibilidade para lhes providenciar este tipo de suporte apesar dele promover o bem-estar psicológico, diminuir o isolamento e a solidão. Segundo as travestis, elas estavam focadas primordialmente na averiguação e fiscalização de documentos, isto porque, a segunda fase da avaliação

³⁶⁹ Faço nota que, nos formulários de admissão e/ou de abertura de processo social, a categoria “género” contemplava unicamente duas opções de resposta: homem e mulher. A inclusão de uma opção aberta (“outra”, por exemplo) ajudaria a mostrar às pessoas com variações de género que o assistente social se encontraria sensível para as questões da identidade de género, permitindo que elas escolhessem a forma de autoidentificação mais adequada. Richmond e colegas (2012, p. 52) chamam a esta ação, uso de “documentação inclusiva”.

diagnóstica centrava-se, precisamente, na prova da condição de recursos, na qual era exigido o preenchimento de requerimentos e entrega de distintos documentos, alguns dos quais com custos associados na sua obtenção. Fabiana ficou incrédula ao saber que para beneficiar do apoio económico da medida do RSI tinha de despende dinheiro que, na altura, não possuía por se encontrar em situação de grave carência económica.

Pedem muita coisa. Tenho que ir à ‘Loja do Cidadão’ mudar a morada do meu cartão de cidadão, tem que se pagar três euros ou o que é. [...] Tenho de ir às finanças pedir uma declaração em como não estou a descontar em lado nenhum, que são sete euros. É pouco, mas [...] para mim já é um valor significativo. [...] estou a pedir ajuda e tenho que pagar para ser ajudada?! [...] Eu mal tenho para comer... [Fabiana]

O acesso ao direito estava condicionado pela sujeição das travestis às avaliações institucionais tecnicistas e burocráticas, pelo que, como refere Maria Inês Amaro (2012, p. 260), a sua “universalidade” acabava por se transformar numa “parcialização do acesso” e do tipo de apoio concedido. Perante práticas que reduziam a intervenção social ao formalismo da verificação de preenchimento de requisitos, reguladores do processo de cidadania, muitas travestis acabavam por desistir do seu pedido de ajuda. A complexidade dos procedimentos (alguns ininteligíveis) e os excessivos protocolos de intervenção que tinham de cumprir para aceder aos benefícios sociais eram extremamente exigentes em termos de tempo e dinheiro, já para não falar que, em termos emocionais, eram muito desgastantes. A cada instituição a que se deslocavam para tratar ou recolher a documentação exigida confrontavam-se com comportamentos hostis, intolerância, ausência de cooperação, julgamentos com base na sua aparência física, negação da identidade, tratamento desrespeitoso e, até, insultos verbais por parte de alguns funcionários. Reconhecendo as dificuldades que tinham de enfrentar para obter os apoios sociais, as travestis, compreensivamente, não ousavam lutar por eles, até porque, nem tinham certezas que, preenchendo a totalidade dos requisitos, lhes seriam concedidos. Esta situação ocorreu com Dalila, que após conseguir reunir toda a documentação exigida para atribuição de apoio alimentar, viu o seu pedido recusado por não possuir despesas habitacionais. «*Você não paga renda, tem como sobreviver*», reproduziu ela o discurso da assistente social. Dalila começou a prostituir-se aos 18 anos no Parque Eduardo VII, local onde conheceu o seu «*marido*», um ex-cliente, médico de profissão, de 43 anos de idade. Viveu com ele, durante 10 anos, até ao seu falecimento. Como herança, o «*marido*» deixou-lhe o apartamento onde viviam – motivo de cobiça das suas colegas. Porém, quando «*o médico morreu [...] o dinheiro acabou*», afirmou. Com 29 anos de idade, Dalila voltou a prostituir-se com maior regularidade para conseguir sustentar-se. Mas sendo seropositiva e «*gay montada*» não conseguia ser tão bem-sucedida quanto as outras travestis. Chegou ao ponto de não ter o que comer, razão pela qual decidiu recorrer a várias instituições sociais. «*Não tinha dinheiro para um prato de sopa. NEM PÃO eu tinha em casa*», confidenciou-me.

Tu sabes o que é teres montes de amigos e de repente te vês sem nenhum? E naquele momento em que tu precisas de ter um apoio. Um amigo que te dizia «*és como se fosses meu irmão de sangue*» e de repente [...] tu precisas de alguém que te passe a mão na cabeça [...] ou [que te dê] uma palavra amiga e viram-te todos as costas? [...] queres dinheiro para comer e não teres, e começas-te a mexer e veres as portas todas

a se fecharem na tua cara. E a dizerem-te «*você tem casa própria, por isso, tem rendimentos, não precisa de apoio*». E veres constantemente as portas a fecharem-se na cara e começares-te a isolar em casa e entrares na depressão, a degradares-te mesmo. [Dalila]

Ivone era a única amiga verdadeira que Dalila possuía. Era ela que a «*safava*» nos momentos de maior fragilidade económica, emprestando-lhe dinheiro para subsistir. Era ela que lhe pagava o táxi e a alimentação do dia seguinte, quando não se conseguia «*estrear*», ou seja, fazer pelo menos um cliente. Foi ela quem lhe pagou, também, a viagem para «*fazer praça*» em Paris uma vez que, em Lisboa, não conseguia recrutar muitos clientes e os serviços sociais não se dispunham a ajudá-la. Este foi o último apoio que lhe concedeu. Poucos meses depois de ter chegado a Paris, Dalila acabou por falecer, sozinha, enferma numa cama do hospital. O corpo nunca foi reclamado pela família, pelo que foi enterrado sem que ninguém tivesse chorado por ele. A precariedade do sistema de proteção social criou condições para que a forte desafiliação social de Dalila viesse, pois, a culminar na sua morte.

Para Zara, os profissionais que trabalhavam em registos “científico-burocráticos” (Amaro, 2012, p. 127) negligenciavam, em parte, na sua avaliação diagnóstica, aspetos importantes das reais necessidades das travestis. Por isso, em situação de confronto, não se inibia de lhes referir que a verdadeira verificação da condição de recursos deveria ocorrer junto dos contextos reais de vida. «*A vossa obrigação É IR AO TERRENO. Vocês estão aqui sentadas. Mas se vocês querem saber a situação, vão lá*», arguia-lhes. «*Ir ao terreno*» expressava a obrigatoriedade dos profissionais assumirem, cada vez mais, posicionamentos “científico-humanistas” (Amaro, 2012, p. 128) a fim de conseguirem colocar no centro das suas preocupações o bem-estar das populações com quem intervinham. A gestão do cuidado, a compreensão, o desenvolvimento de relações de confiança e a sua implicação na mudança eram aspetos centrais que elas consideravam dever nortear a intervenção dos assistentes sociais, e não o seu papel tecnocrático, regulador ou fiscalizador. Para terem conhecimento dos seus hábitos, valores, comportamentos, competências, assim como das múltiplas carências, discriminações e violências de que eram alvo, e lhes providenciarem suporte adequado e em tempo útil, era necessário possuírem a capacidade de “entrar em relação” (Costa, 2005, p. 243). Mas isso requeria, quase sempre, tempo e disponibilidade, que eles não tinham, queriam ou podiam despende. A adoção de abordagens mecânicas e distanciadas tornavam-se, assim, instrumentos de perpetuação das desigualdades.

Uma outra dificuldade que as travestis relatavam era, precisamente, os longos períodos de espera para a obtenção dos apoios sociais. Se esses apoios visassem suprimir necessidades iminentes, como as alimentares, a situação tornava-se especialmente reprovável. «*Estás cinco ou seis meses, à espera, sem dinheiro. E do que é que vais viver? Do ar? O ar não alimenta!*», comentou Dalila revoltada com a situação. Dado reconhecerem que lhes era muito difícil colmatar as carências durante o tempo em que tinham de aguardar por uma resposta, viam-se forçadas a «*bater o pé*», como exprimiu Zara, e reclamar insistentemente, valendo-se por vezes do escândalo e, se necessário, de posturas mais combativas para lhes serem atribuídos os apoios. «*Eu, em certas situações, precisei de ser agressiva para me ajudarem*», afirmou-me Zara. Porém, algumas delas viam-se confrontadas com respostas dos técnicos que as

desagradavam bastante, sobre a necessidade de se «*manterem calmas*» e aguardarem, disciplinadas, por «*contactos posteriores*». Para Fabiana, a pro-atividade, o compromisso e a demonstração de interesse na co-resolução dos seus problemas eram características fundamentais na abordagem profissional, pelo que a sua ausência distinguia os «*bons*» técnicos, dos «*maus*» técnicos.

[...] para mim os assistentes sociais eram só de falar... porque só falam, falam, mil e uma coisas... só me falavam «*vamos ajudar...*» e sempre acabava mal. Deixavam de me contactar e eu ia atrás e «*ai, tem de ter calma...*». Eu não precisava que me dissessem para eu ter calma, porque calma tenho eu... preciso de alguém que me mostre que realmente está ali e que vai-me ajudar. [Fabiana]

As travestis, sabendo que podiam contar com algumas das suas redes informais, acabavam por desistir desses apoios. «*Se eu tivesse à espera tinha morrido. A verdade é que é essa*», disse-me Sabrina. «*Prefiro bater à porta do meu vizinho, pedir um pão para comer, do que andar de roda deles*». A maior parte das travestis avaliava a intervenção dos serviços sociais como sendo extremamente ineficiente. Ainda que eles fossem necessários, as respostas demoradas não se coadunavam com a emergência de algumas situações. Por essa razão, Sabrina acreditava ser uma «*perca de tempo*» recorrer a eles. «*Não vale a pena*», proferiu ela mostrando-se desacreditada. «*Recorri à Santa Casa [...] Fui à ILGA, fui... sei lá, percorri Seca e Meca e ficou em águas de bacalhau [...] chega a um ponto que, para mim, já é uma palhaçada [...] até hoje nem uma resposta me deram*». Uma vez que as suas necessidades não eram atendidas em tempo útil, o processo de intervenção social tornava-se muito saturante, pelo que considerava não valer a pena «*andar a cansar-se*». «*Chega a um ponto que as pessoas fartam-se*», comentou ela, indicando o motivo do seu afastamento dos serviços sociais.

Todas estas barreiras, limitações e “violências institucionais” (Lagraula-Fabre, 2005) influenciavam o modo como as travestis olhavam e se relacionavam com os serviços sociais: com distância e ceticismo. Ainda que eles fossem bem-intencionados, o “suporte problemático” (Hiller et al., 2013) decorrente da falta de apoio, da dificuldade no seu acesso, da concessão de recursos inadequados ou em tempo não-útil, afetava os esforços levados a cabo pelas travestis para melhorarem a sua condição social, produzindo imprudentemente consequências negativas na sua vida, encorajando ou reforçando comportamentos prejudiciais, como o isolamento, o consumo continuado de substâncias, o abandono de tratamentos, recaídas, práticas sexuais desprotegidas, problemas de saúde mental, entre outros, o que acabava por constituir uma vitimização secundária. O modo de atuação das instituições sociais contribuía, fortemente, para a sua marginalização e exclusão social.

7.3.2. As Associações LGBT

O movimento social LGBT português é, atualmente, constituído por uma variedade de organizações e grupos de interesse³⁷⁰ cuja atuação se centra “não só na autoaceitação, na construção de comunidade, no reconhecimento identitário ou na denúncia de situações de homofobia, mas também na pedagogia anti-

³⁷⁰ O inventário destas organizações e grupos de interesse encontra-se inscrito nas páginas 64 a 69 do capítulo *O contexto LGBT em Portugal* de Miguel Vale de Almeida (2010).

homofóbica e sobretudo na exigência da igualdade de direitos” (Vale de Almeida, 2010, p. 46). Como tal, pode atuar como “fator protetor” na rede de apoio social das pessoas LGBT, ao nível da prevenção e/ou da redução de danos.

Pese embora esta pluralidade associativa, e ao contrário do que era expectável, observei que as travestis não tinham quaisquer afinidades com o movimento LGBT. A maior parte desconhecia os nomes das associações, os seus âmbitos de atuação e as atividades desenvolvidas, pelo que raramente recorriam a elas para obter suporte social. Mesmo quando soubessem da existência de uma ou outra associação que, pela sua dimensão e antiguidade, tinham maior visibilidade, mantinham-se à sua margem, sem participar dos eventos e serviços oferecidos. Os motivos que fundamentavam este comportamento assentavam no *distanciamento relacional e discursivo* que era praticado por elas.

Internacionalmente, as pessoas trans tiveram um papel primordial no movimento social da “libertação *gay*”, iniciado com os tumultos de *Compton’s Cafeteria Riot* e de *Stonewall*, ocorridos em 1966 e 1969,³⁷¹ e culminado com a retirada da homossexualidade do DSM, em 1973 (Stryker, 2008, p. 59-89). Este movimento acabou, no entanto, abrir portas para a marginalização da comunidade trans. Monro (2005, p. 93), no capítulo *Activism: Tensions and Alliances*, que aborda as relações (não pacíficas) entre o movimento *gay* e o movimento trans, justifica: como “um dos pré-requisitos durante as etapas iniciais dos tratamentos da transexualidade era o de que os transexuais deviam tornar-se heterossexuais após a cirurgia. As pessoas *gay* tinham, por isso, receio de que o tratamento da transexualidade fosse usado para ‘curar’ a homossexualidade”. Stryker (2008, p. 98) acrescenta um outro fundamento. Como os *gays* tinham sido “libertos” do âmbito da psicopatologia, não tiveram interesse em manter-se associados a quem estava vinculado à “doença mental”, preferindo distanciarem-se das identidades trans e prosseguirem, de forma independente, com o seu ativismo, como estratégia de “distintividade e afirmação da homossexualidade” (Saleiro, 2013, p. 171). Por isso, Namaste (2000, p. 268) é clara ao afirmar que o movimento *gay* contribuiu para o “apagamento” das pessoas trans, cuja auto-organização, em termos internacionais, só conseguiu ganhar maior expressão e visibilidade a partir de 2005, após ter sido realizada a *First Transgender Council*, em Viena, e constituído, em 2006, a TGEU com o objetivo de “legitimar as vozes da comunidade trans na Europa”. Todas estas tensões no movimento LGBT internacional acabaram por ter repercussões no movimento LGBT português que, desde o início, centrou a sua atuação nas questões da orientação sexual e relegou para segundo plano as questões ligadas à identidade de género (Saleiro, 2013, p. 172), situação que também ocorreu no contexto brasileiro (Hutta et al., 2013, p. 311-338) e espanhol (Platero, 2011). Esta circunstância só começou a ser alterada após o assassinato de Gisberta (cf. ponto 6.1.2.1.) concretizado em 2006. Porém, como relatado no capítulo 1, as respostas entretanto emergidas depois deste incidente concentraram-se, sobretudo, no fenómeno da transexualidade, no que respeita ao acesso aos cuidados de saúde e possibilidades de “mudança de sexo”, deixando a problemática “travesti” esquecida. Paulatinamente,

³⁷¹ Para um aprofundamento sobre este assunto recomenda-se a visualização do filme *Stonewall Uprising* (2010) produzido por Davis Kate, David Heilbroner e Mark Samels.

ela foi deixando de ser alvo de interesse, de aproximação, de intervenção e, inclusive, de reivindicação sociopolítica por parte das associações LGBT. Durante o período desta etnografia, observei que alguns elementos do movimento LGBT manifestavam certo desprezo pelas travestis por considerarem que elas alimentavam, de alguma forma, os preconceitos da sociedade heteronormativa – que acreditava, no fundo, que “todos os *gays* desejavam ser mulheres” – além de que a sua figura (por vezes escandalosa e indiscreta) poderia pôr em causa a respeitabilidade que os homossexuais conseguiram adquirir nas últimas décadas, denegrindo-os e depreciando-os. Esta discriminação parecia estar ligada a um profundo “conflito de identidades” (Monro, 2005, p. 97) que, curiosamente, não se cingia somente a *gays* e lésbicas, mas estendia-se à própria comunidade trans. Observei que muitas mulheres transexuais temiam ser confundidas com travestis, pelo que identificá-las como tal era altamente ofensivo.

No decorrer do trabalho de campo não conheci nenhuma associação LGBT que tivesse ido ao *Conde* para interagir com as travestis, compreender as suas necessidades e providenciar-lhes apoio, pelo que, se não fosse o projeto “Trans-Porta” (cuja importância será descrita no ponto seguinte), elas estariam totalmente esquecidas e ignoradas por quem as devia representar. As associações LGBT apresentavam profundo desconhecimento sobre o seu *modus vivendi*, as dinâmicas prostitucionais, as disputas territoriais existentes, a precariedade das condições laborais, os códigos de linguagem utilizados, as motivações e práticas migratórias, os riscos inerentes aos processos de «*montagem*» corporal, os diferentes modos identitários de ser travesti, os fatores que influíam na prestação de serviços sexuais desprotegidos, o porquê de fazerem uso de atividades e substâncias ilícitas, os níveis de vitimação de que eram alvo, assim como as estratégias utilizadas para conseguirem (sozinhas) sobreviver. Em resultado, o movimento LGBT não era percebido pelas travestis como um lugar legítimo que as representasse verdadeiramente porque os discursos produzidos (normalizadores e excludentes) não tinham em conta a forma como elas se autodesignavam; e as reivindicações não contemplavam as suas necessidades, muitas das quais ligadas ao trabalho sexual. As mensagens que lhe eram enviadas faziam-nas sentir que, de alguma forma, eram *outsiders*, que não tinham espaço, nem voz dentro da comunidade, razão pela qual se afastavam da luta política associativa. As travestis não recorriam às associações LGBT para obter suporte social, não porque não necessitassem, mas porque o distanciamento relacional e discursivo que era (consciente ou inconscientemente) praticado pelas estruturas de suporte, lhes indicavam que as suas vidas, mesmo que precárias, não eram tão prioritárias e merecedoras de ativismo quanto outras, situação que favorecia o seu alheamento e exclusão face à própria comunidade LGBT. O distanciamento praticado pelo movimento LGBT tinha impactos diretos na não participação das travestis nas Marchas do Orgulho,³⁷² nos ciclos de cinema ou outros eventos politizados, uma vez que não manifestavam interesse em unir-se a quem, de alguma forma, as excluía. O baixo nível de envolvimento no ativismo (também identificado por Kulick & Klein, 2010) acabava

³⁷² Muitas travestis apresentavam uma postura crítica perante as “Marchas do Orgulho” referindo possuírem uma conotação “carnavalesca” e “exibicionista”, além de duvidavam do real impacto desse tipo de eventos nas suas vidas.

por refletir-se não só na sua pouca consciência política, como também no seu isolamento, na sua marginalização e na sua guetização.

Interrogo, por isso, de que modo as associações LGBT desejavam eliminar a discriminação e reclamar a igualdade social se elas próprias eram agentes de opressão? De que modo desejavam denunciar as condições (precárias) de vida e garantir direitos às “Gisbertas” do país, se estabeleciam com elas uma proximidade física e política limitada? Ora, como referem – e bem – Jan Hutta e colegas (2013, p. 326) “somente através do conhecimento das vulnerabilidades e dos riscos a que determinadas subpopulações estão expostas, as instituições [...] podem fazer intervenções em várias áreas nos diversos campos relativos à vida delas”.

7.3.2.1. Da Ausência de Ligações à Vida Associativa à Presença na Vida Noturna LGBT

«Associações não frequento nada», garantiu-me Olga. «Frequento só mesmo bares gays». Os territórios de sociabilidade travesti estavam maioritariamente centrados nos espaços e contextos de divertimento noturno. Bares e discotecas *gay*, como o *Construction*, o *Mister Gay*, o *Buddha Bar*, o *Margem Sul Bar* ou o *Finalmente Club*, eram locais que recorriam para se divertir, interagir e estabelecer novas relações sociais. Ao contrário do que acontecia com as associações LGBT, estes territórios favoreciam sentimentos de pertença ao lhes proporcionarem prazer, bem-estar e satisfação pessoal. «Para beber um copo, coiso e tal, prefiro eleger um sítio onde me sinta bem. Eu sinto-me bem ali, a maioria das pessoas que lá aparece eu já conheço», descreveu-me Bianca ao falar do *Finalmente Club*, o bar que, durante a semana, tinha maior afluência de travestis por ser dos poucos espaços abertos em Lisboa onde pessoas como ela podiam conviver tranquilamente. A maior parte das travestis, e em especial as portuguesas, estavam afetivamente ligadas ao «*Finas*», como elas o designavam, por ter sido aí que, de alguma forma, tinham iniciado os primeiros contactos com a travestilidade, realizando *shows* artísticos no feminino. Algumas delas, mesmo já tendo concretizado processos de transformação corporal, gostavam de frequentar o bar para atuar e observar, na segunda-feira à noite, o espetáculo de transformismo feito por colegas suas, no evento *Lugar às Novas*. Elas faziam-no porque, na verdade, o «*Finas*» concedia-lhes vários tipos de ganhos.

Em termos *sociais*, os ganhos relacionavam-se com a possibilidade de reunir amigas e proporcionar momentos de sociabilidade para além dos contextos prostitucionais. Emilia Lombardi (1999, p. 119) já havia identificado que os bares se constituíam importantes elementos na rede social das pessoas trans, porque as interações estabelecidas com outras pessoas ajudavam na partilha de preocupações, na disseminação de informações e na troca experiências de vida. O *Finalmente Club* era, para muitas travestis, como Sabrina, «um ponto de encontro e reencontro» com pessoas amigas (algumas também trabalhadoras do sexo) com que podiam confraternizar e sentir-se em família. «Sei que ali encontro essas pessoas para falar, para convivermos umas com as outras», explicou-me. A partir dessas interações era potenciado o acesso a novos contactos e a criação de relações para além das já estabelecidas, o que permitia às travestis alargarem a sua rede de suporte. Rebeca confessou-me ter

vivido «*anos e anos da noite*». Depois de se prostituir, acabava quase sempre no *Finalmente Club*. Por vezes, as amigadas que lá encontrava nem sempre eram as mais favoráveis. «*Todos os dias perdição, muitas vezes drogas e merdas e deitar-me ao meio dia e acordar quase à hora de ir para a rua. [...] era álcool com hormonas*», disse-me ela, indicando que o consumo de álcool e drogas era relativamente comum e generalizado dentro dos estabelecimentos de diversão noturna (Berkowitz, & Belgrave, 2010, p. 170-173). As sociabilidades em torno de práticas simbólicas influenciavam não só comportamentos como também “sistemas de crenças e, subsequentemente, o senso de identidade” (Lombardi, 1999, p. 120). Ou seja, a frequência de ambientes com o qual as travestis se sentiam identificadas, e a interação com pessoas que compartilhavam crenças, modos de vida e preocupações semelhantes, ajudava-as a desenvolver e consolidar uma identidade comum – a de travesti – em decorrência do sentimento de aceitação e pertença a essas redes de sociabilidade.

Em termos *emocionais* os ganhos diziam respeito às experiências de estima e valorização pessoal obtidas com a prestação das performances artísticas. Mesmo que algumas fossem bastante amadoras, o público (tanto homossexual como heterossexual) admirava-as (Hopkins, 2004), ovacionando a sua atuação e desejando, no final do espetáculo, tirar uma fotografia com as artistas. As travestis sentiam-se bastante acarinhadas não só pelos frequentadores da casa, como também pelos próprios funcionários e gerentes que, raramente, se esqueciam do seu aniversário. Celebravam-no, oferecendo-lhes ramos de flores, champanhe e um bolo que era partilhado por todos os presentes. Fora do espaço seguro dos bares, elas estavam habituadas à rejeição (Berkowitz, & Belgrave, 2010, p. 169). Mas dentro dele sentiam-se valorizadas, até porque a posição de estrelato assumida em cima do palco – local onde eram o centro das atenções – introduzia relações de poder com o público (p. 177-178). Desse modo, em vez de insultos e ridicularizações, o “*status de celebridade*” (p. 171) fazia com que recebessem elogios e aplausos, sendo capazes de experienciar, mesmo que momentaneamente, o que era estar incluída. «*Trabalhei anos a fazer espetáculos [...] e sempre fui muito bem-recebida [...]. Gosto muito, muito. Sinto-me muito bem. Se eu pudesse viver disto todos os dias... eu adoro!*», afirmou Zara, explicando-me que era «*muito mais bem vista*» como «*artista*» do que como «*puta*», e que sofria menos discriminações e violências. O espetáculo de transformismo era uma atividade prestigiante que, ao possibilitar o ingresso ao “sucesso” e à “notoriedade”, as realizava plenamente e, por isso, era executado com profundo gozo e satisfação. Não era, pois, de estranhar que o dia de folga de algumas travestis trabalhadoras do sexo coincidissem precisamente com a segunda-feira, dia em que ocorria o *Lugar às Novas*. Esse dia era sempre muito ansiado. Rebeca aguardava-o, com expectativa, durante toda a semana, para se «*sentir alguém*», confidenciou-me. «*Só o facto de estar ali, ser acarinhada pelas pessoas, ser aplaudida [...] é muito bom*». O *Finalmente Club* era dos poucos espaços onde, na verdade, podiam ser livres, desafiar as rígidas normas de género sem constrangimentos e esquecer temporariamente as dificuldades da vida. E isso era refletido na sua postura aberta e desinibida, que contrastava com a postura tensa e cautelosa que mantinham durante o dia, aquando da ocupação do espaço público.

Por fim, em termos *financeiros* os ganhos estavam relacionados com os proveitos monetários que os espetáculos lhes proporcionavam. Ao contrário do que Dana Berkowitz e Linda Belgrave (2010, p. 178) identificaram, a maioria das travestis por mim contactadas não tinham pretensão de financiar-se com o transformismo porque ele não era uma atividade lucrativa. As performances artísticas eram remuneradas com uma “gratificação simbólica” de dinheiro e bebidas.³⁷³ Ainda assim, o valor recebido servia para fazer face a algumas despesas, como tabaco, alimentação ou transporte. Depois do espetáculo, Carina regressava a casa, a pé, para conseguir poupar o pouco dinheiro que lhe era oferecido dado possuir graves carências económicas. «*No dia a seguir já me dá para comprar um frango, já me dá para comprar um tomate, uma alface*», explicou-me ela.

Muitos clientes do trabalho sexual eram também frequentadores do *Finalmente Club* pelo que, por vezes, ocorriam processos negociais entre eles e as travestis. Como o estabelecimento comercial não era dirigido para a prestação de serviços sexuais, estas negociações tendiam a ser realizadas de forma discreta³⁷⁴ e, posteriormente, efetivadas em contextos próprios, permitindo às travestis juntar o trabalho ao lazer. Mesmo encontrando-se de “folga”, havia a possibilidade de rentabilizarem a sua presença por via da venda de serviços sexuais.

7.3.3. O Projeto “Trans-Porta”

Para muitas travestis, o projeto “Trans-Porta” era o elemento de suporte mais estável, consistente e duradouro da sua rede social formal, com o qual podiam contar em caso de necessidade. Ainda que o contacto inicial com os técnicos fosse efetuado, quase sempre, com alguma desconfiança, a suspeita que recaía sobre eles – por inerência às experiências negativas com outros interventores sociais – ia sendo desfeita à medida que a aproximação era estabelecida. Dado que a atuação principal do projeto se centrava na prevenção e redução de riscos associados ao trabalho sexual, o acesso ao universo social das travestis era facilitado pela via estratégica do fornecimento gratuito de materiais profiláticos. Este atrativo possibilitava aos técnicos estabelecerem interações com as travestis, uma a uma ou em grupo. Mesmo que rápidas, as conversas permitiam recolher informações sobre as novidades: a movimentação das ruas, as desavenças entre colegas, as flutuações migratórias de quem entrava e saía do *Conde*, a violência sofrida. O estreitamento de confiança entre técnicos e travestis ocorria, geralmente, com a intensidade do contacto. Mas, em muito, contribuíam as abordagens laborais informais – manifestadas em posturas e linguagens adequadas aos contextos de vida das travestis e em atitudes de empatia, de respeito pelas

³⁷³ Às “inexperientes” no transformismo era-lhes pago, como recompensa pelo “esforço”, o valor de 10€. Às “convidadas especiais” (i.e. as que apresentavam maior “experiência” e domínio sobre as técnicas performativas), o valor de 15€. Quando, por razões excecionais, de férias ou doença, estas últimas substituíam as “profissionais” (as mais talentosas e respeitadas pelo público), era-lhe pago o valor de 25€. A todas elas eram oferecidas uma bebida branca ou duas cervejas/sumos/águas.

³⁷⁴ Dalila referiu-me que algumas «*casas de espetáculo*» não viam com bons olhos o facto das “artistas” se prostituírem, uma vez que essa atividade estigmatizada poderia desvalorizar a notoriedade que, algumas delas, alcançavam ao longo do tempo. As travestis reconheciam que a revelação da sua atividade profissional poderia interditar-las da realização de *shows*, o que conduzia a um ocultamento dessa mesma informação. «*Já houve artistas [...] que faziam as duas coisas. E os próprios patrões deram-lhes a escolher: “ou queres o espetáculo ou queres a rua. Agora as duas coisas nós não aceitamos [...] porque estás a denegrir a tua imagem”*», referiu ela.

experiências pessoais e de não julgamento do comportamento sexual e expressão de género. Independentemente do que as travestis pudessem pensar, dizer ou fazer, havia uma aceitação da sua pessoa. A equipa procurava ter sempre uma postura de escuta ativa, de acolhimento, de suporte sobre qualquer assunto, questão ou problema, dentro de um clima relacional que não fosse invasivo ou percebido como tal (razão pela qual se abstinham de fazer perguntas que pudessem melindrar a sensibilidade das travestis). Acresce ainda que a sua atuação dava garantias que a informação partilhada consigo não era passada a outras pessoas, o que acabava por gerar confiança nas travestis para expressar sentimentos e partilhar problemas pessoais (alguns deles bastante íntimos, relacionados com a sexualidade, o VIH, o preconceito ou a violência doméstica), ao ponto de, por vezes, transformarem os técnicos nos seus confidentes. «*A gente acaba por falar, desabafar um pouco sobre certas e determinadas coisas que, às vezes, não falamos com ninguém*», esclareceu-me Sabrina. «*Se a gente está preocupada com alguma situação, às vezes, um diálogo, ajuda. As conversas fazem-me bem*», comentou também Carina, explicando-me o quão importante era ter alguém com quem dialogar e a ajudasse a reduzir as suas inquietações.

A intervenção técnica não se cingia unicamente à concessão de suporte emocional, à distribuição de «*camisinhas*» ou à sensibilização para a adoção de comportamentos preventivos face à infeção por VIH ou outras IST. Estendia-se, também, à transmissão de informações relevantes que requeriam maior clarificação no que respeitava, por exemplo, a horários, localização e contacto de espaços para testagem e tratamento do VIH/Sida; a riscos advindos da toma de hormonas sem prescrição médica e da aplicação de silicone industrial; a procedimentos para acompanhamento nas consultas de sexologia clínica ou mudança de nome próprio e sexo na Conservatória do Registo Civil; ao enquadramento jurídico-legal para a concessão de autorização de residência permanente, da nacionalidade portuguesa, da união civil/divórcio ou do regime de execução de penas e medidas privativas da liberdade, entre outros assuntos. Além do aconselhamento e orientação a vários níveis, os técnicos ajudavam as travestis (e, também, seus namorados e familiares) na procura de respostas adequadas para colmatar as necessidades apresentadas em termos psicológicos, sociais, económicas, habitacionais, jurídicos ou médicos, encaminhando-as e acompanhando-as às diferentes estruturas comunitárias de apoio.³⁷⁵

[...] querendo ou não é um apoio que a gente tem [...]. Se a gente precisar, eles estão sempre lá [...]. Em todo o sentido, se a gente precisar, se acontecer alguma coisa de grave com a gente aqui na rua, precisar o apoio deles, eles orientam os passos que nós damos em termos de processo, tudo, essas coisas. E também querem acompanhar. Querem ir junto. [Alessandra]

Quando, por razões migratórias, as travestis estavam geograficamente distantes do âmbito de atuação do projeto, o suporte social continuava a ser prestado. Os pedidos de ajuda endereçados aos técnicos via

³⁷⁵ Os encaminhamentos eram realizados preferencialmente para estruturas “especializadas” na problemática do trabalho sexual praticado por travestis. Na cidade de Lisboa destaca-se o Projeto “Espaço Intendente” do GAT (intervenção direcionada para contextos de apartamento) e o Projeto “RedLight In & Out” da Associação Positivo (intervenção direcionada para contextos de rua e apartamento); e no Grande Porto, o Projeto “Porto G” da APDES. Quando as necessidades das travestis tendiam a fugir ao âmbito de atuação destes projetos, tentava-se que o encaminhamento fosse efetuado para estruturas “culturalmente competentes”.

sms ou *facebook* tendiam a ser prontamente respondidos. Na impossibilidade de se providenciar uma resposta apropriada, eram direcionados para organizações parceiras, nacionais ou internacionais, que se encontravam próximas do local onde elas se encontravam a viver/trabalhar.

Reconhecendo que a maior parte das travestis tinha uma participação muito limitada na vida social, cultural e política, a atuação técnica do projeto “Trans-Porta” passava, também, pela promoção de ações que visavam reforçar essa participação. Anualmente, no Dia Mundial de Luta Contra a Sida (dia 1 de Dezembro), as travestis eram desafiadas a suspender o trabalho sexual para assistirem à “Gala Abraço”, um espetáculo de solidariedade realizado no Teatro São Luiz, em Lisboa, a fim de se assinalar a efeméride. Esta iniciativa, ao ter em conta o interesse das travestis pelos espetáculos de transformismo, favorecia facilmente a adesão. Não era de estranhar que elas surgissem no teatro totalmente trajadas a rigor, com vestidos de gala, pedindo aos técnicos que as registassem em fotografias. A participação neste evento cultural, de natureza LGBT, ajudava-as não só a elevar a autoestima e a confiança pessoal, como também a adquirir visibilidade para além dos espaços de prostituição ou de divertimento noturno, ao mesmo tempo que facilitava a sua ligação à restante comunidade travesti, relacionada com o transformismo. O sentimento de participarem de uma comunidade, de se sentirem pertencente a ela, era extremamente importante dado ajudar a fortalecer os laços de amizade, a promover as sociabilidades e combater o isolamento social.

A abordagem da equipa do projeto “Trans-Porta” estava centrada num registo profissional informal: o estatuto de “doutor” estava totalmente ausente da dinâmica relacional, costumando tratar e serem tratados pelas travestis por “tu”; não se inibiam de partilhar com elas os seus contactos telefónicos pessoais, nem de aceitar os convites de amizade nas redes sociais. Esta informalidade podia, noutros contextos de tradição clínica, por exemplo, ser identificada como excessiva pela possível indefinição de papéis que esse comportamento poderia causar (Segal, 2013). Mas era, precisamente, este modelo relacional, onde existia uma equidade de poderes entre as partes envolvidas que permitia que técnicos e travestis saíssem beneficiados: os primeiros tinham acesso facilitado à vida privada das travestis, sendo-lhes permitido frequentar as suas casas; visitá-las quando ficavam internadas nos hospitais; participar – a convite – dos seus eventos sociais (como jantares de confraternização, celebrações de aniversário e casamentos); e interagir com os seus amigos, namorados e familiares. Já as segundas, ao estabelecerem contactos privilegiados com os técnicos, podiam ver solucionadas com maior agilidade algumas das suas preocupações. Esta proximidade (já relatada por Ramalho, Barroso & Santos, 2015) era determinante para que elas reconhecessem a atuação do projeto “Trans-Porta” como sendo mais “culturalmente competente” do que a prestada por outros serviços sociais ou associações LGBT.

O projeto teve financiamento público durante quatro anos. Nos anos subsequentes, o Programa Nacional para a Infecção VIH/Sida não disponibilizou linhas de financiamento que pudessem dar continuidade do trabalho realizado pelo “Trans-Porta”. Em busca de sustentabilidade financeira, as organizações com trabalho na área da VIH/Sida procuraram adequar as suas respostas mais às exigências das entidades financiadoras do que às necessidades de terreno. Por isso, em termos formais, o projeto

“Trans-Porta” finalizou a sua intervenção em Março de 2014. Mas os técnicos que se encontravam a dinamizá-lo, ao compreenderem que o seu desaparecimento fragilizaria a rede de solidariedade e apoio das travestis, deixando-as numa situação de extrema vulnerabilidade social, decidiram continuar a funcionar nos mesmo moldes e a garantir o desenvolvimento integral das atividades, agora numa base voluntária. Mesmo com todos os desafios que a inexistência de financiamento acarretava, o projeto “Trans-Porta” tentava assegurar, por meios próprios, os direitos humanos de uma população que parecia estar esquecida e marginalidade pelas próprias políticas públicas.

CONCLUSÃO

DO OBSCURANTISMO AO CONHECIMENTO

A investigação desenvolvida foi guiada por três objetivos. O primeiro, relacionado com processo de «*virar travesti*». O meu interesse centrou-se na identificação dos *turning points* entendidos, para as travestis, como significativos e que, ao longo das suas trajetórias de vida, as teriam ajudado a compor e definir a sua identidade. Diante de vários “campos de possibilidade” (Velho, 2003, p. 28) de construção pessoal, desejei analisar as “forças sociais” que tinham favorecido a experiência na travestilidade. Mas mais do saber *o motivo* pelo qual se tinham tornado travestis, interessava-me compreender *como* é que essa identidade tinha sido produzida. O segundo objetivo relacionava-se com o trabalho sexual. Pretendi conhecer o contexto que organizava a sua atuação profissional e, em simultâneo, perceber de que maneira ele se teria constituído (ou não) um elemento facilitador da construção identitária. Já o terceiro objetivo focou-se no conhecimento das experiências de risco, de vulnerabilidade e de vitimação a que estavam sujeitas, bem como das redes de suporte e solidariedade que funcionavam como fatores protetores às adversidades.

Tendo em conta que a família, a escola e a comunidade são espaços privilegiados onde os processos identitários começam a se desenvolver, analisei as trajetórias de vida das travestis desde a sua “infância e juventude” até à “vida atual”, passando pela “transição para a vida adulta”. Embora as trajetórias fossem bastante diversas e heterogêneas, observei que a construção das identidades travestis estava intimamente relacionada com a condição de classe. Era no âmbito de contextos sociofamiliares particularmente vulneráveis, onde reinava a privação económica e afetiva, que ela começou a ser forjada. Em crianças, a manifestação de comportamentos percecionados como “desajustados”, ainda que vividos de forma ingénua, eram fortemente reprovados pelos familiares que procuravam promover uma conformação às normas sociais de género. Na relação que estabeleciam com as comunidades locais e sistemas educativos, as travestis experienciavam, de forma idêntica, reações de intensa ostracização e violência perpetradas não só por pares, como também por professores e outros educadores que, a fim de manterem a ordem binária, disciplinavam os seus comportamentos por via de pedagogias autoritárias e normalizadoras. A escola era sentida por elas, com um lugar inseguro, opressivo, incapaz de lidar com a diversidade de género, o que favoreceu o seu abandono precoce, com consequências nos baixos níveis de escolarização. As mensagens promovidas por esses contextos de socialização ajudaram-nas a interiorizar, desde cedo, que a transgressão das fronteiras de género não era tolerada. Por receio, muitas promoveram esforços de ajustamento para se integrar nas normas sociais de género. A revelação das suas práticas e desejos íntimos, efetuada após a concretização dos primeiros relacionamentos homoafetivos, veio produzir enorme tensão no agregado familiar devido à sua inaceitabilidade. A relação conflituosa entretanto gerada, culminou, para muitas delas, na expulsão ou fuga do espaço

doméstico. A saída de casa, em idade bastante jovem, e a busca de estratégias que lhes possibilitassem sobreviver nas “grandes cidades” foi um dos *turning points* extremamente significativos na construção da sua identidade.

A autonomização dos contextos de origem permitiu-lhes estabelecer contactos e redes de sociabilidade com jovens, cujas experiências de estigmatização e rejeição eram semelhantes às suas. Na difícil transição da infância para a vida adulta, da periferia para a *urbe*, a adesão a estes novos grupos de pertença, ajudaram-nas a conferir uma identidade social através de processos de identificação com os modos e contextos de vida onde se encontravam inseridas. Os espaços de divertimento noturno e, muito particularmente, de espetáculo *transformista* começaram também a ser os seus. E ao frequentarem-nos foram, de certa forma, abrindo espaço para a vivência da livre expressão de género e da sexualidade e, simultaneamente, para uma aproximação à travestilidade, dado que as suas protagonistas tinham maior visibilidade dentro destes contextos de lazer.

Diante de algumas dificuldades financeiras ou do desejo de obterem maiores rendimentos económicos, a integração nos territórios de prostituição tornou-se facilitada pela participação nestas novas redes de relações afetivas, onde algumas travestis mais experientes no trabalho sexual se disponibilizaram a «descê-las na rua» e a prestar-lhes ajuda ao nível do empréstimo de acessórios femininos, da proteção pessoal, da transmissão de conhecimentos ou do aconselhamento sobre diversos assuntos. Nas interações quotidianas estabelecidas, o *habitus* cultural do grupo travesti foi sendo adquirido e assimilado, num processo de aprendizagem que envolvia ensino e observação, o que possibilitou o acesso a uma identidade coletiva, partilhada por vários sujeitos. Através do estreitamento dos laços de solidariedade (que funcionavam, por vezes, como “famílias alternativas”), a identificação com o “mundo travesti” favoreceu a renegociação da sua identidade individual e uma maior conformidade com as identidades e expressões de género existentes no seio do grupo. Dado que a noção do *eu* é sempre formada na relação com os outros, a aquisição da identidade travesti foi sendo resultado das interações sociais estabelecidas no contexto prostitucional. A prostituição funcionou, assim, como um importante agente de socialização onde se aprendeu a “ser travesti”. Deste modo, a principal tese é a de que a construção da travestilidade é explicada pelo sistema social em que as travestis se inseriram.

Essa identidade estava, também, intimamente ligada à construção de uma aparência feminina, que podia variar com o tipo de «*montagem*» corporal produzida. No esquema conceptual do grupo, quem concebesse uma feminilidade permanente e encarnada a partir do consumo de hormonas, de injeções de silicone ou de cirurgias estéticas (que envolviam, quase sempre, sofrimento e risco de vida) era-lhe atribuído um *status* social maior do que quem construísse uma feminilidade temporária, fabricada através de perucas e esponjas. De tal forma, que as primeiras eram reconhecidas como «*verdadeiras travestis*» e as segundas como «*gay montadas*». Embora existisse esta diferenciação (e disputa) identitária, que estabelecia uma hierarquia de legitimação de género ao transformar umas mais “autênticas” do que outras, a verdade é que o universo travesti era heterogéneo. Contrariamente a certos estudos que retratam a identidade travesti como uniforme, reduzindo-a a um determinado “perfil”,

reiterando visões “essencialistas”, observei a existência de múltiplas experiências identitárias e corporais, algumas bastante fluidas. O seu reconhecimento e identificação foi, talvez, um dos contributos mais importantes trazidos para a discussão científica, permitindo lançar luz e conferir inteligibilidade social a sujeitos que se encontravam em zonas obscuras, invisíveis, silenciadas e, inclusive, excluídas dos limites que, por via das relações de poder, tentavam instituir o que era “ser travesti”. A extraordinária diversidade de possibilidades de elaboração da feminilidade encontrada no seio da travestilidade (parecendo haver, até, uma espécie de *continuum* de expressões e identidades de género) vai ao encontro da diversidade encontrada por Saleiro (2013, p. 322) no seio da transexualidade, tendo afirmado que ela era “tão diversa quanto a cissexualidade”. Esta situação põe em evidência que todas as identidades (quaisquer que sejam) não são fixas, estáticas, nem possuem uma “essência natural”. Pelo contrário, são dinâmicas e plurais. A multiplicidade de significados que o termo “travesti” agrega traz, no entanto, dificuldades em se arquitetar uma definição sólida que consiga abarcar as diferentes experiências identitárias, o que, de certo modo, fragiliza a categoria. O uso de classificações pode ser visto como limitativo por “excluir e reduzir a complexidade das identidades” individuais (McPhail, 2004, p. 4), mas a sua utilização (no ativismo e na academia) pode tornar-se estrategicamente viável para a politização de grupos (especialmente oprimidos) dado que ajudam a falar sobre eles. A indefinição que paira sobre o significado “travesti” tem implicações desfavoráveis na conquista de direitos, porque a tentativa de que essa categoria identitária seja entendível junto das estruturas sociopolíticas é uma realidade custosa. Em certa medida, a sua imprecisão pode revelar-se “perigosa e profundamente danosa” (Kulick e Klein, 2010, p. 20).

As travestis tinham a possibilidade de, na prostituição, serem admiradas e desejadas por muitos homens, o que contribuía para produzirem sentimentos de valorização, que aliados a aspetos simbólicos da obtenção do dinheiro com a venda dos serviços sexuais, fazia com que elas se mantivessem na atividade. O trabalho sexual era, em certa medida, fonte de realização pessoal, contudo, expunha-as a inúmeras e intensas experiências de vulnerabilidade. O facto de serem impedidas de frequentar certas pensões e estabelecimentos comerciais ligados à indústria do sexo presentes no *Conde*, a alternativa que restava, especialmente a quem não residia nas redondezas, era prostituir-se em carros, vãos de escada ou espaços residenciais velhos e degradados, cuja qualidade era bastante diminuta. Esta precarização das condições laborais impactava diretamente na sua saúde, condicionando o exercício de práticas sexuais protegidas e favorecendo uma elevada exposição ao VIH/Sida. Ao nível da sua segurança, estavam sujeitas a uma diversidade de violências. Ao serem «descidas na rua» confrontavam-se, desde logo, com uma territorialização dos «pontos» de prostituição, que dificultava a sua inserção no meio. Quando não sofriam ameaças e intimidações por parte de outras colegas, eram remetidas para áreas geográficas mais periféricas, de menor movimentação clientelar, como estratégia de afastamento da “concorrência”. Além destas violências resultantes da dinâmica interna, deparavam-se com outras, perpetradas por agentes externos, que se manifestavam em olhares reprovadores, insultos verbais, assaltos, roubos, agressões físicas, sequestros, tentativas de abuso sexual, violações e, inclusive,

homicídios. Esta vitimação permanecia, na maior parte dos casos, sem ser denunciada às autoridades por descrédito no sistema de justiça e falta de confiança nos agentes policiais. As travestis partilhavam um sentimento generalizado de “desproteção” porque a atuação das forças de segurança não estava focada na sua proteção, mas sim, na reposição da ordem social pública e na perseguição às imigrantes que se encontravam em situação administrativa irregular. Estas últimas, com medo de serem “apanhadas”, prostituíam-se em zonas isoladas, cuja clandestinidade aumentava o risco à violência de transeuntes e/ou clientes. Diante das experiências de vitimação muitas acabavam por desenvolver um conjunto de estratégias pessoais e grupais de proteção. Porém, a exposição prolongada a episódios stressantes punha-as em risco de desenvolverem problemas de saúde mental, traumas e comportamentos auto lesivos relacionados com o consumo excessivo de álcool e drogas.

Fora dos contextos de trabalho sexual as experiências de vulnerabilidade eram também diversas. Por norma, procediam a uma apropriação muito limitada do *espaço público* por receio de se exporem aos olhares e comportamentos discriminatórios. As suas relações e atividades sociais quotidianas estavam restritas a uma espacialidade e temporalidade específica, centrada nos territórios de prostituição e nos contextos noturnos. Quando, por alguma razão, necessitavam de extrapolar essa espacialidade/temporalidade tendiam a ser bastante cautelosas, evitando frequentar determinados estabelecimentos comerciais ou andar de transportes públicos. Em termos *habitacionais*, confrontavam-se com a dificuldade de arrendar casa: ou porque os senhorios não viam com bons olhos uma travesti habitar o seu imóvel ou porque lhes era exigida a apresentação de comprovativos da sua capacidade financeira e/ou o pagamento de vários meses de caução. Em consequência, muitas viam-se obrigadas a viver confinadas em pensões ou parte de casa (algumas bastante exíguas). No que respeita ao acesso ao mercado formal de *emprego*, a discriminação era semelhante. A grande parte das entidades empregadoras recusava a entrada de travestis nas suas organizações (sobretudo as que eram mais “identificáveis” por terem procedido a transformações corporais), pelo que as oportunidades de emprego eram bastante limitadas. No domínio da *saúde*, as travestis, especialmente as imigrantes, tendiam a apresentar um bem-estar físico e psicológico mais deficitário, afetado negativamente pelas inúmeras dificuldades de acesso aos serviços de saúde, procurando-os, na maior parte das vezes, em casos de emergência ou quando um problema já tinha surgido. No que respeita aos serviços de sexologia clínica, estes não estavam alinhados para atender as suas necessidades específicas. Atendendo a que as travestis não se enquadravam nos parâmetros médicos, nem reproduziam o discurso clássico da transexualidade, o processo de modificação corporal era-lhes vedado porque os seus desejos eram considerados “experimentais” ou “estéticos”. Ao serem impossibilitadas de aceder a tratamentos seguros e adequados, eram levadas a recorrer a automedicação de substâncias hormonais e à aplicação de injeções caseiras de silicone industrial, realizadas em condições precárias e sem supervisão médica, mesmo sabendo dos enormes riscos dessas práticas virem a provocar danos irreversíveis no corpo.

Diante de todas estas vulnerabilidades, as frágeis redes sociais pessoais que possuíam, tinham dificuldade em assegurar-lhes o suporte e proteção que necessitavam. Eram raros os familiares que se

implicavam na gestão dos seus problemas. A maioria, quando não as rejeitava ou mantinha relacionamentos distanciados, estabelecia com elas relações de dependência material. Ainda que as interações no *Conde* favorecessem a interajuda e minimizassem os efeitos dos constrangimentos societários, eram escassas as «*amizades verdadeiras*». Por essa razão certas travestis experienciavam situações de isolamento e solidão. No domínio institucional, os serviços sociais não estavam sensíveis para lidar com as questões da identidade de género e as associações LGBT apresentavam um distanciamento físico e discursivo da sua realidade social e, como tal, as reivindicações sociopolíticas não tinham em conta muitas das dificuldades vividas por esta população.

DO CONHECIMENTO À INTERVENÇÃO: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

A diversidade é uma componente da realidade social. Como tal, as particularidades que unem e diferenciam os grupos ou categorias sociais não deveriam resultar em discriminação, desigualdade e/ou exclusão. Quando tal acontece é porque as diferenças não são socialmente aceites e, desse modo, a luta pelo reconhecimento do “direito à diferença” – uma das dimensões dos direitos humanos – acaba por implicar questões éticas e políticas (Barroco, 2003). O Serviço Social, enquanto profissão de direitos humanos,³⁷⁶ obriga os seus profissionais, através do Código Deontológico (Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2018), a “respeitar incondicionalmente o valor de cada pessoa e a sua integridade, reconhecendo a diversidade” (alínea a do ponto 8.1.), “ser intolerantes com a discriminação negativa” (alínea b do ponto 8.1) e “contribuir para a redução de todas as formas de opressão” (alínea a do ponto 8.3). Aos assistentes sociais compete, pois, acolher as diferenças e explorar os preconceitos que possam resultar num tratamento discriminatório e desigual em termos de respeito, direitos, recursos ou oportunidades. Têm, assim, a responsabilidade de apoiar todas as pessoas que, por razões de género e orientação sexual, são vulneráveis à opressão (Burdge, 2007; Markman, 2011). A NASW, dos Estados Unidos da América, ao reconhecer que a discriminação é “prejudicial para o bem-estar social, emocional, psicológico, físico e económico” dos indivíduos que transgridem as normas de género emitiu, em 2008, uma declaração afirmando que os assistentes sociais deviam providenciar-lhes “o máximo de apoio e serviços” (NASW, 2008, p. 340). Em 2014, no âmbito da Conferência Mundial de Serviço Social realizada em Melbourne (Austrália), também a ISFW assumiu uma posição pública, declarando a necessidade da profissão se envolver ativamente na “proteção e preservação dos direitos das pessoas LGBT” (ponto 5.1.) na medida em que eles se constituem direitos humanos. Acreditando “que as políticas e programas destinados a promover o bem-estar” da sociedade “não serão bem-sucedidas se não for prestada atenção à discriminação contra as pessoas LGBT” (ponto 5.5), a ISFW e as suas organizações membros comprometeram-se a “trabalhar para promover o desenvolvimento de

³⁷⁶ Sobre este aspeto, consultar Healy (2008), Ife (2001), Reichert (2011), Staub-Bernasconi (2016) ou Nações Unidas (1994).

políticas, implementar programas e ação social para melhorar o bem-estar das pessoas LGBT de todas as idades” (ponto 5.3).

Estando os assistentes sociais eticamente obrigados a eliminar a opressão de género e sexual, acredita-se que, no processo de transferência de conhecimento da investigação para a prática (Gredig & Marsh, 2010; Ruckdeschel & Chambon, 2010), os resultados desta pesquisa constituem-se um caminho para desafiar o Serviço Social português a adotar *práticas anti-discriminatórias e anti-opressivas*. Estas práticas – potencialmente “transformadoras” da realidade social – ao estarem comprometidas com a implementação de princípios de igualdade e justiça social (Dominelli, 1998), tornam-se inseparáveis de um posicionamento ideológico sociopolítico (Baines, 2007; Okitikpi & Aymer, 2010; Powell, 2001), pelo que, como propostas de ação, espera-se que os assistentes sociais desenvolvam esforços que ajudem: (i) na reconfiguração do sistema de género; (ii) na reivindicação de políticas públicas; e (iii) na promoção de práticas e serviços profissionais afirmativos a fim de se atender competentemente as necessidades das pessoas com expressões e identidades de género não normativas.

Reconfiguração do Sistema de Género

A conceção (rígida) do género como binário domina as nossas perceções e experiências de vida porque, como argumenta Foucault (1994 [1976]), estamos sujeitos ao poder através da normalização. Porém, essa conceção não reflete a diversidade de sexos, géneros e sexualidades presentes na sociedade. Esta investigação contribui, precisamente, para reforçar o conhecimento de que a pluralidade dos seres humanos vai muito para além da divisão hegemónica entre homens e mulheres, masculino e feminino. Na tentativa de se desconstruir a narrativa de “história única” (Fantus, 2013, p. 104), que molda e enquadra as identidades em categorias opostas – percebidas como naturais, imutáveis e universais – atrevi-me a contar histórias de indivíduos que fogem a essas verdades normalizadoras. Embora a maioria das travestis existam dentro do dualismo masculino-feminino, elas apresentam performances de género fluidas e identificam-se de maneiras muitas distintas e complexas (nem sempre lineares), o que faz questionar precisamente o discurso determinista e essencialista que tende a assumir as identidades como estáveis e que o género é reflexo ontológico do sexo. A denúncia da falibilidade e incongruência do sistema heteronormativo e a “desnaturalização” das categorias binárias, consciente e inconscientemente levado a cabo por elas, permite pôr a descoberto este processo de construção social da ordem de género. Este trabalho é, assim, uma tentativa de que a narrativa de “história única” possa dar lugar a narrativas de “histórias múltiplas”.

Apesar da missão declarada do Serviço Social no combate a todas as formas de opressão, reconhece-se que a maioria das conceções atuais sobre género tendem a ser estritamente binárias (McPhail, 2004). A adoção de práticas anti-discriminatórias e anti-opressivas exige que os assistentes sociais dominem profundamente os fundamentos sobre os quais o género foi produzido e regulado a fim de compreenderem que a eliminação da opressão implica desafiar as categorias binárias de género (Burdge, 2007; Markman, 2011; McPhail, 2004; Nagoshi & Brzuzy, 2010), mesmo que isso possa gerar

“tensão e conflito” (McPhail, 2004, p. 4) resultante das próprias crenças e suposições sobre a organização da realidade social. Não se pode acabar com a opressão de gênero se se continuar a ignorar a opressão inerente ao binarismo e à sua hierarquização (McPhail, 2004). Optar pela não desestabilização das categorias de gênero é, pois, optar pela reificação das identidades binárias e, conseqüentemente, pelo silenciamento e exclusão de todas as demais, consideradas como problemáticas.

Vários autores³⁷⁷ têm vindo a propor estratégias pragmáticas para se operacionalizar esta subversão. Uma delas – também defendida por Bento e Pelúcio (2012), Erin Markman (2011) e Nagoshi e Brzuzny (2010) – centra-se na despatologização das identidades trans, desvinculando-as à ideia de doença e desordem. Os diagnósticos psiquiátricos de classificação das transgressões de gênero são mecanismos que, além de imporem uma conformidade de gênero – reforçando os estereótipos (Lev, 2005) – estigmatizam as identidades que não expressam o binarismo, podendo converter-se num obstáculo para o gozo pleno dos direitos humanos (Hammarberg, 2009, p. 24). A luta pela despatologização é, na perspectiva de Markman (2011, p. 323), “viável, realizável e orientada para a justiça” e, ainda que seja apenas um pequeno passo pelo fim da des-estigmatização, poderá ter um efeito bastante “poderoso”.

Uma outra estratégia passaria pela expansão e alargamento dos conceitos de “masculino” e “feminino” (Monro, 2007). Uma maior elasticidade destas categorias binárias possibilitaria (pelo menos, até certo ponto) incluir outras possibilidades de gênero, com conseqüências ao nível da aquisição de direitos e aceitação social. Isso requeria, forçosamente, conceber-se as feminilidades e masculinidades como diversas a fim de se abarcar uma variedade de pessoas com corpos, papéis sociais ou sexualidades distintas daqueles que, tradicionalmente, são associados aos homens e às mulheres. Uma outra estratégia, mais radical e idealista, proposta por Judith Lorber (2000), centra-se na tentativa de abolir totalmente as categorias de gênero. A autora acredita que a constituição de uma ordem social sem gênero é fundamental para se alcançar uma sociedade mais igualitária e inclusiva.³⁷⁸

Desafiar as estruturas sociais opressivas que alicerçam a nossa sociedade, por via da desconstrução do binarismo de gênero é, certamente, um objetivo bastante controverso pelo que a sua concretização não será, decerto, facilitada. Contudo ela é extremamente necessária. Dado que a diversidade faz parte da experiência humana, a livre expressão de gênero e o reconhecimento da identidade individual são, pois, direitos que deverão assistir a todas as pessoas. Os assistentes sociais deverão ser elementos-chave para a sua conquista e efetivação.

³⁷⁷ Nomeadamente, Cooper (1999), Lorber (2000), Lucal (1999), Monro (2007), Morrow (2004) e West e Zimmerman (1987).

³⁷⁸ Esta abordagem tem sido, no entanto, bastante criticada não só pela dificuldade de operacionalização, como pela negação da autodeterminação das pessoas expressarem o gênero que desejam. Monro (2007) ressalta, ainda, a dificuldade de se eliminar todos os distintivos de gênero (a maternidade ou o parto, por exemplo, são só vivenciadas pelas pessoas de sexo feminino), sendo provável que, diante de um “vácuo de gênero” (6.9) as normas hegemônicas venham a reaparecer.

Reivindicação de Políticas Públicas

As práticas de Serviço Social anti-discriminatórias e anti-opressivas, ao terem como imperativo a transformação dos sistemas estruturais geradores de desigualdade, discriminação e injustiça, não podem ser desenvolvidas num “vácuo político” (Okitikpi & Aymer, 2010, p. 61). Pensar nelas sem que se tenha em consideração os contextos sociais e políticos onde atuam é, no mínimo, paradoxal. Por isso, o conhecimento das experiências de vulnerabilidade das travestis deverá ser usado como um instrumento para os assistentes sociais conseguirem alterar as relações sociais de poder e garantir o respeito, a proteção e o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos relativas às questões da identidade de género e orientação sexual (The Yogyakarta Principles, 2007; Hammarberg, 2009) em diferentes domínios das políticas públicas.

É inegável o impacto que os casos “Gisberta” e “Luna” tiveram na organização do movimento LGBT em prol da conquista de direitos legais e proteção das pessoas trans. Decorridos mais de 10 anos após o primeiro incidente, alguns passos fundamentais foram dados ao nível da concessão de asilo,³⁷⁹ do reconhecimento da identidade,³⁸⁰ da educação,³⁸¹ da justiça³⁸² e do trabalho.³⁸³ Mas apesar destes avanços, muito ainda está por fazer.

Em relação à *educação*, o sistema educativo tem mostrado preocupantes lacunas na proteção dos estudantes que apresentam variações de género, traduzindo-se num ambiente hostil para a maioria deles. A vitimação praticada pelos pares, professores ou outros funcionários impacta no desenvolvimento pessoal, na autoestima, no bem-estar e, com efeito, no rendimento escolar, forçando os alunos a interromper os estudos e a abandonar prematuramente a escola, com consequências no baixo grau de escolaridade e dificuldades de integração no mercado formal de trabalho. Tendo em conta o papel mediador do Serviço Social entre as relações escola, família e comunidade, ele encontra-se numa posição privilegiada para abordar as questões do *bullying* a partir de diferentes ângulos (Burgess, 2009, p. 61) e desenvolver/implementar ações que visem promover um ambiente escolar física e emocionalmente seguro a fim prevenir a violência e possibilitar que as crianças e jovens possam expressar livremente o género e a sexualidade sem receios de serem assediadas e ridicularizadas. Vários

³⁷⁹ A Lei n.º 27/2008 de 30 de Junho estabeleceu as condições e procedimentos de concessão de asilo pelo receio de perseguição em razão da “identidade de género”.

³⁸⁰ A Lei n.º 7/2011 de 15 de Março, conhecida como a “Lei de Identidade de Género”, veio simplificar o procedimento de alteração administrativa do nome e sexo nos documentos de identificação sem a necessidade de cirurgia de reatribuição genital ou de instauração de um processo jurídico, que resultava, quase sempre, em negação do pedido após longos e humilhantes julgamentos em tribunal. Esta mesma lei foi, recentemente, revogada pela Lei n.º 38/2018 de 7 de Agosto, que veio conceder o direito à autodeterminação da expressão e identidade de género, isto é, a legitimidade das pessoas trans, de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, de procederem à mudança do nome e sexo no registo civil sem a necessidade de apresentarem, obrigatoriamente, um diagnóstico clínico de doença mental que ateste uma “Perturbação de Identidade de Género” (também designada como transexualidade).

³⁸¹ A Lei n.º 51/2012 de 5 de Setembro, incluiu a “identidade de género” como categoria suspeita de discriminação e, por isso, protegida no Estatuto do Aluno.

³⁸² A última revisão do Código Penal, realizada em 2013 (Lei n.º 19/2013 de 14 de Abril), veio finalmente consagrar a “identidade de género” (a par da “orientação sexual”) como uma agravante aos crimes de ódio (art.º 132.º, relativo ao homicídio qualificado e art.º 145.º, relativo a ofensas físicas qualificadas).

³⁸³ A Lei n.º 28/2015 de 14 de Abril alterou o art.º 24.º do Código do Trabalho a fim de consagrar a “identidade de género” no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho.

autores³⁸⁴ têm vindo a apresentar recomendações de políticas escolares – que incluem práticas de “tolerância zero” perante comportamentos discriminatórios, formação de agentes educativos sobre a diversidade género, ou a dessegregação das instalações (balneários), regras de vestuário (uniformes) ou atividades educativas por género – que os assistentes sociais poderão utilizar para nortear convenientemente a sua intervenção.

No que respeita à *habitação* a dificuldade de acesso ao arrendamento, sobretudo por razões de discriminação, tornam as travestis vulneráveis ao risco de se encontrarem na condição de sem-abrigo (condição essa que, muitas, já experienciaram nalgum momento das suas vidas). Deste modo, considera-se fundamental que o Serviço Social reclame o desenvolvimento de medidas e programas específicos que possibilitem assegurar o direito à habitação (art.º 65º da CRP) quer por via da inclusão da identidade de género como critério prioritário no acesso às habitações municipais, da dinamização de campanhas dirigidas a proprietários, da atribuição de subsídios ou outras formas de apoio ao arrendamento. Paralelamente é importante que os albergues e alojamentos temporários se transformem em locais seguros para pessoas que apresentem identidades e expressões de género não normativas. Lisa Mottet e John Ohle (2003) e Ray (2006) apresentam propostas de reestruturação de procedimentos a serem implementados nestes contextos.

Ao nível da *saúde* há a necessidade de se promover ações que ajudem a melhorar os cuidados de saúde, particularmente, na área da saúde mental, das dependências, do VIH/Sida e da transição corporal. Reconhecendo que as experiências de abuso, vitimação e trauma trazem implicações para a sua saúde mental, impõe-se a urgência de se desenvolver estratégias para facilitar o acesso das travestis a serviços de aconselhamento e psicoterapia. Reisner e colegas (2009) asseguram que estes serviços têm, geralmente, um efeito protetor sobre o stresse, a depressão e o abuso de substâncias, auxiliando no bem-estar emocional. É importante, também, que as medidas de prevenção das adições tenham em conta esta população a fim de se reduzir a probabilidade de boa parte dela vir a tornar-se dependente do álcool e drogas,³⁸⁵ e que a disponibilização do tratamento seja apropriada às suas necessidades. Na área do VIH/Sida advoga-se políticas capazes de reduzir a prevalência epidemiológica de VIH entre trabalhadoras do sexo, o que implica compreender os seus comportamentos de risco. É fundamental o trabalho de proximidade juntos dos contextos prostitucionais para se entender as lógicas de pensamento que sustentam esses comportamentos e prestar-lhes prontamente, além de materiais de prevenção gratuitos, (in)formação esclarecedora sobre formas de transmissão e proteção adequada às IST. Nomeadamente, e seguindo a proposta de Jan Browne e Victor Minichiello (1996, p. 91), surge a necessidade de investigar a forma como as travestis categorizam os seus clientes e parceiros sexuais (bem como as condições que alteram a relação laboral num encontro sexual mais pessoalizado) a fim de melhor se compreender os processos envolvidos no exercício de práticas sexuais seguras e inseguras.

³⁸⁴ Como, por exemplo, Cannon e Best (2015), Morrow (2004, p. 97), O’Shaughnessy et al. (2004), Sausa (2005), Wells, Roberts e Allan (2012), entre outros.

³⁸⁵ Recomenda-se que algumas iniciativas possam ser desenvolvidas dentro dos territórios de diversão noturna das travestis.

Deverão, ainda, ser multiplicados os esforços de se criar serviços de rastreio ao VIH e a outras IST dirigidos a travestis (sobretudo migrantes) a fim de que os condicionamentos ao seu acesso possam ser, de alguma forma, diminuídos. Além disso, iniciativas de prevenção de saúde que contemplem os clientes deverão ser fortemente valorizadas dadas as suas práticas sexuais comerciais desprotegidas ou que envolvem o consumo de substâncias. Considerando que as diretrizes do SNS incluem a universalidade do acesso aos serviços de saúde para todas as pessoas, torna-se também importante incluir as travestis como um grupo com necessidades específicas, cuja satisfação exige, também, respostas terapêuticas específicas que eliminem os perigos advindos do consumo indevido de substâncias hormonais e da aplicação de silicone, viabilizando os meios necessário para alterarem o seu corpo (ou parte dele) conforme os seus desejos e necessidades.³⁸⁶ As travestis imigrantes estão particularmente vulneráveis a esses perigos por não terem legitimidade jurídica para acederem aos tratamentos trans-específicos e requerem a mudança legal de nome e sexo (cf. art.º 7 da Lei n.º 38/2018) pelo que se observa a premência de poderem vir a ser atendidas no SNS para acederem aos recursos clínicos que lhes possibilitem uma segura adequação corporal, ainda que dentro de um regime especial, que não sendo totalmente gratuito pratique, pelo menos, custos inferiores aos das clínicas privadas. Transversalmente a estas áreas, considera-se que a qualificação dos profissionais de saúde sobre as questões da identidade de género e trabalho sexual é de grande importância para que esta população possa aceder aos serviços com maior facilidade (sem restrições ou barreiras impeditivas ao seu uso) e obter um atendimento de qualidade (não estigmatizante e discriminatório).

No domínio da *segurança* é importante que os profissionais de Serviço Social reclamem medidas que garantam uma maior proteção às travestis, dado experimentarem uma diversidade de agressões no espaço público, desde comentários transfóbicos até abuso físico ou sexual, fundadas no ódio e rejeição da sua expressão de género e orientação sexual, como também no contexto doméstico, especialmente por parte dos seus namorados.³⁸⁷ A par da necessidade de serem criados mecanismos consistentes que facilitem a denúncia desses incidentes, é fundamental que as autoridades policiais desenvolvam formação e sensibilização para atuar eficazmente junto deste tipo de crimes e proporcionar uma assistência adequada às vítimas. Atendendo a que a arbitrariedade dos seus procedimentos (que, por vezes, dão azo a abusos) têm favorecido, nelas, sentimentos de desproteção, facultar o diálogo e as relações entre as partes – através do fornecimento de serviços abrangentes por via da disponibilização de informações prática e aconselhamento nos contextos de trabalho sexual – poderá ajudar a aumentar os níveis de confiança e a encorajar o relato de denúncias. Assegurar que todos os incidentes transfóbicos

³⁸⁶ Thomas Hammarberg (2009, p. 19) afirma que o tratamento médico deve sempre ser administrado atendendo o interesse do indivíduo e adaptado às suas necessidades específicas e à sua situação. Ser “obrigado” a estereotipar, de forma extrema, a sua identidade por forma a ajustar-se aos critérios de elegibilidade de acesso aos tratamentos é, na verdade, uma forma de violência, pelo que o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa considera ser inadequada a prescrição de um tratamento do tipo “receita única”.

³⁸⁷ No panorama nacional, o manual elaborado por Moleiro, Pinto, Oliveira e Santos (2016) sobre a realidade da violência doméstica em pessoas LGBT, apresenta recomendações para os profissionais atuarem de forma competente neste domínio.

são investigados e condenados é uma forma de enviar um sinal claro aos agressores que a sociedade não tolera tais comportamentos e, simultaneamente, às vítimas que o sistema penal serve para as proteger.

Quanto às políticas de *emprego* é indispensável que os assistentes sociais atuem em duas frentes: (i) na defesa de medidas de integração no mercado formal de emprego para as travestis que desejem apostar em atividades laborais fora da indústria do sexo e (ii) na reivindicação de direitos sociolaborais para aquelas que pretendam permanecer na atividade da prostituição. Para a concretização da primeira ação é preciso que o direito de igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso e manutenção do emprego e das condições de trabalho, já consagrado na lei, possa ser realmente assegurado. Isto implica o estabelecimento de medidas adequadas que proporcionem uma proteção eficaz contra a discriminação laboral em razão da identidade de género e orientação sexual, tanto no sector público como no privado.³⁸⁸ Na recomendação Rec(2010)5, o Comité de Ministros do Conselho da Europa assinala que as medidas a serem implementadas “devem abranger as condições de acesso ao emprego e às promoções, despedimento, salário e outras condições de trabalho, incluindo medidas de prevenção, combate e punição do assédio e outras formas de vitimização” (n.º 29). Deverá, ainda, ser prestada especial atenção à proteção efetiva do direito à privacidade no que se refere à divulgação de dados pessoais relacionados à história de género, no qual se inclui o nome atribuído à nascença (n.º 30). Considera-se que a construção de recursos semelhantes aos da *Human Rights Campaign Foundation* (2004, 2008, 2016) poderá, também, ajudar as organizações empregadoras a obterem informações práticas sobre trabalhadores com variações de género e as suas necessidades para, dessa forma, se envolverem na afirmação dos seus direitos.³⁸⁹ No que respeita à segunda ação, a luta pela concessão de direitos laborais e proteção social às trabalhadoras do sexo deverá passar por uma reestruturação do enquadramento jurídico-político da atividade prostitucional dado encontrar-se num vazio legal: não é reconhecida como trabalho, mas também não é criminalizada. As recomendações elaboradas pela APDES e subscritas pela RTS, em 2012, apontam para a necessidade de alteração do artigo 169.º (Lenocínio) do Código Penal, de forma a permitir a organização do trabalho sexual, mantendo-se a condenação, de forma sistemática, de todas as formas de exploração sexual e do trabalho sexual forçado. A forma como está formulada a prática de lenocínio no Código Penal impulsiona para a ilegalidade as relações estabelecidas com atores (gerentes e proprietários de bordéis, rececionistas, taxistas, seguranças, senhorios, hotéis que arrendam quartos para transações sexuais, operadores de *sites* que gerem os anúncios de trabalho sexual) que

³⁸⁸ A criação de ferramentas ativas de controlo da discriminação laboral, a sensibilização das unidades sindicais e entidades empregadoras para a compreensão da magnitude da discriminação e vulnerabilidade das pessoas com variações de género ou a criação de medidas específicas de apoio à empregabilidade são exemplos de medidas que poderão ser acionadas.

³⁸⁹ Mitchell e Howarth (2009, p. 50-52) elencaram uma série de “guias de boas práticas” para os empregadores. Alguns destes guias contêm orientações sobre o recrutamento de pessoas trans e práticas de suporte em torno de gestão da transição de género durante o emprego (sugerindo, por exemplo, que os empregadores acordem com o empregado um “plano de ação” de transição. Desse plano poderá constar a previsão de dias ausências ao trabalho para acompanhamento médico - caso se justifique, período durante o qual os colegas de trabalho deverão ser informados acerca da transição). Dadas as suas competências profissionais, os assistentes sociais poderão implicar-se ativamente na adaptação, construção e elaboração de “guias” semelhantes a estes, e proceder a mediações entre entidades empregadoras e pessoas trans.

facilitam o comércio sexual (NSWP, 2016, p. 1).³⁹⁰ Como tal, ele tende a ocorrer na clandestinidade, o que favorece condições laborais mais precárias, sobretudo ao nível da saúde, higiene e segurança, e relações potencialmente abusivas e de exploração difíceis de serem identificadas. Por isso, considera-se que deverão ser garantidos às trabalhadoras do sexo os mesmos direitos laborais e sociais que assistem qualquer outro trabalhador: direito a condições de trabalho dignas; direito a baixa médica, férias, horas extraordinárias, subsídio de desemprego, reforma; e direito à proteção jurídica e sindical para defesa dos seus interesses (quando lesados). Inúmeras organizações internacionais como a *American Jewish World Service* (2013), a *Amnesty International* (2016), a *Global Alliance Against Trafficking in Women* (sd), a *International Community of Women Living with HIV* (2015), a *Open Society Foundations* (2015), a *NSWP - Global Network of Sex Work Projects* (2016), a Organização Internacional do Trabalho (Lim, 1998), a Organização Mundial de Saúde (2012) e a *UNAIDS - United Nations Programme on HIV/AIDS* (2012) têm vindo a recomendar a descriminalização total do trabalho sexual, incluindo a despenalização do lenocínio (permitindo a existência de terceiros envolvidos no comércio sexual), pelas crescentes evidências de ser a melhor estratégia de proteger os direitos humanos de quem realiza trabalho sexual, traduzidas na promoção da saúde e bem-estar, na redução da violência, no maior acesso à justiça, na melhoria das condições de trabalho (mais justas e menos abusivas) e no maior controlo do crime organizado.³⁹¹ A NSWP (2016) apela à descriminalização do lenocínio a fim de ser concedida aos profissionais “maior controle sobre seu ambiente de trabalho e as suas relações com terceiros”, buscando “criar um ambiente legal e político que permita aos trabalhadores do sexo desafiar as práticas de exploração onde elas ocorrem” (p. 1). Evitar tomar uma posição perante o trabalho sexual é, na verdade, fechar os olhos às extensas vulnerabilidades que as travestis (e restantes trabalhadores do sexo) enfrentam no seu quotidiano profissional. Eticamente, os assistentes sociais não podem ficar indiferentes, assistindo passivamente à violação de direitos fundamentais. Não reivindicar a reestruturação do enquadramento do trabalho sexual é, pois, contribuir para o não reconhecimento desses direitos e para a perpetuação da precarização das condições sociolaborais.

Em Portugal, são ainda incipientes as políticas desenhadas para as questões da identidade de género e orientação sexual. Ainda que, atualmente, e pela terceira vez, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030) inclua uma área estratégica focada nestas temáticas, com objetivos centrados na prevenção e combate da discriminação; na promoção da sensibilização da sociedade portuguesa; e na implementação e monitorização dos compromissos internacionais de não-discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género, a população travesti trabalhadora do sexo parece não se encontrar contemplada (pelo menos diretamente) nas medidas de

³⁹⁰ O lenocínio é também uma ferramenta para perseguir e ameaçar os próprios profissionais do sexo. Como muitos têm apartamentos arrendados em seu nome e trabalham em conjunto com outros colegas (como estratégia de segurança pessoal a fim de evitarem a violência) podem ser criminalizados por alegadamente estarem a “fomentar, favorecer ou facilitar” a prostituição de outrem.

³⁹¹ Medidas que criminalizam certos aspetos do trabalho sexual, como a delimitação de zonas específicas da atividade, rastreios obrigatórios de IST ou o registo compulsivo dos profissionais, deverão ser evitadas a fim de não contribuírem para o aumento da vulnerabilidade, marginalização ou violência dos trabalhadores do sexo.

intervenção enunciadas. Dado que elas requerem uma atenção especial pela sua condição de maior fragilidade e discriminação, é importante que o conjunto de reivindicações políticas ao nível da educação, da habitação, da saúde, da segurança e do emprego acima mencionadas possam vir a ser materializáveis a fim de que a sociedade lhes possa garantir efetiva proteção, qualidade de vida e, acima de tudo, dignidade.

Promoção de Práticas e Serviços Profissionais Afirmativos

A investigação científica tem vindo a salientar que a maior parte dos assistentes sociais tem pouco ou nenhum conhecimento sobre as questões relativas à identidade de género³⁹² e à sexualidade humana,³⁹³ além de que a sua experiência profissional nestes campos é “muito limitada” (Mallon, 1999b, p. 4). Com efeito, os profissionais não estão preparados para lidar com a diversidade de género e sexual e responder adequadamente às necessidades das pessoas LGBT,³⁹⁴ situação que é espelhada nos deficitários recursos dirigidos elas e no desenvolvimento de serviços sociais predominantemente heterossexistas. Isto ocorre porque, em parte, as escolas de Serviço Social tendem a fornecer pouca formação e literatura profissional sobre género e sexualidade,³⁹⁵ a promover incipientes oportunidades de estágios curriculares sobre essas temáticas³⁹⁶ e a produzir um baixo número de investigações científicas focadas na diversidade de género e sexual (Mallon, 1999b; Rocha, 2009). Apesar das exigências deontológicas e dos compromissos assumidos por importantes organizações internacionais de Serviço Social relacionados com a necessidade de proteção e preservação dos direitos LGBT, parece não ter havido, ainda, um esforço considerável para, no contexto nacional, se integrar e explorar, com maior intensidade, os conteúdos do género e da sexualidade nos planos de estudo dos diferentes ciclos académicos dos assistentes sociais.

Modelos de formação não questionados podem contribuir para a perpetuação da discriminação. À semelhança do trabalho realizado por Maria Gabriela Moita (2001), onde observou a existência de níveis de homo/transfobia e heterossexismo entre psicólogos, psicoterapeutas e psiquiatras portugueses, também Gila Acker (2017), Cathy Berkman e Gail Zinberg (1997) e Emily Lusenhop (2013) sugerem evidências que os assistentes sociais não se sentem totalmente confortáveis ao lidar com a população LGBT, apresentando, por vezes, atitudes negativas/fóbicas e dificuldades de conciliarem os valores profissionais com os valores pessoais, construídos por influência de convicções sociais, culturais, políticas e religiosas, promotoras da cis/heteronormatividade.³⁹⁷ Este comportamento não só impacta grandemente na “qualidade” e “sensibilidade” das práticas de Serviço Social (Salisbury & Dentato, 2016, p. 128), como se reflete na satisfação e avaliação dos utentes que, ao não receberem um serviço

³⁹² Nomeadamente, Erich et al. (2007), Mallon (1999b) e Pyne (2016).

³⁹³ Nomeadamente, Hicks (2008), Jeyasingham (2008), Radecki (2011), Rocha (2009) e Morton, Jeyasingham e Hicks (2013).

³⁹⁴ Cf. Burgess (2009), Charnley e Langley (2007), Cohen, Padilla e Aravena (2006), Martin et al. (sd), e Mallon (1999b).

³⁹⁵ Cf. Bergh e Crisp (2004), Erich et al. (2007), Mackelprang et al. (1996), Mallon (1999a,b), McPhail (2008), NASW (2008), Rocha (2009) e Vanderwoerd (2002).

³⁹⁶ Cf. Messinger (2004), Newman, Bogo e Daley (2009).

³⁹⁷ Berkman e Zinberg (1997) mostram que os níveis de homo/transfobia e heterossexismo estão negativamente correlacionados com a religiosidade e a quantidade de contacto social com a população LGBT.

competente, tendem a observar os profissionais como “ignorantes” (Jeyasingham, 2008) e desqualificados para os atender.

Esta situação faz, pois, suscitar dúvidas sobre a forma como as escolas de Serviço Social estão, na verdade, a preparar os alunos para prestarem serviços culturalmente competentes. Serviços qualificados exigem o desenvolvimento de “práticas afirmativas”³⁹⁸ e não discriminatórias que, segundo Lena Dominelli (1998), requerem dos profissionais conhecimentos e capacidades específicas. Diz a autora que eles “devem saber o que estão a fazer e por que adotam uma determinada ação em vez de outra” (p. 9), sendo que, para tal, a autoavaliação torna-se fundamental para ajudar a melhorar as práticas profissionais. Dado que, muito provavelmente, a grande parte dos assistentes sociais deparar-se-á, na vida laboral (independentemente do seu campo de atuação), com indivíduos com identidades de género e orientações sexuais não normativas, é importante que, desde cedo (Stotzer et al, 2013, p. 73), as escolas de Serviço Social desenvolvam e providenciem, no contexto da valorização da diversidade, oportunidades de *treino e formação* sobre as temáticas do género e da sexualidade³⁹⁹ a fim de munirem os assistentes sociais de maior confiança e aptidão para: (i) comunicar e intervir eficazmente com populações LGBT; (ii) prestar serviços qualificados e não discriminatórios; e (iii) desafiar as desigualdades exigidas pelo código de ética. Ajudar os profissionais a reconhecer que a diversidade de género e sexual tem existido em diferentes épocas e lugares de todo o mundo; a favorecer a tomada de consciência do grau de homo/transfobia e heterossexismo por via da exploração das suas crenças individuais; a fomentar a conciliação de tensões entre valores pessoais e profissionais; a promover o contacto, a interação e o diálogo com pessoas com identidades de género e sexualidades não normativas para tomarem conhecimento das suas experiências de vida e necessidades; a combater mitos e estereótipos negativos associados a elas, disponibilizando informação correta e fidedigna; a fomentar a elaboração de linguagens apropriadas, inclusivas e não tendenciosas que orientem a prática profissional; bem como a discutir formas de atuação culturalmente competentes são ações-chave que deverão ter lugar nos currículos escolares dos assistentes sociais.⁴⁰⁰ Presentemente existe uma variedade de materiais⁴⁰¹ que fornecem diretrizes, recomendações e informações práticas para intervir na diversidade de género e sexual e que, certamente, poderão auxiliar nesse trabalho pedagógico.

Mallon (1999c, p. 134) refere que melhorar o conhecimento e as competências dos assistentes sociais não pode ser concretizado em contextos onde não se encoraje explicitamente esses esforços. Deste modo, em vista a criar-se uma cultura organizacional afirmativa, deverá ser dada particular atenção à *adequação dos serviços sociais* com o objetivo destes se transformarem em espaços *LGBT-friendly*. É necessário serem ambientes verdadeiramente seguros e inclusivos de modo a facilitarem o

³⁹⁸ Expressão utilizada por vários autores, nomeadamente, Crisp e McCave (2007), Hunter e Hickerson (2003), Messinger (2006) e Ramalho (2015).

³⁹⁹ Cf. Berkman e Zinberg (1997), McPhail (2008) e Mallon (1999b,c).

⁴⁰⁰ Cf. Bergh e Crisp (2004), Erich et al. (2007), Mallon (1999b,c), Ramalho (2015) e Yanca e Johnson (2008).

⁴⁰¹ Como os elaborados pela APA (2015), a *American Counseling Association* (2010), a *Equality and Human Rights Commission* (2010), a *National LGBT Health Education Center* (2016) ou a WPATH (2012), ou por alguns autores, como Austin et al. (2016), Brown e Rounsley (1996), Holman e Goldberg (2006), Mitchell e Howarth (2009) ou Ray (2006).

acesso ao suporte social. A eliminação de barreiras que afastam os sujeitos dos serviços torna-se, assim, uma prioridade. Além do mais, a relação comunicacional entre assistente social e utente deverá ser percebida como sendo de abertura, aceitação e confiança (Morrow, 2004), só possível por via do desenvolvimento da empatia. Esta capacidade vai para além do “calçar os sapatos do outro”, como refere Dominelli (1998, p. 10). Segundo a autora, requer o seu uso por tempo determinado a fim de ser desenvolvida uma “profunda compreensão” dos sentimentos e emoções e, ao mesmo tempo, ajudar na reflexão sobre a natureza de “privilegiado” do próprio. Para que o atendimento seja acolhedor e livre de discriminação os profissionais deverão evitar assumir, à partida, que todos os sujeitos que recorrem até eles têm uma identidade de género e orientação sexual normativa (Stotzer et al., 2013, p. 73). Tal suposição, quando expressa em comportamentos, poderá ser geradora de desconforto e mal-estar (Bergh & Crisp, 2004; Charnley & Langley, 2007). É importante, também, que os formulários de admissão e de atendimento social deem expressão à diversidade. Deixar um espaço em branco para que os utentes preencham seu próprio género é, por exemplo, uma solução prática que não reforça o binarismo, nem ignora as identidades não normativas. A questão do tratamento das pessoas com expressões de género diversas é, em si mesma, bastante sensível. Uma vez que poderá ser constrangedor e, até, ofensivo fazer uso do nome com o qual elas não reconhecem a sua identidade, deverá ser-lhes perguntado como desejam ser tratadas, empregar esse nome nas interações e registá-lo em campo apropriado para que, em atendimentos futuros, sejam tratadas e respeitadas convenientemente. Garantir um espaço seguro passa, ainda, por promover junto da organização e equipa de trabalho uma política de “tolerância zero” perante o comportamento discriminatório (Bergh & Crisp, 2004; Mallon, 1999c; Messinger, 2006) pelo que deverá ser assegurado que todos os profissionais (sobretudo os que se encontram no primeiro contacto) possuam competências adequadas para lidar com a diversidade de género e sexual e oferecer um tratamento respeitoso. Somente através de mudanças culturais organizacionais intencionais e deliberadas podem ser desenvolvidos ambientes favoráveis onde pessoas LGBT se sintam bem-vindas, acolhidas e com as suas necessidades atendidas.

Reconhecendo, também, que o ambiente externo aos serviços sociais é ativamente hostil para grande parte das travestis, é importante que os assistentes sociais, estando comprometidos com a eliminação da opressão, desenvolvam trabalho de advocacia (Mallon, 1999c, p. 140) para alterarem essa realidade. Deverão, pois, envolver-se na afirmação das minorias de género e sexuais em diferentes contextos profissionais (conferências, reuniões de trabalho, organizações parceiras), bem como na educação social, cívica e política por via do desenvolvimento de programas de sensibilização e formação que abranjam o “maior número de sectores e instituições públicas e privadas, e o mais descentralizada possível em termos geográficos” (Nogueira & Oliveira, 2010b, p. 273) com o objetivo de dotar a população de maiores conhecimentos em matéria de género e sexualidade. Conceição Nogueira e João Oliveira (2010b) chamam particular atenção para as zonas rurais e regiões autónomas dado revelarem a “urgência de uma intervenção séria” (p. 273). Importa, também, que o Serviço Social se implique na produção e disseminação de materiais educativos (livros, manuais, sites, jogos, etc.) e recursos

performativos (teatros, filmes) que ajudem a desafiar os preconceitos e a estimular uma maior abertura, respeito e aceitação perante a fluidez de género e sexual. A família, a escola e organizações comunitárias são agentes vitais a serem envolvidos nesta intervenção porque o tipo de respostas que produzem (positivas ou negativas) poderá transformá-las em agentes protetores ou de risco psicossocial. Ajudá-las a compreender que as crenças que possuem sobre a masculinidade e feminilidade podem afetar as suas decisões, ensiná-las sobre as vulnerabilidades das pessoas trans e possibilitar-lhes a aquisição de informações e competências para, em vez de rejeição, providenciem suporte e aceitação é, pois, uma tarefa central dos profissionais de Serviço Social (Cohen et al., 2006; Lev, 2006).

Sabe-se que todas as redes sociais têm características de inércia, o que significa que se não forem estimuladas, elas tendem a reduzir-se. Atendendo a que a intervenção comunitária dos assistentes sociais se centra no restabelecimento dos laços sociais (Rodríguez & Ferreira, 2018), considerar a necessidade de reavivar as redes formais e informais das travestis, fomentar a conexão entre elementos e diminuir a distância física e interpessoal poderá ser uma estratégia para evitar o seu isolamento, o agravamento das vulnerabilidades e promover condições para a sua inclusão social. Esta ação, focada na criação e/ou restauração de vínculos com a esfera social, poderá ser facilitada pelo estabelecimento de alianças com alguns movimentos sociais (LGBT, trans, trabalhadores do sexo, feministas), organizações de defesa de direitos civis e outras organizações profissionais (Mallon, 1999b, p. 15).

Por fim, ao nível da investigação, é importante que os questionários quantitativos passem a integrar opções de género que extrapolem o binómio masculino/feminino dado que ele tende a homogeneizar os participantes dos estudos e, com isso, os próprios resultados, mascarando a compreensão dos fenómenos sociais. Espera-se que outras pesquisas sobre minorias de género e sexuais possam vir a ser desenvolvidas a fim de se firmar o *Serviço Social Queer* (Hillock & Mulé, 2016) português, sendo que o presente trabalho se constitui como um dos pioneiros.

Todas as investigações têm limitações. E esta não é exceção. Ao ter abordado um tema inovador no panorama das ciências sociais, em Portugal, e em particular, no Serviço Social, estou consciente que ficaram por responder muitas questões, nomeadamente, ao nível dos processos de envelhecimento (dado o surgimento de necessidades complexas decorrentes das alterações corporais), as práticas migratórias no espaço do comércio sexual europeu, os públicos clientelares, a prevalência epidemiológica de VIH e os comportamentos de risco a ela associados, os fatores protetores que contribuem para a resiliência e o bem-estar bio-psico-social, as dinâmicas de conjugalidade, as experiências de reclusão em estabelecimento prisionais, entre outros aspetos. Contudo, estou também confiante que a concretização deste trabalho conseguiu preencher lacunas no conhecimento científico, trazendo ganhos importantes não só para a problematização do género e da sexualidade nas sociedades contemporâneas, como também para a “desocultação” e visibilidade de um grupo social que, ao longo dos anos, tem permanecido esquecido e negligenciado na agenda investigativa dos cientistas sociais. O primeiro passo já foi dado: conhecer o fenómeno das travestis trabalhadoras do sexo em Portugal. Através de uma análise compreensiva da sua realidade acredito que dispormos, hoje, de informação aprofundada capaz

de ajudar a delinear programas, serviços e políticas que respondam aos interesses e especificidades desta população por forma a serem minimizadas as vulnerabilidades experienciadas quotidianamente.

Antes de finalizar este trabalho, gostaria de dizer que a sua concretização só foi possível pelo contacto íntimo que estabeleci com as travestis e o seu “mundo” social. O longo caminho percorrido nem sempre se mostrou fácil, tendo sido necessário recorrer a um constante apelo à criatividade metodológica e atenção a cada oportunidade para me aproximar delas e desenvolver relações de confiança. A minha ação foi, à partida, conduzida pelo desejo de saber para compreender. Porém, a atitude inicial de interpelação e questionamento veio a culminar numa atitude de escuta passiva, onde eram as próprias travestis que recorriam a mim para me verbalizarem aspetos que desejavam ou precisavam. Por isso, em certo ponto, ouvi e conheci muito mais do que queria ou necessitava saber, o que me permitiu adquirir uma visão profunda e esclarecedora da realidade desta população que se distancia, em muito, dos esquemas de pensamento dominantes e estereotipados.

Agora, um pouco distanciado no tempo, estou convicto que a exigência do método etnográfico contribuiu para que a investigação fosse, também, uma experiência pessoal tremendamente enriquecedora. Por muito que a ciência tenha procurado expurgar as emoções em busca de uma racionalidade na qual pretendeu constituir-se, tal não é possível, sobretudo em etnografia, onde o investigador é o principal instrumento de trabalho⁴⁰² e, como tal, os sentidos são afetados diante de inúmeras situações que chocam, alegram, entristecem, surpreendem ou assustam. Atendendo a que “as emoções estão envolvidas na cognição” (Cefaï, 2013, p. 107), elas nunca nos deixam indiferentes, pelo que, após o processo de pesquisa, é impossível sair-se ileso ou continuar a ser aquilo que se era. A intensidade da experiência etnográfica conduziu-me inevitavelmente a uma transformação pessoal (Fernandes, 2002), que trouxe implicações na minha participação social, cívica e política. A investigação em Serviço Social e, em particular, aquela que é apoiada nas perspetivas do *Serviço Social Crítico*,⁴⁰³ é inerentemente política, pelo que o uso do conhecimento exige, dos investigadores, não só uma responsabilidade em continuar a preservar a dignidade das populações pesquisadas (Padgett, 1998a) como em empreender um “papel ativista” (Ruckdeschel & Chambon, 2010, p. 195). Assim sendo, depois de ter entrado na intimidade das travestis senti que não podia, inexplicavelmente, sair do terreno e virar-lhes as costas. Para fazer uso de um “saber comprometido” (Cancian, 1993; Ribeiro, 2011; Santos, 2006) dei prosseguimento à minha participação nas *brigadas*, agora como voluntário, e envolvi-me ativamente em diferentes ações de empoderamento e advocacia em favor da diversidade de género e sexual e, sobretudo, de segmentos populacionais que se mantêm silenciados, excluídos e marginalizados, por forma a ver assegurado o cumprimento dos seus direitos humanos.

⁴⁰² Cf. Bogdan e Biklen (1994), Burgess (2001 [1984]), Cefaï (2013), Firmino da Costa (2014), Padgett (1998a), Streubert e Carpenter (2002).

⁴⁰³ Cf. Adams, Dominelli e Payne (2009), Allan, Briskman e Pease (2009), Fook (2002), Pease, Goldingay, Hosken e Nipperess (2016), Sisnero, Stakeman, Joyner e Schmitz (2016), entre outros.

BIBLIOGRAFIA

A

- Aboim, Sofia (2009). *Plural masculinities: The remaking of self in private life*. Farnham & Burlington: Ashgate.
- Abraham, Felix (1997). Genital reassignment on two male transvestites. *International Journal of Transgenderism*, 2(1).
- Acker, Gila (2017). Transphobia among students majoring in the helping professions. *Journal of Homosexuality*, 0(0), 1-19.
- Adams, Robert, Dominelli, Lena, & Payne, Malcom (Orgs.). (2009). *Critical practice in social work* (2ª ed.). Houndmills: Macmillan Publishers.
- Addams, Jane (1910). *Twenty years at Hull-House, with autobiographical notes*. Nova Iorque: The MacMillan Company.
- Agência Piaget para o Desenvolvimento (2012). *Recomendações para a redefinição do enquadramento jurídico do trabalho sexual em Portugal*. Arcozelo: APDES.
- Agius, Silvan, & Tobler, Christa (2012). *Trans and intersex people: Discrimination on the grounds of sex, gender identity and gender expression*. Luxemburgo: European Commission.
- Aguiar, Asdrúbal António (1926). *Evolução da pederastia e do lesbianismo na Europa (contribuição para o estudo da inversão sexual)*. Lisboa: Separata do Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. XI.
- Aguiar, Asdrúbal António (1928). *Homossexualidade masculina através dos tempos*. Lisboa: Edição do autor.
- Aguiar, Asdrúbal António (1929). *Guia de clínica médico-legal* (vol. 3). Paris & Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Alegria, Margarida, Vera, Mildred, Freeman, Daniel, Robles, Rafaela, Santos, Maria, & Rivera, Carmen (1994). HIV infection, risk behaviors, and depressive symptoms among Puerto Rican sex workers. *American Journal of Public Health*, 84(12), 2000-2002.
- Alencar, Luis Carlos (Diretor). *Bombadeira* [Filme cinematográfico]. Brasil: Singrea Produções. Disponível em <http://vimeo.com/6653323>
- Alexander, Priscilla (1988). Prostitution: A difficult issue for feminists. Em F. Delacoste & P. Alexander (Orgs.), *Sex work: Writings by women in the sex industry* (pp. 184-214). Pittsburg: Clei Press.
- Allan, June, Briskman, Linda, & Pease, Bob (2009). *Critical social work: Theories and practices for a socially just world*. Crows Nest, Sydney: Allen & Unwin.
- Allen, Susan, & Tracy, Elizabeth (2008). Developing student knowledge and skills for home-based social work practice. *Journal of Social Work Education*, 44(1), 125-143.
- Allmark, Peter, Boote, Jonathan, Chambers, Eleni, Clarke, Amanda, McDonnell, Ann, Thompson, Andrew, Tod, Angela (2005). Ethical issues in the use of in-depth interviews: Literature review and discussion. *Research Ethics*, 5(2), 48-54.
- Almeida, Ana (2005). Disforias de género: Travestismo e transsexualismo. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 10(6), 379-386.
- Almeida, São José (2010). *Os homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante Editora.
- Alvim, Filipa (2013). “*Só muda a moeda*”: Representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Lisboa, Tese de doutoramento em antropologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Amâncio, Lígia (2000). Identidade social e relações intergrupais. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, Lígia (2017). Assimetria simbólica: Breve história de um conceito. Em J. M. Oliveira & L. Amâncio (Eds.), *Gêneros e sexualidades: Interseções e tangentes* (pp. 17-36). Lisboa: CIS-IUL.
- Amaral, Marília, Silva, Talita, Cruz, Oliveira, & Toneli, Maria (2014). “Do travestismo às travestilidades”: Uma revisão do discurso académico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311.
- Amaro, Maria Inês (2012). *Urgências e emergências do serviço social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- American Counseling Association (2010). Competencies for counseling with transgender clients. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 4(3-4), 135-159.
- American Jewish World Service (2013). *Sex worker rights: (Almost) everything you wanted to know but were afraid to ask*. Nova Iorque: AJWS.
- American Psychiatric Association (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III*. Washington, DC: APA.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM IV*. Washington, DC: APA.
- American Psychiatric Association (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM V*. Washington, DC: APA.
- American Psychological Association (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, 70(9), 832-864.

- Amnesty International (2016). *Amnesty international policy on state obligations to respect, protect and fulfil the human rights of sex workers*. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/4062/2016/en/>
- Amore, Kate, Baker, Michael, & Howden-Chapman, Philippa (2011). The ETHOS definition and classification of homelessness: An analysis. *European Journal of Homelessness*, 5(2), 19-37.
- Andrade, Gabriela, & Vaitsman, Jeni (2002). Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. *Ciências & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934.
- Antunes, Luísa (1998). *O travesti: Iniciação e astúcia*. Lisboa: Fim de Século.
- Antunes, Marina (2002). *'Estrela d'África', um bairro sensível. Um estudo antropológico sobre jovens na cidade da Amadora*. Lisboa, Tese de doutoramento em antropologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- APDES (2010). *Support and empowerment of female sex workers and trafficked women working in hidden places – Portuguese final report (2008-2010)*. Porto: Indoors Project. Disponível em http://www.apdes.pt/assets/apdes/indoors/relatorio_portugal.pdf
- Arinto, Carlos (1977). Os travestis de Lisboa: Os subterrâneos de um negócio que floresceu depois do 25 de Abril. *Opções*, 24, 34-37.
- Associação dos Profissionais de Serviço Social (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*. Lisboa: APSS.
- AthosGLS (2006, 22 de Dezembro). *Travestis são "exportadas" para a Europa*. Disponível em http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=18739
- Atkinson, Paul, Delamont, Sara, Coffey, Amanda, Lofland, Jonh, & Lofland, Lyn (Orgs.) (2001). *Handbook of Ethnography*. Londres: Sage.
- Augustín, Laura (2008). *Sex at the margins: Migration, labor markets and the rescue industry*. Londres & Nova Iorque: Zed Books.
- Austin, Ashley, Craig, Sshelley, Alessi, Edward, Wagaman, Alex, Pacey, Megan, Dziengel, Lake, & Balestrery, Jean (2016). *Guidelines for transgender and gender nonconforming (TGNC) affirmative education: Enhancing the climate for TGNC students, staff and faculty in social work education*. Alexandria, VA: Council on Social Work Education.
- B**
- Baines, Donna (2007). *Doing anti-oppressive practice: Building transformative politicized social work*. Black Point, Nova Scotia: Fernwood Publishing.
- Bardin, Laurence (2013). *Análise de conteúdo*. Coimbra: Edições 70.
- Barnad, Marina (1993). Violence and vulnerability: Conditions of work for street working prostitutes. *Sociology of Health and Illness*, 15, 683-705.
- Barroco, Maria Lucia (2003). Ética, direitos humanos e diversidade. *Revista Presença Ética*, 3. Disponível em <https://presenetic.wordpress.com/>
- Barroco, Maria Lúcia (2005). *Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do código de ética profissional do assistente social*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- Barroso, Catarina (2013). *Dentro de portas – Trabalhadores do sexo em contexto de interior: Utilização e acesso a serviços de saúde na área da infeção VIH/Sida*. Lisboa, Dissertação de mestrado em saúde pública apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública.
- Barry, Kathleen (1995). *The prostitution of sexuality*. Nova Iorque: New York University Press.
- Baxter, Leslie, Braithwaite, Dawn, & Nicholson, John (1999). Turning points in the development of blended families. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16(3), 291-313.
- Beasley, Chris (2005). *Gender & sexuality: Critical theories*. Londres: Sage.
- Beaud, Stéphane, & Weber, Florence (2007). *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Editora Vozes (trabalho original publicado em 1997).
- Beauvoir, Simone (1989). *The second sex*. Nova Iorque: Vintage Books (trabalho original publicado em 1949).
- Becerra, André (2009). Tacones, siliconas, hormonas y otras críticas al sistema sexo-género. Feminismos y experiencias de transexuales y travestis. *Revista Colombiana de Antropología*, 45(1), 119-146.
- Beder, Joan (1998). The home visit, revisited: Families in society. *The Journal of Contemporary Human Services*, 79(5), 514-522.
- Belizário, Fernanda (2017). Travesti es una mujer con cuatro cojones y diez sentidos: Experiencias de trabajadoras sexuales brasileñas trans en barcelona. Em C. Olivieri & A. Ortega Santos (Orgs.), *Decolonizando identidades: Pertenencia y rechazo de/desde el sur global* (pp. 107-117). Granada: Instituto de Migraciones.
- Benedetti, Marco (2000). *A batalha e o corpo: Breves reflexões sobre travestis e prostituição*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Benedetti, Marcos (2005). *Toda feita: O corpo e o género das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Beneito-Montagut, Roser (2011). Ethnography goes online: Towards a user-centred methodology to research interpersonal communication on the internet. *Qualitative Research*, 11(6), 716-735.
- Benjamin, Harry (1953). Transvestism and transsexualism. *International Journal of Sexology*, 7(1), 12-14.

- Benjamin, Harry (1954). Transsexualism and transvestism as psycho-somatic and somato-psychic syndromes. *American Journal of Psychotherapy*, 8(2), 219-230.
- Benjamin, Harry (1966). *The transsexual phenomenon*. Nova Iorque: The Julian Press.
- Bento, Berenice (2006a). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, Berenice (2006b). Quando o gênero se desloca da sexualidade: Homossexualidade entre transexuais. Em M. P. Grossi & E. Schwade (Orgs.), *Política e cotidiano: Estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis: Nova Letra.
- Bento, Berenice (2008). *O que é transexualidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- Bento, Berenice, & Pelúcio, Larissa (2012). Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 569-581.
- Bergh, Nan, & Crisp, Catherine (2004). Defining culturally competence practice with sexual minorities: Implications for social work education and practice. *Journal of Social Work Education*, 40(2), 221-238.
- Berkman, Cathy, & Zinberg, Gail (1997). Homophobia and heterosexism in social workers. *Social Work*, 42, 319-332.
- Berkowitz, Dana, & Belgrave, Linda (2010). "She works hard for the money": Drag queens and the management of their contradictory status of celebrity and marginality. *Journal of Contemporary Ethnography*, 39(2), 159-186.
- Bernardo, J., Campos, M., Machado, G., Diniz, G., Tavares, J., Vandolly, K., & Júnio, G. (1997). The portuguese transgender community: An unknown reality. Comunicação apresentada na XII World AIDS Conference - "Bridging the Gap". Genebra. Disponível em http://tgeu.net/PubAr/Documents/GrouPro/p_ATrans_Genebra.pdf
- Bertaux, Daniel (2005). *Los relatos de vida*. Barcelona: Bellaterra.
- Biernacki, Patrick, & Waldorf, Dan (1981). Snowballing sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163.
- Billings, Dwight, & Urban, Thomas (1982). The socio-medical construction of transsexualism: An interpretation and critique. *Social Problems*, 29(3), 266-282.
- Bindman, Jo, & Doezema, Jo (1997). *Redefining prostitution as sex work on the international agenda* [on-line]. Network of Sex Work Projects.
- Boellstorff, Tom (2004). Playing back the nation: *Waria*, indonesian transvestites. *Cultural Anthropology*, 19(2), 159-195.
- Bogdan, Robert, & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borba, Rodrigo, & Ostermann, Ana Cristina (2008). Gênero ilimitado: A construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 409-432.
- Bordo, Susan (1993). *Unbearable weight: Feminism, western culture and the body*. Berkeley: University of California Press.
- Bordonaro, Lorenzo, & Alvim, Filipa (2008). "The greatest crime in the world's history". Uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres. Atas do VI Congresso Português de Sociologia – "Mundos Sociais: Saberes e Práticas". Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Bornstein, Kate (1994). *Gender outlaw: On men, women and the rest of us*. Nova Iorque: Routledge.
- Borruso, Miano (2002). Hombre, mujer y muxe' en el Istmo de Tehuantepec. México: Plaza y Valdés.
- Bosweel, Holly (1991). The transgender alternative. *Chrysalis Quarterly*, 1(2), 29-31.
- Bourdieu, Pierre (1980). *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2002). Um saber comprometido. *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), ano 3 (35), 3.
- Brill, Stephanie, & Pepper, Rachel (2008). *A handbook for families and professionals*. São Francisco: Cleis.
- Brown, Helen, & Cocker, Christine (2011). Social work values and ethical practice: Moving beyond anti-discriminatory or anti-oppressive practice. Em H. Brown & C. Cocker (Orgs.), *Social work with lesbians & gay men* (pp. 97-115). Londres: Sage.
- Brown, Mildred, & Rounsley, Choe (1996). *True selves: Understanding transsexualism – for families, friends, coworkers, and helping professional*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Browne, Angela, & Finkelhor, David (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99(1), 66-77.
- Browne, Jan, & Minichiello, Victor (1996). The social and work context of commercial sex between men: A research note. *Journal of Sociology*, 32, 86-92.
- Brugha, T., Bebbington, Paul, MacCarthy, B., Sturt, E., Wykes, T., & Potter, J. (1990). Gender, social support and recovery from depressive disorders: A prospective clinical study. *Psychological Medicine*, 20, 147-156.
- Brummelhuis, Han (1999). Transformations of transgender: The case of the Thai Kathoey. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 9(2-3), 121-139.
- Bruto da Costa, Alfredo (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Bulmer, Martin (1980). Comment on "the ethics of covert methods". *British Journal of Sociology*, 31(1), 59-65.
- Bullough, Vern, & Bullough, Bonnie (1993). *Cross dressing, sex, and gender*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Burdge, Barb (2007). Bending gender, ending gender: Theoretical foundations for social work practice with the transgender community. *Social Work*, 52, 243-250.
- Burgess, Chistian (2009). Internal and external stress factors associated with the identity development of transgender and gender variant youth. Em G. Mallon (Org.), *Social work practice with transgender and gender variant youth* (2ª ed.) (pp. 53-64). Nova Iorque: Routledge.
- Burgess, Robert (2001). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora (trabalho original publicado em 1984).
- Burke, William, & Burkhead, E. Jane (1989). Runaway children in America: A review of the literature. *Education and Treatment of Children*, 12(1), 73-81.
- Busch-Geertsema, Volker (2010). Defining and measuring homelessness. Em B. Edgar & J. Doherty (Orgs.), *Homelessness research in europe* (pp. 19-39). Bruxelas: FEANTSA.
- Butler, Judith (1993). Imitation and gender insubordination. Em H. Abelove, M. Barale & D. Halperin (Orgs.), *Lesbian and gay studies reader* (pp. 307-320). Nova Iorque & Londres: Routledge.
- Butler, Judith (2002). *Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires, Barcelona & México: Paidós (trabalho original publicado em 1993).
- Butler, Judith (2004). *Undoing gender*. Nova Iorque & Londres: Routledge.
- Butler, Judith (2015). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (trabalho original publicado em 1990).

C

- Cabral, João (1983). Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa. *Análise Social*, XIX(76), 327-339.
- Cabral, Vinicius, Silva, Joseli, & Ornat, Marcio (2013). Espaços de morte e representações sociais de travestis na cidade de Ponta Grossa - Paraná. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 4(1), 139-161.
- Cacioppo, John, & Hawkley, Louise (2003). Social isolation and health, with an emphasis on underlying mechanisms. *Perspectives in Biology and Medicine*, 46(3 supl.), S30-S52.
- Campbell, Rosie, & Kinnell, Hilary (2001). "We shouldn't have to put up with this": Street sex work and violence. *Criminal Justice Matters*, 42(1), 12.
- Cancian, Francesca (1993). Conflicts between activist research and academic success: Participatory research and alternative strategies. *The American Sociologist*, 24(1), 92-106.
- Cannon, Steve, & Best, Toby (Orgs.) (2015). *Schools transgender guidance*. Reino Unido: The Intercom Trust & Devon and Cornwall Police.
- Carastathis, Anna (2014). The concept of intersectionality in feminist theory. *Philosophy Compass*, 9(5), 304-314.
- Cardoso, Teresa, Alarcão, Isabel, & Antunes, Jacinto (2010). *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- Cardozo, Fernanda (2007). Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: Notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis. Em M. Grosso, A. Paula & L. Mello (Orgs.), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (pp. 233-251). Rio de Janeiro: Garamond.
- Caria, Telmo (Org.) (2002). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Carpenter, Edward (2016). *Intermediate types among primitive folk*. Nova Iorque: Routledge (trabalho original publicado em 1914).
- Carrara, Sérgio, & Vianna, Adriana (2006). "Tá lá o corpo estendido no chão": A violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Revista Saúde Coletiva*, 16(2), 233-249.
- Carrizo, Gilson (2011). Imagens em trânsito: Narrativas de uma travesti brasileira. Em A. Piscitelli, G. Assis & J. Olivar (Orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: Mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (pp. 185-224). Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero & UNICAMP.
- Carrizo, Gilson (2012). Poses, posses e cenários: As fotografias como narrativas da conquista da Europa. *Estudos Feministas*, 20(2), 525-538.
- Carvalho, Irene (2008). Transsexualismo: Avaliação de dois transsexuais após operação. *Acta Médica Portuguesa*, 21, 103-106.
- Carvalho, Irene (2010). Transexualidade: Vivência do processo de transição no contexto dos serviços de saúde. *Acta Médica Portuguesa*, 23(6), 1001-1010.
- CasaQui (2014). *Diagnóstico de experiências, competências e respostas na intervenção institucional com jovens LGBT em situação de violência familiar e/ou expulsão de casa*. Lisboa: Casa Qui. Disponível em http://www.casa-qui.pt/images/docs/relatorio_casa_qui_primeiros passos.pdf

- Cashmore, Judy, & Shacke, Rita (2013). The long-term effects of child sexual abuse. *Child Family Community Australia, 11*, 1-29.
- Casemiro, Luiza (2010). Tenho o direito de ser “Amapô”. As trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de assistência social e saúde. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em serviço social apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Castells, Manuel (1999). *O poder da identidade* (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra.
- Castle, Tammy, & Lee, Jenifer (2008). Ordering sex in cyberspace: A content analysis of escort websites. *International Journal of Cultural Studies, 11*(1), 107-122.
- Castro, Carlos (2000). *Ruth Bryden: Rainha da noite*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cauldwell, David (1949). Psychopathia transexualis. *Sexology, 16*, 274-280.
- Cefaï, Daniel (2013). Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. *Persona y Sociedad, 27*(1), 101-119.
- Cespedes, Karina, & Bundy-Fazioli, Kimberly (2016). Intersectionality and social work: Omissions of race, class and sexuality in graduate school education. *Journal of Social Work Education, 52*(3), 283-296.
- Charnley, Helen, & Langley, Jackie (2007). Developing cultural competence as a framework for anti-heterosexist social work practice: Reflection from the UK. *Journal of Social Work, 7*(3), 207-321.
- Cheetham, Juliet (2002). The research perspective. Em M. Davies (Org.), *The blackwell companion to social work* (2ª ed.) (pp. 415-423). Oxford: Blackwell Publishing.
- Choudhury, Shonali, Erausquin, Jennifer, Park, Kyuwon, & Anglade, Debbie (2015). Social support and sexual risk among establishment-based female sex workers in Tijuana. *Qualitative Health Research, 25*(8), 1056-1068.
- Chua, Vincent, Madej, Julia, & Wellman, Barry (2011). Personal communities: The world according to me. Em J. Scott & P. Carrington (Orgs.), *Handbook of social network analysis* (pp. 101-115). Londres: Sage.
- Church, Stephanie, Henderson, Marion, Barnard, Marina, & Hart, Graham (2001). Violence by clients towards female prostitutes in different working settings: Questionnaire survey. *British Medical Journal, 322*, 524-525.
- Clements-Nolle, Kristen, Marx, Rani, Guzman, Robert, & Katz, Mitchell (2001). HIV prevalence, risk behaviors, health care use, and mental health status of transgender persons: Implications for public health intervention. *American Journal of Public Health, 91*(6), 915-921.
- Clements-Nolle, Kristen, Marx, Rani, & Katz, Mitchell (2006). Attempted suicide among persons: The influence of gender-based discriminations and victimizations. *Journal of Homosexuality, 51*(3), 53-69.
- CMTV (2013, 24 de Abril). *Casamentos gays usados em fraude*. Disponível em <http://cmtv.sapo.pt/atualidade/detalhe/casamentos-gays-usados-em-fraude205803517.html>
- Cochran, Bryan, Stewart, Angela, Ginzler, Joshuam, & Cauce, Ana (2002). Challenges faced by homeless sexual minorities: Comparison of gay, lesbian, bisexual, and transgender homeless adolescents with their heterosexual counterparts. *American Journal of Public Health, 92*(5), 773-777.
- Código Deontológico do Serviço Policial. Disponível em http://www.psp.pt/Legislacao/RCM_37-2002.pdf
- Código Penal (2007). Disponível em <https://www.ieb-eib.org/nl/pdf/loi-portugal-euthanasie.pdf>
- Coelho, Bernardo (2009). *Corpo adentro: Prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si*. Lisboa: Difel.
- Cohen, Louis, Manion, Lawrence, & Morrison, Keith (2000). *Research methods in education* (5ª ed.). Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Cohen, Harriet, Padilla, Yolanda, & Aravena, Veronica (2006). Psychosocial support for families of gay, lesbian, bisexual, and transgender people. Em D. Morrow & L. Messinger (Orgs.), *Sexual orientation and gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people* (pp. 153-173). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Cohen, Sheldon (2004). Social relationships and health. *The American Psychologist, 59*(8), 676-684.
- Cohen, Sheldon, & Wills, Thomas (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin, 98*(2), 310-357.
- Cohen, Yechezkel (1991). Gender identity conflicts in adolescents as motivation for suicide. *Adolescence, 26*(101), 19-29.
- Colapinto, John (2006). *As nature made. The boy was raised as a girl*. Nova Iorque: Harper Perennial.
- Coleman Eli, Colgan Philip, & Gooren, Louis (1992). Male cross-gender behavior in Myanmar (Burma): A description of the acault. *Archives of Sexual Behavior, 21*(3), 313-21.
- Collier, Jonh (1957). Photography in anthropology: A report on two experiments. *American Anthropologist, 59*, 843-859.
- Collier, Jonh, & Collier, Malcolm (1986). *Visual anthropology: Photography as a research method*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Colliera, Kate, Beusekomb, Gabriel, Boscd, Henny, & Sandforta, Theo (2013). Sexual orientation and gender identity/expression related peer victimization in adolescence: A systematic review of associated psychosocial and health outcomes. *Journal of Sex Research, 50*(3-4), 299-317.

- Connell, Catherine (2010). Doing, undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of transpeople. *Gender & Society*, 24(1), 31-55.
- Connell, Raewyn (1987). *Gender & power*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Raewyn (2005). *Masculinities* (2ª ed.). Cambridge: Polity Press (trabalho original publicado em 1995).
- Connell, Raewyn (2009). *Gender in world perspective*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Conselho da Europa (2010). *Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género*. Disponível em <http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/relatoriofinalrecCE.pdf>
- Conselho da Europa (2011). *Discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in Europe*. Estrasburgo: Council of Europe Publishing.
- Constituição da República Portuguesa (2005). <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Cooper, Ken (1999). Practice with transgendered youth and their families. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 10(3/4), 111–129.
- Cordeiro, Graça, Baptista, Luís, & Firmino da Costa, António (Orgs.) (2003). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora.
- Cornwall, Andrea (1994). Gendered identities and gender ambiguity among *travestis* in Salvador, Brazil. Em A. Cornwall & N. Lindisfarne (Org.), *Dislocating masculinity: Comparative ethnographies* (pp. 111 – 132). Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Correio da Manhã (2004, 22 de Maio). *Travestis assaltam barcos*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travestis-assaltam-barcos>
- Correio da Manhã (2006, 9 de Outubro). *Travesti roubou outros dois idosos*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-roubou-outros-dois-idosos>
- Correio da Manhã (2007, 16 de Abril). *Legalização paga com sexo*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/legalizacao-paga-com-sexo>
- Correio da Manhã (2008, 06 de Fevereiro). *Baleou travesti e pôs-se em fuga*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/baleou-travesti-e-pos-se-em-fuga?act=0&est=Aberto>
- Correio da Manhã (2008, 19 de Fevereiro). *Travesti morto em contentor*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-morto-em-contentor>
- Correio da Manhã (2008, 01 de Março). *Loures: Travesti assassinado*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/loures-travesti-assassinado>
- Correio da Manhã (2008, 15 de Março). *Travesti detido por carjacking*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-detido-por-carjacking>
- Correio da Manhã (2008, 26 de Junho). *Travesti queima seis com ácido*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-queima-seis-com-acido>
- Correio da Manhã (2009, 24 de Abril). *Homem morto por travesti*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/homem-morto-por-travesti>
- Correio da Manhã (2009, 25 de Abril). *Travesti mata chinês com fogo*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-mata-chines-com-fogo>
- Correio da Manhã (2010, 8 de Maio). *Travesti sequestra deficiente e é solto*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-sequestra-deficiente-e-e-solto>
- Correio da Manhã (2010, 27 de Outubro). *Travesti espanca assaltante que o alvejou*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/insolitos/detalhe/travesti-espanca-assaltante-que-o-alvejou>
- Correio da Manhã (2011, 16 de Janeiro). *Travesti ciumento mutila namorado*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-ciumento-mutila-namorado>
- Correio da Manhã (2011, 23 de Fevereiro). *Travesti confessa morte de amante*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-confessa-morte-de-amante>
- Correio da Manhã (2011, 23 de Março). *Travesti confessa morte de amante*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-confessa-morte-de-amante>
- Correio da Manhã (2011, 25 de Maio). *Travesti leva 16 anos por mutilar companheiro até à morte*. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/travesti-leva-16-anos-por-mutilar-companheiro-ate-a-morte>
- Correio da Manhã (2018, 13 de Maio). *Sexo com travesti acaba com agressões e roubo*. Disponível em <https://www.cmjornal.pt/exclusivos/detalhe/sexo-com-travesti-acaba-com-agressoes-e-roubo?v=cb>
- Costa, José Barra, & Alves, Lurdes Barata (2001). *Prostituição 2001: O masculino e o feminino na rua*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, Rogério (2005). Por um novo conceito de comunidade: Redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 9(17), 235-248.
- Crago, Anna-Louise (2009). *Arrest the violence: Human rights abuses against sex workers in Central and Eastern Europe and Central Asia*. Sex Workers' Rights Advocacy Network.

- Crago, Anna-Louise, Rakhmetova, Aliya, & Shields, Acacia (2010). "The policie beat you up, demand money and will detain you until you pay": Police violence against sex workers in eleven countries in Europe and Central Asia. *Research for Sex Work*, 12, 3-5.
- Crane, Diana (2000). *Fashion and its social agendas: Class, gender, and identity in clothing*. Chicago & Londres: Chicago Press.
- Crisp, Catherine, & McCave, Emily (2007). Gay affirmative practice: A model for social work practice with gay, lesbian, and bisexual youth. *Child Adolescent Social Work Journal*, 24, 403–421.
- Cronista Sem Abrigo (3 de Julho de 2016). *Salvou-os. E dará a vida por eles*. Disponível em <http://cronistasemabrigo.com/index.php/2016/07/03/salvou-os-e-dara-a-vida-por-eles/>
- Currah, Paisley, & Minter, Shannon (2000). *Transgender equality: A handbook for activists and policymakers*. Nova Iorque: National Center for Lesbian Rights & The Policy Institute of NGLTF.
- Cusick, Linda (2002). Youth prostitution: A literature review. *Child Abuse Reviw*, 11, 230-251.

D

- Dalla, Rochelle, Xia, Yan, Kennedy, Heather (2003). "You just give them what they want and pray they don't kill you": Street-level sex workers' reports of victimization, personal resources, and coping strategies. *Violence Against Women*, 9(11), 1367-1394.
- Daly, Mary (1978). *Gyn/Ecology: The metaethics of radical feminism*. Boston: Beacon Press.
- Damáσιο, Anne Christine (2011). Botando corpo e (re)fazendo gêneros. *Bagoas*, 6, 211-241.
- D'Anglure, Bernard (2005). The 'third gender' of the Inuit. *Diogenes*, 52(4), 134-144.
- D'Augelli, Anthony, Grossman, Arnold, & Starks, Michael (2006). Childhood gender atypicality, victimation, and PTSD among lesbian, gay, and bisexual youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 1462-1482.
- D'Augelli, Anthony, & Hershberger, Scott (1993). Lesbian, gay, and bisexual youth in community settings: Personal challenges and mental health problems. *American Journal of Community Psychology*, 21, 421–448
- Daivda (2005). Prostitutas, "traficadas" e pãnicos morais: Uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Cadernos Pagu*, 25, 153-184.
- Davidson, Julia (1999). *Prostitution, power and freedom*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Davis, Charlotte (2008). *Reflexive ethnography: A guide to researching selves and others* (2ª ed.). Nova Iorque: Routledge.
- Delacoste, Frédérique, & Alexander, Priscilla (1987). *Sex work: Writings by women in the sex industry*. Pittsburg: Clei Press.
- Dezanove (2013, 10 de Dezembro). *Happier teens cria a casa trampolim para jovens LGBT expulsos de casa*. Disponível em <http://dezanove.pt/585355.html>
- Diário de Notícias (2008, 1 de Março). *Transexual assassinada um ano depois de Gisberta*. Disponível em <https://www.dn.pt/arquivo/2008/interior/transexual-assassinada-um-ano-depois-de-gisberta-1003470.html>
- Diário de Notícias (2009, 25 de Abril). *Travesti suspeito de regar namorado com gasolina*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/travesti-suspeito-de-regar-namorado-com-gasolina--1212005.html>
- Diário de Notícias (2010, 19 de Fevereiro). *Morte de Gisberta chocou o país*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/morte-de-gisberta-chocou-o-pais-1498452.html>
- Diário de Notícias (2010, 8 de Maio). *Travesti assalta homem com quem queria ter relações*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/sul/interior/travesti-assalta-homem-com-quem-queria-ter-relacoes-1564011.html>
- Diário de Notícias (2010, 12 de Junho). *Assassinado com facadas em casa onde vivia com travesti*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/norte/interior/assassinado-com-facadas-em-casa-onde-vivia-com-travesti-1591174.html>
- Dias, Sónia, Gama, Ana, Fuertes, Ricardo, Mendão, Luís, Barros, Henrique (2014). Risk-taking behaviours and HIV infections among sex workers in Portugal: Results from a cross-sectional survey. *Sexually Transmitted Infections*, 91(5), 346-352.
- Dias, Sónia, Mendão, Luís, Cohen, Gabriela, Rego, Inês, Gama, Ana, Fernandes, ... Esteves, Júlio (2011). *Relatório comunitário: Estudo com trabalhadores do sexo*. Lisboa: GAT, Coordenação Nacional para Infeção VIH/Sida, Alto Comissariado da Saúde & Instituto de Higiene e Medicina Tropical.
- Dias, Sónia, Mendão, Luís, Fernandes, Ricardo, Gama, Ana, Cohen, Gabriela, Rego, Inês,... Trindade, Sara (2010). *Estudo PREVIH em homens que têm sexo com homens (HSH) e trabalhadores do sexo (TS)*.
- Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa (1992). Lisboa: Publicações Alfa.
- Diehl, Juliano (2009). De ponto a ponto: Um estudo da prostituição travesti. Atas do *I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR "Sociedade e Política em Tempos de Incerteza"*. Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Panamá.
- Doan, Petra (2007). Queers in the American city: Transgendered perceptions of urban space. *Gender, Place and Culture*, 14(1), 57–74.
- Dominelli, Lena (1998). Anti-oppressive practice in context. Em R. Adams, L. Dominelli & M. Payne (Orgs.), *Social work: Themes, issues and critical debates* (pp. 3-22). Londres: Macmillan Press.
- Dominelli, Lena (2002). *Anti-oppressive social work theory and practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Dreger, Alice (1998). *Hermaphrodites and the medical invention of sex*. Cambridge: Harvard University Press.
- Duarte, António, & Clemente, Herminio (1982). *Prostituição masculina em Lisboa* (3ª ed.). Lisboa: Contra-Relógio.
- Dubar, Claude (1997). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Duchamp, Michel (1989). Spécificités de la recherche en travail social. Em M. Duchamp, B. Bouquet & H. Drouard (Orgs.), *La recherche en travail social* (pp. 117-166). Paris: Centurion.
- Dunlap, Eloise, & Johnson, Bruce (1999). Gaining access to hidden populations: Strategies for gaining cooperation of drug sellers/dealers and their families in ethnographic research. *Drugs & Society*, 14(1-2), 127-149.
- Duque, Tiago (2009). *Montagens e desmontagens: Vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. São Carlos, Brasil, Dissertação de mestrado em sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos.
- Durkheim, Emile (1951). *Suicide: A study in sociology* (J. Spaulding & G. Simpson, Trad.). Nova Iorque: Free Press (trabalho original publicado em 1897).
- Dyna, Chan, Sichan, Keo, & Cockroft, Melissa (2010). "It's normal for husband to beat his wife": Sex workers and domestic violence in Cambodia. *Research for Sex Work*, 12, 27-28.

E

- Edelman, Elijah (2011). "This area has been declared a prostitution free zone": Discursive formations of space, the state, and trans "sex worker" bodies. *Journal of Homosexuality*, 58(6-7), 848-864.
- Edwards, Anne (1983). Sex roles: A problem for sociology and for women. *Australian and New Zealand Journal of Sociology*, 19(3), 385-412.
- Eisenberg, Marla, & Aalsma, Matthew (2005). Bullying and peer victimization: Position paper of society for adolescent medicine. *Journal of Adolescent Health*, 36, 88-91.
- Ekins, Richard (1993). On male femaling: A grounded theory approach to cross-dressing and sex-changing. *The Sociological Review*, 41(1), 1-29.
- Ekins, Richard (1997). *Male femaling: A grounded theory approach to cross-dressing and sex-changing*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Ekins, Richard, & King, Dave (1996). *Blending genders: A social aspects of cross-dressing and sex-changing*. Londres: Routledge.
- Ekins, Richard, & King, Dave (1997). Blending genders: Contributions to the emerging field of transgender studies. *International Journal of Transgenderism*, 1(1).
- Ekins, Richard, & King, Dave (1999). Towards a sociology of transgendered bodies. *Sociological Review*, 47, 580-602.
- Ekins, Richard, & King, Dave (2001). Pioneers of transgendering: The popular sexology of David O. Cauldwell. *The International Journal of Transgenderism*, 5(2).
- Ekins, Richard, & King, Dave (2005). Virginia Prince: Transgender pioneer. *International Journal of Transgenderism*, 8(4), 5-15.
- Ekins, Richard, & King, Dave (2006). *The transgender phenomenon*. Londres: Sage.
- El-Bassel, Nabila, Schilling, Robert, Irwin, Kathleen, Faruque, Sairus, Gilbert, Louisa, Von Bargen, ... Edlin, Brian (1997). Sex trading and psychological distress among women recruited from the streets of Harlem. *American Journal of Public Health*, 87, 66-70.
- Elder, Glen (1994). Human agency, and social change: Perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, 57(1), 4-15.
- Ellis, Havelock (1913). Sexo-aesthetic inversion. *Alienist and Neurologist*, 34, 156-167.
- Ellis, Havelock (1936). Eonism. Em H. Ellis (Org.), *Studies in the psychology of sex* (vol. 2) (pp. 1-111) (trabalho original publicado em 1928).
- Equality and Human Rights Commission (2010). *Provision of goods, facilities and services to trans people. Guidance for public authorities: Meeting your equality duties and human rights obligations*. Manchester, Glasgow & Cardiff: Equality and Human Rights Commission.
- Erich, Stephen, Boutte'-Queen, Needha, Donnelly, Sandra, & Tittsworth, Josephine (2007). Social work education: Implications for working with the transgender community. *Journal of Baccalaureate Social Work*, 12(2), 42-52.
- Erosheva, Elena, Kim, Hyun-jun, Emler, Charles, & Fredriksen-Goldsen, Karen (2016). Social networks of lesbian, gay, bisexual, and transgender older adults. *Research on Aging*, 38(1), 98-123.
- Escobar, Laura (2007). *Progressive care: An examination of male-to-female transgender sex workers' experiences within the health and social service system in San Francisco*. Northampton, EUA, Dissertação de mestrado em serviço social apresentado à Smith College - School for Social Work.
- Esquerda.net (2008, 15 de Março). *Vigília de homenagem à transexual Luna, assassinada em Lisboa*. Disponível em <http://www.esquerda.net/content/vig%C3%ADlia-de-homenagem-%C3%A0-transexual-luna-assassinada-em-lisboa>
- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (2018-2030).

Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/115360036>
EUAFR - European Union Agency Fundamental Rights (2009). *Homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in the EU member states: Part II – The social situation*.

F

- Fagner, Joseylson (2012). *Femininos de montar: Etnografia sobre experiências de gênero entre drag queens*. Natal, Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em antropologia social apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Fantus, Sophia (2013). The dichotomy of sexuality: A narrative-epistemological framework for social work practice and research. *Critical Social Work*, 14(2), 99-113.
- Farley, Melissa, & Barkan, Howard (1998). Prostitution, violence against women, and post-traumatic stress disorder. *Women and Health*, 27(3), 37-49.
- Fausto-Sterling, Anne (1993). The five sexes: Why male and female are not enough. *The Sciences*, março/abril, 20-24.
- Fausto-Sterling, Anne (1994). *Myths of gender: Biological theories about women and men*. Nova Iorque: Basic Books.
- Fausto-Sterling, Anne (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. Nova Iorque: Basic Books.
- FEANTSA (sd). *ETHOS: European typology on homelessness and housing exclusion*. Disponível em https://www.feantsa.org/download/ethos_pt_final1893132162398804628.pdf
- Feinberg, Leslie (1992). *Transgender liberation: A movement whose time has come*. Nova Iorque: World View Forum.
- Feinberg, Leslie (1996). *Transgender warriors. Making history from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon Press.
- Fernandes, Luís (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. Em T. Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23-40). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Fernandes, Luís, & Carvalho, Maria (2000). Por onde anda o que se oculta: O acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de droga através do método do snowball. *Revista Toxicodependências*, 6(3), 17-28.
- Fernández, Josefina (2004). *Cuerpos desobedientes: Travestismo y identidad de género*. Buenos Aires: Edhasa.
- Ferreira, Ana (2015). O papel dos/as professores/as face às questões relacionadas com o transgênerismo: Um projeto em desenvolvimento. *LES Online*, 7(1), 67-78.
- Ferreira, Guilherme (2014). Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, 27, 99-117.
- Ferreira, Guilherme (2015). *Travestis e prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*. Curitiba: Multimedia Editora.
- Ferreira, José (2005). Notas a propósito do enquadramento jurídico da transsexualidade. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 10(6), 341-378.
- Ferreira, Rubens (2009). A informação social no corpo da travesti (Belém, Pará): Uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. *Ciência da Informação*, 38(2), 35-45.
- Figueiredo, Adrianna (2011). "Se pudesse ressurgir, viria como o vento". Narrativas da dor: Corporalidade e emoções na experiência da travestilidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 8, 90-112.
- Figueiredo, Bárbara (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 197-216.
- Firmino da Costa, António (2014). A pesquisa de terreno (16ª ed.). Em A. Silva & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 129 – 148). Porto: Edições Afrontamento.
- Fisk, Norman (1973). Gender dysphoria syndrome (the how, what and why of a disease). Em D. Laub & P. Gandy (Orgs.), *Proceedings of the second interdisciplinary symposium on gender dysphoria syndrome* (pp. 7-14). Palo Alto: Stanford University Press.
- Fisk, Norman (1974). Gender dysphoria syndrome: The conceptualization that liberalizes indications for total gender reorientation and implies a broadly based multi-dimensional rehabilitative regimen. *Western Journal of Medicine*, 120(5), 386-391.
- Flick, Uwe (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Floersch, Jerry, Longhofer, Jeffrey, & Suskewicz, Jacob (2014). The use of ethnography in social work research. *Qualitative Social Work*, 13(1), 3-7.
- Folkman, Susan (1984). Personal control and stress and coping processes: A theoretical analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 839-852.
- Fook, Jan (2002). *Social work: Critical theory and practice*. Londres: Sage.

- Fordham, Brigham (2007). Dangerous bodies: Freak shows, expression, and exploitation. *UCLA Entertainment Law Review*, 14(2), 208-245.
- Fortier, Anne-Marie (2001). “Coming home”: Queer migrations and multiple evocations of home. *European Journal of Cultural Studies*, 4(4), 405-424.
- Foucault, Michel (1983). *Herculine Barbin: O diário de uma hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves (trabalho original publicado em 1978).
- Foucault, Michel (1994). *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D’Água Editores (trabalho original publicado em 1976).
- Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes (trabalho original publicado em 1975-1976).
- Foucault, Michel (2007). *Los anormales: Curso en el collège de France (1974-1975)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina SA (trabalho original publicado em 1974-1975).
- Freitas, Marco (2015). “Podem chamar-me loucura, mas achamos que é cultura”: A performance do transformismo em Lisboa. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 2(2), 271-294.
- Furniss, Tilman (1991). *The multiprofessional handbook of child sexual abuse: Integrated management, therapy, and legal intervention*. Londres & Nova Iorque: Routledge.

G

- Ganhão, Mafalda (2009, 7 de Fevereiro). Morar ao lado da prostituição. *Expresso*. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/actualidade/morar-ao-lado-da-prostituicao=f496544>
- Garaizabal, Cristina (1998). La transgression del género. Transexualidades, un reptio apasionante. Em J. A. Nieto (Org.), *Transexualidad, transgenerismo y cultura: Antropología, identidad y género* (pp. 39-62). Madrid: Talasa.
- Garcia, Marcos (2007). *Dragões: Género, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. São Paulo, Tese de doutoramento em psicologia social e do trabalho apresentada à Universidade de São Paulo.
- Garcia, Marcos (2008). Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256.
- Garcia, Neil (2009). *Philippine gay culture: Binabae to bakla, silahis to MSM*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Garfinkel, Harold (1999). *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press (trabalho original publicado em 1967).
- Garfinkel, Harold (2006). Passing and the managed achievement of sex status in an “intersexed” person. Em S. Whittle (Org.), *The transgender studies reader* (pp. 48-93). Nova Iorque: Routledge (trabalho original publicado em 1967).
- Geertz, Clifford (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora (trabalho original publicado em 1973).
- GenderPAC (1997). *The first national survey of transgender violence*. Disponível em https://rinj.org/documents/research/transgender_violence.pdf
- Giddens, Anthony (2001). *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Gilbert, Miqqi (2014). Cross-dresser. *Transgender Studies Quarterly*, 1(1-2), 65-67.
- Global Alliance Against Trafficking in Women (sd). *GAATW-IS comment: Amnesty International calls for the decriminalisation of sex work*.
- Goffman, Erving (1956). *The presentation of self in everyday life*. Edimburgo: Social Science Research Centre.
- Goffman, Erving (1977). The arrangement between the sexes. *Theory and Society*, 4(3), 301-331.
- Goffman, Erving (1990). *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*. Londres: Penguin Books (trabalho original publicado em 1963).
- Goldberg, Joshua (2002). *Trans people in the criminal justice system: A guide for criminal justice personnel*. New Westminster & Vancouver: Women/Trans Dialogue Planning Committee, Justice Institute of BC & Trans Alliance Society.
- Golub, Sarit, Walker, Ja’Nina, Longmire-Avital, Buffie, Bimbi, David, & Parsons, Jeffrey. (2010). The role of religiosity, social support, and stress-related growth in protecting against HIV risk among transgender women. *Journal of Health Psychology*, 15, 1135–1144.
- Gomes, Mariana (2011). Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: Uma revisão crítica da literatura. *CIES e-Working Paper 106/2011*.
- Gonçalves, Catarina (2012). *Transformação na configuração e apropriação da casa: Estudo de um edifício da transição para o século XX do bairro Camões, em Lisboa*. Lisboa, Dissertação de mestrado em arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico.

- Goodman, Harriet (2001). In-depth interviews. Em B. Thyer (Org.), *The handbook of social work research methods* (pp. 309-319). Londres: Sage.
- Graham, Louis, Crissman, Halley, Tocco, Jack, Hughes, Laura, & Snow, Rachel (2014). Interpersonal relationships and social support in transitioning narratives of black transgender women in Detroit. *International Journal of Transgenderism*, 15, 100-113.
- Grant, Jaime, Mottet, Lisa, Tanis, Justin (2011). *Injustice at every turn: A report of the national transgender discrimination survey*. Nova Iorque: National Gay and Lesbian Task Force & National Center for Transgender Equality.
- Gredig, Daniel, & Marsh, Jeanne (2010). Improving intervention and practice. Em I. Shaw, K. Briar-Lawson, J. Orme & R. Ruckdeschel (Orgs.), *The SAGE handbook of social work research* (pp. 64-82). Londres: Sage.
- Green, Adam (2007). Queer theory and sociology: Locating the subject and the self in sexuality studies. *Sociological Theory*, 25(1), 26-45.
- Green, Richard (1999). Transsexualism: Mythological, historical and cross-cultural aspects. Em H. Benjamin (Org.), *The transsexual phenomenon* (pp. 97-103). Düsseldorf: Symposium Publishing (trabalho original publicado em 1966).
- Greer, Germaine (1999). *The whole woman*. Londres: Doubleday.
- Grossman, Arnold, & D'Augelli, Anthony (2006). Transgender youth: Invisible and vulnerable. *Journal of Homosexuality*, 51, 11-128.
- Grossman, Arnold, & D'Augelli, Anthony (2007). Transgender youth and life-threatening behaviors. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 37(5), 527-537.
- Grossman, Arnold, D'Augelli, Anthony, Howell, Tamika, & Hubbard, Steven (2005). Parents' reactions to transgender youths' gender nonconforming expression and identity. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 18(1), 3-16.
- Grossman, Arnold, D'Augelli, Anthony, & Slater, Nickolas (2006). Male-to-female transgender youth: Gender expression milestones, gender atypically, victimization, and parents' responses. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 71-92.
- Guadalupe, Sônia (2003). Programa rede social: Questões de investigação em rede secundária. *Interações*, 5, 67-90.
- Guerra, Isabel (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- Guerra, Isabel (2011). Prefácio. Em P. Silva, O. Sacramento & J. Portela (Orgs.), *Etnografia e intervenção social: Por uma praxis reflexiva* (pp. 7-10). Lisboa: Edições Colibri.
- Guimarães, Katia, & Merchán-Hamann, Edgar (2005). Comercializando fantasias: A representação social da prostituição, dilemas da profissão e construção da cidadania. *Estudos Feministas*, 13(3), 525-544.

H

- Haas, Ann, Eliason, Mickey, Mays, Vickie, Mathy, Robrin, Cochran, Susan, D'Augelli, Anthony, ... Clayton, Paula (2010). Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations: Review and recommendations. *Journal of Homosexuality*, 58(1), 10-51.
- Halberstam, Judith (1998). *Female masculinity*. Durham: Duke University Press.
- Halberstam, Judith (2005). *In a queer time and place: Transgender bodies, subcultural lives*. Nova Iorque & Londres: New York University Press.
- Hale, Jacob (2009). *Suggested rules for non-transsexuals writing about transsexuals, transsexuality, transsexualism, or trans*. Disponível em <http://sandystone.com/hale.rules.html>
- Hamburger, Christian (1953). The desire for change for sex as show by personal letters from 465 men and women. *Acta Endocrinologica*, 14, 361-375.
- Hamburger, Christian, Sturup, Georg, & Dahl-Iversen, E. (1953). Transvestism: Hormonal, psychiatric and surgical treatment. *Journal of the American Medical Association*, 152, 391-396.
- Hammarberg, Thomas (2009). *Human rights and gender identity - Issue paper*. Disponível em http://transgenderinfo.be/wp-content/uploads/issuepaper_HUMAN-RIGHTS1.pdf
- Handman, Marie-Elisabeth, & Moussuz-Lavau, Janine (Orgs.) (2005). *La prostitution à Paris*. Paris: Éditions de la Martinière.
- Hanisch, Carol (1969). *The personal is political*. Disponível em <https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf>
- Haraway, Donna (1991). A cyborg manifesto: Science, technology, and socialista-feminist in late twentieth century. Em D. Haraway (Org.), *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature* (pp. 149 – 181). Nova Iorque: Routledge.
- Harper, Douglas (2002). Talking about pictures: A case for photo elicitation. *Visual Studies*, 17(1), 13-26.
- Harrison, Barbara (Org.) (2008). *Life story research* (vol. 1). Londres: Sage.
- Hausman, Bernice (1992). Demanding subjectivity: Transsexualism, medicine and the Technologies of gender. *Journal of the History of Sexuality*, 3(2), 270-302.

- Hausman, Bernice (1995). *Changing sex: Transsexualism, technology and the idea of gender*. Durham: Duke University Press.
- HBIGDA (2001) *The Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association's Standards Of Care For Gender Identity Disorders* (6ª versão). Illinois: Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association. Disponível em <http://www.cpath.ca/wp-content/uploads/2009/12/WPATHsocv6.pdf>
- HCH Clinicians' Network (2002). Crossing to safety: Transgender health & homelessness. *Healing Hands*, 6,1-6.
- Healy, Lynne (2008). Exploring the history of social work as a human rights profession. *International Social Work*, 51(6), 735-748.
- Henning-Stout, Mary, James, Steve, & Macintosh, Samantha (2000). Reducing harassment of lesbian, gay, bisexual, transgender, and questioning youth in schools. *School Psychology Review*, 29, 180-191.
- Herd, Gilbert (Org.) (2003). *Third sex, third gender: Beyond sexual dimorphism in culture and history* (3ª ed.). Nova Iorque: Zone Books (trabalho original publicado em 1993).
- Héritier, Françoise (1998). *Masculino/feminino: O pensamento da diferença*. Lisboa: Piaget.
- Hertz, John, Tillinger, Karl-Gunnar, & Westman, Axel (1961). Transvestism: Report on five hormonally and surgically treated cases. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 37(4), 283-294.
- Hicks, Stephen (2008). Thinking through sexuality. *Journal of Social Work*, 8(1), 65-82.
- Hill, Darryl, & Willoughby, Brian (2005). The development and validation of the genderism and transphobia scale. *Sex Roles*, 53(7-8), 531-544.
- Hiller, Sarah, Syvertsen, Jennifer, Lozada, Remedios, & Ojeda, Victoria (2013). Social support and recovery among Mexican female sex workers who inject drugs. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 45, 44-54.
- Hillock, Susan, & Mulé, Nick (Orgs.) (2016). *Queering social work education*. Vancouver: University of British Columbia Press.
- Hines, Sally (2007a). (Trans)Forming gender: Social change and transgender citizenship. *Sociological Research Online*, 12(1).
- Hines, Sally (2007b). *TransForming gender: Transgender practices of identity, intimacy and care*. Bristol: The Policy Press.
- Hines, Sally (2010). "Queerly situated?" Exploring negotiating of trans queer subjectivities at work and within community spaces in UK. *Gender, Place & Culture*, 17(5), 597-613.
- Hines, Sally, & Sanger, Tam (Orgs.) (2007). *Transgender identities: Towards a social analysis of gender*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Hirsch, Barton (1981). Social networks and the coping process: Creating personal communities. Em B. Gottlieb (Org.), *Social networks and social support* (pp. 149-170). Beverly Hills: Sage.
- Hirschfeld, Magnus (1910). *Die Transvestiten. Eine Untersuchung über den erotischen Verkleidungstrieb*. Berlim: Alfred Puvrmacher & Co.
- Hirschfeld, Magnus (1923). Die intersexuelle konstitution. *Jahrbuch für Sexuell Zwischenstufen*, 23, 3-27.
- Hirschfeld, Magnus (1966). *Sexual anomalies and perversions: Physical and psychological development and treatment*. Nova Iorque: Encyclopaedic Press (trabalho original publicado em 1935).
- Hirschfeld, Magnus (1991). *Transvestites: The erotic drive to cross dress* (M. Lombardi, Trad.). Nova Iorque: Prometheus Books (trabalho original publicado em 1910).
- Hochschild, Arlie (1979). Emotional work, feeling rules, and social structure. *American Journal of Sociology*, 85(3), 551-575.
- Hoenisch, Júlio, & Pacheco, Pedro (2012). Ponderações sobre a feminilidade na condição travesti. *Estudos de Psicanálise*, 38, 79-88.
- Holman, Catherine, & Goldberg, Joshua (2006). *Social and medical advocacy with transgender people and loved ones: Recommendations for BC clinicians*. Vancouver: Vancouver Coastal Health Transgender Health, Transcend & Canadian Rainbow Health Coalition.
- Holmes, Mary (2007). *What is gender? Sociological approaches*. Londres: Sage.
- Hong, Yan, Li, Xiaoming, Fang, Xiaoyi, & Zhao, Ran (2007). Correlates of suicidal ideation and attempt among female sex workers in China. *Health Care for Women International*, 28(5), 490-505.
- Hopkins, Steven (2004). Let the drag race begin: The rewards of becoming a queen. *Journal of Homosexuality*, 46(3/4), 135-49.
- Howe, Cymene, Zaraysky, Susanna, & Lorentzen, Lois (2008). Transgender sex workers and transmigration between Guadalajara and San Francisco. *Latin American Perspectives*, 35, 31-50.
- Howe, David (2009). Anti-oppressive practices and empowerment. Em D. Howe (Org.), *A brief introduction to social work theory* (pp. 145-151). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Hoyer, Niels (2004). *Man into woman. The first sex change: A portrait of Lili Elbe* (J. Stenning, Trad.). Londres: Blue Boat Books (trabalho original publicado em 1933).
- Human Rights Campaign Foundation (2004). *Transgender issues in the workplace: A tool for managers*. Washington, DC.

- Human Rights Campaign Foundation (2008). *Transgender inclusion in the workplace: A guide for employers* (2ª ed.). Washington, DC.
- Human Rights Campaign Foundation (2016). *Transgender inclusion in the workplace: A toolkit for employer*. Washington, DC.
- Humphreys, Laud (1970). *Tearoom trade: Impersonal sex in public places*. Chicago: Aldine.
- Hunter, Ski, & Hickerson, Jane (2003). *Affirmative practice. Understanding and working with lesbian, gay, bisexual, and transgender persons*. Washington, DC: National Association of Social Workers.
- Hutta, Jan, Balzer, Carsten, & Transrespect versus Transphobia Worldwilde (TvT) (2013). Identidades e cidadania em construção: Historização do "T" nas políticas de antiviolença LGBT no Brasil. Em J. Silva, M. Ornat & A. Junior (Orgs.), *Geografias malditas: Corpos, sexualidades e espaços* (pp. 311-338). Ponta Grossa: Todapalavra.

I

- Ife, Jim (2001). *Human rights and social work: Towards rights-based practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ILGA Portugal (2011). *Sabemos o que somos: Pessoas*. Lisboa: ILGA Portugal.
Disponível em <http://www.ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/sqs.pdf>
- International Community of Women Living with HIV (2015). *ICW sex workers, sex work and HIV position statement 2015*. Disponível em <http://www.iamicw.org/resources/document-library/icw-sex-workers-sex-work-and-hiv-position-statement-2015>
- International Federation of Social Workers (2014). *Sexual orientation and gender expression*.
Disponível em <http://ifsw.org/policies/sexual-orientation-and-gender-expression/>

J

- Jackson, Sue, & Vares, Tiina (2015). 'Too many bad role models for us girls': Girls, female pop celebrities and 'sexualizations'. *Sexualities*, 8(4), 480-498.
- Jagose, Annamarie (1997). *Queer theory: An introduction*. Nova Iorque: New York University Press.
- James, Kerry (1994). Effeminate males and changes in the construction of gender in Tonga. *Pacific Studies*, 17(2), 39-69.
- Jayme, Juliana (2001). *Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: Personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Campinas, Tese de doutoramento em antropologia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Jeffrey, Sheila (1997a). Transgender activism: A lesbian feminist perspective. *Journal of Lesbian Studies*, 1(3/4), 55-74.
- Jeffrey, Sheila (1997b). *The idea of prostitution*. Melbourne: Spinifex Press.
- Jeyasingham, Dharman (2008). Knowledge/ignorance and the construction of sexuality in social work education. *Social Work Education*, 27(2), 138-151.
- Jimenez, Luciene, & Adorno, Rubens (2009). O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. *Cadernos Pagu*, 33, 343-367.
- Jody, Herman, Ann, Haas, & Philip, Rodgers (2014). *Suicide attempts among transgender and gender non-conforming adults*. Califórnia: The Williams Institute, University of California & American Foundation for Suicide Prevention.
- Johnson, Matt (2010). Transgender subject access: History and current practice. *Cataloging & Classification Quarterly*, 48(8), 661-683.
- Jorgensen, Christine (1967). *Christine Jorgensen: A personal autobiography*. Nova Iorque: Paul S. Eriksson.
- Jornal de Notícias (2013, 24 de Abril). *Casamento branco gay travado pela judiciária*.
Disponível em <https://www.mynetpress.com/pdf/2013/abril/20130424318749.pdf>

K

- Kahn, Timothy (1990). The adolescent transsexual in a juvenile corrections institution: A case study. *Child and Youth Care Quarterly*, 19(1), 21-29.
- Kando, Thomas (1973) *Sex change: The achievement of gender identity among feminized transsexuals*. Springfield: Charles C. Thomas.
- Kate, Davis, Heilbroner, David, & Samels, Mark (Produtores), & Kate, Davis, & Heilbroner, David (Diretores). (2010). *Stonewall uprising*. [Filme cinematográfico]. EUA: First Run Features.
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>
- Kattari, Shanna, & Begun, Stephanie (2016). On the margins of marginalized: Transgender homelessness and survival sex. *Affilia*, 7, 1-12.
- Katz, Jonathan (2007). *The invention of heterosexuality*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press.

- Kempadoo, Kamala (1998). Globalizing sex worker's rights. Em K. Kempadoo & J. Doezema (Orgs.), *Global sex workers: Rights, resistance and redefinition* (pp. 1-28). Nova Iorque: Routledge.
- Kempadoo, Kamala (Org.) (2005). *Trafficking and prostitution reconsidered: New perspectives on migration, sex work, and human rights*. St. Paul: Paradigm Publishers.
- Kempadoo, Kamala, & Doezema, Jo (1998). *Global sex workers: Rights, resistance and redefinition*. Nova Iorque: Routledge.
- Kenagy, Gretchen (2005). Transgender health: Finding from two needs assessment studies in Philadelphia. *Health & Social Work, 30*(1), 19-26.
- Kennedy, Hubert (2005). *Karl Heinrich Ulrichs: Pionner of modern gay movement* (2ª edição). California: Peremptory Publications.
- Kennedy, Natacha (2008). Transgender children in schools: A critical review of homophobic bullying: Safe learn, embedding anti-bullying work in schools. *Fórum, 50*(3), 383-396.
- Kennedy, Natacha, & Hellen, Mark (2010). Transgender children: More than a theoretical challenge. *Graduate Journal of Social Science, 7*(2), 25-43.
- Keogh, Peter, Reid, David, & Weatherburn, Peter (2006). *Lambeth LGBT matters: The needs and experiences of lesbians, gay men, bisexual and trans men and women in Lambeth*. Lambeth: Sigma Research.
- Kessler, Suzanne (1990). The medical construction of gender: Case management of intersexed infants. *Signs, Journal of Women in Culture and Society, 16*(1), 3-26.
- Kessler, Suzanne, & MacKenna, Wendy (1978). *Gender: An ethnomethodological approach*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press.
- Kessler, Suzanne, & MacKenna, Wendy (2000). Who put the 'trans' in transgender? Gender theory and everyday life. *International Journal of Transgenderism, 4*(3).
- Kidd, Sean, & Kral, Michael. (2002). Suicide and prostitution among street youth: A qualitative analysis. *Adolescence, 37*(146): 411-430.
- King, Dave (1996). Gender blending: Medical perspectives and technology. Em R. Ekins & D. King (Orgs.), *Blending gender: Social aspects of cross-dressing and sex-changing* (pp. 79-98). Londres: Routledge.
- King, Dave (1998). Confusiones de género: Concepciones psicológicas y psiquiátricas sobre el travestismo y la transexualidad. Em J. A. Nieto (Org.), *Transexualidad, transgenerismo y cultura: Antropología, identidad y género* (pp. 123-158). Madrid: Talasa.
- King, Mark, Winter, Sam, & Webster, Beverley (2009). Contact reduces transprejudice: A study on attitudes towards transgenderism and transgender civil rights in Hong Kong. *International Journal of Sexual Health, 22*(1), 17-34.
- Kinnell, Hilary (2006). Murder made easy: The final solution to prostitution? Em R. Campbell & M. O'Neill (Orgs.), *Sex work now* (pp. 141-168). Cullompton: Willan.
- Kinsey, Alfred, Pomoroy, Wardell, & Martin, Clyde (1948). *Sexual behavior in the human male*. Filadélfia & Londres: W. B. Saunders Company.
- Koken, Juline (2012). Independent female escort's strategies for coping with sex work related stigma. *Sexuality and Culture, 16*(3), 209-229.
- Koller, Sivia, & Hutz, Claudio (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP, 1*(12), 11-21.
- Komarovsky, Mirra (1967). *Blue-collar marriage*. Califórnia: Vintage Book (trabalho original publicado em 1964).
- Kotiswaran, Prabha (2008). Born unto brothels: Toward a legal ethnography of sex work in an indian red-light area. *Law & Social Inquiry, 3*(3), 579-629.
- Krafft-Ebing, Richard (1933). *Psychopathia sexualis: With especial reference to the antipathic sexual instinct: A medicp-forensic study* (12ª ed.) (F. J. Rebman, Trad.). Nova Iorque: Rebman Company (trabalho original publicado em 1886).
- Kulick, Don (1997). The gender of brazilian transgendered prostitutes. *American Anthropologist, 99*(3), 547-585.
- Kulick, Don (2008). *Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. (C. Gordon, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (trabalho original publicado em 1998).
- Kulick, Don, & Klein, Charles (2010). Escândalo: A políticas da vergonha em meio às travestis brasileiras. *Anales - Instituto Ibero Americano, 13*, 9-45.

L

- Lagraula-Fabre, Myriam (2005). *La violence institutionnelle: Une violence commise sur des personnes vulnérables par des personnes ayant autorité*. Paris: L'Harmattan.
- Laplantine, Françoise (2004). *A descrição etnográfica* (J. Coelho & S. Coelho, Trad.). São Paulo: Terceira Margem (trabalho original publicado em 1996).
- Laqueur, Thomas (1990). *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.

- Lauretis, Teresa de (1987). *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- Lauretis, Teresa de (1991). Queer theory: Lesbian and gay sexualities: An introduction. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 3(2), iii-xviii.
- Lazarus, Richard, & Folkman, Susan (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Nova Iorque: Springer Publishing Company.
- Leech, Beth (2002). Asking questions: Techniques for semistructured interviews. *Political Science and Politics*, 35(4), 665-668.
- Leichtentritt, Ronit, Arad, Bilha (2004). Adolescent and young adult male-to-female transsexuals: Pathways to prostitution. *British Journal of Social Work*, 34(3), 349-374.
- Leite Júnior, Jorge (2008). "Nossos corpos também mudam": Sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico. São Paulo, Tese de doutoramento em ciências sociais apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Lev, Arlene (2005). Disordering gender identity: Gender identity disorder in the DSM-IV-TR. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 17(3-4), 35-69.
- Lev, Arlene (2006). Transgender emergence within families. Em D. Morrow & L. Messinger (Orgs.), *Sexual orientation and gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people* (pp. 263-283). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Lever, Janet, & Kanouse, David (1998). Using qualitative methods to study the hidden world of off street prostitution. Em J. Elias, V. Bullough; V. Elias; G. Brewer (Orgs.), *Prostitution: On whores, hustlers and johns*. Nova Iorque: Prometheus Books.
- Lim, Lin (1998). *The sex sector: The economic and social bases of prostitution in Southeast Asia*. Genebra: International Labour Office.
- Lim, Jason, & Browne, Kath (2009). Senses of gender. *Sociological Research Online*, 4(1).
- Lindgren, Thomas, & Pauly, Ira (1975). A body image scale for evaluating transsexuals. *Archives of Sexual Behavior*, 4(6), 639-656.
- Loehr, Kristen (2007). *Travestites in Buenos Aires: Prostitution, poverty and policy*. Washington, DC, Dissertação de mestrado em artes apresentado à Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences of Georgetown University & Universidad de San Martin.
- Lomando, Eduardo, & Nardi, Henrique (2013). Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: Uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, 37(98), 493-503.
- Lombardi, Emilia (1999). Integration within a transgender social network and its effect upon members' social and political activity. *Journal of Homosexuality*, 37(1), 109-126.
- Lombardi, Emilia, Wilchins, Riki, Priesing, Dana, & Malouf, Diana (2002). Gender violence: Transgender experiences with violence and discrimination. *Journal of Homosexuality*, 42(1), 89-101.
- Longshore, Douglas, & Hsieh, Shih-chao (1998). Drug abuse treatment and risky sex: Evidence for a cumulative treatment effect? *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 24, 439-451.
- Lopes, Ana (2006). *Trabalhadores do sexo uni-vos! Organização laboral na indústria do sexo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lorber, Judith (1996). Beyond the binaries: Depolarizing the categories of sex, sexuality, and gender. *Sociological Inquiry*, 66(2), 143-159.
- Lorber, Judith (2000). Using gender to undo gender: A feminist degendering movement. *Feminist Theory*, 1(1), 79-95.
- Lowman, John (2000). Violence and the outlaw status of (street) prostitution in Canada. *Violence Against Women*, 6, 987-1011.
- Lucal, Betsy (1999). What it means to be gendered me: Life on the boundaries of a dichotomous gender system. *Gender & Society*, 13, 781-797.
- Luibhéid, Eithne, & Cantú, Leonel (Orgs.) (2005). *Queer migration: Sexuality, U.S. citizenship and border crossings*. Minneapolis: Minnesota University Press.
- Luís, Francisco (2015). *Travestis brasileiras em Portugal: Percursos, identidades e ambiguidades*. Lisboa, Tese de doutoramento em antropologia social e cultural apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Luís, Francisco (2018). *Travestis brasileiras em Portugal: Percursos, identidades e ambiguidades*. Lisboa: Chiado Books.
- Lum, Doman (2011). *Culturally competent practice: A framework for understanding diverse groups and justice issues* (4ª ed.). Califórnia: Cengage Learning.
- Lunze, Karsten, Raj, Anita, Cheng, Debbie, Quinn, Emily, Lunze, Fatima, Liebschutz, Jane ... Samet, Jeffrey (2016). Sexual violence from police and HIV risk behaviours among HIV-positive women who inject drugs in St. Petersburg, Russia: A mixed methods study. *Journal of the International AIDS Society*, 19(3), 20-27.
- Lusa (2010a, 1 de Maio). 1.º de Maio: "Trabalho sexual é trabalho!". *Expresso*. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/1-de-maio-trabalho-sexual-e-trabalho=f579943>

Lusa (2011, 18 de Maio). Salão erótico de 9 a 12 de Junho, em Portimão. *Activa*.

Disponível em <http://activa.sapo.pt/sexo/2011-05-18-salao-erotico-de-9-a-12-de-junho-em-portimao>

Lusenhop, Emily (2013). *The impact of homophobia and transphobia on the professional development of LGBT social workers during graduate school*. Northampton, Dissertação de mestrado em serviço social apresentada à Smith College School for Social Work.

Lyons, Tara, Krüsi, Andrea, Pierre, Leslie, Kerr, Thomas, Small, Will, & Shannon, Kate (2015). Negotiating violence in the context of transphobia and criminalization: The experiences of trans sex workers in Vancouver, Canada. *Qualitative Health Research*, 28, 1-9.

M

Maciel, Diana (2010). Género na sociologia portuguesa. *CIES e-Working Paper 92*.

Mackelprang, Romel, Ray, JoAnn, & Hernandez-Peck, Maria (1996). Social work education and sexual orientation: Faculty, student, and curriculum issues. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 5(4), 17-31.

MacKinnon, Catharine (1989). *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press.

Mallon, Gerald (1999a). Gay and lesbian adolescents and their families. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 10(2), 69-88.

Mallon, Gerald (1999b). Knowledge for practice with transgendered persons. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, 10(3/4), 1-18.

Mallon, Gerald (1999c). A call for organizational trans-formation. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 10(2), 131-142.

Mallon, Gerald (2008). Knowledge for practice with lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people. Em G. Mallon (Org.), *Social work practice with lesbian, gay, bisexual, and transgender people* (2ª ed.) (pp. 1-24). Nova Iorque: Routledge.

Mallon, Gerald, & DeCrescenzo, Teresa (2009). Social work practice with transgender and gender variant children and youth. Em G. Mallon (Org.), *Social work practice with transgender and gender variant youth* (2ª ed.) (pp. 65-86). Nova Iorque: Routledge.

Manita, Celina, & Oliveira, Alexandra (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*. Porto: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres & Presidência do Conselho de Ministros.

Marcelino, Valentina (2009, 8 de Março). Travestis pagam cem euros pela rua. *Diário de Notícias*.

Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1163408&page=1

Markman, Erin (2011). Gender identity disorder, the gender binary, and transgender oppression: Implications for ethical social work. *Smith College Studies in Social Work*, 81(4), 314-327.

Marques, Rui Oliveira (2017). *Histórias da noite gay de Lisboa*. Lisboa: Ideia-Fixa.

Martin, James, Messinger, Lori, Kull, Ryan, Holmes, Jessica, Bermudez, Flor, & Sommer, Susan (sd). *Sexual orientation and gender expression in social work education: Results from a national survey*. Alexandria: Lambda Legal.

Martin, James, & Yonkin, D. R. (2006). Transgender identity. Em D. Morrow & L. Messinger (Orgs.), *Sexual orientation and gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people* (pp. 105-128). Nova Iorque: Columbia University Press.

Martins, Anabela (2005). Corpo e alma em conflito: Um estudo sobre o transsexualismo. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 10(6), 361-378.

Mathy, Robin (2002). Transgender identity and suicidality in a nonclinical sample: Sexual orientation, psychiatric history, and compulsive behaviors. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 14(4), 47-65.

Matthews, Roger (2014). Female prostitution and victimization: A realist analysis. *International Review of Victimology*, 21, 85-100.

Matzner, Andrew (2001). *O Au No Keia: Voices from Hawai'i's Mahu and transgender communities*. Bloomington: Xlibris.

Maxwell, Joseph (2005). *Qualitative research design: An interactive approach*. Califórnia: Sage.

May, Tiggey, & Hunter, Gillian (2006). Sex work and problem drug use in the UK: The links, problems and possible solutions Em R. Campbell & M. O'Neill (Orgs.), *Sex work now* (pp. 169-189). Cullompton: Willan.

McKeganey, Neil, & Barnard, Marina (1996). *Sex work on the streets: Prostitutes and their clients*. Buckingham: Open University Press.

McNeil, Jay, Bailey, Louis, Ellis, Sonja, Morton, James, & Regan, Maeve (2012). *Trans mental health study 2012*. Scotland: Equality Network.

McPhail, Beverly (2004). Questioning gender and sexuality binaries: What queer theorists, transgendered individuals, and sex researchers can teach social work. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 17, 3-21.

McPhail, Beverly (2008). Re-gendering the social work curriculum: New realities and complexities. *Journal of Social Work Education*, 44, 33-52

- Mead, George (1967). *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press (trabalho original publicado em 1934).
- Mead, Margaret (2001). *Sex and temperament in three primitive societies*. Nova Iorque: Harper Perennial (trabalho original publicado em 1935).
- Melrose, Margaret (2002). Labour pains: Some considerations on the difficulties of researching juvenile prostitution. *International Journal of Social Research Methodology*, 5(4), 333-351.
- Messinger, Lori (2004). Out in the field: Gay and lesbian social work students' experiences in field placement. *Journal of Social Work Education*, 40, 187-204.
- Messinger, Lori (2006). Towards affirmative practice. Em D. Morrow & L. Messinger (Orgs.), *Sexual orientation and gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people* (pp. 460-470). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Meyer, Ilan, & Dean, Laura (1998). Internalized homophobia, intimacy, and sexual behavior among gay and bisexual men. Em G. Herek (Org.), *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men and bisexuals* (pp. 160-186). Thousand Oaks: Sage.
- Miller, Jody (1993). Your life is in the line every night you're on the streets. *Humanity and Society*, 17(4), 422-446.
- Miller, Jody, & Schwartz, Martin (1995). Rape myths and violence against street prostitutes. *Deviant Behavior*, 16, 1-23.
- Miller, Therese, Colleen, Eggertson-Tacon, & Quigg, Brian (1990). Patterns of runaway behavior within a larger systems context: The road to empowerment. *Adolescence*, 25, 271-289.
- Minter, Shannon, & Daley, Christopher (2003). *Trans realities: A legal needs assessment of San Francisco's transgender communities*. São Francisco: National Center for Lesbian Rights & Transgender Law Center.
- Mitchell, Martin, & Howorth, Charlie (2009). *Trans research review*. Manchester: Equality and Human Rights Commission.
- Mizock, Lauren, & Lewis, Thomas (2008). Trauma in transgender populations: Risk, resilience, and clinical care. *Journal of Emotional Abuse*, 8, 335-354.
- Moita, Maria Gabriela (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho*. Porto, Tese de doutoramento em ciências biomédicas apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Moleiro, Carla, & Pinto, Nuno (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, XXVI(1), 129-151.
- Moleiro, Carla, & Pinto, Nuno (2015). Sexual orientation and gender identity: Review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems. *Frontiers in Psychology*, 6, 1-6.
- Moleiro, Carla, Pinto, Nuno, Oliveira, João, & Santos, Maria (2016). *Violência doméstica: Boas práticas no apoio a vítimas LGBT: Guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Moleiro, Carla, Pinto, Nuno, Ratinho, Inês, Dinis, Joana, & Ramos, Marta (2016). *Lei de identidade de género: Impacto e desafios da inovação legal na área do (trans)género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Money, John (1952). *Hermaphroditism: An inquiry into the nature of human paradox*. Harvard, Tese de doutoramento apresentada à Harvard University.
- Money, John (1955). Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, 96(6), 253-264.
- Money, John, Hampson, Joan, & Hampson, John (1955a). Hermaphroditism: Recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychologic management. *Bulletin Johns Hopkins Hospital*, 97(4), 284-300.
- Money, John, Hampson, Joan, & Hampson, John (1955b). An examination of some basic sexual concepts: The evidence of human hermaphroditism. *Bulletin Johns Hopkins Hospital*, 97(4), 301-319.
- Money, John, Hampson, Joan, & Hampson, John (1956). Sexual incongruities and psychopathology: The evidence of human hermaphroditism. *Bulletin Johns Hopkins Hospital*, 98(1), 43-57.
- Money, John, Hampson, Joan, & Hampson, John (1957). Imprinting and the establishment of gender role. *Archives of Neurology & Psychiatry*, 77(3), 333-336.
- Monro, Surya (2005). *Gender politics: Citizenship, activism and sexual diversity*. Londres: Pluto Press.
- Monro, Surya (2007). Transmuting gender binaries: The theoretical challenge. *Sociological Research Online*, 12(1).
- Monteiro, Teresa Líbano (2005). *Famílias e novos movimentos religiosos: Trajectória familiar, individualização e identidade espiritual*. Lisboa, Tese de doutoramento em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Monteiro, Teresa Líbano, Policarpo, Verónica, Silva, Francisco Vieira (2009). *The social situation concerning homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation in Portugal*. Country Report, European Union Agency for Fundamental Rights.

- Monto, Martin (2004). Female prostitution, costumers, and violence. *Violence Against Women*, 10, 160-188.
- Monto, Martin (2010). Prostitutes' customers: Motives and misconceptions. Em R. Weitzer (Org.), *Sex for sale: Prostitution, pornography, and the sex industry* (pp. 233-354). Nova Iorque: Routledge.
- Moran, Leslie, & Sharpe, Andrew (2002). Policing the transgender/violence relation. *Current Issues in Criminal Justice*, 13(3), 269-285.
- Moran, Leslie, & Sharpe, Andrew (2004). Violence, identity and policing: The case of violence against transgender people. *Criminal Justice*, 4(4), 395-417.
- Morrow, Deana (2004). Social work practice with gay, lesbian, bisexual, and transgender adolescents, *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 85(1), 91-99.
- Morton, Julie, Jeyasingham, Dharman, & Hicks, Stephen (2013). The social work of sexuality: Rethinking approaches to social work education. *The Higher Education Academy*, 2(2), 1-4.
- Mottet, Lisa, & Ohle, John (2003). *Transitioning our shelters: A guide to making homeless shelters safe for transgender people*. Nova Iorque: National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute & National Coalition for the Homeless.
- Mottier, Véronique (2010). *Sexualidade: Uma breve introdução*. Alfragide: Texto Editores.
- Moura, Paulo (2009, 2 de Maio). Vital Moreira foi insultado e as palavras de ordem acabaram esquecidas. *Público*, 2. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/05/01/politica/noticia/vital-moreira-foi-insultado-e-as-palavras-de-ordem-acabaram-esquecidas-1378009>
- Mullen, Paul, & Fleming, Jillian (1998). The long-term effects of child sexual abuse. *Australian Institute of Family Studies*, 9. Disponível em <https://aifs.gov.au/cfca/publications/long-term-effects-child-sexual-abuse-0>
- Murthy, Dhiraj (2008). Digital ethnography: An examination of the use of new technologies for social research. *Sociology*, 42(5), 837-855.

N

- Nações Unidas (1994). *Human rights and social work: A manual for schools of social work and the social work profession*. Nova Iorque & Genebra: Nações Unidas
- Nagle, Jill (1997). *Whores and Other Feminists*. Nova Iorque: Routledge.
- Nagoshi, Julie, & Brzuzny, Stephan/ie (2010). Transgender theory: Embodying research and practice. *Affilia*, 25(4), 431-443.
- Namaste, Viviane (2000). *Invisible lives: The erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago: University of Chicago Press.
- Namaste, Viviane (2005). *Sex change, social change: Reflections on identity, institutions, and imperialism*. Toronto: Women's Press.
- Namaste, Viviane (2006). Genderbashing: Sexuality, gender, and the regulation of public space. Em S. Stryker, & S. Whittle (Orgs.), *The transgender studies reader* (pp. 584-600). Nova Iorque: Routledge.
- Nanda, Serena (1999). *Neither man nor woman: The hijras of India* (2ª ed.). Nova Iorque: Wadsworth Publishing Company.
- Nanda, Serena (2000). *Gender diversity: Crosscultural variations*. Illinois: Waveland Press.
- Nardi, Peter (1992). That's what friends are for: Friends as family in lesbian and gay community. Em K. Plummer (Org.), *Modern homosexualities, fragments of lesbian and gay experience* (pp. 108-120). Londres: Routledge.
- Nash, Jennifer (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist Review*, 89, 1-15.
- Nataf, Zachary (1996). *Lesbian talk transgender*. Londres: Scarlet Press.
- National Association of Social Workers (2001). *NASW standards for cultural competence in social work practice*. Washington, DC: NASW.
- National Association of Social Workers (2008). *Transgender and gender identity issues*. Washington: NASW. Disponível em <https://www.socialworkers.org/assets/secured/documents/da/da2008/reffered/Transgender.pdf>
- National Association of Social Workers (2015). *Sexual orientation change efforts (SOCE) and conversion therapy with lesbians, gay men, bisexuals, and transgender persons*. Washington, DC: NASW.
- National LGBT Health Education Center (2016). *Affirmative care for transgender and gender non-conforming people: Best practices for front-line health care staff*. Boston: National LGBT Health Education Center.
- Nemoto, Tooru, Bodeker, Birte, & Iwamoto, Mariko (2011). Social support, exposure to violence and transphobia, and correlates of depression among male-to-female trans-gender women with a history of sex work. *American Journal of Public Health*, 101, 1980-1988.
- Neto, António, Cid, Marília, Pomar, Clarinda, Peças, Américo, Chaleta, Elisa, & Folque, Assunção (2000). *Esteretótipos de género*. Coleção cadernos coeducação. 2ª edição, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Neves, Tiago (2004). A etnografia no estudo do desvio. Atas do V Congresso Português de Sociologia "Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção" (pp. 96-101). Braga: Universidade do Minho.
- Newman, Peter, Bogo, Marion, & Daley, Andrea (2009). Breaking the silence: Sexual orientation in social work field education. *Journal of Social Work Education*, 45, 7-27.

- Nichols, Andrea (2010). Dance ponnaya, dance! Police abuses against transgender sex workers in Sri Lanka. *Feminist Criminology*, 5(2), 195-222.
- Nogueira, Conceição, & Oliveira, João Manuel (Org.) (2010a). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Nogueira, Conceição, & Oliveira, João (2010b). Desafiar o futuro. Em C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 267-275). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Nogueira, Francisco Jander (2013). *“Mariconas”: Itinerários de velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades*. João Pessoa, Tese de doutoramento em sociologia apresentada à Universidade Federal da Paraíba.
- Nogueira, Francisco Jander & León, Adriano (2012). "Trabalhadas no feminino": Um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 8, 55-67.
- Norton, Jody (1997). “Brain says you’re a girl, but I think you’re a sissy boy”: Cultural origins of transphobia. *International Journal of Sexuality and Gender Studies*, 2(2), 139-164.
- Nowak, Jurgen (2001). O trabalho social de rede: A aplicação das redes sociais no trabalho social. Em H. Mouro & D. Simões (Orgs.), *100 anos de serviço social* (pp. 149-2011). Coimbra: Quarteto.
- NSWP – Global Network of Sex Work Projects (2016). *Policy brief: The decriminalisation of third parties*. Edimburgo: NSWP.
- Nuttbrock, Larry, Hwahng, Sel, Bockting, Walter, Rosenblum, Andrew, Mason, Mona, Macri, Mónica, & Becker, Jeffrey (2010). Psychiatric impact of gender-related abuse across the life course of male-to-female transgender persons. *Journal of Sex Research*, 47(1), 12-23.

O

- Oakley, Ann (1985). *Sex, gender and society: Towards a new society*. Aldershot: Gower/Maurice Temple Smith (trabalho original publicado em 1972).
- O’Connell, Sanjida (Produtora). (2004). *Dr. Money and the boy with no penis* [documentário televisivo]. Reino Unido: BBC Horizon. Disponível em <https://www.documentarystorm.com/dr-money-and-the-boy-with-no-penis/>
- Okin, Susan (2008). Género, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332.
- Okitikpi, Toyin, & Aymer, Cathy (2010). *Key concepts in anti-discriminatory social work*. Londres: Sage.
- Oliveira, Alexandra (2004). *As vendedoras de ilusões: Estudo sobre prostituição, alterne e ‘striptease’*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, Alexandra (2011a). *Andar na vida: Prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Alexandra (2011b). Uma pesquisa etnográfica sobre prostituição de rua: do saber ao fazer. Em P. G. Silva, O. Sacramento & J. Portela (Orgs.), *Etnografia e intervenção social. Por uma praxis reflexiva* (pp. 245-269). Lisboa: Edições Colibri.
- Oliveira, Alexandra (2013). *Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa: Características e significados* (relatório de investigação). Porto. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/77082>
- Oliveira, Alexandra (2018). Same work, different oppression: Stigma and its consequences for male and transgender sex workers in Portugal. *International Journal of Iberian Studies*, 31(1), 11–26.
- Oliveira, João Manuel (2017). Trânsitos de género: Leitras queer/trans* da potência do rizoma género. Em J. M. Oliveira & L. Amâncio (Orgs.), *Géneros e sexualidades: Interseções e tangentes* (pp. 115-138). Lisboa: CIS-IUL.
- Oliveira, João Manuel, & Amâncio, Lígia (Orgs.) (2017). *Géneros e sexualidades: Interseções e tangentes*. Lisboa: CIS-IUL.
- Oliveira, Marcelo (1997). *O lugar do travesti em Desterro*. Florianópolis, Dissertação de mestrado em antropologia social apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina.
- Oliveira, Neuza (1994). *Dama de paus: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- O’Neill, Maggie (2001). *Prostitution and feminism: Towards a politics of feeling*. Cambridge: Polity Press.
- Open Society Foundations (2015). *Ten reasons to decriminalize sex work*. Nova Iorque: Public Health Program.
- Organização Mundial de Saúde (2012). *Prevention and treatment of HIV and other sexually transmitted infections for sex workers in low and middle income countries: Recommendations for a public health approach*. Genebra: WHO Press.
- Organização Mundial de Saúde (2016). *International statistical classification of diseases and related health problems*. Disponível em <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en>
- Orgullomadrid (2011, 5 de Outubro). *Victimas de la homofobia*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XEHJgH-DN1Q>

- Orme, Joan, & Briar-Lawson, Katharine (2010). Theory and knowledge about social problems to enhance policy development. Em I. Shaw, K. Briar-Lawson, J. Orme & R. Ruckdeschel (Orgs.). *The SAGE handbook of social work research* (pp. 49-63). Londres: Sage.
- Ornat, Márcio (2008). *Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa*. Ponta Grossa, Dissertação de mestrado em gestão do território apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- O'Shaughnessy, Molly, Russel, Stephen, Heck, Katherine, Calhoun, Christopher & Laub, Carolyn (2004). *Safe place to learn: Consequences of harassment based on actual or perceived sexual orientation and gender non-conformity and steps for making schools safer*. São Francisco: California Safe Schools Coalition.
- Owens, Sherry, Smothers, Bobbie, & Love, Fannye (2003). Are girls victims of gender bias in our nation's schools? *Journal of Instructional Psychology*, 30, 131-136.

P

- Padgett, Deborah (1998a). *Qualitative methods in social work research: Challenges and rewards*. Londres: Sage.
- Padgett, Deborah (1998b). Does the glove really fit? Qualitative research and clinical social work practice. *Social Work*, 43(4), 373-381.
- Pahl, Ray, & Spencer, Liz (2003). Personal communities: Not simply families of "fate" or "choice". *Working Paper 2003-4*: Colchester: University of Essex.
- Parsons, Talcott, & Bales, Robert (2007). *Family socialization and interaction process*. Oxford: Routledge (trabalho original publicado em 1956).
- Patrício, Maria (2008). *No truque: Transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras*. Recife, Tese de doutoramento em antropologia apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.
- Pattison, E. Mansell, Llamas, Robert, & Hurd, Gary (1979). Social network mediation of anxiety. *Psychiatric Annals*, 9(9), 61 – 67.
- Patton, Michael (2002). *Qualitative evaluation & research methods* (3ª ed.). Londres: Sage.
- Payne, Malcolm (2002). Perspectivas anti-discriminatórias e anti-opressivas. Em M. Payne (Org.), *Teoria do trabalho social moderno* (pp. 327-362). Coimbra: Quarteto.
- Pease, Bob, Goldingay, Sophie, Hosken, Norah, & Nipperess, Sharlene (2016). *Doing critical social work: Transformative practices for social justice*. Crows Nest, Australia: Allen & Unwin.
- Pechorro, Pedro, & Vieira, Rui (2004). Avaliação psicológica de um grupo de transexuais com indicação para cirurgia de reatribuição de sexo. Estudo preliminar. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 9 (2), 145-152.
- Peled, Einat, & Leichtenritt, Ronit (2002). The ethics of qualitative social work. *Qualitative Social Work*, 1(2), 145-169.
- Pelúcio, Larissa (2004). Travestis, a (re)construção do feminino: Gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 15(1), 123-154.
- Pelúcio, Larissa (2005a). Sexualidade, gênero e masculinidade no mundo dos T-lovers: A construção da identidade de um grupo de homens que se relaciona com travestis. Atas do *XII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Belo Horizonte.
- Pelúcio, Larissa (2005b). Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, 25, 217-248.
- Pelúcio, Larissa (2006). Três casamentos e algumas reflexões: Notas sobre conjugalidade envolvendo travesti que se prostituem. *Estudos Feministas*, 14(2), 522-534.
- Pelúcio, Larissa (2007a). *Nos nervos, na carne, na pele: Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. São Paulo, Tese de doutoramento em ciências sociais apresentada à Universidade Federal de São Carlos.
- Pelúcio, Larissa (2007b). “Mulheres com algo mais”: Corpo, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, 3, 77-93.
- Pelúcio, Larissa (2009). “Sin papeles” pero con glamur: Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales). *Vibrant*, 6(1), 170-197.
- Pelúcio, Larissa (2011a). Corpos indóceis: A gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. Em L. Souza, T. Sabatine & B. Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito* (pp. 105 – 131). São Paulo: Oficina Universitária, CAPES & Cultura Acadêmica Editora.
- Pelúcio, Larissa (2011b). “Amores Perros”: Sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. Em A. Piscitelli, G. Assis & J. Olivar (Orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: Mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (pp. 185-224). Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero & UNICAMP.
- Pereira, Ana Cristina (2009, 1 de Agosto). Ya, um dia fomos bater na Gisberta. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/temas/jornal/ya-um-dia-fomos-bater-na-gisberta-17363892>
- Pereira, Maria do Mar (2012). *Fazendo gênero no recreio: A negociação do gênero em espaço escolar*. Lisboa: ICS.

- Peres, William (2005). *Subjetividade das travestis brasileiras: Da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento em saúde coletiva apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Peretz, Henri (2000). *Métodos em sociologia*. Lisboa: Temas e Debates (trabalho original publicado em 1998).
- Pernice-Duca, Francesca (2010). Family network support and mental health recovery. *Journal of Marital and Family Therapy*, 36(1), 13-27.
- Perry, Brea, & Pescosolido, Bernice (2015). Social network activation: The role of health discussion partners in recovery from mental illness. *Social Science & Medicine*, 125(1), 116-128.
- Person, Ethel, & Ovesey, Lionel (1974a). The transsexual syndrome in males: I. Primary transsexualism. *American Journal of Psychotherapy*, 28, 4-20.
- Person, Ethel, & Ovesey, Lionel (1974b). The transsexual syndrome in males: II. Secondary transsexualism. *American Journal of Psychotherapy*, 28, 174-193.
- Piacenti, David, Rivas, Luís, & Garrett, Josef (2014). Facebook ethnography: The poststructural ontology of transnational (im)migration research. *International Journal of Qualitative Methods*, 13, 224-236.
- Pinto, Nuno (2014). *Experiencing and representing transsexuality: Developmental trajectories of, and social representations on, transsexual people*. Lisboa, Tese de doutoramento em psicologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Pinto, Nuno, & Moleiro, Carla (2015). Gender trajectories: Transsexual people coming to terms with their gender identities. *Professional Psychology: Research and Practice*, 46(1), 12-20.
- Pinto, Rogério, Melendez, Rita, & Spector, Anya (2008). Male-to-Female transgender individuals building social support and capital from within a gender-focused network. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 20(3), 203-220.
- Pires, Álvaro (1997). *Échantillonnage et recherche qualitative: Essai théorique et méthodologique*. Saguenay.
- Piscitelli, Adriana (2007). Corporalidade em confronto: Brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 17-32.
- Platero, Raquel (2011). The narratives of transgender rights mobilization in Spain. *Sexualities*, 14(5), 597-614.
- Plummer, Ken (1995) *Telling sexual stories: Power, change and social worlds*. Londres: Routledge.
- Poasa, Kris (1992). The Samoan Fa'afafine: One case study and discussion of transsexualim. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 5(3), 39-51.
- Poirier, Jean, Clapier-Valladon, Simone, & Raybaut, Paul (1995). *Histórias de vida: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora (trabalho original publicado em 1983).
- Policarpo, Verónica (2011a). *Indivíduo e sexualidade: A construção social da experiência social*. Lisboa, Tese de doutoramento em ciências sociais apresentada à Universidade de Lisboa.
- Policarpo, Verónica (2011b). Sexualidades em construção, entre o privado e o público. Em J. Mattoso (Org.), *História da vida privada em Portugal: Os nossos dias* (pp. 48-79). Lisboa: Círculo de Leitores & Temas e Debates.
- Pontes, Luciana (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, 23, 229-256.
- Poole, Lindsey, Whittle, Stephen, & Stephens, Paula (2002). Working with transgendered and transsexual people as offenders in the probation service. *Probation Journal*, 49(3), p. 227-232.
- Popoola, Bayode (2013). Occupational hazards and coping strategies of sex workers in southwestern Nigeria. *Health Care for Womens International*, 34(2), 139-49.
- Potterat, John, Brewer, Devon, Muth, Stephen, Rothenberg, Richard, Woodhouse, Donald, Muth, John, ... Brody, Stuart (2004). Mortality in a long-term open cohort of prostitute women. *American Journal of Epidemiology*, 159(8), 778-785.
- Poulin-Duboi, Diane, Serbin, Lisa, Eichstedt, Julie, Sen, Maya, & Beissel, Clara (2002). Men don't put on make-up: Toddlers' knowledge of the gender stereotyping of household activities. *Social Development*, 11, 166-181.
- Pourette, Dolores (2005a). La prostitution masculine et la prostitution transgenre. Em M. Handman & J. Moussuz-Lavau (Orgs.), *La prostitution à Paris* (pp. 263-291). Paris: Éditions de la Martinière.
- Pourette, Dolores (2005b). Les violences. Em M. Handman & J. Moussuz-Lavau (Orgs.), *La prostitution à Paris* (pp. 323-343). Paris: Éditions de La Martinière.
- Powell, Fred (2001). Multiculturalism, feminism and anti-oppressive practice. Em Fred Powell (Ed.), *The politics of social work* (pp. 142-156). Londres: Sage.
- Pravda.ru (2008, 31 de Março). *Assassinato de transsexual em Lisboa: Atenção internacional versus esquecimento nacional*. Disponível em <http://port.pravda.ru/cplp/portugal/31-03-2008/22228-transsexualx-0/>
- Preciado, Beatriz (2008). *Testo yonqui*. Madrid: ESPASA.
- Preciado, Beatriz (2011). Multidões queer: Notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Preciado, Beatriz (2011). *Manifesto contrasexual*. Barcelona: Editorial Anagrama (trabalho original publicado em 2000).

Priour, Annick (1998). *Mama's house, Mexico city: On transvestites, queens, and machos*. Chicago: University of Chicago Press.

Prosser, Jay (1998). *Second skins: The body narratives of transsexuality*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Público (2006, 16 de Junho). *Parlamento Europeu pede punição para caso Gisberta*.

Disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/jornal/parlamento-europeu-pede-punicao-para-caso-gisberta-84435>

Pyne, Jake (2016). Queer and trans collisions in the classroom: A call to throw open theoretical doors in social work education. Em S. Hillock & N. Mule (Orgs.), *Queering social work education* (pp.54-72). Vancouver: University of British Columbia Press.

Q

Quivy, Raymond, & Campenhoudt, LucVan (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

R

Radecki, Kara (2011). *Sexuality and social work: Prevalence of human sexuality in MSW curriculum*. Sacramento, Dissertação de mestrado em serviço social apresentado à California State University.

Raj, Rupert (2002). Toward a transpositive therapeutic model: Developing clinical sensitivity and cultural competence in the effective support of transsexual and transgendered clients. *International Journal of Transgenderism*, 6(2).

Ramalho, Néelson (2006a). Prostituição: Um fenómeno da história da civilização ocidental. Em Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (Org.), *Quem levou o meu ser? Mulheres de rua* (pp. 13 – 64). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Ramalho, Néelson (2006b). Globalização, desenvolvimento e exploração sexual. Em Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (Org.), *Quem levou o meu ser? Mulheres de rua* (pp. 255 – 288). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Ramalho, Néelson (2012). O trabalho sexual: Discursos e práticas dos assistentes sociais em debate. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 12, 64-91.

Ramalho, Néelson (2015). Competências e práticas afirmativas dos assistentes sociais com famílias e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero. Em M. I. Carvalho (Org.), *Serviço Social com Famílias* (pp. 125-140). Lisboa: Pactor.

Ramalho, Néelson, & Vaz, Alexandre (2016). Quem são os clientes das travestis trabalhadoras do sexo em Portugal? Breve caracterização dos *T-Lovers*. Atas do IX Congresso Português de Sociologia “Portugal, Território de Territórios”. Faro: Associação Portuguesa de Sociologia.

Ramalho, Néelson; Barroso, Catarina; & Santos, Bruno (2013). Género e vulnerabilidade: Intervenção com travestis em contexto de prostituição de rua. Em H. Pereira & P. Costa (Orgs.), *Coming-out for LGBT psychology in the current international scenario* (pp. 143-149). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Ramalho, Néelson; Barroso, Catarina; & Santos, Bruno (2015). A intervenção social com populações ‘desassistidas’ em contexto de rua: O caso do projeto ‘Trans-Porta’. *Intervenção Social*, 42/45, 207-227.

Ramalho, Néelson & Santos, Joana (2006). O debate sócio-político sobre a prostituição: O caso português. Em Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (Org.), *Quem levou o meu ser? Mulheres de rua* (pp. 229 – 254). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Ramet, Sabrina (Ed.) (1996). *Gender reversals and gender cultures: Anthropological and historical perspectives*. Nova Iorque: Routledge.

Ramos, Alexandra, Teixeira, Nuno, Cruz, Sérgio, & Fernandes, Luís (2014). Uma incursão etnográfica ao mundo dos trabalhadores sexuais transgéneros. *Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade*, 4, 45-55.

Rands, Kathleen (2009). Considering transgender people in education: A gender-complex approach. *Journal of Teacher Education*, 60, 419-431.

Raphael, Jody, & Shapiro, Deborah (2004). Violence in indoor and outdoor prostitution venues. *Violence Against Women*, 10(2), 126-139.

Ray, Nicholas (2006). *Lesbian, gay bisexual and transgender youth: An epidemic of homelessness*. Nova Iorque: National Gay and Lesbian Task Force & National Coalition for the Homeless.

Raymond, Janice (1994). *The transsexual empire: The making of she-male*. Nova Iorque & Londres: Athene Series (trabalho original publicado em 1979).

Raymond, Janice (1998). Prostitution as violence against women. *Women's Studies International Fórum*, 21(1), 1-9.

Reichert, Elisabeth (2011). *Social work and human rights* (2ª ed.). Nova Iorque: Columbia University Press.

Reisner, Sari, Mimiaga, Matthew, Bland, Sean, Mayer, Kenneth, Perkovich, Brandon, & Safren, Steven (2009). HIV risk and social networks among male-to-female transgender sex workers in Boston, Massachusetts. *Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, 20(5), 373-386.

- Rhodes, Tim, Simić, Baros, Sladjana, Platt, Lucy, & Žikić, Bojan (2008). Police violence and sexual risk among female and transvestite sex workers in Serbia: Qualitative study. *British Medical Journal*, 337, a811.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2011). Ciências sociais, autor e participação no espaço público: Retomando a proposta de Bourdieu por um saber comprometido. Em P. Silva, O. Sacramento & J. Portela (Orgs.), *Etnografia e intervenção social: Por uma praxis reflexiva* (pp. 229-243). Lisboa: Edições Colibri.
- Ribeiro, Manuela, Silva, Manuel, Ribeiro, Fernando, & Sacramento, Octávio. (2005). *Prostituição abrigada em clubes (zonas fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes): Práticas, riscos e saúde*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres/Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, Manuela, Silva, Manuel, Schouten, Johanna, Ribeiro, Fernando, & Sacramento, Octávio (2008). *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Edições Afrontamento.
- Richmond, Kate, Burnes, Theodore, & Carroll, Kate (2012). Lost in trans-lation: Interpreting systems of trauma for transgender clients. *Traumatology*, 18(1), 45-57.
- Rocha, Ana (2009). *Sexualidade e diversidade sexual na formação em serviço social nos cursos de 1º ciclo no Instituto Superior Miguel Torga e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Dissertação de mestrado em serviço social apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga.
- Rocha, Rita, Pereira, Débora, & Dias, Thaísa (2013). O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 554-565.
- Rodrigues, Catarina Marques (2016, 21 de Fevereiro). Gisberta, 10 anos depois: A diva transexual que acabou no fundo do poço. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/especiais/gisberta-10-anos-diva-homofobia-atirou-fundo-do-poco/>
- Rodrigues, João Pedro (Diretor) (2009). *Morrer como um homem* [Filme cinematográfico]. Portugal: Produtora Maria João Sigalho.
- Rodrigues, Liliana (2016). *Viagens trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação psicológica feminista crítica*. Porto, Tese de doutoramento em psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rodrigues, Liliana, Carneiro, Nuno, & Nogueira, Conceição (2013). Contributos da psicologia social crítica e dos direitos humanos para a abordagem das transexualidades. Em S. Magalhães & T. Alvarez (Orgs.), *Romper as fronteiras: A interseccionalidade nas questões de género e feministas* (pp. 49-60). Vila Franca de Xira: Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres.
- Rodríguez, Dolores, & Ferreira, Jorge (2018). The contribution of the intervention in social networks and community social work at the local level to social and human development. *European Journal of Social Work*, 21(6), 863-875.
- Roen, Katrina (2001). Transgender theory and embodiment: The risk of racial marginalization. *Journal of Gender Studies*, 10(3), 253-263.
- Rossi, Nicole (2010). "Coming Out" stories of gay and lesbian youth adults. *Journal of Homosexuality*, 57(9), 1174-1191.
- Rotondi, Nooshin, Bauer, Greta, Scanlon, Kyle, Kaay, Matthias, Travers, Robb, & Travers, Anna (2013). Nonprescribed hormone use and self-performed surgeries: "Do-it-yourself" transition in transgender communities in Ontario, Canada. *American Journal of Public Health*, 13(10), 1830-1836.
- Roy, Ranjan (2011). *Social support, health, and illness: A complicated relationship*. Toronto, Buffalo & Londres: University of Toronto Press.
- Rubin, Gayle (1975). The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex. Em R. Reiter (Ed.), *Towards an anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Rubin, Gayle (1989). Reflexionando sobre el sexo: Notas para una teoría radical de la sexualidad'. Em C. Vance (Org.), *Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina* (pp. 113-190). Madrid: Revolución.
- Rubin, Lillian (1985). *Just friends: The role of friendship in our lives*. Nova Iorque: Harper Perennial.
- Ruckdeschel, Roy, & Chambon, Adrienne (2010). The uses of social work research. Em I. Shaw, K. Briar-Lawson, J. Orme & R. Ruckdeschel (Orgs.), *The SAGE handbook of social work research* (pp. 195-210). Londres: Sage.
- Russel, Stephen, Ryan, Caitlin, Toomey, Russell, Diaz, Rafael, & Sanchez, Jorge (2011). Lesbian, gay, bisexual, and transgender adolescent school victimization: Implications for young adult health and adjustment. *Journal of School Health*, 81(5), 223-230.

S

- Sadker, Myra, & Sadker, David (1994). *Failing at fairness: How America's schools cheat girls*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Saleiro, Sandra (2009). Transexualidade e transgénero em Portugal: Dois "vazios" em debate. Atas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. *Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto* (pp. 84-90). Braga: Universidade do Minho.

- Saleiro, Sandra (2012). A transexualidade e o género: Identidades e (in)visibilidades de homens e mulheres transexuais. Atas do VII Congresso Português de Sociologia: “Sociedade, Crise e Reconfigurações” (pp. 1-14). Porto: Universidade do Porto.
- Saleiro, Sandra (2013). *Trans géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Lisboa, Tese de doutoramento em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Saleiro, Sandra (2016). “Travesti”: Insulto ou identidade? Atas do IX Congresso Português de Sociologia: “Portugal, Território de Territórios” (pp. 1-112). Faro: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Saleiro, Sandra (2017). Diversidade de género na infância e educação: Contributos para uma escola sensível do (trans)género. *Ex aequo*, 36, 149-165.
- Salisbury, Megan, & Dentato, Michael (2016). An exploratory study examining needs, access, and competent social services for the transgender community in Phoenix, Arizona. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 26(2), 119-136.
- Sanders, Teela (2005). *Sex work: A risky business*. Devon: Willan Publishing.
- Sanders, Teela (2006). Sexing up the subject: Methodological nuances in researching the female sex industry. *Sexualities*, 9(4), 449-468.
- Sanders, Teela, & Campbell, Rosie (2007). Designing out violence, building in respect: Violence, safety and sex work policy. *British Journal of Sociology*, 58(1), 1-19.
- Sanders, Teela, O’Neil, Maggie, & Pitcher, Jane (2009). *Prostitution: Sex work, policy and politics*. Londres: Sage.
- Santos, Ana Cristina (2006). Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos *queer* e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 91-108.
- Santos, Clara (2005). A construção social do conceito de identidade profissional. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 8, 123-144.
- Santos, Joana (2004). *Prostituição feminina em contexto de rua*. Lisboa, Monografia de licenciatura em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Santos, Rafael (2012). *As aparências enganam? O fazer-se travesti em Campos dos Goytazes-RJ (2010-2011)*. Campos dos Goytazes, Dissertação de mestrado em sociologia política apresentada à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- Sausa, Lydia (2005). Translating research into practice: Trans youth recommendations for improving school systems. *Journal of Gay and Lesbian Issues in Education*, 3(1), 15-28.
- Sausa, Lydia, Keatley, JoAnne, Operario, Don (2007). Perceived risks and benefits of sex work among transgender women of color in San Francisco. *Archives of Sexual Behavior*, 36, 768-777.
- Savin-Williams, Ritch (1998). “... and then I became gay”: *Young men’s stories*. Nova Iorque & Londres: Routledge.
- Schilt, Kristen, & Westbrook, Laurel (2009). Doing gender, doing heteronormativity: “Gender normals”, transgender people, and the social maintenance of heterosexuality. *Gender & Society*, 23, 440-464.
- Schleifer, David (2006). Make me feel mighty real: Gay female-to-male transgenderists negotiating sex, gender, and sexuality. *Sexualities*, 9(1), 57-75.
- Schreiner, Lucas, Paim, Leonardo, Ramos, Fabiano, Filho, Edson, Martins, Diogo, Junior, Claudio, ... Picon, Patrícia (2004). Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 26(1), 13-20.
- Schnapper, Dominique (2005). *La compréhension sociologique: Démarche de l’analyse typologique*. Paris: PUF & Quadrige.
- Schwandt, Thomas (2000). Three epistemological stances for qualitative research inquiry: interpretivism, hermeneutics, and social constructionism. Em N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.), *Handbook of Qualitative Research* (2ª ed.) (pp. 198-214). Thousand Oaks: Sage.
- Schwartz, Dona (1989). Visual ethnography: Using photography in qualitative research. *Qualitative Sociology*, 12(2), 119-154.
- Scott, Joan (1988). Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*, 14(1), 33-50.
- Sebastião, João (1996). *Crianças da rua: Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- Sedgwick, Eve (1990). *Epistemology of the closet*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Seffner, Fernando, & Müller, Magnor (2012). Quem ama sofre, quem sofre luta, quem luta vence: Da conjugalidade entre travestis e seus maridos. *Sociedade e Cultura*, 15(2), 285-295.
- Segal, Erin (2013). Beyond the pale of psychoanalysis: Relational theory and generalist social work practice. *Clinical Social Work Journal*, 41(4), 376-386.
- Seidman, Steven (1996). *Queer theory/sociology*. Cambridge & Oxford: Blackwell Publisher.
- Seidman, Steven (1997). *Difference troubles: Queering social theory and sexual politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Serovich, Julianne, Skeen, Patsy, & Henley, Lynda (1993). In-law relationships when a child is homosexual. *Journal of Homosexuality*, 26(1), 57-76.

- Shankar, Aparna, McMunn, Anne, Banks, James, & Steptoe, Andrew (2011). Loneliness, social isolation, and behavioral and biological health indicators in older adults. *Health Psychology, 30*(4), 377-385.
- Shaver, Frances (2005). Sex work research: Methodological and ethical challenges. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(3), 296-319.
- Shiperd, Jillian, Green, Kelly, & Abramovitz, Sarah (2010). Transgender clients: Identifying and minimizing barriers to mental health treatment. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health, 14*, 94-108.
- Showalter, Elaine (1990). *Sexual anarchy: Gender and culture at the fin de siècle*. Nova Iorque: Viking.
- SIC (2012, 15 de Dezembro). Travestis. "Nas Ruas" - 13º Programa.
Disponível em https://sic.sapo.pt/Programas/Nas_Ruas/2012-12-16-Nas-Ruas---13-Programa
- Silbert, Mimi (1981). Occupational hazards of street prostitutes. *Criminal Justice and Behaviour, 8*, 395-399.
- Silbert, Mimi, & Pines, Ayala (1983). Victimization of street prostitutes. *Victimology, 7*(1), 122-133.
- Silbert, Mimi, Pines, Ayala, & Lynch, Teri (1982). Substance abuse and prostitution. *Journal of Psychoactive Drugs, 14*(3):193-197.
- Silva, Bruno, & Cerqueira-Santos, Elder (2014). Apoio e suporte social na identidade de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP, 15*(2), 27-44.
- Silva, Hélio (1993). *Travesti, a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Silva, Joseli, Ornat, Marcio, & Junior, Alides (2013). Para além da apresentação das geografias malditas: Uma análise da resistência às descontinuidades científicas no campo científico da geografia no Brasil. Em J. Silva, M. Ornat & A. Junior (Orgs.), *Geografias malditas: Corpos, sexualidades e espaços* (pp.11-23). Ponta Grossa: Todopalavra.
- Silva, Pedro, Sacramento, Octávio, & Portela, José (Coord.) (2011). *Etnografia e intervenção social: Por uma praxis reflexiva*. Lisboa: Edições Colibri.
- Simmel, George (1949). The sociology of sociability. *American Journal of Sociology, 55*(3), 254-261.
- Siqueira, Monica (2009). *Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis 'das antigas'*. Florianópolis, Tese de doutoramento em antropologia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sisnero, Jose, Stakeman, Catherine, Joyner, Mildred, & Schmitz, Cathryne (2016). *Critical multicultural social work*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Slamah, Khartini, Winter, Sam, & Ordek, Kemal (2010). Violence against trans sex workers: Stigma, exclusion, poverty and death. *Research for Sex Work, 12*, 30-31.
- Sloan, Lacey, & Wahab, Stephanie (2000). Feminist voices on sex work: Implications for social work. *Affilia, 15*, 457-478.
- Sluzki, Carlos (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sluzki, Carlos (2010). Personal social networks and health: Conceptual and clinical implications of their reciprocal impact. *Families, Systems, & Health, 28*(1), 1-18.
- Soares, Milene, Feijó, Marianne, Valério, Nelson, Siqueiri, Carmen, & Pinto, Maria (2011). O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paidéia, 21*(48), 83-92.
- Spargo, Tamsin (1999). *Foucault and queer theory*. Cambridge & Nova Iorque: Icon Books & Totem Books.
- Spicer, Shane (2010). Healthcare needs of the transgender homeless population. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health, 14*(4), 320-339.
- Spradley, James (1979). *The ethnographic interview*. Belmont: Wadsworth.
- Staub-Bernasconi, Silvia (2016). Social work and human rights: Linking two traditions of human rights in social work. *Journal Human Rights and Social Work, 1*(1), 40-49.
- Stoller, Robert (1964). A contribution to the study of gender identity. *The International Journal of Psycho-Analysis, 45*, 220-226.
- Stoller, Robert (1973). The male transsexualism: Uneasiness. *International Journal of Psycho-Analysis, 130*, 536-539.
- Stoller, Robert (1974). *Sex and gender* (vol. 2). *The transsexual experiment*. Nova Iorque: Jason Aronson.
- Stoller, Robert (1984). *Sex and gender: On the development of masculinity and femininity*. Londres: Karnac Books (trabalho original publicado em 1968).
- Stone, Sandy (1991). The 'Empire' Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. Em J. Epstein & K. Straub (Orgs.), *Body guards: The cultural politics of sexual ambiguity* (pp. 281-304). Nova Iorque: Routledge.
- Stotzer, Rebecca (2009). Violence against transgender people: A review of United States data. *Agression and Violent Behavior, 14*, 170-179.
- Stotzer, Rebecca, Silverschanz, Perry, & Wilson, Andre (2013). Gender identity and social services: Barriers to care. *Journal of Social Service Research, 39*(1), 63-77.
- Strauss, Anselm, & Corbin, Juliet (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.
- Streubert, Helen, & Carpenter, Dona (2002). *Investigação qualitativa em enfermagem: Avançando o imperativo humanista*. Loures: Lusociência.

- Stryker, Susan (2004). Transgender studies: Queer theory's evil twin. *GLS: Journal of Lesbian and Gay Studies*, 10(2), 212-215.
- Stryker, Susan (2008). *Transgender history*. Berkeley: Seal Press.
- Stryker, Susan, & Whittle, Stephen (Orgs.) (2006). *The transgender studies reader*. Nova Iorque & Londres: Routledge.
- Surrat, Hilary, Inciardi, James, Kurtz, Steven, & Kileym, Marion (2004). Sex work and drug use in a subculture of violence. *Crime and Delinquency*, 50(1), 43-59.
- Sutherland, Kate (2004). Work, sex, and sex-work: Competing feminist discourses on the international sex trade. *Osgoode Hall Journal*, 42, 139-167.

T

- TAMPEP (2009). *Sex work in Europe: A mapping of prostitution scene in 25 European countries*. Amsterdam: TAMPEP International Foundation.
- Teh, Yik Koon (2008). HIV-related needs for safety among male-to-female transsexuals (mak nyah) in Malaysia, SAHARA-J. *Journal of Social Aspects of HIV/AIDS*, 5(4), 178-185
- Teixeira, Alexandre, & Oliveira, Alexandra (2016). Exploratory study on the prevalence of suicidal behavior, mental health, and social support in female street sex workers in Porto, Portugal. *Health Care for Women International*, 38(2), 159-166.
- Teixeira, Flávia (2008). L'Italia dei Divieti: Entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu*, 31, 275-308.
- Teixeira, Flávia (2011). Juízo e sorte: Enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. Em A. Piscitelli, G. Assis & J. Olivar (Orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: Mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (pp. 225-262). Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero & UNICAMP.
- Teixeira, José (2010). *Ideação suicida em prostitutas de rua*. Porto, Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
- TGEU - Transgender Europe (2018). *Terminology*. Disponível em <https://transrespect.org/en/working-definitions/>
- The Yogyakarta Principles (2007). *Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity*.
- Thompson, Neil (2002). Anti-discriminatory practice. Em M. Davies (Org.), *Companion to social work* (2ª ed.) (pp. 88-95). Oxford: Blackwell Publishing.
- Thompson, Neil (2016). *Anti-discriminatory practice: Equality, diversity and social justice* (6ª ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Tompkins, Avery (2014). Asterisk. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1(1-2), 26-27.
- Toomey, Russell, Ryan, Caitlin, Diaz, Rafael, Card, Noel, & Russell, Stephen (2010). Gender-nonconforming lesbian, gay, bisexual, and transgender youth: School victimization and young adult psychosocial adjustment. *Developmental Psychology*, 46(6), 1580-1589.
- Tracy, Elizabeth, & Johnson, Pam (2007). Personal social networks of women with co-occurring substance use and mental disorders. *Social Work Practice in the Addictions*, 7(1/2), 69-90.
- Trans Media Watch (2010). *How transgender people experience the media*. Reino Unido: Trans Media Watch.
- Trans Murder Monitoring (2018).
Disponível em https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf
- Tucker, Joseph, Peng, Hua, Wang, Kaidi, Chang, Helena, Zhang, Sen-Miao, Yang, Li-Gang, & Yang, Bin. (2011). Female sex worker social networks and STI/HIV prevention in South China. *PLOS ONE* 6(9), 1-6.
- Turner, Lewis, Whittle, Stephen, & Combs, Ryan (2009). *Transphobic hate crime in the European Union*. ILGA-Europe/Press for Change.
- TV Goiânia (2014). *Um homem foi encontrado morto dentro do apartamento onde morava*.
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cYUyEXJpsEM>

U

- Uchino, Bert (2004). *Social support and physical health: Understanding the health consequences of relationships*. New Haven/Londres: Yale University Press.
- Ulibarri, Monica, Semple, Shirley, Rao, Sao, Strathdee, Steffanie, Fraga-Vallejo, Miguel, Bucardo, Jesus, ... Patterson, Thomas. (2009). History of abuse and psychological distress symptoms among female sex workers in two Mexico - U.S. Border Cities. *Violence and Victims*, 24(3), 399-413.
- UNAIDS - United Nations Programme on HIV/AIDS (2012). *Guidance note on HIV and sex work*. Geneva: WHO Press.

V

- Vala, Jorge (2014). A análise de conteúdo (16ª ed.). Em A. Silva & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101 – 128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vale, Alexandre (2005). *O vó da beleza: Travestilidade e devir minoritário*. Fortaleza, Tese de doutoramento em sociologia apresentada à Universidade Federal do Ceará.
- Vale de Almeida, Miguel (2010). O contexto LGBT em Portugal. Em C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 45-92). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Valentine, David (2007). *Imagining transgender: An ethnography of a category*. Durham & Londres: Duke University.
- Valera, Roberto, Sawyer, Robin, & Schiraldi, Glenn (2000). Violence and post traumatic stress disorder in a sample of inner city street prostitutes. *American Journal of Health Studies*, 16(3), 149-155.
- Vanderwoerd, James (2002). When religion and sexual orientation collide: Ethical dilemmas in curriculum standards for social work education. *Social Work and Christianity*, 21(1), 53–64.
- Vanwesenbeeck, Ine (2005). Burnout among female indoor sex workers. *Archives of Sexual Behavior*, 34(6), 627-639.
- Vartabedian, Julieta (2012). *Geografía travesti: Cuerpos, sexualidad y migraciones de travestis brasileñas (Rio de Janeiro-Barcelona)*. Barcelona, Tese de doutoramento em antropologia social e cultural apresentada à Universidade de Barcelona.
- Vartabedian, Julieta (2013). "Tengo mucho placer para enseñarte": Sobre travestis brasileñas trabajadoras del sexo y la gestión pública de la prostitución en Barcelona. *QUADERNS-E*, 18(1), 80-97.
- Vartabedian, Julieta (2014). Migraciones trans: Travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. *Cadernos Págu*, 42, 275-312.
- Vartabedian, Julieta (2018). *Brazilian 'travesti' migrations: Gender, sexualities and embodiment experiences*. Cambridge: University of Cambridge.
- Vasconcelos, Pedro (2004). Categorização, identidade e sexualidade: Notas sobre a dominação. Em A. P. Marques et al. (Orgs.), *Formas identitárias e modernidade tardia* (pp. 51-70). Braga: ICS & UM.
- Vasconcelos, Pedro (2011). *Capital social, solidariedade familiar e desigualdade social no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Tese de doutoramento em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.
- Velho, Gilberto (1987). Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (2003). *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (2009). Antropologia urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 11-18.
- Vernier, Johanne (2005). La loi pour la sécurité intérieure: Punir les victimes du proxénétisme pour mieux les protéger? Em M. Handman & J. Moussuz-Lavau (Orgs.), *La prostitution à Paris* (pp. 121-152). Paris: Éditions de la Martinière.
- Vilar, Duarte (2010). Contraceção e aborto na paisagem conjugal e sexual contemporânea. Em P. Ferreira & M. Cabral (Orgs.), *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e riscos* (pp. 289-321). Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Vinhas Martins, Margarida (2005). Manuel ou Maria: Transsexualismo ou a ambiguidade sexual. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 10(6), 345-360.
- Vitorino, Sérgio (2009, 2 de Maio). Trabalho sexual: não finja que não vê. *Blog.5dias.net*. Disponível em <http://5dias.net/2009/05/02/trabalho-sexual-nao-finja-que-nao-ve/>
- Vitorino, Sérgio (2016, 21 de Fevereiro). Geração Gisberta. *Esquerda.net*. Disponível em <http://www.esquerda.net/dossier/geracao-gisberta/41346>
- Vogel, Katrin (2009). The mother, the daughter, and the cow: Venezuelan *transformistas*' migration to europe. *Mobilities*, 4(3), 367-387.

W

- Warner, Michael (1991). Introduction: Fear of a queer planet. *Social Text*, 29, 3-17.
- Weeks, Jeffrey (1977). *Coming out: Homosexual politics in Britain from the nineteenth century to the present*. Oxford: Blackwell.
- Weeks, Jeffrey, Heaphy, Brian, & Donovan, Catherine (2001). *Same sex intimacies: Families of choice and another life experiments*. Londres: Routledge.
- Weinberg, George (1972). *Society and the healthy homosexual*. Nova Iorque: St Martin's Press.
- Weinberg, Martin, Shaver, Frances, & Williams, Colin. (1999). Gendered sex work in the San Francisco tenderloin. *Archives of Sexual Behavior*, 28(6), 503-21.
- Weitzer, Ronald (2005). New directions in research on prostitution. *Crime, Law, and Social Change*, 4-5, 211-235.

- Weitzer, Ronald (2009). Sociology of sex work. *Annual Review of Sociology*, 35, 213-234.
- Weitzer, Ronald (2010a). The ethnography of prostitution: New international perspectives. *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, 39, 262-269.
- Weitzer, Ronald, & Ditmore, Melissa (2010). Sex trafficking: Facts and fictions. Em R. Weitzer (Org.), *Sex for sale: Prostitution, pornography and the sex industry* (pp. 325-351). Nova Iorque: Routledge.
- Wellman, Barry (1981). Applying network analysis to the study of support. Em B. Gottlieb (Org.), *Social networks and social support* (pp. 171-200). Beverly Hills: Sage.
- Wells, Kristopher, Roberts, Gayle, & Allan, Carol (2012). *Supporting transgender and transsexual students in K-12 schools: A guide for educators*. Ottawa: Canadian Teachers' Federation.
- Welzer-Lang, Daniel (1994). *Prostitution: Les uns, les unes et les autres*. Paris: Editions Métailié.
- West, Candace, & Zimmerman, Don (1987). Doing gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151.
- Weston, Kath (1991). *Families we choose: Lesbians, gay men and kinship*. Nova Iorque: Columbia UP.
- Whittle, Stephen (2000). *The transgender debate: The crisis surrounding gender identities*. Reading, UK: South Street Press.
- Whittle, Stephen, Turner, Lewis, & Al-almi, Maryam (2007). *Engendered penalties: Transgender and transsexual people's experiences of inequality and discrimination*. Londres: Manchester Metropolitan University.
- Whyte, William (2005). *Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (trabalho original publicado em 1943).
- Wikan, Unni (1977). Man becomes woman: Transsexualism in Oman as a key to gender roles. *Man*, 12(2), 304-319.
- Wilchins, Ricky A. (1997). *Read my lips: Sexual subversion and the end of gender*. Nova Iorque: Magnus Books.
- Williams, Cristan (2014). Transgender. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1(1-2), 232-237.
- Williams, Walter (1992). *The spirit and the flesh: Sexual diversity in American Indian culture*. Boston: Beacon Press (trabalho original publicado em 1986).
- Wilson, Erin, Garofalo, Robert, Harris, Robert, Herrick, Amy, Martinez, Miguel, Martinez, Jaime, & Belzer, Marvin (2009). Transgender female youth and sex work: HIV risk and a comparison of life factors related to engagement in sex work. *AIDS and Behavior*, 13, 902-913.
- Winter, Sam (2009). Lost in transition: Transpeople, transprejudice and pathology in Asia. *The International Journal of Human Rights*, 13(2-3), 365-390.
- Winter, Sam (2012). *Lost in transition: Transpeople people, rights and HIV vulnerability in the Asia-Pacific region*. Bangkok: United Nations Development Programme.
- WPATH (2012). *Standards of care for health of transsexual, transgender, and gender-nonconforming people* (7ª versão). Disponível em <https://www.wpath.org/publications/soc>
- Wyss, Shannon (2004). 'This was my hell': The violence experience by gender non-conforming youth in US high schools. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 17(5), 709-730.

Y

- Yanca, Stephen, & Johnson, Louise (2008). Diversity competent practice with families. Em S. Yanca & L. Johnson (Orgs.), *Generalist Social Work Practice with Families* (pp. 53 - 68). Boston: Allyn & Bacon.
- Young, Carl, Giles, Dwinht, & Plantz, Margaret (1982). Natural networks: Help-giving and help-seeking in two rural communities. *American Journal Community Psychology*, 10(4), 457-469.
- Young, Michael, & Willmott, Peter (2007). *Family and kinship in east London*. Londres: Penguin Books (trabalho original publicado em 1957).
- Yu, Van (2010). Shelter and transitional housing for transgender youth. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 14(4), 340-345.
- Yunger, Jennifer, Carver, Priscilla, & Perry, David (2004). Does gender identity influence children's psychological well-being? *Developmental Psychology*, 40(4), 572-582.

Z

- Zambrano, Margatita (2006). *Las políticas del cuerpo y las negociaciones identitarias de las travestis en el ex-penal García Moreno*. Quito, dissertação de mestrado em estudos latino-americanos apresentada à Universidad Andina Simón Bolívar.

LEGISLAÇÃO

- Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 127.
- Lei n.º 27/2008 de 30 de Junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 124.
- Lei n.º 9/2010, 31 de Maio, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 105.
- Lei n.º 7/2011 de 15 de Março, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 52.

Lei n.º 51/2012 de 5 de Setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 172.
Lei n.º 19/2013 de 14 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 37.
Lei n.º 28/2015 de 14 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 72.
Lei n.º 38/2018 de 7 de Agosto, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 151.

ENDEREÇOS ELETRÓNICOS

Ação Pela Identidade. Disponível em <https://apidentidade.wordpress.com/>
AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género.
Disponível em <http://www.amplos.pt/>
Associação para o Planeamento da Família. Disponível em <http://www.apf.pt/>
Associação Plano i. Disponível em <https://www.associacaoplanoi.org/>
Casa Qui – Associação de Solidariedade Social. Disponível em <http://www.casa-qui.pt/>
Espaço Intendente. Disponível em https://www.gatportugal.org/projetos/espaco-intendente_3
Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade. Disponível em <http://ilga-portugal.pt/atividades/grit.php>
Happier Teens. Disponível em <http://happierteens.org/>
Observatório da Discriminação em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género.
Disponível em <http://www.ilga-portugal.pt/observatorio/>
PortoG. Disponível em <http://www.apdes.pt/serviços/saude-reducao-riscos-direitos-humanos/porto-g.html>
RedLight In & Out. Disponível em <https://www.positivo.org.pt/redlight>
Stop Trans Pathologization. Disponível em <http://stp2012.info/old/en>
Transgender Europe (TGEU). Disponível em <https://tgeu.org/>
WPATH. Disponível em <https://www.wpath.org/>

ANEXOS

ANEXO A

Publicações Sobre Travestis Trabalhadoras do Sexo

Tabela 1
Publicações sobre Travestis Trabalhadoras do Sexo (até 2011)

Ano	Autor	Título	Tipologia
1982	Duarte e Hermínio	<i>Prostituição masculina em Lisboa</i>	Livro
1997	Bernardo et al.	<i>The portuguese transgender community: An unknown reality</i>	Estudo exploratório
2001	Jayme	<i>Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: Personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa</i>	Tese
2009	Monteiro, Policarpo e Silva	<i>The social situation concerning homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation in Portugal.</i>	Relatório
2010	APDES	<i>Support and empowerment of female sex workers and trafficked women working in hidden places – Portuguese final report</i>	Relatório
2011	Dias et al.	<i>Relatório comunitário: Estudo com trabalhadores do sexo</i>	Relatório

Tabela 2
Publicações sobre Travestis Trabalhadoras do Sexo (a partir de 2011)

Ano	Autor	Título	Tipologia
2011	Oliveira	<i>Andar na Vida</i>	Livro
2013	Ramalho, Barroso e Santos	<i>Género e vulnerabilidade: Intervenção com travestis em contexto de prostituição de rua</i>	Capítulo de livro
2013	Oliveira	<i>Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa: Características e significados</i>	Relatório
2013	Alvim	<i>“Só muda a moeda”: Representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal</i>	Tese
2013	Barroso	<i>Dentro de portas – Trabalhadores do sexo em contexto de interior: Utilização e acesso a serviços de saúde na área da infeção VIH/Sida</i>	Dissertação
2013	Saleiro	<i>Trans géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género</i>	Tese
2014	Ramos et al.	<i>Uma incursão etnográfica ao mundo dos trabalhadores sexuais transgéneros</i>	Artigo
2016	Saleiro	<i>“Travesti”: Insulto ou identidade?</i>	Ata de congresso
2017	Belizário	<i>Travesti es una mujer con cuatro cojones y diez sentidos: Experiencias de trabajadoras sexuales brasileñas trans en Barcelona</i>	Capítulo de livro
2018	Oliveira	<i>Same work, different oppression: Stigma and its consequences for male and transgender sex workers in Portugal</i>	Artigo
2018	Luís	<i>Travestis brasileiras em Portugal: Percursos, identidades e ambiguidades</i>	Livro

ANEXO B

Entrevistas Exploratórias

(Outubro de 2011 a Janeiro de 2012)

Investigadores e Especialistas

Alexandra Oliveira (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Fernando Bessa Ribeiro (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro)

Sandra Saleiro (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

Jander Nogueira (Universidade Federal do Piauí e ex-investigador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA).

Interlocutores Privilegiados

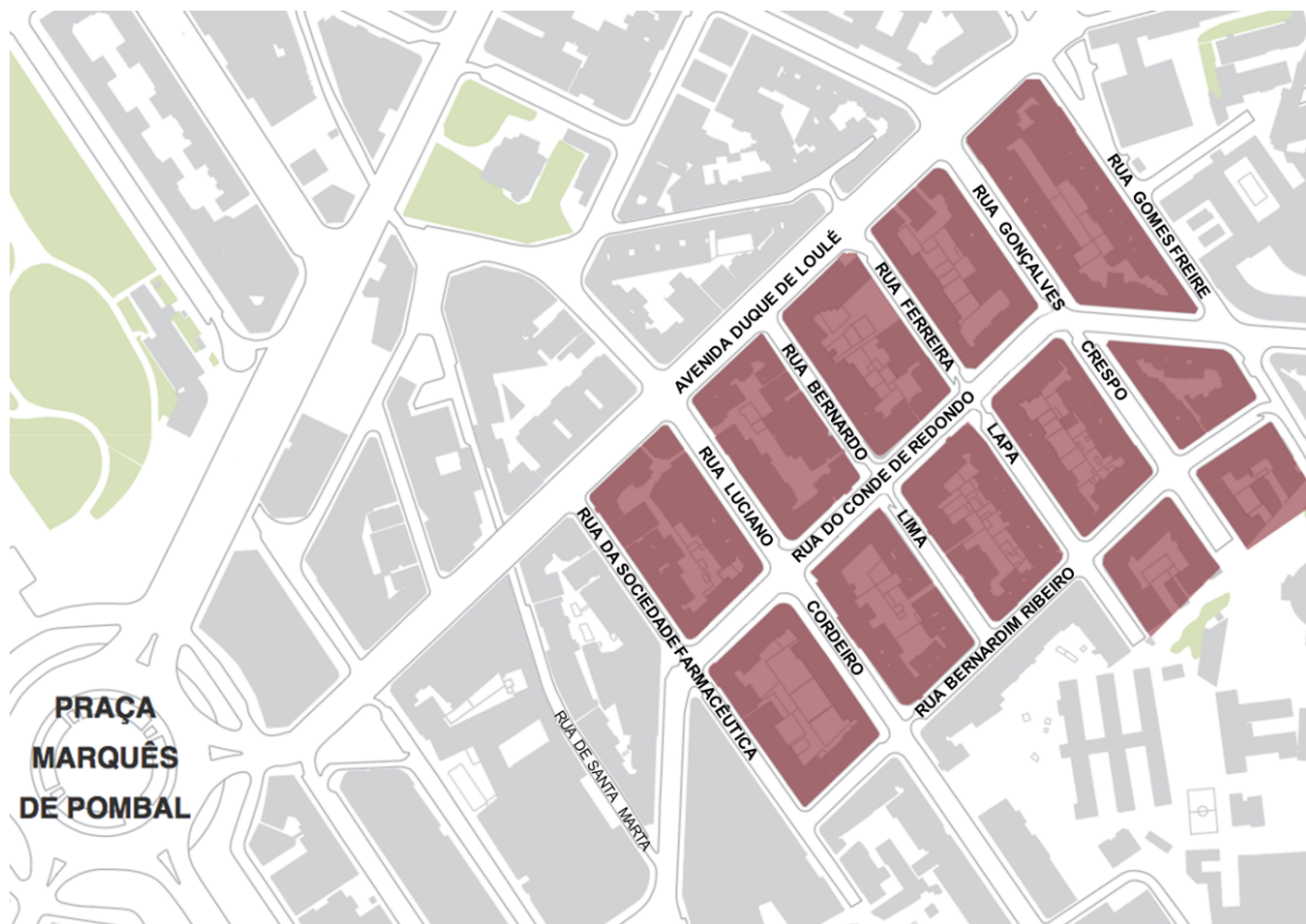
Ricardo Fernandes (coordenador do GAT)

Júlia Pereira (ex-coordenadora do Grupo de Reflexão e Intervenção Sobre Transexualidade - GRIT), da Associação ILGA Portugal).

ANEXO C

Grelha de Observação

Nº de Observação:	Data:	Horário:	Local:
Equipa Presente:			



Outras Anotações

ANEXO D

Glossário Travesti

A

Alibã | O mesmo que polícia.

Amapô | O mesmo que mulher.

Amigos | Relativo a clientes habituais ou fixos, que adquirem, com alguma periodicidade (semanal, quinzenal e/ou mensal), serviços sexuais junto da(s) mesma(s) travesti(s), por vezes, durante longos períodos de tempo, às vezes anos.

Aqüé | O mesmo que dinheiro.

Aquendar a neca | Significa esconder o pénis («*neca*»). Segundo as travestis existem, pelo menos, duas maneiras de conseguir tamanha proeza, sendo que em qualquer uma delas, a transformação da «*neca*» numa falsa vagina dependia do seu «*dote*» (tamanho). Uma delas, e a mais simples, usada habitualmente no contexto prostitucional, era obtida esticando o pénis, primeiro para a frente e depois para baixo, empurrando-o, o mais possível para trás, juntamente com os testículos, fazendo com que se encaixasse na pélvis, entre as pernas. A outra forma, mais elaborada e, geralmente utilizada na realização de shows de transformismo, recomendava a utilização de fita adesiva. O pénis deveria ser esticado para baixo e para trás para depois ser envolvido, juntamente com os testículos, com uma fita adesiva desde a base abdominal até à zona do cóccix.

B

Babado | Significa uma novidade, fofoca, acontecimento, episódio interessante (p. ex. *minha amiga disse que ia me contar o maior babado de sempre!!*). Mas, dependendo do contexto, também pode significar algo desagradável (p. ex. *nossa, gen'ti!!! Qui babado é esse qui 'tá acontecendo aqui na rua?*).

O termo é, ainda, utilizado para se referirem ao VIH/Sida (p. ex. *ela tem o babado*).

Bater cabelo | Ato girar a cabeça e movimentar o cabelo/peruca para os lados, mostrando superioridade face às outras travestis. O mesmo que «*dar close*».

Beijinho | Sinónimo de sexo oral. O mesmo que «*chupada*» ou «*mamada*».

Bicha | O mesmo que *gay*.

Bofe | Homem heterossexual, de aparência máscula e que desempenha o papel penetrativo na relação sexual. É com este tipo de homens que, geralmente, as travestis pretendem relacionar-se afetiva ou sexualmente, esperando virem a se constituir seus «*maridos*», ou seja, seus namorados. Sinónimo de «*homem de verdade*».

Bombadeira | Profissional (geralmente travesti mais velha e com alguma antiguidade no contexto prostitucional) que, por via da experiência, aprende a dominar a “técnica” caseira de injetar silicone industrial no corpo das travestis.

Boyzinho | Termo para designar rapaz efeminado. Também serve para se referirem ao período prévio ao da transformação corporal (p. ex. *quando eu era um boyzinho*).

C

Cabrito | Termo utilizado geralmente pelas travestis mais velhas para se referirem a clientes jovens.

Cafetina | Na realidade brasileira, o termo é usado para designar uma travesti, mais velha, administradora de uma casa ou pensão, na qual residem outras jovens travestis, a quem é cobrado o pagamento da «*diária*» pela moradia (Garcia, 2007, p. 62; Pelúcio, 2007a, p. 244). No contexto português, a sua utilização serve para designar outras

situações que não se encontram somente ligadas à obtenção de lucro, por razões de moradia. Embora estas, também, ocorram, o termo é principalmente usado para designar as “veteranas” que cobram um valor pela integração das “novatas” no território prostitucional. O seu significado é análogo ao de “chulo”, presente na prostituição feminina, embora haja algumas diferenças no que respeita ao tipo de vínculo (escolhido e não imposto) que era estabelecido entre «*cafetina*» e «*cafetinada*».

Cafetinada | Travesti que se encontra sobre as ordens de uma «*cafetina*».

Cagar no pau | Sujar o pênis do cliente ou namorado com a libertação de fezes durante o ato sexual. O mesmo que «*passar cheque*».

Camisinha | Sinónimo de preservativo.

Camones | Homem de nacionalidade estrangeira, geralmente turista na cidade. Sinónimo de «*gringo*».

Chilindró | O mesmo que prisão, cadeia, calabouço.

Cientes estragados | Clientes que, ao lhes terem sido concedidos “descontos”, tentam, nas “negociações” seguintes, resistir ao pagamento dos preços tabelados, acabando por procurar as travestis que fazem valores bastante mais atrativos, ou seja, «*varejo*».

Chuchu | Termo para designar a barba e pelos do rosto e queixo.

Colocada | Pessoa que apresenta adição às drogas.

Chupada | Sinónimo de sexo oral. O mesmo que «*beijinho*» ou «*mamada*».

Completo | Ato sexual que inclui o sexo oral e o sexo anal.

D

Dar close | Exibir-se e mostrar-se superior às demais travestis. Garcia (2007, p. 128) acredita que a origem deste termo tem origem na música “Close” realizada pelo cantor brasileiro Erasmo Carlos em tributo à conhecida transexual Roberta Close, cujo refrão diz “dar um close nela”.

Dar leite | Ato de ejacular no final da prestação do serviço sexual.

Descer na rua | Ação de frequentar, pela primeira vez, o território prostitucional.

Dote | Tamanho do pênis.

E

Entrevista | Processo negocial com o cliente onde se aborda os serviços sexuais prestados, os preços, o tempo de duração e as condições de exercício disponibilizadas.

Europeia | Travesti que teve uma experiência na Europa relacionada com o mercado internacional do sexo.

Escândalo | Algo muito bom.

Estrear | Expressão utilizada para se referirem ao atendimento do primeiro cliente da noite. Não se «*estrear*» significa, pois, que ainda não esteve com nenhum cliente.

Esporra | O mesmo que esperma ou «*meita*».

F

Fazer a chuca | Limpeza do intestino através da colocação de uma pequena mangueira de chuveiro na entrada do ânus. Após introduzirem água suficiente, retiravam a mangueira e evacuavam. O procedimento era efetuado até a água sair limpa, por razões iminentemente higiénicas. Elas não pretendiam «*passar cheque*», isto é, «*cagar no pau*», sujando o pênis do cliente ou namorado com fezes.

Fazer o corpo | Ato de transformar o corpo masculino num corpo feminino por meio de diferentes tecnologias estéticas.

Fazer o vício | Ato de oferecer serviços sexuais sem a exigência de pagamento, simplesmente pelo prazer.

Fazer praça | Ato de circular entre «*puteiros*» existentes no território nacional e europeu, com permanência, em cada um, por um tempo limitado, nunca inferior a 15 dias.

Finas | Diminutivo usado para se referirem ao *Finalmente Club* – a mais antiga casa de espetáculos de transformismo de Portugal.

G

Gay Montada | Travesti que constrói uma “personagem” que reproduz (nalguns casos, de forma exuberante e exagerada) uma imagem feminina, por meio da utilização de roupas, adereços, saltos altos, maquilhagens ou outros elementos simbólicos do universo feminino. A transformação de género é (auto)reconhecida como “artificial”, dado não existir uma corporalidade encarnada da feminilidade: no lugar do cabelo natural, há perucas; e no lugar das mamas, nádegas e ancas há esponjas que simulam a sua existência. Não há, também, uma preocupação na ocultação de todos os traços masculinos, pelo que, estes acabam por coexistir com a personagem feminina.

Gringo | Homem de nacionalidade estrangeira, geralmente turista na cidade. Sinónimo de «*camones*».

H

Homem de verdade | O mesmo que «*bofe*».

I

Ir de cana | Ir presa

M

Mãe | Travesti “veterana” que disponibiliza um conjunto de recursos às travestis “novatas” quando chegam, pela primeira vez, à prostituição. Também pode ter o significado de «*madrinha*».

Madrinha | O mesmo que «*mãe*».

Mamada | Sinónimo de sexo oral. O mesmo que «*beijinho*» ou «*chupada*».

Mana | Travesti com quem se estabelece relação de amizade.

Maricona | Homens que, mesmo tendo uma aparência masculina, gostam de desempenhar o papel de recetivos na relação sexual. Vistos pelas travestis como homossexuais.

Marido | Relativo a homens que têm relações afetivo-sexuais estáveis ou vivem com as travestis, independentemente do tempo de relacionamento ou do tipo de vínculo (formal/informal) estabelecido. A designação serve para diferenciá-los os “homens-clientes”, que recorrem a elas para a procura de serviços sexuais comerciais.

Meita | O mesmo que esperma ou «*esporra*».

Mona | Modo de tratamento entre travestis.

Montar/Montar-se | Processo de produção travesti no qual os signos visuais masculinos exteriores são apagados e redefinidos por outros, dando lugar a uma aparência de género feminina. Este processo requer uma apropriação de indumentária, elementos gestuais, físicos e corporais adequados.

Mondrongo | Espécie de grandes “caroços” ou edemas resultantes da aplicação de silicone industrial no corpo.

Mulherão | Designação atribuída às travestis que possuem um corpo escultural e tonificado, capaz de fazer inveja às demais.

N

Neca | Sinónimo de pênis. Quando se referem ao seu órgão sexual tendem a fazer uso de eufemismos, como «*grelho*», «*pau*», «*brinquedo*», «*detalhe*», «*apêndice*», «*coisa*» ou «*extra*» para o identificar.

O

Operada | O mesmo que «*travesti operada*».

P

Pagar diária | Relativo ao pagamento pela estadia na pensão, apartamento ou «*puteiro*».

Passar Cheque | Sujar o pênis do cliente ou namorado com a libertação de fezes durante o ato sexual. O mesmo que «*cagar no pau*».

Pemba | O mesmo que cocaína.

Penosa | Travesti que se queixa, com frequência, de falta de dinheiro. Referente a pobre.

Pinto | Sinónimo de pênis. O mesmo que «*neca*».

Piso | Casa e espaço *indoor* dedicado à prática da prostituição. Também designada por «*puteiro*».

Ponto | Lugar, esquina ou rua de determinada travesti onde aí desenvolve a atividade prostitucional.

Puteiro | Casas e espaços *indoor* dedicados à prática da prostituição. Também designadas por «*pisos*».

Q

Queijo | Sujidade acumulada na glândula do pênis de um homem.

R

Racha | O mesmo que vagina. Também usada a variação de «*rachada*».

T

Travesti operada | Relativo a mulher transexual que procedeu a uma cirurgia de reatribuição sexual.

V

Varejo | Ato de diminuir os preços tabelados dos serviços sexuais para conseguir angariar clientes.

Viciosa | Travesti que oferece serviços sexuais sem a exigência de pagamento, simplesmente pelo prazer.

Vicioso | Cliente que apenas adquire serviços sexuais a preços reduzidos ou gratuitos.

Visita | Deslocação à pensão ou apartamento com clientes.

ANEXO E

Lista de Entidades Contactadas Para Divulgação do Estudo

1. Associação ILGA-Portugal
2. Grupo de Reflexão e Intervenção Sobre Transexualidade (GRIT)
3. Rede *Ex-Equo*
4. Não te Prives – Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais;
5. Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género (AMPLOS)
6. Associação para o Planeamento da Família (APF)
7. Rede sobre Trabalho Sexual (RTS)
8. Associação Opus *Gay*
9. Grupo Transexual Portugal
10. PortugaGay.pt (*site*)
11. Dezanove.pt (*site*)
12. Coletivo Caleidoscópico LGBT
13. Discoteca *Trumps*

ANEXO F

Caracterização das Entrevistadas [dados de 2013]

Nome	Idade	Escolaridade	Idade da 1ª relação sexual	Idade do/a parceiro/a da 1ª relação sexual	Abuso sexual	Idade de início da prostituição	Anos de prática de prostituição	Naturalidade	Nacionalidade	Identidade	Tipo de Habitação
Marlene	32	12º ano	13 anos	30 anos	Sim	17 anos	15 anos	s/d	Cabo-verdiana	VT	Barraca
Diva	46	4º ano	16 anos	20 anos	Não	16 anos	30 anos	Lisboa	Portuguesa	VT	Casa arrendada (habitação social)
Cristiana	50	9º ano	s/d	s/d	s/d	25 anos	25 anos	Lisboa	Portuguesa	GM	Casa arrendada (isolada)
Dalila	32	10º ano	15 anos	s/d	Não	18 anos	8 anos	Lisboa	Portuguesa	GM	Casa própria
Fabiana	25	11º ano	14 anos	24 anos	Sim	19 anos	6 anos	Lisboa	Portuguesa	VT	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Estefani	28	9º ano	6-9 anos	15 anos	Sim	20 anos	8 anos	Lisboa	Cabo-verdiana	VT	Quarto
Ivone	43	Frequência universitária	7 anos	35 anos	Sim	18 anos	25 anos	Equador	Equatoriana	VT	Casa arrendada (isolada)
Leila	23	12º ano	18 anos	20 anos	Não	20 anos	3 anos	Minas Gerais	Brasileira	VT	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Carina	32	9º ano	18 anos	s/d	Não	18 anos	3 anos 6 meses	Porto Santo	Portuguesa	GM	Pensão
Liliana	23	12º ano	10-11 anos	15 anos	Sim	21 anos	2 anos	Beja	Portuguesa	GM	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Zara	56	6º ano	10 anos	16 anos	Sim	21 anos	35 anos	Porto	Portuguesa	VT	Casa própria
Nádia	40	4º ano	14 anos	s/d	Não	32 anos	8 anos	Guimarães	Portuguesa	VT	Casa arrendada (partilhada com familiares)
Olga	29	9º ano	20 anos	38 anos	Não	26 anos	2 anos e 8 meses	Portimão	Portuguesa	GM	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Alessandra	34	4º ano	12 anos	40 anos	Sim	21 anos	13 anos	Minas Gerais	Brasileira	VT	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Priscila	23	6º ano	16 anos	16 anos	Não	20 anos	3 anos	Lisboa	Portuguesa	VT	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Rebeca	34	9º ano	< 10 anos	s/d	s/d	24 anos	10 anos	Lisboa	Portuguesa	VT	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)
Bianca	32	11º ano	13 anos	s/d	Não	21 anos	11 anos	Espírito Santo	Brasileira	GM	Casa arrendada (partilhada com namorado)
Sabrina	36	5º ano	12 anos	30 anos	Sim	19 anos	17 anos	Évora	Portuguesa	GM	Casa arrendada (partilhada com namorado)
Carole	33	12º ano	13 anos	30 anos	Sim	22 anos	11 anos	São Paulo	Brasileira	VT	Casa arrendada (isolada)
Cynthia	32	7º ano	14 anos	20 anos	Sim	17 anos	15 anos	Goiânia	Brasileira	VT	Casa arrendada (isolada)
Rafaela	34	12º ano	12 anos	s/d	s/d	33 anos	1 ano	São Paulo	Brasileira	GM	Casa arrendada (partilhada com outra travesti)

s/d – sem dados | VT - «verdadeira travesti» | GT - «gay montada».

ANEXO G

Guião de Entrevista

PRÓLOGO:

Esta entrevista faz parte da minha investigação para doutoramento em serviço social sobre as pessoas travestis que realizam a prática da prostituição de rua. Trata-se de um trabalho que está a ser desenvolvido no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e orientado pelo Professor Pedro Vasconcelos (que tem desenvolvido trabalho nas áreas do género e da sexualidade) e coorientado pelo Professor Doutor Jorge Ferreira (com trabalho na área do serviço social).

O objetivo desta entrevista é aprofundar a sua trajetória de vida e caracterizar o trabalho sexual realizado pelas pessoas travestis. Não tem uma duração pré-definida, por isso pode falar durante o tempo que considerar necessário. Começarei por lhe fazer algumas perguntas relativas ao contexto da prostituição de rua. De seguida gostaria de realizar a reconstituição da sua história pessoal. Esta reconstituição poderá seguir um fio cronológico, mas também esteja à-vontade para não o fazer, se assim o entender. Posteriormente, abordaremos situações de vulnerabilidade e exclusão social vivenciadas e, finalmente, concluiremos a entrevista com algumas perguntas acerca das pessoas ou instituições que a(o) ajudam, quando necessita.

Tudo o que disser é absolutamente confidencial. A sua identidade será totalmente preservada. Todos os dados pessoais serão alterados de modo a que, se tiver que citá-la(o), ninguém a(o) possa identificar. Por outro lado, todas as informações que me der serão utilizadas exclusivamente com fins científicos, para conhecer melhor as pessoas travestis, em especial, aquelas que realizam trabalho sexual, e em momento algum serão objeto de avaliação moral. Por tudo isto, esteja totalmente à vontade para falar com toda a liberdade. Além disso, tem total liberdade para não responder a alguma pergunta, para interromper a entrevista ou para desistir da sua participação neste estudo.

Desde já agradeço o facto de ter resolvido colaborar nesta investigação. Não há informações boas e más: tudo o que tiver para me dizer será útil para o avanço do conhecimento sobre este tema. O seu contributo é extremamente importante para o avanço do conhecimento científico sobre a vida das pessoas travestis que realizam trabalho sexual, uma área ainda pouco conhecida em Portugal.

RECOLHA DE INFORMAÇÃO RELEVANTE:

1. O Campo Social do Trabalho Sexual de Rua

Gostaria de abordar algumas questões relativas à prática e à dinâmica da realidade do trabalho sexual exercido em contexto de rua

1.1. Dinâmicas Prostitucionais

Relato do Quotidiano

1.1.1. Conte-me como é que é uma noite na rua, desde a preparação para sair de casa até regressar (descrição o mais detalhada e pormenorizada possível)

Perguntas de orientação: Antes de sair de casa para ir para a rua tem algumas coisas que faça sempre e que tenham algum significado para si (reza? faz mezinhas? Encontra-se com alguém para tomar café?...). Como se desloca até à rua? (de carro próprio, carro de amiga/o ou transportes públicos?). Onde se prostitui? (local?)

Colegas de Trabalho e Vizinhos

1.1.2. Fale-me sobre as relações com as suas colegas da rua.

Perguntas de orientação: Que situações considera serem geradoras de conflito entre as colegas de trabalho? E porquê? Que situações considera serem geradoras de cooperação e ajuda entre vocês? E Porquê?

1.1.3. Existem algumas colegas consideradas as “líderes” do grupo? O que é as fazem ser consideradas como “líderes”?

1.1.4. Pode prostitui-se em qualquer rua do quarteirão ou considera haver espaços e sítios específicos, na rua, para cada uma de vocês? Porque acontece isso?

1.1.5. Fale-me sobre as relações com os vizinhos e comerciantes do *Conde*.

Cientes e Serviços Sexuais

1.1.5. Que tipo de clientes procuram os seus serviços? Que orientação sexual considera que eles têm?

1.1.6. Já aconteceu algum dos clientes não reconhecer a sua identidade? Como foi esse acontecimento? Qual foi a reação dele quando teve conhecimento?

1.1.7. Que tipo de serviços sexuais são, normalmente, mais solicitados?

Perguntas de orientação: Com os clientes costuma ser mais ativa ou passiva? Já teve mulheres clientes? Pratica sexo em grupo? Atende casais? E práticas *Sado-Masoquistas, Bondage e Disciplina* (SMBM)?

1.1.8. Chega a estabelecer relações de confiança e amizade com alguns clientes? Gostaria que me relatasse uma ou duas situações destas.

1.1.9. Considera que poderá, em algumas circunstâncias, existir prazer com os clientes, na realização dos serviços sexuais? Já realizou sexo por prazer, com clientes?

1.1.10. Qual é o número médio de clientes que costuma estar numa noite? E por mês?

Preços, Preservativo e IST

1.1.11. Quais são os preços que cobra pelos diferentes serviços sexuais (sexo oral, anal, completo, em grupo)? Existem situações em que cobra outros preços? Quais são elas e porquê?

1.1.12. Em estimativa, quanto costuma ganhar por mês?

1.1.13. E já realizou serviços sexuais de graça? Porquê e em que circunstâncias?

1.1.14. Como é que realiza a negociação do preço? (pensão, serviço sexual, preservativo, recebimento do valor no início ou no fim do serviço sexual?)

1.1.15. Já alguma vez lhe foi solicitado, por algum cliente, a realização de serviços sexuais sem a utilização de preservativo? Já alguma vez realizou algum tipo de serviço sexual (incluindo sexo oral) sem preservativo?

1.1.16. Costuma realizar, com frequência, exames médicos para saber se contraiu alguma IST? Atualmente, sabe se tem alguma IST?

1.1.17. Como lida (ou como as suas colegas lidam) com o facto de viver(em) com o HVI/Sida?

1.2. Estratégias de Angariação de Clientes e Divulgação da Atividade

1.2.1. Na rua, o que faz para conseguir angariar clientes?

Perguntas de orientação: utiliza roupas mais provocantes? Chama os condutores dos carros? Aborda os transeuntes na rua, como possíveis clientes?

1.2.2. Para além da rua, também realiza sexo comercial em apartamentos? Nesta situação, encontra-se sozinha ou acompanhada? E por quem (colegas, namorado)?

1.2.3. Em apartamentos como realiza a divulgação dos seus serviços sexuais?

Perguntas de orientação: publicita os seus serviços nos anúncios de imprensa, em *sites* de internet, em *blogs*, ou *chats* televisivos?

1.3. Percursos Migratórios, Sistema Judicial e Policial

1.3.1. Já emigrou para outro país com o objetivo a realização de trabalho sexual? Descreva-me esse percurso e o que sentiu.

Perguntas de orientação: Que país foi? Em que período da sua vida? Porque emigrou? Foi sozinha/acompanhada? Tinha já algumas referências acerca do local de destino? Como se deslocou até lá (transportes)? Teve problemas na fronteira devido à sua identidade? Que diferenças sentiu entre os países, em relação à prostituição?

1.3.2. Em Portugal, como observa a relação dos agentes policiais com a prostituição? (conflituosa/cooperante). Costumam realizar intervenções policiais? De que forma são realizadas?

1.3.3. Já teve algum problema relacionado com a justiça? Já esteve presa? Porquê?

(questões a ser efetuada apenas às entrevistadas mais velhas)

1.3.4. Como é que era a vida da prostituição travesti no passado (anos 70/80/90)? (vulnerabilidades, amizades, colegas, estigma...)

1.3.5. Tem conhecimento ou presenciou a intervenção policial nesse período? Gostaria que me pudesse descrever essa intervenção.

1.3.6. Que dois ou três desses momentos mais a marcaram e porquê?

1.3.7. O que é mudou relativamente aos dias de hoje?

1.4. Representações Sobre a Prostituição

1.4.1. Como é que considera a atividade que realiza? (um modo de vida, um trabalho, um escape, um forma de rendimento)

- 1.4.2. Que aspetos positivos destaca da prostituição? E aspetos negativos?
- 1.4.3. O que é considera que a sua família, amigos e a sociedade em geral pensam sobre a prostituição? O que é que considera que eles pensam sobre si?
- 1.4.5. O que é que reclama e deseja em relação à prostituição? O que é que poderia ser diferente?

1.5. Motivação de Entrada na Prostituição

- 1.5.1. Olhando para a sua história pessoal que dois ou três acontecimentos/fatores influenciaram a sua entrada no meio prostitucional?
- 1.5.2. Como foi a sua entrada, pela primeira vez, no meio prostitucional?
Perguntas de orientação: Onde se encontrava? Esteve sozinha ou acompanhada? Ouve aceitação das colegas? Como teve conhecimento das pensões, preços e regras da rua?
- 1.5.3. Gostaria que me pudesse relatar a sua primeira experiência sexual no contexto da prostituição
Perguntas de orientação: (atores) Quem participou nesse episódio? (cenário) Onde ocorreu? Quando? (papéis) O que é que cada uma das pessoas envolvidas fez? (sentimentos) E para si, o que significou essa relação sexual? Obteve prazer sexual? Sentiu que a outra pessoa teve prazer sexual? (contexto) Em que fase da sua vida é que isso aconteceu?
- 1.5.4. Os seus pais (ou quem o/a educou) têm conhecimento da atividade que realiza? Como é que reagiram quando souberam pela primeira vez? E hoje em dia como é que encaram a situação? (rejeição total/aceitação plena/ aceitação utilitária)

2. Trajetória de Vida: A família de origem, infância e adolescência

Gostaria de conversar um pouco sobre o desenrolar da sua vida e sobre o processo de construção da sua identidade. Por isso, gostaria que pudesse realizar um esforço para, mentalmente, regressar à sua infância/adolescência.

2.1. Morfologia e Meio Social da Família de Origem

- 2.1.1. Para que eu me possa situar na história da sua vida, gostava que fizesse um retrato da sua família (de origem), onde nasceu e passou a sua infância e adolescência (indicar se não viveu no mesmo grupo doméstico nestes dois períodos)
Perguntas de orientação: Onde vivia? Quem vivia consigo? (parentesco, sexo, diferença de idade, situação conjugal). Do que viviam? (profissão/atividades dos pais e de outros membros do grupo doméstico).

2.2. Dinâmicas Familiares e Socializadoras

- 2.2.1. Descreva-me esses seus familiares. Como é que era a relação de cada um deles consigo? E como é que era a relação entre eles?
- 2.2.2. Quando se encontravam em casa, o que faziam no dia da semana ou num fim de semana típico? Quem? Com quem? (só da família/grupo doméstico). Atividades realizadas dentro de casa (ex: divisão das tarefas domésticas e cuidados das crianças, atividades de lazer/hobbies, conversas)
- 2.2.3. Quando saíam de casa, habitualmente faziam o quê? Quais as atividades que predominavam em família? (ex: ir ao café, ao cinema, ao teatro, concertos, atividades associativas, desportivas, políticas, religiosas, leituras, etc.). Com quem iam? Com que regularidade?
- 2.2.4. Lá em casa, nessa altura, quando não estavam de acordo (conflitos) era, normalmente, a propósito de quê ou de quem? E entre quem se davam essas divergências? Como se resolviam?
- 2.2.5. Durante este período familiar o que considera ter sido o(s) acontecimento(s) mais marcantes para si?

2.3. Educação Familiar sobre Género e Sexualidade

- 2.3.1. Ao longo da sua educação o que é que os pais (ou quem a/o educou) lhe transmitiram sobre o que é “ser homem” e o “ser mulher” (género)? Como é que lhe transmitiam isso?
- 2.3.2. O que é que acha que os seus pais (ou quem a/o educou) esperavam de si por ser biologicamente um rapaz? Acha que esperariam o mesmo de si se fosse uma rapariga? Porquê?
- 2.3.3. Ao longo da sua educação o que é que os pais (ou quem a/o educou) lhe transmitiram sobre a sexualidade? Como é que lhe transmitiam isso?
- 2.3.4. De que forma todas essas mensagens e expectativas que lhe foram sendo transmitidas influenciaram na pessoa que é hoje?

2.4. A Percepção e a Vivência da Diferença

- 2.4.1. Quando é que se apercebeu, pela primeira vez, que era “diferente” em relação às outras crianças. Pode descrever-me esse(s) momentos(s)? Como é que se sentia, nessa altura?
- 2.4.2. Com quem, e como, é que costumava brincar?
- 2.4.3. Em que situação é que, pela primeira vez, se sentiu discriminada pela sua “diferença”?
- 2.4.4. Quando os seus pais (ou quem a/o educou) perceberam que era “diferente”, como é que eles reagiram? Quando os seus pais (ou quem a/o educou) não concordavam com algum comportamento seu (brincar, vestir, falar, andar) o que é que faziam? Pode descrever-me algum episódio?
- 2.4.5. Os seus pais (ou quem a/o educou) chegaram a procurar alguma “solução” para o seu comportamento?
- 2.4.6. O que fazia para esconder a sua “diferença”? (*estratégias de ocultamento*)

2.5. Adolescência, Pares e a Vida Escolar

- 2.5.1. A adolescência é um período de grandes mudanças. Como é que viveu, no seu caso, esta fase da sua vida?
- 2.5.2. Como é que era a sua relação com a vida escolar?
- 2.5.3. Como é que era percebida a sua “diferença” pelos seus colegas e professores? Como é que se relacionavam consigo? Como é que reagia?
- 2.5.4. Gostaria que me relatasse um ou dois episódios que considere importantes, relacionados com a sua “diferença” e que a tenha marcado no mundo escolar.
- 2.5.5. Com que idade abandonou a escola? Porque motivos o fez?

2.6. A Descoberta e o Início da Sexualidade

- 2.6.1. Durante este período (infância e adolescência) já sentia algum desejo erótico por outros meninos/rapazes? Que desejos eram esses? Chegou a ter algumas brincadeiras mais eróticas quando era criança?
- 2.6.2. Gostaria que me relatasse um ou dois episódios, que considere mais importantes, relacionados com a sua sexualidade, ocorridos na sua infância/adolescência.
- 2.6.3. Como foi a sua primeira experiência amorosa? (se o/a entrevistado/a perguntar “amorosa ou sexual”? pedir que distinga uma da outra e que fale das duas⁴⁰⁴)
- Perguntas de orientação: (atores) Quem participou nesse episódio? (cenário) Onde ocorreu? Quando? (papéis) O que é que cada uma das pessoas envolvidas fez? (sentimentos) O que é que acha que isso significava para ele/a? E para si, o que é que sentiu e o que significou essa experiência? Obteve prazer sexual? Sentiu que a outra pessoa teve prazer sexual? (contexto) Em que fase da sua vida é que isso aconteceu? O que é que acontecia na sua vida nesse momento (ex: em termos familiares, escolares, profissionais, etc.?) Acha que isso influenciou de alguma maneira o que aconteceu e a forma como viveu esse episódio?*

2.7. Balanço Educativo

- 2.7.1. Em termos gerais, qual/quais foi/foram a(s) pessoa(s) que mais importância teve na sua educação? Porquê? (Identificar o papel dessa pessoa na família)
- 2.7.2. Considera que a sua educação teve influência naquilo que é hoje? Em que termos?

3. Trajetória de Vida II: A Vida Adulta

Gostaria agora de passar a conversar um pouco sobre o início da sua vida adulta e a vida mais recente.

3.1. Desenvolvimento da Identidade Travesti

Saída de Casa

- 3.1.1. Quando (idade) e porque saiu de casa dos seus pais (ou quem a/o educou)? Como foi essa saída? O que sentiu? Para onde e com quem foi viver?
- 3.1.2. Chegou a passar necessidades? (fome, falta de habitação...)
- 3.1.3. Alguma vez trabalhou fora do mundo da prostituição? O que fazia? Onde e quando? Como foi/foram essa(s) experiência(s)?

⁴⁰⁴ Esta estratégia é utilizada por Bozon e Heilborn (1996), no seu estudo sobre iniciação da vida sexual.

Processo de Feminização/Transformação

3.1.4. Fale-me sobre o início do seu processo para se tornar feminina/de se transformar. Lembra-se da primeira vez que vestiu uma roupa (maquiou, depilou, colocou adornos) feminina? Como é que sentia nessa altura?

3.1.5. Tinha modelos de outras pessoas travestis com quem se identificava? Quem eram? O que via nela/e? E hoje em dia quem são os seus modelos?

3.2. O Processo de Modificação Corporal

(Perguntas apenas para pessoas travestis que não desejam modificaram o corpo)

3.2.4. Porque não deseja avançar no processo de transformação corporal?

(Perguntas apenas para pessoas travestis que já modificaram o corpo)

3.2.1. Fale-me sobre o início da sua transformação corporal. Como, quando, porque e com quem foi? O que começou por modificar primeiro? (ex: a depilação, deixar crescer os cabelos?)

3.2.2. Quando e porque é que decidiu realizar maiores transformações corporais?

3.2.3. Fale-me desse seu processo de transformação corporal até ao momento.

Perguntas de orientação: (hormonas) Chegou a tomar hormonas? Que tipo de hormonas tomou? Como é que foi esse processo? Que transformações sentiu no seu corpo? *(silicone)* E silicone? Já injetou? Em que partes do corpo? Quem realizou a incorporação de silicone (“bombadeira” ou um/a profissional de saúde? E porquê a sua escolha?). Como foi o processo? *(Operações Plásticas)* E Já realizou operações plásticas? Quantas? Em que partes do corpo? Porque fez nesses partes do corpo? Quanto gastou em cada operação?

3.2.4. Que riscos é que se pode correr neste processo de transformação corporal? Já teve problemas derivados dessas transformações? Que problemas foram?

3.2.5. Deseja realizar a operação à genitália. Porquê?

3.3. Representações sobre o Género

3.3.1. Para si, o que é que define o “ser-se homem”? E o “ser-se mulher”? E o “ser-se travesti”?

3.3.2. Normalmente, como é que as outras pessoas a consideram? E como se considera, a si mesmo/a? (homem, mulher, homem feminino, mulher masculina, travesti, transexual...). Trata-se a si mesmo/a no feminino ou no masculino? Se ambas, porquê e em que circunstâncias? (rua, amigos, família...).

3.4. Vivência da Sexualidade

3.4.1. Em termos de identidade sexual, como se descreveria? (hetero, homo, bissexual)

3.4.2. Já alguma vez se relacionou com mulheres? Conhece travestis que já se relacionaram?

3.4.3. Para poder viver a sua sexualidade, onde costuma arranjar parceiros/as? (ex: no contexto da prostituição, em lugares com objetivos sexuais - bares, discotecas, locais de engate, etc.)

3.4.4. Utiliza as novas tecnologias para fins sexuais? Se sim, quais? (telemóveis, internet, anúncios na imprensa, etc...)

3.4.5. Houve na sua vida algum episódio “traumático” ligado à sexualidade? Se sim, pode descrever-me o que se passou?

3.2.6. Hoje em dia, qual é a importância que atribui ao sexo, na sua vida?

3.2.7. No sexo (fora do contexto prostitucional), qual o papel que atribui aos homens, às mulheres e às travestis?

3.5. Relacionamentos Afetivos/Amorosos

3.5.1. Descreva-me, como é para si, um companheiro/namorado ideal? Que requisitos e atributos deverá ter? E que tipo de homens é que rejeita, totalmente, para ser seu companheiro?

3.5.2. Em que contextos é que conhece os seus companheiros? (clientes, namorados de outras colegas, bares, internet, etc...) Porque namora/não namora com clientes?

3.5.3. Atualmente mantém algum relacionamento?

Se a resposta for afirmativa responder às seguintes questões. Caso a resposta seja negativa perguntar pelo último relacionamento:

3.5.4. Fale-me sobre ele (ex: onde é que ele vive? qual é a atividade profissional?...)

3.5.5. Como e onde conheceu o seu atual companheiro? Como foi o processo de aproximação?

3.5.6. O que é que a faz estar com ele? E porque considera que ele está consigo?

3.5.7. O que é que costuma fazer para lhe agradar? O que é que ele costuma fazer para a agradar?

Perguntas de orientação: Costuma dar-lhe presentes e ofertas? Que tipo de presentes e ofertas são essas?

3.5.8. Como costumam ser as relações sexuais com ele, em termos de papéis sexuais? (passivo, activo)

3.5.9. Realiza sexo com ou sem preservativo com o seu companheiro? Porquê?

3.5.10. Como é que ele lida com o facto de saber que se prostitui?

3.5.11. Quem considera que é mais dependente na relação? Você dele ou ele de você? Porquê?

3.6. Dinâmicas e Modelos Familiares Atuais

3.7.1. Mantém relações com a sua família de origem? Se sim:

Perguntas de orientação: onde e quando se encontram? Como e quando se contactam? Porque motivos? Com que regularidade?

3.7.2. Quem considera ser, atualmente, a sua “família”⁴⁰⁵.

Perguntas de orientação: Onde vive? Quem vive lá em casa? (parentesco/relação com Ego, sexo, diferenças de idade, situação conjugal, trajetória profissional dos membros – primeira e última profissão – grau escolar atingido)

3.7.3. Descreva-me esses seus “familiares” e como é que é a relação de cada um deles consigo? E como é que é a relação entre eles?

3.7.4. Lá em casa, quando não estão de acordo (conflitos) é, normalmente, a propósito de quê ou de quem? Como os resolvem (*Eixo Regulação: Conflitos*)

3.7.5. Na sua opinião, o que é que é uma boa relação entre pais e filhos? Em que é que a sua relação com os seus pais (ou quem a/o educou) se aproxima desse modelo? E em que é que se afasta?

4. Vulnerabilidades, Violências e Discriminações

4.1. Riscos e Vulnerabilidades

4.1.1. Consome álcool? Quando, com que frequência e em que contextos consome bebidas alcoólicas?

4.1.2. Consome (ou já consumiu) drogas? Que tipo de drogas? Quando, com que frequência e em que contextos consome (ou consumiu) drogas? (ex: com clientes, colegas, namorados, em bares...)

4.1.3. Alguma vez lhe foi diagnosticado algum problema de saúde mental (ex: depressão, ansiedade, etc...). Qual/Quais? Quando? Foi acompanhada? Ainda mantém o acompanhamento?

4.1.4. Alguma vez se auto mutilou? Conhece alguma colega que o tenha feito? Porque o fez?

4.1.5. Conhece alguma colega que já tenha tentado suicidar-se? Alguém na sua família tentou suicidar-se? Alguma vez tentou suicidar-se? Quantas vezes? O que é que sentia quando tentou?

4.2. Violências

4.2.1. *Dentro do contexto prostitucional*, já alguma vez, foi vítima de violência? Que tipo de violência sofreu? (física, sexual, verbal, roubo, rapto, outras)? Gostaria que me pudesse contar um ou dois episódios que mais a marcaram.

4.2.2. E já alguma vez foi violenta ou roubou algum cliente? Conte-me essas situações.

4.2.3. *Fora do contexto prostitucional*, já alguma vez, foi vítima de violência? Que tipo de violência sofreu? (física, sexual, verbal, roubo, rapto, outras)?

4.2.4. Gostaria que me pudesse contar um ou dois episódios que mais a marcaram.

4.2.5. Já alguma vez foi vítima de violência por parte do seu atual (ou anterior/es) companheiro(s)?

4.2.6. Que medidas toma para se proteger dos atos de violência? (*estratégias pessoais, grupais ou comunitárias utilizadas*)

4.3. Estigmatização e Discriminação

4.3.1. Sente que, no seu percurso de vida, já foi alvo de atitudes e comportamentos *subtis* (como olhares, expressões faciais, poses e movimentos) discriminatórios ou de reprovação social por ser travesti? E de atitudes e comportamentos *explicitamente* discriminatórios ou de reprovação social?

Em que contextos esses episódios ocorreram (família, amigos, vizinhos, rua, acesso a serviços⁴⁰⁶...).

4.3.2. Gostaria que me pudesse contar uma ou duas dessas situações que a tenham marcado.

Como é que se sentiu? Como é que reagiu?

⁴⁰⁵ Conceito no qual poderá ser englobada as pessoas que partilham a casa, amigo/as ou outros.

⁴⁰⁶ De saúde, segurança social, forças de segurança, comércio,

4.3.3. Que estratégias (pessoais, grupo ou comunitárias) utiliza para se proteger das atitudes e comportamentos discriminatórios?

5. Redes de Apoio, Solidariedades e Sociabilidades

5.1. Redes de Apoio e Solidariedades

5.1.1. Na sua família de origem a quem é que recorre em caso de *problemas económicos*? Inversamente, quem é que, da sua família, lhe solicita ajuda? (Solidariedades instrumentais, v.g. económicas). Pode descrever algum episódio?

5.1.2. Na sua família de origem a quem é que recorre, habitualmente, nos *momentos difíceis* (doença, falecimento, acidente, problemas afetivos) para a ajudar a resolvê-los? (Solidariedades expressivas-afetivas). Pode descrever algum episódio?

5.1.3. Fora da sua família de origem, a quem é que recorre nos *momentos difíceis* e em caso de *problemas económicos*? (solidariedades instrumentais e afetivas). Pode descrever algum episódio?

5.2. Relações e Espaços de Sociabilidades

Espaços Sociais Diurnos

5.2.1. Durante o dia costuma ir a espaços públicos? Que espaços costuma frequentar? (ex: café, supermercado, cinema...). Porque vai a esses e não a outros? Durante quanto tempo os frequenta? Normalmente vai sozinho ou acompanhada?

Movimentos LGBT e Espaços Sociais Noturnos

5.2.2. Mantém relações com alguma associação ou movimento LGBT?

Perguntas de orientação: Quando é que vai à associação? Porque motivos? Com que regularidade? Considera que atuam como desejaria e que defendem os seus direitos?

5.2.3. Costuma participar, anualmente, na “Marcha LGBT” e no “Arraial Pride”? Porque motivos?

5.2.4. Mantém alguma ligação com espaços de lazer noturnos ligados à comunidade LGBT (ex: bares, discotecas)?

Perguntas de orientação: onde e quando? Como e quando? Porque motivos? Com que regularidade?

Espiritualidade e Religião

5.2.5. Em termos espirituais, mantém alguma ligação com alguma religião ou espiritualidade?

Perguntas de orientação: onde e quando? Como e quando? Porque motivos? Com que regularidade?

5.2.6. Considera ser alvo de invejas por parte de alguém (colegas de rua, familiares, etc...)?

Apoio Psicossocial

5.2.7. Mantém (ou já manteve) relações com alguma instituição de apoio psicossocial?

Perguntas de orientação: onde e quando? Como e quando? Porque motivos? Com que regularidade?

5.2.8. Como avalia essa intervenção? Porquê?

6. Expectativas Futuras

6.1. Em geral, o que é que considera ser necessário ser realizado para que as pessoas travestis possam se sentir mais integradas e aceites socialmente?

6.2. Pensando em todas as coisas que me falou, qual é o balanço que faz da sua vida?

6.3. Daqui a alguns anos, como e onde é que gostaria de estar? (situação imaginária)

6.4. Daqui a alguns anos, como e onde é que, na realidade, considera estar? (situação provável)

CONCLUSÃO:

Estamos mesmo a terminar a nossa entrevista, pelo que gostaria de ter a sua opinião sobre a entrevista:

1. Considera que deveria ter realizado alguma pergunta que não foi realizada? Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi dito, algo que julgue importante na sua biografia pessoal ou sobre a realidade do mundo prostitucional e que não tenhamos aprofundado?

2. Gostaria também de lhe perguntar por que razão(ões) resolveu dar-me esta entrevista? O que é que o/a moveu?
3. Finalmente, gostaria de lhe perguntar a sua opinião sobre a própria entrevista: o que achou das perguntas? E da forma como eu conduzi a entrevista?
4. Como é que acha que teria sido se em vez de mim tivesse sido uma colega, do sexo feminino, a realizar a entrevista?

Agradecimento Final + *bola de neve*: solicitação de contacto de outra pessoa amiga para realizar entrevista

* * *

Aspetos de Caracterização

Ego

- 1.1. Idade
- 1.2. Naturalidade/Nacionalidade
- 1.3. Estado civil
- 1.4. Filhos: sexo, idade e nível de escolaridade atingido
- 1.5. Habitação: local de residência atual, tipo de habitação (pensão, quarto, casa, barraca, sem abrigo), coresidência (sozinha/o, com companheiro/a, com colegas, com família)
- 1.6. Escolaridade
- 1.7. Anos de prática na prostituição

Pais (ou quem educou)

- 1.8. Idade
- 1.9. Naturalidade/Nacionalidade
- 1.10. Estado civil
- 1.11. Habitação: local de residência atual, tipo de habitação (pensão, quarto, casa, barraca, sem abrigo), coresidência (sozinha/o, com companheiro/a, com colegas, com família)
- 1.12. Escolaridade

ANEXO H

Sinopses das Trajetórias de Vida

Marlene, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning points</i>
1981 0 anos	Contexto social e familiar Pais oriundos da ilha de São Vicente, Cabo Verde. Chegam a Portugal em 1979, com vista à procura de melhores condições de vida. Todavia, confrontou-se com problemas e dificuldades. Começa a trabalhar como empregada doméstica. Aos 18/19 anos conhece o pai da Marlene, numa noite boémia e acaba por engravidar.
1981 2 meses	Abandono familiar Devido às dificuldades financeiras dos pais, decidem deixar a filha, com dois meses de idade, aos cuidados de uma ama [portuguesa] da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. É com esta ama que é criada, até aos 11 anos, acabando por desenvolver com ela laços afetivo-maternais. A mãe abandona-a e inicia a realização de trabalho sexual em Espanha. O pai nunca o chegou a conhecer.
1992 11 anos	Institucionalização Devido à idade avançada da ama, esta decide colocá-la no Colégio de Santa Isabel, pertencente à Casa Pia de Lisboa. Aí permanece em regime interno, regressando a casa de uma tia [também já idosa, na altura com 89 anos de idade] apenas aos fins de semana. Com esta tia acaba, também, por desenvolver muito boa e colaborante relação. É um dos principais marcos afetivos da sua vida. Inicia a descoberta da sexualidade com os colegas do colégio.
1995 14 anos	Abuso sexual É abusada sexualmente, durante dois anos seguidos, por um monitor do colégio, com idade superior a 30 anos.
1996 16 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Reaproximação familiar Como resultado da avaliação dos técnicos sociais da Casa Pia, decidem estabelecer uma aproximação entre a Marlene e a mãe [na medida em que a tia estava idosa e prestes a falecer], colocam-na em regime de semi-internato e a viver diariamente com a mãe.
1997 17 anos	Fuga de casa, início de percurso de indigência e do trabalho sexual Por sentir que, em casa mãe não haviam regras, acabou por abandonar o colégio e a iniciar o “mundo da noite”. Consegue terminar o 12º ano de escolaridade. A tia falece e fica sem o seu maior suporte familiar. Por má relação com a mãe, abandona a casa e inicia um percurso de sem abrigo, passando por necessidades. Uma travesti amiga ajuda-a a entrar na prostituição, no Conde de Redondo, como um meio de sustento e sobrevivência.
2006 25 anos	Namoro e Drogas Inicia uma relação afetiva com um namorado [nascido a 17.04.1981], traficante de droga. Mantém a relação durante sete anos [até à atualidade].
2008 27 anos	Crime e Estabelecimento Prisional Foi detida e presa no Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária de Lisboa e no Estabelecimento Prisional de Sintra, cumprindo duas penas, sendo a última de quatro anos, por furto, tendo saído, em pena suspensa, após três anos de cumprimento de pena. O namorado ainda se encontra detido até ao momento presente.
2013 32 anos	Atualidade Atualmente é consumidora ativa e adicta às drogas. Vive numa barraca na Reboleira e prostitui-se numa mata em Rio de Mouro. Verónica tem 10 irmãos. Apenas quatro residentes em Portugal. O mais novo, de 21 anos, também saiu recentemente do estabelecimento prisional.

Diva, 45 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1967 0 anos	Contexto social e familiar de origem Nasceu em Lisboa, em São Sebastião da Pedreira. Provenientes de uma família pobre. A mãe era doméstica e o pai funcionário no porto de Lisboa. Raramente tinham tempos livres, na medida em que tinham de se dedicar ao trabalho. Aos fins de semana aproveitavam, ainda, para vender em feiras. Caracteriza a mãe como sendo carinhosa e o pai como severo. Viveu em vários bairros sociais da periferia de Lisboa [Fontainhas e Portas de Benfica]
1977 10 anos	Abandono escolar Completo a 4º classe, mas não quis prosseguir os estudos por não se sentir confortável com a sua identidade.
1982 15 anos	Fuga de casa e autonomia familiar Não se sentia bem a viver com os seus pais e ter de realizar o processo de “transexualidade”. Por isso, sai de casa com vista a transformar-se corporalmente, iniciando a toma de hormonas por indicação de amigas travestis que, entretanto conhecia. Vai residir para uma pensão, em Lisboa
1983 16 anos	Primeiras experiências sexuais e início do trabalho sexual Realiza a primeira experiência sexual com um jovem de 20 anos de idade, que o conheceu num dos bares gays do Príncipe Real, em Lisboa. A relação sexual foi realizada numa pensão nas proximidades do bar. Como forma de sustento, inicia autonomamente o trabalho sexual no Parque Eduardo VII e, após um ano, muda-se para o Conde de Redondo.
2001 34 anos	Habitação social É aberto um concurso municipal na Amadora para atribuição de uma habitação social, pelo que o agregado familiar foi realojado do Bairro Azul, Alto das Trigueiras [Portas de Benfica]. Na nova casa residiam a mãe e a Diva.
2004 37 anos	Saída de casa por parte da mãe Devido a conflitos familiares, muitos deles derivados a sentimentos de vergonha face aos vizinhos relativamente à identidade do filho, a mãe de Diva decide abandonar a casa de habitação social atribuída pela autarquia da Amadora e vai residir para Viana do Castelo, sua terra natal. Paula fica, então, a residir sozinha no espaço.
2008 41 anos	Descoberta da infeção VIH/sida É internada no hospital durante um mês. Apresentava-se em estado aguda e sem defesas. Descobriu que era seropositiva.
2011 44 anos	Namoro Inicia relacionamento afetivo com um namorado. A relação perdura até à atualidade.
2013 46 anos	Atualidade Permanece a residir sozinha no bairro social de realojamento no concelho da Amadora. A única pessoa de suporte afetivo são os seus pais [já idosos, com 80 e 88 anos], em especial a sua mãe. Não apresenta grandes necessidades económicas. Recebe uma pensão de invalidez no valor mensal de 215€. Recentemente alterou, na Conservatório Civil, o nome e sexo e prevê casar-se com o seu namorado.

Cristiana, 50 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1963 0 anos	Contexto social e familiar Desconhece-se o seu contexto social e familiar. Sabe-se apenas que viveu com os pais e um irmão
1976 16 anos	Abandono escolar e autonomização Após algumas reprovagens escolares, completa o 8º ano de escolaridade e abandona a escola para se inserir profissionalmente na área do <i>show</i> de transformismo nocturno. Aqui permanece a trabalhar durante muitos anos.

<p>1983 20 anos [? - data provável, mas desconhecida]</p>	<p>Mudança profissional e Drogas Inicia-se profissionalmente na área de cabeleireiro. Mais tarde envolve-se com drogas e inicia um percurso de toxicodependência. A falta de dinheiro para dar continuidade à sua adição conduziu-a ao exercício do trabalho sexual</p>
<p>1988 25 anos [? - data provável, mas desconhecida]</p>	<p>Início do trabalho sexual</p>
<p>1996 33 anos</p>	<p>Fim do percurso de toxicodependência Após várias tentativas de cura, consegue pôr fim ao percurso de toxicodependência. Insere-se profissionalmente, fora do contexto prostitucional, como serralheiro, ferramenteiro, empregado de limpezas e, por fim, como cabeleireiro.</p>
<p>data desconhecida</p>	<p>Continuação do trabalho sexual Atendendo à fragilidade económica vivenciada no mundo profissional, acaba por recorrer novamente ao trabalho sexual.</p>
<p>2011 48 anos</p>	<p>Serviços de intervenção social Foi à “Associação Positivo” pela primeira vez em final de 2011, neste caso ao projecto “RedLight”, por iniciativa própria. Soube dos serviços através das rondas noturnas. Procurou apoio social uma vez que pretendia ajuda para melhorar a sua situação socioeconómica. Encontrava-se com algumas rendas em atraso e o trabalho sexual na rua não estava a correr bem, quer em ter menos clientes, quer em termos da existência de menor motivação para continuar nesta actividade. Pretendia, também, apoio na procura de outro trabalho e/ou formação profissional. Foi encaminhada para a assistente social da área de residência, para poder ter apoio económico, banco alimentar e aceder ao RSI. A relação estabelecida com os serviços foi boa, bem como a adesão. Em início de 2012 começou a receber apoio económico da SCML, o RSI e apoio alimentar, tendo conseguido fazer face às despesas em atraso e manter em dia, embora com dificuldade, as despesas. Fez procura de emprego, colocando e respondendo a anúncios. Inscreveu-se em formações profissionais subsidiadas que lhe permitiam dar equivalência ao 9º ano e a uma especialização, neste caso na área da estética/cabeleireiro. Foi chamada para realizar testes para um curso promovido pela SCML, mas não passou. Referiu que se deveu à idade e por haver muitos interessados. Esta situação abalou-a muito, de algum modo desmotivou-a.</p>
<p>2013 50 anos</p>	<p>Atualidade Ficou sensivelmente uns oito meses sem aparecer à “Associação Positivo” e voltou em Setembro de 2013. Continua a receber o RSI e o apoio económico da SCML para ajuda no pagamento da renda e contas da casa. Abandonou o exercício do trabalho sexual e faz alguns trabalhos ocasionais de limpeza e sazonais. Continua desmotivada e sem acreditar que a situação possa mudar, ou que possa conseguir fazer um curso de formação numa área em que gostava de trabalhar. Contudo, quer reiniciar um processo de procura de emprego e formação profissional e participar em atividades que a “Associação Positivo” desenvolve, de forma a aumentar a sua rede social. A associação estabelece, desde o início da intervenção, uma relação de empatia. Ela sente que é um espaço contentor e seguro onde pode falar e ser ouvida. Apresenta alguma ligação afetiva à sua mãe [já idosa]. Hoje em dia, é uma pessoa que vive um pouco isolada, pois a sua rede social é praticamente inexistente e a que existe é de algum modo competitiva. Ela refere não poder contar com ninguém. Em relação à rede familiar, tem uma ligação afetiva à sua mãe [já idosa e com alguns problemas de saúde. Esta mãe encontra-se a residir na margem sul com o filho]. O pai faleceu. Com o irmão não tem muito contacto e caracteriza-o como sendo “tacanho”. Este irmão não presta muitos cuidados à mãe, pelo que a Cristiana acaba por se sentir muito responsável por assegurar o seu bem-estar. Nem sempre o pode fazer, quer por não ter meios económicos, quer por não residir perto do local de residência da mãe, o que a deixa abalada.</p>

Dalila, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1981 0 anos	<p>Contexto social e familiar Natural de Lisboa. Foi abandonada aos dois meses de idade dentro do carro do cunhado [namorado da tia da Dalila], pelo que viveu a infância e adolescência em Belas [Sintra], juntamente com a sua avó paterna e a tia. A avó trabalhava como empregada de limpeza no sindicato dos estivadores e no posto médico do sindicato. Devido ao facto de ter de estar sempre a trabalhar, sente que a avó não disponibilizava muito tempo para estar com ela. Todavia, com a avó estabeleceu uma boa relação afetiva, considerando-a como uma mãe. Com a tia, a relação era distante. A educação desta era austera. Caracteriza o pai como alcoólico e a mãe como “despachadeira”, por nunca ter tido uma relação afetiva estável. Dalila tem oito irmãos.</p>
1987 6 anos	<p>Conflito familiar Mãe de Patrícia tenta “roubá-la” da avó para voltar a viver com ela. Gera-se o conflito familiar e violência física que a mãe de Patrícia fica internada no hospital durante dois dias. Este acontecimento foi um dos que mais a marcou durante a sua infância.</p>
1993 12 anos	<p>Festa de aniversário Por razões de fraca condição económica do agregado familiar, nunca celebraram uma festa no seu aniversário. Esta data foi bastante marcante, na medida em que foi realizada única festa que teve, tendo, neste dia, havido uma festa surpresa e ido pela primeira vez ao cinema.</p>
1996 15 anos	<p>Primeiras experiências sexuais Inicia as primeiras experiências sexuais [em grupo] com colegas da escola e a descobrir a sua sexualidade</p>
1998 17 anos [? - data provável, mas desconhecida]	<p>Namoro Vive e envolve-se sexualmente com uma mulher durante seis meses na tentativa de descobrir a sua sexualidade. Mantinha relações sexuais unicamente a ver filmes pornográficos. Na altura já realizava espetáculos de travestismo no <i>Finalmente</i>. Enganava a namorada dizendo-lhe que ia trabalhar como padeiro.</p>
1999 18 anos	<p>Expulsão de casa, início de percurso de indigência e do trabalho sexual [masculino] Ao se assumir como homossexual, sentiu que deu um grande desgosto à sua avó. Foi expulso de casa no dia em que lhe contou. Sem saber para onde ir, sem rendimentos ou trabalho, inicia um percurso de indigência por Lisboa, dormindo na rua durante três dias. Na estação do Rossio conhece uma pessoa que o ajuda a ingressar na prostituição [masculina] no Parque Eduardo VII. Com o dinheiro entretanto ganho conseguiu manter-se a viver numa pensão durante um ano.</p>
2000 19 anos	<p>Namoro Conhece um cliente do Parque Eduardo VII, médico de profissão, de 43 anos de idade, que o ajudou monetariamente a alugar-lhe um espaço para dormir. Mais tarde inicia um relacionamento afetivo com ele, transferindo-se para a sua residência. Deixou, temporariamente, de trabalhar na área do trabalho sexual e a viver na sua dependência. Viveram juntos durante um ano. Após alguns conflitos entre o casal, Dalila volta a ficar sem residência, regressando a um percurso de indigência.</p>
2001 20 anos	<p>Início do trabalho sexual travesti Regressa ao trabalho sexual no Parque Eduardo VII onde aí conhece algumas travestis que a entusiasma a vestir-se de mulher. Recusou esta ideia por não se sentir confortável em transformar-se. Mais tarde conhece outra travesti, no <i>Finalmente</i>, que a levou para a pensão onde residia e com ela estabeleceu uma boa relação. Consequentemente, ingressou-a no trabalho sexual, no Conde de Redondo, como travesti. Reatou o relacionamento afetivo como o anterior namorado, tendo permanecido no trabalho sexual durante três anos, sem que o namorado soubesse que se prostituía como travesti. Apenas tinha conhecimento que realizava <i>shows</i> de transformismo.</p>
2004 23 anos	<p>Processo migratório A convite de uma travesti que trabalhava no <i>Finalmente</i> foi para Madrid [Espanha] trabalhar na área do espetáculo de transformismo durante dois anos. O seu namorado acompanhou-a. Para tal solicita uma licença sem vencimento durante este período, e inicia o trabalho enquanto médico, numa clínica particular. O casal apresentava os horários incompatíveis na medida em que ele trabalhava de dia e ela de noite.</p>

2008 27 anos	Problema oncológico Teve um problema oncológico na barriga, pelo que foi obrigada a passar por um processo de quimioterapia. O tumor diminui bastante. Todavia, ainda hoje permanece a ser acompanhada no Hospital do Capuchos para realizar exames médicos de três em três meses.
2010 29 anos	Perda afetiva significativa O namorado com quem vivia há 10 anos faleceu, aos 53 anos. Em consequência ficou com alguns problemas de saúde mental [depressão] e, também, económicos, chegando inclusive a passar fome. Tentou recorrer aos serviços sociais, tendo-lhe sido negada ajuda por não estar a pagar renda. Dalila foi incluída na categoria de “habitação própria” – requisito parcial para a não atribuição de apoio social. Esta situação foi a causa por hoje desacreditar no trabalho dos assistentes sociais.
2013 32 anos	Atualidade Não conta com o apoio dos pais e dos irmãos. As relações familiares de maior relevo são com a avó e a tia. Todavia, essa relação é muito superficial. Sente-se uma pessoa só. Acredita que os seus animais [cão e hamster] são os seus melhores amigos e confidentes.

Fabiana, 25 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1988 0 anos [DN: 23.01.1988]	Contexto social e familiar de origem Foi abandonada pelos pais num caixote do lixo aos dois meses de idade, tendo sido acolhida por três vizinhas residentes no Bairro Pica Pau Amarelo [Setúbal]. Aí permaneceu com elas até aos 18 anos de idade. A casa onde cresceu também não tinha condições habitacionais. Dormia em cima de papelão e de cobertores, sem almofada. Refere nunca ter tido brinquedos. Aos 10 anos de idade viu-se obrigada a ter de ir trabalhar para poder financiar os seus próprios estudos.
2000 12 anos	Tentativa de suicídio A discriminação vivenciada em meio escolar levou-a a tentar, por várias vezes, a cometer o suicídio [via comprimidos e via corte de pulsos].
2002 14 anos	Primeiras experiências sexuais Por pressão social, inicia a primeira relação sexual com uma rapariga. Desde logo sentiu que não se sentia atraída sexualmente por mulheres.
2006 18 anos	Tentativa de autonomização e início de percurso de indigência Consegue terminar o 12º ano de escolaridade. Por não poder continuar a viver em casa das pessoas que a acolheram, sai de casa. Inicia, então, um percurso de sem-abrigo durante um ano, na cidade de Lisboa, dormindo em jardins e prédios abandonados. Devido à dificuldade de realização de adequada higiene pessoal, acaba por abandonar o seu local de trabalho [centro comercial Almada fórum].
2007 19 anos	Início do trabalho sexual Por falta de apoio social e através do suporte de uma amiga travesti trabalhadora sexual que conheceu, na baixa de Lisboa, recorre ao trabalho sexual, na zona do Conde de Redondo, como forma de sobrevivência.
2011 20 anos	Consumo de estupefacientes Foi viver no Porto durante quatro anos, tempo durante o qual esteve envolvida em consumo de drogas, nomeadamente, cocaína. Devido a este consumo acabou por regressar a novo percurso de indigência.
2012 24 anos	Processo migratório A convite de uma amiga foi para Espanha para exercer o trabalho sexual, uma vez que não tinha onde residir. A experiência não foi de sucesso. Permaneceu lá durante cinco meses e regressou.
2013 25 anos	Atualidade Prostitui-se em Lisboa, na zona do Conde de Redondo. Durante quatro meses foi recrutada, pela APF, como sendo “educadora de pares” junto de outros trabalhadores do sexo, atividade essa onde se sentiu bastante valorizada. Reside num apartamento próximo ao Conde de Redondo que o partilha com outra colega travesti.

	Apresenta um grande objetivo de vida: conseguir realizar a operação de reatribuição sexual. Sonha com o dia em que perderá “novamente” a virgindade [agora como mulher]. Não apresenta redes sociais de suporte. Sente-se só.
--	---

Estefani, 28 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1985 0 anos	Contexto social e familiar Natural de Lisboa. Faz parte de uma fratria de quatro irmãos [duas irmãs e um irmão]. Os pais são naturais da ilha de Santiago, em Cabo-Verde. O pai, por questões profissionais [vendedor de <i>grogue</i> – bebida típica de Cabo-Verde] sempre foi um elemento ausente do agregado familiar por se encontrar, com regularidade, a viajar entre Portugal e Cabo-Verde. É caracterizado por ser severo e rígido. A mãe é doméstica numa casa particular onde ajuda nos cuidados de uma pessoa com deficiência mental. É com ela que Estefani mostrou ter sempre uma boa relação afectiva. Inicialmente o agregado familiar [composto por seis elementos] viveu no Bairro da Serafina, em Lisboa, e posteriormente mudou-se para Sintra.
1994 8 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Primeiras experiências sexuais Inicia a vida sexual com um jovem de 15 anos de idade, filho da dona do ATL que frequentava.
2002 17 anos	Abandono escolar Após várias reprovações escolares, consegue terminar o 9º ano de escolaridade, no ensino recorrente. Inicia a vida profissional, em paralelo, com a actividade escolar e mais tarde decide abandonar a escola por não se sentir confortável nela.
2003 18 anos	Autonomização Começa a trabalhar numa discoteca, em Lisboa, e conseqüentemente, a conhecer e contactar com pessoas da ‘comunidade gay’. Por incompatibilidade de horário de transportes para regressar a casa, inicia o seu processo de autonomização familiar, permanecendo, inicialmente, em casa de amigos e, mais tarde, alugando um quarto.
2005 20 anos	Início do trabalho sexual Desconhece-se o processo de entrada e motivações
[? - data provável, mas desconhecida]	Consumo de Drogas Foi consumidora de drogas, em especial cocaína fumada e haxixe, durante aproximadamente três anos.
2013 28 anos	Atualidade Vive numa ‘república’ com 12 estudantes universitários. Ela é a única da casa que se prostitui e que se encontra ‘fora do contexto’ estudantil. Todavia mantém boas relações sociais, considerando-os como parte da sua família. As irmãs residem no estrangeiro [Inglaterra e Bélgica] e o pai encontra-se em Cabo-Verde. Mantém relações com a família [a que está em Portugal e no estrangeiro] via telefónica ou internet.

Ivone, 43 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1970 0 anos	Contexto social e familiar Natural do Equador. Viveu num contexto social de grande pobreza. Residia com os pais e nove irmãos [um deles faleceu] [oito rapazes e uma rapariga]. Ivone foi o sexto filho a nascer. Profissionalmente o pai era motorista e trabalhava numa empresa de foguetes. A mãe era florista no cemitério. Estes foram pais muito novos [pais adolescentes]. A mãe teve o primeiro filho aos 13 anos de idade. Por razões profissionais, estes pais mostravam-se com pouca disponibilidade de tempo para os filhos. O casal mantinha, entre eles, uma relação de conflito. O pai é caracterizado como sendo austero e autoritário. Todos os filhos tinham medo dele. Juntamente com uma amiga, sonhava em poder viajar. Por momentos falavam da Europa e de outras condições

	de vida. Todavia, a sua condição económica era muito frágil. Não tinham dinheiro nem para andar de autocarro dentro da sua cidade.
1977 7 anos	Primeiras experiências sexuais Teve a primeira relação sexual com o melhor amigo do pai e do irmão mais velho. Na altura, esta pessoa tinha 35 anos [pedofilia]. As relações sexuais [abusos?] perduraram durante três anos e eram realizadas na própria casa da Ivone quando ninguém aí se encontrava.
1978 8 anos	Outras experiências sexuais I Envolvia-se em brincadeiras com os amigos dos seus irmãos mais velhos, que acabavam por terminar em relações sexuais. O seu irmão tinha conhecimento desta situação.
1985 15 anos	Outras experiências sexuais II Chegou a envolver-se sexualmente com um dos seus irmãos que a convidava a ‘deitar-se’ ao seu lado, pela manhã.
1988 18 anos	Frequência de ensino superior e <i>coming out</i> familiar Jéssica frequenta um ano e meio do curso de psicologia. O <i>coming out</i> familiar é realizado quando um dos seus irmãos a encontra a sair da universidade com amigas travestis. Este confronto-a perante o resto da família. Houve um momento de grande discussão e consternação familiar. O pai deixou de lhe falar e a mãe convidou-a a sair de casa, de imediato. Ivone apenas permaneceu em casa porque a sua irmã ameaçou que, caso a expulsassem de casa, ela também a acompanharia. Todavia, a sua mãe estabeleceu como condição de permanência em casa a decisão de Ivone ter de se transformar, de imediato, em ‘mulher’. Se preferisse continuar a ser homem [homossexual] seria colocada na rua. Foi a própria mãe que, a partir desse dia, lhe concedeu roupas e produtos de maquiagem. Ivone sofreu bastante com esta ‘transição brusca’. Familiares e amigos deixaram de a apoiar. Apenas as cunhadas a apoiavam e a respeitavam. Começou a realizar novas amizades junto da ‘comunidade’ gay e travesti, por aí se sentir apoiada. Foram as amigas travestis que a ajudaram, lentamente, a transformar-se corporalmente.
1988 18 anos	Início do trabalho sexual Por convite de uma amiga travesti inicia a prestação de serviços sexuais a troco de dinheiro. Esta amiga ajudou-a nas ‘regras e códigos’ de trabalho [nomeadamente, roubos a clientes]. As suas motivações de entrada prenderam-se com a pobreza vivenciada, a sua não aceitação e a necessidade de ajudar financeiramente nos cuidados de saúde da sua mãe [que, entretanto, ficou doente, com necessidade de operação de urgência, e o agregado familiar não dispunha de recursos económicos para fazer face às despesas de saúde]. Ivone não reconhece esta prestação de serviços sexuais como trabalho sexual. Para ela, a vida prostitutiva iniciou-se somente quando decidiu emigrar para Paris.
1989 19 anos [12.12.1989]	Processo migratório [França] e início de percurso de indigência Após conhecer várias amigas travestis que regressaram da Europa com nova condição económica, decide também emigrar com vista a obter maiores ganhos financeiros. O dinheiro da viagem é-lhe emprestado por uma amiga, tendo a Ivone pago o valor de 4000€. Do Equador foi para França [Paris], onde permaneceu durante cinco meses, até ser expulsa do país e regressado ao Equador. Depois de intervenção policial, na qual o Bosque de Bolónia [local onde se prostituía] foi fechado, Ivone confrontou-se com grandes necessidades económicas [dormindo na rua, sem dinheiro para alimentação e realizando a higiene em ‘banhos públicos’] por não ter outro meio de sobrevivência e/ou rendimentos económicos. Rapidamente desiludiu-se com o ‘mundo travesti’ porque nenhuma das ‘amigas’/colegas a prestou auxílio. Ao se confrontar com dificuldades, acaba por ter de sujeitar à ‘proteção’ de chulos, dos quais, mais tarde, foi obrigada a fugir. Só a partir desta data começa a investir na sua transformação corporal. Arrepende-se de não ter iniciado o processo mais cedo.
1992 22 anos	Novos processos migratórios [Holanda e Alemanha] Solicita ajuda monetária à mesma amiga que a ajudou anteriormente, para lhe pagar nova viagem para a Europa. Como ainda tinha a dívida anterior para liquidar, a amiga empresta-lhe apenas 1200 euros para a compra do bilhete de avião e uma outra pessoa conhecida emprestou-lhe 800 euros para ‘dinheiro de mão’. Chegou a Amsterdão [Holanda] onde aí permaneceu durante seis meses a realizar trabalho sexual.
1993 23 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Transformação corporal [próteses mamárias] e novo processo migratório [Alemanha] Com o dinheiro que conseguiu realizar na Holanda, aplica as próteses mamárias. Todavia, por já não estar a conseguir obter bons rendimentos económicos, e com a ajuda de uma

	colega, vai para a Frankfurt [Alemanha], onde permaneceu durante algum tempo, e a ganhar bastante dinheiro.
1996 26 anos	Novos processos migratórios [Itália e Alemanha] Com a ajuda de um amigo, consegue sair da Alemanha, atravessar as fronteiras e ir para Milão [Itália]. Mais tarde, Ivone e uma amiga colombiana aventuram-se a sair de Milão, para regressar, novamente, à Alemanha. A viagem foi realizada durante três dias, à boleia, onde a troca eras-lhes concedido, por parte dos motoristas, a realização de serviços sexuais. Na Alemanha teve 10 ordens de expulsão do país, não tendo obedecido a nenhuma delas. Contudo, após um acidente sofrido por causa de um cliente, fica com a cara e o corpo desfigurado, pelo que, aos 28 anos, regressa ao Equador para realizar operações de reconstrução.
1999 29 anos	Crise financeira no Equador Devido à crise financeira no Equador, que teve como consequência a falência de grandes bancos do país, Ivone decide abandonar o Equador e realizar novo processo migratório, deixando para trás um relacionamento afetivo. Embora gostasse muito do namorado disse-lhe “depois de subir uma escada não vou voltar a descer”. Ambos sofreram muito com o fim da relação e pela partida ela para a Europa.
2007 37 anos	Assassinato do pai Soube que tinham assassinado o pai. Na altura encontrava-se em Paris. A família não tinha dinheiro para o enterrar. Jéssica ficou chateada com a família porque, ao longo destes anos, se esforçou a trabalhar na prostituição para poder enviar dinheiro para a família. Descobriu que estes não tinham poupado nenhum dinheiro.
2011 41 anos	Processo legal Com vista a obter a residência portuguesa, casa-se com uma mulher [casamento por conveniência?]. Um inspetor do SEF, também cliente da prostituição travesti, suspeitou da situação, pelo que não despachou o processo legal. Após alguns envolvimento jurídicos, e aconselhamento com vários advogados, Ivone consegue, por fim, obter a sua residência permanente.
2013 43 anos	Atualidade A família atual é composta pela mãe [72 anos] e por uma irmã que se encontra a residir em Paris.

Leila, 23 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1990 0 anos	Contexto social e familiar Natural de Divinópolis [Minas Gerais] e criada em Betim [cidade da região metropolitana de Belo Horizonte]. Filha única. Viveu com a minha mãe e com os avós. A mãe era empregada doméstica e empregada de balcão numa padaria. Os avós reformados. Refere que a mãe a teve em “produção independente”, tendo engravidado sem desejar o acompanhamento do namorado. Por isso, Leila nunca conviveu com o pai.
2008 18 anos	Primeiras experiências sexuais Insere-se profissionalmente como cabeleireira. Paralelamente à vida profissional consegue terminar o 12º ano de escolaridade. Todavia, devido às dificuldades financeiras do agregado familiar optou por se dedicar à profissão e não continuar os estudos na faculdade. Inicia a sua primeira experiência sexual com um homem, quando se encontrava a viver em São Paulo.
2008 18 anos	Autonomização e processo migratório Sente-se limitada nos seus rendimentos económicos para poder viajar e prestar maior auxílio monetário à sua mãe. Desde forma, por intermédio de um vizinho [amigo gay] que tinha emigrado para Lisboa, decide, com a sua ajuda, também emigrar. Parte do Brasil com o apoio da família e amigos e com a certeza de que, caso o processo migratório não fosse bem-sucedido, poderia sempre regressar. Chegada a Lisboa, foi viver para Odivelas, para casa do anterior vizinho. Em Portugal consegue inserir-se profissionalmente e esteve a trabalhar durante dois anos como cabeleireira.

2008 18 anos	Transformação corporal Hormonas Distanciada da família, decide então prosseguir o seu sonho de transformação corporal através da toma de hormonas.
2010 20 anos	Início do trabalho sexual e perda afetiva significativa Deixa a área de cabeleireiro e inicia o trabalho sexual. Dá-se a morte do avô. Esta é sentida como uma grande perda afetiva. Sente-se triste por não ter tido a possibilidade de ir ao seu funeral.
2011 21 anos	Regresso ao Brasil Regressou ao Brasil, onde permaneceu aí durante um ano. Sentiu reconhecimento da sua identidade [com corpo já transformado] por parte dos vizinhos. Esse reconhecimento deveu-se, em grande parte, à aparência de “sucesso económico”.
2012 22 anos	Regresso a Portugal Regresso a Portugal. Mantém-se no contexto prostitucional até ao momento presente. Encontra-se a viver numa casa partilhada com uma outra amiga travesti. A casa situa-se na rua onde se prostituem. Refere ter o apoio da família e dos amigos com quem vai mantendo contacto [via internet]. Não se encontra ligada a nenhuma estrutura comunitária LGBT. Com frequência frequenta o <i>Finalmente</i> .
2013 23 anos	Atualidade

Carina, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1981 0 anos	Contexto social e familiar Natural da ilha de Porto Santo. Viveu a sua infância e adolescência com os pais e um irmão mais velho [um ano e meio]. A mãe era doméstica. Cresceu num ambiente de forte violência física e psicológica, no qual foi vítima de maus-tratos por parte dos pais.
1995 14 anos	Fuga de casa Devido aos maus-tratos sofridos tenta fugir de casa e decide viajar ilegalmente, de barco, para a ilha da Madeira. À chegada já se encontrava polícias à sua espera pelo que teve de regressar, novamente, ao agregado familiar.
1993 15 anos	Abandono escolar Após ter reprovado três vezes no 7º ano de escolaridade, consegue completar o ano. Posteriormente abandona o sistema escolar.
1999 18 anos	Processo migratório e as primeiras experiências sexuais Inicia um processo migratório e desloca-se da ilha de Porto Santo para Viseu. Inicia a primeira experiência sexual com um jovem de 20 anos. Com o fim da relação deixa Viseu e parte para Lisboa.
1999 18 anos	Início do trabalho sexual Chega a Lisboa e inicia o contacto com a ‘comunidade gay’. Realizou atuações e <i>shows</i> de transformismo no <i>Finalmente</i> , local onde conheceu uma colega trabalhadora do sexo travesti que o entusiasmou a recorrer ao trabalho sexual como forma de obter rendimentos económicos para pagar as despesas diárias da pensão onde se encontrava a residir [Cascais].
[? - data provável, mas desconhecida]	Inserção em novo contexto profissional Inicia trabalho em <i>telemarketing</i> e abandona a atividade do trabalho sexual. Devido a maior estabilidade financeira transfere-se da pensão onde se encontrava para um apartamento. Em Lisboa consegue completar o 9º ano de escolaridade
[? - data provável, mas desconhecida]	Regresso a Porto Santo, descoberta da infeção VIH/sida e expulsão de casa Regressa a Porto Santo para o agregado familiar. Após realizar exames médicos descobre que está infetado com VIH/sida. A melhor forma que encontrou para contar a sua situação

	de saúde à família foi através do telefone. Sofreu forte repressão e estigmatização da família, pelo que, mais tarde, decide abandonar o lar e regressar definitivamente a Lisboa.
2013 32 anos	Atualidade Atualmente o pai é reformado e a mãe doméstica. Estabelecem contacto apenas via telefónica. Com o irmão deixou de ter qualquer tipo de contacto. Situação social de grande vulnerabilidade, fazendo recurso da prostituição para pagar as despesas diárias de pensão. Encontra-se a ser acompanhado, para apoio alimentar, no <i>Centro de Apoio Social dos Anjos</i> , em Lisboa.

Liliana, 23 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning points</i>
1990 0 anos	Contexto social e familiar Natural de Beja. Viveu com a mãe e a madrinha até aos nove anos de idade. Tem um irmão mais velho [dois anos de diferença], mas nunca foram criados juntos. A mãe apresentava problemas de alcoolismo e trabalhava na área do trabalho sexual, especialmente em bares de alterne. A Liliana passava muito tempo em contexto de rua, sem frequência escolar. Todos estes problemas foram a causa da sua institucionalização, na medida em que era considerada uma criança em situação de risco.
1999 9 anos	Institucionalização Institucionalizado na Casa Pia de Beja até aos 18 anos de idade. Sempre manteve uma boa relação afetiva com a mãe. Esta visitava e telefonava com frequência.
2001 11 anos	Primeiras experiências sexuais Inicia as primeiras experiências sexuais com um colega do colégio, de 15 anos de idade.
2008 18 anos	Autonomização Completo o 12º ano de escolaridade. Saiu da Casa Pia e autonomizou-se. Conseguiu um emprego e alugou uma casa no Alentejo.
2010 20 anos	Fuga de Casa Foi morar para o Barreiro, para casa de amigos [denomina-os por “irmãos emprestados”]. Trabalhava no restaurante <i>Alfaia</i> , no Bairro Alto. Atendendo a que o horário de trabalho não permitia apanhar o último horário do barco para realizar a travessia, viu-se obrigado a despedir-se. Mais tarde esteve inserido profissionalmente num bar gay, na Costa da Caparica, onde conheceu algumas travestis. Todavia, essa atividade profissional era mal remunerada. Após uma discussão sobre a sua orientação sexual com o seu “irmão emprestado”, decide sair de casa.
2011 21 anos	Início de percurso de indigência e do trabalho sexual Inicia um percurso temporário de sem-abrigo, vivendo em casa de amigos e ou pessoas que, em troca, solicitavam favores sexuais. Decidiu vir para Lisboa onde reencontrou as travestis outrora conhecidas. Após expor-lhes a sua situação de vulnerabilidade social, elas sugeriram a possibilidade de entrar no trabalho sexual [no mesmo local onde também elas realizam a atividade]. Dá-se o seu início no mês de Setembro.
2013 23 anos	Atualidade Permanece na prostituição há dois anos.

Zara, 56 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1957 0 anos	Contexto social e familiar Natural de Paredes. Pertencia a uma fratria de 10 irmãos [é a sétima]. O pai era funcionário da câmara municipal e a mãe doméstica. Desde cedo se sentiu ‘diferente’ de todos os restantes irmãos. Zara era comentada pelos vizinhos. Por isso, considera que os seus pais também sofreram com a sua ‘diferença’, na medida em que, também eles, eram alvos de olhares e falatórios na aldeia, referindo-lhes que o ‘filho’ aparentava algo de ‘estranho’.

	<p>As 7 anos de idade a família decide mudar-se para a cidade do Porto, onde viveram, num bairro social, o resto do tempo.</p> <p>Aos 12 anos abandona o sistema escolar, tendo realizado o sexto ano. Posteriormente inicia-se profissionalmente num armazém de malhas.</p>
1970 13 anos	<p>Primeiras experiências sexuais</p> <p>Inicia a primeira relação sexual com um rapaz de 16 anos.</p>
1971 14 anos	<p>Coming Out familiar</p> <p>Na sequência de o seu pai lhe ter chamado “paneleiro”, decidiu assumir-se e dizer-lhe que o era. Lembra-se de ter sido fortemente batida pelo pai. Todavia este foi o único momento de violência sofrida pela família.</p>
1973 16 anos	<p>Fuga de casa</p> <p>Foge de casa, juntamente com um amigo <i>gay</i>. Ambos vão para Vigo. Mais tarde o pai descobre onde se encontra e vai buscá-la, para regressar a casa. Embora o seu pai fosse rígido na sua educação, considera que sempre se mostrou orgulhoso da ‘filha’ que tinha. De certo modo, sempre a apoiou em todo o processo.</p> <p>Refere não ter muitas recordações da sua infância e adolescência. Lembra-se apenas, mais em pormenor, dos momentos após ter descoberto a sua identidade, enquanto Zara. Verbaliza que só a partir deste momento é que começou a ser verdadeiramente feliz.</p>
1975 18 anos	<p>Transformação corporal Hormonas</p> <p>Inicia a toma de hormonas [injetáveis], vendidas nas farmácias.</p>
1978 21 anos	<p>Início do trabalho sexual</p> <p>Iniciou o trabalho sexual na Avenida dos Aliados [Porto] para ter dinheiro com vista a se transformar corporalmente. Esse sempre foi o seu grande objetivo.</p>
1979 22 anos	<p>Processo migratório [França]</p> <p>Com a ajuda da mãe, solicitou ao pai o dinheiro da carta de condução que, por norma, era dado aos filhos assim que atingissem a maioridade]. Pede, também, a autorização ao pai para poder tirar o passaporte [a maioridade era só aos 21 anos] e decide imigrar para Paris para poder realizar as alterações corporais desejadas [depilação ao rosto e aplicação de próteses mamárias].</p> <p>Esteve em Paris durante nove meses, tendo, também, durante este tempo, realizado trabalho sexual.</p>
1979 22 anos	<p>Início da prática profissional de <i>striptease</i> e compra de casa própria</p> <p>Iniciou a prática profissional de realização de <i>striptease</i>, de nú integral, durante 16 anos. Era ‘obrigada’ a trabalhar como ‘mulher’, sem possibilidade de revelar a sua verdadeira identidade [transexual]. Paralelamente a esta atividade, realizava a prostituição de rua em horário anterior ao do <i>striptease</i>.</p> <p>Atendendo a que, na altura, tinha recibo de ordenado como <i>striper</i> conseguiu um empréstimo bancário para comprar a sua casa e ter uma vida independente.</p> <p>Aos 38 anos abandonou esta atividade por já não se sentir confortável com o seu corpo.</p>
1972 41 anos	<p>Arrendamento de espaço prostitucional</p> <p>Arrenda uma habitação particular para fins de trabalho sexual, onde partilha com outras colegas, há 15 anos.</p>
2009 52 anos	<p>Perda afetiva significativa</p> <p>Morte do pai.</p>
2013 56 anos	<p>Atualidade</p> <p>Mantém-se a realizar trabalho sexual, na habitação arrendada. Hoje em dia a casa é partilhada com uma amiga, que trabalha de dia. Zara apenas atende à noite. Não realiza publicidade aos serviços porque todos os seus clientes são ‘amigos’ de longa data.</p> <p>Apresenta uma boa e alargada rede familiar que a apoia [mãe, irmãos, cunhadas e sobrinhas]. Foi voluntária na “Associação Abraço”. É uma pessoa feliz com a sua identidade e com a atividade que realiza. Sente-se uma pessoa preenchida e realizada.</p>

Nádia, 40 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1973 0 anos	<p>Contexto social e familiar</p> <p>Natural de Guimarães. É a mais nova de uma fratria de quatro [meio]irmãos [três rapazes e uma rapariga]. Cada um destes é de pai diferente. Viveu e cresceu na cidade de Guimarães</p>

	com a mãe e os seus [meio]irmãos. A mãe é a única a trabalhar [operária fabril] para sustentar quatro filhos.
1983 12 anos	Abandono escolar Completo a 4º classe, mas não quis prosseguir os estudos para poder ir trabalhar e ajudar economicamente o agregado familiar. Nádia foi trabalhar para a copa de um restaurante lavar a louça.
1987 14 anos	Primeiras experiências sexuais Refere que, anteriormente a esta data já tinha experienciado brincadeiras e jogos eróticos com outras crianças. Todavia, foi aos 14 anos que teve as primeiras experiências sexuais [com homens e mulheres].
1995 22 anos	“Filha” É-lhe entregue pelo tribunal a guarda partilhada, conjuntamente com uma [meia]irmã, da sua afillhada. A menor tinha 15 dias de vida. Ao longo da vida tratou-a como sendo sua filha.
2000 27 anos	Namoro Nádia encontra-se inserida profissionalmente, a trabalhar em três empregos ao mesmo tempo. Dispense diariamente 15 horas a trabalhar. Inicia o namoro com um rapaz, mantendo a relação com ele durante, aproximadamente, cinco anos. Este solicita-lhe dinheiro para a compra de um carro, pelo que Nádia se disponibiliza a realizar um crédito bancário no valor de 5000 euros. Após ter-lhe dado o dinheiro, o namorado desaparece, ficando ele com uma dívida por pagar. Com o desespero tentou o suicídio por três vezes.
2005 32 anos	Início do trabalho sexual O crédito bancário em dívida é a razão para se iniciar no trabalho sexual. Contacta um anúncio de jornal e inicia a atividade numa casa particular. Posteriormente consegue autonomizar-se, trabalhando unicamente para si na área do trabalho sexual. Foi a partir desta data que começou a contactar com outras travestis.
2011 38 anos	Processo migratório e transformação corporal silicone Realiza processo migratório para Itália com vista a continuar o exercício do trabalho sexual e procurar obter melhores rendimentos económicos. Sentiu-se desiludida com a experiência. Regressou a Portugal logo após 15 dias. Aplica silicone industrial nos glúteos pelo valor de 2000 euros. Hoje em dia arrepende-se de o ter realizado.
2012 39 anos	Transformação corporal colocação de próteses mamárias Consegue juntar dinheiro e coloca próteses mamárias. Hoje sente-se uma verdadeira travesti, tendo atingido o seu sonho de se transformar corporalmente.
2013 40 anos	Atualidade Vive da prostituição realizando, maioritariamente, trabalho sexual em contexto de apartamento. A casa onde se encontra é alugada, e gerida por si, com vista exclusiva à prestação dos serviços sexuais. Habita numa outra casa, onde sempre viveu, juntamente com a sua mãe [78 anos] e um irmão alcoólico crónico. Outro irmão vive em França e a outra irmã já está reformada. Almoça diariamente em casa da mãe [reformada e com uma pensão de 200 euros], mantendo com esta boa relação afetiva. A sua “filha” é também fonte de suporte social. Tem hoje 18 anos, terminou o 12º ano e irá entrar brevemente para a universidade.

Olga, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning points</i>
1984 0 anos	Contexto Social e Familiar Nascido no Algarve. Filho único, foi criado em meio rural [Montes de Cima] pelos pais e pela avó paterna. Caracteriza o local como sendo um meio pequeno. A mãe trabalhava como doméstica. O pai trabalha na construção civil e na agricultura. Caracteriza a mãe como uma pessoa sofrida. Viveu com mais sete irmãos num único quarto. O seu pai era bastante agressivo na relação que estabelecia com os filhos. A solução para sair deste contexto familiar foi engravidar. Aos 17 anos juntou-se com o pai da Olga. A relação nunca foi apoiada pela sogra [avó paterna da Olga]. A sua mãe sempre se revelou uma pessoa muito depressiva.

	A relação afetiva entre os pais é sentida com fria e isenta de afetos. O pai é caracterizado com sendo ausente na sua educação.
1998 14 anos	Abandono escolar Termina o 9º ano de escolaridade e inicia trabalhos temporários para poder ajudar financeiramente a família.
1999 15 anos	Primeiras fugas de casa Fugas temporárias de casa devido a discussões no agregado familiar.
2004 20 anos [Outubro]	Primeiras experiências sexuais Inicia a vida sexual com um rapaz de 38 anos de idade que conheceu na discoteca.
[7 Janeiro a 5 Fevereiro]	Após envolve-se com vários parceiros sexuais ‘engatados’ na discoteca, acaba por contrair uma mononucleose infecciosa e ser internado no hospital durante um mês. Nesta altura realiza o ‘coming out’ à família.
[Março a Junho]	Tentativa de autonomização e 1º mudança habitacional Devido a discussões familiares em consequência da orientação sexual de Olga [e sua não aceitação], insere-se profissionalmente a aluga um pequeno apartamento para poder autonomizar-se. A casa encontrava-se situada próximo à dos seus pais pelo que as discussões se mantiveram. A mãe acaba por recair ao nível da depressão, aumentando os sentimentos de culpa por parte de Olga.
[Julho a Setembro]	2º mudança de habitacional Decide ir viver para casa de um namorado [de quem abertamente não gostava] apenas por razões financeiras.
2005 21 anos [Outubro]	3º mudança habitacional Relação amorosa termina e recorre à ajuda habitacional de uma prima que não a acolheu favoravelmente, pelo que, rapidamente teve de se mudar de casa.
[Novembro a Fevereiro]	4º mudança habitacional Permanece a residir em casa de um amigo que o ajudou bastante, não lhe cobrando renda. Todavia, no mês de Fevereiro o amigo, onde residia, foi viver para Londres.
[Março a Maio]	Regresso ao agregado familiar e fuga para o estrangeiro Sem alternativa habitacional regressa ao agregado familiar por um mês. Posteriormente dá-se a fuga de casa, devido à má relação familiar, tendo ido ter com o amigo a Londres. Realizou diversas dívidas através de créditos bancários. Sem dinheiro, vê-se obrigada a regressar a Portugal. Após uma longa conversa com a sua mãe sobre a sua sexualidade, consegue estabelecer, com ela, uma maior relação e afetividade. Insere-se profissionalmente. De dia trabalhava das 9h às 18h e, em part-time, entre as 22h e as 02h, trabalhava no <i>Continente</i> .
2006 23 anos	Namoro Inicia um relacionamento com um rapaz. Após três dias de se conhecerem, sai de casa dos pais e vem viver para Lisboa [mês de Junho]. Mantém a relação durante três anos.
2009 26 anos	Após o término da relação [Setembro] inicia a vida profissional no <i>El Corte Inglés</i> , como cozinheiro. Um mês, após o término da relação, reinicia-a, perdurando por mais um ano.
2010 27 anos	Desemprego, dívidas e início do trabalho sexual Não foi efetuado renovação do contracto de trabalho pelo que ficou numa situação de desemprego. Mais tarde consegue um lugar na <i>telepizza</i> como subgerente. Termina o antigo relacionamento (mudando-se para um quarto alugado) e, durante o ano de 2010, tem mais duas relações amorosas que acabaram por ser bastante desastrosas, resultando numa depressão. Como consequência, acabou por ser despedido do local de trabalho por faltas injustificadas. No seguimento do desemprego, as dívidas contraídas foram-se acumulando. Reencontra uma amiga travesti que a ajudou a não passar fome, pagando-lhe algumas despesas e alimentação. Atendendo a que já trabalhava na prostituição, sugeriu o início da atividade, por parte da Olga, com vista a ganhar algum poder económico.
2013 30 anos	Atualidade Há três anos que Olga permanece na prostituição. Atualmente vive numa casa, cujos quartos estão arrendados a quatro amigas travestis.

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1979 0 anos	<p>Contexto Social e Familiar Do primeiro casamento da sua mãe (analfabeta) resultou sete filhos, criados na roça (aldeia). Aquando da sua deslocação para a cidade, conheceu um novo companheiro, resultando no nascimento da Alessandra [estado de Minas Gerais, Brasil]. Este companheiro tinha três filhas. Alessandra é a mais nova de todos os 10 meios-irmãos. Pai alcoólico e boémio, gostava de frequentar ‘puteiros’ e gastar lá o dinheiro. Havia desentendimentos entre o casal, onde ocorria episódios de grande violência física. Havia, também violência física exercida por este pai sobre os “filhos”. Os irmãos de Alessandra, por serem mais velhos, refizeram as suas vidas [alguns foram morar para casa dos patrões], tendo “abandonado” a mãe por não apoiarem a nova relação. Kelly, viveu e cresceu, juntamente com os pais, nos balneários de um campo de futebol desativado.</p>
1980 1 ano	<p>Separação dos pais Dá-se a separação do casal e com isso os filhos começam a ajudar a mãe, alugando-lhe uma casa para viver.</p>
1986 7 anos	<p>Cisão com a relação paterna Embora separados, o casal continuava a manter comunicação. Alessandra deixa de falar com o pai aos 7 anos [até ao momento] por este a ter envergonhado à frente de colegas de escola, referindo que “não tinha filhos veados”. Este pai gastava o dinheiro da pensão [subsídio?] que a mãe da Alessandra recebia. Assim que os meios-irmãos de Alessandra descobriram a situação, esta e sua mãe foram residir com eles num apartamento alugado. Durante um período de tempo passou necessidades alimentares, tendo comido restos e sobras de outras pessoas.</p>
1989 10 anos	<p>Habitação social É aberto um concurso municipal para atribuição de uma habitação social, concurso esse que o agregado familiar ganhou. Na nova casa residiam 7 pessoas, incluindo a Alessandra [a mãe, 3 irmãos, 1 cunhado e 1 sobrinho]</p>
1990 11 anos [? - data provável, mas desconhecida]	<p>Expulsão do sistema escolar Alessandra é expulsa da escola por razões de indisciplina. Não termina o 5º ano.</p>
1991 12 anos	<p>Primeiras experiências sexuais Alessandra perde a virgindade com um homem de 40 anos que lhe ofereceu dinheiro em troca de favores sexuais.</p>
1991 13 anos	<p>Expulsão de casa Inicia, às escondidas da família, o processo de feminização através do vestir. A situação é descoberta por um dos seus irmãos que inicia grande confronto e violência física (calcamento do pescoço com o pé). Alessandra acaba por ser expulsa de casa por parte dos irmãos devido à sua identidade de género. Foi acolhida em casa de um amigo. A mãe contribuía com as despesas e pagava parte do arrendamento da casa onde Alessandra se encontrava. Sempre a apoiou.</p>
1998 19 anos [? - data provável, mas desconhecida]	<p>Autonomização Trabalha numa fábrica de costura auferindo o valor mensal de 800 reais. Gosta da atividade que faz e considera-se uma travesti respeitada pelo patrão e pelos colegas de trabalho. Criou o desejo de vir para a Europa por ser o sonho de toda e qualquer travesti (na altura). Muitas delas regressavam ao Brasil com boa situação financeira. Alessandra despediu-se do trabalho que tinha e partiu na aventura de procurar melhores condições de vida na área do trabalho sexual.</p>
1999 20 anos	<p>Processo migratório e início do trabalho sexual Processo migratório para a Itália (Europa), com vista à prostituição, realizado com a ajuda de uma travesti amiga, que lhe cobrou 15 mil euros. Chega a Viareggio e é colocada numa casa com mais 30 travestis. Cada uma delas também realizou o pagamento da mesma quantia. Mais tarde pretende ir para Roma e Milão, tendo pago 2000 euros por cada viagem, a outras pessoas que a ajudaram a realizar a transição entre cidades.</p>
2001 22 anos	<p>Regresso ao Brasil Regressa ao Brasil, tendo aí permanecido 2 anos.</p>

2003 24 anos	Novo processo migratório e continuação do trabalho sexual Novo processo migratório para a Suíça (Europa) realizado com a ajuda de uma travesti amiga, que lhe cobrou 1000 euros. Na Suíça realizou trabalho sexual e acabou por se casar para obter a sua legalização. Permaneceu no país durante 6 anos.
2005 26 anos	Compra de habitação no Brasil Alessandra consegue comprar uma casa no Brasil com o dinheiro obtido do trabalho sexual. Nesta casa a mãe viveu durante 3 anos, até falecer, juntamente com uma das suas irmãs que se encontrava a ser paga pela Alessandra para cuidar da sua mãe.
2008 29 anos	Falecimento materno Mãe falece com um enfarte e Alessandra não teve possibilidades para ir ao seu funeral. A sua mãe era uma das pessoas de grande referência afetiva. A irmã, o cunhado, o sobrinho e a afilhada da Alessandra permanecem a viver lá em casa.
2009 30 anos	Novo processo migratório e continuação do trabalho sexual Processo migratório para Lisboa (Portugal) com vista a obter os seus documentos.
2013 33 anos	Namoro Conhece o namorado, de 23 anos, com quem vive no seu apartamento alugado.
2013 34 anos	Atualidade Não consegue obter a autorização de residência, pelo que se encontra em processo de divórcio com vista a casar-se com o seu actual namorado, de nacionalidade portuguesa. Encontra-se em Portugal há 4 anos. Ainda não regressou ao Brasil, estando a juntar dinheiro para o efeito.

Priscila, 23 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1990 0 anos	Contexto Social e Familiar Nascida em Lisboa. Viveu a sua infância e adolescência no Catujal/Apelação, em Loures. É a mais velha de uma fratria de três irmãos [5 e 7 anos mais novos]. Nunca manteve relação com o pai porque esteve sempre detido num estabelecimento prisional. Sempre se sentiu muito ostracizada por toda a família. Do agregado familiar apenas sentia proteção por parte da avó (reformada) e mantinha boas relações com a irmã.
2005 15 anos	Primeiros processos de feminização Lembra-se de ir vestida de mulher para a escola, onde foi fortemente rejeitada e mal tratada.
2006 16 anos	Primeiras experiências sexuais e abandono escolar Inicia a primeira relação sexual com um jovem da mesma idade que frequentava a mesma escola. Quando foi transferida para a escola do Bairro de Angola [Camarate], sentiu que o preconceito era ainda maior pelo que abandonou/fugiu do sistema escolar. Terminou apenas o 6º anos de escolaridade.
	Tentativa de suicídio e internamento hospitalar Internada no Júlio de Matos durante duas semanas por tentativa de suicídio [corte nos pulsos e toma de comprimidos] devido à sua identidade de género.
2007 17 anos	Expulsão de casa e início de percurso de indigência Expulsão de casa por parte da mãe, devido à identidade de género demonstrada. Sem apoios e recursos económicos, iniciou um percurso de indigência e sem abrigo.
2008 18 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Tentativa de autonomização e perda afetiva significativa Inicia atividade profissional no <i>Frango da Guia</i> e consegue alugar uma casa partilhada com um amigo nos Anjos, Lisboa. Morte da avó, por motivo de cancro. Grande perda afetiva.
2010 20 anos	Início do trabalho sexual Após conhecer o bar Finalmente e o ambiente travesti, foi-lhe indicado por uma colega [não travesti] a possibilidade de trabalhar na área do trabalho sexual. Inicia a prostituição [travesti] no Conde de Redondo e mais tarde inicia, como complemento, a prostituição [masculina] num apartamento partilhado, na Pontinha [Benfica, Lisboa]. Deixa de residir nos Anjos.

2011 21 anos	Namoro e Drogas Inicia uma relação afetiva com um namorado e envolve-se na toma de estupefacientes [cocaína cheirada]
2013 23 anos	Atualidade Hoje em dia não fala com a maior parte da família por opção.

Rebeca, 34 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning points</i>
1979 0 anos	Contexto social e familiar Nasceu e cresceu em Loures. O agregado familiar era composto pelos pais e por nove irmãos [incluindo a Rebeca], sendo oito rapazes e uma rapariga. Viviam numa barraca. O pai, um homem violento, apresentava problemas de alcoolismo. A mãe tentava sustentar todo o agregado trabalhando em várias casas, como doméstica. Muitas das vezes passaram fome e recorriam ao lixo para se alimentarem. Atendendo às constantes necessidades económicas vividas, cresceu a depender dos vizinhos e a pedir ajuda. Cresceu a observar a violência do pai exercida sobre a mãe, violência esta que ainda hoje a marca quando fala sobre isso.
1989 10 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Primeiras experiências sexuais Inicia as primeiras experiências sexuais (em grupo) com colegas do bairro e a descobrir a sua sexualidade
1998 19 anos	O nascimento dos filhos O contexto social onde residiam [bairro] era percecionado como sendo bastante homofóbico. A pressão social levou Rebeca a se envolver sexualmente com uma rapariga, relação da qual resultaram dois filhos [atualmente com 15 e 12 anos]. Rebeca foi residir para casa dos sogros.
2002 23 anos	A separação e saída de casa Três dos seus irmãos são gays. Só após a realização de “coming out” de um deles é que permitiu que Rebeca se sentisse mais confiante para poder avançar com o seu processo de conhecimento de si. Conhece uma pessoa, da qual se apaixona, e decide pôr fim ao relacionamento afetivo e assumir a sua verdadeira identidade. Deixa a família em Loures e parte para o Porto em busca da sua felicidade. Começou a contactar e a conhecer espaços gay e as casa de espetáculos de transformismo. Participou em várias atuações e shows.
2003 24 anos	Início do trabalho sexual Inicia a prostituição, primeiro no Parque Eduardo VII e posteriormente no Conde de Redondo. Inicia consumos de drogas e álcool como “refúgio da solidão”.
2009 30 anos	Namoro e fuga Inicia uma relação afetiva com um namorado que a maltratou, chegando a ser mutilada, queimada com um isqueiro, picada com agulhas e obrigada a dormir no chão. Viu-se obrigada a fugir dele.
2013 34 anos	Transformação corporal e atualidade Rebeca prostitui-se há 10 anos. Apresenta grande dependência do álcool. Por várias vezes, já se tentou suicidar [comprimidos]. Atualmente os pais da Rebeca encontram-se separados. O filho de Rebeca reside com o avô e dois tios [irmãos mais novos de Rebeca]. Tem relações (superficiais e pontuais) com alguns dos irmãos e restante família. Recentemente avançou com a transformação corporal, aplicando próteses mamárias e deixando crescer o cabelo. Segundo ela foi um “nascer de novo”.

Bianca, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning points</i>
1981 0 anos	<p>Contexto social e familiar Nascido em Vila Velha, estado do Espírito Santo, Brasil, no seio de uma família composta pelos pais e três irmãos. Da fratria é o mais novo. Mais tarde ocorre a separação do casal, tendo o pai recomposto família, da qual resultou no nascimento de quatro outras crianças. Bianca fica a residir com o pai, a madrasta e os seus quatro meios-irmãos, passando com estes a maior parte da sua infância.</p> <p>Apenas com dois dos seus irmãos a relação era boa. Todavia, por um deles ter um percurso de toxicoddependência, foi a Bianca que ajudou a cuidar e a criar as suas sobrinhas [refere-se a elas como “filhas”], dando-lhes banho, trocando fraldas e cuidando delas. Existem irmãos que nunca chegou a conhecê-los.</p> <p>O pai apresentava-se como ausente, maioritariamente por razões profissionais [camionista]. Mantinha uma educação muito rígida e rude, chegando a bater-lhe severamente e a chicoteá-lo. A relação com a madrasta também era conturbada. Nunca chegou a tratá-la por mãe. Contudo, de todos os elementos familiares, era com quem mantinha melhor relação.</p> <p>Tornou-se uma criança “rebelde” [expressão sua]. Por não se sentir acolhido, realizou diversas fugas de casa, levando consigo as suas sobrinhas.</p>
1992 11 anos	<p>Falecimento materno Mãe falece (desconhece-se mais informações sobre esta mãe)</p>
1993 12 anos	<p>Fuga de casa e início de percurso de indigência Fuga de casa da família, principalmente, por não manter boa relação com o pai e por se sentir “sozinho no meio da multidão”. Apanha o comboio até chegar à cidade de Vitória para ir ter com uma das irmãs com quem mantinha relação saudável. Esta irmã não o aceitou, tendo-o colocado num autocarro para regressar a casa. Bianca acabou por nunca ter regressado, preferindo tornar-se criança de rua. No seu percurso acaba por ficar doente, contraindo Hepatite.</p>
1994 13 anos	<p>Institucionalização Por necessidade alimentar recorre a uma instituição social, tendo a assistente social iniciado o processo de acolhimento institucional numa casa para crianças e jovens em situação de perigo por ter percebido que se encontrava doente. Aí residiu até aos 15 anos de idade, tendo recebido tratamento para a Hepatite. A casa de acolhimento ofereceu-lhe uma bolsa de estudo numa escola particular.</p>
1995 14 anos	<p>Nascimento do filho Na escola onde frequentava, e embora já sabendo da sua homossexualidade, acaba por se envolver sexualmente com uma rapariga e resultar no nascimento de um filho. Momentos anteriores a este acontecimento, Bianca já tinha realizado contactos sexuais com colegas (rapazes mais velhos).</p>
1996 15 anos	<p>Autonomização Sai da instituição social e constitui família com a companheira e o filho. Inicia a vida profissional na mesma escola onde estudou, arrumando prateleiras da biblioteca.</p>
2000 19 anos	<p>Processo migratório e contacto com a ‘comunidade gay e travesti’ Processo de imigração para Portugal [país onde já se encontravam dois irmãos com quem não mantinha boas relações afetivas] por razões financeiras. Desejava dar melhores condições de vida e estudo ao seu filho e sobrinhas [que, entretanto, tinham ficado órfãs]. Foi em Portugal que começou a contactar com a comunidade gay e travesti, incluindo transformistas que realizavam espetáculos em bares noturnos.</p>
2002 21 anos	<p>Início do trabalho sexual Cumulativamente ao seu trabalho de empregado de bar, na Costa da Caparica, inicia a prostituição [masculina], a título exploratório, apenas com poucos clientes que em contrapartida pelos serviços sexuais prestados lhe concediam dinheiro. Com o avolumar de clientes, entretanto conseguidos, e pela impossibilidade de manter as duas atividades, acaba por se dedicar, em exclusivo, à prostituição.</p> <p>Mais tarde ocorreram problemas financeiros. Ao desabafar sobre estes problemas com uma amiga, com quem realizava espetáculo de transformismo, esta concedeu-lhe ajuda, permitindo-lhe um “ponto” na rua, para poder se prostituir [prostituição travesti].</p>
2013 32 anos	<p>Atualidade Há 11 anos que se dedica à prática da prostituição.</p>

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1977 0 anos	<p>Contexto social e familiar de origem Natural de Évora. Tem oito irmãos. Passou grande parte da sua infância em casa da sua avó [em Montemor]. Devido a um incêndio, ocorrido aos 2 meses de idade, que queimou parte do rosto, do ombro e do braço da Sabrina, foi obrigada a permanecer internada no hospital de Évora até aos seus oito anos de idade, perdendo parte da sua infância. Havia saídas pontuais, ficando a permanecer na residência da sua avó, por ser próxima ao hospital. Com esta avó estabeleceu muito boa relação afetiva. As queimaduras, ainda hoje marcadamente visíveis, são motivo de uma fraca autoestima ao longo de toda a sua infância e adolescência. A separação entre os seus pais deu-se muito cedo, pelo que, Sabrina nunca estabeleceu contacto com o pai.</p>
1985 8 anos	<p>Mudança de contexto social e familiar A sua mãe estabeleceu relação com homem, residente em Torres Vedras, pelo que Sabrina teve de realizar uma mudança de contexto social e familiar. Aí frequentou o sistema escolar [que, até ao momento, ainda não tinha iniciado] e também os esportes. O agregado familiar é composto pela sua mãe, o padrasto e dois [meio]irmãos. Chega a estabelecer uma boa relação afetiva com o padrasto, embora tenha sempre se mostrado rígido e austero na sua educação. A relação com a sua mãe é superficial, nunca chegando a considerá-la verdadeiramente mãe. Para Sabrina a sua mãe foi sempre a sua avó.</p>
1989 12 anos	<p>Primeiras experiências sexuais Começa a sentir-se ‘diferente’, em relação à sua orientação sexual, face às outras crianças. Inicia a sua primeira experiência sexual com um homem mais velho, de idade compreendida entre os 25 e os 30 anos.</p>
1991 14 anos	<p>Abandono escolar Desde os seus 12 anos que já trabalhava, no período de férias escolares, na agricultura e na apanha da vindima, na intenção de juntar dinheiro para compra dos livros e material escolar. Refere que a sua mãe nunca a ajudou. Todos os livros e material escolar foram comprados com o seu esforço. Frequentou até ao 6º ano de escolaridade mas não o termina. Abandona o sistema escolar por razões de dar continuidade, à sua atividade profissional [agricultura], agora em <i>full time</i>.</p>
1992 15 anos	<p>Separação do casal e adaptação ao novo contexto social Devido à separação do casal, Sabrina e sua mãe regressam a Évora. Sabrina sente esta separação como uma grande perda, na medida em que tinha uma boa relação afetiva com o padrasto [“é o pai que eu nunca tive”]. Foi-lhe também muito difícil adaptar-se ao novo contexto social na medida em que não conhecia ninguém.</p>
1993 16 anos [? - data provável, mas desconhecida]	<p>Coming out e as dificuldades de integração profissional Assume-se como homossexual. Foi alvo de fortes críticas por parte da comunidade onde vivia. Esta situação, acrescida à sua aparência física [queimaduras], dificultou grandemente a sua integração profissional.</p>
1994 17 anos	<p>Fuga de casa e autonomização Realiza uma fuga de casa e parte à boleia, rumo ao Algarve, unicamente com uma mochila. Estabelece-se em Albufeira e no próprio dia que chega consegue trabalho na área da construção civil. Pernoita e reside nos contentores das obras. Um mês depois muda de atividade profissional e inicia-se na área da restauração. Começa a conhecer e a estabelecer contactos junto da ‘comunidade gay’, no Algarve, e a descobrir/viver a sua identidade.</p>
1995 18 anos [? - data provável, mas desconhecida]	<p>Shows de transformismo e o contacto com travestis Uma amiga travesti sugere que Sabrina se maquilhe e se vista de mulher. Acaba por começar a realizar <i>shows</i> de transformismo em Albufeira e a estabelecer trocas de favores sexuais a troco de dinheiro.</p>
1996 19 anos	<p>Adaptação ao novo contexto social, início de percurso de indigência e do trabalho sexual A convite de um amigo vem para Lisboa. Fica a residir numa das pensões da Praça da Alegria até o dinheiro terminar. Sem condições económicas acaba por viver dois meses na rua, como sem-abrigo. Como forma de sobrevivência inicia o trabalho sexual no Conde de Redondo, durante um curto período de tempo [meses]. Mais tarde consegue trabalho na</p>

	<p>área das limpezas. Recorreu a assistentes sociais da SCML que a encaminharam para um albergue comunitário. Devido às más condições deste, Sabrina apenas lá permaneceu uma noite, preferindo regressar ao espaço de rua.</p> <p>A convite do gerente do bar <i>Finalmente</i> [local onde habitualmente frequentava] inicia atividade profissional como <i>barman</i> e muda-se para uma casa que este tinha para arrendar. Permaneceu aqui a trabalhar durante dois anos, tendo esta sido uma importante ajuda.</p>
1998 21 anos	<p>Mudança profissional Insere-se profissionalmente na área da restauração.</p>
2002 25 anos	<p>Continuação do trabalho sexual Recorre esporadicamente ao trabalho sexual, no Conde de Redondo, com vista a obter rendimentos extra. Contudo, após ter ficado desempregada acaba por recorrer à prostituição de forma definitiva, até ao momento presente.</p>
2003 26 anos	<p>Transformação corporal Hormonas Inicia o processo de toma de hormonas com vista à transformação corporal, durante quatro anos.</p>
2008 31 anos	<p>Namoro Parte para Portimão [Algarve] para realizar trabalho sexual em contexto de interior. Aí, conhece, numa discoteca onde trabalha [presume-se que seja a realizar <i>shows</i> de transformismo] uma pessoa com quem inicia uma relação afetiva. Residem juntos durante quatro anos em Setúbal. Caracteriza o namorado como sendo muito ciumento e dependente dela [emocional e financeiramente].</p>
2012 35 anos	<p>Descoberta da infeção VIH/sida Descobre que está infetada com VIH/sida e inicia um processo depressivo. Recorre a ajuda de assistente social [do hospital ?] que a apoia, temporariamente, no pagamento das rendas de casa e na alimentação. Tentou recorrer a outros serviços sociais, sem que nenhum deles tenha conseguido a prestação do RSI. Por tal avalia negativamente os serviços e as práticas profissionais dos assistentes sociais. Termina a relação afetiva que mantinha com o namorado por se sentir “presa” na relação. Refere desejar (re)aproveitar o resto da vida, uma vez que se encontra doente. Para tal começou a reestabelecer o contacto com parte da sua família.</p>
2013 36 anos	<p>Atualidade Exerce a prostituição há 17 anos [com algumas interrupções pelo meio]. Já foi consumidora de álcool e drogas. Hoje em dia não consome devido à aos cuidados de saúde necessário para gerir a infeção VIH/sida. Vive numa casa partilhada com outras colegas travestis. As suas relações familiares mais relevantes são com a avó [91 anos] e uma tia. Não apresenta qualquer relação com o pai ou família deste. No que se refere a outras relações sociais de relevo, refere ter apenas uma única amiga [também travesti e que partilha a casa consigo].</p>

Carole, 33 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1980 0 anos	<p>Contexto social e familiar Natural de São Paulo, de uma classe social baixa. Faz parte de uma família de nove irmãos [seis mulheres e três homens]. Duas das irmãs são gémeas. De todos eles é o segundo mais novo, a seguir às irmãs gémeas.</p>
1986 6 anos	<p>Falecimento paterno Falecimento do pai. Não tem muitas recordações suas. Não houve recomposição familiar por parte da sua mãe. Considera que a mãe foi uma “guerreira” por ter conseguido sustentar nove filhos. Profissionalmente era empregada doméstica em casa de um governador do Brasil que a ajudou bastante (material escolar, roupa, comida....)</p>
1987 7 anos	<p>Perceção da ‘diferença’ Recorda-se de já se sentir diferente e atraída por pessoas do mesmo sexo.</p>

1993 13 anos	Primeiros processos de feminização Experiencia o género oposto pelo vestir. Utiliza as roupas de uma das irmãs para ir às discotecas. Essa irmã “denunciou-a” perante toda a família. Carole confirmou que se sentia ‘gay’, sendo um choque inicial para todos. Todavia, sempre se sentiu apoiada e acolhida pela família (mãe, irmãos, primos e tios).
1995 15 anos	Primeiras experiências sexuais Inicia a primeira relação sexual com um homem de 30 anos.
1997 17 anos	Transformação corporal Hormonas Já tinha mamas e parte do corpo transformado devido à toma de hormonas realizada (sem conhecimento da família).
1998 18 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Transformação corporal Silicone Termina o 12º ano e inicia a vida profissional como cabeleireira. Aplica silicone nos glúteos através de uma “bombadeira”, sendo necessário tirar três semanas de férias para o realizar. A aplicação foi realizada em casa. Embora fosse contra a vontade da mãe, esta acabou por permitir que o procedimento foi realizado na sua casa.
2002 22 anos	Processo migratório e início do trabalho sexual Processo migratório para Barcelona, Espanha. Foi trabalhar numa casa de prostituição, onde era a rececionista. Só começou a exercer o trabalho sexual depois de perceber os custos associados à atividade. Permaneceu 4 anos em Barcelona.
2006 26 anos	Novo processo migratório Saída de Barcelona [desconhece-se o processo de migração. Presume-se que tenha vindo para Portugal]
2007 27 anos	Namoro Início do namoro com namorado de nacionalidade portuguesa. A relação perdura até à atualidade.
2011 31 anos	Falecimento materno e perda afetiva significativa Falecimento da mãe, sem possibilidade de ir ao funeral, o que a marcou consideravelmente.
2013 33 anos	Atualidade Continua a residir em Lisboa e, de vez em quando, realiza temporadas de trabalho no estrangeiro. Mãe, irmãos, primos e tios acolhedores e apoiantes. Preocupam-se bastante com ela, por saberem do processo de transexualidade. Sempre que regressa ao Brasil há familiares que ficam chateados se ela não os vai visitar. Com frequência recebe mensagens de carinho e apoio por parte dos familiares.

Cynthia, 32 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1981 0 anos	Contexto social e familiar Nascida em Trindade [Goiânia-Goiás], no Brasil. É proveniente de uma família pobre. Durante a sua infância os seus pais separaram-se pelo que permaneceu a residir em casa da mãe com um outro irmão [mais novo].
1994/5 12/13 anos [? - data provável, mas desconhecida]	Abandono escolar e integração profissional Sai do sistema escolar, tendo realizado apenas o sétimo ano. Inicia a vida profissional em vários domínios [confeção, costura, restauração, agricultura...].
1995 14 anos	Primeiras experiências sexuais Inicia a primeira relação sexual [de penetração] com um vizinho de 20 anos. Todavia, anteriormente a esta data, existiram outras experiências sexuais [entre as quais já se incluía o sexo oral].
1995 14 anos	Primeiros processos de feminização e início do trabalho sexual Inicia o processo de feminização através do vestir. Este processo é aprimorado com o contacto que foi estabelecendo com outras travestis que, entretanto, foi conhecendo.
1998 17 anos	Início do trabalho sexual Insere-se no trabalho sexual por sugestão de uma amiga travesti. Durante algum tempo foi obrigada a pagar “proteção” à travesti mais velha [“cafetina”] que a colocou na rua.

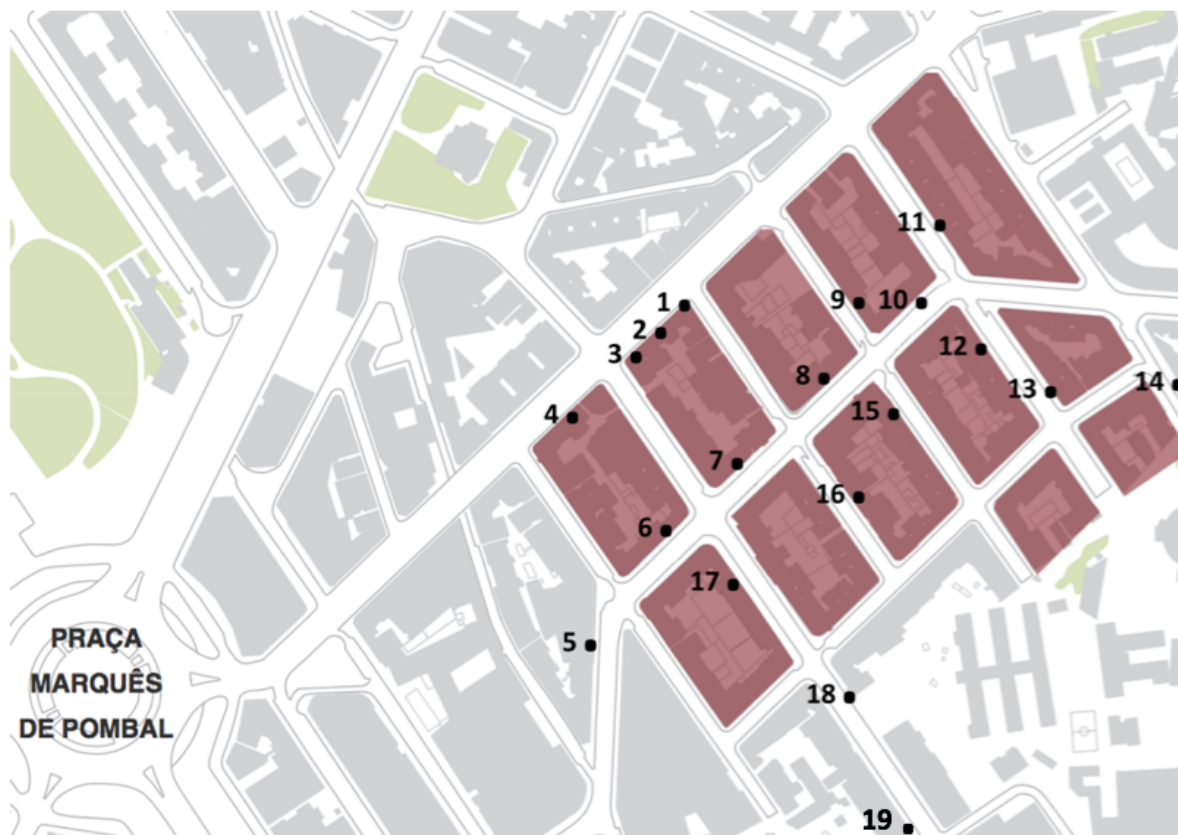
2000 19 anos	Autonomização Sai de casa de família e vai viver sozinha para a Goiânia, numa casa alugada, por se situar mais próxima do local de prostituição. Refere que, durante este período, não passou por dificuldades/necessidades na medida em que o trabalho sexual permitiu-lhe aceder a rendimentos e, conseqüentemente, a bens e serviços.
2001 20 anos	Processo migratório Realização de processo migratório, para Portugal, por conta própria. Residiu inicialmente em Albufeira [Algarve]. Em Portugal permaneceu um ano.
2002 21 anos	Regresso ao Brasil Regresso ao Brasil por um período de sete meses.
2013 32 anos	Atualidade Realiza trabalho sexual há 15 anos. Através dele conseguiu transformar o corpo e ter quatro casas alugadas, no Brasil. Hoje em dia mantém relações afetivas com a mãe. Esta já cá esteve em Portugal a visitá-la. Tem receio sobre o seu futuro, em especial, a velhice e decadência do corpo.

Rafaela, 33 anos

Data Anos	Acontecimentos <i>Turning Points</i>
1979 0 anos	Contexto social e familiar Natural de São Paulo, Brasil. Aí viveu com os pais e um irmão [mais novo]. Não quis aprofundar muito o seu contexto social e familiar.
1991 12 anos	Primeiras experiências sexuais Realiza as primeiras experiências sexuais com amigos e vizinhos.
1991 12 anos	Procura de ‘cura’ e soluções Embora refira que teve sempre o apoio dos pais face à sua homossexualidade, refere que estes procuraram solução para a ‘cura’ da sua homossexualidade, obrigando-a a ter acompanhamento psicológico durante quatro anos.
1997 18 anos	Autonomização Sai de casa dos pais e vai viver para casa de um namorado. Consegue conciliar a vida profissional com a vida escolar, tendo terminado o 12º ano. A relação perdurou dois anos. Durante algum tempo trabalhou como florista.
2005 26 anos	Processo migratório [Portugal] Após o término de um outro namoro, e o falecimento da morte do irmão [por razões de cancro], decide emigrar para Portugal por razões de “aventura” e “esquecimento” das situações traumáticas passadas. Refere que o seu processo migratório nada teve a ver com necessidades económicas. Em Portugal ficou a viver em casa de amigo e mais tarde autonomizou-se quando conseguiu encontrar trabalho. Iniciou-se na distribuição de publicidade e posteriormente esteve a trabalhar em hipermercados e na área da restauração.
2007 28 anos	Início do namoro Através de um <i>site</i> de internet, conheceu um namorado brasileiro, com quem viveu durante cinco anos.
2012 33 anos	Término do namoro, início do trabalho sexual e primeiros processos de feminização Na sequência do término do namoro e de uma “desilusão amorosa”, Rafaela decide travestir-se [por ser sempre essa a sua vontade] e sair à noite, para discotecas, como “mulher”. Após ter percebido que, dessa forma, era facilmente assediada por homens, na intenção de estabelecerem um serviço sexual comercial, inicia a prática da prostituição por não desejar relações sérias com mais ninguém. Embora manifestasse vontade de se travestir, refere que só agora o fez por receio de preconceito. Quando se encontra travestida, sente-se realizada.
2013 34 anos	Atualidade Encontra-se em Portugal há oito anos. Todavia, realiza trabalho sexual apenas há 1 ano. Atualmente aguarda documento para poder adquirir a autorização de residência. Como redes sociais de suporte apresenta a mãe, com quem se contacta via telefone. Além dela, tem também uma amiga.

ANEXO I

Casas e Estabelecimentos Comerciais Ligados à Indústria do Sexo



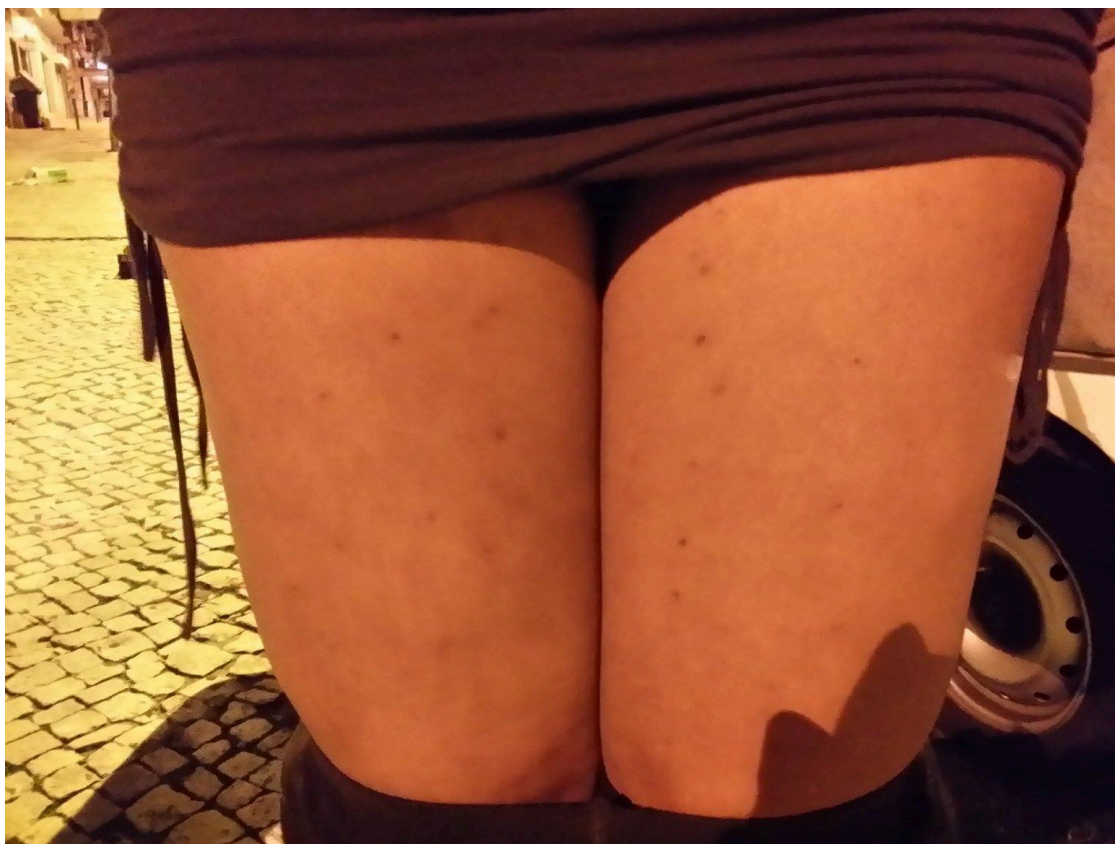
1. Bar (alterne)
2. Bar (alterne)
3. Bar (alterne)
4. *Sexshop*
5. *Sexshop*
6. «*Puteiro*»
7. Pensão (prostituição)

8. «*Puteiro*»
9. Discoteca (*striptease*)
10. Bar (alterne e *striptease*)
11. «*Puteiro*»
12. «*Pensão do Monhé*»
13. Residencial (prostituição)

14. Bar (alterne)
15. «*Puteiro*»
16. Bar (*striptease*)
17. Bar (alterne)
18. Sauna
19. Bar (clube de sexo *gay*)

ANEXO J

Fotografias dos Resultados da Aplicação de Silicone



Fotografia n.º 1 | Marcas das agulhas de aplicação do silicone nas pernas



Fotografia n.º 2 e 3 | Resultado final da aplicação do silicone nas nádegas e quadris

ANEXO K

Fotografias dos Resultados da Aplicação das Próteses Mamárias



Fotografia n.º 1
«Peitinhos de hormônio» antes da aplicação das próteses mamárias



Fotografia n.º 2 e 3 | Resultado final após a aplicação das próteses mamárias